

**Universidade Federal do Rio de Janeiro- Escola de Comunicação**

# **O CONSELHO FEDERAL DE JORNALISMO E A LIBERDADE DE IMPRENSA NO BRASIL ATUAL**

**POR**

**RODRIGO GUSTAVO RÖTZSCH**

**ORIENTADOR: JOAQUIM WELLEY MARTINS**

**Rio de Janeiro, Brasil**

**2004**

# **O CONSELHO FEDERAL DE JORNALISMO E A LIBERDADE DE IMPRENSA NO BRASIL ATUAL**

por

**RODRIGO GUSTAVO RÖTZSCH**

UFRJ – Escola de Comunicação

Monografia submetida ao corpo docente da  
Escola de Comunicação Social da  
Universidade Federal do Rio de Janeiro -  
UFRJ, como parte dos requisitos  
necessários à obtenção do grau de Bacharel

Orientador: Prof. Joaquim Welley Martins

Rio de Janeiro

Dezembro de 2004

# **O CONSELHO FEDERAL DE JORNALISMO E A LIBERDADE DE IMPRENSA NO BRASIL ATUAL**

“Monografia submetida ao corpo docente da Escola de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Bacharel.”

Examinada por:

---

Prof. Joaquim Martins Welley, Orientador

---

Prof. José Amaral Argolo

---

Prof. Daniel Welman

Rio de Janeiro  
8 de dezembro de 2004

RÖTZSCH, Rodrigo Gustavo.

O Conselho Federal de Jornalismo e a Liberdade de Imprensa no Brasil atual./  
Rodrigo Gustavo Röttsch- Rio de Janeiro: UFRJ, Escola de Comunicação da  
UFRJ, 2004.

226p.

Monografia de conclusão de curso- Universidade Federal do Rio de Janeiro,  
Escola de Comunicação.

1.Jornalismo 2. Liberdade de Imprensa 3.Conselho Federal de Jornalismo  
4. Monografia UFRJ/ECO 5. Título

*A meus pais, que aos cinco anos me deram um livro com o título  
“Quero ser jornalista” e nunca me fizeram desistir da idéia*

*À Antonella, inspiração de todas as horas*

## RESUMO

Esse trabalho analisa a proposta de criação do Conselho Federal de Jornalismo e avalia como a instituição desse órgão afetaria a liberdade de imprensa no Brasil. Questiona se existe liberdade de imprensa no Brasil atual e a maneira como essa liberdade é utilizada e propõe caminhos alternativos para assegurar a liberdade de imprensa no Brasil, mas evitando os abusos cometidos pela mídia.

## ABSTRACT

This work analyzes the proposition of creation of the Federal Council of Journalism in Brazil and studies how the institution of this council would affect the freedom of press in Brazil. It asks whether there actually exists freedom of press in today's Brazil and the ways in which this freedom is used and proposes alternative ways to secure freedom of press in Brazil, but avoiding the abuses committed by media.

*“A liberdade, Sancho, é um dos mais preciosos dons que os céus deram aos homens; a ela não podem igualar-se os tesouros da terra nem do mar. Pela liberdade, assim como pela honra, se pode e se deve arriscar a vida.”*

*Miguel de Cervantes*

*Dom Quixote*

*“Ética não é mordação. O que ela pede não é menos notícia, mas melhor notícia: a informação correta, completa e digna.”*

*Luiz Garcia*

*O Globo- Manual de Redação e Estilo*



## SUMÁRIO

<u>RELACÃO DE ANEXOS.....</u>	<u>7</u>
<u>1. INTRODUÇÃO.....</u>	<u>9</u>
<u>2. A CRIAÇÃO DO CONSELHO.....</u>	<u>12</u>
<u>3. A LIBERDADE DE IMPRENSA E O CONSELHO FEDERAL DE JORNALISMO.....</u>	<u>23</u>
<u>3.1 A IMPORTÂNCIA DA LIBERDADE DE IMPRENSA.....</u>	<u>23</u>
<u>3.2 O CFJ E A LIBERDADE DE IMPRENSA.....</u>	<u>25</u>
<u>3.3 A LIBERDADE DE IMPRENSA NO BRASIL ATUAL.....</u>	<u>31</u>
<u>4. A ÉTICA JORNALÍSTICA NO BRASIL E O CONSELHO FEDERAL DE JORNALISMO.....</u>	<u>38</u>
<u>4.1 A LIBERDADE DE IMPRENSA E O DENUNCISMO.....</u>	<u>38</u>
<u>4.2 A NEGAÇÃO DOS VALORES ÉTICOS DA IMPRENSA.....</u>	<u>43</u>
<u>4.3 DANOS IRREVERSÍVEIS.....</u>	<u>46</u>
<u>4.4 A CRISE ÉTICA E O CONSELHO FEDERAL DE JORNALISMO...49</u>	
<u>5. O CONSELHO E OUTROS ÓRGÃOS DE REGULAMENTAÇÃO.....</u>	<u>54</u>
<u>5.1 OS CONSELHOS PROFISSIONAIS COMO MODELO PARA O CFJ.....</u>	<u>54</u>
<u>5.2 OUTRO CAMINHO: A ORDEM DOS JORNALISTAS.....</u>	<u>60</u>
<u>5.3 O MODELO DO CONAR.....</u>	<u>62</u>
<u>5.4 O MODELO DE OUTROS PAÍSES.....</u>	<u>65</u>
<u>6. CONCLUSÃO.....</u>	<u>69</u>
<u>7. BIBLIOGRAFIA.....</u>	<u>76</u>
<u>8. ANEXOS.....</u>	<u>79</u>

## **RELACÃO DE ANEXOS**

<b>ANEXO I: Projeto de lei que cria o Conselho Federal de Jornalismo e os Conselhos Regionais de Jornalismo, e dá outras providências.....</b>	<b>80</b>
<b>ANEXO II: Matérias do jornal <i>Folha de S. Paulo</i> sobre o Conselho Federal de Jornalismo.....</b>	<b>83</b>
<b>ANEXO III: Artigos sobre o Conselho Federal de Jornalismo no <i>site Observatório da Imprensa</i>.....</b>	<b>92</b>
<b>ANEXO IV: Matérias publicadas no portal <i>Comunique-se</i> sobre o Conselho Federal de Jornalismo.....</b>	<b>124</b>
<b>ANEXO V: Matérias publicadas no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> sobre o Conselho Federal de Jornalismo.....</b>	<b>135</b>
<b>ANEXO VI: Matérias publicadas no <i>site Primeira Leitura</i> sobre o Conselho Federal de Jornalismo.....</b>	<b>141</b>
<b>ANEXO VII: Artigos publicados sobre o Conselho Federal de Jornalismo no <i>site No Minimo</i>.....</b>	<b>147</b>
<b>ANEXO VIII: Matérias publicadas em outros sites sobre o CFJ.....</b>	<b>152</b>
<b>ANEXO IX: Reportagens da revista <i>Veja</i> sobre o Conselho Federal de Jornalismo e sobre o caso Larry Rohter.....</b>	<b>155</b>
<b>ANEXO X: Declaração de Chapultepec.....</b>	<b>171</b>
<b>ANEXO XI: Projeto de lei que prevê a criação do Conselho Federal de Jornalismo, antes das modificações impostas pela Casa Civil.....</b>	<b>172</b>

<b>ANEXO XII: Relatório sobre Liberdade de Imprensa (2003) da Associação Nacional de Jornais.....</b>	<b>175</b>
<b>ANEXO XIII: Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros.....</b>	<b>181</b>
<b>ANEXO XIV: Lei n° 5.194, de 24 de dezembro de 1966 - regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências.....</b>	<b>183</b>
<b>ANEXO XV: Anteprojeto de Lei. Ementa: Cria o Conselho Federal de Jornalismo-CFJ, institui o Código de Ética e altera a legislação sobre o exercício da profissão de jornalista.....</b>	<b>194</b>
<b>ANEXO XVI: Excertos do <i>site</i> do PCC (Press Complaints Comission).....</b>	<b>205</b>
<b>ANEXO XVII: Código Brasileiro de Auto-Regulamentação Publicitária.....</b>	<b>209</b>
<b>ANEXO XVIII: Código de Ética da Unión de los Periodistas de Cuba.....</b>	<b>216</b>
<b>ANEXO XIX: Projeto de lei do deputado Celso Russomano, que dispõe sobre a criação da Ordem dos Jornalistas do Brasil (OJB), sobre o exercício da profissão e dá outras providências.....</b>	<b>220</b>

## **1. INTRODUÇÃO**

O dramaturgo e cronista Nelson Rodrigues cunhou o ditado que diz que “toda unanimidade é burra”. Nos dias seguintes ao encaminhamento ao Congresso Federal de uma proposta que previa a criação do Conselho Federal de Jornalismo (CFJ), uma unanimidade pareceu ter se criado. Uma unanimidade contrária à criação do órgão, que seria uma tentativa do governo de cercear a imprensa. Como relatou o *ombudsman* da Folha de S. Paulo, Marcelo Beraba escreveu em sua coluna que a proposta foi “bombardeada na imprensa”.<sup>1</sup> Tal bombardeio, vindo tanto de patrões como de colonistas, impediu que a proposta fosse mais bem discutida.

Esta parece ser uma regra geral para o jornalismo brasileiro. Ao mesmo tempo em que ele se considera apto de fiscalizar e julgar os diferentes setores da sociedade, ele não parece preparado para sequer discutir seu papel, no que ele é falho e como ele poderia ser melhorado. É nesse sentido que, no calor da discussão sobre a implantação ou não do Conselho, me pareceu interessante fazer esse trabalho em que, tendo como ponto de partida o projeto de criação do CFJ, procurarei discutir a liberdade de imprensa e suas conseqüências no Brasil atual.

A liberdade de imprensa foi, juntamente com a democracia, uma das conquistas mais importantes da sociedade brasileira no período pós-regime militar. Mais do que isso, a liberdade de imprensa é um dos principais pilares sobre os quais se sustenta a frágil e nova democracia brasileira. Nossa imprensa sofreu muito num passado recente com a censura, e é natural que quando se coloca o fantasma da censura novamente, ela prontamente reaja contra isso. Foi esse o caso diante da apresentação da proposta de criação do Conselho Federal de Jornalismo, uma autarquia do governo que teria como função orientar, disciplinar e fiscalizar a prática do jornalismo no país.

Parafraseando o ex-premier britânico Winston Churchill, pode-se dizer que a liberdade absoluta é a pior forma de imprensa imaginável, à exceção de todas as outras que foram experimentadas. Mas é necessário observar que com essa liberdade, vem uma grande responsabilidade. No Brasil democrático, a imprensa vem experimentando ares mais livres, mas muitas vezes usa essa liberdade como um salvo-conduto que lhe

---

<sup>1</sup> WEIS, Luís. O abate sem debate do CFJ. *Observatório da Imprensa*. Acesso em 1º set 2004. Anexo III.

permite deixar de lado os seus valores éticos básicos para tentar fazer valer seus pontos de vista e versões. Assim, são publicadas histórias incompletas e sem confirmação, que em várias ocasiões acabam se provando totalmente infundadas. Nesses casos, muitas vezes a mídia abala irrecuperavelmente reputações e vidas de suas vítimas, muitas vezes inocentes.

O objetivo deste trabalho é discutir o binômio entre liberdade e responsabilidade da imprensa, tendo como pano de fundo a proposta de implantação do Conselho Federal de Jornalismo. Para isso, começa apresentando a proposta de criação do Conselho e as reações a essa proposta. O primeiro capítulo estuda porque a idéia de se criar um órgão para regulamentação da profissão, vinda da Federação Nacional dos Jornalistas e encampada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi enxergada como ato autoritário e potencialmente cerceador da liberdade de imprensa por parte do governo. Para isso, como de resto em todo o trabalho, conta com o auxílio de matérias publicadas na grande imprensa brasileira sobre o assunto, bem como artigos opinativos publicados em sites como o *Observatório da Imprensa*, que são específicos e atuais sobre a questão da criação do Conselho.

O segundo capítulo entra na discussão da própria liberdade de imprensa, falando um pouco da sua história e tentando aferir se no quadro atual, antes mesmo da implantação de um possível conselho, pode-se dizer que existe uma liberdade absoluta de imprensa no Brasil. Com base em artigos do próprio projeto que cria o Conselho e na reação de jornalistas e outras personalidades e entidades ao CFJ, o capítulo tenta mostrar ainda como a instituição do órgão afetaria a liberdade de imprensa. Procuramos discutir o conceito da liberdade de imprensa, porque ela é importante e quais são os entraves ao exercício de uma plena liberdade de imprensa. Aqui entramos na parte da bibliografia, com livros que discutem o assunto e também com avaliações sobre a liberdade de imprensa no Brasil feitas por organizações como a Associação Nacional de Jornais e os Repórteres sem Fronteiras.

O capítulo três, com base em três casos modelo- o da Escola Base, o do ex-ministro da Saúde Alcení Guerra e do ex-secretário geral da Presidência da República Eduardo Jorge Pereira Caldas- estuda o chamado denunciismo, um dos motivos apontados pelo governo para criar o Conselho Federal de Jornalismo, e outros desvios éticos cometidos

pela imprensa. Os três casos citados são apenas exemplos do comportamento denunciado da imprensa, muitas vezes sem provas, e que podem levar a danos irreversíveis para as suas vítimas. O capítulo procura ainda estudar como a instituição do Conselho Federal de Jornalismo contribuiria para inibir esses desvios e tornar a nossa imprensa mais próxima dos valores básicos que ela deve seguir.

No quarto capítulo, o CFJ é comparado a outros órgãos de regulamentação que poderiam lhe servir de modelo, como os conselhos federais de outras carreiras e experiências semelhantes em outros países. São comparadas as legislações do Conselho Federal de Jornalismo com o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia e com a Ordem dos Advogados do Brasil, como também com os modelos estrangeiros adotados em Cuba e no Reino Unido. Também são apontados outros modelos que um órgão regulador da profissão de jornalismo poderia seguir, como o do Conselho de Auto-Regulamentação Publicitária e a Ordem de Jornalistas do Brasil, projeto de lei de autoria do deputado federal Celso Russomano que tramita no Congresso. Ainda é levantada a questão do enxugamento do anteprojeto original para a criação do CFJ, que tinha 73 artigos, para o que finalmente foi enviado ao Congresso, com apenas 19. Nesse capítulo, as fontes foram primordialmente os sites na Internet dos conselhos que servem como modelo de comparação, onde estão disponíveis as legislações que os regulam.

Com base nessas comparações e ponderações suscitadas no desenvolvimento do trabalho, procurarei apontar se a instituição de um Conselho Federal de Jornalismo, nos moldes propostos pela Fenaj ou em outros, seria o melhor caminho para que o jornalismo brasileiro possa sim, ser livre, mas sem negligenciar a enorme responsabilidade que acompanha essa liberdade.

## **2. A CRIAÇÃO DO CONSELHO**

No dia 5 de agosto de 2004, foi publicado no Diário Oficial da União um projeto de lei estabelecendo os critérios para a criação do Conselho Federal de Jornalismo, que se constituiria num órgão fiscalizador / regulamentador da profissão, com as atribuições, como diz o seu Art. 1º, de ***“orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de jornalista e da atividade de jornalismo, zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe em todo o território nacional, bem assim pugnar pelo direito à livre informação plural e pelo aperfeiçoamento do jornalismo”***.<sup>2</sup>

Motivada principalmente por essas três primeiras palavras- orientar, disciplinar, fiscalizar-, cujos sentidos e amplitude de interpretação não se fizeram perfeitamente claros, a reação à proposta de criação do Conselho foi quase unanimemente contrária. Tanto os donos dos órgãos de imprensa quanto os próprios jornalistas manifestaram o seu repúdio a uma proposta que de acordo com eles poderia cercear a liberdade de imprensa.

A Associação Nacional de Jornais, órgão patronal, divulgou nota à imprensa, na qual dizia que ***“a proposta tem todas as características que representam cerceamento à liberdade de imprensa ao estabelecer punição a jornalistas e o controle das empresas de comunicação”***.<sup>3</sup> Um dos donos do Grupo Estado, que edita, entre outras publicações o jornal *O Estado de S. Paulo*, Júlio de Mesquita Neto foi incisivo na reprovação ao Conselho: ***“Se o Congresso o aprovar, será a volta da época negra dos governos militares e da censura”***, disse. E acrescentou: ***“Não deve haver pessoas ou governos que ditem regras de como uma reportagem deve ser escrita e publicada (...) Quando a imprensa for tutelada pelo governo, ela deixará de ter liberdade”***.<sup>4</sup>

---

<sup>2</sup> Projeto de Lei que cria o Conselho Federal de Jornalismo e os Conselhos Regionais de Jornalismo, e dá outras providências. Anexo I.

<sup>3</sup> PARA ANJ, conselho pode vir a controlar a imprensa. *Folha de São Paulo*, 11 ago 2004. Anexo II. Obs: O acesso a jornais se deu sempre pela sua versão online e portanto não consta o número da página do jornal. A referência completa dos *sites* acessados encontra-se no fim do trabalho.

<sup>4</sup> MUG, Mauro. ‘Conselho é um perigo’, diz Mesquita. *O Estado de S. Paulo*, 25 ago 2004. Anexo V.

Já a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), um órgão com história de lutas pela democracia e pela liberdade de imprensa, também se manifestou contrária e temerosa com o Conselho. O presidente da associação, Maurício Azêdo, afirmou temer que a criação do conselho representasse *“uma violação da ordem democrática definida pela Constituição Federal”*. Segundo Azêdo, *“conselhos federais são feitos para fiscalizar profissionais liberais. Não é o caso dos jornalistas, que a meu ver continuam assalariados”*.<sup>5</sup>

Opinião parecida externou Audálio Dantas, ex-presidente do Sindicato de Jornalistas de São Paulo. Dantas apontou os verbos “orientar” e “disciplinar” como palavras estranhas no texto. **“Esses verbos são incompatíveis com o exercício da atividade jornalística. Toda vez que eles aparecem em regulamentos de governos que tentam disciplinar ou orientar a imprensa, os resultados são trágicos, afundamos no obscurantismo”**, disse.<sup>6</sup>

Grandes nomes do jornalismo brasileiro, em seu espaço de opinião, também se declararam radicalmente contrários à criação do conselho. Alberto Dines, dono de uma extensa folha de serviços prestados ao jornalismo, escreveu no Observatório da Imprensa:

“A iniciativa é a mais inábil e atarantada já produzida na esfera da imprensa por algum governo desde a redemocratização em 1985. Tanto no espírito como na forma é rigorosamente autoritária e corporativa. A oportunidade, a justificativa e o conteúdo não poderiam ser mais funestos e inconvenientes. Parece homenagem ao onipotente Estado Novo com toques de Mussolini, George W. Bush e Hugo Chávez.”<sup>7</sup>

A colunista do *Jornal do Brasil* Dora Kramer foi outra a apontar o caráter autoritário da proposta de criação do CFJ.

“Na realidade sonhada pelo governo do PT, e agora assumida como proposta de lei, tal fiscalização dar-se-ia através do Conselho Federal de Jornalismo, uma espécie de “grande companheiro” com a função de “orientar, disciplinar e fiscalizar” as atividades jornalísticas e, quando for o caso, punir jornalistas desobedientes à disciplina, à orientação e às regras da fiscalização impostas pelo Estado já devidamente aparelhado por um partido”.<sup>8</sup>

As punições às quais se refere Kramer estão previstas no Art. 7º do projeto de criação do Conselho. Segundo este artigo, as penas aplicáveis por infrações

---

<sup>5</sup> PRESIDENTE da ABI se diz contra criação de órgão. *Folha de São Paulo*, 06 ago 2004. Anexo II.

<sup>6</sup> CFJ: Uma boa proposta? *Comunique-se*. Acesso em 1º set 2004. Anexo IV.

<sup>7</sup> DINES, Alberto. Contra o denunciismo, o peleguismo. *Observatório da Imprensa*. Acesso em: 1º set 2004. Anexo III.

<sup>8</sup> KRAMER, Dora. O grande companheiro. *Jornal do Brasil*, 09 ago 2004. Anexo IV.



disciplinares são advertência, multa, censura, suspensão do registro profissional por até trinta dias e cassação do registro profissional.<sup>9</sup>

No site *Primeira Leitura*, Reinaldo Azevedo também mostrou temer o viés autoritário do projeto de criação do conselho.

“Se um jornalista mentir ou incorrer em calúnia, injúria e difamação, ele pode ser perfeitamente punido pela lei. O que o PT e seus camisas negras do sindicalismo sabujo querem é encabrestar aqueles que não rezam segundo sua cartilha- ademais, sempre mutante e voltada exclusivamente para o crescimento do partido”.<sup>10</sup>

O decano do jornalismo Villas-Bôas Corrêa se mostrou ultrajado ao comentar a proposta de criação do CFJ, no site *No Mínimo*.

“Toda essa conversa dissimulada, marota e calhorda sobre a proposta do governo encaminhada ao Congresso, de criação do Conselho Federal de Jornalismo, com funções definidas em três verbos- “orientar, disciplinar e fiscalizar”- em marcha batida na cadência da ditadura, despojada dos seus adereços e arrancada a máscara transparente, pretende simplesmente instituir a censura à imprensa.”<sup>11</sup>

Manifestações contrárias à criação do conselho vieram também de fora do Brasil. O presidente da Comissão de Liberdade de Imprensa da Sociedade Interamericana de Imprensa, Rafael Molina, considerou a proposta “um grave atentado à liberdade de expressão no Brasil”. “É uma tentativa aberta de fiscalizar e castigar os informadores”, disse Molina.<sup>12</sup> A organização Repórteres sem Fronteiras divulgou nota afirmando que o CFJ “coloca em risco a liberdade de imprensa”. O secretário geral da entidade, Robert Ménard, explicou que “a associação condena o projeto porque este institui, para o exercício da profissão, a inscrição obrigatória dos jornalistas junto aos Conselhos. Este dispositivo, segundo ele, é contrário à Declaração de Princípios sobre a Liberdade de Expressão, adotada em outubro de 2000 pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos”<sup>13</sup>. Representantes de entidades norte-americanas ligadas ao jornalismo também se manifestaram contra a criação do CFJ.

“As entidades dos EUA afirmam que organismos desse tipo representam uma ameaça à liberdade de expressão e ainda uma forma de controle e censura aos veículos de comunicação. “Isso é assustador”, disse Bill Kovach, um dos principais teóricos do jornalismo norte-americano. O diretor da Organização de Ombudsmans de Notícia, Manning Pynn, completou dizendo que “se você permite isso (a criação do

---

<sup>9</sup> Projeto de Lei que cria o Conselho Federal de Jornalismo e os Conselhos Regionais de Jornalismo, e dá outras providências. Anexo I.

<sup>10</sup> AZEVEDO, Reinaldo. Chávez, Meirelles e Fenaj: só o PT os une. *Primeira Leitura*. Acesso em 1º set 2004. Anexo VI.

<sup>11</sup> CORRÊA, Villas-Bôas. Saudades do Lourival. *No Mínimo*, 11 ago 2004. Anexo VII.

<sup>12</sup> EFE: Projeto sobre o CFJ preocupa Sociedade Interamericana de Imprensa. *Comunique-se*. 10 ago 2004. Anexo IV.

<sup>13</sup> REPÓRTERES sem Fronteiras divulga nota contra criação do Conselho. *Jornal da Mídia*. 17 ago 2004. Anexo VIII

CFJ), permite também que o governo enfraqueça o principal objetivo do jornalismo- que é a vigilância do próprio governo”.<sup>14</sup>

Outros consideraram o projeto, mais do que uma afronta à democracia, simplesmente anti-constitucional. Sérgio Bermudes escreveu em sua coluna no *No Mínimo*:

“Os sonsos autores do projeto do Conselho Federal de Jornalismo fingem ignorar o tratamento constitucional da atividade jornalística, assentada, entre outros, neste princípio enunciado no §1º do mesmo art. 220 da Constituição: nenhuma lei conterà dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social (...)”.<sup>15</sup>

O Conselho Deliberativo da ABI chegou à conclusão semelhante, ao decidir que a entidade lutaria pela rejeição pura e simples do projeto. “Ele foi denunciado como tentativa de impor uma nova forma de “Lei da Mordaza”- conforme já definido também pela Associação Brasileira de Magistrados- incompatível com o princípio constitucional da liberdade de imprensa.”<sup>16</sup>

*O Estado de S. Paulo* publicou editorial em que mesmo sem usar a palavra inconstitucional, dava a entender que o projeto do Conselho Federal de Jornalismo tinha esse caráter:

“Se a infeliz e inoportuna idéia de criação de um Conselho para “orientar, disciplinar e fiscalizar” o trabalho da imprensa, no Brasil, mereceu um generalizado repúdio de tantas entidades representativas da sociedade civil, afora a reação claramente negativa que provocou na grande maioria dos verdadeiros profissionais de imprensa, é porque atingiu um valor que é patrimônio da sociedade brasileira que a considera essencial e inegociável, tanto que se fez constar expressamente, na Carta Magna, que “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença (art. 5º, IX) e que “nenhuma lei conterà dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social...” (art. 220 parágrafo 1º)”

O advogado Fábio de Oliveira Ribeiro cita outro artigo da Constituição que seria ferido pela proposta do conselho.

“Os incisos III, IV, V e XII do art. 2º do Projeto conferem ao CFJ poderes excepcionais, que também podem ser utilizados para “domesticar” alguns jornalistas e punir aqueles que forem considerados dissidentes. Neste particular o projeto confere ao CFJ poderes legislativos e judiciários. A CF/88 garante a todo cidadão, sem distinção de raça, sexo e profissão, o direito de recorrer ao Poder Judiciário e de não ser submetido a um Tribunal de Exceção (art. 5º, XXXV e XXXVII).”<sup>17</sup>

---

<sup>14</sup> CFJ: Uma boa proposta? *Comunique-se*. Acesso em 1º set 2004. Anexo IV.

<sup>15</sup> BERMUDES, Sérgio. Ancinav e CFJ: palpite infeliz. *No Mínimo*, 18 ago 2004. Anexo VII.

<sup>16</sup> GRAÇA, Milton Coelho da. ABI: pelegos e ministro contra Constituição. *Comunique-se*. 11 ago 2004. Anexo IV.

<sup>17</sup> RIBEIRO, Fábio de Oliveira. Censura nunca mais? *Observatório da Imprensa*. Acesso em: 1º set 2004. Anexo III.

Os incisos aos quais se refere Ribeiro dizem que compete ao Conselho Federal “editar e alterar o seu Regimento, o Código de Ética e Disciplina, resoluções e provimentos”, “estabelecer as normas e procedimentos do processo disciplinar”, “supervisionar a fiscalização do exercício profissional em todo o território nacional” e “definir e instituir os símbolos privativos dos jornalistas”.<sup>18</sup> No mesmo texto, Ribeiro traça um panorama sombrio que surgiria da aprovação do CFJ.

“(...) não há dúvidas de que o projeto de lei que cria o Conselho Federal de Jornalismo é inconstitucional e deve ser sumariamente rejeitado pela sociedade. Caso seja aprovado, este diploma legal representará um retrocesso, possibilitará o policiamento ideológico dos profissionais, instituirá a censura e, o que é pior, colocará nas mãos dos futuros “donos” do CFJ e CRJ poderes excepcionais.”<sup>19</sup>

No maior libelo contra a criação do conselho, a revista *Veja* dedicou a sua reportagem de capa ao assunto.<sup>20</sup> “A tentação autoritária - As investidas do governo do PT para vigiar e controlar a imprensa, a televisão e a cultura”, dizia a chamada de capa. Na matéria, 30 personalidades de renome nacional entrevistadas, nenhuma delas jornalista, manifestaram o seu repúdio à criação do conselho. O jurista Ives Gandra Martins, disse que “o projeto do Conselho de Jornalismo é absurdo e inconstitucional. A liberdade de imprensa é garantida pela Constituição. Os pulmões de uma sociedade democrática são uma Justiça e uma imprensa livres”. Já a atriz Christiane Torloni afirmou que “está se criando um sistema de controle que pode interferir em tudo aquilo que conquistamos a duras penas. Trata-se, na minha opinião, de um dirigismo pesado.”

Como mostrado até aqui, a reação foi ruidosa contra uma proposta do governo que se enquadraria dentro de um projeto autoritário e dirigista. Aqui cabe ser feita a ressalva de que, na realidade, não se trata de um projeto de autoria do governo. A autora da proposta é a Fenaj- Federação Nacional dos Jornalistas, que aprovou o anteprojeto a ser enviado ao governo em seu 29º Congresso Nacional, realizado em Salvador, em setembro de 2000.<sup>21</sup>

Em fins do governo Fernando Henrique Cardoso, o projeto foi apresentado ao então Ministro do Trabalho, Paulo Jobim, mas não teve andamento no governo. Uma nova versão da proposta foi apresentada no início de 2004 ao presidente Luiz Inácio

---

<sup>18</sup> Projeto de Lei que cria o Conselho Federal de Jornalismo e os Conselhos Regionais de Jornalismo, e dá outras providências. Anexo I.

<sup>19</sup> RIBEIRO, Fábio de Oliveira. Censura nunca mais? *Observatório da Imprensa*. Acesso em: 1º set 2004. Anexo III.

<sup>20</sup> GASPAR, Malu. O fantasma do autoritarismo. *Veja*, 18 ago 2004. Anexo IX.

Lula da Silva.<sup>22</sup> Em abril, em encontro por ocasião das comemorações do Dia Nacional do Jornalista, os dirigentes da Fenaj cobraram de Lula a implantação do projeto.<sup>23</sup> Na ocasião, Lula disse considerar “simpática” a proposta e o ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, informou que ela estava em análise no seu ministério.<sup>24</sup> Quatro meses depois, veio a publicação no Diário Oficial.

Por que então a acusação de que a proposta se incluía num projeto autoritário de estado do governo do PT? Primeiramente pelo fato de a maioria dos dirigentes da Fenaj serem filiados ao partido, como demonstrou a já citada reportagem da revista *Veja*. Dos sete membros da atual diretoria da Fenaj, apenas dois não são filiados ao Partido dos Trabalhadores: a tesoureira e a segunda-tesoureira. Sendo que, ainda de acordo com a reportagem de *Veja*, a tesoureira Maria José Braga, “é simpatizante do PT. Na última eleição, assinou um manifesto de apoio à candidata petista ao governo de Goiás.”<sup>25</sup> O jornalista Alberto Dines, conforme vimos anteriormente um dos maiores detratores do projeto, inclui ainda a Central Única dos Trabalhadores como um dos vértices por trás do interesse de criação do Conselho Federal de Jornalismo.

“Na questão do Conselho Federal de Jornalismo (CFJ), não é justo recriminar apenas o governo, nem apenas a Fenaj. É imperioso incluir a CUT. A partir do momento em que a Fenaj foi entregue à facção mais radical da Central Única dos Trabalhadores, os interesses dos jornalistas e do jornalismo no Brasil ficaram sujeitos às suas ambições, idiossincrasias e dogmatismos. Raramente bem-intencionados (...) À CUT interessa dominar a imprensa: impor suas regras, suas prioridades e sua “ética”. Apropriar-se do quarto poder. (...) A CUT-Fenaj quer ser a dona da profissão, dona da busca da verdade, e portanto dona da verdade absoluta. Quem discordar, deixa de ser jornalista; quem não obedecer a seus critérios, obriga-se a mudar de profissão.”<sup>26</sup>

A bem da verdade, a CUT manifestou o seu apoio à proposta. “Apóio porque é a proposta das entidades representativas da categoria. E no que depender de mim a CUT apoiará. Existem profissionais e profissionais, e é por isso que tem de haver conselho de ética.”, disse o presidente do órgão, Luiz Marinho.<sup>27</sup>

---

<sup>21</sup> INQUIETAÇÃO em Minas com a moleza da FENAJ. *Comunique-se*. 02 jan 2002. Anexo IV.

<sup>22</sup> SARDINHA, Edson. Fenaj: imprensa cobre mal a imprensa. *Comunique-se*. Acesso em 1º set 2004. Anexo IV.

<sup>23</sup> SARDINHA, Edson. Fenaj cobra de Lula criação do CFJ. *Comunique-se*. 05 abr 2004. Anexo IV.

<sup>24</sup> WEBER, Demétrio. Fenaj quer criação do Conselho Federal de Jornalismo. *O Estado de S. Paulo*. 07 abr 2004. Anexo V.

<sup>25</sup> GASPAR, Malu. O fantasma do autoritarismo. *Veja*, 18 ago 2004. Anexo IX.

<sup>26</sup> DINES, Alberto. Por que não uma OAB de jornalistas? *Observatório da Imprensa*. Acesso em 1º set 2004. Anexo III.

<sup>27</sup> PRESIDENTE da CUT dá apoio à criação do CFJ. *O Estado de S. Paulo*. 20 ago 2004. Anexo V.

Um segundo motivo pelo qual a proposta de criação do Conselho Federal de Jornalismo foi ligada a um projeto autoritário do governo foi o momento em que ela surgiu. Dias antes, vazou à imprensa o projeto da Agência Nacional de Cinema e Audiovisual (Ancinav), do Ministério da Cultura, também vista como uma medida dirigista do governo. Pouco antes foi aprovado o controle externo do Poder Judiciário. A ligação das três propostas foi fácil e imediata e motivou a conexão a um projeto maior de controle do governo. Além disso, importantes figuras do governo, como os presidentes do Banco Central, Henrique Meirelles, e o do Banco do Brasil, Cássio Casseb, se viam sob uma saraivada de denúncias da imprensa, o que fez com que a apresentação e possível aprovação do projeto fosse vista como uma reação dura e pontual contra essa situação.

Na reportagem intitulada “O Fantasma do Autoritarismo”, a revista *Veja* resumiu a situação.

“(...) o governo resolveu disparar um tiro de bazuca no próprio pé ao revelar um incontrolável tique autoritário. Primeiro, divulgou um projeto de controle ditatorial da produção de cinema e televisão, que incluía até intromissão na linha editorial da programação. Em seguida, despachou ao Congresso uma proposta que, em resumo, consiste no mais severo ataque à liberdade de imprensa no país desde o regime militar (1964-1985).”<sup>28</sup>

O desembargador Ilton Carlos Dellandréa escreveu no *Observatório da Imprensa*:

“Aos poucos vai mostrando ao que veio a nova tendência democrática ancorada no Planalto. O controle externo do Judiciário foi fácil. Grande parte da própria imprensa, agora atacada no mesmo ponto nevralgico, foi a favor. O apoio tornou as coisas mais fáceis para o governo. Mais difícil é a nova investida: instituir um órgão, ou uma lei, ou um conselho, que *discipline* a conduta dos jornalistas. Estes detêm o poder da comunicação, têm acesso ao público com a facilidade própria da função e certamente vão conseguir evitar um mal maior. (...) Estamos diante de um governo que mete o nariz em tudo porque integra sua linha ideológica à idéia fixa de que está tudo errado apenas porque sua base programática é diversa”.<sup>29</sup>

O jornalista João Mellão Neto considerou as propostas de criação tanto do CFJ quanto da Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinav) “um grave golpe no sagrado direito de expressão”.<sup>30</sup> Mellão Neto questiona também a veracidade da justificativa do governo, de que a criação do conselho “seria apenas o atendimento à uma justa reivindicação da categoria”.

<sup>28</sup> GASPAR, Malu. O fantasma do autoritarismo. *Veja*, 18 ago 2004. Anexo IX.

<sup>29</sup> DELLANDRÉA, Ilton Carlos. Controle externo na imprensa? *Observatório da Imprensa*. Acesso em 1º set 2004. Anexo III.

<sup>30</sup> NETO, João Mellão. Aonde eles querem chegar? *O Estado de S. Paulo*, 20 ago 2004. Anexo V.

Já o professor de Comunicação das Faculdades Integradas Hélio Alonso, Ivo Lucchesi diferencia as duas propostas, mostrando-se favorável à criação da Ancinav, mas totalmente contrário ao Conselho.

“É notório, ao menos para quem se dá ao trabalho de distinguir as coisas, que a proposta a cercar a criação do Conselho Federal de Jornalismo vem recoberta de interesses, no mínimo, sombrios, a começar pelo estranho critério de o primeiro mandato ser cumprido por membros autoneameados. É como se, ao tempo da redemocratização, o regime militar fixasse a volta ao Estado de direito, mediante a seguinte imposição: “A sociedade brasileira reconquistará o direito de escolher seu presidente, em eleições diretas, desde que o primeiro seja um general”. Seria tão risível quanto suspeito”.<sup>31</sup>

Lucchesi se refere ao Art. 17 do projeto de lei que prevê a criação do CFJ, que diz que “a primeira composição do CFJ será provisória, contando com dez jornalistas profissionais efetivos e dez suplentes, indicados pelo Conselho de Representantes da Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais, e tomará posse em até sessenta dias após a publicação dessa lei”.<sup>32</sup>

Segundo a reportagem da revista *Veja*, um membro do próprio governo admitiu o *timing* ruim do governo no encaminhamento da proposta ao Congresso. “Não poderíamos ter escolhido um momento pior para lançar esse projeto. (...) Passou a clara impressão de uma tentativa de ameaça à imprensa que não é a intenção do governo. Por que razão fomos meter a mão nessa cumbuca?”<sup>33</sup> A repórter Malu Gaspar atribui essas declarações a um ministro com gabinete no Palácio do Planalto.

Some-se a isso o fato de ser esse o segundo atentado do governo contra a liberdade de imprensa em menos de três meses. Em maio, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu expulsar do Brasil o correspondente do jornal norte-americano *The New York Times*, Larry Rohter que publicou reportagem dizendo que os hábitos étlicos do presidente estariam prejudicando a sua capacidade de governar. Com isso, transformou um momento de solidariedade geral em reação ao mau jornalismo de Rohter- que, no mínimo, superdimensionou o tema- em grita contra o autoritarismo do governo. Na época, a revista *Veja* também dedicou reportagem de capa ao assunto- e comparou a atitude de Lula com a de ditadores como Emílio Garrastazú Médici, Augusto Pinochet e o aiatolá Khomeini. “Faz parte do manual básico dos ditadores

---

<sup>31</sup> LUCCHESI, Ivo. Quem briga e quem brinca. *Observatório da Imprensa*. Acesso em 1º set 2004. Anexo III.

<sup>32</sup> Projeto de Lei que cria o Conselho Federal de Jornalismo e os Conselhos Regionais de Jornalismo, e dá outras providências. Anexo I.

<sup>33</sup> GASPAR, Malu. O fantasma do autoritarismo. *Veja*, 18 ago 2004. Anexo IX

cercear a liberdade de expressão e de imprensa (..) E, quando não basta calar os jornalistas de seu próprio país, os tiranos expulsam correspondentes estrangeiros que reportam lá fora o que não lhes interessa que o mundo saiba”.<sup>34</sup> Mauro Malin escreveu no *Observatório da Imprensa* : “[O ministro do trabalho Ricardo] Berzoini não está, no caso, preocupado em defender a liberdade de expressão, e sim em se defender do abuso dela. Como o governo Lula já se embrulhou bastante nesse terreno, com a história do correspondente do *New York Times* Larry Rohter, muita gente boa fica de orelha em pé”.<sup>35</sup>

Rohter, aliás, motivou nova reação do governo em resposta à matéria publicada pelo correspondente do *NYT* sobre o CFJ. Em carta enviada ao jornal, o secretário de Imprensa e Divulgação da presidência, Ricardo Kotscho, diz que Rohter “parece não ter ouvido ninguém” para escrever a reportagem sobre o Conselho, “como é habitual em seus despachos”.<sup>36</sup> Kotscho criticou ainda o fato de Rohter ter afirmado em sua reportagem que o projeto seria de autoria do presidente Lula, omitindo a autoria da Fenaj. A carta ainda reclama de Rohter não ter citado a Fenaj nem ouvido os dirigentes da entidade.

Mas certamente o fator preponderante pelo qual o projeto foi ligado a desígnios autoritários do governo foi a forma atabalhoada pela qual membros do próprio governo defenderam o projeto. Frei Betto, assessor especial do presidente Lula, disse que os jornalistas contrários à criação de um conselho federal são os grandes meios de comunicação, que “fazem um terrorismo psicológico porque não querem perder o monopólio da palavra”.<sup>37</sup> “Há tempos que os jornalistas, e eu me incluo como profissional do jornalismo, querem um conselho federal próprio para a regulamentação da ética profissional”, acrescentou Betto.

O Ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, responsável por encaminhar o projeto ao Conselho, disse em entrevista à *Folha de São Paulo*<sup>38</sup> que o projeto estava parado no Ministério do Trabalho há uns dez anos (o que é uma inverdade, visto que a primeira

---

<sup>34</sup> PERES, Leandra. Afasta de mim esse cálice. *Veja*, 19 mai 2004. Anexo IX.

<sup>35</sup> MALIN, Mauro. A questionável utilidade das corregedorias. *Observatório da Imprensa*. Acesso em 1º set 2004. Anexo III.

<sup>36</sup> DAMÉ, Luiza. Governo compra nova briga com Larry Rohter. *O Globo*, 07 set 2004. Anexo VIII.

<sup>37</sup> EFE: Frei Betto expressa seu apoio ao CFJ. *Comunique-se*, 11 ago 2004. Anexo IV.

vez em que ele foi enviado foi no fim de 2002 ao então ministro Paulo Jobim), e que a Fenaj pediu no Dia dos Jornalistas que o governo avaliasse.

“Nós avaliamos que havia razões para criar, pela natureza da função do jornalista, pela importância social [...] de ser o mediador das informações do Estado para a opinião pública e, ao mesmo tempo, porque é uma atividade que, se exercida de maneira irresponsável, pode produzir danos extremamente graves para as empresas, para pessoas, para o país. Nossa preocupação é ter a própria categoria estabelecendo mecanismos de controle ético e de debates sobre a natureza da profissão.”

Perguntado pela reportagem da *Folha* sobre a ligação entre a criação do Conselho e a acusação do ministro da Casa Civil, José Dirceu, de que a imprensa estaria praticando denunciismo nos casos de Henrique Meirelles e Cássio Casseb, Berzoini negou a relação entre uma coisa e outra. Mas comentou:

“Obviamente, quando falamos de denunciismo, não estamos falando só da imprensa, estamos falando do jogo político. Nós entendemos que é preciso garantir toda a liberdade de expressão, de opinião e de comunicação. Agora, também chamamos a atenção para que, se houver irresponsabilidade em denúncias, obviamente isso pode afetar negativamente o país, a economia, o clima social do país, porque isso cria instabilidade. (...) O nosso governo não tem nada contra a prática livre de denúncias. Ao contrário, achamos que é forma de exercer a democracia. Mas é preciso, ao mesmo tempo, ter responsabilidade.”

O ministro Luiz Gushiken, da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, também saiu em defesa do projeto. “A idéia é proteger o jornalista e a sociedade, assegurando condições para que o jornalismo continue sendo indispensável a todos”, disse Gushiken.<sup>39</sup> Mas a frase que marcou de maneira infeliz a opinião de Gushiken, ademais tido como um dos grandes entusiastas do viés autoritário do governo, foi a seguinte: “Vocês [jornalistas] são profissionais que sabem o limite da ação, sabem que a liberdade de imprensa é um valor definitivo na democracia, mas sabem também que numa sociedade nada é absoluto”.<sup>40</sup>

O próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva, constantemente acusado de cometer gafes, defendeu de maneira desastrada a criação do Conselho. Primeiro em Assunção, no Paraguai, ao responder de maneira jocosa aos repórteres que o interpelavam: “Se vocês começarem a defender o conselho de imprensa, eu dou [a entrevista]”.<sup>41</sup> Dias depois, voltou à carga, acusando de covardes os jornalistas. “Vocês

---

<sup>38</sup> SOUZA, Leonardo. Conselho de jornalismo vai coibir excessos, diz Berzoini. *Folha de São Paulo*, 07 ago 2004. Anexo II.

<sup>39</sup> GUSHIKEN quer “proteger a sociedade” com conselho de jornalismo. *Folha de São Paulo*, 07 ago 2004. Anexo II.

<sup>40</sup> SCOLESE, Eduardo. Nem liberdade de imprensa é valor absoluto, diz Gushiken. *Folha de S. Paulo*, 11 ago 2004. Anexo II.

<sup>41</sup> LULA pede defesa do “conselho de imprensa” *Folha de S. Paulo*, 14 ago 2004. Anexo II.



são um bando de covardes mesmo, hein? Vocês não tiveram coragem de defender o Conselho Nacional de Jornalista”.<sup>42</sup> E negou que o projeto fosse interessante ao governo, dizendo que “pro governo o que importa é fazer as coisas que a categoria entender que é boa para ela”. Na comemoração dos 10 anos da revista Carta Capital, Lula voltou a atacar a imprensa, criticando o “denuncismo que muitas vezes prevalece sobre a notícia”. “É uma boa política não ter a preocupação na disputa eminentemente de mercado. É preciso pensar na qualidade da informação que o povo brasileiro recebe. Sobretudo num momento em que muitas vezes o denuncismo pelo denuncismo tem prevalência sobre a notícia e a informação.”<sup>43</sup> Aqui cabe a primeira pergunta que pretendo responder nos próximos capítulos. Existe realmente na imprensa atual um quadro tal de denuncismo ou outros desvios éticos, que justifique a criação de um Conselho Federal de Jornalismo ou um outro órgão, para, como diz o próprio texto do projeto “orientar, disciplinar e fiscalizar” a profissão?

Outro ponto a ser discutido é a necessidade ou não da existência desse Conselho não pelo seu caráter político-ideológico e sim pelo técnico, de auto-regulamentação da profissão. O ministro José Dirceu foi um dos que defendeu o direito da categoria dos jornalistas ao Conselho. “Da mesma maneira que temos a OAB, o Conselho Federal de Medicina, o Crea, os jornalistas podem e devem ter o seu conselho federal, mas garantida a liberdade de informação e de expressão, direito constitucional de todos nós, que, felizmente, reconquistamos no Brasil”.<sup>44</sup>

Ficam as perguntas: a imprensa precisa de um órgão de auto-regulamentação? Esse órgão deve se basear nos mesmos moldes de órgãos de outra profissão? Afinal, o projeto impõe, de forma institucional, a criação do conselho, enquanto o trâmite normal nesses casos é que os conselhos nasçam como decisão política das diversas categorias profissionais- e em relação à categoria dos jornalistas e sua opinião sobre a criação do CFJ, pode-se dizer que ela está, no mínimo, cindida.

---

<sup>42</sup> SCOLESE, Eduardo. Para Lula, jornalista que não defende conselho é “covarde” *Folha de S. Paulo*, 17 ago 2004. Anexo II.

<sup>43</sup> CAETANO, Mariana. Lula volta a acusar imprensa de denuncismo. *O Estado de S. Paulo*, 31 ago 2004. Anexo V.

<sup>44</sup> SCOLESE, Eduardo. Nem liberdade de imprensa é valor absoluto, diz Gushiken. *Folha de S. Paulo*, 11 ago 2004. Anexo II.

Mas a primeira pergunta a ser respondida é aquela suscitada pela reação indignada de boa parte da mídia e da sociedade brasileira- mas, ao contrário do que mostramos nesse capítulo, não toda, como veremos adiante- e externada mais uma vez neste trecho de artigo de Reinaldo Azevedo comentando a declaração de Lula de que os jornalistas seriam covardes por não defender o conselho.

“A substância, presidente, que provoca medo na maioria dos jornalistas e os faz reagir de maneira preventiva, essa a que o senhor chama “covardia”, não é a indisposição de chefes e patrões com o projeto de lei, mas a introdução do elemento insidioso em nosso trabalho, do corpo estranho que pretende mudar o código genético de profissão. Se a alergia a gergelim é não mais do que um problema individual, a alergia a formas veladas ou explícitas de censura é um problema coletivo, que diz respeito a toda a sociedade, que opõe, de fato, a maioria dos profissionais de imprensa a uma meia-dúzia de “coleguinhas” (que estão longe de representar o conjunto) que se arvoram a defender o texto porque se consideram imunes a qualquer forma de pressão”.<sup>45</sup>

As perguntas que ficam e que são as primeiras que devem ser respondidas, no próximo capítulo: o Conselho Federal de Jornalismo é realmente uma ameaça à liberdade de imprensa? A liberdade de imprensa é mesmo um valor absoluto? E será que existe liberdade de imprensa no Brasil atual, antes mesmo da aprovação do CFJ?

---

<sup>45</sup> AZEVEDO, Reinaldo. Covardes de todo o mundo, uni-vos. *Primeira Leitura*. Acesso em 1º set 2004. Anexo VI.

### **3. A LIBERDADE DE IMPRENSA E O CONSELHO FEDERAL DE JORNALISMO**

#### **3.1 A IMPORTÂNCIA DA LIBERDADE DE IMPRENSA**

A liberdade de imprensa começou a nascer na Inglaterra do século XVIII. Em sua *Aeropagítica*, o poeta John Milton defendia o ato de imprimir independentemente da licença- o *Licensing Act*, lei que delegava à Coroa inglesa o direito de definir quem podia ou não publicar um livro. Milton escreveu que “quem mata um homem mata uma criatura racional, imagem de Deus, mas quem destrói um bom livro mata a razão mesma, mata a imagem de Deus, como nós a concebemos”.<sup>46</sup> Anos depois, sobreveio o fim do *Licensing Act*. Em conferência proferida no Instituto Histórico de Petrópolis em 1950, o jornalista Carlos Rizzini, que durante a sua vida foi um árduo defensor da liberdade de imprensa, sublinhou a importância da extinção desse ato para a história da civilização.

“ (...) não foi pela janela florida da poesia e nem pela severa porta da filosofia que a liberdade de exteriorização de pensamento penetrou na Inglaterra seiscentista, já então preparada para recebê-la e respeitá-la. Meros motivos de circunstância constantes de um arrazoado de Locke, motivos fiscais e administrativos, e especialmente o da concorrência das gazetas da Holanda, é que induziram os comuns, em 1695, a deixar morrer sem prorrogação o “Licensing Act”. Com um voto negativo e mudo aniquilaram a censura prévia e o arbítrio das permissões, tomando uma medida que fez mais pela civilização do que a Magna Carta e o “bill” de direitos.”<sup>47</sup>

A consolidação da recém-nascida liberdade veio com duas revoluções: a norte-americana, em 1776, e a francesa, em 1789. O conceito de liberdade de expressão aparece pela primeira vez na constituição dos Estados Unidos da América, promulgada em 1788, na Primeira Emenda. “O Congresso não legislará cerceando a liberdade da palavra, ou de imprensa”.<sup>48</sup> Já a Revolução Francesa proclamou a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, redigida por Mirabeau, que dispunha que “a liberdade de exprimir idéias e opiniões era um dos direitos mais preciosos da humanidade.”<sup>49</sup>

---

<sup>46</sup> RIZZINI, Carlos. *Liberdade de imprensa*. Campos do Jordão, SP: Editora Mantiqueira, 1998 P. 31

<sup>47</sup> *Ibidem*

<sup>48</sup> NETO, João Mellão. Aonde eles querem chegar? *O Estado de S. Paulo*, 20 ago 2004. Anexo V.

<sup>49</sup> KARAM, Francisco José Castilhos. *Jornalismo, ética e liberdade*. São Paulo: Summus, 1997. P. 17

Pouco mais de meio século depois, John Stuart Mill, em seu tratado *On Liberty*, escreveu:

“Se toda a humanidade menos um fosse de uma opinião e apenas uma pessoa fosse de opinião contrária, mesmo assim a humanidade não estaria justificada em silenciar essa pessoa. Não podemos nunca estar certos de que a opinião que estamos tentando sufocar seja uma opinião falsa e, mesmo que estivéssemos certos, sufocá-la seria ainda um mal.”<sup>50</sup>

A liberdade de expressão, e conseqüentemente à de imprensa, foram consagradas como um dos princípios básicos para a humanidade na Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu artigo 19: “Todo homem tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade, de, sem interferências, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.”<sup>51</sup>

No Brasil, o surgimento da liberdade de imprensa data de antes mesmo da própria independência. Em 1817, a frustrada República Pernambucana promulgava em sua constituição: “A liberdade de imprensa é proclamada, ficando porém o autor de qualquer obra e seus impressos sujeitos a responder pelos ataques à religião, à Constituição, aos bons costumes e caráter dos indivíduos, na maneira determinada pelas leis a vigor.”<sup>52</sup> Já as Bases da Constituição, aprovadas pela cârte de Lisboa em 1821, afirmam que “a livre comunicação do pensamento é um dos mais preciosos direitos do homem. Todo cidadão, pode, conseqüentemente, sem dependência de censura prévia, manifestar suas opiniões em qualquer matéria (...)”<sup>53</sup>

Porém, desde que surgiu, a liberdade de imprensa sempre foi combatida pelos detentores do poder. Ou, como escreve Freitas Nobre no livro *Imprensa e Liberdade*, “a partir do momento em que a notícia podia representar um problema para a autoridade, esta passou a exercer em controle direto sobre essa divulgação.”<sup>54</sup> É por isso que, de acordo com os jornalistas norte-americanos Bill Kovach e Tom Rosenstiel, pode haver democracia sem capitalismo, mas não é possível democracia sem uma imprensa livre.

“O jornalismo, afinal, fornece um elemento muito especial, único, a uma determinada cultura: informação independente, confiável, precisa e compreensível, elementos importantes para que o cidadão seja livre. O jornalismo destinado a fornecer outras coisas diferentes acaba subvertendo a cultura

---

<sup>50</sup> NETO, João Mellão. Aonde eles querem chegar? *O Estado de S. Paulo*, 20 ago 2004. Anexo V.

<sup>51</sup> KARAM, Francisco José Castilhos. *Op.cit.* P. 17

<sup>52</sup> RIZZINI, Carlos. *Op.cit.* P.34

<sup>53</sup> *Id.* P. 35

<sup>54</sup> NOBRE, Freitas. *Imprensa e liberdade: os princípios constucionais e a nova legislação*. São Paulo: Summus, 1988. P. 19

democrática. É o que acontece quando os governos controlam a informação, como fez a Alemanha nazista ou a União Soviética.”<sup>55</sup>

Um dos chamados *founding fathers* dos Estados Unidos, Alexander Hamilton, antevia problemas em relação à liberdade de imprensa maiores do que a garantia concedida pelas leis.

“Alexander Hamilton, opondo-se à idéia confortável de [Thomas] Jefferson, de que bastaria apenas incorporar o princípio da liberdade de imprensa numa constituição para torná-la viável, escrevia desdenhosa e profeticamente em 1788: ‘O que significa uma declaração de que ‘a liberdade de imprensa será inviolavelmente preservada’? O que é a liberdade de imprensa? Quem é capaz de lhe dar uma definição que não deixe qualquer brecha para uma evasão? Considero isto impraticável e daí chego à conclusão de que sua segurança, por mais perfeita que seja a declaração que possa ser inserida em qualquer Constituição, deve depender totalmente da opinião pública e do espírito geral do povo e do governo.”<sup>56</sup>

### **3.2 O CFJ E A LIBERDADE DE IMPRENSA**

Em texto publicado em *O Estado de S. Paulo*, o jornalista João Mellão Neto indaga:

“Por que a liberdade de expressão é tão reiteradamente defendida? Porque ela está sob constante ameaça. Para o Estado e os governantes, em geral, ela é um permanente estorvo. A todo instante são publicadas notícias e opiniões desfavoráveis e, como é da natureza de todos os governantes- de qualquer ideologia- se acreditarem certos, infalíveis e bem-intencionados, eles consideram as eventuais críticas e denúncias contra eles um sórdido e mesquinho complô de seus opositores. Se dependesse deles, a mídia só publicaria a versão oficial dos fatos.”<sup>57</sup>

Pois foi essa ameaça que Mellão Neto e vários outros jornalistas e membros da sociedade civil enxergaram na proposta do Conselho Federal de Jornalismo. O editor-chefe e apresentador do telejornal da Rede Globo *Jornal Nacional*, William Bonner, foi mais um a se unir ao coro dos descontentes.

“Por que uma democracia que elegeu presidentes quatro vezes- e que teve papel fundamental num processo de impeachment- delegaria a cinco pessoas o controle de sua imprensa? Além de criar códigos de conduta e estabelecer normas de processo disciplinar, o conselho ainda reserva para si a prerrogativa de resolver “os casos omissos na lei”- com punições que podem chegar à cassação do registro profissional. O sujeito punido deve procurar trabalho em outra atividade. Isso é ou não é intimidador? Qualquer órgão que represente ameaça à liberdade de informação, tenha o nome que tiver, a origem que tiver, precisa ser rejeitado enfaticamente pela sociedade e por seus representantes democráticos.”<sup>58</sup>

---

<sup>55</sup> KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. *Os elementos do jornalismo*. São Paulo: Geração Editorial, 2003. P. 20

<sup>56</sup> NOBRE, Freitas. *Imprensa e liberdade: os princípios constitucionais e a nova legislação*. São Paulo: Summus, 1988. P. 15

<sup>57</sup> NETO, João Mellão. Aonde eles querem chegar? *O Estado de S. Paulo*, 20 ago 2004. Anexo V.

<sup>58</sup> GASPAR, Malu. O fantasma do autoritarismo. *Veja*, 18 ago 2004. Anexo IX

Bonner se equivoca no número de componentes do Conselho, previsto no Art. 17 do projeto de lei que prevê a sua criação: são na verdade dez, e não cinco, o número de membros, e mais dez suplentes.<sup>59</sup> A cassação do registro profissional é uma das penas aplicáveis por infrações disciplinares prevista no Art. 7º. A questão dos casos omissos está no inciso XIII do Art. 2º. Cabe então a pergunta: a preocupação de Bonner é fundamentada? A criação do Conselho é uma ameaça à liberdade de imprensa?

A Federação Nacional dos Jornalistas nega que o conselho vise a cercear à liberdade de imprensa. O presidente da entidade, Sérgio Murilo de Andrade, negou que o CFJ fosse fiscalizar o conteúdo das publicações. “Altere-se o texto se ele está levando ao entendimento equivocado de que haverá fiscalização de conteúdo. Não é essa, absolutamente, nossa intenção.”<sup>60</sup> Em artigo assinado pelo próprio Andrade e pelo primeiro-secretário da Fenaj, Aloísio Lopes, a entidade declarou:

“A proposta de criar o Conselho Federal de Jornalismo é exclusivamente para fiscalizar a profissão de jornalista, cuja atividade tem uma interferência direta na vida das pessoas, na cultura e na política. Não pretende o CFJ fiscalizar as empresas (para isso já existe legislação própria) tampouco interferir na linha editorial dos veículos de comunicação.”<sup>61</sup>

O vice-presidente da entidade, Fred Ghedini, também negou que a Fenaj quisesse controlar a liberdade de imprensa e voltou à artilharia contra a mídia. “Estamos sendo massacrados pela mídia. Denunciamos esse massacre que, em última análise, massacra a própria ética da profissão. É capcioso usar um momento específico de dificuldade do governo para dizer que ele quer controlar a mídia. Isso é desinformação.”<sup>62</sup>

O ministro da Educação, Tarso Genro, também afastou a hipótese de que o CFJ seria um órgão que restringiria a liberdade de imprensa. “Há um grande equívoco nessa discussão. É como se o Conselho fosse uma forma de enquadrar a imprensa. Nada disso.

---

<sup>59</sup> Projeto de Lei que cria o Conselho Federal de Jornalismo e os Conselhos Regionais de Jornalismo, e dá outras providências. Anexo I.

<sup>60</sup> BRAGON, Ranier. Conselho de jornalismo não fiscalizará conteúdo, diz Fenaj. *Folha de S. Paulo*, 14 ago 2004. Anexo II.

<sup>61</sup> CARVALHO, Sérgio Murillo de; LOPES, Aloísio. A ética jornalística precisa de um conselho. *Primeira Leitura*. Acesso em 1º set 2004. Anexo VI.

<sup>62</sup> DIREÇÃO da Fenaj defende criação de conselho de jornalismo. *Folha de S. Paulo*, 11 ago 2004. Anexo II.

Em primeiro lugar, a imprensa é ‘inenquadrável’. Em segundo, se houvesse algum dispositivo nesse sentido de enquadramento, ele seria totalmente inconstitucional.”<sup>63</sup>

Tal opinião não foi compartilhada pelo presidente do Superior Tribunal de Justiça, Edson Vidigal. Vidigal, que disse que “não deveria haver nem lei de imprensa”, afirmou que “a liberdade de imprensa não deve estar sujeita a nada”.<sup>64</sup>

O pensamento de Vidigal é condizente com aquele dos jornalistas americanos, que jamais aceitaram a instauração de um conselho profissional da categoria nos Estados Unidos. “Definir o jornalismo, dizem, é limitá-lo. Fazer isso seria violar o espírito da Primeira Emenda: “O Congresso não fará nenhuma lei...reduzindo a liberdade de expressão ou da imprensa.” Por essa razão, os jornalistas nunca aceitaram exercer a profissão com um registro especial da categoria, como os Conselhos Profissionais de médicos e advogados (...)”<sup>65</sup>

O CFJ também vai contra vários itens da Declaração de Chapultepec, uma declaração sobre a liberdade de imprensa na América Latina da qual o Brasil é um dos signatários. A Declaração de Chapultepec diz, no seu *caput*, que “não deve existir nenhuma lei ou ato de poder que restrinja a liberdade de imprensa, seja qual for o meio de comunicação.”<sup>66</sup> Entre os artigos que seriam contrariados pelo projeto de lei que prevê a criação do CFJ, podemos citar os seguintes:

“II- Toda pessoa tem o direito de buscar e receber informação, expressar opiniões e divulgá-las livremente. Ninguém pode restringir ou negar esses direitos.

V- A censura prévia, as restrições à circulação dos meios ou à divulgação de suas mensagens, a imposição arbitrária de informação, a criação de obstáculos ao livre fluxo informativo e as limitações ao livre exercício e movimentação dos jornalistas se opõem diretamente à liberdade de imprensa.

VIII- A incorporação de jornalistas a associações profissionais ou sindicais e a filiação de meios de comunicação a câmaras empresariais devem ser estritamente voluntárias.

IX- A credibilidade da imprensa está ligada ao compromisso com a verdade, à busca de precisão, imparcialidade e equidade e à clara diferenciação entre mensagens jornalísticas e as comerciais. A conquista desses fins e a observância desses valores éticos e profissionais não devem ser impostos. São responsabilidades exclusivas dos jornalistas e dos meios de comunicação. Em uma sociedade livre, a opinião pública premia ou castiga.

X- Nenhum meio de comunicação ou jornalista deve ser sancionado por difundir a verdade, criticar ou fazer denúncias contra o poder público.”<sup>67</sup>

---

<sup>63</sup> TARSO Genro defende Conselho Federal de Jornalismo. *Cinform*, 24 ago 2004. Anexo VIII.

<sup>64</sup> EDSON Vidigal, do STJ, defende imprensa livre. *O Estado de S. Paulo*, 29 ago 2004. Anexo V.

<sup>65</sup> KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. *Os elementos do jornalismo*. São Paulo: Geração Editorial, 2003. P. 32

<sup>66</sup> Declaração de Chapultepec. Anexo X.

<sup>67</sup> *Idem*

Já o projeto de lei que cria o CFJ, diz em seu art. 4º que “todo jornalista, para exercício da profissão, deverá inscrever-se no CRJ da região de seu domicílio”, o que vai contra os artigos II e VIII da Declaração de Chapultepec.. O art. 5º diz que “no exercício da profissão, o jornalista deve pautar sua conduta pelos parâmetros definidos no Código de Ética e Disciplina”, o que contraria o art. IX da Declaração de Chapultepec.<sup>68</sup> Outros artigos que já vimos antes, como o que determina que o Conselho orientará, fiscalizará e disciplinará a profissão e o que prevê as sanções disciplinares também são abertamente contrários à declaração de Chapultepec.

O presidente da Sociedade Interamericana de Imprensa (patrona da Declaração de Chapultepec) no biênio 1998-1999, Jorge Eduardo Fascetto, faz um balanço da importância da declaração e do seu cumprimento na América Latina.

“Essa Declaração já foi assinada pelos principais chefes de Estado dos países do hemisfério ocidental, e é considerada como termômetro para medir a liberdade real de imprensa em vigor em cada país da América Latina. Entretanto, vemos que essa liberdade não teve avanços, apesar de hoje a maioria dos países possuir governos que podem ser considerados democráticos. O que acontece é que às vezes os políticos proclamam sua fé na democracia, mas podem se tornar intolerantes diante de críticas. (...) Ou ainda, que as constituições de alguns países democráticos contenham certos elementos de restrição sobre a imprensa.

Na verdade, do estudo comparado entre os dez princípios da Declaração e as leis de imprensa da região compiladas nesta obra, conclui-se que os postulados de Chapultepec não estão sendo seguidos em sua íntegra. E isso apesar de existir um consenso de que uma imprensa livre é condição fundamental para que as sociedades solucionem seus conflitos, promovam o bem-estar e protejam sua liberdade, conforme o estabelecido no primeiro Princípio, que afirma que não existem pessoas nem sociedades livres sem liberdade de expressão e de imprensa e que o exercício desta não é uma concessão das autoridades, mas um direito inalienável dos povos.

Se tivéssemos que definir a importância da Declaração de Chapultepec, bastaria dizer que sua aceitação e seu cumprimento constituem- através da proteção da liberdade de expressão e da imprensa- o único caminho em direção à democracia, porque se essas liberdades são cerceadas, desaparecem todas as demais.”<sup>69</sup>

O jornalista Ricardo Setti vê no fato de os dirigentes da Fenaj, que propuseram a criação do Conselho e seriam os responsáveis por sua primeira composição, serem em sua maioria filiados ao Partido dos Trabalhadores, ou seja, o partido do governo, em um fator preocupante que poderia levar o conselho a ser um órgão de tutelamento ideológico.

“(…) qual é o cabimento de uma entidade sindical de jornalistas – portanto, de profissionais com a obrigação de manter um mínimo de isenção profissional, sobretudo diante dos governos- ser dirigida

---

<sup>68</sup> Projeto de Lei que cria o Conselho Federal de Jornalismo e os Conselhos Regionais de Jornalismo, e dá outras providências. Anexo I.

<sup>69</sup> FASCETTO, Jorge Eduardo. *A imprensa livre é essencial para a democracia*. In: LANAIO, Jairo (org.). *A Liberdade de Imprensa e a Lei- Normas jurídicas que afetam o jornalismo nas Américas*. 2000 Sociedade Interamericana de Imprensa.



por gente manifestamente adepta do partido do governo, militante desse partido, filiada a ele? E que, agora, proponha a esse governo, de quem é partidária e por cuja eleição propugnou, um projeto de tutela e controle sobre a mídia e os jornalistas.”<sup>70</sup>

O mesmo Ricardo Setti escreveu em outro artigo:

“Na exposição de motivos que acompanha o anteprojeto enviado ao presidente Lula, o ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, diz que “atualmente não há nenhuma instituição com competência legal para normatizar, fiscalizar e punir as condutas inadequadas dos jornalistas.” Pois muito bem, não há e nem deve haver, para o exercício livre do jornalismo e o atendimento do que diz a própria Constituição; “É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença” (artigo 5º, inciso IX).”<sup>71</sup>

O jornalista Alberto Dines, o criador do *Observatório da Imprensa*, e como pudemos ver no primeiro capítulo, um dos mais ferozes críticos do projeto do CFJ, concorda com os argumentos de Setti. E expõe os seus.

“Jornalistas não precisam ser protegidos pelo Executivo, ao contrário, precisam libertar-se das amarras do poder político. O exercício do jornalismo deve ser livre de constrangimentos e filiações suspeitas. Jornalistas precisam de proteção, sim, mas da proteção do Judiciário. Esta é a equação politicamente correta e moralmente defensável. E se há magistrados que não subordinam seus interesses pessoais à cláusula pétrea da supremacia do direito de expressão sobre os demais direitos, estes magistrados precisam ser publicamente denunciados.”<sup>72</sup>

O temor de que o Conselho Federal de Jornalismo, ao invés de um órgão regulador da profissão, tenha também um caráter ideológico-político foi aumentado pela, como diz o título de artigo de Maurício Tuffani, “canetada” que o governo não explicou.<sup>73</sup> Como denuncia Tuffani, o projeto apresentado pela Fenaj e aprovado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, foi modificado na Casa Civil. “A tabela comparativa dos dois textos- o que foi encaminhado pelo MTE e o produto engendrado a partir dele- deixa evidente a intenção do governo de extrapolar a pretendida regulamentação profissional”. Eis as mudanças listadas por Tuffani:

“Entre as atribuições previstas em seu artigo 1º para o CFJ, está a de “disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de jornalista”. No anteprojeto elaborado pela Casa Civil, esse trecho teve o acréscimo de algumas palavras, e ficou sendo “disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de jornalista e da atividade de jornalismo. (...) Não há como acreditar na hipótese de que essa alteração tenha sido fruto de um mero descuido ou de uma simples ênfase nos aspectos da profissão de jornalista. A “canetada” é corroborada por duas outras modificações. O texto original, da equipe de Berzoini, previa entre as competências do CFJ a de “resolver os casos omissos nesta lei e demais normas pertinentes ao CFJ e ao exercício da profissão de jornalista” (art. 2º, XIV). No anteprojeto de lei assinado pelo

---

<sup>70</sup> SETTI, Ricardo. Watergate, a Fenaj e o Conselho de Jornalismo. *No Mínimo*, 19 ago 2004. Anexo VII.

<sup>71</sup> SETTI, Ricardo. Ameaça que paira no ar. *Observatório da Imprensa*. Acesso em 1º set 2004. Anexo III.

<sup>72</sup> DINES, Alberto. Contra o denunciismo, o peleguismo. *Observatório da Imprensa*. Acesso em 1º set 2004. Anexo III.

<sup>73</sup> TUFFANI, Maurício. A “canetada” que o governo não explicou. *Observatório da Imprensa*. Acesso em 1º set 2004. Anexo III.

presidente, esse dispositivo também teve o acréscimo "e da atividade de jornalismo". A mudança feita pela equipe do ministro José Dirceu não só reforça a alteração no artigo 1º, como também dá ao CFJ – e aos conselhos estaduais a serem criados – plenos poderes nos casos não previstos em lei para toda a atividade jornalística.

Por mais que se tente manter uma saudável dúvida sobre aquilo que os estudiosos das leis chamam de intenção do legislador, o trabalho da Casa Civil parece não ter sido pautado pela menor preocupação em não deixar evidente suas razões de Estado. A terceira "canetada" fecha o círculo da organicidade do dispositivo enxertado nos dois primeiros artigos. Ela está também no artigo 3º, que trata da competência dos Conselhos Estaduais de Jornalismo (CRJs).

Ao preencher os vãos da proposta da Fenaj no que se refere às atribuições e competências dos CRJs, a equipe da Casa Civil acrescentou o inciso IV: "Exercer a fiscalização do exercício da profissão de jornalista e da atividade de jornalismo".<sup>74</sup>

De acordo com a diretoria da Fenaj, as mudanças foram feitas a pedido da entidade. “Muita coisa já estava na legislação profissional. Na maioria dos conselhos, há a expressão que prevê a fiscalização da atividade profissional. É para deixar claro que se vai fiscalizar o exercício da profissão dentro do jornal, dentro da assessoria de imprensa”, disse o primeiro-secretário da Federação, Aloísio Lopes.<sup>75</sup>

O correspondente do site *Último Segundo* em Israel, Nahoum Sirotsky, também vê na estrutura do Conselho um viés anti-democrático. Ele explica:

“A democracia não existe sem a mídia independente. Mídia controlada, como sugere o anteprojeto, é o primeiro passo para o fim das liberdades e para os poderes esconderem seus atos e gastos, autorização para a prática de meios corruptos e corruptores. A mídia garante a transparência dos atos e o comportamento daqueles com poder. Só ela. O conselho sugerido é uma ameaça à democracia. Entrega o controle das liberdades a indivíduos que ficam com imenso poder. Eles serão seres humanos, com todas as fraquezas. Tentarão fechar nossos olhos e ouvidos. Inapelavelmente.”<sup>76</sup>

Alberto Dines, mais uma vez, volta à carga, dessa vez contra um dos maiores disparates do projeto, a inclusão da palavra **censura** entre as advertências disciplinares, no Art. 7º, como já vimos anteriormente. Escreve Dines:

“Como disse o presidente do STJ, o ministro Edson Vidigal (ex-jornalista profissional), o anteprojeto é claramente inconstitucional, será barrado na saída na Comissão de Constituição e Justiça. A idéia é liminarmente autoritária, não cabe numa democracia, contraria flagrantemente as cláusulas pétreas da Carta Magna. Mesmo assim não se pode deixar de lado algumas de suas aberrações. No artigo 7, inciso III, no rol das penalidades que poderão ser aplicadas aos jornalistas, está lá, com todas as letras, a palavra *censura*. E não se pense que a abominável expressão está lá no sentido de repreensão. Antes, quando se tratou das penalidades, mencionou-se a *advertência* (inciso I).”<sup>77</sup>

Diante dessas evidências, creio podermos afirmar que o projeto que cria o Conselho Federal de Jornalismo, embora possivelmente não tenha sido concebido com

<sup>74</sup> O projeto, conforme aprovado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, está no Anexo XI.

<sup>75</sup> GOVERNO muda texto para poder fiscalizar veículos de comunicação. *Folha de S. Paulo*, 11 ago 2004. Anexo II.

<sup>76</sup> SIROTSKY, Nahoum. Os olhos do povo. *Observatório da Imprensa*. Acesso em 1º set 2004. Anexo III.

<sup>77</sup> DINES, Alberto. Naufrágio à vista. *Observatório da Imprensa*. Acesso em 1º set 2004. Anexo III.

essa intenção, é, sim, ameaçador e libertador à liberdade de imprensa no Brasil. Ou como resume o senador e ex-Ministro da Educação Cristovam Buarque, do próprio partido do governo:

“Há duas tentações que nenhum governante pode sentir: impedir a impressão de notícias e autorizar a impressão de moedas. Por isso, defendo a liberdade de imprensa e a autonomia do Banco Central. E esse projeto do conselho cria uma tentação autoritária. O autoritarismo raramente se instala de uma vez. Ele chega sempre aos poucos, sem que as pessoas percebam. E, às vezes, vem disfarçado de boas intenções.”<sup>78</sup>

### **3.3 A LIBERDADE DE IMPRENSA NO BRASIL ATUAL**

A questão que deve ser levantada é: existe liberdade de imprensa no Brasil atual, antes mesmo da criação de um órgão como o Conselho Federal de Jornalismo? A resposta é menos simples do que poderia parecer. Em 2000, a Sociedade Interamericana de Imprensa lançou livro chamado *A Liberdade de Imprensa e a Lei- Normas jurídicas que afetam o jornalismo nas Américas*. Na introdução, o vice-presidente da entidade, Danilo Arbilla, escreveu:

“Este livro não existiria se tivéssemos seguido a máxima que diz que a melhor lei de imprensa é a falta dela. Em uma situação ideal, a legislação nas Américas que trata da liberdade de expressão, de imprensa e de informação deveria ocupar algumas poucas páginas que contivessem frases claras e diretas proibindo qualquer tentativa de “regulamentar”, “garantir” ou “assegurar”- ou qualquer outra palavra que se possa utilizar- a liberdade de expressão. É assim que deveria ser. Infelizmente, isso não ocorre.”<sup>79</sup>

O livro dedica 58 páginas às leis sobre imprensa no Brasil. Leis essas que, de acordo com a publicação, restringem a liberdade de imprensa. A Lei de Imprensa de 1967 e o projeto de substituição dessa lei são os maiores alvos do livro. A respeito do segundo, o livro coloca que “está sendo examinado atualmente um projeto de lei que impõe sérias restrições à liberdade de imprensa”.<sup>80</sup>

No ranking mundial de liberdade de imprensa de 2003, elaborado pela organização não-governamental Repórteres sem Fronteiras, o Brasil ocupa a 71ª posição, atrás de países como Israel e Croácia. No barômetro de liberdade de imprensa de 2004, também organizado pela ONG, o Brasil é um dos dois únicos países da América do Sul que está qualificado como tendo “problemas consideráveis” em relação

---

<sup>78</sup> GASPAR, Malu. O fantasma do autoritarismo. *Veja*, 18 ago 2004. Anexo IX.

<sup>79</sup> ARBILLA, Danilo *Uma liberdade não delegada*. In: LANAIO, Jairo (org.). *A Liberdade de Imprensa e a Lei- Normas jurídicas que afetam o jornalismo nas Américas*. 2000 Sociedade Interamericana de Imprensa.

à liberdade de imprensa, ao lado da Colômbia. A Venezuela, onde a imprensa chegou a comandar um golpe de estado” é a única nação pior avaliada no continente sul-americano, com uma “situação difícil.”<sup>81</sup>

Em seu Relatório Anual de Liberdade de Imprensa de 2003, a Associação Nacional de Jornais- que como pudemos ver no primeiro capítulo se pronunciou contra a criação do Conselho Federal de Jornalismo concluiu que a imprensa “livre de ameaças, sem pressões, censura ou violência” não é “o que vem acontecendo no país”.<sup>82</sup>

Em suas considerações gerais, consta no relatório:

“Não prospera uma democracia sem liberdade de imprensa. Por isso, cada vez que a atividade jornalística sofre ameaça, restrição ou qualquer tipo de censura, a sociedade brasileira é atingida e se torna a principal vítima. Uma Nação só pode avançar se for bem informada e, desse modo, capacitar-se para fazer escolhas adequadas, interagir com o seu ambiente social e decidir o seu futuro com maturidade.

(...) De todas as formas e por todos os meios, pela via judicial, pelo recurso legal ou pelo império do crime, não foram poucos os esforços para tentar cercear a liberdade de imprensa, um bem que pertence à Nação antes de ser interesse de uma categoria nacional. (...)

Muitos julgamentos em primeira instância desconhecaram que a imprensa livre deve exercer a crítica e que alegações de dano à moral que visam tão somente impedir o exercício da liberdade de expressão não podem ter amparo em juízo.

(...) O Brasil precisa efetuar uma mobilização nacional pela liberdade de imprensa, peça fundamental para a existência da democracia, para que os brasileiros possam exercer o direito de acesso à informação pública e exigir a transparência máxima das ações em todos os níveis de poder.

Quando os jornalistas e empresas jornalísticas defendem a liberdade de imprensa não o fazem somente em defesa de seus objetivos específicos. Defendem o direito de a sociedade ser informada e ser mantida esclarecida. Isso é mais que uma luta da imprensa. A luta é por um direito que precede a todos, o do cidadão.”

No relatório são listados casos de agressões, ameaças e processos sofridos por jornalistas. Também são lembrados os assassinatos do jornalista Tim Lopes, do repórter fotográfico Luiz Antônio da Costa e do proprietário de jornal Sávio Brandão. Mas dentro do conceito de restrição à liberdade de imprensa que estamos estudando nesse trabalho, acredito que mais graves sejam as denúncias de censura contidas no relatório da ANJ. Ei-las:

**“23 de outubro de 2002- O Correio Braziliense (DF) sofreu censura prévia praticada sob a proteção judicial. Mandado de busca e apreensão assinado pelo desembargador Jirair Meguerian determinou, no dia, que o oficial de Justiça Ricardo Yoshida, acompanhado do advogado Adolfo Marques da Costa, da Coligação Frente Brasília Solidária, entrassem na Redação do jornal para censurar qualquer reportagem que transcrevesse trechos de uma gravação realizada pela Polícia Federal, com autorização judicial, e que relacionasse o governador [Joaquim] Roriz com os irmãos Pedro e Márcio Passos, empresários acusados de parcelamento irregular do solo em Brasília. O oficial de Justiça e o advogado de Roriz investigaram cada setor da empresa envolvido com a produção de notícias, da Redação do jornal à gráfica, e vistoriaram todas as páginas do jornal.**

---

<sup>80</sup> LANA, Jairo (org.). *Op.cit.* P. 132

<sup>81</sup> Informações do *site* <http://www.rs.org>

<sup>82</sup> Relatório anual sobre Liberdade de Imprensa no Brasil – 2003. Anexo XII.

O desembargador Jirair Miguerian determinou a “busca e apreensão, com arrombamento ou entrada compulsória, na sede, se houver necessidade (...) de todos os exemplares do jornal Correio Braziliense, edição de 24.10.2002, desde que publique trechos ou a íntegra de conteúdo das fitas de gravação das conversas telefônicas interceptadas por ordem judicial”.

**“4 de fevereiro de 2003-** A revista Você S/A, da Editora Abril, sofreu censura prévia pela Justiça paulista, que concedeu liminar favorável à empresa Dow Right Consultoria em Recursos Humanos, para condicionar a publicação de uma reportagem ao direito de resposta na mesma edição. A reportagem seria sobre a indústria de recolocação profissional no mercado. De acordo com a decisão do juiz da 2ª Vara Cível do Fórum de Pinheiros, Antônio Dimas Cruz Carneiro, a notícia somente pode ser divulgada se for incluída a “resposta da autora em seguida a cada fato negativo que lhe for atribuído, observando-se, rigorosamente a igualdade de espaço e destaque entre as imputações e as defesas”. (...)

Para se cumprir esse entendimento do juiz, a revista precisaria mostrar a reportagem para, assim, a empresa responder na mesma edição em que a matéria fosse publicada. Ou seja, teria de submeter o conteúdo editorial ao conhecimento prévio da empresa citada, o que configura censura prévia. A revista Você S/A, que chegou às bancas no dia 5 de fevereiro, informou o fato aos leitores sem citar o nome da empresa.”

Mas não são só essas medidas autoritárias que põem em risco a liberdade de imprensa. No livro *Elementos do Jornalismo*, Bill Kovach e Tom Rosenstiel demonstram sua preocupação com os rumos da liberdade de imprensa na nova era de megacorporações. Kovach cita a frase de Michael Eisner, presidente da Disney, que ao adquirir a ABC News disse não considerar apropriado que “a Disney cubra a Disney”.<sup>83</sup> Em seguida, Kovach e Rosenstiel explicam as implicações dessa nova realidade.

“A noção de liberdade de imprensa tem raízes na independência americana. Somente uma imprensa livre dos censores governamentais pode contar a verdade. Num contexto moderno, essa liberdade expandiu-se de forma a significar independência de outras instituições também- partidos políticos, anunciantes, negócios e outras fontes. A conglomeração de negócios informativos ameaça a sobrevivência da imprensa como instituição independente, à medida que o jornalismo se converte em um setor subsidiário dentro das grandes corporações essencialmente voltadas para os negócios.”<sup>84</sup>

Kovach e Rosenstiel indagam:

“O que acontece se um anunciante deixa bem claro que vai gastar mais dinheiro em publicidade desde que a cobertura de um determinado assunto fique mais suave, ou que um repórter seja demitido ou mudado de departamento? Quando, por exemplo, algum anunciante exigiu melhor cobertura de práticas empresariais corruptas ou fixação de preços? Como dar informação sem temor ou favoritismo quando os donos dos jornais estão dizendo aos editores que um dos objetivos prioritários é fazer mais dinheiro nesse trimestre?”<sup>85</sup>

Ou como diz em outras palavras o professor Muniz Sodré, mostrando que as ponderações de Kovach e Rosenstiel também se aplicam a realidade brasileira: “Em termos mais francos, uma corporação ou empresa preocupa-se primeiramente em evitar

---

<sup>83</sup> KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. *Os elementos do jornalismo*. São Paulo: Geração Editorial, 2003. P. 50

<sup>84</sup> *Id.*, PP. 53-4

<sup>85</sup> *Id.*, P. 96

o vermelho em seu balanço contábil e depois com questões financeiramente secundárias, como erro e verdade, justo e injusto, ético e aético”.<sup>86</sup>

Os resultados dessa forma de pensar podem ser vistos por exemplo no caso do jornal *Los Angeles Times* e o estádio esportivo *Staples Center*, em 1999. Bill Kovach e Tom Rosenstiel dizem que o caso depõe contra a existência de uma parede antifogo entre a redação do jornal e o departamento comercial.

“O escândalo do *Los Angeles Times* e o estádio esportivo *Staples Center*, em 1999, revela a pobreza da metáfora da parede antifogo. Naquele ano, esse jornal, o quarto maior nos Estados Unidos, fez um acerto com os donos do local esportivo para dividir os lucros provindos de uma edição da revista dominical sobre a abertura do estádio- em troca da ajuda na venda de anúncios. Os donos do estádio enviaram cartas aos seus fornecedores exigindo que comprassem espaço publicitário no jornal. Todas as matérias apuradas e escritas foram positivas para o estádio, mas ninguém na redação sabia do negócio. A parede, em outras palavras, ficou intacta. Quando mais tarde o acordo veio a público, tanto jornalistas como leitores mostraram-se indignados.”<sup>87</sup>

Pois o caso denunciado por Kovach e Rosenstiel aconteceu de maneira parecidíssima no Brasil. Como conta reportagem da revista *Veja* intitulada “Uma farsa chamada *IstoÉ*”, a revista em questão usou de expediente semelhante ao do *Los Angeles Times* para vender a publicidade de matéria de capa sobre o Estado do Rio de Janeiro. Antes, a revista tinha sido o único órgão de circulação nacional a ser envolvido no escândalo de compra de reportagens pelo governo do Estado do Paraná.

“A capa da edição da revista *IstoÉ* que chegou às bancas no dia 24 de julho, intitulada “Rio trabalhador”, trouxe evidências de que a publicação entrega a seus leitores material publicitário disfarçado de reportagem. O informe publicitário com 21 páginas de elogios ao desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro chamou a atenção de dois jornalistas de veículos diferentes: Milton Coelho da Graça, do site *Comunique-se*, e os responsáveis pela coluna de Monica Bergamo, na *Folha de S.Paulo*. O primeiro, em artigo veiculado no dia 26 de julho, pergunta: “Como uma revista pode ter credibilidade em suas reportagens investigativas enfiando no meio delas matérias pagas desse tipo?”. Uma semana depois, a coluna de Monica Bergamo informou que a “reportagem” de *IstoÉ* teria sido paga pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan). Em carta a *VEJA*, a Firjan explica o episódio, mas não melhora em nada a situação de *IstoÉ*. Fica claro que a revista usa métodos heterodoxos: a redação faz e o comercial cobra pelas reportagens. A Firjan diz que um repórter de *IstoÉ* solicitou entrevista com seu presidente, Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, para uma “reportagem especial sobre o Rio de Janeiro” e que, “depois da entrevista, o comercial da *IstoÉ* procurou a área de marketing da Firjan oferecendo espaço publicitário para apoiar a publicação”. O “jornalismo” praticado por *IstoÉ* já rendeu à revista, em círculos bem informados, o apelido de “QuantoÉ”. Os esquemas de *IstoÉ* já haviam sido denunciados pelo jornalista Fernando Rodrigues, da *Folha de S.Paulo*, no ano passado. Em reportagem que lhe rendeu o Prêmio Esso de melhor contribuição à imprensa em 2003, Rodrigues investigou o uso de dinheiro público por parte do governo do Paraná, em 2002, na compra de matérias jornalísticas favoráveis à gestão de Jaime Lerner, à época seu titular. Rodrigues registrou que o único veículo de circulação nacional pago para elogiar Lerner fora a *IstoÉ Gente*, também da Editora Três. Nota fiscal obtida pelo repórter mostrou

---

<sup>86</sup> SODRÉ, Muniz. Bom conselho, novo jornalismo. *Observatório da Imprensa*. Acesso em 1º set 2004. Anexo III.

<sup>87</sup> KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. *Op.cit.* P. 100

que, para publicar "reportagens" elogiando as atrações turísticas do Estado, a revista cobrou 500 000 reais.”<sup>88</sup>

O jornalista e professor da Universidade Federal do Sergipe Josenildo Guerra lembra-se de outros casos da recente história democrática brasileira em que a “liberdade de empresa” prevaleceu sobre a liberdade de imprensa. Vale a transcrição:

“Em outubro de 1998, às vésperas do segundo turno para a eleição do governo paulista, a *Folha de S. Paulo* vetou a publicação do artigo "Coisas do passado" do articulista Alberto Dines. Embora o autor, contratado justamente para escrever textos opinativos, tenha decidido pela publicação do material, os diretores do jornal consideraram as opiniões ali apresentadas "partidárias", inadequadas à postura da *Folha* na cobertura das eleições estaduais. Em um trecho do artigo, Dines fazia duras críticas ao então – e eterno – candidato Paulo Maluf. O dado que interessa, porém, é a constatação de que entre o exame livre e autônomo do jornalista e o julgamento também livre e autônomo dos diretores do jornal sobre a oportunidade da publicação, prevaleceu o destes últimos. (...)

Também a partir de 1998, se a memória não me falha, a Rede Globo de Televisão adotou a postura de indicar "interventores" nas suas afiliadas espalhadas Brasil afora, sobretudo na região Nordeste. Preocupada com o uso político do jornalismo, uma vez que o controle tanto de TVs como de rádios e jornais costuma estar concentrado nas mãos de tradicionais grupos políticos dessas regiões, a emissora carioca se auto-atribuiu o dever de zelar pela boa prática da profissão. Onde o braço da Globo pudesse atingir, estariam então resguardados os nobres princípios da profissão. O mesmo não aconteceria, obviamente, nos veículos fora do raio de sua influência. Assim, entre a autonomia e a liberdade editorial de grupos regionais e a autonomia e a liberdade editorial do principal conglomerado de comunicação do país, o que tem prevalecido é a tutela deste sobre aqueles no campo do jornalismo.

Em 2001, uma edição do programa *Observatório da Imprensa na TV* foi cancelada. No dia, seria exibida uma entrevista com o jornalista João Carlos Teixeira Gomes, autor do livro *Memória das Trevas: uma devassa na vida de Antonio Carlos Magalhães*. Suspeita de pressões políticas oriundas de Brasília teriam levado o editor do programa, Alberto Dines, a suspender a entrevista para preservar o recém-empossado diretor da TVE, Fernando Barbosa Lima, de maiores constrangimentos. Emissora pública depende, afinal, de acordos políticos para receber verbas. Entre a decisão livre e autônoma do editor em escolher o entrevistado e a ameaça não se sabe de quem vinda não se sabe de onde, sabemos todos o que prevaleceu.

Em meados de 2001, o jornalista Ricardo Boechat é despedido do jornal *O Globo* sob a acusação de ter praticado uma conduta inaceitável para os padrões éticos da profissão. Foi flagrado num grampo telefônico acertando os ponteiros de uma matéria com a fonte. Disputas de interesses à parte que supostamente teriam levado ao grampo delator, o fato é que o jornalista saiu sequer sem direito à defesa. Entre, portanto, o julgamento livre e autônomo do jornalista sobre a correção do procedimento por ele adotado para fazer a matéria e o julgamento também livre e autônomo de seus chefes, prevaleceu o destes últimos.

No final de 2003, o jornalista Joelson Beting vê suspensa a publicação de sua coluna pelo jornal *O Globo* também sob a acusação de desrespeitar padrões éticos do jornalismo ao fazer um anúncio publicitário para um banco privado. Fato este agravado por ter o referido jornalista construído sua reputação ao longo de 30 anos justamente na cobertura da área econômica. Entre o exame livre e autônomo de Beting sobre a compatibilidade de estreitar a peça publicitária e manter intacta sua credibilidade profissional e o exame livre e autônomo dos diretores de *O Globo*, que concluíram exatamente o contrário, prevaleceu o discernimento destes últimos.

Em cada caso, como se pretendeu mostrar, as partes apresentaram interpretações diferentes para o problema. Para um mesmo fato, uma mesma situação, interpretações opostas e conflitantes. Quem tem ou teria tido razão? Essa resposta, contudo, não interessa muito para os objetivos deste texto. O que interessa é a seguinte constatação: a "razão" prevalecente sempre foi a da parte mais forte.”<sup>89</sup>

<sup>88</sup> QUANTOÉ? In: UMA farsa chamada IstoÉ. Veja, 25 ago 2004. Anexo IX.

<sup>89</sup> GUERRA, Josenildo. Qual liberdade?! *Observatório da Imprensa*. Acesso em 1º set 2004. Anexo III.

Josenildo ainda ressalta que todos os casos citados por eles envolviam estrelas do jornalismo. Ele imagina que casos semelhantes aconteçam todos os dias, sem que cheguem ao conhecimento de todos. E conclui:

“Tal constatação me leva a refletir sobre a saraivada de críticas a que foi submetida a proposta da criação do Conselho Federal de Jornalismo. Principalmente aquelas que apontam o risco de volta à censura, de cassação da liberdade de expressão e autonomia dos jornalistas. Pergunto eu: qual liberdade de expressão, qual autonomia para o exercício da profissão se está querendo preservar ou proteger de um eventual conselho profissional?”

Isabel Siqueira Travancas entrevistou cerca de 50 jornalistas para o seu livro *O Mundo dos Jornalistas*. A questão da liberdade relativa de imprensa, subordinada aos interesses do patrão, foi levantada por vários deles.

“Todos enfatizam que a esfera de ação de um profissional em termos de ética tem limite. Um limite imposto pela própria hierarquia do jornal. O jornalista deve se responsabilizar por todas as informações incluídas em suas matérias. Elas devem corresponder à verdade. No entanto, a utilização dessas mesmas informações, ou mesmo sua omissão, está fora de sua área de influência. O profissional pode sugerir ou mesmo discutir com seu chefe sobre sua importância e destaque, mas não terá poder de decisão.”<sup>90</sup>

Em palavras de Claudio Abramo, citado por Isabel, “o jornalismo é um meio de ganhar a vida, um trabalho como outro qualquer; é uma maneira de viver, não é nenhuma cruzada. E por isso você faz um acordo consigo mesmo: o jornal não é seu, é do dono. (...) Para trabalhar em jornal é preciso fazer um armistício consigo próprio.”<sup>91</sup>

Poderíamos até dizer que o que vige não é a liberdade de imprensa, e sim a liberdade de empresa. Bill Kovach e Tom Rosenstiel resumem muito bem a situação:

“Os donos da mídia, ou no caso das empresas que estão na bolsa, o executivo-chefe eleito pela diretoria, são quem no final decidem a qualidade das notícias produzidas por seus departamentos de informação. São eles quem geralmente selecionam, contratam, demitem e promovem editores, *publishers*, gerentes gerais, diretores de informação, chefes de redação – os jornalistas, enfim – que tocam as redações... Os donos determinam os orçamentos das redações e o volume de tempo e espaço dado às notícias e aos anúncios. Eles determinam ainda os padrões de qualidade do pessoal que escolhem e a política informativa que estes depois vão aplicar. Os donos decidem que níveis de qualidade querem apoiar com base no quanto pagam, bem ou mal, aos seus jornalistas.”<sup>92</sup>

Um caso de ingerência dos donos da empresa, ou de altos executivos, em uma matéria pode ser visto na edição do debate presidencial entre Fernando Collor de Mello e Luiz Inácio Lula da Silva, em 1989, no *Jornal Nacional*, considerada uma grave manipulação, que teria contribuído para a eleição de Collor. De acordo com o relato de Octavio Tostes, que editou a versão do debate que foi ao ar no *Jornal Nacional*, Ronald

---

<sup>90</sup> TRAVANCAS, Isabel Siqueira. *O mundo dos jornalistas*. São Paulo: Summus, 1993. P. 96

<sup>91</sup> *Id.*, p. 64



de Carvalho, editor de Política da TV Globo à época, lhe passou a seguinte orientação: “É para fazer uma edição com o pior do Lula e o melhor do Collor. Põe aquele negócio da sub-raça”.<sup>93</sup> No livro *Notícias do Planalto*, que tem o subtítulo *A imprensa e Fernando Collor*, Mario Sergio Conti expõe como Roberto Marinho, dono e presidente das Organizações Globo à época, preferia e trabalhou para a eleição de Collor.

Os interesses comerciais da empresa podem levar ainda aos caminhos da auto-censura, muito criticados pelo jornalista Ricardo Noblat, ele mesmo vítima das forças maiores ao ser destituído do cargo de chefe-de-redação do *Correio Braziliense* a pedido do governo do Distrito Federal. A auto-censura consiste em não abordar certos temas, pois estes seriam contrários aos interesses comerciais do jornal, e segundo Noblat, esse é um dos grandes vícios do jornalismo brasileiro atualmente.<sup>94</sup> Moacir Werneck de Castro discorre em artigo chamado “Censura em dois tempos” sobre os efeitos nefastos da auto-censura:

“Subproduto da censura, a autocensura cria uma insidiosa forma de submissão e de renúncia à liberdade de imprensa, já que compete à vítima colocar-se no lugar do censor, imaginando como ele decidiria diante de tal ou qual caso concreto. Situação deprimente, onde um dos preços a serem pagos é o corte, por excesso de zelo e obediência, daquilo que o censor talvez deixasse passar; mas o pior mesmo é a cumplicidade do pescoço com a guilhotina”.<sup>95</sup>

Enfim, como podemos ver, as restrições à plena liberdade de imprensa são muitas e têm que ser discutidas, independentemente da implantação ou não do Conselho Federal de Jornalismo. Mas cabe ressaltar que com a liberdade de imprensa vem também a responsabilidade da imprensa por aquilo que publica e o dever de bem informar. No próximo capítulo, discutiremos se esse dever vem sendo bem desempenhado no Brasil atualmente e se a imprensa precisa de um órgão para inibir os seus desvios éticos.

---

<sup>92</sup> KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. *Op.cit.* P. 102

<sup>93</sup> MEMÓRIA GLOBO. *Jornal Nacional: a notícia faz história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004. P. 220

<sup>94</sup> Noblat abordou o assunto em evento comemorativo dos 35 anos da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, à qual o autor esteve presente.

<sup>95</sup> CASTRO, Moacir Werneck de. *Censura em dois tempos*. In: PESSÔA, Alfredo de Belmont (org.) *Os melhores textos da revista de comunicação*. Rio de Janeiro: Projeto Editorial, 1996

## **4. A ÉTICA JORNALÍSTICA NO BRASIL E O CONSELHO FEDERAL DE JORNALISMO**

### **4.1 A LIBERDADE DE IMPRENSA E O DENUNCISMO**

Conforme vimos anteriormente, um dos maiores motivos de polêmica provocados pela discussão da proposta do Conselho Federal de Jornalismo foi a declaração do ministro Luiz Gushiken de que a liberdade de imprensa não é um valor absoluto. “Vocês [jornalistas] são profissionais que sabem o limite da ação, sabem que a liberdade de imprensa é um valor absoluto, mas sabem também que numa sociedade nada é absoluto”.<sup>96</sup> No clima que se criou em torno da criação do Conselho, a frase de Gushiken ganhou contornos de prova de que o projeto refletia um caráter autoritário e dirigista do governo. Poderia causar surpresa, portanto, saber que a idéia de Gushiken é defendida com afincio por alguns teóricos do jornalismo.

Entre eles o paladino da liberdade de imprensa, Carlos Rizzini, que expôs seus motivos em conferência proferida em 12 de fevereiro de 1950.

“Talvez este ilustre auditório não esperasse ouvir de um antigo plumitivo (...) a declaração de que é contrário à liberdade de imprensa, tal qual a pregoam os modernos demagogos. (...) Sou, assim, pela liberdade relativa da imprensa e de tudo o mais. Nem concebo liberdades absolutas. (...) A liberdade de imprensa não devia ser restringida, mas os seus abusos deviam ser reprimidos. E este é o seu verdadeiro e permanente conceito. Está no interesse da própria liberdade de imprensa, que a lei a proteja contra seus excessos e desvios. Infelizmente essa proteção tem sido frágil e enganosa, melhor valendo para acobertá-los do que para reprimi-los. A condescendência ou a cumplicidade dos legisladores levou-os sempre, sob o pretexto de não ferir a liberdade de imprensa, a afrouxar-lhe as sucessivas regulamentações, ainda mais relaxadas pelos tribunais encarregados de sua aplicação. Desse modo, ela tem sido mais nociva do que podia ou devia ser, e por si mesma tem muitas vezes concorrido para os eclipses em que, de quando em quando, a apagam as recaídas absolutistas”.<sup>97</sup>

Pois cinquenta e quatro anos depois do discurso de Rizzini, o presidente do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim, apresentou discurso semelhante ao do jornalista. Segundo Jobim, os instrumentos atuais para punir abusos da imprensa “não tem resolvido o problema”.<sup>98</sup>

Em entrevista à *Folha de S. Paulo*, o ministro Ricardo Berzoini, que encaminhou a proposta de criação do CFJ ao congresso, também citou a questão da responsabilidade

---

<sup>96</sup> SCOLESE, Eduardo. Nem liberdade de imprensa é valor absoluto, diz Gushiken. *Folha de S. Paulo*, 11 ago 2004. Anexo II.

<sup>97</sup> RIZZINI, Carlos. *Liberdade de imprensa*. Campos do Jordão, SP: Editora Mantiqueira, 1998. PP. 29-30

que vem com a liberdade de imprensa para criar o conselho. “Nós entendemos que é preciso garantir toda a liberdade de expressão, de opinião e de comunicação. Agora, também chamamos a atenção para que, se houver irresponsabilidade em denúncias, obviamente isso pode afetar negativamente o país (...) porque isso cria instabilidade.”<sup>99</sup>

O próprio secretário de Imprensa do governo, o jornalista Ricardo Kotscho, concordou que a imprensa e sua liberdade precisam de limites mais estreitos, que segundo ele podem ser estabelecidos por um conselho. “O jornalista não pode ser comparado a índio, idoso e criança, a quem as leis são aplicadas de forma diferenciada.”<sup>100</sup>

Mas não foi apenas de membros do governo que veio a defesa do CFJ sob a alegação de que a liberdade de imprensa precisa ser regulamentada. Em artigo no *Observatório da Imprensa*, o jornalista Fernando Dias Campos Neto atacou a reação de setores da mídia à criação do projeto.

“O Judiciário, poder legítimo da União, submete-se a um controle externo; a mídia, não? Tudo o que organiza melhor a mídia é mordaza, é censura, é bolchevismo? A imprensa nem é um poder constitucional do Estado a fortalecer e ampliar! (...) A imprensa deve ser livre, mas jamais o quarto poder de uma república de bananas, o tal Estado risível de que falou de Gaulle. E o Estado, vamos pensar no Estado?, não deve ser nem muito forte, nem muito fraco, frágil, mínimo, joguete dos interesses sombrios de uma mídia globalizada na forma e no conteúdo.”<sup>101</sup>

O presidente da Fenaj, Sérgio Murilo de Andrade, fez coro com Luiz Gushiken ao defender mais uma vez a criação do Conselho.

“Ele (Gushiken) tem razão, a gente não pode sair por aí propondo a impunidade absoluta aos jornalistas, o valor da liberdade de imprensa tem de ser igual ao valor da responsabilidade, caso contrário vira impunidade. Em nenhum lugar do mundo existe isso de liberdade absoluta de imprensa. É um valor importante, que temos que lutar por ele, mas temos que lutar no mesmo grau pela responsabilidade na atuação profissional.”<sup>102</sup>

O próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva valeu-se de argumentos semelhantes para justificar a criação do Conselho. “É uma boa política não ter a preocupação na disputa eminentemente de mercado. É preciso pensar na qualidade da

---

<sup>98</sup> ABUSOS da mídia não são inibidos, diz Jobim. *Folha de S. Paulo*, 17 ago 2004. Anexo II.

<sup>99</sup> BRAGON, Ranier. Conselho de jornalismo vai coibir excessos, diz Berzoini. *Folha de S. Paulo*, 07 ago 2004. Anexo II.

<sup>100</sup> SECRETÁRIO de Lula defende “limites” para jornalistas. *Folha de S. Paulo*, 21 ago 2004. Anexo II.

<sup>101</sup> NETO, Fernando Dias Campos. O controle externo do quarto poder. *Observatório da Imprensa*.

Acesso em 1º set 2004. Anexo III.

<sup>102</sup> BRAGON, Ranier. Conselho de jornalismo não fiscalizará conteúdo, diz Fenaj. *Folha de S. Paulo*, 14 ago 2004. Anexo II.

informação que o povo brasileiro recebe. Sobretudo num momento em que muitas vezes o denunciamento pelo denunciamento tem prevalência sobre a notícia e a informação.”<sup>103</sup>

Se isso seria motivo suficiente para a criação de um Conselho Federal de Jornalismo, é discussão que deixamos mais para frente. Mas é inegável que existe algo que pode ser chamado de denunciamento na imprensa brasileira. Como resume Alex Ribeiro:

“O que cabe verificar, entretanto, é se o jornalismo, tal qual é praticado hoje, permitiria o exercício regular e cotidiano desta severa apuração de denúncias.

A atividade tornou-se extremamente competitiva, acirrando a concorrência entre os diversos órgãos de imprensa. Por um lado, isso é bastante positivo: repórteres das mais recentes gerações revelaram-se implacáveis na investigação de escândalos de todos os tipos; colaboraram, de forma significativa, para a consolidação da democracia. Por outro lado, entretanto, a nova prática jornalística revela-se por demais perigosa: a imprensa atravessa o limite sensível que separa a competitividade da agressividade e muitas vezes transforma suposições ou indícios em verdades absolutas. Há o risco de que, no lugar do espírito crítico, estabeleça-se o jornalismo crítico- no qual todas as denúncias, mesmo sem fundamentação, acabam encontrando vazão. Essa prática vem-se tornando conhecida como ‘denunciamento’”.<sup>104</sup>

Ribeiro escreveu um livro sobre um dos maiores casos de denúncias falsas publicadas pela imprensa no Brasil, com efeitos nefastos sobre os protagonistas do escândalo, e nesse caso, não um escândalo político como os que preocupam Lula e os membros do seu governo, mas um escândalo envolvendo cidadãos comuns, que tiveram suas vidas abaladas de maneira irreversível por causa de falsas acusações que ganharam terreno fértil na imprensa. Sete pessoas, todas elas consideradas inocentes, foram acusadas de estarem envolvidas num escândalo de abuso sexual às crianças de uma pequena escola de São Paulo, a Escola Base. Em seu livro *O jornalismo dos anos 90*, Luís Nassif explica o que motivou a repercussão obtida pelo escândalo da Escola Base.

“O caso “Escola Base” foi herdeiro direto da campanha do impeachment contra o ex-presidente Fernando Collor. Depois que a campanha se esgotou, criou-se um vácuo nos leitores. Estavam todos viciados em notícias catárticas, no escatológico, do mesmo modo que viciados em morfina. A cada dia a mídia se obrigava a buscar manchetes e temas que substituíssem o lixo da campanha do impeachment.”<sup>105</sup>

De fato, não seria exagero dizer que o modelo para a imprensa no Brasil pós-regime militar se estabeleceu com as investigações que desencadearam no impeachment do presidente Fernando Collor de Mello. Só que o trabalho da imprensa no episódio não é digno apenas de elogios. Vale lembrar que a revista *Veja* abriu espaço para que Pedro

<sup>103</sup> CAETANO, Mariana. Lula volta a acusar imprensa de denunciamento. *O Estado de S. Paulo*, 31 ago 2004. Anexo V.

<sup>104</sup> RIBEIRO, Alex. *Caso Escola Base- Os abusos da imprensa*. São Paulo: Editora Ática, 2003. P. 160

<sup>105</sup> NASSIF, Luís. *O jornalismo dos anos 90*. São Paulo: Futura, 2003. P. 43

Collor fizesse acusações graves contra o seu irmão, presidente da República, sem lhe cobrar qualquer espécie de provas dessas acusações. A atuação da mídia no caso Collor é condenada por Manuel Carlos Chaparro em seu livro *Pragmática do Jornalismo*.

“Pergunta-se: e não será que a campanha anti-Collor redime os jornalistas de todas as fragilidades éticas, técnicas e estéticas?

Em artigo na revista *Imprensa*, Alberto Dines diz que não. “Foi uma vitória do jornalismo investigativo ou do jornalismo de cruzada? Ganhou a infantaria ou a artilharia reluzente dos *gate-keepers* (editores, colunistas e demais frequentadores do chá-das-cinco nas páginas de opinião)?

Dines lembra que “não foram os repórteres, muito menos os panfletários que iniciaram o bombardeio. Foi a denúncia de outro alopado, não muito diferente do denunciado, publicada sem a menor averiguação, porque não havia tempo: se não fosse naquela semana, o material seria oferecido ao concorrente. (...) A bem da verdade, diga-se que Pedro Collor lembrou de *Veja* porque esta vinha levantando os problemas de PC Farias com o Imposto de Renda. Mas ligar diretamente o presidente da República com as trapaças de seu tesoureiro sem a devida comprovação, não é o que se recomenda nos populares manuais de redação.”.

Mais adiante Dines pergunta: “E se Pedro Collor fosse um mentiroso, como é que *Veja* corrigiria o estrago na imagem do presidente da República?”<sup>106</sup>

O escândalo só se comprovou quando a concorrente de *Veja*, a *IstoÉ*, conseguiu encontrar o motorista Eriberto França, que, ele sim, tinha provas concretas que mostravam que o presidente usava recursos públicos para bancar despesas pessoais. De qualquer maneira, até hoje o ex-presidente Collor não foi condenado pelos seus possíveis crimes. A condenação pela imprensa já veio há anos.

Um caso ocorrido dentro do próprio governo Collor pode ilustrar o poder destrutivo da imprensa em situações em que não há prova de culpa dos acusados. Como conta o próprio acusado, o ex-ministro da Saúde Alcení Guerra:

“Tive de me acostumar a ser chamado nos jornais de ministro “Mary Poppins”, numa alusão jocosa à conhecida personagem do cinema imortalizada nas cenas em que aparece de sombrinha e bicicleta. Até meu pedido de demissão em 23 de janeiro de 1992, 48 dias depois da primeira denúncia, os ataques na mídia aniquilaram minha imagem pública. A contabilidade do massacre: tenho em fitas mais de 100 horas de gravação de reportagens sobre o escândalo das bicicletas na televisão. Se fosse uma novela, daria mais de 200 capítulos. Fora os 10 mil metros quadrados de notícias nos jornais. *Veja* bem: 10 mil metros quadrados de notícias equivale a cobrir a área de um hectare inteiro só com difamação. Ou se preferir: um tapete de enxovalhos capaz de cobrir a superfície de 200 casas populares, só com acusações.

Acabei sendo inocentado plenamente em todas as instâncias. Depois de avaliar em profundidade o processo e submetê-lo à apreciação de todos os procuradores, o então procurador-geral da República, Aristides Junqueira, deu o seguinte parecer sobre o escândalo das bicicletas: “não há sequer indício de ilícito penal a ser emputado ao então ministro da Saúde, Alcení Guerra”. O inquérito foi encerrado. Um mês depois o Supremo Tribunal Federal mandou arquivar o processo. O despacho foi do insuspeitíssimo ministro Paulo Brossard, opositor do governo a que servi e nada mais que meu adversário político na época.

---

<sup>106</sup> CHAPARRO, Manuel Carlos. *Pragmática do jornalismo: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística*. São Paulo: Summus, 1994.

A minha inocência, porém, não rendeu mais do que pequenas notas na imprensa. Na hora da difamação, foi um hectare de insultos à minha honra. Literalmente. Na hora da minha inocência menos que uma cova rasa de reparação. Literalmente.”<sup>107</sup>

O caso de Alcení Guerra é listado pelo jornalista Sebastião Nery como um dos *Grandes Pecados da Imprensa*, título de livro seu. Alcení foi derrubado do comando do Ministério da Saúde por causa de um escândalo envolvendo o possível superfaturamento na compra de bicicletas para um programa do Ministério. Só que foi constatado não ter existido nenhuma irregularidade no processo. Ainda assim, Alcení acabou tendo que deixar o cargo. A conotação política do episódio fica clara em trecho do livro *Notícias do Planalto*.

“Collor falou com Alcení sobre o que definiu como campanha da Globo contra o ministro. Disse que os ataques da Globo poderiam estar misturando questões políticas, como a rixa entre Roberto Marinho e Brizola, com outras pessoais. O ministro afirmou que estava sendo vítima da Globo porque cumprira a determinação da imprensa e se aproximara do governador do Rio.

- Sim, mas e a Rita Camata?- perguntou Collor.

- Não tenho nada com ela, presidente.

- Você desculpe eu mencionar isso, Alcení, mas você deve tomar cuidado com esse assunto.

A deputada Rita Camata era amiga de Alcení e de Alberico Souza Cruz. Collor desconfiava que a virulência dos ataques do Jornal Nacional pudesse ser explicada pela disputa entre o jornalista e o ministro pela primazia na amizade da deputada.

A auditoria no ministério concluiu que nenhuma irregularidade fora cometida na concorrência das bicicletas. Nem por isso o noticiário amainou. Todas as noites o Jornal Nacional trazia reportagens sobre irregularidades no Ministério da Saúde. Alcení foi procurado pelo general Agenor Homem de Carvalho, chefe do Gabinete Militar da Presidência.

- O presidente está dizendo que a exposição do senhor na imprensa está insuportável. É preciso anular a licitação.

- Mas, general, a auditoria atestou que ela foi regular.

- A situação na imprensa está insustentável: é melhor cancelar a licitação.

Alcení anulou a concorrência. Estava abalado física e psicologicamente. Emagrecera dez quilos em pouco mais de um mês.”<sup>108</sup>

Sebastião Nery relembra essa passagem de *Notícias do Planalto* em seu livro, e acrescenta:

“ (...) não houve um só desmentido à história, ética e patrimonialmente escabrosa, do desumano e hoje comprovadamente despropositado e injusto massacre do ministro da Saúde, Alcení Guerra, sobretudo pela TV Globo e pelo *O Globo*, nascido da desmedida ambição dos donos e do cretino cotovelo de um ou outro empregado. É um dos depoimentos mais inacreditáveis da história da imprensa brasileira. Outros jornais e revistas, como o *Correio Braziliense* e a *Veja*, e praticamente todos, entraram na guerra, até pelo estrondo da campanha na televisão, mas quem a noticiou e comandou foi a dupla TV-jornal Globo.”<sup>109</sup>

<sup>107</sup> ROSA, Mário. *A era do escândalo: lições, relatos e bastidores de quem viveu as grandes crises de imagem*. São Paulo: Geração Editorial, 2003. P.394

<sup>108</sup> CONTI, Mario Sergio. *Notícias do Planalto: a imprensa e Fernando Collor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. PP. 502-3.

<sup>109</sup> NERY, Sebastião. *Grandes pecados da imprensa*. São Paulo: Geração Editorial, 2000.

Depois que foi comprovada a inocência de Alcení, vários jornalistas se levantaram para criticar o comportamento da imprensa. Entre eles Luís Nassif, que disse que Alcení foi “crucificado por acusações vagas, de autoria difusa e jamais comprovadas” e que “depois foi absolvido, mas pouco se noticiou” e Fernando Moraes, que escreveu que Alcení “foi linchado, a reputação dele foi destruída, e ele foi absolvido de todas as acusações. Destruido por uma campanha de imprensa e não há nada, rigorosamente nada, contra ele.”<sup>110</sup>

O caso Alcení é paradigmático pois as acusações foram aumentando e passaram a englobar a vida pessoal do ex-ministro. Como relata o próprio Alcení:

“A farra jornalística no meu caso estendeu-se a todas as esferas da minha vida: a carreira política, a família, os negócios. Fui transformado num monstro. (...) O episódio teria um desdobramento ainda mais pesado: na segunda-feira, com base na foto [*dele andando de bicicleta com o filho Guilherme*], o chargista Chico Caruso, de *O Globo*, elegeu- a mim e a meu filho- personagens de seu cartum. O desenho era de uma crueldade sem fim: Guilherme, um garoto de 12 anos, aparecia com uma tarja preta nos olhos, o mesmo tratamento que se dá na imprensa aos menores infratores. O sentido da tarja é não expor um menor. No caso, ele não só foi exposto, como comparado a um bandido. Seu crime: ser meu filho.”<sup>111</sup>

## **4.2 A NEGAÇÃO DOS VALORES ÉTICOS DA IMPRENSA**

O comportamento da imprensa no caso Alcení Guerra, e em muitos outros, enquadra-se dentro do diagnóstico traçado por Luís Nassif como herança do caso Collor.

“Na campanha contra Collor, a imprensa perdeu o referencial de escândalo. Montar esquemas de propinas virou carne de vaca. Tinha que se ter mais. Tarados sexuais, macumbeiros, viciados, alucinados. Não bastava sequer ser viciado convencional, com pó e seringa. Tinha que ser com supositório.

Quando o episódio foi esmaecendo, a imprensa continuou presa a um novo padrão de escândalos como um viciado em morfina. Um padrão que jamais poderia ser atendido no dia-a-dia. Desarmaram-se todas as defesas e avaliações de objetividade da notícia jornalística e cessou o compromisso com os fatos.”<sup>112</sup>

Como vimos antes, foi à herança dessa campanha que Nassif atribuiu o campo para proliferação do escândalo da Escola Base. Alex Ribeiro critica o comportamento da imprensa no caso em alguns trechos de seu livro:

“ Com relação à cobertura dos jornais impressos, um crítico rigoroso poderia afirmar que desde o princípio os repórteres já haviam começado a comprar a versão das vítimas. As reportagens omitiam, por exemplo, que a Escola Base e a casa de Saulo e Marta tinham sido revistadas de surpresa e nada havia

---

<sup>110</sup> ROSA, Mário. *A era do escândalo: lições, relatos e bastidores de quem viveu as grandes crises de imagem*. São Paulo: Geração Editorial, 2003. PP. 396-7.

<sup>111</sup> *Id*, PP. 408-9

<sup>112</sup> NASSIF, Luís. *O jornalismo dos anos 90*. São Paulo: Futura, 2003. P. 66

sido encontrado. Outros detalhes que pudessem favorecer os acusados foram negligenciados, como o testemunho do chefe de Saulo, garantindo que o funcionário nunca se ausentara do trabalho durante o expediente. Os jornalistas também não tiveram nenhum distanciamento crítico da polícia e deixaram de questionar porque os acusados não foram ouvidos em depoimento. (...)

Nesse mesmo dia surgiram duas outras denúncias: uma de Sheila Aparecida Fiorito e outra de Abraão Rodrigues do Nascimento. Só que não foram, depois, formalmente registradas. A imprensa perdia completamente toda preocupação profissional e ética: já não narrava somente o que era apurado pela autoridade policial, mas dava voz a todas as pessoas que quisessem denunciar. (...)

Os jornais, portanto, aceitavam publicar qualquer denúncia, mesmo de pessoas não identificadas. A imprensa não era mais movida pelo *animus narrandi*, ou intenção de narrar. O que estava mais do que presente era o *animus denunciandi*, ou compulsão por denunciar. Essa prática é chamada também de ‘denuncismo’.<sup>113</sup>

Ribeiro também transcreveu depoimento de Luís Nassif, na época do incidente, sobre o caso.

“Bom, hoje eu não vou falar de economia, vou falar de um assunto que me deixa doente. Toda a imprensa está há uma semana denunciando donos de escola que presumivelmente teriam cometido abuso sexual contra crianças de quatro anos. Toda a cobertura se funda em opinião da polícia. Está havendo um massacre. Mais que isso, está havendo um linchamento. Se eles forem culpados, não é mais que merecido. E se não forem? Uma leitura exaustiva de todos os jornais mostra o seguinte: não há até agora nenhuma prova conclusiva de que a criança foi violentada por adulto. Não há nenhuma prova conclusiva contra as pessoas que estão sendo acusadas. Tem-se apenas a opinião de policiais que ganharam notoriedade com denúncias e, se eventualmente se descobrir que as denúncias são falsas, vão ter muita dificuldade de admitir. Por isso, a melhor fonte não é a polícia, neste momento. A imprensa deve às pessoas que estão sendo massacradas, no mínimo, um direito de defesa, de procurar versões fora da polícia. Repito: é possível que as pessoas sejam culpadas. Mas é possível que sejam inocentes. E se forem inocentes?”<sup>114</sup>

O comportamento da imprensa nos casos Alcení Guerra e Escola Base, e em tantos outros, vai de encontro a um dos elementos básicos do jornalismo elencado por Bill Kovach e Tom Rosenstiel: “A essência do jornalismo é a disciplina da verificação”.<sup>115</sup> Esse princípio desdobra-se em outros, todos negligenciados nos casos citados, quais sejam:

- “ 1. Nunca acrescente nada que não exista
2. Nunca engane o público.
3. Seja o mais transparente possível sobre seus métodos e motivos.
4. Confie só no seu próprio trabalho de reportagem.
5. Seja humilde”<sup>116</sup>

Na introdução do seu livro *O jornalismo dos anos 90*, Luís Nassif explica de que maneira a imprensa vai atuando no Brasil e como isso vai contra as técnicas de verificação exigidas por Kovach e Rosenstiel e que são básicas para o bom exercício da profissão.

---

<sup>113</sup> RIBEIRO, Alex. *Caso Escola Base- Os abusos da imprensa*. São Paulo: Editora Ática, 2003. PP. 50-6.

<sup>114</sup> *Id.*, PP. 97-8

<sup>115</sup> KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. *Os elementos do jornalismo*. São Paulo: Geração Editorial, 2003. P. 113

<sup>116</sup> *Id.*, P. 123



“Dentre todas as formas de organização de conhecimento, a mais adequada à investigação jornalística é o processo jurídico.

Entender e utilizar os procedimentos judiciais na apuração de notícias, além de minimizar injustiças, ajudaria a mídia a pensar melhor e a oferecer ao público um produto de mais qualidade.

Em geral, a apuração de matérias continua prisioneira da primeira versão, ou da versão de maior impacto- mesmo que não seja a correta. A formação prática do jornalista, as lições básicas nas quais ele se baseia, na maioria das vezes, consiste em tirar o maior impacto possível da matéria que tem nas mãos.

É considerado jornalista competente aquele que sabe tirar mais fumaça de um fogo qualquer. E nesse exercício, acaba prevalecendo a ênfase incorreta (valorização de aspectos secundários da notícia), a insinuação, a conclusão apressada, que acaba desmentida posteriormente pelos fatos.

Esse estilo acaba conferindo ao jornalismo brasileiro o duvidoso mérito de ser uma forma de conhecimento precária, infinitamente inferior ao tipo de conhecimento que é produzido em ambiente acadêmico, em escritórios de advocacia e em consultorias em geral. Com as exceções de praxe, é difícil a um jornalista aprofundar-se em qualquer tipo de tema, ou encarar uma polêmica séria com qualquer outro tipo de especialista.

O ponto central do processo jurídico é o princípio do “contraditório”- ou seja, a capacidade de contrapor cada argumento de uma parte à outra, até chegar-se à conclusão sobre o caso em questão. Não se trata meramente de “ouvir” o outro lado, e colocar uma citação qualquer apenas para dar o trabalho como cumprido.”<sup>117</sup>

Kovach e Rosenstiel também criticam esse estilo, disfarçado de imparcialidade e neutralidade, de se ouvir os dois lados:

“ (...) a voz imparcial utilizada por muitas empresas jornalísticas, aquele familiar, supostamente neutro estilo de redação das notícias não é um princípio fundamental do jornalismo. Ao contrário, é quase sempre um recurso oportunista que as empresas usam para destacar o fato de que produzem alguma coisa obtida por métodos objetivos. A segunda implicação é que essa voz neutra, sem uma disciplina da verificação, cria um verniz que esconde alguma coisa turva. Os jornalistas que selecionam as fontes para expressar o que na verdade é seu próprio ponto de vista, e depois usam a voz neutra para que tudo pareça bem objetivo, estão trapaceando. Isso prejudica a credibilidade da profissão ao fazê-la parecer sem princípios, desonesta e preconceituosa. Este é um alerta muito importante, numa era em que os padrões jornalísticos são postos em dúvida.”<sup>118</sup>

Ricardo Noblat, em seu livro *A arte de fazer um jornal diário*, critica o comportamento pelo qual os jornalistas transferem dúvidas aos leitores.

“ Repórter é pago para investigar. Não é pago para transferir dúvidas aos leitores. É cômodo escrever que fulano disse que tal fato se passou assim, mas que beltrano disse que se passou de outra forma. E o leitor, como fica? No que ele deve acreditar? (...)”

Querem um exemplo de notícia cujas dúvidas o repórter preferiu transferir para os leitores em vez de investigá-las?

No início de junho de 2002, alguns jornais publicaram que o deputado federal Sérgio Miranda, do PC do B de Minas Gerais, anunciou que entraria com ação na Justiça contra o candidato do PSDB à Presidência da República José Serra e o Ministro da Saúde Barjas Negri. Os dois, segundo o deputado, desviaram recursos do Piso de Atenção Básica (PAB) para gastos com publicidade.

(...) Dinheiro do PAB, informou o deputado, não pode pagar despesas com publicidade. Caso a Justiça desse razão à Miranda, Serra e Negri poderiam até perder seus direitos políticos.

A assessoria de imprensa de Negri alegou que o Ministério da Saúde pode, sim, usar parte dos recursos do PAB para fazer campanhas educativas nos municípios. (...)

---

<sup>117</sup> NASSIF, Luís. *O jornalismo dos anos 90*. São Paulo: Futura, 2003. PP. 41-2

<sup>118</sup> KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. *Os elementos do jornalismo*. São Paulo: Geração Editorial, 2003. P. 117

Muito bem: e daí? Quem está com a razão- o deputado ou a assessoria do ministro? Quem fala a verdade? Ou os dois lados falam a verdade e ainda assim só um deles tem razão? Os leitores ficaram sem saber. Que se danem!

Ora, mas então os jornais deveriam ter omitido a denúncia do deputado? Deveriam, sim, até que tivessem certeza de que tinha fundamento.”<sup>119</sup>,”

O jornalista Alex Ribeiro toma como lição do caso Escola Base uma conclusão semelhante à essa de Noblat e surgida em um seminário da *Folha de S. Paulo* realizado pouco depois do caso da escola: não cobrir inquéritos policiais até que se tenha um resultado definitivo.

“ Do seminário da *Folha* resultou também, uma proposta polêmica: não revelar os nomes de pessoas envolvidas em inquéritos policiais.

De fato, juridicamente, um inquérito policial significa quase nada. Trata-se de uma peça informativa que pode, ou não, fundamentar uma denúncia de um promotor de Justiça. Só com uma sentença transitada e julgada, pode-se considerar alguém definitivamente culpado. Enfim, trata-se de um documento com tamanha precariedade que não deveria merecer nem mesmo notas de rodapé.

Quando usado com estardalhaço, sua importância acaba ampliada. Para a opinião pública, representa coisa muito grave o indiciamento de uma pessoa, ou menos que isso, a investigação de sua vida.

A imprensa, nesses casos, costuma lavar as mãos: dá a notícia e o público interpreta como convém. Pelos usos e costumes do jornalismo, o repórter não leva nenhuma culpa se o povo acha que uma investigação é motivo para depredação e linchamento.”<sup>120</sup>

Ricardo Noblat amplia essa idéia afirmando que denunciismo não é jornalismo.

“Denúncia não é notícia. Notícia é a denúncia com fundamento.

Só porque um procurador da República investiga um suposto caso de corrupção no governo do Espírito Santo devo publicar notícia a respeito? Só publicarei se a investigação estiver bastante adiantada. E tiver apurado fatos robustos capazes de sustentar amanhã uma possível denúncia do Ministério Público. E mais: só publicarei a notícia depois de examinar as provas ou indícios coletados pelo procurador. E de ouvir todas as partes envolvidas no caso. (...)

Como ficou a mídia depois de ter aberto todo o espaço possível para abrigar as suspeitas destiladas pelo procurador contra Eduardo Jorge? Publicou que nada ficou provado contra Eduardo Jorge. E mudou de assunto.

E, fazer jornalismo assim é muito fácil. Mas um jornalismo assim não é responsável. Nem justo.”<sup>121</sup>

#### **4.3 DANOS IRREVERSÍVEIS**

O caso de Eduardo Jorge Caldas Pereira, ex-secretário da Presidência no governo de Fernando Henrique Cardoso, é mais um dos casos emblemáticos do comportamento denunciista da imprensa, capaz de destruir reputações sem provas e depois ter que se desmentir. É mais um dos casos abordados pelo jornalista Mário Rosa

---

<sup>119</sup> NOBLAT, Ricardo. *A arte de fazer um jornal diário*. São Paulo: Contexto, 2002. P. 52

<sup>120</sup> RIBEIRO, Alex. *Caso Escola Base- Os abusos da imprensa*. São Paulo: Editora Ática, 2003. PP. 158-9

<sup>121</sup> NOBLAT, Ricardo. *A arte de fazer um jornal diário*. São Paulo: Contexto, 2002. PP. 53-4

no seu livro *A era do escândalo*. E o próprio Eduardo Jorge relata o que aconteceu com ele:

“Para entender a crise de imagem que se abateu sobre mim, é preciso analisar como virei o alvo do que chamo de “Esquadrão da Morte Moral”: uma combinação perversa de voracidade de jornais, revistas e tevês pelo “furo” e o furor revolucionário de uma fonte de informação com enorme credibilidade, o Ministério Público, que passou a se utilizar do mesmo método dos conhecidos esquadrões policiais. Jornalistas e procuradores investiram-se da missão de banir corruptos da vida pública, nem que para isso tivessem de passar por cima de premissas básicas do Direito, como a de acusar com o mínimo de provas. A intenção pode parecer nobre, mas quando erram o alvo podem matar moralmente um inocente, além de ser uma clara violação do Direito por quem tinha obrigação de defendê-lo.”<sup>122</sup>

Mais uma vez, como nos casos Alcení Guerra e Escola Base, nada ficou provado contra Eduardo Jorge, como ele mesmo relata:

“No início de 2003, passados quase quatro anos do início das investigações, o Ministério Público, que em vários momentos anunciou que iria me indiciar, não tinha aberto nenhum processo contra mim e sequer me chamou para depor. Como o procurador Luiz Francisco de Souza, responsável pelas investigações do caso EJ, não conseguiu obter nenhuma evidência de nenhuma espécie contra mim, entrou na Justiça pedindo a quebra do meu sigilo. Isso não é um processo contra mim. É uma ação cautelar.

Após analisar os 37 volumes e as 10 mil páginas do processo do rumoroso escândalo da construção do Fórum trabalhista de São Paulo, o juiz deu a seguinte sentença: “Em nenhuma linha há qualquer referência ou a existência de uma única prova, mesmo indiciária, indicando o envolvimento de Eduardo Jorge em algum fato incriminador relativo às acusações objeto do processo.”<sup>123</sup>

Como vimos, nos três casos, Escola Base, Eduardo Jorge e Alcení Guerra, as vítimas do “esquadrão da morte moral” da imprensa eram todas inocentes. Aliás, como bem coloca Eduardo Jorge, em um Estado de Direito, **todos** são inocentes até prova em contrário. A imprensa, em sua sanha denunciata, pareceu não pensar assim nos três casos e em tantos outros. Quando enfim é provada a inocência dos acusados, é tarde demais para reparar os danos causados pela cobertura que imprimiu na mente de todo o público a culpa daquelas pessoas, como relata Alex Ribeiro em relação ao caso Escola Base.

“Sempre existiu apenas uma verdade no episódio da Escola Base: sete acusados são inocentes. O entendimento dessa realidade ficou comprometido porque a imprensa não munuiu o público com informações para tanto; limitou-se a veicular as acusações, e, assim que possível, publicou a versão do “outro lado”. Leitores e telespectadores exerceram, eles sozinhos, a função de decidir com quem estava a verdade – e escolheram a opção errada.”<sup>124</sup>

---

<sup>122</sup> ROSA, Mário. *A era do escândalo: lições, relatos e bastidores de quem viveu as grandes crises de imagem*. São Paulo: Geração Editorial, 2003. PP. 190-1.

<sup>123</sup> *Id.* PP. 206-7

<sup>124</sup> RIBEIRO, Alex. *Caso Escola Base- Os abusos da imprensa*. São Paulo: Editora Ática, 2003. PP. 162-

Ribeiro revela os efeitos que o caso Escola Base teve na vida dos seus protagonistas, os acusados de abuso sexual de menores. Injustamente acusados, diga-se.

“(...)Ayres perdeu o sono e não dorme sem tranqüilizantes. Está sempre alerta quando anda na rua. Irrita-se com facilidade e fuma mais do que o habitual.

**Cida** viu desmoronar o projeto de toda uma vida. Desde cedo sonhara com a escolinha. Hoje, nem aulas pode dar. Quem confiaria a ela uma sala cheia de alunos? (...)

[*Maurício*] Teve mania de perseguição e pânico de sair à rua. Não ia nem mesmo ao escritório do advogado. Para falar com ele, chegou a montar esquemas exagerados de segurança. Só saía de casa com guarda-costas.

[*Paula*] Está desempregada desde quando surgiu o caso da Escola Base e impedida de trabalhar em sua profissão. Vive de “bicos” em bufês.

[*Saulo e Mara*] Fazem o que podem para pagar as dívidas com os advogados. Saulo toca bateria em bares noturnos, Mara faz bijuterias e ambos vendem rifas. Rodrigo teve uma fase difícil quando o casal ficou preso. Passou a comer com as mãos ao saber que na prisão os pais não teriam talheres. Em novembro já havia esquecido boa parte da história, mas fica nervoso e muda de canal sempre que se fala de abuso sexual na televisão.

**Richard** tornou-se obcecado por provar sua inocência (...) Uma foto sua, algemado, fez com que perdesse contratos com a empresa para qual trabalhava.”<sup>125</sup>

Eduardo Jorge relata os prejuízos que o caso EJ- segundo ele, duas letras escolhidas estrategicamente para provocar uma ligação com o caso PC Farias- lhe trouxe.

“Uma crise de imagem é diferente de qualquer outra pela extensão de seus efeitos. No campo profissional ela atinge uma amplitude tal que pode até impedir a continuação de suas atividades. O caso EJ inviabilizou o escritório de consultoria que abri ao deixar o governo. Como consultor, teoricamente, tenho um bom valor. (...) Mas na prática nenhum grande empresário me contrataria e colocaria um cheque na minha conta. (...) Mesmo em se tratando de um trabalho honesto e uma transação lícita, ninguém quer ver seu nome ou o de sua empresa no meio de um escândalo.

Estar vinculado a mim de alguma forma virou uma praga. Houve um efeito arrastão. Um dos meus irmãos tinha um dos maiores escritórios de advocacia tributária em Brasília, mas vem perdendo clientes. Os Caldas Pereira vão pagar um tributo eterno pelo caso EJ.

Nunca mais vou ser um homem comum. Antes de virar EJ, era considerado um profissional competente, honesto e correto. Como ministro, minha postura era exemplar. Nunca fui pego num desvio de ordem moral ou ético. Era respeitado até pela oposição. Isso nunca mais vai voltar na minha vida.”<sup>126</sup>

Alceni Guerra também não conseguiu se livrar do estigma do escândalo das bicicletas, mesmo mais de dez anos depois de seu acontecimento e de sua inocência ter sido atestada.

“A pesquisa foi realizada um mês antes das eleições de 2002, em setembro, e o resultado foi terrível. Sinteticamente:

- 1) As pessoas me consideravam eficiente, alguém que passa credibilidade no olhar, mas não acreditavam que eu não devesse nada na questão das bicicletas.
- 2) A maioria não tomara conhecimento do fato de eu ter sido inocentado em todas as instâncias – nas auditorias internas do Ministério da Saúde, pelo Ministério Público e pelo Tribunal de Contas da União.

Em síntese, eu sou C-U-L-P-A-D-O! (...)

---

<sup>125</sup> *Id.*, PP. 164-5

<sup>126</sup> ROSA, Mário. *A era do escândalo: lições, relatos e bastidores de quem viveu as grandes crises de imagem*. São Paulo: Geração Editorial, 2003. P. 214

O escândalo das bicicletas significa exatamente isso em minha vida. Não consegui extirpar aquele tumor e ele continua se ramificando com uma força que não sei como minar.”<sup>127</sup>

#### **4.4 A CRISE ÉTICA E O CONSELHO FEDERAL DE JORNALISMO**

Alceni, Eduardo Jorge e os sete acusados no caso Escola Base têm que viver com a mácula de crimes dos quais não foram culpados. Crimes que na verdade, na maior parte das vezes, sequer aconteceram. É nesse panorama que a declaração do ministro Nelson Jobim, de que os abusos da imprensa não estão sendo inibidos, faz sentido.

No livro *Jornalismo, Ética e Liberdade*, Francisco José Karam diz que o jornalismo brasileiro passa por uma crise ética.

“E onde pode ser detectada alguma crise ética no jornalismo? De certa forma, ela está refletida nos comportamentos particulares da moral, está nos monopólios e oligopólios expressos pela propriedade dos meios. Está, ao mesmo tempo, no desleixo, preguiça e incompetência na apuração precisa dos fatos e em sua formulação no texto. Encontra-se no esmiuçamento da vida privada sob o pretexto de combate político ou interesse público (neste caso, nada mais faz do que reforçar preconceitos e o conservadorismo moral vigentes e afirmar, para o futuro, um projeto moralmente conservador e politicamente autoritário, com sinal contrário.) O problema ético está no simples fascínio pelo poder, fama e prestígio, sem levar em conta a responsabilidade que deve integrar a atividade. Está no impedimento do direito de resposta quando há evidentes equívocos ou má-fé na informação. Está na ausência da pluralidade das fontes, que reflita diversidade de acontecimentos e interpretações. O problema está nas fontes que “plantam” informações falsas, com a finalidade de obter vantagens políticas e pessoais. Está nos baixos salários que submetem os jornalistas a uma vida na qual é cada vez mais difícil o trabalho consciente e competente. Está na quantidade de pautas a serem transformadas em matérias, diariamente, o que compromete a qualidade informativa. Está na sonegação de informações de interesse geral por organismos públicos ou privados, ao tornarem exclusivo para si o que deve estar à disposição de todos. Está, mesmo, na *ausência* de informações.”<sup>128</sup>

O primeiro anteprojeto do Conselho Federal de Jornalismo trazia anexo um Código de Ética, que é o mesmo que foi votado em Congresso Nacional dos Jornalistas em 1987. Ele traz em alguns de seus artigos determinações que são sistematicamente descumpridas pelos jornalistas brasileiros, tais quais: “A divulgação de informação, precisa e correta, é dever dos meios de comunicação pública, independente da natureza de sua propriedade” (Art. 2º), “A informação divulgada pelos meios de comunicação pública se pautará pela real ocorrência dos fatos e terá por finalidade o interesse social e coletivo” (Art. 3º), “O jornalista deve ouvir sempre, antes da divulgação dos fatos, todas

---

<sup>127</sup> *Id.*, PP. 398-9

<sup>128</sup> KARAM, Francisco José Castilhos. *Jornalismo, ética e liberdade*. São Paulo: Summus, 1997. P. 59

as pessoas objeto de acusações não comprovadas, feitas por terceiros e não suficientemente demonstradas ou verificadas” (Art. 14 a).<sup>129</sup>

Como vimos nos casos acima, não é esse comportamento que vem pautando a imprensa. O denunciismo, a competição pelo furo, levam a imprensa a cometer graves desvios éticos.

“Aqui cabe mostrar como o esquadrão da morte moral agiu no caso EJ. Uma vez acionada a engrenagem de “pegar um corrupto a qualquer preço”, não há caminho de volta. Nem os membros do Ministério Público nem os jornalistas e muito menos os veículos de comunicação vão admitir que erraram ou cometeram abusos. O que está em jogo é a credibilidade de todos os envolvidos. Nessa competição entre reputações, o elo mais fraco é o acusado, cuja credibilidade já foi pulverizada. Jornais não podem se desmentir a todo momento: isso implica desacreditar a si próprios e seus profissionais e coloca em xeque a idoneidade de suas fontes de informação. É ingênuo afirmar que um veículo de comunicação vá minar sua credibilidade e admitir diante de seus leitores que ao longo de meses se equivocara ao noticiar um escândalo que ocupou páginas e páginas.

É preciso levar em conta também que o jornalismo insere-se dentro de uma produção industrial, que está deixando de ser um serviço público informativo e virou uma atividade comercial. Os jornais têm de fechar às 20 horas, então os jornalistas movimentam-se dentro de prazos apertados. Quando não dá para confirmar a informação, tem uma fonte que foi taxada de crível (um procurador, por que não?), publica-se assim mesmo, senão o concorrente dá a notícia na frente e ele é cobrado por isso. Fui vítima dessa engrenagem, mas isto não justifica os jornalistas. A pressa e a pressão do furo justificariam uma notícia errada ou mal checada, mas no dia seguinte o repórter teria tempo para verificar o erro. Não é o que costuma acontecer.”<sup>130</sup>

Essa pressão pode ser vista dramatizada no filme *O Jornal*.<sup>131</sup> Quando dois negros são presos por supostamente terem matado brancos por motivos raciais, o jornalista Henry Hackett, vivido por Michael Keaton recebe a informação de que eles não seriam culpados, mas não tem como sustentar essa versão sem uma declaração oficial. Quando Hackett enfim consegue a informação, o jornal já está na prensa, e a diretora da redação Alicia Clark, interpretada por Glen Close, se nega a interromper a rodagem, pois o prejuízo financeiro seria enorme. Hackett indaga se o jornal vai correr então com uma versão falsa e Clark diz que no dia seguinte eles corrigem. “Hoje a manchete não está errada. Amanhã estará”, diz Clark. A situação é fictícia e exagerada, mas retrata bem a tensão entre a ética profissional e a necessidade comercial de vender jornais- que sempre é impulsionada por escândalos como os casos Escola Base, Eduardo Jorge e Alcení Guerra. Em outro grande momento do mesmo filme, uma jornalista veterana diz a um novato: “Você é ético demais para trabalhar aqui”.

<sup>129</sup> Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Anexo XIII.

<sup>130</sup> ROSA, Mário. *A era do escândalo: lições, relatos e bastidores de quem viveu as grandes crises de imagem*. São Paulo: Geração Editorial, 2003. P. 205

<sup>131</sup> O JORNAL (*The Paper*). Dirigido por Ron Howard. EUA, Universal Pictures, 1994.

Em entrevista concedida ao *site Comunique-se*, o vice-presidente da Fenaj, Fred Ghedini, expõe o código de ética como um dos pilares da criação do Conselho Federal de Jornalismo:

“Nós só queremos que o registro profissional saia das mãos do Estado (Ministério do Trabalho) e venha para um Conselho Profissional (ou Ordem, tanto faz) e que o código de ética valha para todos. Quem haverá de ser contra o código de ética? Ele defende o direito de informação de toda a sociedade, fala sobre a conduta e a responsabilidade do profissional. É como a declaração universal dos direitos do homem, da ONU. Não há razão para ser contra. A não ser que não se concorde com os princípios que estão lá expressos.”<sup>132</sup>

O jornalista Ricardo Noblat enxerga a ética como principal diretriz do jornalismo, como coloca ao explicar em seu livro *A arte de fazer um jornal diário* porque o *Correio Braziliense*, jornal do qual ele foi editor-chefe, deixou de publicar certas notícias.

“O *Correio Braziliense* deixou de publicar algumas reportagens que teriam produzido grande impacto entre os leitores desde que adotou seu código de ética.

Quer dizer que o código impede em determinadas circunstâncias que se publiquem reportagens capazes de repercutir intensamente? E de vender jornal? A resposta é sim. E a razão, muito simples: em alguns casos, o repórter só obtém informações se deixar de lado o comportamento ético ditado por códigos profissionais ou pela própria consciência. A ética deve prevalecer até mesmo sobre a obrigação que tem o jornal de revelar o que possa interessar ao leitor.”<sup>133</sup>

Fred Ghedini diz que ninguém pode ser contrário à Declaração dos Direitos Universais do Homem. É também a ela a que recorre Manuel Chaparro para traçar o paralelo entre a liberdade de informação e o dever de bem informar- que deve ser guiado pela ética.

“A liberdade de informação, que devia existir nos países que subscreveram a Declaração, refere-se tanto à possibilidade de difundir quanto ao direito de receber informações. Quando um jornal ou um jornalista subtrai a verdade ao leitor, ou o ilude com artifícios e falsas intenções, o direito à liberdade de informação está sendo vilipendiado. (...)

Sempre que um editor ou um repórter – por incompetência, arrogância, interesse pessoal, ambição de poder, irresponsabilidade profissional, subalternidade a quem o controla ou qualquer outro motivo- priva o leitor da notícia correta e plena, trai o principal e mais belo dos compromissos que tem com a construção e o aperfeiçoamento de uma sociedade livre: assegurar a todo indivíduo o direito de ser informado. Com o relato veraz.”<sup>134</sup>

Francisco José Karam fala em direito social à informação, uma consequência da liberdade de imprensa, que é uma liberdade de duas vias: um direito e um dever.

“Para garantir o efetivo direito social à informação, deve-se circular ao menos, ao redor de dois eixos básicos: a *democratização dos meios de comunicação*, ampliando tanto a pluralidade e diversidade de fontes quanto de propriedade- incluindo a segmentação e regionalização da produção- e a *mudança da*

<sup>132</sup> QUEM haverá de ser contra? *Comunique-se*. Acesso em 1º set 2004. Anexo III.

<sup>133</sup> NOBLAT, Ricardo. *A arte de fazer um jornal diário*. São Paulo: Contexto, 2002. P. 27

<sup>134</sup> CHAPARRO, Manuel Carlos. *Pragmática do jornalismo: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística*. São Paulo: Summus, 1994.

*noção ética da profissão*, mesmo na estrutura informativa atual, que envolve um compromisso moral radical do profissional jornalista específico com sua atividade.”<sup>135</sup>

O estudante Waldson Costa escreveu no *Observatório da Imprensa* favoravelmente à criação do Conselho Federal de Jornalismo sob o prisma de um órgão que zelará pela ética profissional.

“Diante das discussões e das deturpações sobre a criação do CFJ, temos duas vertentes. A primeira é formada pelos jornalistas profissionais favoráveis ao conselho, praticantes do jornalismo ético e responsável, íntegros na apuração e comprometidos com a verdade. A segunda é formada por empresários do jornalismo, magnatas da imprensa, que não têm responsabilidade pública e desaprovam o conselho da mesma forma que rejeitam a exigência do diploma para o exercício da atividade jornalística.

A criação do Conselho Federal de Jornalismo não atenta contra a liberdade de expressão nem transforma o jornalismo numa atividade policiada submetida ao controle do Estado. Mas, sim, fortalece a atividade jornalística, submetendo os profissionais a uma postura responsável e ética, sem ferir a liberdade de imprensa e os direitos humanos.”<sup>136</sup>

No mesmo *site*, Luiz Weis se refere ao caso Eduardo Jorge para justificar a criação do CFJ e mostrar uma de suas possíveis utilidades:

“Por que um Eduardo Jorge Caldas Pereira, para citar um caso de livro de texto, não teve um organismo corporativo, com poderes similares aos dos conselhos de profissões liberais, ao qual pudesse recorrer para pedir algum tipo de punição àqueles que o acusaram de quase tudo e não provaram nada?

Por que um jornalista não tem uma instância profissional à qual possa expor- quanto mais não seja para proteger a própria reputação- quem quer que, no emprego, tente induzi-lo a praticar atos de linchamento moral contra terceiros?

É inútil invocar o argumento de que as vítimas sempre podem apelar para a Justiça. Sendo o que ela é no Brasil, é forte a possibilidade de que os linchados morram com a honra no esgoto antes de conseguir a reparação dos malfeitos cometidos contra sua imagem pública.”<sup>137</sup>

No próximo capítulo, discutiremos se o Conselho Federal de Jornalismo é a melhor maneira de melhorar o exercício da prática do jornalismo no Brasil, que acredito seja a grande discussão por trás de tudo isso. Por ora, não parece exagerado afirmar que há muito a ser melhorado. Preservando a liberdade de imprensa, mas incentivando a prática de um jornalismo ético. Volto a Mário Rosa, autor de *A era do escândalo*, em que relata os casos de Eduardo Jorge e Alcení Guerra, entre outros, nos quais a liberdade de imprensa acabou servindo de desculpa para que se perpetrassem verdadeiros crimes contra pessoas inocentes.

“Liberdade de imprensa não é a mesma coisa que liberdade *da* imprensa. Cabe à própria imprensa tomar a iniciativa de garantir sua credibilidade. Isso atende ao interesse público. Imprensa sem

---

<sup>135</sup> KARAM, Francisco José Castilhos. *Jornalismo, ética e liberdade*. São Paulo: Summus, 1997. P. 27

<sup>136</sup> COSTA, Waldson. Responsabilidade: quem teme não é jornalista *Observatório da Imprensa*. Acesso em 1º set 2004. Anexo III.

<sup>137</sup> WEIS, Luís. Condenação dos conselhos não absolve a mídia. *Observatório da Imprensa*, 1º set 2004. Anexo III.



credibilidade é imprensa fraca, o que sem dúvida nenhuma é ruim para a sociedade.”<sup>138</sup>

---

<sup>138</sup> ROSA, Mário. *A era do escândalo: lições, relatos e bastidores de quem viveu as grandes crises de imagem*. São Paulo: Geração Editorial, 2003. P.455

## **5. O CONSELHO E OUTROS ÓRGÃOS DE REGULAMENTAÇÃO**

### **5.1 OS CONSELHOS PROFISSIONAIS COMO MODELO PARA O CFJ**

Ao justificar o encaminhamento do projeto de criação do Conselho Federal de Jornalismo ao Congresso, o ministro Luiz Gushiken comparou à profissão de jornalista com outras carreiras e disse: “Os jornalistas são uma das poucas categorias profissionais do país que ainda não contam com uma entidade como essa”, disse o ministro que cita exemplos bem-sucedidos de outras categorias como engenheiros, médicos, arquitetos e advogados.”<sup>139</sup> O ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, também recorreu à comparação: “Da mesma maneira que temos a OAB, o Conselho Federal de Medicina, o Crea, os jornalistas podem e devem ter o seu conselho federal, mas garantida a liberdade de informação e de expressão, direito constitucional de todos nós, que, felizmente, reconquistamos no Brasil”.<sup>140</sup>

O presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Maurício Azêdo, descartou essa comparação do jornalismo com outras profissões: “O jornalismo trabalha no campo imaterial das idéias e não pode, como outras profissões, ser objeto de regulação, disciplina e fiscalização, como previsto no projeto.”<sup>141</sup> Azêdo criticou a ameaça à liberdade de expressão e os poderes imperiais do CFJ.

A ex-presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, Elisabeth Costa, disse que o conselho “apenas cumpriria um vazio que existe hoje, até porque o Ministério do Trabalho não quer mais fiscalizar as profissões. O órgão atuaria em casos de abuso ou como uma alternativa para quem se sentisse ofendido ou incomodado com alguma reportagem. Poderia evitar ainda que pessoas não-qualificadas entrassem no mercado.”<sup>142</sup>

---

<sup>139</sup> GUSHIKEN quer “proteger a sociedade” com conselho de jornalismo” *Folha de S. Paulo*, 07 ago 2004. Anexo II.

<sup>140</sup> SCOLESE, Eduardo. Nem liberdade de imprensa é valor absoluto, diz Gushiken. *Folha de S. Paulo*, 11 ago 2004. Anexo II.

<sup>141</sup> ABI reafirma posição contra o Conselho. Disponível em <<http://www.abi.org.br>>. Acesso em 16/09/2004. Anexo VIII.

<sup>142</sup> CHRISTOFOLETTI, Lilian. Fenaj apóia conselho de jornalismo; ABI veta. *Folha de S. Paulo*, 07 ago 2004. Anexo II.

O jornalista Angelo de Souza saiu em defesa da proposta de criação do Conselho no Observatório da Imprensa, também recorrendo à comparação com conselhos de outras carreiras.

“Necessariamente escamoteado da pauta cotidiana, o que vem à baila pela agenda do Congresso é: os jornalistas existem. São algo destacado das empresas onde trabalham. São pecinhas da engrenagem, mas têm sua especificidade.

Em tese, formam uma categoria profissional que tem, sim, caráter liberal, de autonomia e independência. Assim é com os médicos, os engenheiros, os advogados- que nem por isso são poupados do trabalho assalariado, nem os exime de obrigações morais a que os sujeitam suas escolhas profissionais.

Só que apenas os jornalistas parecem renunciar a isso, sob o peso de um código de ética de difícil aplicação e de uma suposta função social que nunca se realiza. Mas não é disso que se ocupa a cobertura jornalística do assunto. (...)

O que pode ter paralelo com uma OAB (e, por que não?, com sua história de contribuições à sociedade brasileira) é tratado como um atentado à Constituição.”<sup>143</sup>

Outro jornalista, Antonio de Oliveira, também defendeu o Conselho pelos mesmos motivos:

“Médicos, dentistas, advogados, contabilistas, arquitetos, engenheiros (só para citar alguns) são contra os seus conselhos federais? Não. Pelo contrário, procuram manter-se afinados com eles, pois têm certeza de que estas entidades atuam em defesa de suas atividades, zelando pela ética e pela garantia do mercado de trabalho para aqueles que têm formação na área, que têm registro profissional e que atuam com responsabilidade na sua profissão. (...)

Por que será que o primeiro jornal a publicar um editorial contra a criação do Conselho é justamente aquele que defende, com unhas e dentes, que o jornalismo não é profissão, que não precisa qualificação especial para seu exercício e que pode ser feito por qualquer pessoa? (...)

Toda esta balela sobre ameaça à liberdade de imprensa, que estão tentando infundir na cabeça dos leitores, ouvintes e telespectadores brasileiros, é conversa fiada. Se o texto tiver algum verbo a mais, desnecessário, vamos copidescá-lo. Os jornalistas querem apenas o Conselho Necessário.”<sup>144</sup>

O médico Celio Levyman foi conselheiro e diretor do Departamento Jurídico do Conselho Regional de Medicina de São Paulo. E traça um paralelo com os processos disciplinares dos conselhos de Medicina para criticar a possível instituição do CFJ:

“Imaginemos, então, que um jornalista escreva uma matéria que desagrade a um governante ou a um poder como um todo: ele entra com uma denúncia, que se transforma em processo disciplinar e vai a julgamento. Em tempo: sempre é bom lembrar que conselhos e ordens são formados por profissionais eleitos por determinado período de anos, e muitas vezes há acirradas disputas políticas e não raramente apoio financeiro e estratégico de fontes oficiais que não aparecem, claro. Eis que, ao fim do processo imaginário acima citado, o jornalista seja condenado (também deverá existir um Código de Ética, discriminação das punições e outro Código de Processo Ético-Disciplinar, acho eu). E a pena imposta seja a cassação do exercício de sua profissão. Ele recorre à instância superior, o CFJ, que mantém a pena. Aí é que a coisa realmente pega. Nem o Poder Judiciário, a não ser que ocorram erros técnicos que caracterizem violação do devido direito legal ou assemelhados, levando à nulidade processual- pode reverter a questão.

Como no caso dos médicos, a pena transitada em julgado é definitiva: para todo o sempre o jornalista não poderá voltar à profissão. Aí está meu argumento de inconstitucionalidade: se até os

<sup>143</sup> SOUZA, Angelo de. Conselho como água. *Observatório da Imprensa*. Acesso em 1º set 2004. Anexo III.

<sup>144</sup> OLIVEIRA, Antonio de. O conselho necessário. *Observatório da Imprensa*. Acesso em 1º set 2004. Anexo III.

criminosos mais bárbaros e hediondos passam no máximo 30 anos reclusos, uma infração ético-disciplinar, que em medicina pode abranger aspectos tangíveis e técnicos sujeitos a perícia, no jornalismo seria altamente subjetiva, no caso de profissionais da imprensa pode impedi-los definitivamente de exercer a profissão. E denúncias de cunho meramente pessoal ou político certamente não irão faltar, seja qual for o governo...”<sup>145</sup>

Para Levyman, se o CFJ não institui a censura direta, ele poderia acabar levando a autocensura, que como mostrado no capítulo 2, é igualmente corrosiva à liberdade de imprensa.

“(...) com um CFJ, um órgão independente do governo, uma denúncia contra um jornalista seria analisada por seus pares, eleitos, e a punição aplicada de acordo com as leis vigentes no país, como ocorre com as demais profissões. Para todos os efeitos, governantes poderiam até denunciar, mas não fariam censura, tampouco interfeririam nos resultados de um processo. E isso tem outro nome além de censura punitiva?

O que, caso o CFJ seja formado, deve ocorrer? O medo entre os jornalistas, que passarão a usar da autocensura, tornando-se cada vez mais dóceis frente aos detentores do poder, sem que se possa alegar que haja censura, violência física, ameaças ou coisa parecida.”<sup>146</sup>

O advogado José Paulo Cavalcanti Filho, presidente do Conselho de Comunicação Social, contesta a inspiração do Conselho Federal Jornalismo nos órgãos profissionais de outras categorias:

“Agora vem esse Conselho Federal de Jornalismo, inspirado em órgãos similares de outras categorias profissionais. Não na forma. A Lei do Crea, por exemplo, tem 92 artigos; enquanto o projeto dos jornalistas, apenas 19. Em ambos os casos profissionais são compulsoriamente inscritos e pagam anuidades, é certo. Mas a Lei do Crea regula eleições, qualificações exigidas dos diretores, limites ao processo administrativo, o próprio poder de regular. No projeto dos jornalistas não há nada disso. Vai ser tudo decidido pela Fenaj- entidade de evidente legitimidade, mas que não representa a sociedade civil. E sequer representa todo conjunto dos jornalistas brasileiros.”<sup>147</sup>

De fato, a lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regula o exercício das profissões de engenheiro, arquiteto e engenheiro-agrônomo, possui 92 artigos contra os parcos 19 do projeto de lei que cria o Conselho Federal de Jornalismo. Antes de entrar no mérito da criação dos Crea- Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia- e do Confea- Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, em seu Título II, a lei dedica 23 artigos para aclarar quais são as atribuições dessas profissões, quem pode exercê-las e quais são as suas responsabilidades. O artigo 6º, por exemplo, enumera quem exerce ilegalmente a profissão de engenheiro, arquiteto ou engenheiro-agrônomo. O artigo 7º, com oito sub-itens, especifica as atribuições

---

<sup>145</sup> LEVYMAN, Celso. Censura ético-disciplinar. *Observatório da Imprensa*. 1º set 2004. Anexo III.

<sup>146</sup> *Idem*

<sup>147</sup> FILHO, José Paulo Cavalcanti. Em momento inoportuno. *Observatório da Imprensa*, 1º set 2004. Anexo III.

profissionais e atividades dessas carreiras.<sup>148</sup> Uma vez estabelecidos os direitos e deveres dos profissionais, é que a lei entra no mérito da fiscalização, instituindo no seu art. 24 a criação do CONFEA e dos CREA. Mais adiante, somente no Art. 71, a lei entra no mérito das punições cabíveis por infrações ao Código de Ética das profissões, tópico esse que no projeto de lei do CFJ está colocado no Art. 7º, denotando qual é a prioridade que cada lei dá ao assunto.

Nesse ponto cabe colocar que existiu um projeto anterior do CFJ ao que foi encaminhado ao governo, anterior mesmo àquele que não sofreu as alterações impostas pela Casa Civil, um anteprojeto de lei com 73 artigos, que era muito mais amplo. Primeiro, a modelo da lei que cria o Confea, começava por definir o jornalismo. O seu art. 1º rezava: “A profissão de jornalista é de natureza social e finalidade pública”. Já o 2º dizia: “O jornalista é indispensável à livre circulação de informações na sociedade e suas fontes de informação, bem como seus arquivos e local de trabalho, são invioláveis no exercício da profissão, nos limites dessa lei”.<sup>149</sup> O anteprojeto trazia inovações, como as regulamentações dos assessores de imprensa, no §1º do art. 3º (“Exercem atividade jornalística para todos os efeitos legais os assessores de imprensa) e dos estagiários em jornalismo, no §2º do mesmo artigo ( “o estagiário de jornalismo deve se inscrever no CRJ, de acordo com o disposto no artigo 9º). O capítulo I enumera todas as atividades privativas de jornalistas e o capítulo II enumera os seus direitos. No capítulo III, que lista os pré-requisitos para que pessoas possam se inscrever nos Conselhos Regionais de Jornalismo e, portanto, exercerem a profissão, o art. 8º, no seu item II, diz que para inscrição como jornalista junto ao Conselho Regional é necessário “diploma de curso de graduação em jornalismo ou de comunicação social, habilitação jornalismo, fornecido por instituição de Ensino Superior reconhecida na forma de lei”. A manutenção do diploma para o exercício da profissão é uma das bandeiras da Fenaj e foi estranhamente omitida do texto final enviado ao Ministério do Trabalho. O item III do mesmo artigo estabelece uma espécie de exame da Ordem, como o que existe para se exercer Direito, dizendo que é necessário para inscrição no Conselho Regional “ter sido aprovado em procedimento instituído pelo CFJ que afixa a sua capacidade técnica

---

<sup>148</sup> Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966. Anexo XIV.

<sup>149</sup> Anteprojeto de Lei. Ementa: Cria o Conselho Federal de Jornalismo-CFJ, institui o Código de Ética e altera a legislação sobre o exercício da profissão de jornalista. Anexo XV.

profissional”. No projeto que foi encaminhado ao governo, o texto limita-se a dizer que ‘todo jornalista, para exercício da profissão, deverá inscrever-se no CRJ da região de seu domicílio, atendendo as condições estabelecidas pela legislação.’ (art. 4º).<sup>150</sup>

O anteprojeto original também legisla sobre as empresas jornalísticas, colocando em seu art. 16 que “para poderem exercer atividades jornalísticas as empresas referidas neste artigo terão que obter o registro no Conselho Regional em cuja base territorial tiver sua sede”.

O argumento de que o Conselho servirá para defender os profissionais dos desmandos dos seus patrões, um dos mais colocados pelos defensores do projeto dentro da Fenaj, como por exemplo o vice-presidente Fred Ghedini (“o jornalista vai se sentir mais apoiado para exercer sua profissão com independência. Independência de governos, de partidos, de religiões de empresários. Ele vai ter uma organização que vai poder apoiá-lo em todos os momentos, sempre que houver conflitos no exercício da profissão e ele se sentir pequeno, diante de uma força maior”<sup>151</sup>), e que não encontra nenhum ponto de sustentação no projeto final, está aqui colocada, em artigos como o 19 (“a relação de emprego público ou privado, na qualidade de jornalista, não retira nem reduz a independência e a isenção técnica e profissional inerente ao jornalismo”) e 26 (“nenhum receio de desagradar a quem quer que seja deve inibir o jornalista no exercício de sua profissão”).

Quando regula sobre as sanções disciplinares, no seu artigo 30, o anteprojeto não inclui a palavra censura entre as punições cabíveis, mas apenas advertência, multa, suspensão e exclusão. Nos artigos seguintes, o anteprojeto ainda regulamenta os casos em que é cabível cada tipo de punição, a passo que o projeto enviado ao Congresso só traz em parágrafo único do Art. 7º que “o CFJ estabelecerá os procedimentos administrativos para aplicação das penas previstas neste artigo.”

Os artigos que fizeram parte do projeto final começam a ser listados no Título III- Do Conselho Federal de Jornalismo. Ainda assim, o capítulo V fala da instituição de tribunais de ética e disciplina e explica como será o funcionamento desses tribunais, questão que também não é aclarada no projeto enviado ao Ministério do Trabalho. Em relação aos primeiros conselheiros, o primeiro anteprojeto também previa a sua escolha

---

<sup>150</sup> Anexo I.

pela Fenaj, mas previa um prazo máximo de dois anos para o mandato desses conselheiros, sem a possibilidade de prorrogação prevista no parágrafo único do Art. 17 do projeto final.

Por fim, o anteprojeto trazia anexo o Código de Ética do Jornalista aprovado em Congresso Nacional dos Jornalistas em 1987, e não delegava aos membros do Conselho a prerrogativa de criar um novo código<sup>152</sup>. Em 2002, a Fenaj enviou o anteprojeto ao então ministro do trabalho Paulo Jobim. Em 2004, a nova proposta foi enviada ao ministro Ricardo Berzoini. Com a redução de 73 artigos para 19, a proposta perdeu o seu caráter original de alterar boa parte da legislação sobre imprensa no Brasil (seu último artigo revogava disposições em contrário, “especialmente o Decreto-Lei nº 972 de 17 de outubro de 1969”, também conhecido como Lei de Imprensa) e passou a ser meramente um instrumento de instituição do Conselho Federal de Jornalismo.

De acordo com o repórter Edson Sardinha, os diretores da Fenaj se arrependeram da mudança, e “estão trabalhando para substituir o projeto de lei que cria o Conselho Federal de Jornalismo (CFJ) pela versão anterior da proposta, entregue ao então ministro do Trabalho Paulo Jobim, em 2002.”. De acordo com Sardinha, “a avaliação interna é que a entidade se equivocou ao reduzir de 73 para 19 o número de artigos do anteprojeto. O enxugamento excessivo teria comprometido a compreensão da proposta e facilitado a ação dos críticos.”<sup>153</sup>

Ainda segundo a reportagem de Sardinha, a Fenaj estaria estudando outras mudanças no projeto, voltando ao original e acrescentando outros itens.

“Membros da entidade também consideram que o desgaste criado em torno do artigo que trata da primeira composição do CFJ poderia ter sido evitado pelo anteprojeto original. De acordo com a proposta atual, o Conselho de Representantes da Fenaj poderá indicar nova composição após dois anos, caso não sejam eleitos cinco Conselhos Regionais.

Esse ponto, por exemplo, é um dos mais combatidos pelo presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Maurício Azedo, que considera que ele dá “poderes imperiais” à Federação. No anteprojeto apresentado ao governo Fernando Henrique Cardoso, não há menção ao Conselho de Representantes, mas apenas a jornalistas profissionais efetivos. Além disso, ele não garante à Fenaj o direito de indicar uma segunda composição.

Os sindicalistas também querem incluir no projeto o dispositivo da cláusula de consciência, que permite que o jornalista se recuse a fazer determinadas tarefas se considerar que elas são contrárias ao Código de Ética, sem perder o emprego. A proposta, que também é polêmica, seria aproveitada do projeto de lei do deputado Celso Russomanno (PL 6817/02) que cria a Ordem dos Jornalistas do Brasil. As duas proposições tramitam em conjunto.

---

<sup>151</sup> QUEM haverá de ser contra? *Comunique-se*. Acesso em 1º set 2004. Anexo IV.

<sup>152</sup> O código de ética já foi abordado no capítulo anterior e encontra-se no Anexo XIII.

<sup>153</sup> SARDINHA, Edson. Projeto do CFJ pode sofrer mudanças. *Comunique-se*. 20 set 2004. Anexo IV.

Durante audiência pública realizada semana passada (15/08) pela Comissão de Educação, no Senado, o primeiro-secretário da Fenaj, Aloísio Lopes, admitiu que o texto deve passar por mudanças para excluir expressões que possam dar margem à interpretação de que a proposta limita a liberdade de imprensa.

“Um substitutivo é necessário, importante e viável, mas queremos que o Legislativo não nos negue o direito a ter um conselho profissional”, disse o presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais.

Ele também defendeu a transformação em lei do Código de Ética e Disciplina da categoria, como estava previsto na versão anterior do anteprojeto. Segundo Lopes, o projeto apresenta algumas omissões que deverão ser corrigidas pelos parlamentares. Como exemplo, o jornalista citou a falta de referência ao Tribunal de Ética, colegiado que seria responsável por julgar os processos disciplinares, e de um maior detalhamento sobre os casos passíveis de punição”.

## **5.2 OUTRO CAMINHO: A ORDEM DOS JORNALISTAS**

O citado projeto do deputado Celso Russomano, que dispõe sobre a criação da Ordem dos Jornalistas do Brasil (OJB), sobre o exercício da profissão de Jornalista e dá outras providências, está em trâmite no congresso desde 2002, e que conforme informam os diretores da Fenaj Sérgio Murilo de Carvalho e Aloísio Lopes, foi apensado ao projeto que cria o CFJ<sup>154</sup>, estranhamente não foi alvo da mesma grita da imprensa. Para não dizer que o projeto foi solenemente ignorado. O jornalista Alberto Dines, que como vimos anteriormente revelou-se um dos mais ferrenhos críticos do CFJ, escreveu coluna em que se declarou favorável à criação de uma possível ordem dos jornalistas: “Se a CUT-Fenaj sonhava com uma OAB [*Ordem dos Advogados do Brasil*] de jornalistas, por que não a criaram? Por que não reunir a classe para criar a Ordem dos Jornalistas do Brasil? Tal e qual sua inspiradora, uma OJB zelaria pela qualidade, pela ética e pela defesa do exercício do jornalismo.”<sup>155</sup>

O projeto da OJB, de Celso Russomano, diz exatamente isso nos seus artigos 4º ( “a OJB é órgão de seleção, representação, disciplina e defesa dos jornalistas”), 6º (“a OJB tem por finalidade pugnar pelo direito à livre informação plural e pelo aperfeiçoamento da Imprensa”) e 13 (“compete ao Conselho Federal [órgão da OJB] velar pela dignidade, independência, prerrogativas e valorização do Jornalismo”).<sup>156</sup>

---

<sup>154</sup> ANDRADE, Sérgio Murillo de; LOPES, Aloísio. A ética jornalística precisa de um conselho. *Primeira Leitura*. Acesso em 1º set 2004. Anexo VI.

<sup>155</sup> DINES, Alberto. Por que não uma OAB de jornalistas? *Observatório da Imprensa*. Acesso em 1º set 2004. Anexo III.

<sup>156</sup> Projeto de lei que dispõe sobre a criação da Ordem dos Jornalistas do Brasil (OJB), sobre o exercício da profissão de Jornalista e dá outras providências. Anexo XIX.



O projeto de Celso Russomano, aliás, em que pese ter artigos pitorescos como o inciso X do Parágrafo Único do Art. 18, que diz que “compete privativamente aos Conselhos Regionais e Estaduais (...) determinar, com exclusividade, critérios para o traje dos jornalistas, no exercício profissional” e o inciso VII do art. 55, que diz que é direito dos jornalistas “permanecer sentado ou em pé e retirar-se independentemente de licença de quaisquer dos locais mencionados no inciso V [qualquer recinto ou edifício em que funcione repartição pública]”, traz alguns itens bastante interessantes e que, caso postos em prática, contribuiriam para a melhoria do exercício da profissão de jornalista. Por exemplo, o inciso VI do Art. 13 coloca como atribuição do Conselho Federal “colaborar com o aperfeiçoamento dos cursos de jornalismo, opinando previamente nos pedidos apresentados aos órgãos competentes, para criação, reconhecimento ou credenciamento”. Já o Art. 18 enumera entre as atribuições dos Conselhos Regionais e Estaduais, “fixar tabelas de honorários válidas nas respectivas bases territoriais”, “realizar o exame de ordem” e “decidir os pedidos de inscrição no quadro de jornalistas”. O artigo 39 diz que, “para inscrição na OJB, como jornalista, é necessário (...) diploma ou certidão, de graduação ou pós-graduação em jornalismo”, “aprovação em exame de ordem a ser regulamentado em provimento do Conselho Federal” e “realização de estágio profissional”. O artigo 50 diz que “a jornada de trabalho do jornalista empregado, no setor público ou privado, não poderá exceder a duração de 8 horas diárias e de 40 horas na semana, salvo ajuste expresso entre as partes ou em caso de dedicação exclusiva”. O artigo 55 estabelece como direitos dos jornalistas “recusar-se a realizar trabalho que afronte a lei, a ética profissional ou, ainda suas convicções pessoais”, “ser publicamente desagravado pelo Conselho competente da OJB, quando ofendido no exercício da profissão ou em razão dela” e “recusar-se a depor como testemunha sobre fato que constitua sigilo profissional”. Embora também preveja um código de ética e um tribunal de ética e disciplina, o projeto de Russomano em nenhum momento fala em orientar o exercício da profissão ou tem qualquer outro artigo que possa dar a entender que ele vise a limitar a liberdade de imprensa.

Fred Ghedini diz que a discussão entre Ordem e Conselho é uma mera questão de nomenclatura. “A Ordem ou o Conselho são meramente uma mudança de nomes mas

a finalidade é exatamente a mesma: ter um acompanhamento da ética da profissão e da formação adequada dos futuros profissionais”.<sup>157</sup>

Interessante é observar que os autores do projeto do CFJ parecem ter buscado inspiração na OAB pelo menos no momento de determinar as penas disciplinares estabelecidas no Artigo 76 do decreto nº 22.478, de 20 de fevereiro de 1933, quais sejam, advertência, censura, multa, suspensão do exercício da profissão e cancelamento da inscrição. É lá também que o deputado Celso Russomano deve ter colhido suas idéias de regulamentar sobre as vestes e o direito de sentar-se dos jornalistas, que tem similares no art. 25 do decreto.

Curiosamente, a OAB foi uma das entidades a defender o Conselho Federal de Jornalismo. O secretário-geral da entidade, Cezar Britto, defendeu a criação do órgão, “desde que não haja cerceamento da liberdade de imprensa ou influência por parte do governo ou dos donos de empresa de comunicação na profissão”. Britto manifestou “a importância de se criar uma legislação específica para a categoria e de se impor critérios mais rígidos de fiscalização e estímulo ao exercício da profissão.”<sup>158</sup>

### **5.3 O MODELO DO CONAR**

Uma outra alternativa avocada para a criação de um órgão para regulamentar a imprensa seria a criação de um conselho de auto-regulamentação, nos moldes do Conar (Conselho de Auto-Regulamentação Publicitária). O advogado especializado em direito de imprensa Victor Gabriel Rodríguez é um dos que defendeu essa vertente.

“ (...) a criação de um órgão multidisciplinar e respeitável para a avaliação do cumprimento do Código de Ética do Jornalismo seria alternativa ideal. Basta observar o exemplo do Conselho de Auto-regulamentação Publicitária (Conar): mesmo sem qualquer poder de censura ou punição direta, aquela ONG acumula experiência de celeridade em seus processos e acatamento de suas decisões.

Em um Conselho Multidisciplinar para a Ética do Jornalismo, à imagem do Conar, uma decisão célere, informal e segura teria todo o resguardo para ser acatada: a rapidez no veredicto, a multidisciplinariedade dos julgadores, o direito de defesa, a democracia das decisões. Somente lhe faltaria o poder coercitivo, mas pode ser logo encontrado na tutela jurisdicional, no recurso ao Judiciário, que encontraria na sentença do Conselho independente grande argumento para sua decisão.”<sup>159</sup>

---

<sup>157</sup> “Quem haverá de ser contra?” *Comunique-se*, agosto de 2004. Anexo IV.

<sup>158</sup> OAB debate Conselho Federal de Jornalismo em Brasília. *Cinform*, 27 ago 2004. Anexo VIII.

<sup>159</sup> RODRÍGUEZ, Victor Gabriel. Proposta para evitar um risco. *Observatório da Imprensa*. Acesso em 1º set 2004. Anexo III.

O Conar foi instituído em 5 de maio de 1980, em sua introdução, ele faz considerações sobre a publicidade que poderiam ser bem aplicadas ao jornalismo.

“Considerando que a publicidade deve ser confiável no conteúdo e honesta na apresentação, pois é da confiança pública que depende o seu êxito;

Considerando, ainda, que as peças de publicidade e, de forma geral, a atividade publicitária se acham naturalmente subordinadas ao império da lei e devem reger-se pelo princípio da legalidade;

Considerando, finalmente, que as repercussões sociais da atividade publicitária reclamam a espontânea adoção de normas éticas mais específicas, as entidades abaixo assinadas, representativas do mercado brasileiro de publicidade, instituem pelo presente instrumento, este Código Brasileiro de Auto-Regulamentação Publicitária”<sup>160</sup>

O Código tem como signatárias algumas entidades que fariam por bem criar um código similar para a prática do jornalismo, como a ANJ (Associação Nacional de Jornais), a ABERT (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão) e a ANER (Associação Nacional de Editores de Revistas).

No seu capítulo V, em que trata das infrações e penalidades, o Conar estabelece como possíveis punições advertência, recomendação de alteração ou correção do anúncio, recomendação aos veículos no sentido que sustentem a divulgação do anúncio e divulgação da posição do CONAR com relação ao anunciante, à agência e ao veículo, através de veículos de comunicação, em face do não acatamento das medidas e providências preconizadas. Mesmo sem ter um poder coercitivo, fica claro, pela sua importância e pelos seus signatários, que as recomendações do Conar devem ser aceitas. Isso se vê por exemplo no caso da regulamentação das propagandas sobre bebidas alcoólicas, em que o Conar se antecipou ao governo e colocou restrições para as propagandas, que foram respeitadas pelos publicitários.

Alberto Dines, em entrevista ao programa Roda Viva, da TV Cultura, também se mostrou aberto à criação de uma agência nos moldes do Conar: “Precisa-se fazer uma agência reguladora, tentar fazer uma agência de auto-regulamentação, como o Conar, os ouvidores (ombudsmen), tudo isso é positivo”.<sup>161</sup>

O ex-embaixador do Brasil nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, Rubens Barbosa, também vê o conselho de auto-regulamentação como o caminho a ser seguido:

“Talvez tenha chegado o momento de os principais jornais e revistas do País tomarem a iniciativa de criar, voluntariamente, um mecanismo de auto-regulação para orientar, disciplinar e fiscalizar as atividades dos jornalistas e jornalística. Com isso evitariam os riscos de uma iniciativa do

---

<sup>160</sup> Código Brasileiro de Auto-Regulamentação Publicitária. Anexo XVII.

<sup>161</sup> MACIEL, Paulo. Alberto Dines critica projeto de Conselho de Jornalismo. *O Estado de S. Paulo*, 24 ago 2004. Anexo V.

governo ou do Congresso, e a sociedade estaria livre de situações de constrangimento, como as flagrantes manipulações públicas de informações que podem causar graves consequências políticas e morais aos atingidos, sem nenhuma responsabilização por quem as divulgou na imprensa.”<sup>162</sup>

Além do Conar, Barbosa aponta a *Press Complaints Commission* (Comissão de Reclamações da Imprensa), do Reino Unido, como modelo a ser seguido para a implantação dessa agência de auto-regulamentação. Nas palavras de Barbosa:

“Lá [no Reino Unido], as atividades da imprensa escrita – jornais e revistas – são auto-reguladas, de forma voluntária, pela Comissão de Reclamações da Imprensa ( *Press Complaints Commission* ). A comissão foi instituída por iniciativa dos próprios órgãos da imprensa britânica e funciona com base em Código de Conduta criado em 1991 e elaborado pelo Comitê de Editores da comissão. Em 2003, a comissão recebeu 3.649 queixas, sendo que uma em cada três reclamações se referia a invasão de privacidade.

O código ([www.pcc.org.uk](http://www.pcc.org.uk)) representa um guia de referência para jornalistas e editores e é obrigatório para todos os jornais e revistas do país. Revisto periodicamente, a última versão entrou em vigor em 1º de junho deste ano, introduzindo novas e mais estritas regras no tocante a privacidade e assédio pessoal.

Ao definir os parâmetros de abuso, obriga os órgãos de imprensa a não publicarem informações ou reportagens infundadas ou distorcidas, a assegurarem direito de resposta a qualquer indivíduo ou organização e a distinguirem claramente o que é versão, especulação ou fato, respeitada, naturalmente, a liberdade de opinião. Disciplina questões como a do pagamento de matérias, a da obrigação de não identificar amigos e familiares de pessoas condenadas ou acusadas de crime, bem como a de entrevistas com crianças menores de 16 anos. (...)

Atualmente, a comissão é integrada por 17 membros, entre jornalistas e leigos, que atuam em todos os casos, julgados da forma mais rápida, ágil e eficiente. O presidente, indicado pela entidade de representação da imprensa, deve, no entanto, ser independente, como o atual, ex-embaixador britânico nos Estados Unidos. (..)

Os órgãos reguladores não exercem controle ou censura prévia e não representam, por isso, ameaça ao princípio de liberdade de imprensa; os veículos e jornalistas estão, no entanto, subordinados aos mecanismos e códigos de conduta, bem como às decisões que resultem do julgamento das reclamações apresentadas.”

Segundo o próprio PCC, o sucesso do órgão continua a sublinhar a força da auto-regulação efetiva e independente sobre qualquer forma de controle estatutório. Controles legais seriam inúteis para os membros do público que não pudessem pagar por ações legais- e significaria atrasos antes que os reclamantes recebessem resposta. No sistema de auto-regulamentação, respostas efetivas são grátis e rápidas.<sup>163</sup> As decisões do PCC estão baseadas em um código de prática, que segundo o PCC tem uma função dupla- confere à indústria um firme conjunto de princípios para guiá-la e dá à Comissão uma base clara e consistente pela qual ela pode avaliar às reclamações do público. Os órgãos de imprensa que estão sob o controle do PCC se comprometem a,

---

<sup>162</sup> BARBOSA, Rubens. Auto-regulamentação para a imprensa. *O Estado de S. Paulo*, 24 ago 2004.

Anexo V.

<sup>163</sup> Traduzido de “What is the PCC?”. Disponível na página <<http://www.pcc.org.uk>> . Acesso em 10 set 2004. Anexo XVI.

caso se considere que elas quebraram o Código, precisam imprimir a correção e a decisão do PCC na íntegra e com destaque, incluindo referência na manchete ao PCC. Entre os seus artigos, o código de prática diz que a imprensa não deve publicar informações inexatas, distorcidas ou que induzam ao erro, incluindo fotos (artigo I, i). No mesmo artigo, no item iii, o PCC diz que a imprensa pode ser partidária, mas que deve distinguir claramente comentário, conjectura e fato. O código tem um anexo que fala no interesse público, cujo artigo 2 fala que existe interesse público na liberdade de expressão em si mesma. Além das regras, o site da organização mantém um registro dos casos que lhe foram apresentados e como eles foram resolvidos, o que transmite uma transparência muito grande.

#### **5.4 O MODELO DE OUTROS PAÍSES**

A idéia de criar o Conselho Federal de Jornalismo também foi comparada a iniciativas existentes em outros países. Em matéria de Rafael Cariello, a *Folha de S. Paulo* comparou a proposta da CFJ à Upec (Unión de Periodistas de Cuba).

“O projeto do Conselho Federal de Jornalismo, criado pela Fenaj (Federação Nacional de Jornalistas) e encampado pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tem características semelhantes à entidade de disciplina e fiscalização da atividade jornalística existente em Cuba. (...)”

A entidade cubana é a Comissão Nacional de Ética, ligada à organização sindical que reúne os jornalistas do país, a Upec (Unión de Periodistas de Cuba). Como no caso brasileiro, tem o poder de fiscalizar e punir com suspensão e expulsão de seus quadros os jornalistas que considerar não estarem respeitando o código de ética. (...)”

O CFJ, como a comissão cubana, seria dividido, se aprovado o projeto enviado ao Congresso tal como está, em Conselhos Regionais de Jornalismo, responsáveis por julgar e punir em primeira instância os jornalistas de sua “jurisdição”. Também no caso cubano as comissões provinciais são responsáveis pelos julgamentos dos casos locais.

No caso das punições, em tese, haveria diferença. No Brasil, como o CFJ seria o responsável por dar os registros profissionais para o exercício do jornalismo, caso o profissional venha a ter cassado o seu registro, ficaria impossibilitado de trabalhar.

Em Cuba, a punição máxima é a expulsão da própria Upec, o que a princípio não significaria banimento da profissão. Na prática a situação é diferente. “ (...) mais de 98% dos jornalistas ativos em Cuba são membros da Upec”, continua [*o vice-presidente da Upec, José dos Santos López*]. “Não é obrigatório por parte da administração do meio de imprensa assumir uma decisão de organização, mas não teria sentido decisão desse tipo [expulsão], por parte da Upec, encontrar decisão diferente por parte do meio de comunicação.”<sup>164</sup>

A comparação com a associação cubana assusta, pois, diferentemente do Brasil, Cuba não é uma democracia, o que leva que a imprensa seja controlada pelo governo. Por exemplo, no artigo 12 do Código de Ética da Upec, o jornalista fica obrigado a

cumprir a linha editorial e política informativa do órgão de imprensa em que trabalha, e por sua vez, tem o direito de trabalhar na elaboração, execução e avaliação de ambos.<sup>165</sup> Porém, o código também diz, no artigo 10, que o jornalista tem o direito de exigir da direção do órgão de imprensa respeito para com seu trabalho, em particular reclamar explicação quando aquela retenha ou decida não publicar um trabalho e, ademais, exigir que não se modifique sem o seu consentimento o sentido de seu trabalho. Entre as faltas graves estabelecidas pelo código de ética da Upec estão o exercício reiterado de um jornalismo triunfalista ou hiper crítico (Artigo 5 e). Apesar de algumas poucas coincidências, a comparação do CFJ com a Upec, como podemos ver por esses itens, é forçada. Em artigo publicado no *Estado de S. Paulo*, o presidente do PT, José Genoíno, criticou a comparação: “Comparou-se o CFJ brasileiro com um conselho similar que existe em Cuba. Ninguém se lembrou que na França democrática também existe um conselho regulamentado em lei, conhecido como Comissão da Carta dos Jornalistas.”<sup>166</sup>

Josenildo Guerra também relata que a idéia de se criar um Conselho não é inédita e exclusiva do Brasil:

“ Conselhos de jornalismo não são novidade, ademais. Jean Claude Bertrand, no livro *O arsenal da democracia*, relata diferentes experiências, sobretudo européias, do que chama “sistemas de responsabilização de mídia”, órgãos não governamentais voltados ao acompanhamento e fiscalização do trabalho dos meios de comunicação. Estruturas bastante flexíveis e diversificadas, ora funcionam como mecanismos de auto-regulamentação- como o Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária, Conar, uma experiência brasileira- ora como órgãos respaldados inclusive por lei. Há casos em que sua composição é formada apenas por profissionais, e há casos em que empresários e representantes da sociedade civil também participam.”<sup>167</sup>

Segundo o jornalista Wedencley Alves, “há dois anos, a proposta de criação de um conselho na Bélgica francófona gerou debates salutareos. Mas aqui, a proposta acabou em bate-boca político-partidário.”<sup>168</sup>

O vice-presidente da Fenaj, Fred Ghedini, condenou o “colonialismo vigente no Brasil, que faria com que o parâmetro sempre fossem os Estados Unidos. Disse que não

---

<sup>164</sup> CARIELLO, Rafael. CFJ pode ser comparado a conselho de Cuba. *Folha de S. Paulo*, 22 ago 2004. Anexo II.

<sup>165</sup> Traduzido do Código de Ética de la Unión de Periodistas de Cuba. Disponível em <<http://www.upec.cu>>. Acesso em 10 set 2004. Anexo XVIII.

<sup>166</sup> GENOÍNO, José. Viés autoritário de quem? *O Estado de S. Paulo*, 28 ago 2004. Anexo V.

<sup>167</sup> GUERRA, Josenildo. Qual liberdade?! *Observatório da Imprensa*. Acesso em 1º set 2004. Anexo III.

<sup>168</sup> ALVES, Wedencley. Jornalistas autofágicos. *Observatório da Imprensa*. Acesso em 1º set 2004. Anexo III.

tinha conhecimento de muitos países, mas citou a Colômbia como um país que teria adotado esse modelo de fiscalização da imprensa.”<sup>169</sup>

O jornalista e ex-vice presidente da Fenaj, Chico Sant’anna, também comparou a situação do Brasil à da Colômbia, bem como a de outros países da América Latina, para explicar porque acha que a criação do Conselho enfraqueceria os sindicatos.

“Na América Latina existem dois modelos clássicos de organização dos trabalhadores: os sindicatos e os conselhos. Basta uma olhadela nos países vizinhos para verificar o que tem se mostrado mais eficaz.

Na Argentina não há conselhos e os sindicatos de jornalistas, como a UTPBA (União de Trabalhadores de Prensa de Buenos Aires), são fortes. Na Colômbia e Equador os profissionais são representados por conselhos. O padrão do jornalismo lá praticado é sofrível. Na Venezuela convivem as duas formas representativas. Nenhuma tem fôlego suficiente para enfrentar os problemas que culminaram, inclusive, com um dono de TV comandando um golpe de Estado.

É importante que os jornalistas entendam que conselho e sindicato têm missões diferentes. Os conselhos se aplicam mais a categorias onde os profissionais majoritariamente atuam na forma liberal, autônomos, por conta própria. Em relação aos que têm carteira assinada, por exemplo, não podem fixar pisos salariais ou negociar contratos coletivos de trabalho, ou mesmo entrar com dissídio coletivo. Não podem também entrar com uma ação judicial coletiva em nome da categoria para recuperar perdas coletivas, como as do FGTS, plano Bresser, Collor etc. No projeto de lei do CFJ não há em mesmo a previsão de competência para definir tabelas de honorários profissionais. Isto continuará sendo uma luta para os sindicatos.

A tendência é que os sindicatos venham a se fragilizar com a implantação do CFJ. Isso porque a sindicalização é opcional e o Conselho é obrigatório- o projeto do CFJ define como falta grave o não pagamento da anuidade a ser fixada pelo próprio CFJ.

Com a pauperização dos assalariados em nosso país, os profissionais acabam optando em pagar apenas uma das entidades. A realidade mostra que as categorias profissionais que se organizaram por meio de conselhos tiveram suas estruturas sindicais desnutridas. Esses são os casos de engenheiros, advogados, arquitetos, economistas, relações-públicas e de tantas outras.”<sup>170</sup>

Como conta Sant’anna, a opção dos diretores da Fenaj pelo Conselho se deu depois que o então presidente da República Fernando Henrique Cardoso vetou integralmente a possibilidade de a entidade conceder os registros para os jornalistas.

“O principal argumento dos que defendiam a criação do Conselho era dotar a categoria de poderes para fiscalizar o mercado e evitar a atuação dos chamados irregulares, aqueles que não têm registro profissional. Todos queixavam que o Estado, por meio das Delegacias Regionais do Trabalho, era ineficiente na concessão de registros, permitindo fraudes, e inoperante na fiscalização do exercício irregular da profissão – bem como dos abusos patronais, do tipo excesso de jornada de trabalho, não pagamentos de adicionais, recolhimento de FGTS etc.

Os contrários ao Conselho foram vitoriosos tendo em vista a tramitação acelerada de um projeto de lei no Congresso Nacional que transferiria a concessão de registros para a Fenaj. Decidiu-se, então, lutar pela aprovação do projeto, o que ocorreu, mas ninguém contava com o veto integral do presidente Fernando Henrique Cardoso.

A derrubada do veto nunca foi alvo de uma real mobilização dos sindicatos e da Fenaj, e ele acabou sendo a centelha para reacender a chama dos que defendiam o CFJ. Técnicos e juristas foram

---

<sup>169</sup> FENAJ ataca jornalistas e defende Lula. *Primeira Leitura*. Acesso em 1º set 2004. Anexo VI.

<sup>170</sup> SANT’ANNA, Chico. A criatura contra o criador. *Observatório da Imprensa*. Acesso em 1º set 2004. Anexo III.

arregimentados e um projeto foi submetido à aprovação em um novo congresso na categoria, desta vez em Manaus, em 2002.”

À parte todas essas sugestões e possibilidades, há quem defenda que não deve haver qualquer espécie de regulamentação, argumentando, como a revista *Veja*, que “o próprio mercado consumidor se encarrega de eliminar as publicações ruins e prestigiar as boas.”<sup>171</sup> Em texto no *Observatório da Imprensa*, Luiz Weis rebate a afirmação:

“(…) a *Veja* atribui ao “mercado consumidor” a capacidade de produzir uma seleção darwiniana que elimine as publicações ruins e prestigie as boas. É uma rematada asneira, com cheiro de desonestidade intelectual.

Primeiro, parafraseando, porque o mercado não deve, não pode e nem consegue (ainda) comandar todos os processos da sociedade.

Segundo, porque no capitalismo de concentração e de oligopolização da mídia, o pobre do consumidor é tão capaz de eliminar as “publicações ruins”- não falta quem diga que a *Veja* é uma delas- como de fazer prosperar as “boas” que sejam periféricas ao sistema e não se enquadrem na indústria do infotimento, pródiga em violação dos padrões éticos mínimos que é preciso defender na imprensa com unhas e dentes.”

Concorde-se ou não com a proposta de criação do Conselho Federal de Jornalismo, fica patente que a mídia precisa ser rediscutida e que muito precisa ser mudado para que possamos praticar um jornalismo mais ético e verdadeiro. Como resume o jornalista e professor da Universidade de Brasília Luiz Gonzaga Motta:

“Há vários erros no processo de criação e de encaminhamento do CFJ. Há expressões que não deviam estar lá, há excessos, há intempestividades, há indefinições que deixam margem a interpretações equivocadas. O processo de encaminhamento foi inoportuno. Mas, independente do recuo agora ou de sua aprovação adiante, ele cumpre uma tarefa importante: colocou na agenda da categoria dos jornalistas, do governo e do Parlamento um debate que a academia e alguns setores organizados da sociedade civil já vêm solicitando há muito tempo: a mídia não pode continuar sendo o único poder sem nenhum controle ético em nome de uma liberdade de expressão que se restringe a quem veste a toga de jornalista- ou de quem decide, por ser proprietário, o que sai e o que não sai na imprensa.”<sup>172</sup>

---

<sup>171</sup> CENSORES, uni-vos. *Veja*, 11 ago 2004. Anexo IX.

<sup>172</sup> MOTTA, Luiz Gonzaga. As cores do maniqueísmo. *Observatório da Imprensa*. Acesso em 1º set 2004. Anexo III.



## 6. CONCLUSÃO

O personagem de histórias em quadrinhos Homem-Aranha, criado por Stan Lee e Steve Ditko e cujo alter-ego Peter Parker curiosamente é um fotojornalista, tem uma frase que se aplica perfeitamente para a imprensa: com grande poderes vêm grande responsabilidades. O Homem-Aranha aprendeu essa lição arduamente quando se negou a usar seus superpoderes para prender um bandido, que acabou assassinando o seu tio. Após anos de liberdade, a imprensa ainda parece não ter aprendido a usar o grande poder que tem- o chamado quarto poder- para o bem.

No terceiro capítulo desse trabalho, vimos como a imprensa pode cometer erros graves, erros que, como diz Eduardo Jorge Caldas Pereira, podem levar à morte moral de uma pessoa. Não faltariam exemplos também de casos em que a imprensa teve uma atuação positiva, fazendo denúncias verdadeiras que resultaram em melhorias. Errar é humano, e todos estão sujeitos a erros. Mas poucos fazem como Ricardo Noblat, que então à frente do *Correio Braziliense*, publicou, voluntariamente, como manchete de primeira página *O Correio errou*. Coincidentemente, a manchete se referia ao próprio caso Eduardo Jorge, como conta Noblat.

“Em 3 de agosto de 2000, o *Correio Braziliense* cometeu um enorme erro em matéria que foi manchete de primeira página. A manchete dizia: “O grande negócio de Jorge”. Dava conta do envolvimento do ex-secretário da presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira em um negócio suspeito com o Banco do Brasil.

A matéria estava errada de uma ponta a outra. E na edição seguinte, o jornal assumiu o erro em manchete de primeira página. Foi a primeira vez que um jornal brasileiro procedeu assim.

A manchete “O *Correio* errou” de 4 de agosto de 2000 ganhou o Prêmio Esso de Melhor Contribuição à Imprensa. Ganhou também, na mesma categoria, o Prêmio Cláudio Abramo de Jornalismo.

Nunca vi um erro ser tão celebrado! Mas é assim que se constrói a credibilidade de um jornal: publicando tudo que possa interessar aos leitores. E admitindo erros. A receita é simples”.<sup>173</sup>

A receita pode ser simples, como disse Noblat, mas não costuma ser seguida. Geralmente para que um jornal reconheça um erro como esse, é necessário que o prejudicado processe o veículo e tenha ganho de causa, geralmente depois de muito tempo, o que faz com que o caso já tenha sido esquecido ou que o erro já tenha se perpetuado como verdade.

---

<sup>173</sup> NOBLAT, Ricardo. *A arte de fazer um jornal diário*. São Paulo: Contexto, 2002. P. 40

A argumentação que vimos no fim do último capítulo, defendida por exemplo pela revista *Veja*, é que o próprio mercado se encarregaria de punir esses desvios, eliminando as publicações ruins. Pois Luiz Weis, no *Observatório da Imprensa*, refuta isto citando um caso da própria *Veja*, que foi acusada pela concorrente *IstoÉ* de falsear propositalmente dados sobre a conta bancária do então deputado Ibsen Pinheiro, o que acabou custando-lhe o cargo.

“No fim da semana, sob o impacto da tardia denúncia- passados 11 anos!- do jornalista Luís Costa Pinto sobre o erro que o então editor da *Veja*, Paulo Moreira Leite, teria bancado a todo custo e que foi fatal para o deputado Ibsen Pinheiro-, três colunistas encararam a óbvia relação entre o escândalo e o *enforcement* da responsabilidade jornalística.

Dora Kramer (*Estado e JB*):

“Nenhum conselho controlador teria o poder de evitar casos como esse. Mas a imprensa livre tem pelo menos como, pelo constrangimento da exposição pública, contribuir para que se mantenham no terreno das exceções”

Teresa Cruvinel (*O Globo*):

“Quando o governo se dispõe a desistir da proposta de criação do CFJ, a confissão do jornalista Luís Costa Pinto confirma que, com ou sem conselho, as práticas da imprensa podem e devem ser discutidas por todos”

Eliane Catanhêde (*Folha*)

“O “mea culpa” (...) corrobora minha posição desde o início: a favor da discussão sobre algum tipo de olhar externo sobre a atividade jornalística e contra um conselho em forma de autarquia proposta pelo presidente”.

A imperdoável asfixia da discussão defendida por Teresa Cruvinel e Eliane Catanhêde impediu que se fosse ao fundo de um dos principais problemas do exercício ético do jornalismo: bastará o “constrangimento da exposição pública” de que fala Dora Kramer para ao menos reduzir a incidência de denunciamentos como o que destruiu a reputação e partiu a alma do também jornalista Ibsen Pinheiro?

Esse leitor pensa que não. Quantos leitores perderá ou deixará de ganhar a *Veja*- a se confirmar que a versão de Costa Pinto é verdadeira- por causa de uma matéria mentirosa publicada em novembro de 1993?

Até porque o “olhar externo” mencionado por Eliane Catanhêde teria mais coisas a enxergar do que os linchamentos morais cometidos pela imprensa e que lhe custam pouco ou nada”.<sup>174</sup>

O Conselho Federal de Jornalismo certamente não será a panacéia para todos os males do jornalismo brasileiro. Ainda mais na configuração em que se procura criá-lo, em que ele ganha um caráter político-ideológico talvez superior ao técnico. Vale lembrar que o próprio Eduardo Jorge, vítima do que ele chamou de esquadrão da morte moral da imprensa, se manifestou sobre isso quando ouvido pela revista *Veja*. “O controle sobre o MP [*Ministério Público*] é imprescindível. Já o Conselho de Jornalismo seria um órgão político”.<sup>175</sup>

---

<sup>174</sup> WEIS, Luiz. O abate sem debate do CFJ. *Observatório da Imprensa*. Acesso em 1º set 2004. Anexo III.

<sup>175</sup> GASPAR, Malu. O fantasma do autoritarismo. *Veja*, 18 ago 2004. Anexo IX.

Porém, a discussão sobre o CFJ mostra que é necessária, sim, alguma espécie de regulação da imprensa. Mesmo que seja uma auto-regulação em que não se levante questionamentos sobre o tolhimento da liberdade de imprensa. Algumas boas iniciativas nesse sentido já foram tomadas. O próprio *Observatório da Imprensa*, com artigos tantas vezes citados aqui, é uma delas. Mauro Malin escreveu no próprio *Observatório*: “Não creio que seja bom caminho criar uma agência que regule o trabalho jornalístico. Este *Observatório* faz mais para melhorar os padrões do que faria uma agência. Dói mais. Não vem de cima para baixo. Não dá aos criticados a aura de rebeldes perseguidos pelo oficialismo”.<sup>176</sup>

O alcance do *Observatório da Imprensa*, porém, é restrito. Imagine-se que se cometa um erro muito grande jornalisticamente, por exemplo, no *Jornal Nacional*, que é assistido diariamente por cerca de 50 milhões de telespectadores. De que adiantará o tema ser discutido no *Observatório da Imprensa*, que tem o alcance restrito ao público que acessa a Internet e assiste a Rede Brasil de Televisão- um número enormemente menor de pessoas? Qual versão da história irá se impor? O próprio William Bonner, âncora do *Jornal Nacional*, quando deu palestra na Escola de Comunicação da UFRJ em período de disputa eleitoral de 2002, disse que não poderia declarar o seu voto no ar, ou dar qualquer outra espécie de opinião, pois essas seriam encaradas como verdade pela maior parte desses 50 milhões de pessoas que o assistem diariamente. A mídia carrega consigo o peso de ser a dona da verdade. Apenas o olhar do público não é o suficiente para separar o joio do trigo.

Caso a imprensa tomasse em suas próprias mãos algumas iniciativas para se vigiar, já seria um avanço. Poucos jornais, como a *Folha de S. Paulo*, possuem a figura do *ombudsman*. No *Novo Manual da Redação* do jornal, a figura do ombudsman é definida como o “profissional pago por órgão oficial ou empresa privada para representar os interesses do público. Em jornalismo é o advogado do leitor.”<sup>177</sup> O cargo existe no jornal desde 1989. Os ombudsmen têm mandatos de um ano prorrogados por mais um ano, e publicam semanalmente uma crítica ao jornal, além de escreverem diariamente uma crítica interna. O atual ombudsman da *Folha de S. Paulo*, Marcelo

---

<sup>176</sup> MALIN, Mauro. A questionável utilidade das corregedorias. *Observatório da Imprensa*. Acesso em 1º set 2004. Anexo III.

<sup>177</sup> FOLHA DE S. PAULO. *Novo manual da redação*. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1992. P. 20

Beraba, foi uma das poucas vozes da grande imprensa que se levantou contra o massacre a que foi submetida a proposta de criação do CFJ, como relata Luiz Weis:

“O ombudsman da *Folha de S. Paulo*, Marcelo Beraba, ressaltou que “a proposta foi bombardeada na imprensa”. Observou que “ao carimbá-lo como chapa-branca, o jornal omitiu [que] o texto tinha sido gerado nos sindicatos profissionais”. Registrou que, nas reportagens da *Folha*, “as opiniões desfavoráveis tiveram muito mais destaque e foram repetidas diversas vezes”. E concluiu: “Esse desequilíbrio não permitiu que a proposta fosse debatida com mais profundidade”.<sup>178</sup>

Os próprios manuais de redação teriam mais valia se focassem mais a questão da ética e menos o estilo. Como afirma Manuel Carlos Chaparro, “não constitui grande risco pressupor que o jornalismo brasileiro atravessa uma grave crise moral, que se reflete nas ações jornalísticas. E os manuais, além de inoperantes como remédio, contribuem para esse desequilíbrio, ao tratarem a ética como simples adereço, coisa secundária.”<sup>179</sup>

O já citado manual de redação da *Folha de S. Paulo* dedica à ética não mais que um verbete, dois parágrafos de um livro de mais de 300 páginas. De acordo com o Manual, “o jornalista deve assumir compromisso apenas com a isenção na cobertura dos fatos, a liberdade de expressão, o direito de informar e o acesso do leitor a toda informação ou opinião importante. Deve procurar conhecer todas versões de um fato e registrá-las com fidelidade. Ele tem responsabilidade moral pelas informações que coleta e transmite, as quais devem ser sempre exatas e comprovadas.”<sup>180</sup>

Em seu livro *Pragmática do Jornalismo*, Manuel Carlos Chaparro mostra que a crise moral a que ele se refere na imprensa, ou a crise ética da qual fala Francisco José Karam como vimos antes, vai muito além do denunciismo que foi diagnosticado como o principal mal da imprensa. Em um parágrafo, Chaparro resume os casos do dia-a-dia em que a ética jornalística foi colocada de lado:

“As trapalhadas jornalísticas de repórteres apressados ou despreparados, no caso do tubarão de Cananéia; a irresponsabilidade do redator de *Veja*, que (ainda no caso do tubarão), por não ter procurado fontes qualificadas, impingiu aos seus para lá de um milhão de leitores, com o aval do rótulo “ciência”, informações falsas, imprecisas, incompletas; os interesses ocultos de misteriosas instâncias de poder econômico ou político que influenciam a desinformação do leitor, como no episódio das duas versões para a crise entre o presidente Itamar Franco e os seus ministros Paulo Haddad e Gustavo Krause; o descuido da edição, desrespeitoso para com o leitor, que possibilitou a publicação, na mesma página, como notícias autônomas, das duas versões contraditórias daquela crise; o poder de arbítrio e a frouxidão ética de editores que (como aconteceu nas notícias do autódromo de Interlagos) destroem ou distorcem o

<sup>178</sup> WEIS, Luiz. O abate sem debate do CFJ. *Observatório da Imprensa*. Acesso em 1º set 2004. Anexo III.

<sup>179</sup> CHAPARRO, Manuel Carlos. *Pragmática do jornalismo : buscas práticas para a teoria de uma ação jornalística*. São Paulo: Summus, 1994. P. 100

<sup>180</sup> FOLHA DE S. PAULO. *Novo manual da redação*. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1992. P. 17

trabalho dos repórteres, deturpando o sentido dos textos com títulos tendenciosos elaborados não em função dos conteúdos produzidos, mas por causa de interesses ideológicos ou pontos de vista próprios; a simulação jornalística da propaganda ou da argumentação partidária, por parte de repórteres e editores, chegando ao abuso da mentira proposital ou tolerada (conforme ocorreu na cobertura da *Folha* ao primeiro reveillon de rua de São Paulo)- eis aí um rol de práticas de um jornalismo que nada tem a ver com o discurso dos manuais.”<sup>181</sup>

Some-se a isso todos os casos que vimos no terceiro capítulo, e tantos outros parecidos, e fica claro que o nosso jornalismo precisa, no mínimo, de um código de ética que funcione e seja reconhecido, de preferência sustentado por um órgão com poderes para auto-regular a profissão, nos moldes de um Conar. Mas cabe a ressalva que o Conar é um órgão patronal, e um dos motivos apontados pelos diferentes autores para a crise ética do jornalismo brasileiro são justamente os padrões e a defesa dos seus interesses. Como declarou o jornalista Mino Carta, que passou em funções de destaque por alguns dos principais órgãos de imprensa do país, até fundar a sua própria revista, a *Carta Capital*: “Se há um problema no País ele não é representado pelos jornalistas, o problema é representado pelos padrões da mídia, os quais têm poderes excessivos. Com raríssimas exceções, os jornalistas servem aos seus padrões, impulsionados pelo pânico de perder o emprego, eles fazem o que o padrão manda.”<sup>182</sup>

A repórter do *Estado de S. Paulo* Tânia Belickas, uma das entrevistadas por Manuel Carlos Chaparro em seu livro, confirma esse temor que Carta aponta. Tânia escreveu uma matéria sobre a falta de água em São Paulo, pautada pelo diretor da redação, Augusto Nunes, que convivia com o problema em sua casa. Tânia averiguou que o problema não era tão grave, mas foi instada a dar outro foco à sua matéria. E desabafou: “Eu não queria fazer esse tipo de coisa. Mas se não fizer, outro vem e faz. Somos perfeitamente substituíveis.”<sup>183</sup>

Mino Carta prossegue dizendo que “chegou o momento de pensar numa lei democrática que limite os poderes do padrão, que estabeleça o que você pode efetivamente ter e o que você não pode ter, a bem da democracia.”<sup>184</sup> Essa lei, que poderia vir ancorada em um código de ética dos jornalistas ou em um conselho, já existe

---

<sup>181</sup> CHAPARRO, Manuel Carlos. *Pragmática do jornalismo : buscas práticas para a teoria de uma ação jornalística*. São Paulo: Summus, 1994. P. 100

<sup>182</sup> LULA erra o alvo ao criticar os jornalistas, diz Mino Carta. *O Estado de S. Paulo*, 18 ago 2004. Anexo V.

<sup>183</sup> CHAPARRO, Manuel Carlos. *Op. Cit.* P. 33

<sup>184</sup> LULA erra o alvo ao criticar os jornalistas, diz Mino Carta. *O Estado de S. Paulo*, 18 ago 2004. Anexo V.

em algumas partes do mundo e é conhecida como cláusula de consciência. A cláusula de consciência protege os jornalistas dos patrões, permitindo-lhes negar-se a produzir matérias que atentem contra a sua consciência. O jornal *El País*, o maior da Espanha e um dos maiores da Europa, permite no seu próprio manual de redação o recurso dos jornalistas à cláusula de consciência, caso sejam forçados a infringir o que o código de ética do próprio jornal atinge, ou se “por mudanças na linha ideológica de *El País*, se sentirem afetados em sua liberdade, honra e independência.”<sup>185</sup> Nas palavras do próprio Manual:

“Artículo 5. La Redacción de *El País* se atiene a los principios enumerados en este Estatuto. El cambio sustancial de la línea ideológica de *El País*, puesto de manifiesto por actos reiterados, será motivo para que el miembro de la Redacción que se considere afectado en su libertad, honor o independencia profesional pueda, sin preaviso, invocar cláusula de conciencia e, en su caso, dar por resuelta o extinguida su relación laboral. (...)

Igualmente podrá alegarse la cláusula de conciencia, con los efectos jurídicos de ella derivados regulados en los párrafos anteriores, cuando a algún miembro de la Redacción se le imponga la realización de algun trabajo que el mismo considere que vulnera los principios ideológicos y violenta su conciencia profesional”.<sup>186</sup>

A invocação da cláusula de consciência poderia, por exemplo, a se acreditar nas palavras do ex-editor do Jornal Nacional Octavio Tostes, ter impedido a edição polêmica do debate entre os candidatos à Presidência da República Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Collor, que de acordo com alguns foi decisiva para a eleição de Collor.

No início de novembro, enquanto eu concluía esse trabalho, já não se falava mais tanto no Conselho Federal de Jornalismo. O comentário é que fosse se deixar o tema morrer gradativamente, até que a proposta fosse esquecida. Numa das últimas manifestações sobre o tema, o presidente do Senado Federal, José Sarney, disse que o projeto “não tem nenhuma chance de ser aprovado pelo Congresso”.<sup>187</sup>

O jornalista Angelo de Souza lamenta, de maneira irônica, o enterro da proposta:

“De agora em diante, a lei de imprensa e o Código Civil serão suficientes para coibir os desvios possíveis no campo do jornalismo. A competição no mercado de trabalho regulará a qualidade profissional como regula o mercado de produtos de comunicação. A censura será banida junto com os últimos resquícios do regime militar e do stalinismo. Os jornalistas viverão no melhor dos mundos, com remuneração justa e reconhecimento público, livres para informar-se e informar o público de modo isento, exato, equilibrado, sob império da ética e orientados para o bem comum.

Mas, se você quer um conselho, pare de sonhar.”<sup>188</sup>

---

<sup>185</sup> CHAPARRO, Manuel Carlos. *Op. Cit.* P. 102

<sup>186</sup> KARAM, Francisco José Castilhos. *Jornalismo, ética e liberdade*. São Paulo: Summus, 1997. PP. 98-9

<sup>187</sup> SARDINHA, Edson. Sarney diz que CFJ não passa. *Comunique-se*, 18 set 2004. Anexo IV.

<sup>188</sup> SOUZA, Angelo de. Conselho como água. *Observatório da Imprensa*. Acesso em 1º set 2004. Anexo III.

Para o jornalista e professor Wedencley Alves, os jornalistas “estão perdendo a chance de ser uma categoria”. “Não precisa mais ser jornalista para ser jornalista. Qualquer um, com qualquer intenção boa ou má pode sê-lo.”<sup>189</sup> Alves é uma das vozes a lamentar o que Luiz Weis chamou de “abate sem debate do CFJ”. Ou como bem resumiu o jornalista e professor Angelo Sastre:

“Deixando de lado qualquer posição ideológica contra ou a favor da proposta de criação de um Conselho Federal de Jornalismo, é preciso discutir os propósitos, objetivos, ferramentas e critérios que pretendemos consolidar para a manutenção de um jornalismo sério, transparente, independente e responsável.

Desse episódio, mais que repensar sobre o tema, devemos refletir sobre a superficialidade de nosso noticiário em determinados momentos e sobre a responsabilidade ética e moral dos profissionais e das empresas de comunicação e jornalismo, que precisam esclarecer os temas em discussão e não deixar dúvidas sobre os fatos relatados. Em uma sociedade democrática não pode ser admitida nenhuma censura ou restrição de qualquer tipo, espécie ou grau. No entanto, é preciso ter claro as regras e leis que norteiam os direitos e deveres de seus membros. Dessa forma, somente por meio de um debate amplo, transparente e coerente será possível determinar se o texto do projeto de lei proposto pela Fenaj, que sugere a criação do Conselho Federal de Jornalismo, possui falhas, omissões ou excessos. Deve ser, também, por meio de um processo transparente e democrático que devemos corrigir as possíveis falhas no texto do projeto de lei, na regulamentação da profissão, no exercício do jornalismo, na formação dos estudantes dos cursos de comunicação e, até mesmo na divulgação dos fatos de qualquer natureza.”<sup>190</sup>

Para finalizar, na conclusão de sua palestra sobre a liberdade de imprensa, há 54 anos, Carlos Rizzini disse palavras que valem até hoje, e cada vez mais. “Devemos todos trabalhar por uma imprensa cada vez mais livre- livre das limitações externas, que são a opressão, e livre das internas, que são a irresponsabilidade. Por uma imprensa a serviço do bem.”<sup>191</sup>

---

<sup>189</sup> ALVES, Wedencley. Jornalistas autofágicos. *Observatório da Imprensa*. Acesso em 1º set 2004. Anexo III.

<sup>190</sup> SASTRE, Angelo. O “aconselhamento” da mídia”. *Observatório da Imprensa*. Acesso em 1º set 2004. Anexo III.

<sup>191</sup> RIZZINI, Carlos. *Liberdade de imprensa*. Campos do Jordão, SP: Editora Mantiqueira, 1998 P. 45

## **7. BIBLIOGRAFIA**

- 1) CHAPARRO, Manuel Carlos. *Pragmática do jornalismo: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística*. São Paulo: Summus, 1994.
- 2) CONTI, Mario Sergio. *Notícias do Planalto: a imprensa e Fernando Collor*. São Paulo: Companhia das Letras: 1999.
- 3) FOLHA DE S. PAULO. *Novo manual da redação*. São Paulo: Folha de São Paulo, 1992.
- 4) GARCIA, Luiz (org.) *O Globo- Manual de redação e estilo*. São Paulo: Globo, 1992.
- 5) KARAM, Francisco José Castilhos. *Jornalismo, ética e liberdade*. São Paulo: Summus, 1997.
- 6) KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. *Os elementos do jornalismo*. Tradução de Waldir Dupont. São Paulo: Geração Editorial, 2003.
- 7) LANA O, Jairo (org.) *A Liberdade de Imprensa e a Lei- Normas jurídicas que afetam o jornalismo nas Américas*. Sociedade Interamericana de Imprensa, 2000.
- 8) MEMÓRIA GLOBO. *Jornal Nacional: a notícia faz história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- 9) NASSIF, Luís. *O jornalismo dos anos 90*. São Paulo: Futura, 2003.
- 10) NERY, Sebastião. *Grandes pecados da imprensa*. São Paulo: Geração Editorial, 2000.
- 11) NOBLAT, Ricardo. *A arte de fazer um jornal diário*. São Paulo: Contexto, 2002.
- 12) NOBRE, Freitas. *Imprensa e liberdade: os princípios constitucionais e a nova legislação*. São Paulo: Summus, 1988
- 13) PESSÔA, Alfredo de Belmont (org.) *Os melhores textos da revista de comunicação*. Rio de Janeiro: Projeto Editorial, 1996.
- 14) RIBEIRO, Alex. *Caso Escola Base: Os abusos da imprensa*. São Paulo: Editora Ática, 2003.



- 15) RIZZINI, Carlos. *Liberdade de imprensa*. Campos do Jordão, SP: Editora Mantiqueira, 1988.
- 16) ROSA, Mário. *A era do escândalo: lições, relatos e bastidores de quem viveu as grandes crises de imagem*. São Paulo: Geração Editorial, 2003.
- 17) TRAVANCAS, Isabel Siqueira. *O mundo dos jornalistas*. São Paulo: Summus, 1993.

## PERIÓDICOS CONSULTADOS

*Folha de S. Paulo*

*O Estado de S. Paulo*

*O Globo*

*Veja*

## SITES CONSULTADOS

*Associação Brasileira de Imprensa* ([www.abi.org.br](http://www.abi.org.br))

*Associação Nacional de Jornais* ([www.anj.org.br](http://www.anj.org.br))

*Câmara dos Deputados* ([www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br))

*Cinform* ([www.cinform.com.br](http://www.cinform.com.br))

*Comunique-se* ([www.comunique-se.com.br](http://www.comunique-se.com.br))

*Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia*  
([www.confex.org.br](http://www.confex.org.br))

*Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária* ([www.conar.org.br](http://www.conar.org.br))

*Consciência.net* ([www.consciencia.net](http://www.consciencia.net))

*Federação Nacional dos Jornalistas* ([www.fenaj.org.br](http://www.fenaj.org.br))

*Folha de S. Paulo* ([www.folha.com.br](http://www.folha.com.br))

*Jornal da Mídia* ([www.jornaldamidia.com.br](http://www.jornaldamidia.com.br))

*Observatório da Imprensa* ([www.observatoriodaimprensa.com.br](http://www.observatoriodaimprensa.com.br))

*O Estado de S. Paulo* ([www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br))

*O Globo* ([www.oglobo.com.br](http://www.oglobo.com.br))

*Ordem dos Advogados do Brasil* ([www.oab.org.br](http://www.oab.org.br))

*Press Complaints Comission* ([www.pcc.org.uk](http://www.pcc.org.uk))

*Primeira Leitura* ([www.primeiraleitura.com.br](http://www.primeiraleitura.com.br))

*Repórteres sem Fronteiras* ([www.rsf.org](http://www.rsf.org))

*Sindicato dos Jornalistas-SP* ([www.sjisp.org.br](http://www.sjisp.org.br))

*Unión de Los Periodistas de Cuba* ([www.upec.cu](http://www.upec.cu))

*Veja* ([www.veja.com.br](http://www.veja.com.br))

## **FILMOGRAFIA**

*O Jornal (The Paper)*, de Ron Howard. Estados Unidos, Universal Pictures, 1994.

## **8. ANEXOS**

**ANEXO I**  
**Projeto de lei que cria o Conselho Federal de Jornalismo e os Conselhos Regionais de Jornalismo, e dá outras providências**

**O CONGRESSO NACIONAL** decreta:

Art. 1º Ficam criados o Conselho Federal de Jornalismo - CFJ e os Conselhos Regionais de Jornalismo - CRJ, autarquias dotadas de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira.

§ 1º O CFJ e o CRJ têm como atribuição orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de jornalista e da atividade de jornalismo, zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe em todo o território nacional, bem assim pugnar pelo direito à livre informação plural e pelo aperfeiçoamento do jornalismo.

§ 2º O CFJ terá sede e foro em Brasília e jurisdição em todo o território nacional.

§ 3º Cada CRJ terá sede e foro na capital do Estado ou de um dos Estados de sua jurisdição, a critério do CFJ.

Art. 2º Compete ao Conselho Federal:

I - zelar pela dignidade, independência, prerrogativas e valorização do jornalista;

II - representar em juízo, ou fora dele, os interesses coletivos ou individuais relativos às prerrogativas da função dos jornalistas, ressalvadas as competências privativas dos Sindicatos representativos da categoria;

III - editar e alterar o seu Regimento, o Código de Ética e Disciplina, resoluções e provimentos;

IV - estabelecer as normas e procedimentos do processo disciplinar;

V - supervisionar a fiscalização do exercício profissional em todo o território nacional;

VI - colaborar com o aperfeiçoamento dos cursos de jornalismo e comunicação social com habilitação em jornalismo;

VII - autorizar, pela maioria absoluta dos seus membros, a oneração de bens imóveis;

VIII - promover diligências, inquéritos ou verificações sobre o funcionamento dos CRJ em todo o território nacional e adotar medidas para a melhoria de sua gestão;

IX - intervir nos CRJ em que se constate violação a esta Lei ou às suas resoluções, nomeando composição provisória para o prazo que se fixar;

X - cassar ou modificar, de ofício ou mediante representação, qualquer ato de órgão ou autoridade do CFJ contrário a esta Lei, ao Regimento, ao Código de Ética e Disciplina ou às resoluções e provimentos, ouvida a autoridade ou órgão em causa;

XI - reexaminar, em grau de recurso, as decisões dos CRJ nos casos previstos no Regimento;

XII - definir e instituir os símbolos privativos dos jornalistas;

XIII - resolver os casos omissos nesta Lei e nas demais normas pertinentes ao CFJ, assim como aqueles relativos ao exercício da profissão de jornalista e da atividade de jornalismo;

XIV - fixar e cobrar de seus inscritos as anuidades e os preços por serviços;

XV - fixar normas sobre a obrigatoriedade de indicação do jornalista responsável por material de conteúdo jornalístico publicado ou veiculado em qualquer meio de comunicação;

XVI - definir as condições para inscrição, cancelamento e suspensão da inscrição dos jornalistas, bem como para revisão dos registros existentes; e

XVII - estabelecer as condições para a criação e funcionamento das seções dos CRJ.

Parágrafo único A intervenção de que trata o inciso IX deste artigo depende de prévia aprovação de dois terços dos membros do CFJ, garantido ao CRJ o amplo direito de defesa.

Art. 3º Compete aos Conselhos Regionais:

I - editar seu Regimento e resoluções;

II - criar e regulamentar o funcionamento das suas seções, nas condições estabelecidas pelo CFJ;

III - reexaminar, em grau de recurso, as decisões dos respectivos presidentes;

IV - exercer a fiscalização do exercício da profissão de jornalista e da atividade de jornalismo;

V - fiscalizar a aplicação da receita, deliberar sobre o seu balanço e as suas contas, bem como sobre os das suas seções;

VI - fixar tabelas de honorários válidas nas respectivas jurisdições;

VII - deliberar sobre os pedidos de inscrição, cancelamento e suspensão da inscrição dos jornalistas, bem como de revisão dos registros existentes;

VIII - manter cadastro atualizado de jornalistas inscritos; e

IX - emitir a carteira de jornalista, válida como prova de identidade para todos os fins legais em todo o território nacional, onde serão efetuadas anotações relativas às atividades do portador.

Parágrafo único. Os CRJ exercerão supletivamente, nas respectivas jurisdições, as competências e funções atribuídas ao CFJ nesta Lei, nas resoluções e nos provimentos.

Art. 4º Todo jornalista, para exercício da profissão, deverá inscrever-se no CRJ da região de seu domicílio, atendendo às condições estabelecidas pela legislação.

Art. 5º No exercício da profissão, o jornalista deve pautar sua conduta pelos parâmetros definidos no Código de Ética e Disciplina, mantendo independência em qualquer circunstância.

Parágrafo único. O Código de Ética e Disciplina deverá regular também os deveres do jornalista para com a comunidade, a sua relação com os demais profissionais, o dever geral de urbanidade e, ainda, os respectivos procedimentos disciplinares, observado o disposto nesta Lei.

Art. 6º Constituem infrações disciplinares, além de outras definidas pelo Código de Ética e Disciplina:

I - transgredir preceito do Código de Ética e Disciplina;

II - exercer a profissão quando impedido de fazê-lo, ou facilitar, por qualquer meio, o seu exercício aos não inscritos ou impedidos;

III - solicitar ou receber de cliente qualquer favor em troca de concessões ilícitas;

IV - praticar, no exercício da atividade profissional, ato que a lei defina como crime ou contravenção;

V - deixar de cumprir, no prazo estabelecido, depois de regularmente notificado, determinação emanada pelos Conselhos, em matéria de sua competência; e

VI - deixar de pagar aos Conselhos as anuidades a que esteja obrigado.

Art. 7º As penas aplicáveis por infrações disciplinares são as seguintes:

I - advertência;

II - multa;

III - censura;

IV - suspensão do registro profissional, por até trinta dias; e

V - cassação do registro profissional.

Parágrafo único. O CFJ estabelecerá os procedimentos administrativos para aplicação das penas previstas neste artigo.

Art. 8º O poder de punir disciplinarmente os inscritos no CFJ compete, exclusivamente, ao CRJ em cuja jurisdição tenha ocorrido a infração.

Art. 9º O processo disciplinar pode ser instaurado de ofício ou mediante representação de qualquer pessoa interessada ou entidade de classe dos jornalistas.

§ 1º O processo disciplinar tramitará em sigilo, só tendo acesso às informações e documentos nele contidos as partes e seus defensores.

§ 2º Ao representado será assegurado amplo direito de defesa, podendo acompanhar o processo em todos os termos, pessoalmente ou por procurador.

§ 3º Após a defesa prévia, caso se convença do descabimento da representação, o relator deverá requerer fundamentadamente o seu indeferimento e conseqüente arquivamento ao Presidente do respectivo CRJ.

§ 4º Compete exclusivamente aos Presidentes dos CRJ a decisão de arquivamento nos termos do § 3º.

Art. 10. Caberá recurso ao CFJ de todas as decisões definitivas não unânimes proferidas pelos CRJ, ou, sendo unânimes, que contrariem esta Lei, o Código de Ética e Disciplina, decisão ou resolução do CFJ ou dos CRJ, bem como seus Regimentos.

Parágrafo único. Além das partes, o Presidente do CRJ é legitimado a interpor o recurso previsto neste artigo.

Art. 11. Todos os recursos têm efeito suspensivo, exceto quando se tratar de processos relativos a eleições ou a inscrições obtidas com falsa prova.

Art. 12. Os presidentes do CFJ e dos CRJ prestarão, anualmente, suas contas ao Tribunal de Contas da União.

§ 1º Após aprovação pelo respectivo plenário, as contas dos CRJ serão submetidas à homologação do CFJ.

§ 2º As contas dos CRJ, devidamente homologadas, e as do CFJ serão submetidas à apreciação do Tribunal de Contas da União.

§ 3º Cabe aos presidentes de cada Conselho a responsabilidade pela prestação de contas.

Art. 13. Constituem rendas dos Conselhos as doações, legados, rendimentos patrimoniais ou eventuais, taxas, anuidades, multas e outras contribuições.

Parágrafo único. Constitui título executivo extrajudicial a certidão passada pelo CRJ competente relativa a crédito previsto neste artigo.

Art. 14. Os empregados do CFJ e dos CRJ são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 15. A organização, estrutura e funcionamento do CFJ e dos CRJ, bem assim as normas complementares do respectivo processo administrativo serão disciplinados em seus respectivos regimentos.

Parágrafo único. Cabe ao CFJ dirimir as questões divergentes entre os CRJs, no que respeita ao processo disciplinar, baixando normas complementares que unifiquem os procedimentos.

Art. 16. Até noventa dias após a posse da primeira composição do CFJ, a competência para a emissão da carteira de identidade profissional, prevista na Lei nº 7.084, de 21 de dezembro de 1982, permanecerá com a Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais - FENAJ.

Art. 17. A primeira composição do CFJ será provisória, contando com dez jornalistas profissionais efetivos e dez suplentes, indicados pelo Conselho de Representantes da Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais, e tomará posse em até sessenta dias após a publicação desta Lei.

Parágrafo único. O mandato dos conselheiros provisórios a que se refere este artigo terá a duração necessária para organizar a eleição de cinco CRJ; caso ultrapasse dois anos, o Conselho de Representantes da Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais indicará nova composição, nos moldes do **caput**, para ultimar a eleição dos cinco Conselhos Regionais.

Art. 18. Enquanto não instalados os CRJ, suas atribuições serão exercidas pelo CFJ.

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Brasília,

## **ANEXO II**

### **Matérias do jornal *Folha de S. Paulo* sobre o Conselho Federal de Jornalismo**

11/08/2004 - 07h15

#### **Para ANJ, conselho pode vir a controlar imprensa**

da **Folha de S.Paulo**

A ANJ (Associação Nacional de Jornais) afirmou em nota que o Conselho Federal de Jornalismo --que teria como uma de suas funções "orientar, disciplinar e fiscalizar" a categoria-- pode vir a estabelecer o controle de empresas de comunicação.

Em "Nota à Imprensa" divulgada ontem, assinada pelo presidente da entidade, Francisco Mesquita Neto, e pelo vice-presidente responsável pelo Comitê de Liberdade de Expressão, Jaime Câmara Júnior, a associação "manifesta sua preocupação" com a proposta de criação do CFJ nos termos do projeto de lei encaminhado pelo Executivo ao Congresso Nacional.

Segundo a ANJ, "a proposta tem todas as características que representam cerceamento à liberdade de imprensa ao estabelecer punição a jornalistas e o controle de empresas de comunicação".

"Atenta a iniciativas que representam perigo de restrição à liberdade de imprensa", a associação de jornais informa que a proposta está sendo examinada por três de seus comitês temáticos: o Editorial, o de Assuntos Jurídicos e o de Liberdade de Expressão, que são integrados por jornalistas e também por advogados.

06/08/2004 - 08h25

#### **Presidente da ABI se diz contra criação de órgão**

da **Folha de S.Paulo**

O presidente da ABI (Associação Brasileira de Imprensa), Maurício Azêdo, afirmou ontem temer que a criação do CFJ (Conselho Federal de Jornalismo) represente "uma violação da ordem democrática definida pela Constituição Federal".

"Vamos examinar a questão muito atentos ao teor punitivo", disse ele, que levará a projeto de lei para ser analisado pelos diretores da ABI.

Para Azêdo, o governo se equivoca porque trata os jornalistas como profissionais liberais: "Conselhos federais são feitos para fiscalizar profissionais liberais. Não é o caso dos jornalistas, que, a meu ver, continuam sendo assalariados".

O vice-presidente da ABI, Milton Temer, também reprovava a criação do CFJ. Para ele, a fiscalização do exercício do jornalismo já é feita pelas comissões de ética da ABI, da Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas) e dos sindicatos. "Isso é uma burocratização que não tem que existir", afirmou.

A Fenaj defende o CFJ argumentando que a fiscalização do exercício do jornalismo não é feita de maneira satisfatória pelo Ministério do Trabalho. Em abril, representantes da federação se reuniram com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e cobraram que o projeto, então recém-elaborado, fosse logo enviado ao Congresso Nacional.

O presidente do Instituto dos Advogados de São Paulo, Tales Castelo Branco, afirmou que é favorável à criação do CFJ desde que ele cuide da ética no jornalismo e seja um órgão independente.

"Como o conselho vai ter poderes de sancionar jornalistas, é preciso concentrar absoluta independência. Para ser independente, precisa ser comandado exclusivamente por jornalistas, sem vinculação com nenhum órgão do governo, como o Ministério do Trabalho", afirmou.

07/08/2004 - 08h10

#### **Conselho de jornalismo vai coibir excessos, diz Berzoini**

LEONARDO SOUZA

da **Folha de S.Paulo**, em Brasília

O ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, declarou ontem que o Conselho Federal de Jornalismo vai permitir que a própria categoria estabeleça "mecanismos de controle ético", uma vez que as denúncias irresponsáveis

afetam "negativamente o país, a economia, o clima social", gerando "instabilidade". Para exemplificar, o ministro citou recentes acusações contra o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. "Ontem [anteontem], por exemplo, em cima de uma notícia que, aparentemente, foi precipitada, porque não propiciou o contraditório antes de ser divulgada, nós tivemos uma variação na Bolsa que chegou a quase 5%", disse ele, referindo-se à reportagem veiculada na internet pela revista "Veja", na quinta-feira, segundo a qual o presidente do Banco Central teria feito operações financeiras irregulares no exterior. O governo federal encaminhou ao Congresso Nacional projeto de lei elaborado pelo Ministério do Trabalho que prevê a criação do conselho federal e de seções estaduais. O conselho teria poderes até mesmo para cassar o registro profissional de jornalistas. Leia a seguir trechos da entrevista:

**Folha - De quem foi a idéia no governo de criar o conselho?**

**Ricardo Berzoini** - Esse projeto está parado no Ministério do Trabalho há uns dez anos. Recentemente [há cerca de três meses], no Dia do Jornalista, a Fenaj [Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais] pediu que nós dêssemos uma resposta objetiva [sobre a criação ou não do conselho].

Nós avaliamos que havia razões para criar, pela natureza da função do jornalista, pela importância social [...] de ser o mediador das informações do Estado para a opinião pública e, ao mesmo tempo, porque é uma atividade que, se exercida de maneira irresponsável, pode produzir danos extremamente graves para empresas, para pessoas, para o país. Nossa preocupação é ter a própria categoria estabelecendo mecanismos de controle ético e de debates sobre a natureza da profissão.

**Folha - A decisão de criar esse conselho vem depois do caso Larry Rohter [jornalista americano que chegou a ter seu visto revogado pelo governo] e, agora, da afirmação do ministro José Dirceu de que as acusações contra Cássio Casseb [presidente do Banco do Brasil] e Meirelles beiram o denunciismo.**

**Berzoini** - Não tem nenhuma relação entre uma coisa e outra. Nós só atendemos à federação nacional de uma categoria.

**Folha - O conselho poderia disciplinar, coibir matérias caracterizadas como simples denunciismo?**

**Berzoini** - Quem vai determinar como o conselho vai funcionar, qual será o critério ético para tomar qualquer tipo de medida será a própria categoria. Portanto o governo não irá interferir. Obviamente, quando falamos de denunciismo, não estamos falando só da imprensa, estamos falando do jogo político. Nós entendemos que é preciso garantir toda a liberdade de expressão, de opinião e de comunicação. Agora, também chamamos a atenção para que, se houver irresponsabilidade em denúncias, obviamente isso pode afetar negativamente o país, a economia, o clima social do país, porque isso cria instabilidade.

Ontem [anteontem], por exemplo, em cima de uma notícia [contra Meirelles] que, aparentemente, foi precipitada, porque não propiciou o contraditório antes de ser divulgada, nós tivemos uma variação na Bolsa que chegou a quase 5%. Uma notícia que não havia, no meu entendimento, elementos suficientes para caracterizar irregularidade de uma pessoa que morou no exterior [...]. O nosso governo não tem nada contra a prática livre de denúncias. Ao contrário, achamos que é forma de exercer a democracia. Mas é preciso, ao mesmo tempo, ter responsabilidade.

**Folha - Pelo texto do projeto, o conselho terá poderes para "orientar, disciplinar e fiscalizar" o exercício da profissão. Haveria algum tipo de punição aos jornalistas?**

**Berzoini** - O texto é claro. Como todo conselho profissional, como o de medicina, pode determinar uma advertência e até a cassação de registro profissional. É um tratamento típico de conselho profissional.

**Folha - Um médico, para exercer a profissão, tem de ter graduação. O conselho de medicina só pode cassar seu registro porque o médico tem um registro. Como o conselho de jornalismo cassaria o registro de um profissional que não tem graduação?**

**Berzoini** - Aí você entra num outro campo que não está na órbita do projeto. Hoje, no Brasil, o ordenamento legal vigente obriga o diploma. Se tem alguém exercendo sem ter, em tese, está exercendo ilegalmente a profissão. Eu tendo mais a ser favorável a não exigir o diploma do que exigir.



07/08/2004 - 08h26

## **Gushiken quer "proteger a sociedade" com conselho de jornalismo**

da **Folha de S.Paulo**, em Brasília

O ministro Luiz Gushiken (Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica) afirmou ontem, por meio de sua assessoria de imprensa, que a criação do CFJ (Conselho Federal de Jornalismo) e de suas seções regionais visam proteger tanto os jornalistas como a sociedade.

"A idéia é proteger o jornalista e a sociedade, assegurando condições para que o jornalismo continue sendo indispensável a todos", disse Gushiken.

O texto do projeto prevê que o conselho e suas seções estaduais tenham poderes para "orientar, disciplinar e fiscalizar" o exercício da profissão e das atividades de jornalismo --com possibilidade de cassar registros profissionais.

Segundo a Secretaria de Comunicação de Governo, o Palácio do Planalto apenas encaminhou ao Congresso uma "antiga reivindicação" da categoria, que, em abril, entregou ao governo um anteprojeto de lei por meio da Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais).

"Os jornalistas são uma das poucas categorias profissionais do país que ainda não contam com uma entidade como essa", disse o ministro, que cita exemplos bem-sucedidos de outras categorias, como engenheiros, médicos, arquitetos e advogados.

Gushiken admitiu, porém, que o projeto de lei encaminhado nesta semana ao Congresso ainda está sujeito a modificações.

11/08/2004 - 06h48

## **Nem liberdade de imprensa é valor absoluto, diz Gushiken**

**EDUARDO SCOLESE**

da **Folha de S.Paulo**, em Brasília

Ao comentar a proposta de criação do Conselho Federal de Jornalismo, o ministro Luiz Gushiken (Comunicação e Gestão Estratégica) citou ontem "deslizes" de setores da mídia, falou em "fabricação" e "interpretação" de notícias e, ao comentar a liberdade de imprensa, afirmou que "nada é absoluto" numa sociedade.

"Vocês [jornalistas] são profissionais que sabem o limite da ação, sabem que a liberdade de imprensa é um valor definitivo na democracia, mas sabem também que numa sociedade nada é absoluto", afirmou ontem. Em entrevista, Gushiken tentou se esquivar da polêmica. "Esse é um assunto que vocês, jornalistas, e o Congresso devem discutir."

Em abril, Gushiken afirmou que o critério da imprensa deveria ser a "agenda positiva", e não a "exploração do contraditório, que fomenta discórdias e conflitos de egos". A declaração gerou polêmica, o que forçou o ministro a dizer que em nenhum momento sugeriu o cerceamento.

Ontem, Gushiken disse que a maioria da imprensa trabalha com liberdade, mas, alguns deslizes ocorrem no setor. "Acho que a grande parte da imprensa brasileira vive em clima de total liberdade de expressão. Aqui em nosso país não há nenhuma restrição. Agora, evidentemente, alguns deslizes podem existir. Vocês da área sabem melhor do que eu isso. E vocês convivem diariamente com pessoas fazendo, fabricando notícias, dando interpretação."

No Rio, o ministro José Dirceu (Casa Civil) disse que não identifica no projeto a intenção de propiciar uma "interferência no conteúdo, na linha editorial, na independência e na liberdade de imprensa". Comparou o conselho de jornalismo a conselhos de outras categorias: "Da mesma maneira que temos a OAB, o Conselho Federal de Medicina, o Crea, os jornalistas podem e devem ter o seu conselho federal, mas garantida a liberdade de informação e de expressão, direito constitucional de todos nós, que, felizmente, reconquistamos no Brasil", afirmou.

Na opinião de Dirceu, o conselho "é um organismo de auto-regulamentação da profissão de jornalista": "Se no projeto houver algum artigo, algum viés, que leve a isso [cerceamento dos órgãos de imprensa], nós devemos modificá-lo no Congresso Nacional".

Em Brasília, o presidente do STJ (Superior Tribunal de Justiça), Edson Vidigal, que já foi jornalista, colocou-se contrário à proposta: "Qualquer tentativa que possa configurar o cerceamento, quer na busca da informação quer no repasse das informações à sociedade, é inconstitucional, não há por que ser considerado, não merece nem discussão". Para o presidente do STJ, a Constituição já concede à Justiça poderes para punir eventuais abusos da mídia.

14/08/2004 - 07h55

## **Lula pede defesa do "conselho de imprensa"**

da **Folha de S.Paulo**, em Brasília

"Se vocês começarem a defender o conselho de imprensa, eu dou [a entrevista]", assim o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reagiu ontem ao chegar ao aeroporto Silvio Pettirossi, em Assunção (Paraguai), e negar um pedido de entrevista aos jornalistas brasileiros que o aguardavam.

A resposta foi dada em tom de brincadeira e o presidente sorriu quando falou, mas cometeu um ato falho ao chamar o Conselho Federal de Jornalismo de conselho de imprensa. Ainda em tom de brincadeira, o presidente pediu a um repórter que defendesse a idéia. "Estou esperando um artigo seu a favor", disse a um jornalista. A repercussão negativa em torno da proposta de criação do conselho levou o Palácio do Planalto a articular ontem um recuo, que seria retirar o projeto do Congresso. A avaliação é que o governo está sofrendo desgaste por uma bandeira que não é sua.

O presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha (PT-SP), e o presidente nacional do PT, José Genoino, teriam aconselhado o presidente da República a retirar o projeto.

Genoino negou ter dado o conselho, mas afirmou defender a retirada da proposta. "Não dá para o Executivo bancar essa iniciativa e ficar sendo criticado pelos jornalistas. Defendo que o governo retire o projeto. É um absurdo ser acusado por uma iniciativa que não é sua", afirmou.

João Paulo disse anteontem que o governo errara ao entrar na discussão, que, para ele, teria de ser travada entre congressistas e entidades representativas da classe.

Ele analisa pedido do PFL para que o projeto seja devolvido sob o argumento de que é inconstitucional e, ontem, não quis falar sobre o assunto, afirmando apenas que, se "a Fenaj [Federação Nacional dos Jornalistas] pedir, o presidente retira".

A federação de jornalistas é autora e principal defensora da proposta, que tem por objetivo, entre outras coisas, "orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de jornalista e da atividade de jornalismo". As punições para infrações disciplinares vão desde a advertência até à cassação do registro profissional.

Segundo a Fenaj, o projeto de lei que chegou ao Congresso é de autoria do governo federal devido à avaliação de que há jurisprudência do STJ (Superior Tribunal de Justiça) segundo a qual a criação de autarquias (que é o caso do conselho) compete exclusivamente ao Executivo.

Há alguns meses, representantes da entidade se encontraram com o presidente Lula e pediram a ele que enviasse o projeto ao Congresso.

A Folha apurou que a idéia do governo é pressionar para que a própria Fenaj faça o pedido de retirada do projeto, que voltaria à Casa Civil e ao Ministério do Trabalho para nova análise e adequação dos artigos considerados polêmicos.

### **Negação**

A entidade negou ontem que esteja negociando a retirada do projeto. "O presidente da Fenaj se encontrou hoje [ontem] com o [Ricardo] Kotscho [secretário de Imprensa e Divulgação da Presidência] e ele [Kotscho] negou que o governo esteja estudando a retirada do projeto", afirmou o 1º Secretário da Fenaj, Aloísio Lopes.

"Para nós, é normal e democrático que haja aperfeiçoamento do projeto, eu mesmo já tenho duas emendas, o que não pode é o governo retirar o projeto", acrescentou Aloísio Lopes.

17/08/2004 - 05h17

## **Para Lula, jornalista que não defende conselho é "covarde"**

**EDUARDO SCOLESE**

enviado especial da **Folha de S.Paulo** a Santo Domingo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva rotulou ontem, em Santo Domingo (República Dominicana), de "um bando de covardes" os jornalistas que não defendem o projeto de lei enviado pelo governo no início do mês ao Congresso que prevê a criação do CFJ (Conselho Federal de Jornalismo) e suas seções estaduais. Para ele, falta "coragem" à categoria.

"Vocês são um bando de covardes mesmo, hein? Vocês não tiveram coragem de defender o Conselho Nacional de Jornalista", afirmou o presidente, ontem à noite, no saguão de entrada do hotel em que está hospedado.

No momento em que deixava o local para ir a um jantar oferecido pelo novo presidente do país, Leonel Antonio Fernandez Reyna, Lula foi em direção a cerca de dez jornalistas brasileiros, que aguardavam sua saída do hotel. Nem chegou a ser questionado, indo direto ao assunto.

Primeiro, chamou todos de "covardes". Em seguida, questionado por uma repórter se os jornalistas teriam de defender o projeto, Lula afirmou: "É lógico. Cadê a posição classista de vocês ? (...) Não é uma coisa boa pra vocês? Não é uma reivindicação histórica de vocês? Vocês não eram nem nascidos e já se reivindicava isso". A Folha, então, o indagou se o projeto é de interesse dos jornalistas ou do governo. Lula respondeu, antes de ser cercado por seguranças e deixar o local: "Pra nós não. Pro governo o que importa é fazer as coisas que a categoria entender que é boa para ela".

Na última sexta-feira, em visita ao Paraguai, Lula afirmou que somente falaria com os jornalistas que o aguardavam caso eles se posicionassem a favor da criação do CFJ. "Se vocês começarem a defender o conselho de imprensa, eu dou [entrevista]."

Ontem pela manhã, na cerimônia de posse de Leonel Reyna no governo da República Dominicana, Lula ouviu seu colega defender a liberdade de imprensa.

"Os cidadãos não devem se sentir intimidados e perseguidos pelo poder, e a imprensa não deve ser censurada", afirmou Reyna, em discurso no Congresso do país, diante de oito chefes de Estado da América do Sul, do Caribe e da América Central.

Segundo o projeto de lei do governo, o Conselho Federal de Jornalismo irá, entre outras coisas, "orientar, disciplinar e fiscalizar" o exercício da profissão e a atividade de jornalismo.

O governo afirma que o envio do projeto ao Congresso não visa encontrar formas legais para controlar a ação dos jornalistas, e sim atender a uma antiga reivindicação da própria categoria. O projeto original é da Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas).

14/08/2004 - 07h39

## **Conselho de jornalismo não fiscalizará conteúdo, diz Fenaj**

**RANIER BRAGON**

da **Folha de S.Paulo**, em Brasília

O presidente da Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas), Sérgio Murillo de Andrade, disse ontem que apóia modificações no projeto de criação do Conselho Federal de Jornalismo caso exista a interpretação que a atual redação do texto confere ao conselho o poder de controlar o conteúdo editorial das empresas.

"O texto é nosso, mas se há a interpretação de que o conselho vai controlar conteúdo, eliminem-se as expressões, altere-se o texto se ele está levando ao entendimento equivocado de que haverá fiscalização de conteúdo. Não é essa, absolutamente, nossa intenção", afirmou Andrade durante debate promovido pela TV Câmara.

No debate, o presidente da ABI (Associação Brasileira de Imprensa), Maurício Azêdo, questionou a representatividade da Fenaj para apresentar a proposta, que segundo ele não representaria o anseio da classe.

"Um projeto dessa natureza tem que atender a uma demanda social. É discutível a representatividade da Fenaj para elaborar e apresentar um projeto dessa magnitude em nome dos jornalistas", afirmou Azêdo.

Segundo Azêdo, existiriam cerca de 130 mil jornalistas registrados, mas o processo que resultou na eleição da nova diretoria da Fenaj contou com a participação de apenas 5.000 profissionais.

"A Fenaj tem representatividade sim", retrucou o presidente da entidade, afirmando que a entidade acredita que apenas 50 mil profissionais estejam hoje em atividade. "Diante disso, 5.000 é muito representativo", disse Andrade.

### **Liberdade relativa**

Após o programa, Andrade apoiou uma afirmação recente do ministro Luiz Gushiken (Comunicação de Governo) de que a liberdade não é um valor absoluto.

"Ele tem razão, a gente não pode sair por aí propondo a impunidade absoluta aos jornalistas, o valor da liberdade de imprensa tem de ser igual ao valor da responsabilidade, caso contrário vira impunidade", disse. "Em nenhum lugar do mundo existe isso de liberdade absoluta de imprensa. É um valor importante, que temos que lutar por ele, mas temos que lutar no mesmo grau pela responsabilidade na atuação profissional", acrescentou Andrade. O debate contou ainda com as presenças dos deputados federais José Thomaz Nonô (PFL-AL), contrário ao projeto de criação do CFJ, e Wasny de Roure (PT-DF), que é favorável ao texto.

O pefelista Thomaz Nonô, que é líder da minoria na Câmara dos Deputados, afirmou enxergar interesse do governo no projeto: "Não há demanda da sociedade para a criação desse conselho, que é um pleito corporativo, de segmentos da categoria. O curioso é isso aflorar no momento em que o governo está debaixo de uma saraivada de críticas".

O deputado petista Roure rebateu as críticas: "A oposição ao projeto é dos donos dos jornais e dos articulistas. São eles quem definem a pauta da mídia".

11/08/2004 - 07h09

## **Direção da Fenaj defende criação de conselho de jornalismo**

da Folha de S.Paulo, em Brasília

Dois diretores da Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas) defenderam ontem no Congresso Nacional a criação do Conselho Federal de Jornalismo e disseram que as opiniões contrárias são fruto de um "massacre" promovido pela mídia, que estaria "desinformando" a sociedade sobre o projeto.

O vice-presidente da entidade, Fred Ghedini --também presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo--, e o 1º secretário, Aloísio Lopes --presidente do Sindicato dos Jornalistas de Minas Gerais--, negaram que o órgão esteja defendendo os interesses do governo e acusaram os donos dos grandes jornais de serem contrários ao projeto por não quererem interferência em suas ações. Os dois dirigentes são filiados ao PT.

"Estamos sendo massacrados pela mídia. Denunciamos esse massacre que, em última análise, massacra a própria ética da profissão", disse Ghedini, 52, afirmando que das 61 primeiras reportagens sobre o assunto, apenas uma teria sido favorável à criação do conselho.

"A imprensa ignora essa discussão, que é feita pelos jornalistas há 20 anos. (...) É capcioso usar um momento específico de dificuldade do governo para dizer que ele quer controlar a mídia. Isso é desinformação", afirmou o dirigente, acrescentando que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva apenas incorporou o pedido da entidade para a apresentação da proposta.

Ghedini, que trabalha atualmente para uma empresa que publica impressos na área de informação da tecnologia, disse já ter trabalhado em pequenos jornais, no "Jornal da Tarde" e na "Agência Folha".

Segundo ele, boa parte da polêmica se deve aos donos de jornais. "A cadeia de mando dos grandes jornais não quer ninguém interferindo no seu modo de agir", afirmou.

O projeto de lei para a criação do conselho chegou anteontem à Câmara dos Deputados. O presidente da Casa, João Paulo Cunha (PT-SP), afirmou que sua tramitação será lenta, como forma de haver a maior discussão possível, o que empurraria a votação para o ano que vem.

"Vamos discutir com muita cautela, se tiver qualquer risco à liberdade de imprensa, de censura, não vai prosperar aqui na Câmara. Agora, a Casa é preocupada com a regulamentação das profissões de forma genérica, inclusive a dos jornalistas", disse o deputado. Em algumas ocasiões, João Paulo tem criticado a imprensa em relação à cobertura jornalística do Congresso. Em linhas gerais, ele reclama que a mídia não noticia as coisas boas que o Legislativo faz.

Em contrapeso à posição da Fenaj, políticos de oposição e entidades como a ABI (Associação Brasileira de Imprensa) e a AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros) são contrárias à criação do conselho por afirmarem que ele poderá representar cerceamento da atividade jornalística.

"O objetivo do conselho será conferir o registro profissional, fiscalizar o exercício ético da profissão e acompanhar a formação do futuro profissional", rebateu o vice-presidente da Fenaj.

Os dirigentes negaram que a entidade seja influenciada pelo PT, mas fizeram referências elogiosas a Lula: "O Lula tem uma concepção de cidadania, de democracia que coincide com o pensamento daqueles que querem uma imprensa livre e democrática", afirmou Ghedini.

11/08/2004 - 06h59

## **Governo muda texto para poder fiscalizar veículos de comunicação**

da Folha de S.Paulo

Alterações introduzidas pelo governo federal na proposta de criação do CFJ (Conselho Federal de Jornalismo), apresentada ao Ministério do Trabalho e Emprego pela Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas), incluem a fiscalização dos veículos de comunicação entre as atribuições do órgão a ser constituído. A proposta original tratava do exercício da profissão.

Na proposta inicial, o artigo 1º previa, entre as atribuições do CFJ, "orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de jornalista". No anteprojeto elaborado pela equipe do ministro Ricardo Berzoini houve acréscimo, fixando como atribuição do CFJ e dos conselhos regionais "orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de jornalista e da atividade de jornalismo".

A comparação dos textos está no site "Observatório da Imprensa". Em artigo sob o título "A 'canetada' que o governo não explicou", o jornalista Maurício Tuffani afirma que a modificação "deixa evidente a intenção do governo de extrapolar a pretendida regulamentação profissional". Ele alega que as mudanças não foram explicadas na exposição de motivos do anteprojeto.

Acréscimo semelhante também aparece nos artigos 2º e 3º, que tratam, respectivamente, da competência do conselho federal para resolver casos omissos na lei e da competência dos conselhos regionais.

A Fenaj informa que as alterações foram feitas a pedido da entidade. "Houve um enxugamento do texto. Houve discussões internas no Conselho de Representantes", diz Aloisio Lopes, 1º secretário da Fenaj.

"Muita coisa já estava na legislação profissional. Na maioria dos conselhos, há a expressão que prevê a fiscalização da atividade profissional. É para deixar claro que se vai fiscalizar o exercício da profissão dentro do jornal, dentro da assessoria de imprensa". "É para que se entenda que nós vamos ter acesso às empresas e até solicitar documentos que demonstrem a regularidade do exercício da profissão. Essa fiscalização se refere ao cumprimento da legislação profissional. Se a empresa tem mais ou menos empregados, não está em questão." "É claro que esse projeto pode ser mudado. A proposta não está fechada", diz.

17/08/2004 - 05h00

## **Abusos da mídia não são inibidos, diz Jobim**

da **Folha de S.Paulo**, em Brasília

O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Nelson Jobim, disse ontem que os instrumentos atuais para punir abusos da imprensa "não têm resolvido o problema". Ele evitou comentar diretamente a proposta de criação do Conselho Federal de Jornalismo, mas defendeu a liberdade de expressão. "Se o conselho é bom ou não, não opino. O que não pode é ter qualquer tipo de cerceamento da liberdade de imprensa", afirmou. "O bom seria se a categoria formasse uma espécie de tribunal de ética, que teria autonomia."

Os mecanismos existentes para coibir excessos são indenização por danos morais, movida contra a empresa de comunicação e o jornalista, e condenação criminal.

Em uma linha divergente, o ministro do STF Joaquim Barbosa disse que esses dois tipos de ação são suficientes para controlar os abusos e por isso considerou dispensável a criação do conselho neste momento.

Tanto Jobim quanto Barbosa destacaram que desconhecem o teor do projeto defendido pela Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas) e enviado ao Congresso pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

21/08/2004 - 09h19

## **Secretário de Lula defende "limites" para jornalistas**

da **Folha de S.Paulo**

Em debate que não teve tréguas nem mesmo durante os intervalos, o colunista da **Folha** Clóvis Rossi declarou ser contra a proposta de criação de um Conselho Federal de Jornalismo, ao passo que o secretário de Imprensa da Presidência da República, Ricardo Kotscho, disse que o jornalismo "precisa de limites".

Os dois debateram na gravação do programa "Dois a um", do SBT, que vai ao ar na madrugada da próxima segunda-feira, à 0h45.

A apresentadora Mônica Waldvogel iniciou o programa com a pergunta: "Afim, quem é a favor e quem é contra o conselho?". Rossi adiantou-se e respondeu de pronto: "Eu sou contra". Kotscho, por sua vez, disse ser favorável ao debate que, na opinião dele, não tem ocorrido na mídia.

Kotscho disse que o projeto foi enviado pelos jornalistas por meio da Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas). Para Rossi, não é correto afirmar que a proposta é da classe.

"Sem desmerecer a Fenaj, há entidades com mais história que não concordam com esse projeto", disse o colunista da **Folha**, que mencionou o fato de a ABI (Associação Brasileira de Imprensa) ser contra o conselho.

"O CFJ é proposta de parte dos jornalistas, não de todos", frisou.

Para Rossi, o conselho representa a "mania de achar que a sociedade precisa de tutela". Ele disse que já existem dois limites para o jornalismo: as leis e o público.

Kotscho discordou. Citou a declaração do ministro Nelson Jobim, presidente do Supremo Tribunal Federal, para quem as ações judiciais não têm inibido os excessos do jornalismo.

Segundo o secretário de Imprensa, o jornalista "não pode ser comparado a índio, idoso e criança", a quem as leis são aplicadas de forma diferenciada. Para ele, os jornalistas precisam de limites, os quais podem ser estabelecidos por um conselho.

Ansiosos, em alguns momentos eles se atropelaram ao falar. "Você não me deixa falar", reclamou Kotscho.

"Mas só você fala", respondeu Rossi. Mas ambos concordaram quando o secretário afirmou ser contra "jornalismo de futrica". Rossi, então, disse: "Meu instinto básico é discordar sempre de gente do governo, mas agora vou concordar. Prefiro tomar furo a dar barriga [notícia falsa]".

Outro ponto de concordância foi em relação à necessidade de desconcentração da propriedade dos meios de comunicação.

07/08/2004 - 08h48

## **Fenaj apóia conselho de jornalismo; ABI veta**

**LILIAN CHRISTOFOLETTI**

da **Folha de S.Paulo**

O projeto para a criação do Conselho Federal de Jornalismo divide duas das principais entidades da categoria. Enquanto a Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas) defende a íntegra do texto como um caminho para o aperfeiçoamento da profissão, a ABI (Associação Brasileira de Imprensa) classifica a proposta de inconstitucional e perigosa.

A discussão cresceu nesta semana, após o presidente Luiz Inácio Lula da Silva encaminhar o projeto de lei ao Congresso Nacional.

"Esse projeto não é do governo federal, é do movimento de jornalistas. Estamos construindo esse projeto há sete anos. A primeira proposta de criação de um conselho federal de jornalistas foi em 1997, durante um congresso em Vila Velha, no Espírito Santo", disse a presidente da Fenaj, Elisabeth Villela da Costa.

O presidente da ABI, Maurício Azêdo, não concorda. Ele disse nunca ter discutido o texto e afirmou, após ler a íntegra, estar convicto da necessidade de pedir ao Congresso Nacional a rejeição do projeto de lei.

"O texto tem um teor repressivo e é inconstitucional. A própria Constituição, em seu artigo 220, garante que nenhuma lei poderá criar embaraços à liberdade de informação jornalística."

### **Fiscalização**

Para Elisabeth, a função do conselho será regulamentar e fiscalizar a categoria, atribuição que seria do Ministério do Trabalho. Em nenhum momento, disse ela, o órgão poderá interferir na liberdade de imprensa.

"O conselho apenas cumpriria um vazio que existe hoje, até porque o Ministério do Trabalho não quer mais fiscalizar as profissões. O órgão atuaria em casos de abuso ou como uma alternativa para quem se sentisse ofendido ou incomodado com alguma reportagem. Poderia evitar ainda que pessoas não-qualificadas entrassem no mercado."

Para Azêdo, o texto enviado ao Congresso não esclarece nem define as atribuições do conselho. "Fala-se em fiscalização, mas fiscalização em que aspecto? O texto é muito abrangente e, por isso, perigoso à liberdade de imprensa. A Fenaj pariu mal esse projeto. Vamos pedir ao Congresso a rejeição total da proposta."

Por meio da assessoria de imprensa da ANJ (Associação Nacional de Jornais), o diretor-executivo Fernando Martins informou que a entidade somente irá se manifestar sobre o projeto de lei após o texto ser analisado pelo comitê de assuntos jurídicos da associação.

22/08/2004 - 08h07

## **CFJ pode ser comparado a conselho de Cuba**

**RAFAEL CARIELLO**

da **Folha de S.Paulo**, em Nova York

O projeto do Conselho Federal de Jornalismo, criado pela Fenaj (Federação Nacional de Jornalistas) e encampado pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tem características semelhantes à entidade de disciplina e fiscalização da atividade jornalística existente em Cuba.

Entidades de defesa dos direitos humanos e da liberdade de expressão criticam os limites impostos por Cuba à profissão. Os Repórteres Sem Fronteiras classificam o país como "a maior prisão do mundo para jornalistas". A entidade cubana é a Comissão Nacional de Ética, ligada à organização sindical que reúne os jornalistas do país, a Upec (Unión de Periodistas de Cuba). Como no caso brasileiro, tem o poder de fiscalizar e punir com suspensão e expulsão de seus quadros os jornalistas que considerar não estarem respeitando o código de ética. Em entrevista à Folha, seu primeiro-vice-presidente, José dos Santos López, disse ser favorável à proposta de criação do CFJ.

Os integrantes da comissão de ética cubana são indicados pela entidade sindical. No caso brasileiro, a Fenaj indicaria os dez primeiros membros efetivos e os dez suplentes da primeira composição provisória do conselho. O CFJ, como a comissão cubana, seria dividido, se aprovado o projeto enviado ao Congresso tal como está, em Conselhos Regionais de Jornalismo, responsáveis por julgar e punir em primeira instância os jornalistas de sua

"jurisdição". Também no caso cubano as comissões provinciais são responsáveis pelos julgamentos dos casos locais.

No caso das punições, em tese, haveria diferença. No Brasil, como o CFJ seria o responsável por dar os registros profissionais para o exercício do jornalismo, caso o profissional de imprensa venha a ter cassado o seu registro, ficaria impossibilitado de trabalhar.

Em Cuba, a punição máxima é a expulsão da própria Upec, o que a princípio não significaria o banimento da profissão. Na prática, a situação é diferente. "A união de jornalistas de Cuba é uma entidade para afiliados livres, não é obrigatório ser membro da organização para exercer o jornalismo", diz o vice-presidente.

"Mas mais de 98% dos jornalistas ativos em Cuba são membros da Upec", continua. "Não é obrigatório por parte da administração do meio de imprensa assumir uma decisão da organização, mas não teria sentido decisão desse tipo [expulsão], por parte da Upec, encontrar decisão diferente por parte do meio de comunicação."

López diz não conhecer detalhes do projeto brasileiro e afirma que a Upec não contribuiu para a idéia. "Tenho alguma informação, li a respeito. Agora sobretudo [sou favorável] porque soube que uma organização que joga papel muito triste por seus vínculos e alianças com os donos do dinheiro, os Repórteres Sem Fronteiras, é contrária ao propósito de organizar e dar um código de ética forte aos jornalistas a partir de uma proposta do presidente Lula."

Na escala de cinco níveis de liberdade de imprensa criada pelo RSF, Cuba ocupa o pior lugar. A organização criticou na última semana a proposta de criação do conselho brasileiro, afirmando que ele "coloca em risco a liberdade de imprensa".

Em relação a um dos principais temores associados ao projeto brasileiro, que o conselho possa se tornar um instrumento de dirigismo da imprensa por parte do governo, López afirma que isso não acontece em Cuba.

"O governo cubano não intervém em nada nas atividades de nossa organização. É autônoma, profissional e independente." Mas ele acrescenta que, segundo a ética da entidade, o jornalismo "deve ter caráter de justiça social, que não derive e facilite a atividade inimiga, porque o país, como todos sabem, está num enfrentamento constante com um vizinho muito poderoso".

São ainda raros os casos de expulsão, de acordo com o sindicalista cubano. "São poucos, três ou quatro os casos que foram objeto de expulsão, e já faz alguns anos. Os poucos que saíram de nossas fileiras foram por terem passado a ser peões do inimigo, a chamarem-se independentes quando, ao fim e ao cabo, dependem é do dinheiro que lhes pagam para fazer um trabalho que denigre, tergiversa e manipula a realidade."

## **ANEXO III**

### **Artigos sobre o Conselho Federal de Jornalismo no site Observatório da Imprensa**

([www.observatoriodaimprensa.com.br](http://www.observatoriodaimprensa.com.br))

## **Bom conselho, novo jornalismo**

**Muniz Sodré (\*)**

"Um mundo novo tem necessidade de uma nova política", eis a frase muito citada de Alexis de Tocqueville, no seu clássico *Democracia na América*. É que, entendendo política como liberdade de agir e pensar, ele aspirava à fundação de um mundo compatível com esta premissa. Mas quando hoje se fala de "mundo novo" por efeito do progresso acelerado da ciência e das tecnologias, praticamente nada se ouve sobre aspirações dessa ordem, já que o ideário político da liberdade parece ter dado lugar à igualdade proporcionada pelo mercado. Talvez por isto não se formule com a angústia típica das urgências históricas a questão da necessidade de um novo jornalismo neste mundo novo.

"Filosofismos" fora de lugar e de hora? Não mesmo, pois a questão como que se impõe ao pensamento diante do debate crescente na imprensa brasileira sobre a proposta de criação de um Conselho Federal de Jornalismo. Ainda que os proponentes (Fenaj, sindicatos) possam abrir mão do projeto ou que o governo federal recue em seu aqodamento (como, aliás, já deu mostras claras de que este é o caso), não será acertado deixar morrer a discussão, em que se entrevêm questões muito pertinentes à crise atual do jornalismo.

### **Pressa industrial**

Na verdade, o pensamento acomoda-se melhor, às vezes, na inaturalidade dos problemas, beneficiando-se assim da ausência de constrangimento temporal e da precariedade das soluções apressadas. Consta que a idéia já teria sido pensada e discutida em foros competentes (tendo mesmo permanecido dois anos no site de um sindicato de jornalistas), mas o fato é que apenas a notícia do envio do projeto à instância federal foi capaz de mobilizar as atenções de quem de direito. O próprio desconhecimento geral do assunto pode ser tomado como sintoma de uma certa indiferença da coletividade dos jornalistas ao que seus órgãos de classe forjicam para além das questões salariais.

Cabem, assim, algumas ponderações de princípio. A primeira é: um novo jornalismo poderia realmente precisar de algo como um Conselho capaz de servir de farol no breu (metáfora tanto de escuridão quanto de atoleiro anti-ecológico) dos descaminhos ético-políticos da imprensa? Talvez valha a pena refletir um pouco sobre um episódio da história da literatura brasileira, o do movimento modernista, comentado por Mário de Andrade:

"Quem teve a idéia da Semana de Arte Moderna? Por mim não sei quem foi, nunca soube, só posso garantir que não fui eu. O movimento se alastrando aos poucos, já se tornara uma espécie de escândalo público permanente (...). O modernismo, no Brasil, foi uma ruptura, foi um abandono de princípios e de técnicas consequentes, foi uma revolta contra o que era a Inteligência nacional". (*Aspectos da*

*Literatura Brasileira*)

É evidente que um exemplo da história artística do país não pode ser posto como paradigma de uma inovação no jornalismo, atividade industrial cada vez mais orientada pelos interesses de mercado, ao lado das eternas pressões e contrapressões do jogo político. Mas, por outro lado, não é uma "indústria" qualquer, por se ancorar em princípios ético-políticos que remontam à proclamação originária dos direitos universais da cidadania.

A realidade brasileira modificada pelo movimento modernista implicava, segundo Mário de Andrade, atualização da inteligência artística e estabilização de uma consciência criadora. Da mesma maneira, a realidade industrial ou puramente midiática do jornalismo demanda, por pressão da especificidade da atividade informativa na cultura ocidental — em que é preciso distinguir entre o saber jornalístico e a empresa de mídia, instâncias muitas vezes contraditórias — uma atualização dos modos de fazer e a estabilização de uma consciência ética.

Por isto, é possível reter da explicação de Mário de Andrade as idéias de um movimento que se alastra, de um escândalo público permanente e de uma ruptura. São fenômenos que presenciamos repetidamente não apenas no jornalismo brasileiro, mas principalmente no internacional. Os grandes pilares da imprensa americana, por exemplo, vêm sendo sistematicamente sacudidos por tremores e temores de natureza técnica e ética. E no meio da própria atividade profissional, mostra-se, embora ainda não se "alastre", um movimento auto-reflexivo, que se traduz na instituição dos ombudsmans ou nas repetidas retratações por parte de repórteres ou editores; revela-se a permanência do escândalo da inadequação da pressa industrial ao tratamento dessa matéria delicada chamada informação pública; evidencia-se a necessidade de uma ruptura institucional.

**Liberdade como pressuposto**



O grande problema, porém, é que inovações características da vida institucional não se encaixam bem na vida organizacional ou empresarial, cujo negócio são justamente os negócios. Em termos mais francos, uma corporação ou empresa preocupa-se primeiramente em evitar o vermelho em seu balanço contábil e depois com questões financeiramente secundárias, como erro e verdade, justo e injusto, ético e aético. A palavra "finanças" aparece aqui no lugar de "economia", porque hoje em dia se sabe o quanto a instância econômica depende de variáveis simbólicas, em que se incluem a diversidade cultural e as considerações de natureza ética.

Mas a realidade mesmo é que, assim como no passado se podiam conceber práticas de jornalismo fora do âmbito comercial da imprensa (o ativismo dos tribunos, dos panfletários etc.), hoje se pensa no potencial de ambivalência do jornalismo (informação cívica, comunicação comunitária, jornalismo investigativo imparcial, livre crítica) frente aos ditames empresariais da mídia.

É no espaço intermediário cavado por essa ambivalência que se abrem as brechas para o aparecimento de organismos do tipo "conselho de jornalismo", destinados a atualizar a velha atividade. O Conselho poderia ser pretexto e lugar para uma discussão do "neomodernismo" jornalístico, assim como os salões da avenida Higienópolis e da rua Duque de Caxias, em São Paulo, foram os lugares de convergência para a aristocracia de espírito que presidiu à Semana de Arte Moderna.

Seria, porém, necessário criar para isso uma autarquia? Nos tempos de Getúlio Vargas, cujo cinquentenário de morte suscita agora homenagens devidas, as autarquias foram oportunas e criativas: do café, do açúcar etc. Mas, convenhamos, o Estado já não é o mesmo, a classe dirigente já perdeu a noção do que possa ser projeto nacional. O fato de ser autarquia não salva a OAB, por exemplo, de sua tibieza institucional. O que antes parecia moderno pode não passar hoje de franco anacronismo.

Nenhuma lei, autarquia ou regulamento garante a liberdade, que se afirma sempre no imprevisível. Liberdade é o pressuposto do jornalismo. Acho bom sentarmo-nos para pensar um pouco mais.

(\*) Jornalista, professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro

## **Proposta para evitar um risco**

**Víctor Gabriel Rodríguez (\*)**

Virtude da inteligência humana é a capacidade de analisar fatos diversos e combiná-los em eixo que permita sua interpretação coerente: por isso é louvável o alerta que a imprensa tem feito acerca do fim a que convergem diversas atitudes isoladas do Executivo nacional, o preocupante sufocamento do regime democrático.

À proposta de criação do Conselho Federal de Jornalismo (CFJ), da Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinav), à influência para reduzir os poderes investigatórios do Ministério Público e às mordanças em geral, pode ser acrescido – no contexto do que um editorial do jornal *O Estado de S. Paulo* (13/8/04) chamou de "encadeamento sinistro de ações do Planalto" – o desarmamento da população civil, pela compra de suas armas com recursos federais, no investimento do dinheiro do contribuinte para o desmantelamento de sua própria defesa.

Mas estas considerações pretendem-se limitar à polêmica do projeto de lei da criação do CFJ e das vantagens que poderia haver naquilo que os interessados no sucesso desse plano sugerem como algo próximo à auto-regulamentação do jornalismo.

Não existe dúvida qualquer de que a atividade da imprensa merece controle ou tutela, não para que se lhe possa cercear o exercício, mas para zelar por sua ética e minimizar os efeitos do abuso em seu poder. A criação, porém, de uma Ordem, tal qual existe para a profissão de advogado, ou de um Conselho, como ocorre com a Medicina, desde logo não se afigura como a solução mais adequada por dois motivos principais, que podem ser apresentados separadamente: primeiro, porque é ao Poder Judiciário que incumbe a tutela de qualquer lesão ao indivíduo e à sociedade, e com a imprensa não seria diferente; e segundo, porque seguramente a atividade jornalística merece um trato diverso – entenda-se um trato mais livre – do que a atividade dos outros profissionais, e disso faz prova o instituto da Lei de Imprensa.

### **Regime diferenciado**

Levantar como baluarte da criação do CFJ a necessidade de "disciplinar responsabilidades" inerentes a seu uso é construção argumentativa falaciosa. A imprensa, notadamente nesta sociedade de informação, é fonte de risco a direitos dos mais variados, até mesmo à dignidade da pessoa humana. Entretanto, ao menos aos olhos do Direito, há de se observar, como ponto de partida de qualquer intervenção na imprensa, que seus conflitos quase sempre envolvem, de um lado, direitos da personalidade (honra, intimidade, privacidade etc.), mas de outro as importantes liberdades públicas, em especial as de expressão, de informação e de imprensa. Essas liberdades, entenda-se, não são supra-direitos, não estão de todo acima daqueles individuais, mas sua garantia requer extremo cuidado em caso de qualquer intervenção.

E é a mesma Constituição Federal, visto como um contrato assinado entre os cidadãos para a fixação de suas regras de convivência, que estabelece que incumbe ao Poder Judiciário sopesar esse conflito. O texto constitucional não se abre a dúvidas, no seu art. 5º, inciso XXXV: "A Lei não afastará da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito".

O indivíduo ou quem se sinta lesado por abuso na atividade da imprensa tem no Judiciário esse regulador, que irá estabelecer o alcance do dano e o custo de sua proteção à liberdade de expressão, coletiva. E nenhuma medida pode impedir a intervenção do Judiciário, quando provocado a tanto: uma punição administrativa do Conselho Federal de Medicina ao médico por ato imprudente não implica impedimento a que esse mesmo fato venha a ser apreciado em uma ação cível de reparação de dano ou em processo criminal pelo injusto culposos. Quanto à criação do CFJ, muitas vezes já têm indicado que é ao Judiciário que convergem esses conflitos, e ninguém pode impedir que a ele caiba analisar lesão ou ameaça a direito, individual ou difuso. Mas o fato de a chamada tutela jurisdicional já ser suficiente para solucionar conflitos não seria justificativa isolada para impedir que um Conselho venha a concorrer para regular o exercício da atividade, no que a Lei determinar-lhe como competência. Nesse ponto é que cabe realçar a peculiaridade da profissão, por esse estreito vínculo que trava com a liberdade de expressão e com o potencial elevado de dano a direitos da personalidade. É tão necessário um regime diferenciado de regulamentação nessa atividade que a lei brasileira, desde o Primeiro Império, prevê para os crimes de imprensa uma forma de imputação totalmente distinta daquela aplicada a qualquer outro tipo de delito.

#### **Evitar abusos**

O Brasil, no Código Penal de 1830, foi o primeiro país do mundo a adotar, para os crimes de imprensa, o regime denominado responsabilidade sucessiva. Esse sistema, preservado até a Lei de Imprensa atual, de 1967, prevê que possa responder por uma ofensa em matéria de imprensa até mesmo o dono da gráfica em que se imprime o jornal ou o jornaleiro que o vende, caso não se encontre um idôneo que possa ser responsabilizado pelo injusto grave que uma matéria jornalística represente.

Por um contexto que interessa quase somente a operadores do direito, é de se realçar que a Lei de Imprensa, se interpretada sob os princípios constitucionais vigentes, acaba por estabelecer um sistema de responsabilidade único, com seu duplo escopo: enquanto evita o anonimato, reduz a esfera de eventuais responsáveis por crime, o que protege a liberdade de imprensa.

A observação da realidade histórica, entretanto, demonstra que um país pioneiro na adoção de um regime de responsabilidade diferenciado para o jornalismo não tem tradição de seu uso para redimir os abusos graves da imprensa. Em menos de 200 anos de nação independente, a verdade é que pouco se recorreu ao Poder Judiciário – ao uso da lei, portanto – para tutelar direitos ofendidos pelos sistemas de comunicação.

Mesmo no liberal Primeiro Império, episódios como a morte de Líbero Badaró ou a surra de Luis Augusto May ou de Pamplona Corte Real levaram o viajante inglês Fox Bunbury a afirmar que: "A liberdade de imprensa é garantida pela Constituição e, praticamente, é apenas cerceada pela *liberdade da faca*, a qual (apesar de não ser reconhecida pela Constituição), existe, assim mesmo, de maneira muito considerável". As ditaduras que seguiram, nem é necessário que se diga, também afastaram do Judiciário a tarefa de reger a imprensa e garantir sua liberdade.

Se não tivemos tradição em usar o Judiciário para a tutela no jornalismo, é certo que existe instrumento legal para tanto. Mesmo que a Lei de Imprensa necessite de reformas, ela é suficiente para que se dispense qualquer outra regulação que venha a pôr em risco, mínimo que seja, o sopesar entre liberdades e direitos da personalidade, entre interesse público e dignidade da pessoa humana, que somente os princípios do processo legal podem fazer alcançar. Estão no devido processo legal, diante do Judiciário, e em uma eficiente lei de imprensa as garantias que a sociedade necessita para evitar os abusos e a concentração dos meios de comunicação, em harmonia com a preservação das liberdades.

#### **Salvaguarda da liberdade**

Existe, porém, solução intermediária para o dilema que ora se instaura entre a liberdade de imprensa e sua ética. A iniciativa governamental de dar à sociedade instrumento de controle dos abusos de imprensa não é de todo condenável, desde que não se conceda a um órgão o temerário poder coercitivo de cassar a licença de exercício de profissão ao eventual infrator, conforme previsto no inciso V, do artigo 7º, do projeto de lei oriundo da Casa Civil.

Por isso, a criação de um órgão multidisciplinar e respeitável para a avaliação do cumprimento do Código de Ética do Jornalismo seria alternativa ideal. Basta observar o exemplo do Conselho de Auto-regulamentação Publicitária (Conar): mesmo sem qualquer poder de censura ou punição direta, aquela ONG acumula experiência de celeridade em seus processos e acatamento de suas decisões.

Em um Conselho Multidisciplinar para a Ética do Jornalismo, à imagem do Conar, uma decisão célere, informal e segura teria todo o resguardo para ser acatada: a rapidez no veredicto, a multidisciplinariedade dos julgadores, o direito de defesa, a democracia das decisões. Somente lhe faltaria o poder coercitivo, mas pode ser logo encontrado na tutela jurisdicional, no recurso ao Judiciário, que encontraria na sentença do Conselho independente grande argumento para sua decisão.

A salvaguarda da liberdade de pensamento passa por considerar-se a tutela do Estado tanto às liberdades públicas quanto aos direitos individuais. Não se impede a criação de um Conselho para zelar pela ética, mas isso não significa que, neste momento político, deva-se *disciplinar* a profissão, o que é bem diverso. A criação de um Conselho multidisciplinar, nos moldes do Conar, desprovido da espada da cassação da licença porém com o respeito da sociedade e do Judiciário, é alternativa mais do que viável.

(\*) Advogado especializado em direito de imprensa, mestre e doutorando em Direito Penal pela USP, autor do livros *Responsabilidade penal na Lei de Imprensa*, *Direito Penal Moderno* e da novela *A hora do carvoeiro: história de um amor pelo crime*

## Quem briga e quem brinca

**Ivo Lucchesi (\*)**

Parece não ser mais segredo para quem, com alguma preocupação crítica, a percepção de que a mídia, em especial a brasileira, é regida pela lógica binária. Em si, a questão já constitui um problema. Ao operar o registro dos acontecimentos com base na visão dual, a mídia tende a inviabilizar outras possibilidades de enfoque, centralizando a discussão sempre em duas direções.

É esse modo de proceder da mídia que confere enganosamente à lógica binária a aparência de uma razão dialética, para, na verdade, acabar fixando variantes do que não passa de simples razão dogmática. Incorrendo nessa prática, a mídia se torna, ainda que involuntariamente, um entrave à pluralidade democrática, ao mesmo tempo em que lhe inibe o amadurecimento de um pensar crítico, empobrecendo o exercício do debate e de análises.

**CFJ e Ancinav: uma não é a outra**

Acontecimentos recentes dão ampla visibilidade às pontuações alinhavadas na introdução deste artigo. Por coincidência ou por artilosa estratégia, o governo lançou para a arena da discussão duas propostas, gerando duas frentes de provocação que os setores midiáticos imediatamente incorporaram, com base em reatividades mais emocionais que propriamente analíticas.

Na habitual tendência de uma redução binária, logo se instituíram grupos de "torcida organizada", tendo como consequência – descontadas as raridades de sempre – turmas do "contra" e turmas do "a favor". O mais grave, porém, derivou do fato de que, ante a tentação irresistível à simplificação, formaram-se dois grupos cuja característica é repelir as duas propostas ou endossar ambas. Pronto, instalada a binaridade acrítica, perdendo-se a visibilidade das diferenças que, além de profundas, recortam posicionamentos políticos absolutamente distintos entre si.

É notório, ao menos para quem se dá ao trabalho de distinguir as coisas, que a proposta a cercar a criação do Conselho Federal de Jornalismo vem recoberta de interesses, no mínimo, sombrios, a começar pelo estranho critério de o primeiro mandato ser cumprido por membros autoneameados. É como se, ao tempo da redemocratização, o regime militar fixasse a volta ao Estado de direito, mediante a seguinte imposição: "A sociedade brasileira reconquistará o direito de escolher seu presidente, em eleições diretas, desde que o primeiro seja um general". Seria tão risível quanto suspeito.

Outro ponto é atinente aos tais "verbos" ("fiscalizar", "disciplinar" e "orientar"), cuja explicação avilta qualquer princípio de razoabilidade semântica. Segundo os defensores, "fiscalizar" não significa "controlar ou vigiar". Significa o quê? "Disciplinar" não quer dizer "limitar". Quer dizer o quê? Por fim, "orientar" não revela "dirigir". Traduz o quê? Ou seja: o projeto exala um certo odor desagradável.

Como aspecto mais enfaticamente defendido pelos proponentes do CFJ, apresenta-se a épica bandeira da plena liberdade que, sob a proteção da nova entidade, possibilitaria aos jornalistas o livre tratamento de temas e formulação de pautas, ainda que contrárias aos interesses patronais, garantindo tal exercício contra o fantasma de demissões. Esta, sem dúvida, é a mais pífia das ilusões. A julgar o procedimento de entidades similares, não consta que engenheiros e médicos tenham a guarda de seus empregos por seus respectivos conselhos. O problema é que essas "pérolas" de demagogia ou de ingenuidade são difundidas e ficam pairando no ar, realimentando-as.

Na contramão do ideário subjacente a sustentar o projeto do CFJ, está a proposição de um órgão regulador – Ancinav (Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual) – que esboça um esforço no sentido de implementar

redefinições de uma política cultural. Como tal, cria desconfortos em certos redutos cujos interesses já cristalizados ao longo de décadas se vêem ameaçados. Entre outros pontos:

\*\* a abertura para a entrada de filmes europeus e orientais em regime de equiparação à atual hegemonia da indústria cinematográfica norte-americana;

\*\* regulamentação para exibição de cotas de filmes brasileiros tanto em cinemas quanto em emissoras de televisão;

\*\* reserva de cotas, na grade de programação das emissoras de TV, para produções independentes, a exemplo do que ocorre na maioria dos países;

\*\* incremento de programação diversificada e regional, em atendimento a peculiaridades culturais.

#### **Vitória da esperteza**

Como bem se pode perceber, o projeto formulado pelo Ministério da Cultura abriga razoável dose de coragem. Politicamente, as argumentações e proposições que norteiam a criação do CFJ não se afinam com as pretendidas pela formação da Ancinav. Estar, portanto, a favor de ambas ou contra as duas – dado o antagonismo dos perfis – é sintoma de olhar turvado ou de cegueira reflexiva. Também pode ser ataque de preguiça intelectual. Ao passo atrás de um, corresponde o passo à frente do outro. O estrago maior fica por conta do risco de o projeto ousado ser enfraquecido em função da inutilidade do outro.

A esse respeito, bem escreveu o jornalista Alcino Leite Neto, em artigo da *Folha de S. Paulo* ("Azares de um ministério", 16/8). A lógica binária não dá conta de assimetrias. Setores da mídia precisam descobrir esse fundamento.

Em meio ao alvoroço das duas propostas, ambas sob respaldo da esfera governamental, ainda que amparadas por procedimentos diferentes, a mídia, dividida internamente, se encontra enroscada nela mesma enquanto o governo saiu pela porta dos fundos, praticamente ileso, passadas as horas iniciais. Sem dúvida, há de se reconhecer competência política. O governo pode até não demonstrar lá muita capacidade para inovar e mudar a realidade do país. Todavia, é inegável sua astúcia em promover agitações, discussões e simulações, a exemplo da naturalidade com a qual desfaz bandeiras de décadas.

Nesse roteiro de propostas incongruentes, a intriga foi disseminada e a mídia, subordinada à lógica binária, bate cabeça internamente, preservando o agente da confusão. Esse é o preço pago pela crescente e reinante onda de acriticidade. Saudações ao reino da lógica binária...

(\*) Ensaísta, doutor em Teoria Literária pela UFRJ, professor titular do curso de Comunicação das Faculdades Integradas Hélio Alonso (Facha), Rio de Janeiro

## **Qual liberdade?!**

### **Josenildo Guerra (\*)**

Em outubro de 1998, às vésperas do segundo turno para a eleição do governo paulista, a *Folha de S. Paulo* vetou a publicação do artigo "Coisas do passado" do articulista Alberto Dines. Embora o autor, contratado justamente para escrever textos opinativos, tenha decidido pela publicação do material, os diretores do jornal consideraram as opiniões ali apresentadas "partidárias", inadequadas à postura da *Folha* na cobertura das eleições estaduais. Em um trecho do artigo, Dines fazia duras críticas ao então – e eterno – candidato Paulo Maluf. O dado que interessa, porém, é a constatação de que entre o exame livre e autônomo do jornalista e o julgamento também livre e autônomo dos diretores do jornal sobre a oportunidade da publicação, prevaleceu o destes últimos.

### **Rede Globo e afiliadas**

Também a partir de 1998, se a memória não me falha, a Rede Globo de Televisão adotou a postura de indicar "interventores" nas suas afiliadas espalhadas Brasil afora, sobretudo na região Nordeste. Preocupada com o uso político do jornalismo, uma vez que o controle tanto de TVs como de rádios e jornais costuma estar concentrado nas mãos de tradicionais grupos políticos dessas regiões, a emissora carioca se auto-atribuiu o dever de zelar pela boa prática da profissão. Onde o braço da Globo pudesse atingir, estariam então resguardados os nobres princípios da profissão. O mesmo não aconteceria, obviamente, nos veículos fora do raio de sua influência. Assim, entre a autonomia e a liberdade editorial de grupos regionais e a autonomia e a liberdade editorial do principal conglomerado de comunicação do país, o que tem prevalecido é a tutela deste sobre aqueles no campo do jornalismo.

Em 2001, uma edição do programa *Observatório da Imprensa na TV* foi cancelada. No dia, seria exibida uma entrevista com o jornalista João Carlos Teixeira Gomes, autor do livro *Memória das Trevas: uma devassa na vida de Antonio Carlos Magalhães*. Suspeita de pressões políticas oriundas de Brasília teriam levado o editor do programa, Alberto Dines, a suspender a entrevista para preservar o recém-empossado diretor da TVE, Fernando Barbosa Lima, de maiores constrangimentos. Emissora pública depende, afinal, de acordos políticos para receber

verbas. Entre a decisão livre e autônoma do editor em escolher o entrevistado e a ameaça não se sabe de quem vinda não se sabe de onde, sabemos todos o que prevaleceu.

Em meados de 2001, o jornalista Ricardo Boechat é despedido do jornal *O Globo* sob a acusação de ter praticado uma conduta inaceitável para os padrões éticos da profissão. Foi flagrado num grampo telefônico acertando os ponteiros de uma matéria com a fonte. Disputas de interesses à parte que supostamente teriam levado ao grampo delator, o fato é que o jornalista saiu sequer sem direito à defesa. Entre, portanto, o julgamento livre e autônomo do jornalista sobre a correção do procedimento por ele adotado para fazer a matéria e o julgamento também livre e autônomo de seus chefes, prevaleceu o destes últimos.

No final de 2003, o jornalista Joelmir Beting vê suspensa a publicação de sua coluna pelo jornal *O Globo* também sob a acusação de desrespeitar padrões éticos do jornalismo ao fazer um anúncio publicitário para um banco privado. Fato este agravado por ter o referido jornalista construído sua reputação ao longo de 30 anos justamente na cobertura da área econômica. Entre o exame livre e autônomo de Beting sobre a compatibilidade de estrelar a peça publicitária e manter intacta sua credibilidade profissional e o exame livre e autônomo dos diretores de *O Globo*, que concluíram exatamente o contrário, prevaleceu o discernimento destes últimos.

#### **A razão do mais forte, sempre**

Em cada caso, como se pretendeu mostrar, as partes apresentaram interpretações diferentes para o problema. Para um mesmo fato, uma mesma situação, interpretações opostas e conflitantes. Quem tem ou teria tido razão? Essa resposta, contudo, não interessa muito para os objetivos deste texto. O que interessa é a seguinte constatação: a "razão" prevalecente sempre foi a da parte mais forte.

Isso em polêmicas envolvendo estrelas do jornalismo. E nos inúmeros outros casos que sequer chegam ao conhecimento público protagonizados por profissionais "comuns" ou pessoas e fontes sem muito fôlego para repercutirem seus dramas?

Tal constatação me leva a refletir sobre a saraivada de críticas a que foi submetida a proposta de criação do Conselho Federal de Jornalismo. Principalmente aquelas que apontam o risco de volta à censura, de cassação da liberdade de expressão e autonomia dos jornalistas. Pergunto eu: qual liberdade de expressão, qual autonomia para o exercício da profissão se está querendo preservar ou proteger de um eventual conselho profissional?

Sem entrar propriamente no mérito da proposta do CFJ – cuja discussão precisa ser mais amadurecida em função de haver críticas de fato contundentes ao projeto, sobretudo no que diz respeito à empolgação governista em vê-lo aprovado e à ameaça de patrulhas ideológicas na sua implementação – pretende-se aqui analisar simplesmente a idéia de um "conselho" e a sua eventual contribuição para o fortalecimento tanto das liberdades caras ao jornalismo quanto do direito à informação que todo cidadão deve ter garantido em sociedades democráticas.

Os casos citados acima foram objeto de inúmeros artigos publicados neste *Observatório*. As teses em defesa de A ou de B alimentaram um rico debate. Contudo, a riqueza dos argumentos apresentados – ora pelas próprias partes ora pelos diversos colaboradores – careciam e carecem de um problema "de método". Nenhuma das teses foram confrontadas umas com as outras, de modo rigoroso, sistemático, num processo em que as dúvidas e incertezas pudessem ir sendo dirimidas, e os melhores juízos fossem se acumulando para enfim se obter uma conclusão definitiva sobre o caso. "Definitiva", explica-se, até que algum dado novo permitisse reabrir a questão. E sempre considerando, obviamente, a possibilidade de recurso.

Se as partes tivessem a oportunidade – ou a obrigação – de apresentar suas teses e confrontar suas pretensões de validade entre si, teríamos a possibilidade de, exauridos os esforços argumentativos, conhecer o "vencedor" e também o procedimento ou a decisão mais corretos para o caso analisado. E uma referência de conduta para todos os profissionais quando envolvidos em situação semelhante.

#### **Onde a boa prática?**

O que temos hoje são posições diferentes, antagônicas, que se bastam por si. Mas, quem de fato agiu de modo a preservar a boa prática do jornalismo? Dines ou os diretores da *Folha*? Boechat ou os diretores do *Globo*? Teria Joelmir Beting justificativa aceitável para participar de uma peça publicitária? A preservação de um diretor recém-empossado de uma emissora pública respeitável justificaria a suspensão de um programa polêmico? A Rede Globo tem autoridade para impor um "interventor" a suas afiliadas, sob a justificativa de evitar ingerências políticas no noticiário? E por que não se pode fazer o mesmo com outros veículos que padecem do mesmo problema?

A existência de um conselho seria a possibilidade de constituir um fórum no qual as diferentes interpretações sobre o bom e o mau exercício da profissão pudessem ser avaliadas, testadas, provadas ou refutadas. O princípio a nortear tal conceito seria o do aperfeiçoamento da prática profissional. Em busca disso, então, haveria casos em que o mau exercício da profissão pudesse ser punido com graus de intensidade variáveis, obviamente, em função da gravidade da falta. A punição, portanto, resultaria como consequência dos princípios defendidos pelo conselho, e não a sua razão de ser.

### **Princípios claros e consensuais**

O ponto de partida fundamental para o bom funcionamento de um conselho seria a existência de princípios claros e consensuais sobre os valores que deveriam reger a prática jornalística. Reconhecida, então, uma tábua de princípios a nortear os profissionais, o que se exigiria dos membros responsáveis pelos julgamentos seria o pleno domínio de tais princípios e de suas aplicações possíveis nos mais diversos casos em que eles possam vir a ser questionados. A notabilidade dos seus membros não seria, portanto, por causa de sua "genialidade" em ter o domínio privado do discernimento entre o certo e o errado. Mas a capacidade para interpretar corretamente parâmetros públicos de aferição do bom jornalismo. A idéia de um conselho representa, portanto, a abertura de um espaço democrático para a resolução de conflitos típicos da prática profissional.

Conselhos de jornalismo não são novidade, ademais. Jean Claude Bertrand, no livro *O arsenal da democracia* (Edusc: 2002, 514 pp.), relata diferentes experiências, sobretudo européias, do que chama "sistemas de responsabilização de mídia", órgãos não governamentais voltados ao acompanhamento e fiscalização do trabalho dos meios de comunicação. Estruturas bastante flexíveis e diversificadas, ora funcionam como mecanismos de auto-regulamentação – como o Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária, Conar, uma experiência brasileira – ora como órgãos respaldados inclusive por lei. Há casos em que sua composição é formada apenas por profissionais, e há casos em que empresários e representantes da sociedade civil também participam.

Passada a exasperação que tomou conta das posições nessas primeiras semanas, o que se espera é que os bons argumentos contra a proposta do Conselho Federal de Jornalismo possam aperfeiçoar a idéia. Abatê-la sem tentar considerar os méritos que têm pode ser um grande desserviço ao jornalismo brasileiro. Se, no final das contas, a discussão apontar para o sepultamento da proposta, espera-se que outros mecanismos democráticos de aperfeiçoamento do trabalho jornalístico tenham sido sugeridos. Afinal, um consenso existe: precisamos melhorar.

(\*) Jornalista, professor da Universidade Federal de Sergipe

## **O abate sem debate do CFJ**

**Luiz Weis**

O projeto do Conselho Federal de Jornalismo (CFJ) é um cadáver insepulto. Em editoriais, colunas, artigos e reportagens, foi antes abatido do que debatido pela mídia.

As manifestações que, no limite, beiraram o jornalismo pitbull prevaleceram sobre aquelas que, embora também refratárias à proposta, deixaram clara a preocupação dos seus autores em manter a compostura que o público tem o direito de exigir dos praticantes do ofício.

Compostura não é escrever com luvas de pelica – nem chamar urubu de meu louro. É o modo como donos de empresas jornalísticas e jornalistas deveriam apresentar os fatos e emitir juízos de valor sobre eles, com vigor e clareza, mas também com cuidados éticos tanto maiores quanto mais polêmicas as questões, sobretudo quando dizem respeito direto à sua atividade. Para não enfiar opiniões a muque em cabeça alheia.

Ao longo de uma semana em que o grosso da imprensa escreveu, como se dizia antigamente, algumas de suas páginas mais memoráveis – só que desta vez no mau sentido –, objetividade, *fairness*, senso de proporção e esforço honesto para mostrar os múltiplos lados do assunto perderam espaço para a simplificação, o facciosismo e o insultório. E para a fúria desatada, em alguns casos.

No supermercado da palavra imaginado muitos anos atrás pelo jornalista Sidnei Basile, se não falha a memória, houve uma corrida às gôndolas dos adjetivos. "Stalinista" foi consumido feito pão quente.

Publicações que tão recentemente quanto em 2002 apoiaram uma tentativa de golpe de Estado (na Venezuela) enrolaram-se na bandeira da liberdade de imprensa e apontaram o projeto do CFJ como a ponta de um golpe branco arquitetado pelo governo Lula.

A concepção de democracia de um certo número de inquilinos e freqüentadores do Planalto pode não ser flor que se cheire. Nem por isso a mídia conseguiu provar que uma coisa descende da outra. Ficou no simplismo e na inculpação por associação.

Foram muito poucos, perto do que se precisaria fornecer à opinião pública numa sociedade democrática, os comentários que pediam da mídia menos virulência (contra a idéia de um conselho de jornalistas em geral e o CFJ em especial) e mais discussão (sobre as formas de promover os compromissos éticos da imprensa na era da sua oligopolização sem freios nem contrapesos).

### **"Proposta bombardeada"**

A rigor, só no último domingo, 10 dias depois das primeiras notícias sobre o projeto, ganharam algum peso as críticas ao desempenho da mídia e o chamamento a um debate abrangente dos temas implícitos na iniciativa – em vez de simplesmente se condená-la ao "lixo", como se leu em pelo menos um editorial, e decretar que se está

no melhor dos mundos possíveis, em que a Justiça e o mercado dão conta de corrigir os vexames éticos do jornalismo.

O ombudsman da *Folha de S. Paulo*, Marcelo Beraba, ressaltou que "a proposta foi bombardeada na imprensa". Observou que "ao carimbá-lo como chapa-branca, o jornal omitiu [que] o texto tinha sido gerado nos sindicatos profissionais". Registrou que, nas reportagens da *Folha*, "as opiniões desfavoráveis tiveram muito mais destaque e foram repetidas diversas vezes". E concluiu: "Esse desequilíbrio não permitiu que a proposta fosse debatida com mais profundidade".

E olhe que a *Folha* nem levou o ouro na modalidade desequilíbrio. Nenhum grande jornal parece ter superado *O Estado de S. Paulo* no quesito bombardeio – a começar da cobertura.

Indício de que o diabo está nos detalhes, reportagem publicada na edição de 7/8, depois de citar a "presidente da Fenaj" Beth Costa (ex-presidente, na realidade), contém um período que começa com: "Ela pouco se importa que...". À parte o mau português, é o tipo de comentário feito para indispor o leitor com a fonte, que os manuais da profissão restringem a textos opinativos – e olhe lá.

Ainda em 7/8, o jornal informou que o ex-presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, Audálio Dantas, considera o projeto "extremamente perigoso". Três dias se passaram até o leitor do *Estadão* ficar sabendo que "Audálio vê com bons olhos a criação do CFJ" (embora tenha revelado "temer pela liberdade de imprensa quando viu no projeto do governo a insistência em usar os verbos 'orientar' e 'disciplinar'").

A rigor, os verbos só aparecem uma vez cada no projeto. Melhor seria, este leitor faz questão de afirmar, que não aparecessem nunca.

Melhor seria também, como revelou neste *Observatório* o jornalista Maurício Tuffani, que a Casa Civil do Planalto, ao canetar o projeto da Fenaj, não tivesse acrescentado o ameaçador "da atividade de jornalismo", depois do "exercício da profissão de jornalista" que o Conselho teria a atribuição de "orientar, disciplinar e fiscalizar".

Ainda assim, não se justifica o que o cientista político Fábio Wanderley Reis, da UFMG, em entrevista à *Folha* de 15/8 – um oásis de análise serena e fecunda – chamou delicadamente de "um pouco de exagero", ao falar da reação da mídia ao projeto e da sua arquidenunciada "inspiração autoritária".

O clima que se criou – e que no seu pior chegou a lembrar o ranger de dentes dos jornalões brasileiros no pré-1964 – estimulou um deprimente vale-tudo.

Comentando notícia sobre a reação do presidente Lula ao título de primeira página da *Folha* sobre o salto da prefeita Marta Suplicy nas pesquisas – "Vocês viram a Marta? Que bela manchete", teria dito Lula – a coluna "Toda Mídia", do mesmo jornal, saiu-se com o seguinte comentário: "É só de manchetes assim que o presidente, o mesmo do Conselho Federal de Jornalismo, gosta. Manchete feia não pode".

Isto posto, seria faccioso não registrar, com o proverbial por outro lado, que o governo como que se esmerou em oferecer à mídia assanhada o flanco mais descoberto que ela poderia desejar.

Quando o ministro Luiz Gushiken dá de dizer, na hora mais inoportuna, além do mais, que "a liberdade de imprensa é um valor definitivo na democracia, mas numa sociedade nada é absoluto", os barões da mídia ganham um alvo para apedrejar sem susto.

E o presidente Lula – o mesmo a quem não se poderia atribuir maldosamente a vontade de escrever as manchetes da imprensa brasileira, só porque se regozijou com a bela manchete sobre o avanço da sua candidata em São Paulo – deveria ter mordido a língua antes de dizer, embora em tom de brincadeira, que só daria entrevista se os repórteres comessem "a defender o Conselho de Imprensa". Ou de chamar os jornalistas de "bando de covardes" por não terem tido "coragem de defender o conselho" — uma tirada de humor truculento.

#### **"Constrangimento da exposição"**

No fim da semana, sob o impacto da tardia denúncia – passados 11 anos! – do jornalista Luís Costa Pinto sobre o erro que o então editor da *Veja*, Paulo Moreira Leite, teria bancado a todo custo e que foi fatal para o deputado Ibsen Pinheiro –, três colunistas encararam a óbvia relação entre o escândalo e o *enforcement* da responsabilidade jornalística.

Dora Kramer (*Estado e JB*):

"Nenhum conselho controlador teria o poder de evitar casos como esse. Mas a imprensa livre tem pelo menos como, pelo constrangimento da exposição pública, contribuir para que se mantenham no terreno das exceções".

Teresa Cruvinel (*O Globo*):

"Quando o governo se dispõe a desistir da proposta de criação do CFJ, a confissão do jornalista Luís Costa Pinto confirma que, com ou sem conselho, as práticas da imprensa podem e devem ser discutidas. Por todos".

Eliane Cantanhêde (*Folha*):

"O 'mea culpa' (...) corrobora minha posição desde o início: a favor da discussão sobre algum tipo de olhar externo sobre a atividade jornalística e contra um conselho em forma de autarquia proposta pelo presidente".

A imperdoável asfixia da discussão defendida por Teresa Cruvinel e Eliane Cantanhêde impediu que se fosse ao fundo de um dos principais problemas do exercício ético do jornalismo: bastará o "constrangimento da exposição pública" de que fala Dora Kramer para ao menos reduzir a incidência de denunciamentos como o que destruiu a reputação e partiu a alma do também jornalista Ibsen Pinheiro?

Este leitor pensa que não. Quantos leitores perderá ou deixará de ganhar a *Veja* – a se confirmar que a versão de Costa Pinto é verdadeira – por causa de uma matéria mentirosa publicada em novembro de 1993?

Até porque o "olhar externo" mencionado por Eliane Cantanhêde teria mais coisas a enxergar do que os linchamentos morais cometidos pela imprensa e que lhe custam pouco ou nada. Vamos lá.

"Existem muitas maneiras de relatar um fato, inúmeras interpretações a seu respeito. E nenhum critério seguro para definir qual delas é a melhor. O melhor serviço prestado pelo jornalismo é divulgar a riqueza desse contraditório", escreveu Otavio Frias Filho, na *Folha*. Perfeito.

Essa é a tradição da imprensa brasileira? É isso que faz – se não sempre, ao menos a maioria das vezes – o que a nossa mídia tem de mais poderoso e influente?

Para não ir mais longe, divulgar a riqueza do contraditório foi tudo que a imprensa não fez em relação ao projeto do CFJ.

### **"Em um mundo ideal"**

Diga-se desde logo que um motivo legítimo de oposição ao CFJ da Fenaj é o seu potencial de limitar a liberdade de imprensa, o qual talvez não seja tão grande como se apregoeou, mas que existe, existe.

Faltou demonstrar, no entanto, que seria impossível refazer o projeto, expurgando-o de tudo que pudesse ser entendido razoavelmente como parte desse potencial cerceador.

A menos que se acredite que nenhum conselho seja necessário para defender a sociedade dos maus jornalistas, e os bons jornalistas dos maus patrões, para quem a integridade da informação conta menos do que a afirmação de suas idéias, intenções e interesses.

Nem mesmo um organismo autônomo, desestatizado, dessindicalizado e legitimado pela corporação, na linha da Ordem dos Jornalistas proposta pelo deputado Celso Russomanno, do PP de São Paulo – que também merece um exame despreconcebido (excluídos os seus aspectos folclóricos, como o traje dos profissionais e o seu direito de sentar-se ou ficar em pé).

Comentando a questão brasileira, o *Financial Times* argumentou:

"Em um mundo ideal, a regulamentação da mídia deveria ser responsabilidade dos leitores, ouvintes e telespectadores, e a punição dos jornalistas, a perda de credibilidade. Os prejudicados por abusos da imprensa deveriam buscar reparação nos tribunais. E os que passam documentos confidenciais para a mídia também deveriam ser processados, quando isso infringir a lei."

Dessas 54 palavras, as mais importantes são as quatro primeiras.

Em um mundo ideal, para começo de conversa, o noticiário de órgãos de mídia não seria construído de forma a fazer coro com "a posição da casa". Como foi, predominantemente, no caso do projeto do CFJ.

Com perdão pela platitude, o poder de formar opinião está muito mais no conteúdo informativo de um jornal – desde o que nele se considera noticiável até o modo como a notícia é apurada, editada e publicada – do que nos editoriais e nos textos opinativos.

E como bem sabe qualquer jornalista que já tenha perdido os dentes de leite, a "editorialização" menos ou mais sutil do noticiário é a norma não escrita em muitas publicações e emissoras. Ele se impõe aos critérios técnicos que – embora falíveis e sujeitos a eternas controvérsias – deveriam ser os únicos a determinar o que e como será servido ao leitor/ouvinte/espectador. Em um mundo ideal, claro.

No mundo real, acontece o que o ombudsman Marcelo Beraba flagrou nas reportagens da *Folha* na semana passada. Elas contêm 15 opiniões favoráveis ao CFJ e 14 contrárias. "Mas é um equilíbrio apenas numérico", comenta Beraba, "porque as opiniões desfavoráveis tiveram mais destaque ao longo da semana e foram repetidas diversas vezes."

É o caso de perguntar se esse padrão seria adotado se o editorial do jornal sobre o assunto, já no domingo, 8/8, fosse agressivamente favorável ao CFJ, em vez de agressivamente contrário.

### **"Liberdade para alguns"**

Coisa de meio século atrás, o jornalista Cláudio Abramo ensinava aos focas do *Estadão* que a liberdade de imprensa é antes de mais nada a liberdade dos donos da imprensa.

No íntimo ele decerto sabia que simplificava uma questão tremendamente complexa, mas isso tinha lá a sua utilidade para acabar com as ilusões de noiva da rapaziada sobre as possibilidades do ofício.



E ele estava mais certo do que errado.

O secretário de Imprensa do presidente Lula, Ricardo Kotscho, também tem certa razão quando escreveu na *Folha* de 10/8 que se deve garantir à sociedade "a plenitude da liberdade de imprensa, e não a liberdade para alguns profissionais e algumas empresas divulgarem o que bem entendem a serviço dos seus interesses".

No debate que não houve sobre o CFJ, perdeu-se a oportunidade de pôr em evidência o fato de que profissionais e empresas têm o mesmo interesse objetivo na defesa intransigente da liberdade de imprensa – mas não necessariamente pelos mesmos motivos. O que faz uma tonelada de diferença.

No último dia 12, o repórter de mídia do *Washington Post*, Howard Kurtz, publicou uma caudalosa matéria (mais de 3 mil palavras) que conta a *inside story* do tratamento dado pelo jornal às alegações do governo Bush sobre as supostas armas de destruição em massa de Saddam Hussein.

O *Post*, como o *New York Times* e toda a grande imprensa americana compraram – e venderam – pelo valor de face o pretexto da Casa Branca para a guerra ao Iraque. Em geral, tudo que levava água para o moinho do presidente tinha aceitação garantida e lugar na primeira página. Tudo que se lhe opunha ou ia para o lixo ou para a enésima página do caderno nacional.

"Tais decisões coincidiam com o apoio à guerra da página editorial do *Post*", escreve Kurtz. "Esses editoriais levaram alguns leitores a concluir que o jornal tinha uma agenda [no sentido de objetivo extra-jornalístico], embora exista uma barreira do tipo Igreja-Estado entre a redação e as páginas de opinião."

No Brasil, onde essa barreira costuma ter mais furos que um queijo suíço, alguns leitores não poderiam ser criticados se concluíssem que o bombardeio do projeto do CFJ no noticiário emanava das "páginas de opinião" – ou, sem eufemismo, ecoava a voz do dono.

Isso evidentemente não explica por que a maioria absoluta dos jornalistas com redação própria – aqueles que têm espaço garantido para escrever, assinam o que escrevem e escrevem com independência – escreveram contra o CFJ.

Mas não consta que algum jornal ou revista tenha estimulado jornalistas a escrever a favor do projeto, em nome da pluralidade. Na *Folha*, entre sete artigos de opinião visitados pelo ombudsman, apenas um (o do já citado Kotscho) apoiava o conselho.

#### "A posição da casa"

Rebatendo a declaração de um dirigente da Fenaj de que "um jornalista que é obrigado a escrever sobre algo que é contra a ética, porque o padrão determina, não tem a quem recorrer", um comentarista disse que esse profissional não só pode como deve se demitir – e se não o fizer é porque não tem princípios éticos a defender. Até parece que o autor nunca entrou numa redação, onde o que não falta são profissionais amargurados ou que sucumbiram ao cinismo como estratégia de autodefesa exatamente porque não podem se demitir quando obrigados a adaptar o noticiário – em qualquer das etapas do processo, da pauta à edição final – para não destoar da "posição da casa" (que dirá colidir com ela).

Primeiro, porque – a menos que faça parte do topo da elite do ofício, e olhe lá – as suas chances de conseguir outro emprego semelhante no Brasil de hoje serão as que todos estão fartos de saber. Segundo, porque, ainda que consiga, as suas chances de topar de novo com a mesma afronta ao seu senso ético e profissional são as que todos estão fartos de saber.

Em suma, o projeto da Fenaj pode ser o que se queira. O governo, ao patrociná-lo, pode ter tido as piores intenções (ou, como antes parece, simplesmente entrou numa fria).

Mas o mencionado sindicalista tem um ponto: a discussão abortada na mídia também silenciou o debate público sobre a impotência do jornalista diante das determinações interesseiras ou sem fundamento profissional do patrão (ou, quando o patrão não parece ter nada com isso, do editor que ordena que se baixem matérias na contramão do que se apurou e checkou – vide *Veja* e Ibsen Pinheiro).

O discurso sobre ética e transparência no jornalismo que não se voltar igualmente para essa realidade distante das vistas do público – e não propor que se tente encontrar remédios para ela – será pouco mais do que uma abstração. [Texto fechado às 17h08 de 16/8]

## Naufrágio à vista

Alberto Dines

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva chamou os jornalistas que o acompanham em Santo Domingo de "um bando de covardes", por não defenderem o Conselho Federal de Jornalismo (CFJ)

Este Observador aceita a acusação. Considera-se covarde, sim, por não dizer com todas as letras o que pensa de um presidente que não sabe comportar-se como árbitro.

O presidente Lula ora perde a cabeça, ora brinca; o ministro Dirceu esperneia, a Fenaj denuncia. Cada um à sua maneira representa seu papel nesta tragicômica tentativa de impor o renascimento do peleguismo do Estado Novo por meio da criação do CFJ.

A grande verdade é que a verdade triunfou: o governo está sendo flagrado com o garrote (ou a borduna) na mão, a histeria denunciata foi finalmente exibida como jogada de empresas de mídia para favorecer interesses escusos, e a voracidade da CUT-Fenaj foi bombardeada por todos os setores da sociedade. O seu projeto hegemônico está fazendo água e, como sempre acontece, o desespero impôs-se como tática.

Esquecido o tom civilizado, a Fenaj agarra-se ao recurso de desqualificar aqueles que discordaram do projeto. Todos os profissionais que ousaram pronunciar-se contra o CFJ foram considerados indistintamente pelo comando sindical – e pelos acólitos do governo – como joguetes dos "barões da mídia". Inclusive este *Observatório da Imprensa*, que está na lista negra de diversas publicações brasileiras.

O ministro José Dirceu reclama do patrulhamento, mas patrulhados violentamente estão sendo aqueles que ousaram discordar de uma jogada prepotente que, segundo todos os indícios, tem suas impressões digitais. No desespero, os *conselhistas* não fizeram as contas nem anotaram que contra eles está fina flor da nossa imprensa: (pela ordem alfabética) Alcino Leite Neto, Arnaldo Jabor, Clóvis Rossi, Dora Kramer, Eliane Cantanhêde, Elio Gaspari, Fernando Rodrigues, Jaguar, Janio de Freitas, João Ubaldo Ribeiro, Luiz Garcia, Luís Nassif, Merval Pereira, Miriam Leitão, Otávio Frias Filho, Teresa Cruvinel, Vinicius Torres Freire e Zuenir Ventura. A lista não inclui os comentaristas de rádio, televisão e os observadores da imprensa que aqui militam.

#### **Anjo torto**

Desde os tempos da resistência à ditadura que não se consegue arregimentar um batalhão tão expressivo de jornalistas em favor de uma causa política. A pretensão da CUT-Fenaj é tão estapafúrdia, a jogada tão primitivamente urdida, a exposição de motivos de Ricardo Berzoini tão canhestramente exposta que a unanimidade produziu-se de forma automática e instantânea.

Como disse o presidente do STJ, o ministro Edson Vidigal (ex-jornalista profissional), o anteprojeto é claramente inconstitucional, será barrado de saída na Comissão de Constituição e Justiça. A idéia é liminarmente autoritária, não cabe numa democracia, contraria flagrantemente as cláusulas pétreas da Carta Magna. Mesmo assim não se pode deixar de lado algumas de suas aberrações. No artigo 7, inciso III, no rol das penalidades que poderão ser aplicadas aos jornalistas, está lá, com todas as letras, a palavra *censura*. E não se pense que a abominável expressão está lá no sentido de repreensão. Antes, quando se tratou das penalidades, mencionou-se a *advertência* (inciso I).

(...)

Art. 7º As penas aplicáveis por infrações disciplinares são as seguintes:

I – advertência;

II – multa;

III – censura;

IV – suspensão do registro profissional, por até trinta dias; e

V – cassação do registro profissional.

(...)

Apesar do inevitável naufrágio do anteprojeto do CFJ é imperioso manter a disposição de corrigir as disfunções básicas da nossa mídia. O ressuscitamento do *affaire* Ibsen Pinheiro – nosso caso Dreyfus – mostra as catastróficas dimensões da crise que assola nossos meios de comunicação há uma década. Fica claro que o problema não é econômico. Em plena vigência da "bolha" imperavam os desatinos [*leia a rubrica Imprensa em Questão, nesta edição*].

**Nossa mídia mostra sinais manifestos de fadiga de material.** Está visivelmente desacreditada e concentrada (sobretudo nas pequenas e médias áreas urbanas). Não alcança partes importantes do país e quando alcança o faz de forma precária.

A farta distribuição de canais de rádio e TV ao tempo de José Sarney na presidência e Antonio Carlos Magalhães no ministério das Comunicações começa a oferecer os primeiros resultados: o sistema de concessões veio para ficar, dificilmente será modificado porque o Legislativo deixou de ser um poder independente – está dominado pelo lobby dos empresários de comunicação eletrônica.

Não apenas o Legislativo: também o Executivo, por força dos compromissos com sua "base de sustentação política". **A melhor prova da capitulação do governo às demandas dos congressistas-empresários de mídia está na portaria 1.597, do Ministério da Justiça, discretamente assinada em 4 de agosto para atender as pressões das redes de TV e abrandar a exigência de uma classificação de conteúdos de acordo com horários e faixas etárias.**

Aqui, ao contrário da intervenção que tentou por meio do CFJ, o governo finge-se de anjo. Esquece completamente as exigências constitucionais no tocante à classificação dos espetáculos e resolve entregar às famílias – isto é, a ninguém – a decisão final sobre os conteúdos oferecidos aos filhos menores na telinha da TV.

#### **Uma distorção**

Enquanto o deputado petista Orlando Fantazini comanda solitária e heroicamente a campanha contra a baixaria televisiva, a burocracia do Ministério da Justiça – sensível aos interesses das redes de TV populares e evangélicas – abre mão do seu poder de controlar as concessões públicas no campo da comunicação eletrônica.

**Esquizofrenia pura: no caso do jornalismo, o cacete; no caso da baixaria televisiva, a complacência e a cumplicidade.** O texto que Cláudia Chagas e José Eduardo Romão (pela ordem, secretária nacional de Justiça e diretor do departamento de Classificação de Programas) publicaram no *Globo* (quinta, 12/8, pág. 7) é um clássico, digamos, de ingenuidade [veja íntegra da matéria na rubrica Entre Aspas, nesta edição].

Uma palavra final aos que preferem raciocinar de forma linear no lugar de atentar para as complexidades do sistema democrático: o fato de existirem Conselhos (federais e regionais) das mais diferentes corporações profissionais não significa que deva existir um Conselho Federal de *Jornalismo*. Esta compulsão isonômica foi a perdição dos que elaboraram o anteprojeto.

Um Conselho Federal de *Jornalistas* escaparia da armadilha de intervir no jornalismo, isto é, na imprensa. Por isso, aventou-se como solução, a Ordem dos Jornalistas similar à Ordem dos Advogados.

Não se trata da simples troca de nomes – em vez de um Conselho, uma Ordem. A própria concepção, objetivos e formulação da nova entidade teria que ser drasticamente alterada. O Conselho Federal de Jornalismo com este nome, esta natureza e este objeto é uma distorção. Ele é o passado. Não adianta revivê-lo nem adianta adaptá-lo.

## **Em momento inoportuno**

**José Paulo Cavalcanti Filho. (\*)**

Esse Conselho Federal de Jornalismo não vem num bom momento. Depois de tentar, o governo, expulsar do país um jornalista estrangeiro. E de ver altas autoridades monetárias sob fogo cerrado. Ainda assinando, na mesma semana, o monstro da Ancinav. Tudo em aberto confronto com a opinião pública.

No projeto da Ancinav, não custa lembrar, filmes estrangeiros vão pagar taxas até 600 mil reais para poder ser exibidos, entradas vão ser tributadas em até 11%, multas podem ir até 25 milhões de reais. Tudo para custear 500 novos cargos. Parte deles em comissão, livres de concurso público. Passando o cinema nacional a ser gerido não pelo Ministério da Cultura, como seria razoável, mas pela Casa Civil – que tem, como atribuição básica, "assistência e assessoramento direto e imediato ao Presidente da República". Muito longe das telas, pois.

Agora vem esse Conselho Federal de Jornalismo, inspirado em órgãos similares de outras categorias profissionais. Não na forma. A Lei do Crea, por exemplo, tem 92 artigos; enquanto o projeto dos jornalistas, apenas 19. Em ambos os casos profissionais são compulsoriamente inscritos e pagam anuidades, é certo. Mas a Lei do Crea regula eleições, qualificações exigidas dos diretores, limites ao processo administrativo, o próprio poder de regular. No projeto dos jornalistas não há nada disso. Vai ser tudo decidido pela Fenaj – entidade de evidente legitimidade, mas que não representa a sociedade civil. E sequer representa todo conjunto dos jornalistas brasileiros.

#### **Fora de tempo**

Duas objeções básicas, sobre o tema, têm destinos diferentes. A primeira, injusta. De que o conselho vai estar submetido a "controle estatal" – posto que o dever de prestar contas ao TCU, como faz o Crea, não autoriza uma conclusão assim. Essa fiscalização, no fundo, é até moralizadora.

A segunda, cabível. De que uma atividade, como a dos jornalistas, não convive bem com um conselho regulatório. Cabendo, sobre isso, um debate mais amplo. Democrático.

Pior, nesse quadro, é que continuamos a não ter uma Lei de Imprensa decente. Já se discute, em sociedades modernas, uma outra geração de questões. Como o projeto de Nova Lei de Imprensa americana (Libel Reform Act), que considera a liberdade de expressão como consequência direta da liberdade de consciência. Nessa linha, e para ser efetivamente livre, a liberdade de consciência exige a ausência de qualquer limite à liberdade de expressão. Separando opinião (artigo assinado ou charge) de fato (a notícia do jornal). Não incidindo em relação à opinião (diferentemente do que ocorre com a notícia) quaisquer responsabilidades – civil (indenização) ou penal (calúnia, infâmia, difamação).

Enquanto isso, continuamos presos ao passado. Condenados a conviver com a pior Lei de Imprensa do planeta. Não por acaso o projeto da nova Lei de Imprensa se arrasta, no Congresso, desde 1992. Seu substitutivo está pronto para ser votado, na Câmara, há exatos 7 anos (hoje). É um bom projeto. Salvo o art. 6º, que define (equivocadamente) o limite de "solvabilidade" das empresas, no pagamento de indenizações.

Por tudo isso, e para dar dignidade ao compromisso com a liberdade de imprensa, sem dúvida melhor seria deixar para depois esse debate fora de tempo. Emprestando o governo sua autoridade institucional para fazer votar, no Congresso Nacional, a Nova Lei de Imprensa – algo incomparavelmente mais importante, para a democracia, que esse conselho.

(\*) Advogado, representante da sociedade civil e presidente do Conselho de Comunicação Social

## As cores do maniqueísmo

**Luiz Gonzaga Motta (\*)**

O debate sobre a criação do Conselho Federal de Jornalismo coloriu-se, infelizmente, das cores do maniqueísmo: o preto ou branco. Ou se é contra, ou se é a favor. Como se a verdade só pudesse estar nos dois extremos. Virou plebiscito. Até o *Observatório da Imprensa*, uma tribuna tantas vezes pluralista, em enquête, reduziu a questão a uma única pergunta: é uma proposta autoritária *x* ou é o seu contrário? O que poderia ser um democrático debate sobre os erros e acertos do jornalismo brasileiro transformou-se em uma discussão estéril e dogmática.

A origem principal desse dogmatismo está na preconceituosa reação da mídia brasileira, um dos mais conservadores segmentos de nossa sociedade. É bom recordar que, das 32 subcomissões da Congresso Constituinte de 1988, só uma não conseguiu concluir os seus trabalhos – a de Comunicação. Por quê? Porque o lobby feroz das empresas do setor não permitiu nenhum avanço social, condenando qualquer proposta democrática em nome da *sua* liberdade de imprensa. É bom lembrar também que a raivosa Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) reagiu ameaçadoramente contra a proibição da publicidade dos cigarros, apesar de saber dos males do fumo, mesmo quando a própria indústria do tabaco já tinha concordado com a implantação da lei.

Foi a preconceituosa cobertura da mídia que deu início aos mal-entendidos sobre o Conselho Federal de Jornalismo. A reação imediata da mídia à proposta deu o tom da cobertura e falsamente dirigiu o debate a uma reduzida oposição: contra ou a favor da "liberdade de imprensa". Como se tudo se limitasse a uma falsa dicotomia: censura ou liberdade de informação. A partir dessa estreita (mas, intencional) concepção, a cobertura se reduziu às tecnicidades e condenações: "O presidente do STJ não leu, mas é contra porque fere a Constituição" e "Jornais estrangeiros acusam a medida de censura" (*O Globo*, 11/8); "Casa Civil tornou mais duro o projeto da Fenaj" (*O Globo*, 12/8). E assim, a mídia vai legitimando suas posições, construindo uma falsa dicotomia e desviando a discussão do seu centro, como se o desejo de discutir o papel da imprensa significasse sempre uma ação de censura.

### Por "economia"

A mídia desqualifica o debate, tudo passa a girar em torno da falsa dicotomia liberdade *x* censura, como se o debate se reduzisse a isto. Antes de examinar a proposta, no dia 7 de agosto, a Associação Nacional de Jornais, órgão patronal, já asseverava: "Somos contra toda norma que impeça a liberdade de expressão". Nesse movimento, a mídia vai definindo os contendores da batalha maniqueísta, da luta "do bem contra o mal". De um lado, os defensores da liberdade (a própria mídia); de outro, todos que ousam indagar: que liberdade é essa? Maquiavelicamente, a mídia atribui qualidades do bem a si própria e a todos que cegamente lhe apóiam. E carimba de perversos todos os que, sob qualquer argumento, se atrevem a questioná-la.

No caso do projeto do Conselho Federal de Jornalismo, a mídia elegeu como inimigo o governo do PT. É bom lembrar que a proposta foi feita em um momento que se exacerbavam as relações governo-mídia. As críticas do governo ao denunciismo da mídia pipocavam em declarações dos ministros da Justiça e da Comunicação, e do próprio presidente da República. De fato, o momento foi inoportuno para se encaminhar tal projeto. O governo errou também ao enviar o projeto sem consultas abertas à sociedade e ao próprio Congresso. Lá mesmo há outros projetos que tratam do assunto e o próprio líder do PT afirmou que o governo errou em não dialogar antes com o Parlamento. Portanto, o governo contribuiu para receber a etiqueta de autoritário.

É surpreendente e lamentável observar como vozes lúcidas em outras ocasiões, como a do jornalista Alberto Dines, deixam-se contaminar pelas paixões e fazem coro com posições dogmáticas. Em seu artigo neste *Observatório*, ele parte para acusações grosseiras contra a Fenaj, acusa a CUT de dominar a imprensa e de impor suas prioridades. Diz que a CUT é dona da profissão, como se os jornalistas fossem cordeiros obedientes às ordens sindicais. Diz que os assessores de imprensa não são jornalistas, são parciais, enquanto os profissionais de redação são imparciais. Afirmção ingênua, além de preconceituosa. Os profissionais de redação não são automaticamente imparciais só porque trabalham para empresas jornalísticas. Haja visto as recentes e atordoantes confissões de Luís Costa Pinto, na revista *IstoÉ* ou a mea-culpa de jornais sérios como o *New York Times* e o *Washington Post*.

As qualidades pessoais dos jornalistas não mudam automaticamente porque eles mudam de emprego ou de patrão. Milhares de jornalistas, antes profissionais de redação, estão hoje em assessorias porque as empresas os

demitiram. Só a *Folha de S.Paulo*, há duas semanas, demitiu 40 jornalistas de uma vez, em nome da economia empresarial. Outros mudaram de posição porque se cansaram das mentiras das redações. Nas redações não se praticam automaticamente mais verdades do que em outros lugares onde se exerce a profissão de jornalista. De fato, muitos jornalistas que deixaram a redação tiveram mais dignidade do que aqueles que permaneceram cumprindo pautas pré-estabelecidas.

#### **Controle ético**

Vozes mais lúcidas são as dos jornalistas Luiz Weis e Tereza Cruvinel. Em artigo no mesmo *Observatório*, Weis condena o clima de julgamento sumário e automático ao CFJ que não apresenta uma alternativa, em contrapartida. E, prudentemente, adverte que, sendo quais sejam os defeitos do projeto, as críticas instantâneas tendem a engavetar a questão essencial: a relutância da mídia em se submeter à fiscalização ética, algo que ela se dá ao direito de exercer em relação aos outros.

Nos últimos dias, em sua coluna no *Globo*, pelo menos duas vezes Tereza Cruvinel reivindicou que as práticas da imprensa podem e devem ser discutidas por todos. Acertadamente, diz ela, o governo caiu numa esparrela ao patrocinar o projeto da Fenaj. Melhor seria o governo retirar o projeto para ser mais discutido pela categoria e pela sociedade. Mas, do erro, completa, surge o debate necessário.

Há vários erros no processo de criação e de encaminhamento do CFJ. Há expressões que não deviam estar lá, há excessos, há intempestividades, há indefinições que deixam margem a interpretações equivocadas. O processo de encaminhamento foi inoportuno. Mas, independente do recuo agora ou de sua aprovação adiante, ele cumpre uma tarefa importante: colocou na agenda da categoria dos jornalistas, do governo e do Parlamento um debate que a academia e alguns setores organizados da sociedade civil já vêm solicitando há muito tempo: a mídia não pode continuar sendo o único poder sem nenhum controle ético em nome de uma liberdade de expressão que se restringe a quem veste a toga de jornalista – ou de quem decide, por ser proprietário, o que sai e o que não sai na imprensa.

(\*) Jornalista e professor da Universidade de Brasília (UnB)

## **A criatura contra o criador**

#### **Chico Sant'Anna (\*)**

Numa época complexa para o governo, com denúncias por parte da imprensa contra altas autoridades econômicas, foram apresentados dois projetos de lei à sociedade. Um trata da criação do Conselho Federal de Jornalismo, (CFJ) – órgão que a exemplo da Ordem dos Advogados do Brasil e do Conselho Federal de Medicina é destinado à fiscalização e normatização do exercício do jornalismo. O outro trata de uma política de incentivo à produção audiovisual. A imprensa mesclou os dois temas como sendo uma forma de o governo em controlar a liberdade de expressão no Brasil.

Esta leitura, creio, é descabida para os dois projetos. A reação dos meios de comunicação tem um caráter corporativista. Sob um discurso de que o conselho cerceará a liberdade de expressão, eles tentam evitar uma fiscalização que em tese seria mais eficaz. Por outro lado, a sociedade precisa de um SOS Imprensa, um Procon da imprensa, um foro que se possa recorrer contra os desmandos do mau jornalismo. Nem por isso, considero que a criação do CFC seja a melhor alternativa para a sociedade nem para os jornalistas.

#### **Veto integral**

Durante mais de meio século, os jornalistas brasileiros foram contrários à criação de uma representação corporativa na forma de Conselho Federal ou Ordem. Uma das principais razões desta postura é o fato de que os conselhos regionais e federais representativos são classificados legalmente como autarquias. Ou seja, órgãos estatais vinculados ao governo. Além disso, não se trata de uma instituição representativa dos trabalhadores, mas sim da atividade. Em outras palavras, um Conselho deve representar os interesses das empresas e das pessoas que praticam o jornalismo.

Independência e autonomia diante do Estado eram as principais bandeiras dos sindicatos dos jornalistas brasileiros, que chegaram a abortar, durante o governo do general João Figueiredo, o envio ao Congresso Nacional de um projeto de lei criando o Conselho Federal dos Jornalistas (CFJ). Na ocasião, a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) lutava por eleições diretas para o país e para ela mesma.

Os anos passaram, um novo milênio surgiu e a Fenaj luta agora pela criação do CFJ. O carimbo que selou a mudança de postura da Fenaj foi fixado num Congresso extraordinário realizado há alguns anos em Vitória (ES). Este Congresso foi convocado especialmente para debater dois temas: a regulamentação do estágio e a criação ou não de um Conselho.

O principal argumento dos que defendiam a criação do Conselho era dotar a categoria de poderes para fiscalizar o mercado e evitar a atuação dos chamados irregulares, aqueles que não têm registro profissional. Todos queixavam que o Estado, por meio das Delegacias Regionais do Trabalho, era ineficiente na concessão de

registros, permitindo fraudes, e inoperante na fiscalização do exercício irregular da profissão – bem como dos abusos patronais, do tipo excesso de jornada de trabalho, não pagamentos de adicionais, recolhimento de FGTS etc.

Os contrários ao Conselho foram vitoriosos tendo em vista a tramitação acelerada de um projeto de lei no Congresso Nacional que transferiria a concessão de registros para a Fenaj. Decidiu-se, então, lutar pela aprovação do projeto, o que ocorreu, mas ninguém contava com o veto integral do presidente Fernando Henrique Cardoso.

#### **Charlatanismo jornalístico**

A derrubada do veto nunca foi alvo de uma real mobilização dos sindicatos e da Fenaj, e ele acabou sendo a centelha para reacender a chama dos que defendiam o CFJ. Técnicos e juristas foram arregimentados e um projeto foi submetido à aprovação em um novo congresso da categoria, desta vez em Manaus, em 2002. O projeto encaminhado pelo presidente Lula ao Congresso é bastante tímido em relação às pretensões originais. Alegam os dirigentes da Fenaj que ele está na medida do que seria possível diante da correlação de forças atualmente existente. Na verdade, o Conselho, na forma proposta, será muito mais poderoso diante dos jornalistas legalmente habilitados que porventura venham cometer algum deslize, do que contra os charlatões, quer na forma de pessoas físicas ou jurídicas, que praticam ilegalmente o jornalismo. Ou que em nome dele realizam atos ilícitos.

A mudança feita no texto retira, inclusive, os artigos que originalmente detalhavam os casos irregulares que exigiriam a ação reparadora do CFJ. Não há no texto proposto nenhuma punição para o charlatanismo jornalístico. Este alerta se faz necessário pelo fato de que muitos jornalistas e seus sindicatos acreditam que o CFJ irá solucionar os crônicos problemas da profissão.

#### **Contabilidade frágil**

Na América Latina existem dois modelos clássicos de organização dos trabalhadores: os sindicatos e os conselhos. Basta uma olhadela nos países vizinhos para verificar o que tem se mostrado mais eficaz.

Na Argentina não há conselhos e os sindicatos de jornalistas, como a UTPBA (União de Trabalhadores de Prensa de Buenos Aires), são fortes. Na Colômbia e Equador os profissionais são representados por conselhos. O padrão do jornalismo lá praticado é sofrível. Na Venezuela convivem as duas formas representativas. Nenhuma tem fôlego suficiente para enfrentar os problemas que culminaram, inclusive, com um dono de TV comandando um golpe de Estado.

É importante que os jornalistas entendam que conselho e sindicato têm missões diferentes. Os conselhos se aplicam mais a categorias onde os profissionais majoritariamente atuam na forma liberal, autônomos, por conta própria. Em relação aos que têm carteira assinada, por exemplo, não podem fixar pisos salariais ou negociar contratos coletivos de trabalho, ou mesmo entrar com um dissídio coletivo. Não podem também entrar com uma ação judicial coletiva em nome da categoria para recuperar perdas coletivas, como as do FGTS, plano Bresser, Collor etc. No projeto de lei do CFJ não há nem mesmo a previsão de competência para definir tabelas de honorários profissionais. Isto continuará sendo uma luta para os sindicatos. Para isso, eles precisam ser fortes, inclusive materialmente.

A tendência é que os sindicatos venham a se fragilizar com a implantação do CFJ. Isso porque a sindicalização é opcional e o Conselho é obrigatório – o projeto do CFJ define como falta grave o não pagamento da anuidade a ser fixada pelo próprio CFJ.

Com a pauperização dos assalariados em nosso país, os profissionais acabam optando em pagar apenas uma das entidades. A realidade mostra que as categorias profissionais que se organizaram por meio de conselhos tiveram suas estruturas sindicais desnutridas. Esses são os casos de engenheiros, advogados, arquitetos, economistas, relações-públicas e de tantas outras.

Sem pagar a anuidade, não será permitido exercer a profissão. Desta forma, muitos pagarão apenas a taxa cartorial compulsória, que em algumas outras profissões ultrapassa os 400 reais, por ano. Esta quantia equivale a, mais ou menos, 50% do piso salarial dos jornalistas aplicado em 18 dos 31 sindicatos de jornalistas do país.

Alguém já se imaginou tendo que, num determinado dia do ano, pagar meio salário para continuar a ter direito ao trabalho?

A própria Fenaj, que patrocina o projeto e que conta com 5% de tudo que os sindicatos arrecadam, irá sentir em sua já frágil contabilidade. O mesmo acontecendo com as centrais sindicais e organismos como Dieese e Diap. Nestes dois últimos casos, o prejuízo novamente será dos jornalistas, que ficarão sem os estudos técnicos desses departamentos. Quem não paga, não recebe.

#### **Entidade-fantasma**

A outra dúvida é se esta nova autarquia terá condições de sobreviver financeiramente e exercer com excelência sua competência, em especial a fiscalização do exercício profissional. Caberá a ela contratar os fiscais, mão-de-

obra bastante cara para atuar em todas as cidades onde exista um jornal, uma TV, uma rádio. Só em rádios, são quase quatro mil estações.

Dinheiro será também o desafio para os novos conselhos regionais. Até a poderosa OAB Nacional se vê obrigada a enviar uma mesada para manter em funcionamento as secções dos pequenos estados. A OAB, porém, além da contribuição dos advogados conta com taxas dos processos judiciais para reforçar seu caixa. Pagam igualmente as anuidades os escritórios de advocacias.

A falta de recursos materiais impede que outros conselhos bem mais tradicionais, como o de Farmácia ou o de Relações Públicas, desenvolvam uma fiscalização eficaz. Faltam fiscais e técnicos. O resultado é que não se consegue fazer com que todas as farmácias brasileiras tenham farmacêuticos. E olhe que eles contam com a exigência legal e a fiscalização da Vigilância Sanitária.

Mas se conselho não é a solução, qual seria? O melhor caminho seria a retomada do projeto vetado por FHC, ou seja, dotar a estrutura sindical da Fenaj dos poderes de conceder o registro profissional e fiscalizar o mercado. Assim, haveria o tão sonhado respeito à regulamentação profissional.

Quanto ao aspecto ético e da qualidade do jornalismo, o mundo nos apresenta várias alternativas. Na Europa, França e Inglaterra trabalham com a existência de conselhos representativos da sociedade para disciplinar os meios de comunicação. Esta talvez pudesse ser uma competência a ser concedida ao atual Conselho Nacional de Comunicação. Na América Latina, vários países adotam o Tribunal de Imprensa. Poderia também alterar as comissões de ética existentes nas Fenaj e nos sindicatos. O que falta a elas é a capacidade legal de punir os exageros, os descaminhos. Isso poderia ser muito bem resolvido legalmente, abrindo inclusive para a participação de setores da sociedade civil. Desta forma o país não ficaria órfão de um foro capaz de coibir os abusos jornalísticos.

O fato concreto é que a Fenaj, criada em 1946 e que participou das lutas pela criação do salário mínimo, pela democratização dos meios de comunicação, contra a censura, contra a ditadura, pela ética na política, corre o grande risco de se transformar numa entidade-fantasma, a exemplo de sua entidade maior a Contcop – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comunicação e Publicidade. Isso, creio, não é o desejo de nenhum jornalista.

(\*) Jornalista, mestre em Comunicação Social pela UnB, foi presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do DF, vice-presidente da Fenaj, vice-presidente da Federação Latino-americana de Jornalistas (Felap) e vice-presidente da Federação Internacional dos Jornalistas (FIJ)

## Jornalistas autofágicos

**Wedencley Alves (\*)**

De novo, vivemos uma grande oportunidade para discutir a categoria do jornalismo, por ocasião da polêmica em torno da proposta de criação de Conselho Federal da profissão. Neste texto, não quero tomar partido pelo sim nem pelo não, mas simplesmente formular algumas questões sobre a própria categoria.

Uma das que se impõem é: se jornalistas brasileiros não conseguem discutir racionalmente sua própria categoria, seus direitos e limites deontológicos, quem poderá? O público, que não conhece os meandros da profissão? Os políticos, cada um a seu modo, querendo tirar proveito de qualquer fato novo a dois meses das eleições? A Associação dos Magistrados do Brasil, que aproveita qualquer ocasião para tentar uma revanche contra o teto previsto na Reforma da Previdência? Os patrões dos jornalistas, a quem, geralmente, não agrada a união da categoria, e que agem por interesses puramente empresariais, mais interessados na liberdade sem limites de empresa do que na liberdade responsável de imprensa?

### **Proposta do PMDB**

Há dois anos, a proposta de criação de um conselho na Bélgica francófona gerou debates salutaros. Mas aqui, a proposta acabou em bate-boca político-partidário.

Assim que os jornais começaram a veicular a polêmica, recorri à opinião de Alberto Dines para me posicionar e saí frustrado. Até este, uma das maiores consciências do jornalismo hoje, caiu na armadilha da argumentação ad hominem, não esclarecedora. Saiu da posição de *media critic* para a solução rápida da acusação:

"discricionários" são os atos acima da lei, não aqueles enviados a votação e discussão no Congresso Nacional, além do que não é possível que todos os sindicalizados deste país sejam pelegos, embora com certeza muitos o sejam. A proposta de uma "OAB" do jornalismo é frutífera, mas os xingamentos são dispensáveis.

O projeto para o conselho não é novo. Trata-se de uma reivindicação, apropriada ou não, de mais de uma década, não de todos os jornalistas, por certo, mas de dezenas de sindicatos – o 31º Congresso, realizado em João Pessoa, reafirmou esta posição – e da Fenaj.

Por certo há outras associações que merecem respeito e que são contrárias, como a ABI – que, se fosse mais ativa, poderia desempenhar o próprio papel de instância superior do jornalismo – e a ANJ. Mas ninguém pode dizer que a medida não foi discutida.

Quando foi apresentada no Congresso Nacional, em 2002, o projeto teve autoria, um após o outro, de dois deputados do PMDB, partido que era aliado ao governo FHC.

#### **A corrosão vem de dentro**

Portanto não é uma iniciativa do atual governo, mas uma chancela do atual governo a uma reivindicação antiga de parte da categoria. Na verdade, quem hoje se apressa a bater boca, e não a discutir com razoabilidade, esquece ou não sabe que o anteprojeto ficou disponível no sítio do sindicato dos jornalistas do Mato Grosso, durante dois anos. E mesmo assim o texto parece ser surpresa para muitos.

Jornalistas não se discutem em foros legais. Sindicatos não contam com apoios, ou porque vivem em eterna luta política interna, ou porque simplesmente não contam com a disposição dos demais jornalistas, que não acreditam em união diante – e não, necessariamente, contra – o patronato. Federações e associações brigam por prestígio. Jornalistas estão perdendo a chance de ser uma categoria. Hoje apresentadores de auditório, animadoras de programas infantis, artistas, teatrólogos, padres, juizes, todos entrevistam, fazem matérias. Que credibilidade é essa que querem alcançar?

Não precisa mais ser jornalista para ser jornalista. Qualquer um, com qualquer intenção boa ou má pode sê-lo. Aliás, esta é a proposta de empresas como a *Folha de S. Paulo*, que, em matéria do dia 10 de agosto, ouvindo Bill Kovach, "um dos maiores teóricos do jornalismo americano", na verdade um reconhecido e prestigiado jornalista, mas não um teórico, busca nele legitimar essa tese.

O jornalista hoje já não possa talvez ser chamado de jornalista: ele é um profissional da mídia, do entretenimento, da publicidade e, às vezes, da informação. "O jornalista" está acabando.

Não é de se admirar que juizes e juízas, simpáticos a empresas contrárias ao diploma, se sintam no direito de definir o que é o jornalismo, independentemente e sem consultar os pobres dos jornalistas. Porque a corrosão vem de dentro, é autofágica.

#### **À mercê de interesses**

Não sei que até ponto há liberdade de imprensa ou liberdade de empresa: pois que, recentemente, jornalistas que ousaram dar sua opinião, foram demitidos sumariamente. Isto poderia ser discutido.

Não sei até que ponto é ético motivar a autodemissão de jornalistas para que se tornem pessoas jurídicas – cujas relações serão de negociação de lucros em torno da informação. Isto poderia ser discutido.

Não sei até que ponto não estão os jornalistas perdendo a guerra da informação ética para amadores, diante da multiplicação dos meios de informação, principalmente na Grande Rede. Isto poderia ser discutido.

Não sei até que ponto é justo que jornalistas morram em serviço, porque emissoras não o colocam, em caso de ameaças de traficantes, em quarentena remunerada. Isto poderia ser discutido.

Não sei até que ponto a discussão do diploma está sendo bem amparada. As propostas de melhoria das faculdades de Jornalismo e até a criação de um instrumento de avaliação e reconhecimento de aptidão nos moldes do que faz hoje a OAB não estão sendo discutidas.

Quando discutidas, essas questões são esparsas, não geram documentos, não geram – o que não precisa ser uniformidade de pensamento – auto-percepções da categoria. Jornalistas não se discutem. Cobrem mal quando o assunto jornalismo está em pauta. Preferem se esbofetear nas esquinas midiáticas, ficando à mercê de interesses que não são os propriamente jornalísticos.

(\*) Jornalista, professor e pesquisador, mestre em Comunicação Social (UFF) e doutorando em Linguística pela Unicamp no tema do discurso jornalístico

## **Conselho como água**

#### **Angelo de Souza (\*)**

Nada justifica mais a criação de um Conselho Federal de Jornalismo do que a própria cobertura do assunto pelos meios de comunicação. Em termos de qualidade, perde até para a das guerras do Sr. Bush.

Seria bom ter para quem reclamar, ou alguém que reclamasse em nome do distinto público, quando subestimado em sua inteligência. A ele, é outra vez servida a habitual tragicomédia, com os mesmos tipos farsantes e melodramáticos de sempre. Nada de novo.

Exceto o tema. Necessariamente escamoteado da pauta cotidiana, o que vem à baila pela agenda do Congresso é: os jornalistas existem. São algo destacado das empresas onde trabalham. São pecinhas da engrenagem, mas têm sua especificidade.

Em tese, formam uma categoria profissional que tem, sim, caráter liberal, de autonomia e independência. Assim é com os médicos, os engenheiros, os advogados – que nem por isso são poupados do trabalho assalariado, nem os exime de obrigações morais a que os sujeitam suas escolhas profissionais.



Só que apenas os jornalistas parecem renunciar a isso, sob o peso de um código de ética de difícil aplicação e de uma suposta função social que nunca se realiza. Mas não é disso que se ocupa a cobertura jornalística do assunto.

#### **Fora dessa guerra**

Na cobertura – feita por jornalistas, da pauta à edição –, questões de regulação profissional aparecem como mero pretexto para destruir um dos mais caros valores da democracia brasileira. O que pode ter paralelo com uma OAB (e, por que não?, com sua história de contribuições à sociedade brasileira) é tratado como um atentado à Constituição.

A vaca sagrada da livre imprensa passa. Lá estão a comentarista de telejornal, o nobre deputado, o representante dos donos de jornais. Todos mobilizados, indignados, preocupadíssimos com a liberdade de expressão, de imprensa, de empresa. Parecem zombar do animal.

A questão, contemplada pelos sindicalistas do poder, acabou lamentavelmente partidarizada. Jogada no colo do governo, foi devolvida aos jornalistas. E o que querem os jornalistas, então? Por certo, apenas sobreviver, e desfrutar de seus 15 minutos de fama, das migalhas da mesa dos poderosos, da cortina de fumaça que ajudam a produzir e na qual se confundem com empresas, marcas e projetos pessoais.

O debate será longo, e se antevê o desgaste das pecinhas de engrenagem.

Não custa muito substituí-las...

Mas o importante é não se falar na engrenagem em si: o coronelismo midiático, a pirataria do exercício profissional irregular nas barbas do Ministério do Trabalho, o estelionato geral da informação. Os jornalistas estão fora dessa guerra – pelo menos dessa.

#### **Pare de sonhar**

Se os conselhos de médicos não abreviam as filas do SUS, se os de engenheiros não puderam evitar a auto-implosão do Palace 2, se os exames de ordem não melhoram diretamente a formação dos novos advogados (nem dos magistrados), então para que um conselho de jornalistas?

Aliás, existe conselho até de detetives particulares, sem falar na ordem dos músicos; nem um serve para combater grampos ilegais, nem o outro garante boa música ao vivo na churrascaria.

De agora em diante, a lei de imprensa e o Código Civil serão suficientes para coibir os desvios possíveis no campo do jornalismo. A competição no mercado de trabalho regulará a qualidade profissional como regula o mercado de produtos de comunicação. A censura será banida junto com os últimos resquícios do regime militar e do stalinismo.

Os jornalistas viverão no melhor dos mundos, com remuneração justa e reconhecimento público, livres para informar-se e informar o público de modo isento, exato, equilibrado, sob império da ética e orientados para o bem comum.

Mas, se você quer um conselho, pare de sonhar.

(\*) Jornalista

## **O conselho necessário**

**Antonio de Oliveira (\*)**

Médicos, dentistas, advogados, contabilistas, arquitetos, engenheiros (só para citar alguns) são contra os seus conselhos federais? Não. Pelo contrário, procuram manter-se afinados com eles, pois têm certeza de que estas entidades atuam em defesa das suas atividades, zelando pela ética e pela garantia do mercado de trabalho para aqueles que têm formação na área, que têm registro profissional e que atuam com responsabilidade na sua profissão.

É de estranhar, portanto, que vozes se levantem entre os jornalistas para atacar a criação do Conselho Federal de Jornalismo (CFJ). O que será que faz uma pessoa que lida com a notícia, com a opinião, ser contrária à criação de um organismo que defenda a sua profissão, o seu mercado de trabalho? Que interesses terá uma pessoa que entende que qualquer um pode exercer o jornalismo, mesmo que não tenha habilitação para tal? Por que será que alguns jornalistas atacam o governo e o Partido dos Trabalhadores pela criação da entidade – quando todos sabem que o CFJ não é uma iniciativa do Planalto, de nenhum partido político, e sim uma antiga reivindicação dos profissionais de imprensa, definida por seus sindicatos e pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj)? Por que será que o primeiro jornal a publicar um editorial contra a criação do Conselho é justamente aquele que defende, com unhas e dentes, que o jornalismo não é profissão, que não precisa qualificação especial para seu exercício e que pode ser feito por qualquer pessoa?

Na sua atividade em redações de jornais e revistas, principalmente, é difícil encontrar um profissional que nunca tenha divulgado ou lido um dia uma notícia sobre a prisão ou cassação de registro de um médico, dentista,

advogado ou outro profissional, por falsidade ideológica (exercício ilegal da profissão – atuar sem ter formação adequada, sem diploma, por exemplo).

Por outro lado, nunca um jornalista divulgou uma notícia sobre a prisão ou cassação de um falso jornalista por exercício ilegal da profissão. E não é porque eles não existem: não há uma só redação neste país em que você não encontre uma pessoa atuando irregularmente, sem a formação necessária, ocupando o lugar de alguém que passou anos preparando-se para exercer o jornalismo. E, é claro, aviltando o mercado de trabalho.

#### **Conversa fiada**

Quantos cargos você encontra em governos estaduais, municipais, e até mesmo no governo federal, de atividades essencialmente jornalísticas, que estão ocupados por pessoas que nada têm a ver com a nossa profissão?

Com um Conselho atuante, todas estas aberrações deverão ser eliminadas.

Se não houvesse outros argumentos para a defesa da criação do Conselho Federal de Jornalismo, estes só já me bastariam. Não sou um dos que pensam que o jornalista é uma pessoa que deva viver acima das leis e da ordem vigentes. E que sua liberdade não deva ter limites, mesmo que prejudique os outros que com eles ousam conviver neste planeta.

Idêntica discussão sobre a nossa profissão aconteceu quando da criação do Código de Ética para os jornalistas. E, coincidentemente, as mesmas vozes que se levantaram contra o código hoje se levantam contra o conselho.

Inconscientes – no que não acredito –, estas vozes atuam contra o aperfeiçoamento da nossa atuação profissional e a favor dos picaretas.

Toda esta balela sobre ameaça à liberdade de imprensa, que estão tentando infundir na cabeça dos leitores, ouvintes e telespectadores brasileiros, é conversa fiada. Se o texto tiver algum verbo a mais, desnecessário, vamos copidescá-lo. Os jornalistas querem apenas o Conselho Necessário.

(\*) Jornalista, Porto Alegre

## **Censura ético-disciplinar**

**Celso Levyman (\*)**

As recentes tentativas do governo em impedir, e até mesmo intimidar, jornalistas e membros do Ministério Público por notícias que não eram de seu agrado, como o caso Meirelles, chegaram a reavivar discursos inflamados e até mesmo a sugestão de uma tentativa de ressuscitação da "lei da mordaza", porém ampliada. Um governo petista instituindo alguma forma de censura *lato sensu* nessa altura do campeonato seria outra bomba à la Riocentro a explodir no colo de algum governante num Puma reformado. Contudo, a imaginação fervilha, e eis que o Executivo encaminha ao Congresso uma lei para formação de um Conselho Federal de Jornalismo (CFJ), curiosamente com apoio da própria Federação Nacional dos Jornalistas.

Pois então: já comentei aspectos de inconstitucionalidade na punição disciplinar aos médicos, e acho pertinente fazer alguns comentários, em nome da imperiosa necessidade democrática da liberdade de informação e expressão.

Calculo eu que os atuais ocupantes do Planalto devem também ter se ressentido de adotar qualquer forma de censura tradicional e talvez pretendam deixar a "mordaza" para procuradores, promotores ou mesmo juízes. Mas o que fazer com os jornalistas? Alguém deve ter lembrado das profissões regulamentadas, de seus conselhos e ordens, que seguem em princípio as regras do direito administrativo, e lá vai uma idéia inovadora no campo da restrição das notícias.

#### **Para todo o sempre**

Um CFJ acredito que deva ter seus Regionais em cada estado, para fiscalizar, normatizar e punir os profissionais de imprensa. Na área médica, minha seara, admito ser necessário um rigor maior, e por vários anos encaminhei sindicâncias, coordenei fiscalizações, instruí e julguei processos, apenando de acordo com minha convicção, com os fatos presentes apenas nos autos e com respeito às normas maiores constitucionais. Imaginemos, então, que um jornalista escreva uma matéria que desagrade a um governante ou ao poder como um todo: ele entra com uma denúncia, que se transforma em processo disciplinar e vai a julgamento. Em tempo: sempre é bom lembrar que conselhos e ordens são formados por profissionais eleitos por determinado período de anos, e muitas vezes há acirradas disputas políticas e não raramente apoio financeiro e estratégico de fontes oficiais que não aparecem, claro.

Eis que, ao fim do processo imaginário acima citado, o jornalista seja condenado (também deverá existir um Código de Ética, discriminação das punições e outro Código de Processo Ético-Disciplinar, acho eu). E a pena imposta seja a cassação do exercício de sua profissão. Ele recorre à instância superior, o CFJ, que mantém a pena. Aí é que a coisa realmente pega. Nem o Poder Judiciário, a não ser que ocorram erros técnicos que caracterizem violação do devido direito legal ou assemelhados, levando à nulidade processual – pode reverter a questão.

Como no caso dos médicos, a pena transitada em julgado é definitiva: para todo o sempre o jornalista não poderá voltar à profissão. Aí está meu argumento de inconstitucionalidade: se até os criminosos mais bárbaros e hediondos passam no máximo 30 anos reclusos, uma infração ético-disciplinar, que em medicina pode abranger aspectos tangíveis e técnicos sujeitos a perícia, no jornalismo seria altamente subjetiva, no caso de profissionais da imprensa pode impedi-los definitivamente de exercer a profissão. E denúncias de cunho meramente pessoal ou político certamente não irão faltar, seja qual for o governo...

#### **Criatividade ímpar**

Aqui está uma inovação: a censura prévia chegou a ser abolida em vários países europeus ainda no século 19, mas volta e meia retorna, seja em regimes militares como o que tivemos, seja como hábito em monarquias ou ditaduras duradouras, como na África ou em alguns países do Oriente Médio. A Rússia czarista conseguia ir até mais longe: tinha a censura punitiva, após a publicação de algo que desgostasse ao governo imperial autocrata ou a alguém da nobreza ou da burocracia. E Lênin, e depois Stalin, também se encarregaram de manter tais métodos.

Aqui se inova: com um CFJ, um órgão independente do governo, uma denúncia contra um jornalista seria analisada por seus pares, eleitos, e a punição aplicada de acordo com as leis vigentes no país, como ocorre com as demais profissões. Para todos os efeitos, governantes poderiam até denunciar, mas não fariam censura, tampouco interfeririam nos resultados de um processo. E isso tem outro nome além de censura punitiva?

O que, caso o CFJ seja formado, deve ocorrer? O medo entre os jornalistas, que passarão a usar da autocensura, tornando-se cada vez mais dóceis frente aos detentores do poder, sem que se possa alegar que haja censura, violência física, ameaças ou coisa parecida.

É, para vários fins e tristeza de quem sonhava com novos tempos, nosso governo atual está demonstrando uma criatividade ímpar, embora para nosso desgosto. Talvez sirva como mais um item de exportação para usar nos cálculos da balança comercial.

(\*) Médico, ex-conselheiro e ex-diretor do Departamento Jurídico do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo

## **O controle externo do quarto poder**

### **Fernando Dias Campos Neto**

Em meio ao clamor de protesto dos habituais formadores de opinião brasileira, tenta-se discutir a Ancinav e o Conselho de Jornalistas.

Alguém diria, no entanto: a mídia não usurpa frequentemente os direitos dos poderes constituídos no exercício do governo? Que admitimos um quarto poder não eleito pelo povo e que vai se enraizar – além das portas fechadas – no terreno do lucro empresarial privado? Que a imprensa deixa de ter aquela parcialidade necessária com os governos de esquerda, em meio à globalização perversa? A organicidade de uma nação em desenvolvimento a fortalecer a sua democracia e honrar a esperança de solidários patriotas?

A proteger a sua cultura nacional e – como diria Ianni – a prestigiar a regional, sempre ameaçada pelo lixo global que infesta os canais de TV a cabo com a propaganda hedonista e de consumo... A mídia é um "marketing"!

O Judiciário, poder legítimo da União, submete-se a um controle externo; a mídia, não? Tudo o que organiza melhor a mídia é mordada, é censura, é bolchevismo? A imprensa nem é um poder constitucional do Estado a fortalecer e ampliar!

Julgo que a discussão é sadia, mas não denota um cacoete de quem está acostumado aos idos de 64? Quando a inclinação "bakunista" era bem clara na maldosa aliança de socialistas e anarquistas em luta contra a repressão? Como um Estado fraco do Terceiro Mundo pode ser "bolchevique"?

#### **Boa intenção**

Aliás, isso me lembra petróleo. As jazidas da Venezuela, às vésperas do referendo. O quinto país produtor no mundo, no quintal dos americanos. E o que determina a invasão do Afeganistão e do Iraque? Hugo Chávez não é Saddam Hussein. Mas os iraquianos já tinham um "Bahas" como perspectiva de processo histórico em evolução a despeito da cobiça de todo o G-8 em seu ouro negro.

Dizem Craig Unger e Paul Krugman, gente que fala a palavra petróleo, embora ainda haja óleo, se ele falta para os Estados Unidos e a União Européia. Se ele falta pela guerra, que aumentando os preços, fornece lucros aos que se ocultam nos bastidores dos Estados laranjas das transnacionais. Todos sabemos que Chávez é vítima das companhias de petróleo que ele estatizou e que querem reassumir o controle do produto. Estes não de votar "Sim!" no referendo.

O problema não é a ligação entre Chávez e Fidel. É a questão do petróleo, que não pode faltar aos americanos, não importando o que façam pelo mundo em sua luta contra um terrorismo que eles mesmo determinaram,

menos pela sua inábil política externa, que pela hipocrisia de seu Estado fachada dos interesse transnacionais no petróleo.

A nossa visão crítica não viria da época de um Estado militar e de exceção dos idos de 60 e 70, uma espécie de neurose traumática? Obviamente que nem Lula ou Dirceu são "stalinistas"! Ou o Gil, imaginem, o Gil "stalinista"! O grande defensor de nossa cultura – o Samuel Pinheiro Guimarães!

A imprensa deve ser livre, mas jamais o quarto poder de uma república de bananas, o tal Estado risível de que falou de Gaulle. E o Estado, vamos pensar no Estado?, não deve ser nem muito forte, nem muito fraco, frágil, mínimo, joguete dos interesses sombrios de uma mídia globalizada na forma e no conteúdo.

Desagradei aos gregos ou aos troianos? Mas a intenção foi boa. Sempre com Lula

## **Responsabilidade: quem teme não é jornalista**

**Waldson Costa**

Alguns anos atrás em São Paulo, um casal proprietário de uma creche-escola foi acusado de assediar sexualmente crianças. Denunciada por um jornalista, a escola foi depredada pela população, e a intervenção policial evitou o linchamento do casal. Meses após, as investigações comprovaram que tudo não passou de mal-entendido, e que o casal era inocente. Tarde demais. A escola havia sido destruída, e com ela a dignidade e a vida do casal, que teve rosto e nome estampados nos jornais. Quanto ao jornalista, ele continua assinando reportagens na imprensa. Ele errou, "herrar é humano". Com certeza, você jamais aceitaria um erro gramatical como este, a gramática não permite, e ao Aurélio, ofende.

Imputar algo falsamente a alguém é crime, fere a Constituição Federal, o Código Civil e o Código de Ética Jornalístico. A publicação de fatos noticiosos sem a devida checagem prévia consiste em irresponsabilidade e sensacionalismo. No caso citado acima, a retratação já não tem mais valor, as consequências chegaram às últimas instâncias, e a abertura de processo e o pedido de indenização não cobrem os prejuízos.

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, encaminhou ao Congresso Nacional um projeto de lei que cria o Conselho Federal de Jornalismo, tendo como objetivo normatizar a profissão, fiscalizar e punir jornalistas por falta de ética e responsabilidade. O projeto partiu do gabinete presidencial, mas foi originado na Federação Nacional dos Jornalistas, a Fenaj. Diante das discussões e das deturpações sobre a criação do CFJ, temos duas vertentes. A primeira é formada pelos jornalistas profissionais favoráveis ao conselho, praticantes do jornalismo ético e responsável, íntegros nas apurações e comprometidos com a verdade. A segunda é formada por empresários do jornalismo, magnatas da imprensa, que não têm responsabilidade pública e desaprovam o conselho da mesma forma que rejeitam a exigência do diploma para o exercício da atividade jornalística.

A criação do Conselho Federal de Jornalismo não atenta contra a liberdade de expressão nem transforma o jornalismo numa atividade policiada submetida ao controle do Estado. Mas, sim, fortalece a atividade jornalística, submetendo os profissionais a uma postura responsável e ética, sem ferir a liberdade de imprensa e os direitos humanos. O projeto de lei prevê que o conselho terá competência para orientar, disciplinar, fiscalizar e punir profissionais que firam o Código de Ética, podendo até cassar registros.

### **Informe-se**

A criação desse conselho favorecerá a qualidade da informação, a liberdade de imprensa estará garantida e acoplada a ela a responsabilidade com a verdade na comprovação dos fatos. É necessário que o jornalista reconheça e assuma sua responsabilidade com a sociedade, desempenhando seu papel, não servindo de fantoche para interesses contrários. A atividade jornalística tem por finalidade apurar e apresentar os fatos, respeitando a veracidade e os direitos humanos e civis garantidos por lei.

A atual fragilidade da atividade jornalística no Brasil compromete a qualidade da informação, em nome dos interesses econômicos. O sensacionalismo é descarado, em busca da audiência e da venda de jornais; jornalistas e não-jornalistas da imprensa nacional julgam, condenam, absorvem, prendem e estampam nas telas e nas páginas corpos nus, pessoas mutiladas e esfaceladas, suspeitos são tratados como condenados. Tudo isso é o reflexo do despreparo dos "profissionais" do jornalismo em nossa imprensa. Alguns são jornalistas sem formação superior, e levados pelo senso comum fazem do jornalismo um show de atrações bizarras, transformando a profissão da verdade em arbitrária especulação.

Dos veículos de comunicação, na maioria privados, pouco podemos esperar. Contrários ao diploma para o exercício da profissão, evocam para si a atribuição de ditar o que o jornalista pode ou não fazer. Para os empresários da imprensa brasileira, acomodados a manipular e reger a informação em vontade própria, o conselho representará a suposta destruição do feudo da comunicação.

Portanto, da próxima vez em que abrir um jornal ou assistir ao telejornal informe-se: quem são os jornalistas e quais medidas eles defendem. Assim será fácil avaliar a qualidade das informações que você recebe. Pior do que a censura declarada e a autocensura adotada por muitos jornalistas.  
Estudante de Jornalismo da Universidade Federal de Alagoas

## Controle externo na imprensa?

**Ilton Carlos Dellandréa (\*)**

Era previsível. Aos poucos vai mostrando ao que veio a nova tendência democrática ancorada no Planalto. O controle externo do Judiciário foi fácil. Grande parte da própria imprensa, agora atacada no mesmo ponto nevralgico, foi a favor. O apoio tornou as coisas mais fáceis para o governo. Mais difícil é a nova investida: instituir um órgão, ou uma lei, ou um conselho, que *discipline* a conduta dos jornalistas. Estes detêm o poder da comunicação, têm acesso ao público com a facilidade própria da função e certamente vão conseguir evitar um mal maior.

A Associação dos Magistrados Brasileiros se manifestou contra esse novo beliscão autoritário. Os juízes são sempre contra as arbitrariedades. Em um artigo que escrevi quando a vítima era o Judiciário, publicado neste *Observatório* [17/2/2004, remissão abaixo] e no sítio *Jus Navigandi* (<http://www1.jus.com.br>), afirmei que...

"(...) Estamos diante de um governo que mete o nariz em tudo porque integra sua linha ideológica à idéia fixa de que está tudo errado apenas porque sua base programática é diversa. Intromete-se na vida dos cidadãos como se fosse dono da verdade e detivesse o insano (sim, insano) poder de compreender tudo e tudo com profundidade".

Continuo a entender que é isto mesmo. Os governantes avocam o poder dos sábios e iluminados transcendentais, como se lhe lhes inspirasse a sarça ardente que ditou a Moisés os Dez Mandamentos.

Toda proibição traz ínsita um ranço de autoritarismo. É na castração do livre arbítrio dos outros que começa a arbitrariedade das autoridades constituídas.

### Falsas transcendências

Aqueles que detêm o poder de vedar condutas ou de impô-las o justificam com a preponderância do interesse público sobre o individual. Mas quando confundem uns e outros, principalmente quando ignoram ou desqualificam direitos privados, o Estado estende seus tentáculos além do que lhe é efetivamente pertinente e começa a implantação do caos. A proibição é irmã do arbítrio e de proibição em proibição se constrói uma ditadura, ainda que vestida de democracia.

A pior das ditaduras é aquela implantada insidiosamente, através de medidas cabotinamente fundamentadas que impõem conceitos, exigências e punições difíceis de revogar depois porque emergentes de aparente legalidade original. O poder é detido pelos poderosos e estes têm um raio de ação bem maior do que nos é dado entender, lutam naturalmente por seus interesses e fazem tudo a seu alcance para nele se manter. Quanto mais se enfraquece o cidadão, mais se fortalece o Estado e por conseqüência os poderosos.

Aí o perigo. Estão nos desarmando e amordaçando. Aos poucos. E estamos felizes. Isto os incentiva a ir em frente, cada vez mais. O próximo passo, se pegar essa infeliz idéia, será podar a internet, que vai ser o único canal de comunicação livre do bedelho estatal.

Já deve haver alquimistas, lá em cima, com olhos lúbricos e ares de mentores infalíveis de falsas transcendências, elucubrando, à luz de velas sobre caveiras, composições amargas para impedir a livre manifestação do pensamento pela forma que estou utilizando agora: pela web.

(\*) Desembargador aposentado

## Censura nunca mais?

**Fábio de Oliveira Ribeiro (\*)**

Em razão de ser importante e controvertido, o Projeto de Lei que cria o Conselho Federal de Jornalismo deve ser amplamente debatido pela sociedade brasileira. Os operadores do direito, em razão de seu dever de contribuir com o aperfeiçoamento da técnica legislativa brasileira e estar sempre alertas para defender o patrimônio jurídico nacional, não podem ser furtar a este debate.

O art. 1º, parágrafo 1º do projeto [*ver remissão abaixo*] prescreve que o Conselho Federal de Jornalismo terá o poder de "orientar, disciplinar e fiscalizar" a atividade do jornalista. O jornalismo é uma profissão que se caracteriza pela produção e divulgação de textos (escritos, falados, visuais ou audiovisuais). É evidente que não há como avaliar a atuação do jornalista sem julgar o texto que ele produziu ou está produzindo para difundir. Caso seja aprovado este Projeto de Lei duas coisas poderão acontecer. O exercício do poder conferido ao CFJ pelo art. 1º, parágrafo 1º acarretará a censura prévia ou posterior à divulgação de textos jornalísticos. Afinal, os

membros do CFJ poderão definir "como" devem ser produzidos os textos que atendam aos requisitos considerados adequados. Ao definir estes requisitos textuais o CFJ poderá delimitar ideologicamente a atividade profissional. Não há dúvida de que ao fazer isto o CFJ se transformará num órgão censor, quer condenando algumas matérias previamente quer julgando-as inadequadas posteriormente. Nesse sentido, o Projeto de Lei contraria expressamente o disposto no art. 5º, incisos IV, VIII, IX e XIV, da CF/88.

Os incisos III, IV, V e XIII, do art. 2º do Projeto conferem ao CFJ poderes excepcionais, que também podem ser utilizados para "domesticar" alguns jornalistas e punir aqueles que forem considerados dissidentes. Neste particular o projeto confere ao CFJ privilégios legislativos e judiciários. A CF/88 garante a todo cidadão, sem distinção de raça, sexo e profissão, o direito de recorrer ao Poder Judiciário e de não ser submetido a um Tribunal de Exceção (art. 5º, XXXV e XXXVII).

Mas o projeto não contraria somente o texto constitucional. Contraria também os princípios informativos mais básicos da CF/88, que foram enunciados no seu art. 1º, inciso V. Se o projeto for aprovado o CFJ terá poderes para restringir a liberdade de criação dos jornalistas e obliterar a democracia profissional em prejuízo do pluralismo político.

O inciso V, do art. 6º do projeto merece especial atenção. Ao obrigar o jornalista a cumprir decisão emanada dos CRJ e do CFJ, sob pena de punição, antes mesmo que a legalidade da decisão seja apreciada pelo Poder Judiciário, o projeto restringe inconstitucionalmente o direito de ação (art. 5º, XXXV, da CF/88).

E mais, referido inciso V, do art. 6º do projeto possibilita aos futuros "donos" do CFJ e dos CRJ punir discricionariamente seus desafetos. Para fazê-lo, bastaria notificá-los para cumprir uma decisão de duvidosa legalidade. Fazendo isto, as supremas autoridades do jornalismo brasileiro exporiam seu colega de profissão a um dilema, algo como deixá-lo entre a cruz (punição pelo órgão de classe) e a espada (punição pelo empregador ou pelo Poder Judiciário).

Em razão dos argumentos acima delineados, não há dúvidas de que o projeto de lei que cria o Conselho Federal de Jornalismo é inconstitucional e deve ser sumariamente rejeitado pela sociedade. Caso seja aprovado, este diploma legal representará um retrocesso, possibilitará o policiamento ideológico dos profissionais, instituirá a censura e, o que é pior, colocará nas mãos dos futuros "donos" do CFJ e CRJ poderes excepcionais. Poderes que chegam a ser tirânicos porque se forem empregados por cidadãos mal intencionados, podem ser utilizados para legitimar arbítrios governamentais e ajudar a reformar a CF/88 sem qualquer tipo de oposição por parte dos jornalistas, que seriam silenciados sob o tapete de um órgão de classe autoritário.

Por fim, o projeto de lei pode acabar possibilitando uma verdadeira restrição à divulgação de textos na internet, bem como restrição à livre iniciativa empresarial. A questão pode ser formulada da seguinte maneira:

O inciso XV, do art. 2º prescreve que o CFJ poderá tornar obrigatória a indicação de jornalista em matéria de conteúdo jornalístico publicada em qualquer meio de comunicação. Como o conceito de "publicação de conteúdo jornalístico" é extremamente vago, segue-se que o dispositivo em questão tende a engessar a internet, na medida em que todo e qualquer website que veicule textos pode ser considerado jornalístico e, portanto, sujeito à indicação de jornalista, sob pena de ser retirado da rede a pedido do CFJ.

Entretanto, a CF/88 prescreve que a difusão de idéias não é uma prerrogativa de jornalistas (art. 5º, IV). Além disto, como qualquer texto que veicule informações sobre produtos e serviços pode ser considerado jornalístico, referido dispositivo implica restrição à livre iniciativa empresarial tal como preconizada no art. 170, também da CF/88.

(\*) Advogado

## **Contra o denunciismo, o peleguismo**

**Alberto Dines**

Acossado por uma saraivada de acusações disparadas por uma parte da imprensa contra membros da sua equipe econômica, o governo fez a opção mais desastrosa: enviou ao Congresso um antiquado e controverso projeto para a criação do Conselho Federal de Jornalismo.

Na justificativa, o ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini declara candidamente que a nova entidade deverá "orientar, disciplinar e fiscalizar" o exercício da profissão e a atividade jornalística. Diz ainda que "atualmente não há nenhuma instituição com competência legal para normalizar, fiscalizar e punir as condutas inadequadas dos jornalistas".

A iniciativa é a mais inábil e atarantada já produzida na esfera da imprensa por algum governo desde a redemocratização em 1985. Tanto no espírito como na forma é rigorosamente autoritária e corporativa. A oportunidade, a justificativa e o conteúdo não poderiam ser mais funestos e inconvenientes. Parece homenagem ao onipotente Estado Novo com toques de Mussolini, George W. Bush e Hugo Chávez.

Confunde alhos com bugalhos, desconfia que há um problema na mídia brasileira, não consegue identificá-lo e, obviamente, parte na direção oposta da solução correta.

O problema do nosso jornalismo não está nos jornalistas, está na concentração dos veículos de comunicação, na propriedade cruzada e está, sobretudo, em algumas empresas jornalísticas que desprezam suas responsabilidades e ignoram as contrapartidas sociais pelos privilégios oferecidos na Constituição do país.

O atual surto denunciasta leva a assinatura de profissionais, todos respeitáveis, mas é insuflado por algumas empresas de comunicação tomadas de assalto por predadores comprometidos em servir aos interesses contrariados e abiscoitar migalhas de poder. Os vazamentos de processos sigilosos revelam ilícitos mas revela, sobretudo, a espessa ferrugem que entope nosso modelo de transparência.

O denunciismo que tira o sono do governo federal poucos anos atrás era saudado e estimulado pela oposição ao governo anterior, que o considerava fruto legítimo do "jornalismo investigativo". Os profissionais que se especializaram em transcrever grampos de origem suspeita jamais foram forçados a fazê-lo – entregaram-se à tentação de serem glorificados por empresas que confundem independência jornalística com dependência a fontes escusas de recursos.

O ministro Ricardo Berzoini – ou aqueles que o induziram a assinar aquele besteiro – está sendo no mínimo ingênuo ao imaginar que o exercício da engenharia, da química ou da arquitetura assemelha-se ao exercício da atividade jornalística. Embarcou na canoa furada do simplismo, acha que um Conselho Nacional de Engenharia é igual a um Conselho Federal de Jornalismo. Inspirado talvez por Lourival Fontes resolveu ressuscitar os fantasmas do peleguismo e apadrinhar o velho projeto corporativista.

#### **Espasmos e malabarismos**

Jornalistas não precisam ser protegidos pelo Executivo, ao contrário, precisam libertar-se das amarras do poder político. O exercício do jornalismo deve ser livre de constrangimentos e filiações suspeitas. Jornalistas precisam de proteção, sim, mas da proteção do Judiciário. Esta é a equação politicamente correta e moralmente defensável. E se há magistrados que não subordinam seus interesses pessoais à cláusula pétrea da supremacia do direito de expressão sobre os demais direitos, estes magistrados precisam ser publicamente denunciados.

A formulação original sobre o equilíbrio entre os poderes foi concebida por Montesquieu e, mais tarde, quando adotada pelos patriarcas da república americana, a imprensa converteu-se no Quarto Poder, contrapoder efetivo e autônomo. Com os jornalistas patrocinados por uma entidade criada pelo governo federal, e cujas contas serão fiscalizadas pelo Tribunal de Contas da União, que tipo de jornalismo será oferecido à sociedade?

Se o governo preocupa-se com a lei da selva que impera nos rincões obscuros da nossa mídia deveria imediatamente acionar o debate para a instituição de uma agência reguladora nos moldes da americana FCC (Federal Communications Commission), criada por Franklin Delano Roosevelt, ou sua equivalente inglesa, a IBA (Independent Broadcasting Authority). Esta é a conduta correta, democrática, liberal e libertária, efetivamente progressista.

Por coincidência, na mesma hora em que o governo mandava publicar no *Diário Oficial* a esdrúxula medida discricionária, o candidato John Kerry prometia num comício em Washington resistir à concentração da mídia americana justamente através da FCC.

Ao invés de buscar as simpatias de uma parcela dos jornalistas, sobretudo os hospedados nas assessorias de comunicação dos órgãos públicos, o governo deveria buscar as simpatias dos leitores. São eles os principais interessados numa imprensa sadia, livre dos malabarismos do marketing e dos espasmos sensacionalistas.

[Também publicado no *Último Segundo* (<http://ultimosegundo.ig.com.br>), em 6/8]

## **Por que não uma OAB de jornalistas?**

**Alberto Dines**

Na questão do Conselho Federal de Jornalismo (CFJ) não é justo recriminar apenas o governo, nem apenas a Fenaj. É imperioso incluir a CUT. A partir do momento em que a Fenaj foi entregue à facção mais radical da Central Única dos Trabalhadores, os interesses dos jornalistas e do jornalismo no Brasil ficaram sujeitos às suas ambições, idiossincrasias e dogmatismos. Raramente bem-intencionados.

A CUT não brinca em serviço: a ela não basta dominar a Federação Nacional de Jornalistas, entidade sindical dos jornalistas brasileiros. A CUT interessa dominar a imprensa: impor suas regras, suas prioridades e sua "ética". Apropriar-se do Quarto Poder.

Como a ABI vinha sofrendo um processo de desgaste – felizmente interrompido – os estrategistas da CUT-Fenaj conceberam uma entidade capaz de substituí-la como trincheira das liberdades da sociedade civil. Tinham muito presente o papel da ABI – junto com a OAB e a CNBB – na mobilização nacional que apressou o fim da ditadura. Por isso queriam uma organização política, supra-sindical, mais adequada ao seu projeto de poder.

A CUT-Fenaj **quer ser a dona da profissão, dona da busca da verdade e, portanto, dona da verdade absoluta.** Quem discordar deixa de ser jornalista; quem não obedecer a seus critérios, obriga-se a mudar de profissão.

Por isso fincaram uma cunha na profissão de jornalista equiparando-a à dos assessores de imprensa. Como a Fenaj hoje é dominada pelos assessores de imprensa (majoritariamente empregados nas assessorias de comunicação do governo), as concepções jornalísticas e éticas da Fenaj passarão a vigorar no seu filhote bastardo, o Conselho Federal de Jornalismo.

#### **Tudo meu**

Nada contra assessorias e assessores: são essenciais para planejar ações motivadoras e executar programas de informação. Mas isso é divulgação. Sob o ponto de vista objetivo e subjetivo isto não é jornalismo, é comunicação dirigida, parcial. E o jornalista é um comunicador imparcial. A diferença entre as duas atividades, igualmente respeitáveis, é apenas essa. Pequena, porém transcendental.

Se a CUT-Fenaj sonhavam com uma OAB de jornalistas, por que não a criaram? Por que não reunir a classe para criar a Ordem dos Jornalistas do Brasil? Tal e qual a sua inspiradora, uma OJB zelaria pela qualidade, pela ética e pela defesa do exercício do jornalismo.

Não interessava: a CUT-Fenaj já detém o poder sobre os jornalistas. Agora querem tomar conta do jornalismo.

## **Ameaça que paira no ar**

**Ricardo A. Setti**

Não há como retirar razão a Alberto Dines quando ele chama de "estadonovista" a iniciativa de criar o tal Conselho Federal de Jornalismo e suas respectivas seções estaduais. "Orientar, disciplinar e fiscalizar" o exercício do jornalismo – principais objetivos do CFJ como consta do projeto enviado ao Congresso pelo governo – são verbos que nem mesmo a ditadura militar ousou colocar em lei. Não por acaso, isso ocorre num governo que também quer impor um modelo controlador na área de audiovisual.

Na exposição de motivos que acompanha o anteprojeto enviado ao presidente Lula, o ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, diz que "atualmente não há nenhuma instituição com competência legal para normatizar, fiscalizar e punir as condutas inadequadas dos jornalistas". Pois muito bem, não há e nem deve haver, para o exercício livre do jornalismo e o atendimento do que diz a própria Constituição: "É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença" (artigo 5º, inciso IX).

O tal CFJ seria uma autarquia pública, com finanças fiscalizadas pelo Tribunal de Contas da União. Quer dizer, o projeto contém, além de tudo, o vazo autoritário que nos inferniza desde a descoberta do Brasil. Nada "existe", nem a nossa profissão, sem as bênçãos – e o controle – do Estado.

Esse filme já passou antes, nesta e em outras terras, seu final é conhecido – e péssimo. O fato de o CFJ ter sido encampado pelo governo depois de proposto por entidades de jornalistas não lhe confere legitimidade e em nada lhe retira o caráter autoritário. Ele é uma ameaça à liberdade de imprensa e ao direito de o cidadão ser livremente informado. Assim sendo, merece o repúdio dos jornalistas independentes, que pensam com a própria cabeça. Esperamos que seja rejeitado pelos representantes do povo no Congresso Nacional.

## **Condenação dos conselhos não absolve a mídia**

**Luiz Weis**

Um clima de julgamento sumário parece ter se formado em torno do projeto dos Conselhos de Jornalismo – reproduzindo, por sinal, a condenação automática à proposta que pretende punir a publicação de documentos (no caso, transcrição de grampos autorizados) protegidos pelo segredo de Justiça.

Sejam quais forem os defeitos do projeto, as unânimes críticas instantâneas de que é alvo tendem a "engavetar" o que decerto é a questão essencial: a relutância da mídia em se submeter à fiscalização ética que ela exerce – e deve exercer – sobre pessoas e instituições.

A imprensa brasileira, que tantas vezes atira primeiro e pergunta depois (quando o faz), se concede uma espécie de atestado de inimizabilidade. Desse pacto participam desde patrões a peões do ofício, todos se imaginando sacerdotes da verdade.

Nem editoriais de mídia, à maneira americana, têm os jornais e revistas nacionais, para criticar também, sempre que for o caso, os desvios éticos de que se possam acusar os produtos da atividade informativa.

Por que um Eduardo Jorge Caldas Pereira, para citar um caso de livro de texto, não teve um organismo corporativo, com poderes similares aos dos conselhos das profissões liberais, ao qual pudesse recorrer para pedir algum tipo de punição àqueles que o acusaram de quase tudo e não provaram nada?



Por que um jornalista não tem uma instância profissional à qual possa expor – quanto mais não seja para proteger a própria reputação – quem quer que, no emprego, tente induzi-lo a praticar atos de linchamento moral contra terceiros?

É inútil invocar o argumento de que as vítimas sempre podem apelar para a Justiça. Sendo o que ela é no Brasil, é forte a possibilidade de que os linchados morram com a honra no esgoto antes de conseguir a reparação dos malfeitos cometidos contra a sua imagem pública.

Sem falar que muitas vezes os malfeitos são irreparáveis, porque denúncia sai em manchete e a admissão do erro, em letra miúda (salvo exceções tão... excepcionais que se tornaram, elas próprias, notícia).

**"Boas" e "ruins"**

Desancar o projeto dos conselhos sem tomar a iniciativa de propor uma alternativa de auto-regulamentação profissional capaz de reduzir a incidência de injustiças cometidas por má pontaria jornalística ou de caso pensado é perpetuar a dívida moral que a mídia brasileira tem com a sociedade.

No Brasil há bastante corrupção para justificar o zelo investigativo da imprensa em relação às autoridades públicas de todos os níveis e instâncias – e aos seus "interlocutores" no mundo do dinheiro.

Mas custa crer que esse zelo será tolhido – cerceado, como se diz – pela existência de um conselho formado por jornalistas com legitimidade plena para dizer à corporação "por aqui não pode", para castigar quem enveredou pela contramão da ética e para dar aos queixosos da mídia o ressarcimento, ainda que simbólico, a que tiverem direito comprovado.

Para os jornalistas que tenham a coragem de reter uma informação potencialmente destruidora enquanto não se sentirem seguros o suficiente para bancá-la — mesmo ao preço de serem furados por concorrentes menos escrupulosos —, lutar contra os controles do Estado e do mercado nunca será sinônimo de lutar contra quaisquer controles, por definição.

P.S. – A leitura do texto exclamatório da *Veja* desta semana "Censores, uni-vos!!" (por que só dois pontos de exclamação?) dá vontade de ir à rua com um cartaz em defesa do projeto.

Trata-se, define a revista, de "uma idéia cubana, já que reafirma a impressão de que o governo acha que deve – e pode – comandar todos os processos da sociedade..."

À parte o delírio da analogia, a *Veja* atribui ao "mercado consumidor" a capacidade de produzir uma seleção darwiniana que elimine as publicações ruins e prestigie as boas. É uma rematada asneira, com cheiro de desonestidade intelectual.

Primeiro, parafraseando, porque o mercado não deve, não pode e nem consegue (ainda) comandar todos os processos da sociedade.

Segundo, porque no capitalismo de concentração e de oligopolização da mídia, o pobre do consumidor é tão capaz de eliminar as "publicações ruins" – não falta quem diga que a *Veja* é uma delas – como de fazer prosperar "as boas" que sejam periféricas ao sistema e não se enquadrem na indústria do infotainment, pródiga em violação dos padrões éticos mínimos que é preciso defender na imprensa com unhas e dentes.

Terceiro, porque não cabe nem ao Estado nem ao mercado, mas às instituições que o ofício puder organizar e fazer funcionar com autonomia, a tarefa indispensável e intransferível de se policiar. O que já não será sem tempo.

[Texto fechado às 16h09 de 7/8]

## **A "canetada" que o governo não explicou**

**Maurício Tuffani (\*)**

A coisa era pior do que se podia imaginar. Na versão anterior deste artigo, eu havia dito erroneamente que o Ministério do Trabalho e Emprego havia feito alterações na proposta da FENAJ para criação do CFJ (Conselho Federal de Jornalismo), e que essas mudanças abriam espaço para o governo exercer o controle sobre o jornalismo brasileiro. Eu havia dito também que ao trabalhar sobre o texto encaminhado pela FENAJ, o MTE aproveitou para dar uma "canetada", permitindo que, sendo aprovado pelo Legislativo, o projeto de lei faça com que o novo órgão tenha atribuições que podem se estender até mesmo às atividades dos veículos de comunicação.

Na verdade, a mudança não foi feita pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), cujo titular é o ministro Ricardo Berzoini, mas sim na Casa Civil, chefiada pelo ministro José Dirceu. A tabela comparativa dos dois textos – o que foi encaminhado pelo MTE e o produto engendrado a partir dele [[clique aqui para ver a tabela](#)] – deixa evidente a intenção do governo de extrapolar a pretendida regulamentação profissional. A proposta foi assinada em 27 de maio deste ano por Berzoini ([http://www.fenaj.org.br/projeto\\_aprovado\\_mte.htm](http://www.fenaj.org.br/projeto_aprovado_mte.htm)).

Entre as atribuições previstas em seu artigo 1º para o CFJ, está a de "disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de jornalista". No anteprojeto elaborado pela Casa Civil, esse trecho teve o acréscimo de algumas

palavras, e ficou sendo "disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de jornalista e da atividade de jornalismo" ([http://www.presidencia.gov.br/ccivil\\_03/Projetos/PL/2004/msg465-040804.htm](http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Projetos/PL/2004/msg465-040804.htm)).

#### **Sem explicações**

Não há como acreditar na hipótese de que essa alteração tenha sido fruto de um mero descuido ou de uma simples ênfase nos aspectos da profissão de jornalista. A "canetada" é corroborada por duas outras modificações. O texto original, da equipe de Berzoini, previa entre as competências do CFJ a de "resolver os casos omissos nesta lei e demais normas pertinentes ao CFJ e ao exercício da profissão de jornalista" (art. 2º, XIV). No anteprojeto de lei assinado pelo presidente, esse dispositivo também teve o acréscimo "e da atividade de jornalismo". A mudança feita pela equipe do ministro José Dirceu não só reforça a alteração no artigo 1º, como também dá ao CFJ – e aos conselhos estaduais a serem criados – plenos poderes nos casos não previstos em lei para toda a atividade jornalística.

Por mais que se tente manter uma saudável dúvida sobre aquilo que os estudiosos das leis chamam de intenção do legislador, o trabalho da Casa Civil parece não ter sido pautado pela menor preocupação em não deixar evidente suas razões de Estado. A terceira "canetada" fecha o círculo da organicidade do dispositivo enxertado nos dois primeiros artigos. Ela está também no artigo 3º, que trata da competência dos Conselhos Estaduais de Jornalismo (CRJs).

Ao preencher os vácuos da proposta da Fenaj no que se refere às atribuições e competências dos CRJs, a equipe da Casa Civil acrescentou o inciso IV: "Exercer a fiscalização do exercício da profissão de jornalista e da atividade de jornalismo". Não há nenhuma explicação para essas alterações na "Exposição de Motivos" do anteprojeto, datada de 28 de maio deste ano e assinada pelo ministro Berzoini, que permanece como anexo ao anteprojeto enviado ao Legislativo ([http://www.presidencia.gov.br/ccivil\\_03/Projetos/EXPMOTIV/MTE/2004/004.htm](http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Projetos/EXPMOTIV/MTE/2004/004.htm)).

#### **Cacoetes autoritários**

No domingo seguinte à publicação do anteprojeto no *Diário Oficial da União* (7/8), o *Estado de S. Paulo* noticiou declaração do ministro José Dirceu sobre o propósito governamental de disciplinar a imprensa. Na mesma edição, o centenário jornal da família Mesquita registrou a fala do secretário de Imprensa do Planalto, Ricardo Kotscho, de que o governo abriu a discussão sobre o assunto ao enviar o anteprojeto para o Congresso. Mais realista que o seu colega com assento no Palácio do Planalto, a presidente da Fenaj, Beth Costa, já havia comunicado, por meio do website da entidade, sua posição de que não há nada a ser discutido sobre o pacote encaminhado ao Legislativo. Qualificando a assinatura do anteprojeto pelo presidente da República como uma vitória, ela afirmou que "precisamos de um movimento nacional de todos os jornalistas para pressionar os parlamentares para que o projeto possa ser rapidamente aprovado sem emendas" ([http://www.fenaj.org.br/campanha\\_em\\_defesa\\_da\\_profissao\\_extra8.htm](http://www.fenaj.org.br/campanha_em_defesa_da_profissao_extra8.htm)).

Essa manifestação não foi um posicionamento isolado dentro da entidade. No mesmo dia, o vice-presidente eleito da Fenaj e presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, Fred Ghedini, afirmou: "Agora, devemos nos preocupar para que o texto seja aprovado pelo Congresso da forma como ele foi enviado, sem muitas alterações" ([http://www.sjsp.org.br/05\\_08\\_2004%20lula\\_cfj.htm](http://www.sjsp.org.br/05_08_2004%20lula_cfj.htm)).

O argumento principal da entidade para tentar justificar o prosseguimento da matéria sem qualquer discussão é que ela foi fruto de uma proposta lançada no Congresso Nacional de Jornalistas, em 2000, e que passou por diversos encontros nacionais e estaduais da categoria. Seria interessante a instituição fazer esclarecimentos sobre sua representatividade e a de seus eventos, com base em números.

Uma das alterações da Casa Civil no texto do MTE, contudo, não deverá ser objeto de reclamação da "categoria": ao definir as infrações disciplinares dos jornalistas, além de outras definidas pelo Código de Ética e Disciplina, a entidade incluiu a de "deixar de pagar aos Conselhos, pontualmente, as contribuições a que esteja obrigado". A palavra "pontualmente" foi excluída pela equipe de José Dirceu.

No domingo (7/8), com o editorial "Mão sinistra", a *Folha de S. Paulo* se referiu às propostas de regulamentação profissional do jornalismo e de criação da Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinav). Inspirado no personagem Doctor Strangelove – representado por Peter Sellers no filme de Stanley Kubrick (1964) –, que mal conseguia controlar a saudação nazista feita involuntariamente por seu braço mecânico, o editorial qualificou as duas iniciativas como cacoetes autoritários de grupos políticos hoje forçados a viver sob as regras democráticas. Poderia ter aproveitado para lembrar aos leitores que no final do filme a mão sinistra do cientista se volta contra o pescoço dele mesmo.

(\*) Jornalista especializado em ciência e meio ambiente

## A questionável utilidade das corregedorias

**Mauro Malin**

Uma das lições perenes do inesquecível João Rath é que não existe nada mais parecido com um jornalista do que um policial, e vice-versa.

É uma chave para entender o que acontece na mídia. Experimentem. Se possível sem preconceito contra a mídia, hem?

Munidos da sabedoria do Rath, podemos comodamente comparar a idéia de propor a criação de um Conselho Federal de Jornalismo com a instituição de corregedorias.

Elas se tornaram aparentemente necessárias, já que na polícia o tempo todo alguém sai da linha, ou muda de lado e se esquece de pedir demissão, mas não resolvem. Preciso tomar o tempo do leitor argumentando por quê? E, já que me dão licença, digo que acreditar demasiado em corregedorias só pode piorar as coisas. Porque consome tempo e recursos que deveriam ser concentrados numa formação adequada – de público leitor, ouvinte, telespectador, e de profissionais –, essa, sim, capaz de dar algum alento.

### **Direitos contraditórios**

A iniciativa do ministro Ricardo Berzoini não é um raio em céu azul. A proposta é antiga e nasce de uma preocupação que faz sentido (o que não faz sentido é a resposta ao problema). Berzoini não está, no caso, preocupado em defender a liberdade de expressão, e sim em se defender do abuso dela. Como o governo Lula já se embrulhou bastante nesse terreno, com a história do correspondente do *New York Times* Larry Rother, muita gente boa fica de orelha em pé.

Advogados constitucionalistas e professores da disciplina deveriam explicar incansavelmente à opinião pública o conteúdo do Capítulo I ("Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos") do Título II ("Dos Direitos e Garantias Fundamentais") da Constituição de 1988. O texto é facilmente encontrável, mas ele precisa ser interpretado com sabedoria. O leigo não só desconhece o alcance de muita coisa escrita na lei como freqüentemente se engana a respeito do que pensa ter compreendido.

Os mestres mostrariam que o direito à liberdade de expressão é amplamente assegurado, mas não de forma irrestrita. Isso está escrito com todas as palavras na Constituição. O anonimato, por exemplo, é proibido. Ninguém pode, digamos, realizar uma emissão radiofônica sem se identificar. Porque o espaço por onde se propagam as ondas de rádio é público, objeto de concessão.

Deveriam destacar que, quando se diz serem "invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas", há limitação implícita à liberdade de imprensa. É um conflito entre direitos coletivos e direitos individuais que, dentro da lógica constitucional, cabe à Justiça resolver em última instância.

Em outras palavras, há contradição entre liberdades públicas e direitos individuais. Contradição não quer dizer "ou, ou", como se insiste em pensar no Brasil – significando que a afirmação de um pólo liquida o outro –, mas "e". Os dois pólos convivem em conflito constante. Compreender isso seria um grande avanço para a civilização brasileira.

Banhados pela sabedoria dos doutores, os jornalistas, parte da opinião pública, entenderiam melhor as balizas legais (e éticas, cívicas, etc.) que delimitam sua atividade. Entender não de orelhada, mas de modo a exercer sua atividade com mais discernimento.

### **Currais municipais**

Não creio que seja bom caminho criar uma agência que regule o trabalho jornalístico. Este *Observatório* faz mais para melhorar os padrões do que faria um agência. Dói mais. Não vem de cima para baixo. Não dá aos criticados a aura de rebeldes perseguidos pelo oficialismo.

O que cumpre regular e fiscalizar adequadamente é a propriedade dos meios de comunicação e seu uso. Foi o tema do programa do *Observatório da Imprensa* na TV, na terça-feira, 3/8. Tão importante que deveria talvez ser rubrica permanente deste *OI* na internet (não é que falem rubricas...).

Mas os participantes do programa – Alberto Dines, Artur da Távola, Roberto Müller, o deputado Orlando Fantazzini e o pesquisador Venício Artur de Lima –, que deram todas contribuições excelentes, esqueceram-se dos municípios. Abordaram a relação espúria de senadores e deputados com meios de comunicação, mas, em ano de eleição municipais, deixaram de mencionar os esquemas locais, que têm mais poder relativo sobre o eleitorado do que os grandes e médios meios de comunicação.

Valerá a pena voltar ao tema.

### **Mais embaixo é mais embaixo**

O jornalista Sérgio Gomes, da empresa Oboré, de São Paulo, dá uma volta no parafuso. Chama a atenção para situações ainda mais cruéis, as das rádios comunitárias urbanas que, por uma série de impedimentos legais, acabam financeiramente nas mãos de traficantes, grupos religiosos ou políticos endinheirados (para os padrões desses lugares).

O estatuto das rádio comunitárias no município de São Paulo será redefinido por lei proposta conjuntamente pelos vereadores Carlos Neder, do PT, e Ricardo Montoro, do PSDB (Projeto de Lei 145/01). Por enquanto, há na Câmara Municipal unanimidade a respeito do projeto.

Sérgio Gomes fala também de uma iniciativa importante que a mídia está deixando passar em brancas nuvens – a da criação de rádios-escolas em todas as escolas da capital paulista. A Prefeitura chama esse programa de Educom.Rádio. Das 474 escolas do município, 272 já estão equipadas com sistemas de rádio que, durante o fim de semana, transmitem para a vizinhança.

É possível que iniciativas desse tipo sejam a semente de um amplo processo educativo, de baixo para cima, capaz de formar um novo tipo de cidadão usuário da mídia. Se a mídia entrar no currículo escolar, os próprios meios de comunicação serão obrigados a rever seus processos.

Leonardo Sciascia (1921-1989) disse certa vez (entrevista a Marcelle Padovani publicada no livro *La Sicilia come metafora*, de 1979), coberto de razão:

"Afirmo que não se chegará nunca a nada de perfeito, de justo e de efetivamente livre em matéria de organização política e social, mas que cumpre viver e lutar como se estivéssemos convencidos de consegui-lo."

## Os olhos do povo

**Nahum Sirotsky, de Tel-Aviv (\*)**

Um colega me telefonou para dizer que havia a possibilidade de ser transferido para o Brasil. "Poderíamos bater um papo?" "Claro, quando quiser", respondi. No dia seguinte, ele me telefonou novamente: "Vai ser criada a censura de imprensa em seu país?" "Você está louco?!" "A mídia é livre, totalmente livre", respondi. Logo depois li um artigo do Alberto Dines sobre a proposta de um Conselho Federal de Jornalismo e o texto completo do anteprojeto que um amigo de Florianópolis, Jefferson, ótimo profissional, me enviava sem comentários. O colega estrangeiro estava informado.

O anteprojeto, do ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, imagina "orientar, disciplinar e fiscalizar" a profissão! Não acreditei no que li. Acho que Lula, que aceitou encaminhar a coisa ao Congresso, foi muito mal aconselhado. E Berzoini nada sabe sobre o nosso trabalho.

A nossa profissão é extremamente disciplinada por definição. Temos horários rígidos, espaço a respeitar e somos obrigados a informar o melhor, mais rápido e mais corajosamente possível. Quem nos orienta são os editores, responsáveis finais pelo preparo da mídia. Pode acontecer – e acontece, infelizmente – que se receba orientação para escrever certas coisas por interesse da empresa proprietária. Mas um conselho oficial nos dizer o que pensar (orientação), como preparar nossas matérias, decidir sobre a qualidade? Dizer como devemos trabalhar (fiscalizar)? Essa, não. Só posso atribuir a idéia à inexperiência do autor ou autores. Querem um jornalismo a favor, que só aplauda e elogie. Propaganda no lugar da informação e notícia! Confio em que o Congresso rejeite. E os colegas se rebelarem.

A liberdade de opinião é uma das liberdades fundamentais. A liberdade de imprensa foi uma conquista, mas sequer se trata disto. Há dois poderes para a segurança da sociedade civil, da empresa e do indivíduo: o Judiciário e a mídia, a imprensa. O Congresso existe para contrabalançar os poderes imperiais do Executivo e representar os inúmeros interesses conflitantes da vida social.

### **Meio de corromper**

O Judiciário independente é que decide as contendas. É onde se vai buscar justiça, o reconhecimento dos direitos. A mídia são os olhos e ouvidos do povo. Assegura o direito de saber que é do povo. Mesmo os sistemas autoritários são produto do contrato social realizado e assumido pela nação para que haja uma estrutura que sirva às suas necessidades. Tudo isto é sabido e não raro esquecido pelos contratados, burocracia e aparelho de governo. Um contrato pelo qual pagamos todos com impostos e taxas.

E a mídia, independente do Executivo, Legislativo e Judiciário, só dependente do respeito às leis, assim como todos nós, que vigia o respeito aos poderes, públicos e privados, e ao indivíduo. Ela não está acima de poder algum. Coopera e contribui para que não esqueçam para que existem. Vigia para que não se desviem de suas funções de bem servir a quem paga pelos seus serviços.

A democracia não existe sem a mídia independente. Mídia controlada, como sugere o anteprojeto, é o primeiro passo para o fim das liberdades e para os poderes esconderem seus atos e gastos, autorização para a prática de meios corruptos e corruptores. A mídia garante a transparência dos atos e o comportamentos daqueles com poder. Só ela.

O conselho sugerido é uma ameaça à democracia. Entrega o controle das liberdades a indivíduos que ficam com imenso poder. Eles serão seres humanos, com todas as fraquezas. Tentarão fechar os nossos olhos e ouvidos. Inapelavelmente.

Comecei minha vida profissional quando existia o DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda, da ditadura Vargas. O conselho pode ser bem pior com a melhor das intenções de seu criador. É inaceitável.

O indivíduo e a empresa, os políticos, todos têm total direito à justiça. Sim, uma forte lei anticalúnia pode ser necessária. Mas é só.

A qualidade do jornalista só pode ser definida na prática da profissão. Nenhuma outra. A ética é outra questão que só a própria mídia pode codificar e vigiar. O conselho é o oposto do que pode ser positivo. É um meio de corromper.

(\*) Correspondente do *Último Segundo* () em Israel

## O "aconselhamento" da mídia

Angelo Sastre (\*)

A proposta de criação do Conselho Federal de Jornalismo (CFJ) provocou grande polêmica ao ganhar espaço nos jornais. No entanto, o noticiário está deixando de informar os pontos necessários e o objetivo pretendido com essa medida por meio de um debate aberto e esclarecedor. A postura das matérias demonstra que alguns veículos estão atuando como "conselheiros" ao fragmentarem os pontos do projeto e concentrarem a contextualização do tema em fontes parciais e em exemplos que não se assemelham a realidade brasileira.

Ao acompanhar o noticiário sobre a proposta do CFJ em alguns dos principais jornais do país – como *O Estado de S.Paulo*, *O Globo* e *Folha de S.Paulo* – o leitor pode ter a sensação de que o governo federal está criando um mecanismo de censura típico dos governos autoritários e centralizadores e não que existe uma proposta, desenvolvida pela própria categoria, de regulamentar a profissão de jornalista e criar uma entidade reguladora como ocorre em outras áreas – a exemplo da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Crea (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia), CRM (Conselho Regional de Medicina), entre outros.

Para reforçar essa visão, o material divulgado pela *Folha* e pelo *Globo* na sexta-feira (6/8), um dia após o texto do projeto de lei ser publicado no *Diário Oficial da União*, destaca pontos específicos do projeto como sendo a diretriz básica e potencializa a interpretação de que a proposta surgiu nos corredores do Palácio do Planalto, e não de uma criação da própria categoria por meio da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj).

"A partir da aprovação da lei o jornalista terá de pagar à entidade para poder trabalhar", expressa a linha-fina do texto publicado pelo *Globo* (pág. 16, Primeiro Caderno). "Lula quer conselho para fiscalizar jornalismo"

([http://www1.folha.uol.com.br/folha/](http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u63040.shtml)

[brasil/ult96u63040.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u63040.shtml)) e "Presidente da ABI se diz contra criação de órgão"

([http://www1.folha.uol.com.br/folha/](http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u63041.shtml)

[brasil/ult96u63041.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u63041.shtml)), anunciam as manchetes da *Folha Online*.

O material publicado pelo *Estado de S.Paulo* foi mais objetivo a respeito do tema, como pode ser observado pelo título, publicado no mesmo dia que os concorrentes: "Lula envia projeto do Conselho Federal de Jornalismo"

(<http://www.estadao.com.br/educando/noticias/2004/ago/06/31.htm>).

### Informação omitida

Foi nas edições do fim de semana (7-8/8), porém, que o caráter de campanha da *Folha* e do *Globo* tornaram-se mais explícitos. No sábado, o jornal carioca publicou dois textos sobre o tema. O primeiro, com o título "ANJ analisa proposta", informa em sua linha-fina que a "Entidade defende liberdade de expressão" (pág. 13, Primeiro Caderno). Na matéria seguinte, o título reproduziu o trecho de uma frase atribuída ao senador Cristovam Buarque (PT-DF), que foi divulgada em seu blog (<http://www.cristovam.com.br/blog/>) – "Pode ser um passo para a tragédia da censura" –, que foi complementada pela seguinte linha-fina: "Ex-ministro petista, ABI e especialistas criticam proposta do governo de criação do Conselho Federal de Jornalismo" (pág. 13, Primeiro Caderno).

Já a *Folha de S. Paulo* retomou o processo de vinculação da proposta com os membros do governo federal. No sábado, a *Folha Online* publicou "Gushiken 'quer proteger a sociedade' com conselho de jornalismo"

([http://www1.folha.uol.com.br/folha/](http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u63068.shtml)

[brasil/ult96u63068.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u63068.shtml)) e "Conselho de jornalismo vai coibir excessos, diz Berzoini"

([http://www1.folha.uol.com.br/folha/](http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u63067.shtml)

[brasil/ult96u63067.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u63067.shtml)). Em outra frente, o jornal paulista demonstra a desarticulação da categoria com o texto intitulado "Fenaj apóia conselho de jornalismo; ABI veta" ([http://www1.folha.uol.com.br/folha/](http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u63069.shtml)

[brasil/ult96u63069.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u63069.shtml)).

Mesmo contando com mais dados sobre a proposta, os textos mantiveram o discurso de caráter negativista sobre o projeto, deixando a informação objetiva, a qual o leitor tem direito, em segundo plano.

Na edição de domingo (8/8) a *Folha* voltou a reforçar a tese de perseguição e de que o projeto de criação do Conselho Federal de Jornalismo pode ser uma ferramenta de censura ao publicar os textos "Entidades dos EUA condenam conselho de jornalismo no país" (<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u63088.shtml>) e "Profissão não pode ter nenhuma forma de pressão, diz promotor" (<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u63089.shtml>).

No entanto, ao contrário dos textos anteriores, nos quais, na contextualização das matérias, o jornal paulista recordou as declarações de ministros e membros do governo descontentes com a atuação crítica da imprensa e o lamentável "caso Larry Rohter", em nenhum momento a *Folha* citou ou fez qualquer referência aos não menos lamentáveis episódios envolvendo a mídia americana como no "caso Jayson Blair" e as fraudes no *USA Today*.

A reportagem também deixou de informar que, nos Estados Unidos, o exercício do jornalismo não exige nenhum tipo de formação específica, ou seja, é uma área sem qualquer regulamentação. Diante disso, como considerar de forma isenta e tomar como referência a posição de uma entidade americana, quando a situação da mídia nos EUA passa por um momento de descrédito.

Da mesma forma, ao citar artigo 220 da Carta Magna, que trata da comunicação social, como gancho para repercutir a possível inconstitucionalidade da proposta, a *Folha* não faz qualquer referência ou citação ao decreto-lei nº 972/69, que foi regulamentado em 1974, e que determina a exigência do diploma de bacharel em jornalismo para o exercício da profissão. E deixa de informar ao leitor que o Grupo Folha é contrário a essa legislação, como é citado na página 113-114 do *Manual de Redação da Folha de S. Paulo* (2001), o que neste contexto é um dado relevante e um sinal de transparência diante de uma discussão política.

#### **Íntegra do projeto**

Os leitores mais familiarizados com o tema que realizarem uma pesquisa rápida pela internet ou por arquivos de jornais poderão notar que os veículos deixaram de consultar os seus próprios bancos de dados, e que demonstraram um erro de apuração em suas matérias ao atribuir o projeto ao governo federal.

Na edição de 7 de abril último, *O Estado de S. Paulo* publicou matéria sobre o tema com o título: "Fenaj quer criação de Conselho Federal de Jornalismo" (<http://www.estadao.com.br/agestado/noticias/2004/abr/07/74.htm>). Em uma linha mais crítica, a *Folha de S. Paulo* publicou em 8 de abril matéria com o título "Ministro cobra 'agenda positiva' da mídia" (<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u59909.shtml>), em que citou as declarações críticas do ministro-chefe da Secretaria de Comunicação de Governo, Luiz Gushiken, e relatou, assim como *O Estado de S. Paulo*, que a "Fenaj pediu a Lula que enviasse ao Congresso o projeto que cria um conselho federal e conselhos regionais de jornalismo, assunto em discussão no Ministério do Trabalho".

Da mesma forma, a *Folha* e *O Globo* deixaram de destacar que o projeto de lei da criação do Conselho Federal de Jornalismo não é contra a liberdade de imprensa, como ficou caracterizado, nem que está previsto que o conselho, em caso de aprovação, será formado por profissionais regularmente registrados e não por membros do governo ou de qualquer órgão público – ou seja, será uma entidade independente.

O próprio texto do projeto de lei cita essa preocupação nos artigos 1º, parágrafo 1º ("O CFJ e o CRJ têm como atribuição orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de jornalista e da atividade de jornalismo, zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe em todo o território nacional, bem assim pugnar pelo direito à livre informação plural e pelo aperfeiçoamento do jornalismo") e no artigo 5º ("No exercício da profissão, o jornalista deve pautar sua conduta pelos parâmetros definidos no Código de Ética e Disciplina, mantendo independência em qualquer circunstância").

De acordo com o texto do projeto de lei, as circunstâncias cabíveis de punição são direcionadas às transgressões éticas e legais, que podem e devem ser observadas em qualquer profissão, como "exercer a profissão quando impedido de fazê-lo, ou facilitar, por qualquer meio, o seu exercício aos não inscritos ou impedidos"; "solicitar ou receber de cliente qualquer favor em troca de concessões ilícitas"; "praticar, no exercício da atividade profissional, ato que a lei defina como crime ou contravenção"; entre outras obrigações administrativas como, por exemplo, o pagamento de anuidade.

Diante disso, o ombudsman da *Folha*, Marcelo Beraba, observou em sua crítica diária (<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ombudsman/>), divulgada em 6/8, que o veículo "teria sido mais informativo se o jornal tivesse feito uma arte com os principais pontos do projeto, e não a memória dos atritos com o governo". Além de sugerir que "no caso de uma continuação com a repercussão sobre o CFJ, que o jornal forneça o endereço eletrônico onde possa

se ler a íntegra do projeto" e " que o jornal, depois de conhecer melhor o projeto, deveria se posicionar com editorial".

#### **Transparente e democrático**

Deixando de lado qualquer posição ideológica contra ou a favor da proposta de criação de um Conselho Federal de Jornalismo, é preciso discutir os propósitos, objetivos, ferramentas e critérios que pretendemos consolidar para a manutenção de um jornalismo sério, transparente, independente e responsável.

Desse episódio, mais que repensar sobre o tema, devemos refletir sobre a superficialidade de nosso noticiário em determinados momentos e sobre a responsabilidade ética e moral dos profissionais e das empresas de comunicação e jornalismo, que precisam esclarecer os temas em discussão e não deixar dúvidas sobre os fatos relatados.

Em uma sociedade democrática não pode ser admitida nenhuma censura ou restrição de qualquer tipo, espécie ou grau. No entanto, é preciso ter claro as regras e leis que norteiam os direitos e deveres de seus membros.

Dessa forma, somente por meio de um debate amplo, transparente e coerente será possível determinar se o texto do projeto de lei proposto pela da Fenaj, que sugere a criação do Conselho Federal de Jornalismo, possui falhas, omissões ou excessos. Deve ser, também, por meio de um processo transparente e democrático que devemos corrigir as possíveis falhas no texto do projeto de lei, na regulamentação da profissão, no exercício do jornalismo, na formação dos estudantes dos cursos de comunicação e, até mesmo, na divulgação dos fatos de qualquer natureza.

(\*) Jornalista, professor no curso de jornalismo do Imesb (Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro) e da Unaerp (Universidade de Ribeirão Preto)

## **ANEXO IV**

### **Matérias publicadas no portal *Comunique-se* (<http://www.comunique-se.com.br>) sobre o Conselho Federal de Jornalismo**

“Quem haverá de ser contra?”

#### **Da Redação**

O “Papo na Redação” desta sexta-feira (13/08) serviu para que estudantes e profissionais de jornalismo pudessem tirar algumas de suas dúvidas sobre a criação do Conselho Federal de Jornalismo. O vice-presidente da Federação Nacional de Jornalistas e presidente do Sindicato da categoria em São Paulo, Fred Ghedini, explicou qual será o papel do CFJ e falou da polêmica em torno da questão.

Sobre o artigo “Contra o denunciismo, o peleguismo (2) – Por que não uma OAB de jornalistas”, assinado pelo jornalista Alberto Dines, Ghedini respondeu: “O Dines está forçando bastante a barra nesta questão. No debate do Observatório eu já disse que a Ordem ou o Conselho são meramente uma mudança de nomes, mas a finalidade é exatamente a mesma: ter um acompanhamento da ética da profissão e da formação adequada dos futuros profissionais. Acho que temos todos que nos dirigir ao Dines e dizer: colega, pare de forçar a barra! Você também pode ser sindicalizado e participar, como qualquer um de nós, simples jornalistas mortais!”.

Ele rebateu as críticas daqueles que disseram que a direção da Fenaj pertence a uma facção do Partido dos Trabalhadores. “A atual diretoria da FENAJ não pertence a nenhuma facção de nenhum partido. É uma direção sindical que faz questão absoluta de não confundir atuação político-partidária com atuação sindical. Nossa luta é toda no sentido da defesa dos jornalistas. Pode checar. Então, o que está havendo é uma tremenda confusão. Afinal, nosso código de ética, dos jornalistas, que nós queremos que valha para todos, defende o direito à informação dos cidadãos, regulamenta a conduta profissional e a responsabilidade do jornalista. Quem haverá de ser contra?”.

Leia na íntegra o “Papo na Redação” com Fred Ghedini:

**[11:04:32] - Rafael Silvestre de Moraes ( Outros - Partido dos Trabalhadores Diretório Municipal de São Paulo - SP ) pergunta para Fred Ghedini:** Bom dia Fred. Sou estudante de jornalismo e desde setembro de 2003 participo de palestras no sindicato. Gostaria de saber se a criação do CFJ não vai prejudicar os recém-formados, pois tenho a premissa que os grupos vão se fechar e o mercado vai cair ainda mais.

**Fred Ghedini responde:** Bom dia, Rafael. O Conselho tem a finalidade justamente contrária, ou seja, de impedir que qualquer grupo ou indivíduo, por mais poderoso que seja, tenha o poder discricionário de dizer quem será ou não jornalista. Haverá mais exigência com relação à competência e à ética profissional. Tenho certeza que você não teme isso, certo?

**[11:07:23] - João Carlos Miranda Leite (Repórter - Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Praia Grande - SP - Praia Grande) pergunta para Fred Ghedini:** Bom dia! Gostaria de saber se já leu, no observatório da imprensa, do site IG, o artigo `CONTRA O DENUNCISMO, O PELEGUISMO (2) - Por que não uma OAB de jornalistas?` de autoria do Alberto Dines? Ele diz em seu texto: `A CUT-Fenaj quer ser a dona da profissão, dona da busca da verdade e, portanto, dona da verdade absoluta. Quem discordar deixa de ser jornalista; quem não obedecer a seus critérios, obriga-se a mudar de profissão`.

**Fred Ghedini responde:** O Dines está forçando bastante a barra nesta questão. No debate do Observatório eu já disse que a Ordem ou o Conselho são meramente uma mudança de nomes, mas a finalidade é exatamente a mesma: ter um acompanhamento da ética da profissão e da formação adequada dos futuros profissionais. Acho que temos todos que nos dirigir ao Dines e dizer: colega, pare de forçar a barra! Você também pode ser sindicalizado e participar, como qualquer um de nós, simples jornalistas mortais!

**[11:10:01] - Eduardo Sander (Outros - E-clip - RJ) pergunta para Fred Ghedini:** Caro Fred, bom dia. A polêmica está formada. Uns apóiam enquanto outros `crucificam` o ainda projeto do CFJ. Será que essas críticas aumentaram principalmente pelo fato da atual direção da FENAJ `pertencer` a uma facção do partido que atualmente ocupa o governo?

**Fred Ghedini responde:** Caro Eduardo, a atual diretoria da FENAJ não pertence a nenhuma facção de nenhum partido. É uma direção sindical que faz questão absoluta de não confundir atuação político-partidária com atuação sindical. Nossa luta é toda no sentido da defesa dos jornalistas. Pode checar. Então, o que está havendo é uma tremenda confusão. Afinal, nosso código de ética, dos jornalistas, que nós queremos que valha para todos, defende o direito à informação dos cidadãos, regulamenta a conduta profissional e a responsabilidade do jornalista. Quem haverá de ser contra?

**[11:15:20] - Leandro Pellizzoni (Freelancer - Freelancers) pergunta para Fred Ghedini:** Qual a sua opinião sobre o `massacre` da grande mídia com relação ao CFJ e toda a campanha que eles estão fazendo contra?



**Fred Ghedini responde:** Leandro, acho que tocamos o "ponto G" da mídia. Nós só queremos que o registro profissional saia das mãos do Estado (Ministério do Trabalho) e venha para um Conselho Profissional (ou Ordem, tanto faz) e que o código de ética valha para todos. Quem haverá de ser contra o código de ética? Ele defende o direito de informação de toda a sociedade, fala sobre a conduta e a responsabilidade do profissional. É como a declaração universal dos direitos do homem, da ONU. Não há razão para ser contra. A não ser que não se concorde com os princípios que estão lá expressos.

**[11:18:44] - Renato Freitas (Assessor de Imprensa - Câmara dos Deputados - DF) pergunta para Fred Ghedini:** Olá, Fred! É verdade que o Governo alterou a proposta inicial da Fenaj?

**Fred Ghedini responde:** Caro Renato, quem alterou fomos nós mesmos. Você pode entrar no site [www.sjisp.org.br](http://www.sjisp.org.br), no botão Conselho Federal de Jornalismo e lá tem todo o histórico e todas as versões anteriores. Na última versão, debatida na Casa Civil, nós sugerimos mais algumas alterações, que foram colocadas. Avalio que, no final, ficaram faltando algumas coisas: o código de ética deveria fazer parte do projeto; deveríamos deixar claro que a composição do Conselho será eleita sempre pelo conjunto dos jornalistas, em voto direito e universal, e a composição do Tribunal de Ética e Disciplina deve contar com a participação de representantes de outros segmentos da sociedade além dos próprios jornalistas. Afinal, a ética jornalística interessa, em primeiro lugar, ao conjunto dos cidadãos. Em segundo lugar, aos próprios jornalistas.

**11:22:01] - Ana Claudia Carvalho Domingues (Assessor de Imprensa - VM Comunicação - SP) pergunta para Fred Ghedini:** Olá, Fred. Qual a garantia de que não haverá concentração de poder e de interesses? Será que um conselho federal realmente faça profissionais mais éticos? Médicos e advogados não estão aí para mostrar justamente o contrário?

**Fred Ghedini responde:** Cara Ana Cláudia, um Conselho Profissional (ou Ordem, ou seja lá qual for o nome) tem como obrigação velar pelos interesses da sociedade, em primeiro lugar. Assim deverá ser a nossa organização profissional. Basta ler o nosso código de ética para ver que ele interessa em primeiro lugar à sociedade. Agora, se há conselhos que não cumprem o seu papel social, que têm desvios corporativistas, isso é outro problema. Devemos lutar para instituir o nosso e, depois, para que ele não tenha esses desvios. Corporativos devem ser os sindicatos e a FENAJ, que defendem os profissionais. O Conselho ou Ordem tem que atuar no interesse da sociedade. E também defender o jornalista quando este estiver sob risco, ou quando um chefe ou patrão mandar o profissional fazer algo que fira o código de ética. Mas, também neste caso, o interesse a ser preservado, em primeiro lugar, é o do público.

**[11:25:18] - José Wellington R. do Nascimento (Revisor - Assembléia Legislativa do Estado da Bahia - BA) pergunta para Fred Ghedini:** Fred, no texto de Alberto Dines, a quem admiro, ele pergunta porque a Fenaj não procurou os jornalistas para se criar uma OAB da categoria. Mas o texto do ministro Berzoini sobre o projeto de lei explica claramente que isso é competência do Executivo. Será que Dines está criticando o projeto sem lê-lo?

**Fred Ghedini responde:** Caro José Wellington, confesso que não entendo bem o que o Dines está querendo, neste caso. Já disse n vezes a ele que, para nós, tanto faz o nome ser Conselho ou Ordem, mas que a finalidade para a qual queremos nossa organização de caráter profissional é para velar pelos registros profissionais e pela ética profissional. Acho que devemos, todos, perguntar a ele por que tanta carga contra a FENAJ. O projeto não é da FENAJ, é dos jornalistas brasileiros. E está em debate no Congresso Nacional. Espero que o Dines seja favorável a se ouvir os vários lados envolvidos numa disputa e outras coisas como essa que estão no nosso código de ética. Seria um bom reforço contar com o apoio dele, que é um profissional importante e admirado por tantos colegas.

**[11:28:05] - Fábio José Mello (Freelancer - Freelancers) pergunta para Fred Ghedini:** Há vários jornalistas com história dentro da profissão, como o mestre Cony, que condenaram veementemente a criação do CFJ. Eles também estão a serviço dos patrões?

**Fred Ghedini responde:** Fábio, não tive oportunidade de debater com o Cony, a quem admiro particularmente. Gostaria muito de ter essa oportunidade e estou certo que ele se convenceria da necessidade de uma organização dos próprios jornalistas de velarem pelo registro profissional, retirando essa atribuição das mãos do Estado, e da aplicação do Código de Ética. Não cho que ele seja patronal. Também não acho que alguém que seja contra o conselho seja patronal. Seria adotar a mesma racionalidade que a Veja, que está fazendo uma matéria para dizer que a idéia do Conselho é ruim porque a maioria dos dirigentes da FENAJ é filiada ao PT.

**[11:30:32] - Débora Pinho (Editor-Chefe / Coordenador de Conteúdo - Consultor Jurídico - SP) pergunta para Fred Ghedini:** Caro Ghedini, as expressões como "orientar a atividade de jornalismo" ou "fiscalizar a atividade de jornalismo" não demonstram o viés ideológico por trás da criação do CFJ?

**Fred Ghedini responde:** Olá, Débora, como vai? Não. Na verdade, se existe uma legislação que regulamente o exercício da profissão, é preciso que algum organismo fiscalize sua aplicação. Nós queremos retirar essa atribuição do Estado e passar para as mãos dos próprios jornalistas, por meio do Conselho ou de uma Ordem, o

nome não importa. Também é fundamental que os profissionais e a sociedade em geral fiscalizem a observância do código de ética da profissão. Você o conhece e sabe como é importante garantir o contraditório, a boa apuração antes da publicação, etc.

**[11:33:04] - Núbia Cibele de Oliveira Tavares (Estagiário - Universidade Estadual de Londrina - PR)**

**pergunta para Fred Ghedini:** Fred, o que você pensa sobre quem contesta a representatividade da Fenaj???

Digo isso porque na maioria dos fóruns que pude participar, que é contra, sempre levanta essa questão...

**Fred Ghedini responde:** Olá Núbia. Que bom ver alguém que estuda em Londrina, minha cidade natal. A filiação aos Sindicatos, que por sua vez se filiam à FENAJ, é livre e ninguém está impedido. Temos jornalistas filiados e dirigentes de todos os partidos, de todos os credos e opiniões. Então, é algo bastante democrático. Acho que, no final das contas, todo este debate vai ser bom porque as pessoas vão perder o preconceito e a prevenção, você não acha?

**[11:35:37] - João Carlos Miranda Leite (Repórter - Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Praia Grande - SP - Praia Grande)**

**pergunta para Fred Ghedini:** Há outro problema, deixado implícito no texto do Dines, que é o preconceito dentro da categoria: refere-se a assessores de imprensa. Além de ressaltar que a Fenaj é dominada por assessores do governo, acusa estes profissionais de manipulação da legislação e ainda deixa clara sua opinião sobre o que é ser jornalista, excluindo os assessores da categoria. Gostaria que colocasse sua opinião ou, se puder responder, a da entidade que representa.

**Fred Ghedini responde:** João, tenho expressado minha opinião sobre isso em diferentes momentos. O preconceito a que você se refere existe mesmo. As pessoas tendem a dizer: "Ah, nos Estados Unidos não é assim"; ou então, "em Portugal, quando você passa da redação para a assessoria, você devolve a carteira de jornalista". São histórias diferentes, em países diferentes. Nós construímos nossa história dessa forma e acho que é muito bom, porque os assessores também ficam sujeitos ao código de ética da profissão. Então, vamos debater e derrubar os preconceitos, certo?

**[11:39:00] - Marcelo de Sousa\* (Assessor de Imprensa - Câmara Municipal da Estância Turística de Embu - SP - Embu)**

**pergunta para Fred Ghedini :** Fred, como você classificou o episódio com o jornalista Larry Rother? E, você não acha que o CFJ foi encaminhado ao Congresso numa hora imprópria, já que aparenta ser um mecanismo de controle de governo, pois a Fenaj é formada em sua maioria por assessores de imprensa?

**Fred Ghedini responde:** É verdade, Marcelo, a hora foi bem ruizinha. Quanto ao Larry Rother, a FENAJ se manifestou publicamente contra a atitude do Governo. Você sabe que nós, jornalistas, somos contra qualquer cerceamento da liberdade de imprensa ou de expressão. Mas, somos também, favoráveis ao exercício da profissão com responsabilidade (veja nosso código de ética). Assim, a hora foi imprópria, mas o debate está dado, e nós estamos debatendo. Nosso projeto é nosso, não é do governo, e ser ele for em frente trará benefícios para todos. Não devemos ter preconceito contra os colegas assessores.

**[11:41:36] - José Nunes\* (Redator - Jornal VS - RS - São Leopoldo)** **pergunta para Fred Ghedini:** Boa dia Fred. O que a chamada grande Imprensa está fazendo já era esperado, agora nós temos que manter a postura que a de defesa do Jornalismo, vamos continuar lutando contra a precariedade dos profissionais e desses pseudos jornalistas.

**Fred Ghedini responde:** Olha, José Nunes, é importante que os colegas que não embarcaram na manobra diversionista promovida pelos barões da mídia sejam firmes e, ao mesmo tempo, inteligentes para manter o debate em bom nível. Como eu disse ao Dines, no programa dele, na última quarta-feira, temos respostas para todas as perguntas que têm sido publicadas. Basta que nos ouçam, e o debate seguirá seu rumo. A instituição do Conselho (ou Ordem, tanto faz) só trará benefícios à democracia. Só perde aquele que não quer exercer um jornalismo ético e de boa qualidade.

**[11:42:23] - Débora Pinho (Editor-Chefe / Coordenador de Conteúdo - Consultor Jurídico - SP)** **pergunta para Fred Ghedini:** Se é só um problema de nomes, por que acha que os jornalistas estão inconformados?

**Fred Ghedini responde:** Não sei, cara Débora. Estou aqui para debater e responder a todas as perguntas que me sejam feitas. Também gostaria de saber. Perguntem, por favor.

**[11:45:30] - Débora Pinho (Editor-Chefe / Coordenador de Conteúdo - Consultor Jurídico - SP)** **pergunta para Fred Ghedini:** Por que ressalta tanto o Código de Ética nas entrevistas? Considera que ele está esquecido pelos jornalistas?

**Fred Ghedini responde:** Débora, com certeza o código de ética não tem sido observado em muitos momentos. Nós estamos participando de um deles, exatamente agora. Basta você ver a quantidade de reportagens, opiniões e artigos publicados contra a proposta de Conselho e o espaço pífio que nos tem sido dado. De resto, acho que o código de ética tem sido sim bastante esquecido. E não vejo que seja um problema torná-lo obrigatório. Ao contrário, só vejo benefícios para todos, pois quem há de ser prejudicado quando se exige a correta apuração dos fatos e a cobertura do contraditório com equilíbrio?

**[11:47:13] - Giuliano Pedroso Sousa (Editor - Revista Mundo Teen - SC - Maravilha) pergunta para Fred Ghedini:** Bom dia Fred...Não estava na hora dos jornalistas brasileiros pararem de se preocupar com quem `manda ou desmanda` sobre o CFJ e contribuir de forma verdadeira e ética em nossa atuação na imprensa! Digo isso pelo seguinte fato `estamos realmente preocupados com o que é produzido pelos meios de comunicação no país`? OU é mais um joguinho de gato e rato?

**Fred Ghedini responde:** Giuliano, no caso dos dirigentes da FENAJ e dos jornalistas sindicalizados, que têm participado deste debate, tenho certeza que estamos sim bastante preocupados com a ética em nossa profissão. A proposta do Conselho tem essa origem.

**[11:50:20] - Julianna Granjeia Silva (Estudante) pergunta para Fred Ghedini:** Olá. Fred. Sou estudante do 3º ano de Jornalismo. Estamos discutindo muito na faculdade a respeito da criação do CFJ, os professores e a maioria dos alunos não conseguem ter uma opinião favorável ou contra o assunto, já que as informações são várias e muito diferenciadas. Acho que o Dines foi radical e conservador, apesar de ser um profissional respeitado, mas não temos como negar a ligação do Fenaj com a CUT, o PT e logo com o caso do repórter Larry Rohter na famosa matéria sobre o presidente Lula

**Fred Ghedini responde:** Olha, Julianna, é um caso de adotar uma postura ética e bem informada também neste caso em tela. Veja você, nós não pedimos atestado de filiação partidária para qualquer jornalista se filiar ao Sindicato. Na direção do Sindicato aqui de São Paulo temos colegas de quase todos os partidos. Então, esse é o argumento de quem não quer fazer o debate. Se todos os jornalistas votarem para os integrantes do Conselho (ou da Ordem, tanto faz), qual o problema? O que está em questão é a exigência do registro (cumprir a lei da profissão) e do código de ética. Que não é de nenhum partido.

**[11:54:52] - Fábio José Mello (Freelancer - Freelancers) pergunta para Fred Ghedini:** O sr. confirma ter dito que os jornalistas terão que pagar para exercer a profissão? Isso é ético? Quanto vocês estão pensando em cobrar de anuidade? Como fica a questão dos desempregados e sub-empregados?

**Fred Ghedini responde:** Caro Fábio, como em qualquer Conselho (ou Ordem), são os próprios profissionais que deverão sustentar o CFJ (ou a OJB). Isso é fundamental porque é a garantia de independência e autonomia. Quanto cobraremos? Vamos debater essa questão de forma aberta e democrática. Minha proposta é que se cobre o mínimo necessário, que nosso Conselho seja o mais enxuto possível, eleita democraticamente por todos os jornalistas profissionais. Neste sentido, não há o que temer. Como serão tratados os desempregados? Temos que debater e encontrar a melhor solução.

**[11:57:13] - Julianna Granjeia Silva (Estudante) pergunta para Fred Ghedini:** A proposta do CFJ ainda pode ser mudado quando for a votação. O senhor acha que essas modificações, se ocorridas, podem prejudicar as reivindicações do projeto atual??

**Fred Ghedini responde:** Julianna, a proposta passará pelo Congresso. Se os jornalistas conseguirem o mínimo de unidade entre eles, no debate que está em curso, seremos fortes o bastante para defender a melhor proposta. Vamos falar com todos os parlamentares, em todos os Estados. Como já escrevi antes, nosso Código de Ética é como a Declaração Universal dos Direitos Humanos: não há porque ser contra. Agora, a forma de aplicação, as sanções, como trabalharemos para melhorar a formação do jornalistas brasileiros ... temos muita coisa pela frente.

**[12:00:09] - João Carlos Miranda Leite (Repórter - Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Praia Grande - SP - Praia Grande) pergunta para Fred Ghedini:** Em sua opinião, por que tantos jornalistas renomados estão veementemente criticando a criação da entidade, se ela tem por objetivo defender os profissionais das arbitrariedades da pressão patronal? Há falhas de comunicação ou na legislação proposta? Por que não adequar uma das entidades já existentes para exercer a função do CFJ?

**Fred Ghedini responde:** Caro João Carlos, não há como adequar as entidades existentes, pois cada uma delas tem sua função. Por exemplo, a FENAJ: já tentamos, em 1999, que ela pudesse conferir o pré-registro. Era o projeto de lei Carlos Bezerra. O FHC vetou. Então, restou a iniciativa de propor o Conselho. Tem, no Congresso, a proposta de criar a Ordem dos Jornalistas, que já foi nossa proposta há alguns anos. Estamos abertos à discussão. Vamos ver o que sai desse debate. O que não podemos aceitar é o massacre, o trator que vem aí da dobradinha mídia/PFL para impedir o debate.

**[12:02:50] - Eduardo Sander (Outros - E-clip - RJ) pergunta para Fred Ghedini:** Fred, caso seja criado o CFJ, será extinto o Conselho de Comunicação Social?

**Fred Ghedini responde:** Boa pergunta, Eduardo, pois há muita desinformação e confusão. Por acaso, participo do CCS. É um órgão consultivo do Congresso Nacional para os assuntos relativos à Comunicação Social. Não tem nada a ver com a regulamentação profissional dos jornalistas e o código de ética da profissão. Lá, participam representantes dos trabalhadores, dos empresários da sociedade em geral para apreciar todo projeto de Lei

relativo ao tema que esteja em tramitação no Congresso. Aqui, a questão diz respeito ao exercício da profissão do jornalista. Certo?

**[12:05:52] - Marcelo de Sousa\* (Assessor de Imprensa - Câmara Municipal da Estância Turística de Embu - SP - Embu) pergunta para Fred Ghedini:** Fred, você sinceramente acredita que Boris Casoy, Alberto Dines, Dora Kramer, Heródoto Barbeiro estão defendendo os interesses patronais quando se colocam contrários ao CFJ?

**Fred Ghedini responde:** Marcelo, eu não escrevi isso. Se alguém tem esse tipo de dúvida, deveria perguntar a eles. Quanto a mim, só quero ter a oportunidade de esclarecer ao Boris, ao Dines, à Dora e ao Heródoto, o que está em questão neste debate. Estou lutando por essa oportunidade. Tenho certeza que há muito a ser esclarecido e que todos aqueles que são favoráveis a um jornalismo ético vão estar abertos para fazer avançar o debate. Não se trata de ficar no "contra ou a favor". Contra por que? A favor por que? Se é contra, qual sua sugestão para melhorar? É por aí.

**[12:11:06] - Débora Pinho (Editor-Chefe / Coordenador de Conteúdo - Consultor Jurídico - SP) pergunta para Fred Ghedini:** Em que o Conselho beneficiaria os jornalistas? Por enquanto, só tem ressaltado sobre a ética...

**Fred Ghedini responde:** Débora, beneficia porque o jornalista vai se sentir mais apoiado para exercer sua profissão com independência. Independência de governos, de partidos, de religiões e de empresários. Ele vai ter uma organização que vai poder apoiá-lo em todos os momentos, sempre que houver conflitos no exercício da profissão e ele se sentir pequeno, diante de uma força maior. É a força dos profissionais, fechando na defesa da regulamentação e da ética. Pense bem, acho que teremos alguma coisa a ganhar. E a sociedade também. Quero continuar o debate em espaço maior.

**[12:12:29] - Gaspar Bissolotti Neto (Editor-Chefe / Coordenador de Conteúdo - O Patriota - SP) pergunta para Fred Ghedini:** A realização de um plebiscito. O que você acha?

**Fred Ghedini responde:** Gaspar, acho genial. Também estamos sugerindo à Mesa do Congresso (Câmara e Senado) um mega-audiência pública sobre o tema. Quem haverá de ser contra? O debate, nas questões envolvendo a ética e o poder da mídia, só traz benefícios. Vamos juntos que é por aí.

ABI: pelegos e ministro contra Constituição

#### Milton Coelho da Graça

Por unanimidade, o Conselho Deliberativo da ABI - Associação Brasileira de Imprensa - nesta terça-feira (10/8) decidiu que a entidade lutará pela rejeição pura e simples do projeto do governo para criação do Conselho Federal de Jornalismo. Ele foi denunciado como tentativa de impor uma nova forma de "Lei da Mordaca" - conforme já definido também pela Associação Brasileira de Magistrados - incompatível com o princípio constitucional da liberdade de imprensa.

O projeto foi apontado pelo presidente da ABI, Oscar Maurício Azedo, como uma iniciativa "peleguista" da Federação Nacional dos Jornalistas. Ele também comparou a Exposição de Motivos, com que o Ministro do Trabalho encaminhou o projeto da FENAJ ao presidente Lula, como mais uma vergonhosa tentativa de intimidar os jornalistas, digna dos tempos da ditadura militar. "A ABI - disse Azedo -, que tem seis décadas de luta contínua pela democracia não pode nem vai se omitir desta vez".

Uma nota de protesto será entregue diretamente, em Brasília, aos presidentes da República, do Senado e da Câmara, bem como a líderes partidários, por uma comissão formada por Oscar Maurício Azedo, Carlos Alberto "Caó" de Oliveira (presidente do Conselho), Artur da Távola (conselheiro da entidade e ex-senador) e Carlos Chagas. A Comissão aproveitará também esses contatos para buscar o aperfeiçoamento do Conselho de Comunicação Social, criado pelos constituintes de 1988, mas apenas formalizado no final de 2002 - 14 anos depois! - assim mesmo, só depois de "deformado" pelos lobistas das empresas de comunicação, especialmente tevês e rádios.

Paulo Alberto, constituinte e um dos poucos que votaram contra a lei finalmente aprovada, fez uma ampla exposição de como a intenção dos seus colegas foi engavetada e o Conselho se tornou apenas um conglomerado corporativista. Tão inútil e sem propósitos claros que o solitário representante da ABI, Carlos Chagas, preferiu renunciar.

"A finalidade essencial desse Conselho de Comunicação Social - disse Paulo Alberto - deveria ser, e era a intenção dos constituintes, a de assumir a responsabilidade das concessões e renovações para emissoras de tevê e rádio. Para isso, teria de ser composto por representantes legítimos da cidadania. Do jeito que está, ficou sem a menor importância."

CFJ: uma boa proposta?

### Da Redação (\*)

Segue gerando polêmica a criação do Conselho Federal de Jornalismo, projeto enviado pelo governo federal ao Congresso na última semana. O texto do projeto, que cria o CFJ e suas seções regionais, na autarquia de direito público, mas com autonomia administrativa e financeira, passará pela Câmara e pelo Senado, onde ainda pode sofrer modificações.

No entanto, já são vários os pontos de discussão levantados pelos profissionais, estudiosos e advogados que leram a íntegra da proposta. Algumas questões que mais incomodam os jornalistas que discordam do projeto são:

- O conselho terá como atribuição “orientar, disciplinar e fiscalizar” o exercício da profissão e a atividade de jornalismo, inclusive com poder de punição aos profissionais. Uma delas é a cassação do registro profissional.
- Todo jornalista, para poder exercer livremente a profissão, terá que se registrar no conselho regional do seu Estado. Anualmente, o conselho prestará contas à União.
- A competência para a emissão de carteira de identidade profissional ficará a cargo da Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais), até 90 dias após a formação da primeira composição do conselho federal, que será formado, inicialmente, por conselheiros indicados pela Fenaj.
- Caberá ao CFJ representar, em juízo, os interesses dos jornalistas (ressalvadas as competências privadas dos sindicatos), editar e alterar o Código de Ética e Disciplina e supervisionar a fiscalização do exercício profissional.

### **Profissionais não aprovaram projeto**

Muitos jornalistas vêm se manifestando contra o CFJ. “A idéia é pelega e estadonovista”, disse Alberto Dines, diretor do Observatório da Imprensa. Maurício Azedo, presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), também não apóia a iniciativa do governo e considera a proposta de “teor repressivo”. Audálio Dantas, ex-presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, engrossa o coro ao afirmar que o projeto é “extremamente perigoso”. O jornalista aponta os verbos “orientar” e “disciplinar” como palavras estranhas no texto. “Esses verbos são incompatíveis com o exercício da atividade jornalística. Toda vez que eles aparecem em regulamentos de governos que tentam disciplinar ou orientar a imprensa, os resultados são trágicos, afundamos no obscurismo”, completa.

O jornalista Ali Kamel revelou, como jornalista e não como diretor de Jornalismo da Rede Globo de Televisão, que é “absolutamente contra o projeto”. Para Kamel, “jornalismo não pode ser exercido sob nenhuma forma de pressão sobre a atividade jornalística”.

Outros profissionais se uniram às reclamações dos jornalistas. O líder do PFL na Câmara, deputado José Carlos Aleluia (BA), falou que o projeto é “uma mordida da mídia, (...) é inaceitável, é um ato arbitrário, um viés absolutista”. “Já querem amordaçar o Ministério Público e agora, sem conseguir controlar os meios de comunicação, o governo quer punir os jornalistas”, completou. O professor de Ética Jornalística Carlos Alberto di Franco acha que o CFJ é “uma clara tentativa de controle da imprensa” e que os jornalistas “não podem estar submetidos a formas de punição controladas pelo governo”. Por que diabos o governo pensa que pode ser tutor do que é bom e do que não é bom para ser publicado e para ser lido pelo povo brasileiro?”, pergunta di Franco.

### **Fenaj é a única instituição que apóia CFJ incondicionalmente**

A presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, Beth Costa, apóia a criação do CFJ, já que acredita que o projeto “é uma forma de luta, porque a distribuição da informação no Brasil não é plural, porque o modelo permite a concentração nas mãos de grupos econômicos, como não ocorre em nenhum outro país”.

Em comunicado distribuído aos jornalistas nesta segunda-feira (09/08), a Fenaj afirma que “o Conselho terá como atribuição precípua a normatização e o disciplinamento do exercício do jornalismo no Brasil, o que não significa qualquer tipo de cerceamento à liberdade de imprensa e de expressão e, sim, a instituição de um órgão que vai zelar pela qualidade da informação e pelo exercício ético do jornalismo. Por isso, o CFJ é também uma conquista de toda a sociedade”. A Federação diz ainda que é “essencial que a categoria e a sociedade possam contar com um instrumento como o CFJ que estará a serviço do interesse público, da ética, da democracia e da pluralidade no jornalismo. Bem ao contrário de permitir o cerceamento à liberdade de expressão e de imprensa, o Conselho Federal vem justamente para enfrentar e combater a manipulação da informação, a distorção de fatos e as práticas jornalísticas que privilegiam interesses escusos em detrimento do cumprimento da função social do jornalismo.” A íntegra do documento redigido pela Fenaj está no Leia Mais (abaixo).

Beth Costa admitiu, no entanto, que o projeto concentra o controle do futuro Conselho nas mãos do grupo que hoje domina a Fenaj (e que é fortemente ligado ao PT), já que os 10 integrantes da comissão provisória que assumiria o CFJ seriam indicados pelo Conselho de Representantes da Fenaj.

### **ANJ Ainda vai analisar a proposta**

A diretoria e o comitê de assuntos jurídicos da Associação Nacionais de Jornais estudará a proposta de criação

do CFJ, mas o diretor do Comitê Jurídico da ANJ, Tonet Camargo, adiantou que “a ANJ é contra toda norma que impeça a liberdade de expressão. Vamos analisar o projeto a partir desta visão”.

### **Entidades dos EUA também condenam CFJ**

Representantes de entidades norte-americanas ligadas ao jornalismo manifestaram-se contra a criação de qualquer órgão que fiscalize a imprensa, ligado ou criado pelo governo brasileiro, ainda que composto por representantes dos jornalistas (no caso do projeto do CFJ, de autoria da Fenaj, a comissão não poderia ser composta por membros do governo federal).

As entidades dos EUA afirmam que organismos desse tipo representam uma ameaça à liberdade de expressão e ainda uma forma de controle e censura aos veículos de comunicação. “Isso é assustador”, disse Bill Kovach, um dos principais teóricos do jornalismo norte-americano. O diretor da Organização de Ombudsmans de Notícia, Manning Pynn, completou dizendo que “se você permite isso (a criação do CFJ), permite também que o governo enfraqueça o principal objetivo do jornalismo – que é a vigilância do próprio governo”.

O diretor-executivo do Conselho de Imprensa de Minnesota vai além das críticas e propõe uma alternativa a esse tipo de iniciativa do governo: que os jornalistas criem órgãos auto-reguladores sem capacidade de punição e com participação de membros da sociedade, não-jornalistas, no seu conselho.

Para ler o projeto de criação do CFJ faça o download [aqui](#).

(\*) Com informações da Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo

O grande companheiro –09/08/2004

**Dora Kramer (\*)**

Fonte: [Jornal do Brasil](#)

Na ficção de George Orwell, o controle da sociedade pelo Estado dava-se através da permanente vigilância do "Grande Irmão".

Na realidade sonhada pelo governo do PT, e agora assumida como proposta de lei, tal fiscalização dar-se-ia através do Conselho Federal de Jornalismo, uma espécie de "grande companheiro", com a função de "orientar, disciplinar e fiscalizar" as atividades jornalísticas e, quando for o caso, punir jornalistas desobedientes à disciplina, à orientação e às regras da fiscalização impostas pelo Estado já devidamente aparelhado por um partido.

É possível dizer várias coisas a respeito dessa idéia materializada em projeto de lei enviado há dias ao Congresso - e diremos algumas a seguir -, só não se pode duvidar da ousadia de seus autores.

O desejo do controle e da restrição é inerente a qualquer governo. O cerne do autoritarismo, ainda que bem disfarçado quando há pudores a serem preservados, não tem ideologia.

Mesmo Fernando Henrique Cardoso, cujas relações com a imprensa e a liberdade de expressão foram de reconhecida correção, teve seus momentos de delírios restritivos.

Nada parecido com o que propõe agora o presidente Luiz Inácio da Silva, num acesso de dirigismo tão despujado que ignora o preceito constitucional sobre o direito do cidadão à informação e à livre opinião. Em 1998, FH pronunciou-se chamando às falas a imprensa no tocante à responsabilidade sobre o conteúdo das publicações. Na ocasião, foi lembrado de que tal manifestação caberia perfeitamente ao cidadão Fernando Henrique fazer, mas não ao presidente da República.

Pelo simples fato de que a defesa de limites à liberdade de imprensa quando parte do Estado deixa de ter o caráter de manifestação de opinião, para assumir um viés indubitavelmente autoritário. Ainda que a abordagem aponte erros verdadeiros e correções necessárias.

As relações entre a sociedade e os canais através dos quais ela toma conhecimento do que se passa obviamente devem ser reguladas, mas pelo bom senso, pelas normas de mercado (informação, veículos e jornalistas sem credibilidade costumam ser péssimos negócios) ou pela Justiça quando há infração às leis.

A tutela de conselheiros nomeados pelo Estado cria restrições a priori, e liberdade restrita não é liberdade, é, no máximo, uma contradição em termos.

Da mesma forma como abusos na comunicação social perdem apoio da coletividade pela compreensão geral de que acabam por prejudicar a todos indiscriminadamente, a restrição do direito de informar e ser informado termina em subtração coletiva.

É claro que no processo de discussão desse projeto criando um órgão supremo com a função de zelador da "fiel observância dos princípios de ética e disciplina" jornalísticas, seus proponentes negarão quaisquer relações com o conceito de censura.

Meras palavras. E, se é para pegar pela palavra, tomemos o significado, na língua portuguesa, do ato de censurar: "Fazer reparos, condenar, reprovare".



Pois é justamente a isso que se propõe o governo através do conselho cujo mote de existência são os reparos, as condenações e as reprovações que existem no Palácio do Planalto e adjacências ao exercício da liberdade de imprensa.

Se não é isso, raciocinemos: qual o objetivo de tal proposição? Ainda mais por iniciativa de um governo de explícitas relações distorcidas com a liberdade de expressão, a começar pela lógica interna da submissão da ação ao pensamento, adotada pelo PT.

O meio é o conselho, mas o fim é o controle da informação. Surpreende é o entusiasmo com que algumas entidades da categoria dos jornalistas receberam a medida.

Como por ingenuidade não é, o apoio só pode ser por cupidez corporativa ante a possibilidade de integrarem uma nomenclatura da comunicação subserviente aos ditames do Estado, com postos e poder garantidos por ele. A esse tipo de profissional distanciado da atividade-fim e ligado ao dirigismo oficialista, costumava-se dar o nome de pelego. A eles pouco importa a preservação do bem coletivo - no caso, a informação livre -, desde que suas "colocações" no estamento estejam garantidas.

Por isso é preciso atenção para evitar deformações no debate que está por vir. Quais sejam a de atribuir as críticas ao conselho a posições corporativistas, quando é exatamente o contrário. A burocracia controladora proposta atenderá a apaniguados, mas desassistirá a sociedade em seu pluralismo e diversidade.

Não há como não enxergar retrocesso numa proposta que retoma o espírito da previsão não realizada de George Orwell - na qual o autoritarismo venceria no final - e ignora a realidade de um Brasil contemporâneo onde o "Big Brother", carnavalizado pela subcultura da diversão instantânea, no máximo agride ao gosto. Mas este, como o direito à livre opinião e informação, não se discute.

(\*) *Colunista do Jornal do Brasil*

#### **Inquietação em Minas com moleza da Fenaj –02/01/2002**

Vários jornalistas mineiros, com destaque para alguns dirigentes sindicais (que ainda preferem, politicamente, se manter em anonimato), estão apreensivos com a demora da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) em enviar para o Congresso Nacional o anteprojeto de lei que criará, após aprovado, o Conselho Federal de Jornalismo (CFJ) e o Estatuto do Jornalismo, conforme decisão tomada pela categoria no 29º Congresso Nacional, realizado em Salvador, em setembro de 2000.

A vigência de ambas as matérias seria uma forma de eliminar definitivamente o charlatanismo que ainda existe na profissão, em todo o país, e também com a dependência da categoria em relação ao Ministério do Trabalho, nas tarefas de fiscalização das irregularidades do mercado.

Os textos estão prontos mas, sem dúvida, há uma certa relutância da FENAJ em encaminhá-los ao Legislativo. Esta lentidão, pelo menos em Minas, está causando uma série de especulações. Dentre elas, destaca-se a existência de um provável temor, em determinados quadros da entidade federal, de ver seu poder corporativo diluído com a vigência do Estatuto e do Conselho. O inexplicável silêncio da FENAJ sobre o assunto só colabora para intensificar a boataria e – pior que isto – multiplicar a insatisfação

EFE: Frei Betto expressa seu apoio ao CFJ

<http://www.efebrasil.com.br/>

Barcelona, 11 ago (EFE).- Frei Betto, assessor especial do presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, disse hoje, quarta-feira, à EFE que os jornalistas contrários à criação de um conselho federal que regule a profissão no país são os grandes meios de comunicação, que "fazem um terrorismo psicológico porque não querem perder o monopólio da palavra".

"Há tempos que os jornalistas, e eu me incluo como profissional do jornalismo, querem um conselho federal próprio para a regulamentação da ética profissional", assinalou Betto, que lembrou que, no Brasil, todos os profissionais liberais, como médicos, engenheiros, psicólogos e arquitetos, estão regulados por seus próprios conselhos federais.

A proposta do governo do presidente Lula prevê a criação de um Conselho Federal de Jornalismo (CFJ) e de outros 27 conselhos em cada uma das unidades da federação estados, que terão o poder de orientar e fiscalizar a profissão e a atividade jornalística, assim como aplicar sanções contra aqueles que exercerem a prática de forma "irresponsável".

Este projeto de lei estabelece que, depois de sua aprovação no Congresso, todos os jornalistas que atuem no Brasil, nativos e estrangeiros, deverão se filiar a esses conselhos e se submeter a suas jurisdições.

Esta iniciativa de Lula gerou um grande debate no Brasil, onde políticos, intelectuais e profissionais da informação levantaram suas vozes contra esta medida, temendo que possa desembocar em "censura" e, até mesmo, em uma ameaça contra liberdade de expressão.

Segundo Betto, aqueles que falam de censura são os que têm o monopólio da palavra e os que, precisamente, impedem que os setores mais pobres da população tenham acesso aos meios de comunicação.

Frei Betto, franciscano dominicano filho de um juiz e de uma escritora, criticou que "são aqueles que mais falam da liberdade de imprensa os que não permitem que esta liberdade seja ampliada para outros setores e os que agora reagem contra este conselho".

O frei dominicano, que participou como conferente do Festival Mundial da Juventude que acontece no Fórum das Culturas de Barcelona 2004, defendeu a criação do conselho argumentando que ele "vai ser feito por jornalistas", já que são eles os que "vão decidir como serão seus parâmetros de governo", enquanto o governo só se limitará a propor a criação do estatuto do conselho.

"É necessária a regulamentação do exercício da profissão, já que a lei de imprensa no Brasil não é suficiente, não há direito de resposta se você é atacado e isso é muito grave", assegurou o assessor do governo brasileiro.

No Brasil, os principais meios de comunicação estão concentrados em mãos de nove famílias, motivo pelo qual "parte do esforço do governo se volta para a democratizar o sistema", uma tarefa que "levará muito tempo" mas onde estão sendo dados os primeiros passos, disse.

O assessor brasileiro também explicou que os meios de comunicação no Brasil, em linhas gerais, apóiam as medidas de Lula e têm "muito boa vontade" com os programas do governo, "sobretudo a televisão". Só há dois grandes meios que mantêm uma postura "muito agressiva" contra o executivo brasileiro.

© Agencia EFE

EFE: Projeto sobre o CFJ preocupa Sociedade Interamericana de Imprensa

<http://www.efebrazil.com.br/>

Miami (EUA), 10 ago (EFE).- A Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP), com sede em Miami, expressou hoje, terça-feira, sua preocupação com a liberdade de imprensa no Brasil.

O presidente da Comissão de Liberdade de Imprensa da SIP, Rafael Molina, considerou como um grave atentado à liberdade de expressão no Brasil um projeto de lei apresentado ao Congresso no qual se impõe controles à imprensa e se estabelece sanções aos que não cumprirem as disposições.

"É uma tentativa aberta de fiscalizar e castigar aos informadores", disse Molina sobre o projeto de lei, submetido pelo governo do presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, à discussão na Câmara dos Deputados e no Senado.

O diretor exortou o presidente brasileiro a "reconsiderar sua posição e a retirar essa iniciativa", depois de qualificar a proposta como "censura" e de agregar, que se for aprovada "abrirá um grave precedente à liberdade de expressão e de imprensa, ao estabelecer pautas sobre como deve ser conduzida a informação".

Segundo a SIP, o projeto criaria um Conselho Federal de Jornalismo (CFJ), com escritórios nos 26 estados do país, e teria a autoridade para "orientar, disciplinar e fiscalizar" o exercício do jornalismo.

Além disso, parece injusto à SIP castigar com advertências, multas, censura, suspensão do registro profissional por até 30 dias e retirada definitiva do registro profissional aqueles que a lei julgar que praticam o jornalismo de forma "irresponsável".

Da mesma maneira, a organização criticou a exigência de os jornalistas estarem inscritos no CFJ para exercer sua profissão.

Molina, citou contra o projeto de lei brasileiro a Declaração de Princípios sobre a Liberdade de Expressão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Nela, disse, "a liberdade de expressão, em todas suas formas e manifestações, é um direito fundamental e inalienável, inerente a todas as pessoas. Além disso, é um requisito indispensável à existência de uma sociedade democrática".

© Agencia EFE

Fenaj: imprensa cobre mal a imprensa

**[Edson Sardinha, de Brasília](#)**

As críticas feitas ao projeto de lei que cria o Conselho Federal de Jornalismo (CFJ) revelam o quanto os veículos de comunicação brasileiros cobrem mal a própria imprensa, segundo o vice-presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Fred Ghedini. Durante entrevista coletiva concedida na Câmara dos Deputados, em Brasília, ele ressaltou que a proposta vem sendo discutida pelas entidades sindicais há 20 anos e que o projeto não tem qualquer vinculação com o governo petista.

"O anteprojeto foi apresentado, inicialmente, há dois anos ao então ministro do Trabalho Paulo Jobim, mas não teve andamento no governo Fernando Henrique Cardoso. Portanto, não é uma discussão de momento", disse.

Uma nova versão da proposta foi entregue pelos sindicalistas ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva no início deste ano.



Acompanhado pelo primeiro-secretário da entidade, Aloísio Lopes, o vice-presidente da Fenaj defendeu a criação da autarquia como forma de restringir a atuação dos jornalistas que infringem a ética ou as prerrogativas do exercício profissional. Ao longo do dia, os representantes da federação buscaram apoio nos gabinetes dos deputados. Eles tentavam, até o fim da tarde, discutir a proposta com o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), que tem se manifestado contrariamente à proposição.

Ghedini refutou as críticas feitas pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI) de que a criação do conselho é uma tentativa de cerceamento à liberdade de expressão e de atrelamento ao Executivo. “A Fenaj não apóia o governo Lula. Isso é desinformação de quem fala. Estamos criticando o governo por causa do desemprego e da política econômica restritiva, por exemplo”, afirmou.

A ABI anunciou que irá distribuir aos presidentes da República, do Senado e da Câmara e aos líderes partidários uma nota de protesto contra o CFJ. Os representantes da Fenaj devem se reunir com o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Roberto Antônio Busato, na próxima segunda-feira (16/08), em Brasília.

Fenaj cobra de Lula criação do CFJ –05/04/2004

#### **Edson Sardinha, de Brasília**

Representantes da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e dos sindicatos filiados à entidade vão cobrar apoio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a criação do Conselho Federal de Jornalismo (CFJ). O encontro, marcado para as 9h desta quarta-feira (07/04) no Palácio do Planalto, faz parte das comemorações do Dia Nacional do Jornalista.

Os sindicalistas também querem o respaldo do presidente para a campanha em defesa da regulamentação profissional. Por se tratar de uma autarquia, a criação do CFJ depende de aprovação pelo Congresso Nacional de projeto de iniciativa do Executivo. Em dezembro de 2002, a Fenaj entregou formalmente uma proposta ao então ministro do Trabalho, Paulo Jobim.

De acordo com a proposta, o Conselho Federal de Jornalismo terá como atribuições orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão e zelar pelos princípios de ética e disciplina da categoria em todo o país. No ano passado, a entidade reduziu de 73 para 39 o número de artigos do anteprojeto, que também prevê a criação dos Conselhos Regionais de Jornalismo, no âmbito estadual.

Sarney diz que CFJ não passa

#### **Edson Sardinha**

O presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), voltou a atacar nesta sexta-feira (17/09) a proposta de criação do Conselho Federal de Jornalismo (CFJ). Segundo o senador, o projeto enviado pelo governo à Câmara a pedido da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) não tem nenhuma chance de ser aprovado pelo Congresso. Na avaliação do ex-presidente da República, a implantação do Conselho é uma tentativa de cerceamento à imprensa. “É uma tentativa que ocorre ciclicamente de se tentar exercer algum controle sobre os mecanismos da imprensa”, declarou, ao lembrar que é jornalista profissional desde 1947.

Sarney também endossou as palavras do presidente da Câmara, João Paulo Cunha (PT-SP), que, na quinta-feira, classificou o envio do projeto como um erro. “Não foi um momento de felicidade para o governo o projeto que cria o Conselho Federal de Jornalismo”, disse o senador.

Para João Paulo, a discussão deveria ter sido aprofundada com a sociedade, antes de ser submetida aos parlamentares. Segundo o petista, todos os projetos que ameacem a liberdade de expressão não terão êxito na Câmara. “Jornalismo só pode ser exercido com total liberdade e, para isso, é indispensável a crítica”, afirmou. O projeto que cria o Conselho Federal de Jornalismo aguarda despacho do presidente da Câmara para iniciar a tramitação nas comissões temáticas. Na última quarta-feira, o Senado realizou uma audiência pública para discutir o assunto com representantes da Fenaj, da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Associação Nacional de Editores de Revistas (Aner).

Projeto do CFJ pode sofrer mudanças – 20/09/04

#### **Edson Sardinha, de Brasília**

Diretores da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) estão trabalhando para substituir o projeto de lei que cria o Conselho Federal de Jornalismo (CFJ) pela versão anterior da proposta, entregue ao então ministro do Trabalho Paulo Jobim, em 2002. Um deles admitiu ao *Comunique-se* que o texto encaminhado pelo Palácio do Planalto ao Congresso Nacional terá de ser mudado substancialmente, para ser aprovado pelos parlamentares. A avaliação interna é que a entidade se equivocou ao reduzir de 73 para 19 o número de artigos do anteprojeto.

O enxugamento excessivo teria comprometido a compreensão da proposta e facilitado a ação dos críticos. O texto encaminhado inicialmente ao governo pode ser lido [aqui](#).

A Casa Civil também teria posto mais lenha na fogueira ao incluir entre as atribuições do Conselho Federal de Jornalismo e dos Conselhos Regionais a fiscalização, a disciplina e a orientação do “exercício do jornalismo”. A expressão não constava de nenhum dos textos da Fenaj e teria servido de munição para os empresários invocarem o discurso de que a proposta ameaça a liberdade de imprensa.

Membros da entidade também consideram que o desgaste criado em torno do artigo que trata da primeira composição do CFJ poderia ter sido evitado pelo anteprojeto original. De acordo com a proposta atual, o Conselho de Representantes da Fenaj poderá indicar nova composição após dois anos, caso não sejam eleitos cinco Conselhos Regionais.

Esse ponto, por exemplo, é um dos mais combatidos pelo presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Maurício Azedo, que considera que ele dá “poderes imperiais” à Federação. No anteprojeto apresentado ao governo Fernando Henrique Cardoso, não há menção ao Conselho de Representantes, mas apenas a jornalistas profissionais efetivos. Além disso, ele não garante à Fenaj o direito de indicar uma segunda composição.

Os sindicalistas também querem incluir no projeto o dispositivo da cláusula de consciência, que permite que o jornalista se recuse a fazer determinadas tarefas se considerar que elas são contrárias ao Código de Ética, sem perder o emprego. A proposta, que também é polêmica, seria aproveitada do projeto de lei do deputado Celso Russomanno (PL 6817/02) que cria a Ordem dos Jornalistas do Brasil. As duas proposições tramitam em conjunto.

#### **Excluir para preservar**

Durante audiência pública realizada semana passada (15/08) pela Comissão de Educação, no Senado, o primeiro-secretário da Fenaj, Aloísio Lopes, admitiu que o texto deve passar por mudanças para excluir expressões que possam dar margem à interpretação de que a proposta limita a liberdade de imprensa.

“Um substitutivo é necessário, importante e viável, mas queremos que o Legislativo não nos negue o direito a ter um conselho profissional”, disse o presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais.

Ele também defendeu a transformação em lei do Código de Ética e Disciplina da categoria, como estava previsto na versão anterior do anteprojeto. Segundo Lopes, o projeto apresenta algumas omissões que deverão ser corrigidas pelos parlamentares. Como exemplo, o jornalista citou a falta de referência ao Tribunal de Ética, colegiado que seria responsável por julgar os processos disciplinares, e de um maior detalhamento sobre os casos passíveis de punição.

Na mesma audiência, coube ao presidente da Fenaj, Sérgio Murillo de Andrade, fazer um discurso mais incisivo em favor do atual projeto. Sem fazer referência à necessidade de alterações no texto, Andrade atribuiu a resistência à proposta aos donos dos veículos de comunicação.

“Se existe cerceamento à liberdade de imprensa é por parte desse modelo concentrador de propriedade dos meios de comunicação, em que uma empresa absorve 80% de todas as verbas de publicidade (...) A mídia que cobra regras para todos os setores é a mesma que tem aversão em discutir regras para ela”, afirmou.

A votação não será das mais fáceis. Os empresários do setor têm assento em sete das 39 cadeiras da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática. Ou seja, 18% dos deputados do primeiro colegiado da Câmara que irá examinar o Projeto de Lei 3985/04 detêm concessão de rádio ou televisão.

**ANEXO V**  
**Matérias publicadas no jornal *O Estado de S. Paulo* sobre o Conselho Federal de**  
**Jornalismo**

Quarta-feira, 07 de abril de 2004 - 12h38

## **Fenaj quer criação de Conselho Federal de Jornalismo**

Brasília - A presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Beth Costa, pediu hoje ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que envie ao Congresso projeto de lei propondo a criação do Conselho Federal de Jornalismo, autarquia que funcionaria nos moldes do Conselho Federal de Medicina, com incumbência de fiscalizar o exercício da profissão de jornalista.

O pedido foi feito durante encontro do presidente com cerca de 70 jornalistas, entre dirigentes da Fenaj, de 24 sindicatos de jornalistas nos Estados e profissionais de imprensa que cobrem as atividades do Palácio do Planalto, por ocasião do Dia do Jornalista, que transcorre hoje.

Lula disse que considera "simpática" a idéia, e o ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, que participou do encontro, informou que a proposta de criação do Conselho está em análise no seu ministério.

Demétrio Weber

Terça-feira, 31 de Agosto de 2004

## **Lula volta a acusar imprensa de denunciismo**

Presidente faz defesa indireta da criação do Conselho Federal de Jornalismo

MARIANA CAETANO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a atacar a imprensa e criticou ontem o "denunciismo" que "muitas vezes" prevalece sobre a notícia. De modo indireto, ele defendeu a criação do Conselho Federal de Jornalismo (CFJ). "É uma boa política não ter a preocupação na disputa eminentemente de mercado. É preciso pensar na qualidade da informação que o povo brasileiro recebe. Sobre tudo num momento em que muitas vezes o denunciismo pelo denunciismo tem prevalência sobre a notícia e a informação", afirmou o presidente, durante a comemoração dos 10 anos da revista Carta Capital e entrega do prêmio "As empresas mais admiradas no Brasil em 2003".

Ele praticamente respondeu às declarações do governador Geraldo Alckmin (PSDB), que deixou claro ser contrário à criação do CFJ, autarquia encarregada de "orientar, disciplinar e fiscalizar" a atividade jornalística. "Uma boa imprensa é a sociedade conversando consigo própria", afirmou o governador no discurso que precedeu o do presidente.

Pacto - Lula criticou a imprensa ao dirigir-se a Mino Carta, responsável pela revista. Teceu elogios e destacou que o jornalista passou por vários veículos e resistiu a pressões de chefes para contrariar sua "dignidade". Segundo ele, há no Brasil um "verdadeiro pacto de mediocridade" que sobrevive "sempre que uma pessoa se destaca numa atividade". Para Lula, esse pacto "não deixa o mais inteligente crescer ou evoluir". E provocou: "Na política isso existe muito."

Ao comentar a entrega do prêmio a 40 empresas - segundo pesquisa do instituto InterScience, em parceria com a revista - Lula ressaltou que a iniciativa é simbólica num momento em que o País "está carecendo de bons exemplos" e coloca a "autoestima de seu povo como instrumento para que as coisas dêem mais certo."

O presidente lembrou que os empregados das empresas premiadas contribuíram para o sucesso e o reconhecimento de todas elas. Lembrou a participação de várias das empresas presentes em programas sociais, mas repetiu o apelo: "O Estado sozinho não será capaz de resgatar a dívida social acumulada deste país. Ou encontramos um jeito de envolver o conjunto da sociedade brasileira como cúmplice de uma boa política para que encontremos as saídas, ou o Estado, sozinho, não dará conta." Na platéia, importantes empresários e oito ministros. (Mais sobre o dia de Lula em São Paulo na página B3)

Domingo, 29 de agosto de 2004

## **Edson Vidigal, do STJ, defende imprensa livre**

"Não deveria haver nem lei de imprensa. Quando o presidente Lula chamou os jornalista de covardes, ele deveria estar brincando com os coleguinhas dele dentro do avião dele", comentou o presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Edson Vidigal. Ele disse que liberdade de imprensa não tem que estar sujeita a

nada, numa crítica à intenção do governo de criar o Conselho Federal de Jornalismo para controlar a atuação dos jornalistas.

Quarta-feira, 25 de agosto de 2004

## 'Conselho é um perigo', diz Mesquita

Ao inaugurar biblioteca com nome de seu pai, Júlio Cesar Mesquita critica projeto da Fenaj

MAURO MUG

O jornalista Júlio César de Mesquita criticou ontem a intenção do governo de criar o Conselho Federal de Jornalismo. "Esse projeto é um perigo", disse ele ao participar da inauguração da biblioteca e da sala de leitura do Hospital Geral de Vila Nova Cachoeirinha, que leva o nome de seu pai, o jornalista Júlio de Mesquita Neto. "Se o Congresso o aprovar, será a volta da época negra dos governos militares e da censura", comentou ele.

De acordo com Mesquita, o governo não pode fixar regras para os jornalistas.

"Não deve haver pessoas ou governos que ditem regras de como uma reportagem deve ser escrita e publicada, pois a imprensa toma conta e vigia aqueles que estão no poder", disse. "Quando a imprensa for tutelada pelo governo ela deixará de ter liberdade."

Ele lembrou um fato que aconteceu quando seu pai foi chamado para depor num Inquérito Policial Militar, durante o regime militar. "Ao ser perguntado se era ele o diretor responsável pelo jornal O Estado, meu pai respondeu que não." O funcionário público insistiu, afirmando que o nome de Júlio de Mesquita Neto constava do expediente do jornal como diretor responsável.

"Não sou eu", repetiu meu pai. O diretor responsável é o ministro da Justiça, Alfredo Buzaid. É ele que decide o que o jornal vai publicar."

**Leitura** - Mesquita, que participa do Conselho de Administração do jornal O Estado de S. Paulo, disse ainda que, além de lutar pela liberdade de imprensa, uma das preocupações de seu pai era que os filhos lessem muito. "Ao ler jornais, as pessoas ficam bem informadas sobre o destino de seu País e a leitura dos livros aprimora a escrita e a cultura", afirmou.

A biblioteca e a sala de leitura fazem parte do Projeto Leia Comigo, desenvolvido pelo governo do Estado. O Hospital Geral de Vila Nova Cachoeirinha foi o quarto a ter sua biblioteca, também instalada em mais 13 conjuntos habitacionais de baixa renda. "A leitura desperta a cidadania das pessoas, faz com que elas saibam diferenciar uma verdade de uma mentira", disse a secretaria estadual de Educação Cláudia Costin.

Para a diretora técnica do hospital Aglae Neri Gambirasio, "a biblioteca no hospital tem o objetivo de tornar mais agradável possível a estadia dos pacientes e dos funcionários." A Secretaria da Cultura doou 600 livros e os funcionários mais 200.

Da cerimônia participaram ainda a viúva de Júlio Neto, dona Zulu Cerqueira César de Mesquita, e o coordenador de Saúde da Grande São Paulo, Ricardo Tardelli, representando o secretário da Saúde.

Terça-feira, 24 de agosto de 2004 - 07h53

## Alberto Dines critica projeto de Conselho de Jornalismo

São Paulo - O jornalista Alberto Dines classificou de "catástrofe" o projeto da Federação dos Jornalistas, posteriormente encampado pelo governo, de montar um Conselho Federal de Jornalismo. "Eu acho que o governo já percebeu que pisou na bola (...) Precisa-se fazer uma agência reguladora, tentar fazer uma agência de auto-regulamentação, como o Conar, os ouvidores (ombudsmen), tudo isso é positivo", disse em entrevista no Roda Viva, da TV Cultura. "Agora, criar mecanismos que constriam a atividade, que é uma atividade política prevista na Constituição para ser inteiramente livre e autônoma, isso realmente é um retrocesso."

Alberto Dines, porém, prefere não acreditar que a proposta de controle dos jornalistas, quase simultânea à proposta da lei do silêncio para o funcionalismo e a lei do audiovisual façam parte de uma suposta teoria conspiratória de perpetuação no poder. "Embora eu seja veementemente contra esse projeto do Conselho Federal de Jornalismo, eu não vejo a coisa no seu conjunto", afirmou o jornalista.

"Eu acho que houve uma série de coincidências, inclusive o negócio da Ancinav, que foi o vazamento de um rascunho que ainda não estava terminado", prosseguiu. "Nesse ponto eu me deixo influenciar pelo espírito mais otimista, mais idealista de acreditar no homem, de não acreditar que o PT iria trair as suas raízes."

Paulo Maciel

Terça-feira, 24 de agosto de 2004

## Auto-regulamentação para a imprensa

RUBENS BARBOSA

Pela percepção de que poderia levar a interferências indevidas na liberdade de imprensa, despertou compreensível reação negativa na opinião pública brasileira a proposta de criação do Conselho Federal de Jornalismo, cuja alegada missão seria a de "orientar, disciplinar e fiscalizar" a atuação dos jornalistas e a atividade do jornalismo. A indignação de todos os segmentos da sociedade brasileira foi grande e indica a pouca disposição para qualquer retrocesso que signifique ameaça à democracia.

Não me parece que o PT, que nasceu do combate ao autoritarismo e cresceu na democracia, tenha interesse em respaldar um projeto de lei que restrinja o direito à informação e a liberdade da imprensa. No entanto, caso a proposta do Executivo seja levada adiante em sua forma atual, o que parece improvável a esta altura, o Congresso Nacional certamente deverá rever o projeto do governo e dele retirar qualquer referência que possa alimentar a percepção de que se está querendo cercear a independência da imprensa.

Há um aspecto do projeto de lei, o da responsabilidade, que merece ser aprofundado, sobretudo à luz da sequência de erros factuais, de episódios de desrespeito à ética e de impropriedades cometidos, com frequência maior do que a desejável, por alguns órgãos de imprensa no Brasil, gerando suspeitas sobre a honestidade e a conduta de tantas instituições e pessoas, como demonstram exemplos recentes.

Trata-se de como tornar os jornais e revistas responsáveis de fato pelas opiniões e informações que emitem, sobre pessoas ou organizações. Legislação nesse sentido já existe, mas não é efetiva. Trata-se de uma questão essencialmente ética, relativa ao comportamento da imprensa, e não política.

Com o objetivo de contribuir construtivamente para o debate sobre essa matéria, pareceu-me útil resumir os principais aspectos da regulamentação sobre a imprensa existente no Reino Unido, país em que servi e que é conhecido pela excelência de sua grande imprensa.

Lá, as atividades da imprensa escrita - jornais e revistas - são auto-reguladas, de forma voluntária, pela Comissão de Reclamações da Imprensa (Press Complaints Commission). A comissão foi instituída por iniciativa dos próprios órgãos da imprensa britânica e funciona com base em Código de Conduta criado em 1991 e elaborado pelo Comitê de Editores da comissão. Em 2003, a comissão recebeu 3.649 queixas, sendo que uma em cada três reclamações se referia a invasão da privacidade.

O código ([www.pcc.org.uk](http://www.pcc.org.uk)) representa um guia de referência para jornalistas e editores e é obrigatório para todos os jornais e revistas do país. Revisto periodicamente, a última versão entrou em vigor em 1.º de junho deste ano, introduzindo novas e mais estritas regras no tocante a privacidade e assédio pessoal.

Ao definir os parâmetros de abuso, obriga os órgãos de imprensa a não publicarem informações ou reportagens infundadas ou distorcidas, a assegurarem direito de resposta a qualquer indivíduo ou organização e a distinguirem claramente o que é versão, especulação ou fato, respeitada, naturalmente, a liberdade de opinião. Disciplina questões como a do pagamento de matérias, a da obrigação de não identificar amigos e familiares de pessoas condenadas ou acusadas de crime, bem como a de entrevistas com crianças menores de 16 anos.

Contém, por outro lado, dispositivos que proíbem identificação de crianças envolvidas em crimes sexuais e qualquer tratamento discriminatório de fundo racial, religioso ou sexual. O código proíbe igualmente o uso de informações relativas ao mercado financeiro em proveito dos próprios jornalistas, assegura o princípio da confidencialidade das fontes de informação e define os casos de interesse público em que há limites ao direito à privacidade (basicamente segurança, saúde e informação pública).

Atualmente, a comissão é integrada por 17 membros, entre jornalistas e leigos, que atuam em todos os casos, julgados da forma mais rápida, ágil e eficiente. O presidente, indicado pela entidade de representação da imprensa, deve, no entanto, ser independente, como o atual, ex-embaixador britânico nos Estados Unidos. O sistema busca respeitar o princípio da "liberdade com responsabilidade".

Os órgãos reguladores não exercem controle ou censura prévia e não representam, por isso, ameaça ao princípio de liberdade de imprensa; os veículos e jornalistas estão, no entanto, subordinados aos mecanismos e códigos de conduta, bem como às decisões que resultem do julgamento das reclamações apresentadas. Os editores são os responsáveis perante a comissão.

O objetivo fundamental é o de proporcionar um foro institucional para a apresentação de reclamações, de forma a garantir, tanto quanto possível, não só fluidez no canal de comunicação com a opinião pública, mas também critérios de isenção e imparcialidade no julgamento dos casos.

No Brasil, temos também um bom exemplo de auto-regulamentação com o Conar, que disciplina a ética da publicidade e propaganda.

Talvez tenha chegado o momento de os principais jornais e revistas do País tomarem a iniciativa de criar, voluntariamente, um mecanismo de auto-regulação para orientar, disciplinar e fiscalizar as atividades dos

jornalistas e jornalística. Com isso evitariam os riscos de uma iniciativa do governo ou do Congresso, e a sociedade estaria livre de situações de constrangimento, como as flagrantes manipulações públicas de informações que podem causar graves consequências políticas e morais aos atingidos, sem nenhuma responsabilização por quem as divulgou na imprensa.

*Rubens Barbosa, consultor, foi embaixador do Brasil nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha*

Sexta-feira, 20 de agosto de 2004

## **Presidente da CUT dá apoio à criação do CFJ**

O presidente da CUT, Luiz Marinho, manifestou apoio pessoal à criação do Conselho Federal de Jornalismo, avisando que a central ainda não examinou o projeto. "Apóio porque é a proposta das entidades representativas da categoria", disse, referindo-se à Fenaj. "E no que depender de mim a CUT apoiará. Existem profissionais e profissionais, e é por isso que tem de haver conselho de ética."

Sexta-feira, 20 de agosto de 2004

## **Aonde eles querem chegar?**

JOÃO MELLÃO NETO

No cabeçalho do mais importante e influente jornal do mundo, The New York Times, há uma frase aparentemente simples - "All the news that's fit to print" -, que, em tradução livre, significa: "Todas as notícias que merecem ser publicadas." Parece desprezível. Não é. Milênios de História humana foram necessários para que ela pudesse ser insculpida. Representa a liberdade de expressão no seu sentido maior. Enquanto estiver lá, significa que aquele jornal publica tudo o que for relevante, sem censuras, pressões ou influências, de quem quer que seja, por mais poderoso que for.

Liberdade de expressão é um conceito relativamente recente na História Universal. Ela aparece, pela primeira vez, na Constituição dos Estados Unidos da América - promulgada em 1787-88, com sete artigos e dez emendas. A primeira delas reza que "o Congresso não legislará (...) cerceando a liberdade da palavra, ou de imprensa (...)". Em nome dela, nunca o poder público, no território dos EUA, pôde jamais imiscuir-se no que é publicado.

O pensador inglês John Stuart Mill, pouco mais de meio século depois, em seu majestoso tratado *On Liberty* (Sobre a Liberdade), justificou o conceito: "Se toda a humanidade menos um fosse de uma opinião e apenas uma pessoa fosse de opinião contrária, mesmo assim a humanidade não estaria justificada em silenciar essa pessoa." E concluiu o raciocínio: "Não podemos nunca estar certos de que a opinião que estamos tentando sufocar seja uma opinião falsa e, mesmo que estivéssemos certos, sufocá-la seria ainda um mal."

No capítulo Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, a Constituição brasileira, no inciso IV do artigo 5.º, declara, peremptoriamente, que "é livre a manifestação do pensamento".

Por que a liberdade de expressão é tão reiteradamente defendida? Porque ela está sob constante ameaça.

Para o Estado e os governantes, em geral, ela é um permanente estorvo. A todo instante são publicadas notícias e opiniões desfavoráveis e, como é da natureza de todos os governantes - de qualquer ideologia - se acreditarem certos, infalíveis e bem-intencionados, eles consideram as eventuais críticas e denúncias contra eles um sórdido e mesquinho complô de seus opositores. Se dependesse deles, a mídia só publicaria a versão oficial dos fatos.

Toda essa discussão vem a calhar porque o presidente Lula acaba de apresentar duas propostas de lei que, se aprovadas, representarão um grave golpe no sagrado direito de expressão. Uma delas é a que cria o Conselho Federal de Jornalismo. A outra trata de estabelecer a Agência Nacional de Cinema e Audiovisual (Ancinav).

As justificativas oficiais, como sempre, são cândidas. O famigerado conselho de jornalismo, por exemplo, seria apenas o atendimento a uma justa e antiga reivindicação da categoria. Seu objetivo seria promover os direitos e prerrogativas dos profissionais da área, jamais cerceá-los. Quanto à Ancinav, a idéia seria a de estabelecer uma política proativa de incentivo à pluralidade e à diversidade cultural.

Na prática, não é bem assim. No segundo caso, a "agência" - controlando os recursos do setor - terá, na prática, poderes para dirigir e orientar que tipo de produtos, doravante, o nosso cinema e as estações de TV terão de criar. Já no primeiro caso, os resultados serão ainda piores. Segundo a proposta de lei, caberá ao Conselho Federal de Jornalismo a missão de "orientar, disciplinar e fiscalizar" o exercício da profissão de jornalista, podendo até mesmo cassar o registro de profissionais que se comportem de maneira "pouco ética". A quem cabe julgar o que é e o que não é ético? Ao conselho, é claro. E quem comporá o conselho? A Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), uma instituição tão representativa da categoria que eu, com

20 anos de profissão, nunca antes dela ouvira falar. A direção da Fenaj, como era de esperar, é toda ela composta por - adivinhem quem? - militantes radicais do Partido dos Trabalhadores... Deu para entender o real objetivo da proposta?

Não há o que estranhar se levarmos em conta as origens do PT. Lá nos inícios dos anos 1980, os fundadores e primeiros membros do partido eram todos de extração marxista-leninista. Convivi com eles nos meus tempos de universidade. Era uma gente estranha, com um brilho fanático nos olhos, que não se misturava conosco - miseráveis burgueses - porque nos acreditavam uma classe em extinção. Como haviam lido meia dúzia de livros de esquerda, acreditavam ter o monopólio da sabedoria. O materialismo dialético explicava tudo, inclusive o porquê de nós outros sermos tão "alienados". A História os levaria, inevitavelmente, ao poder. E, lá chegando, sua missão seria a de reconstruir a sociedade. O diálogo com eles era impossível. Afinal, se eles estavam certos, e tinham certeza disso, para que perder tempo em discussões?

Eu imaginava que, com a passagem dos anos, eles tivessem evoluído. Qual o quê! Muitos deles ainda continuam os mesmos: radicais, autoritários e profundamente descrentes dos "valores burgueses" que alicerçam a democracia.

Foi esse tipo de gente que pôs na cabeça de Lula esse desatino de querer controlar, além do Estado, também a imprensa, a cultura e, ao final, toda a sociedade.

Dias atrás, li, perplexo, uma declaração de Lula de que foi ao Gabão para descobrir como é que um governante fica mais de 30 anos no poder... Deus nos acuda!

*João Mellão Neto é jornalista E-mail: j.mellao@uol.com.br Site: www.mellao.com.br Fax: (11) 3845-1794*

Quarta-feira, 18 de agosto de 2004 - 07h55

## **Lula erra o alvo ao criticar jornalistas, diz Mino Carta**

São Paulo - O jornalista Mino Carta acha que o presidente Lula erra o alvo ao chamar de "covardes" os jornalistas por não estarem envolvidos na aprovação do Conselho Federal de Jornalismo. "Eu acho que há algo mais grave do que a palavra 'covarde'. A meu ver, Lula erra o alvo", afirmou o diretor de Redação da revista Carta Capital durante entrevista no Jornal da Cultura.

"Se há um problema no País ele não é representado pelos jornalistas, o problema é representado pelos patrões da mídia, os quais têm poderes excessivos. Com raríssimas exceções, os jornalistas servem aos seus patrões, impulsionados pelo pânico de perder o emprego, eles fazem o que o patrão manda."

### **Controle de poder**

Mino Carta sugeriu que, ao invés de fazer carga sobre os jornalistas, talvez fosse o momento de fazer uma lei para limitar os poderes dos proprietários de mídias. "Chegou o momento de pensar numa lei democrática que limite os poderes do patrão, que estabeleça o que você pode efetivamente ter e o que você não pode ter, a bem da democracia", propôs Mino.

"Em muitos pontos e vista, nós ainda estamos ancorados à Idade Média. Nós temos diretores de redação por direito divino(...) O senhor Roberto Marinho foi um mestre na tentativa de obscurecer as consciências brasileiras. E me parece que foi muito bem sucedido na operação."

## **Viés autoritário de quem?**

José Genoíno

O PT e o governo continuam sendo alvos de um furioso ataque vindo de setores da oposição e de alguns colonistas políticos. O mote agora consiste em que ambos – PT e governo – estariam tomados por uma intencionalidade autoritária orientada contra jornalistas, contra o Ministério Público e em favor do dirigismo estatal. A liberdade e a democracia estariam em perigo. O governo não teria apreço por esses valores e o ovo da serpente estaria prestes a gerar o perigo do autoritarismo.

É curioso notar que alguns dos porta-estandartes da "liberdade de imprensa" e da "democracia" nunca souberam e não sabem o que é a censura de fato, o que é a falta de liberdade política de fato e o que é o regime autoritário de fato. À época do regime militar, alguns desses novos arautos da democracia estavam justamente contra ela, beneficiando-se ou silenciando à sombra do autoritarismo.

Então, o problema que tem de ser posto, antes de tudo, é o da legitimidade moral do discurso. É fácil, agora, no gozo pleno das liberdades, acusar um governo democrático de autoritário. O difícil era acusar um governo autoritário de autoritário. Nós, do PT, juntamente com muitos democratas que estão em outros partidos, o fizemos. A liberdade de imprensa e a liberdade política de que todos gozam nos dias de hoje são frutos de

nossas lutas. Não queremos nada por isso além de reconhecimento e respeito. Mas quando nós, não de forma exclusiva, claro, falamos de liberdade e democracia, temos a legitimidade moral do discurso. Legitimidade que nos foi conferida pela história de uma conquista e pela nossa luta. Legitimidade que falta a muitos que nos atacam.

O segundo problema implicado nas acusações é o problema da verdade. É insustentável e até risível o argumento de que o governo tenha uma intencionalidade autoritária ou prática em tal sentido. Nenhum outro governo do período republicano foi tão democrático como está sendo o governo Lula. O governo estabeleceu um inédito diálogo social que abrange todos os grupos – do MST aos empresários de todos os setores. Demandas são ouvidas, sugestões são acatadas e soluções são encaminhadas. Não há dirigismo em nenhum setor ou atividade. Não há dirigismo na economia, setor no qual mais se temia que um governo do PT viesse a adotar uma postura estatizante. O atual governo é o que mais promoveu e vem promovendo o diálogo institucional com governadores e prefeitos, com o Congresso e com o Judiciário. Consensos para impasses federativos são construídos, pendências são negociadas e conflitos são dirimidos.

O que se vê é que a realidade desmente as acusações e que há uma inverdade nelas. O que há é a tentativa de construção de uma realidade falsa por meio de um discurso sinuoso, revestido de brilho e de compromisso cerimonioso com valores que não estão em jogo e que não estão ameaçados. Discurso luminoso na aparência, mas nebuloso na essência, porque o vendaval de adjetivos que vitupera contra o PT e o governo acoberta interesses que não se revelam.

O PT e o governo podem ter cometido e deverão continuar cometendo alguns erros aqui, outros acolá. Isso é natural aos seres humanos e na atividade política. Mas esses erros em momento algum representaram uma ameaça à democracia e à liberdade. Erros dessa natureza, questões mal postas ou afirmações irrefletidas sempre são passíveis de retificação pelo debate público. E nisso a crítica tem um papel relevante e legítimo. O debate público cumpre a alta função de processar esclarecimentos, entendimentos e posições de conteúdo. Daí que o debate público é imprescindível à democracia e constitutivo dela.

O que não cumpre papel relevante nem se legitima é a acusação infundada, o discurso fabricado, que muitas vezes tenta até mesmo criminalizar relações políticas legítimas. Esses expedientes, sim, são constitutivos de um método que afronta a democracia, pois neles não estão em jogo conteúdos. Estão em jogo apenas a adjetivação vazia, que se nega a discutir o mérito das questões postas e das iniciativas encaminhadas. É a forma autoritária de desconstituir o adversário e não reconhecê-lo como interlocutor legítimo. É a forma que nega a essência da democracia, porque esta implica, antes de tudo, a controvérsia plural de idéias.

É isso que está sendo feito em torno das propostas da criação da Agência Nacional de Cinema e Audiovisual (Ancinav) e do Conselho Federal de Jornalismo (CFJ). Boa parte dos críticos não debateu o mérito das propostas.

Eles partiram para a acusação e adjetivação, simplesmente. E deram o assunto por encerrado nos termos das suas presunções: eles são os democratas e o governo e o PT são os autoritários. Nem sequer refletiram sobre a necessidade de democratizar o acesso aos fundos públicos de incentivo à cultura. Reside justamente aí a nebulosidade das críticas adjetivadas, porque elas escondem os interesses efetivos que representam.

No caso do Conselho Federal de Jornalismo, o governo apenas encaminhou uma petição da categoria dos jornalistas. Acredito que fosse melhor não tê-lo feito. O caminho mais correto consistia em que a Federação Nacional dos Jornalistas encaminhasse sua demanda diretamente ao Congresso. Mas o que está claro é que não houve nenhuma imposição, nenhuma urdidura por parte do governo. O que mais se viu em torno dessa proposta não foi o debate público do seu mérito e dos procedimentos, mas as adjetivações de “bolchevismo”, “autoritarismo”, “chavismo”, “dirigismo”, etc. Comparou-se o CFJ brasileiro com um conselho similar que existe em Cuba. Ninguém se lembrou de que na França democrática também existe um conselho regulamentado em lei, conhecido como Comissão da Carta dos Jornalistas. São esse discurso adjetivado, essa falta de respeito com a História, essa ausência de conteúdo que atentam contra o debate público democrático.



## **ANEXO VI**

Matérias publicadas no *site Primeira Leitura* ([www.primeiraleitura.com.br](http://www.primeiraleitura.com.br)) sobre o Conselho Federal de Jornalismo

### **Fenaj ataca jornalistas e defende Lula**

Vice-presidente da entidade diz que Conselho Federal de Jornalismo vai coibir “picaretagem” na profissão e diz que presidente não quer censurar imprensa

O vice-presidente da Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas), Fred Ghedini, defendeu nesta terça-feira, em Brasília, a criação do Conselho Federal de Jornalismo como forma de coibir o que chamou de “picaretagem”, que, segundo ele, seria uma prática disseminada na imprensa. Ele afirmou que a imprensa tem veiculado “muita besteira” acerca da proposta de criação do órgão. “Só o trabalho de desinformação que vem sendo feito pela mídia já justifica a criação do conselho”, afirmou, em entrevista coletiva concedida no Salão Verde da Câmara. Ghedini e o secretário-geral da Fenaj, Aloísio Lopes, estiveram no Congresso para defender o projeto e discutir sua tramitação com parlamentares. Durante toda a longa entrevista, o vice-presidente da entidade que representa os jornalistas passou boa parte do tempo atacando os profissionais e defendendo o governo. “Nós exigimos que a cada matéria contrária ao conselho seja publicada uma favorável, de igual tamanho e espaço”, afirmou. Ele defendeu o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao negar que o envio da proposta do CFJ seja uma tentativa do governo de controlar a mídia. “O presidente Lula não tem nenhum interesse em controlar a mídia. Sua trajetória de lutas desmente isso.”

Apesar da defesa veemente de Lula, Ghedini negou que a entidade apóie o governo quando questionado a respeito por **Primeira Leitura**: “A Fenaj não apóia o governo. Inclusive, estamos criticando o governo em relação à sua política de empregos”. Questionado sobre a declaração do ministro Luiz Gushiken (Secretaria de Comunicação de Governo) de que a liberdade de imprensa não pode ser um valor absoluto, Ghedini evitou criticá-lo e disse apenas que a liberdade de imprensa estará assegurada com a criação do CFJ.

Ele criticou os veículos de comunicação por, no seu entender, “cobrirem mal a própria imprensa”. Isso porque, segundo ele, o projeto do CFJ já estaria em discussão há muitos anos, antes mesmo do governo Lula.

Ghedini, que condenou jornalistas por publicar notícias sem checar e por terem formação deficiente, disse que a Fenaj entregou o projeto do CFJ ao ex-secretário-executivo do Ministério do Trabalho, Paulo Jobim, que assumiu o Ministério no fim do governo Fernando Henrique Cardoso.

O representante da Fenaj citou casos em que a imprensa teria agido mal ou prejudicado pessoas inocentes com reportagens não-comprovadas – como os casos da Escola Base e da falsa entrevista exibida pelo programa do apresentador Gugu Liberato com um membro do PCC – para justificar a necessidade de criar o conselho.

As atribuições do órgão, segundo ele, seriam fiscalizar o cumprimento do Código de Ética dos jornalistas, verificar “se o jornalista cumpriu as exigências legais” ao publicar uma reportagem, aferir a qualificação técnica do jornalista e conceder ou negar registro aos recém-ingressos na profissão. Defendeu a criação de uma taxa para custear o conselho.

Questionado sobre o número de jornalistas que a Fenaj representa, Aloísio Lopes se atrapalhou. Depois de dizer que não fazia “a mínima idéia”, disse que “chutaria uns 100 mil”. Depois, corrigiu para 50 mil e, por fim, para 30 mil. O total de votantes na última eleição da diretoria da entidade foi de 4.980. Diante da baixa representatividade da eleição, novamente os representantes da Fenaj preferiram atacar a desmobilização dos jornalistas.

Quando questionado sobre a existência de conselhos similares em outros países do mundo, Ghedini primeiro condenou o “colonialismo” vigente no Brasil, que faria com que o parâmetro sempre fossem os Estados Unidos. Disse que não tinha conhecimento de muitos países, mas citou a Colômbia como um país que teria adotado esse modelo de fiscalização da imprensa. “Dizer que o conselho é uma forma de censura é não entender nada”, afirmou.

Os representantes da Fenaj fizeram um périplo pelo Congresso em busca de apoio ao projeto. Eles tentavam, até o fim da tarde, discutir a proposta com o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), que tem se manifestado contrariamente à proposição.

## Chávez, Meirelles e Fenaj: só o PT os une

Lula e seu governo querem, com a maioria de que dispõem no Congresso, criar uma espécie de Tribunal da Inquisição Jornalística, que pretende fiscalizar a atividade e até promover punições, travestido de Conselho Federal de Jornalismo  
Por Reinaldo Azevedo

O conservador Henrique Meirelles fica no Banco Central. O PT expressa seu apoio formal ao protoditador Hugo Chávez na certeza de que sua permanência “representará a consolidação da democracia e a ampliação das conquistas sociais”. Um projeto de lei do presidente Lula (&veja íntegra) cria o Conselho Federal de Jornalismo para fiscalizar, orientar e, se for o caso, punir os jornalistas. Poucos nos damos conta de que essas três aberrações de teratológica democracia derivam de um mesmo tronco, brotam da mesma frondosa árvore do autoritarismo. Um só ente de razão explica a tão fingida como incondicional adesão às regras de mercado (Meirelles), apoio bastardo a um populista com sotaque de esquerda (Chávez) e tentativa de impor uma forma de “censura democrática” à imprensa (o tal conselho). Esse ente de razão se chama PT. Já faz algum tempo que não abordo neste site o tema do partido como o Moderno Príncipe, segundo a formulação do teórico comunista italiano Antonio Gramsci. Gramscianos, alguns deles meus amigos, se revoltam quando recorro ao termo e consideram rasa a leitura. Não é, não!

Se o PT faz lambança com a herança gramsciana, a culpa não é minha. Não tenho dúvida de que *o PT, desenvolvendo-se, subverte todo o sistema de relações intelectuais e morais, uma vez que seu desenvolvimento significa, de fato, que todo ato é concebido como útil ou prejudicial, como virtuoso ou criminoso, somente na medida em que tem como ponto de referência o próprio PT e serve ou para aumentar o seu poder ou para opor-se a ele. O PT toma o lugar, nas consciências, da divindade ou do imperativo categórico, torna-se a base de um laicismo moderno e de uma completa laicização de toda a vida e de todas as relações de costume*. Quem leu o original já sabe. Esse trecho em itálico saiu da pena de Gramsci, com uma diferença: onde se lê “PT”, o teórico comunista escreveu “Moderno Príncipe”. E o “Moderno Príncipe” era como ele chamava “O Partido”, que seria o instrumento, a base e o veículo das mudanças que ele queria. O partido de Lula é comunista? Não é. Mas tem inequívoca vocação autoritária.

Antes que volte à questão propriamente do partido como o novo “imperativo categórico”, aquele ente que define o que é “virtuoso e criminoso”, quero me ater aqui à rigorosa similaridade que existe entre o projeto oficial que cria o Conselho Federal de Jornalismo e o modo Chávez de entender a democracia. O PT e até algumas boas almas (culpadas de tanta inocência teórica que cultivam) costumam dizer que não há nada de ditador no presidente venezuelano. Fez o que fez no país sempre por meio do voto. É verdade, e essa é apenas uma verdade que serve para ocultar suas fraudes.

Chávez, na esteira de sua primeira eleição, criou a sua própria Assembléia Constituinte, à qual submeteu as medidas de sua “revolução bolivariana”. Dela derivaram todos os outros esbulhos à ordem democrática e a virtual extinção das fronteiras entre os três Poderes da República. Segundo seu entendimento do que é a democracia, quem tem a maioria faz o que quer. Não é outro o pensamento de José Genoino expresso à *Folha de S.Paulo* na edição desta sexta. Referindo-se à Venezuela, disse: “Um governo que faz um referendo, se submete a ele e ganha é porque tem legitimidade”. Não vou ser impiedoso a ponto de sugerir que Genoino acaba de absolver o nazismo. Alguém precisa avisar a este senhor que a democracia se define mais pelos direitos assegurados à minoria do que pelas mudanças que pode operar a maioria.

Lula e seu governo querem, com a maioria de que dispõem no Congresso, criar uma espécie de Tribunal da Inquisição Jornalística, travestido de Conselho Federal de Jornalismo, que pretende fiscalizar a atividade e até promover punições. Contam, para tanto, com o apoio da “corporação” — sindicatos e a Federação Nacional de Jornalistas (Fenaj). Um texto publicado no site do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo (<http://www.sjssp.org.br/>) faz a defesa incondicional do projeto e classifica o ato de Lula de “assinatura histórica”.

O site da Fenaj (<http://www.fenaj.org.br/>), que é a autora intelectual da proposta, traz a íntegra do documento sem comentários. Quem quiser saber o que é o que pensa a dita-cuja deve ler o texto que lá está sobre o episódio Larry Rohter. Primarismo ideológico, mistificação e ignorância absoluta sobre os princípios que norteiam a liberdade de expressão ali se juntam para dar à luz uma das peças mais infames jamais produzidas nesta profissão. É essa gente que se arroga o direito de dizer o que é e o que não é bom jornalismo.

O PT fez da adesão sentimental da larga maioria dos jornalistas ao partido — já que tinha pouco ou quase nada de ideologia em sentido estrito — um dos instrumentos de sua construção e ascensão ao poder. O Ministério Público também ajudou. Parlamentares petistas, promotores e repórteres criaram a possante máquina de denúncias que fez do PT, uma UDN com retórica de esquerda, uma alternativa vitoriosa de poder. Onde é que

aqueles bravos rapazes e moças que “cumpriram o seu papel” se enganaram ou foram enganados? Simples: alimentavam a crença, coitados!, de que o Moderno Príncipe procedia daquela maneira porque orientado por princípios, crenças, valores democráticos.

Engano fatal. Na oposição, o PT definia como crime declarações de renda omissas ou ambíguas. Agora no governo, o criminoso se torna virtuoso, e sua condenação, mera intriga de adversários e conspiração. Na oposição, o PT via os promotores servindo à causa democrática e à transparência; no governo, eles se tornaram uma ameaça à ordem democrática e aos direitos individuais. Na oposição, o PT fazia a defesa enfática da liberdade de imprensa; no poder, convoca seus capas-pretas e bate-paus do sindicalismo, uma gente que beira o analfabetismo profissional, moral e ideológico, para defender a “ética” na profissão. Com o quê? Com um código de auto-regulamentação? Não, nada disso! Querem um tribunal para “orientar, disciplinar e fiscalizar”. E também punir. Até com a cassação do registro profissional.

O PT mudou de opinião? Não! O PT nunca teve uma opinião. O PT, afinal, nada mais faz do que se dedicar à subversão de “todo o sistema de relações intelectuais e morais” da sociedade. O PT está exercendo a sua vocação para definir o que é “virtuoso ou criminoso”. O PT está lutando para tomar “o lugar, nas consciências, da divindade ou do imperativo categórico”. O PT está dando continuidade à tarefa que se impôs de se tornar “a base de um laicismo moderno e de uma completa laicização de toda a vida e de todas as relações de costume”.

Em suma, meus caros, a cúpula do PT tem toda a razão quando diz que é falsa a acusação de que mudou de idéia, de que é um vira-casaca, de que agora defende o que antes atacava e vice-versa. Seus valores e teses sempre foram não mais do que instrumentais. É verdade: o “Moderno Príncipe” gramsciano tinha a tarefa histórica de construir o socialismo. O PT inovou: até o socialismo era objeto desse jogo perverso de crimes e virtudes sempre a depender das necessidades da hora.

O partido nada mais é do que um monstro do corporativismo destinado a consolidar o poder disso que se vem constituindo numa verdadeira “nova classe social”: os burgueses sem capital próprio incrustados na burocracia sindical, nos fundos de pensão, na direção das estatais. São os interlocutores-parceiros do grande capital, seja o financeiro, seja o produtivo. Não estranha que petistas olhem com olhos cobiçosos e cheios de admiração para o modelo chinês. O que tanto apreciam lá? Precisamente aquela burocracia sólida, consolidada, que matou a política em benefício dos objetivos nacionais definidos pelo partido. Na China, diga-se, mais do que em qualquer outro país, vive-se a utopia (distopia para mim) do partido como o “imperativo categórico”.

Tremo só de pensar em ter de discutir ética profissional com os “companheiros” da Fenaj. Acho dispensável lembrar que já temos uma Lei de Imprensa a pôr limites e freios na profissão; acho dispensável lembrar que, afinal de contas, o público tem critérios e filtros para decidir o que presta e o que não presta; acho dispensável lembrar que não se pode avaliar a habilidade de um jornalista como se avalia a de um cirurgião para abrir e fechar abdômenes; acho dispensável mesmo lembrar que há um forte e indispensável caráter subjetivo no trabalho jornalístico, a lidar com valores diversos, visões de mundo distintas, referências as mais amplas, todo esse vasto mundo, enfim, que ajuda a constituir o perfil de cada veículo, o estilo de cada jornalista, a marca distintiva de cada texto.

Se um jornalista mentir ou incorrer em calúnia, injúria e difamação, ele pode ser perfeitamente punido pela lei. O que o PT e seus camisas-negras do sindicalismo sabujo querem é encabrestar aqueles que não rezam segundo a sua cartilha — ademais, sempre mutante e voltada exclusivamente para o crescente fortalecimento do partido. Assiste-se ao mesmo processo na Cultura, da qual agora se exige a cota mínima de proselitismo para que tenha acesso a verbas oficiais. A alternativa, segundo essa escória, é que os descontentes disputem o controle das entidades corporativas. Mais uma vez, voltamos ao evangelho autoritário: o PT torna-se a única referência até dos que pretendem reformá-lo.

Mas e quem não quiser participar desse lupanar ideológico? E quem não aceita ser encabrestado pelos “companheiros” de sindicatos e federações? E os que repudiam o pacto com essa preguiça moral? Bem, cassemos-lhes a carteirinha do exercício profissional, assim como, na extinta URSS, cassava-se a filiação de um coitado ao partido comunista, condenando-o a uma não-existência. A exemplo do que se vê no aludido texto da ANJ sobre o caso Larry Rohter (leiam lá), essa gente não está interessada em interpelar o “que” se diz, mas “quem” diz e, sobretudo, o direito que a pessoa tem ou não de dizê-lo. São stalinistas por empréstimo, posto que iletrados no mais das vezes; são autoritários por desídia, já que estudar dá trabalho; são corporativistas por falta de alternativa, já que lhes sobra em ânimo militante o que lhes falta, freqüentemente, em talento.

Não sei vocês. Declaro-me pessoalmente numa forma de resistência. Não tenho outro instrumento que não escrever textos como este. Experimento o prazer moral de sentir engulhos ao ler o que o sr. José Genoino entende por “legitimidade”. Sinto-me, de algum modo, vagamente feliz ao constatar que a retórica de alguém como Ricardo Berzoini jamais me seduziu; percebo-me curiosamente puro ao saber que nunca me senti representado por sindicato de jornalistas ou pela Fenaj; experimento a liberdade de constatar que a crítica que

Lula faz agora ao “denuncismo” (e, assim, tenta justificar a permanência de Meirelles no cargo) é aquela que eu fazia quando a barba ainda mal me enfeitava a vergonha na cara.

Sim, senhores! Apoio a Meirelles, a Chávez ou tentativa de encabrestar a imprensa, tudo se enfeixa num mesmo propósito e numa mesma prática. A verdade pertence a quem pode fazer a maioria. E a maioria se torna, então, uma categoria moral. Não deixa de ser uma boa lição para jornalistas e artistas: quem compra um pouco de petismo leva o petismo inteiro.

Dia desses se falou aqui de Danton, pobrezinho! Apoiou o terror de Robespierre na presunção de que era só uma fase. Acabou na guilhotina. Hölderlin disse que boa parte do inferno na terra foi construída por aqueles que queriam torná-la um paraíso. O paraíso de Robespierre, de Lênin, de Berzoini e afins. Se o projeto for aprovado, patrulheiros da Fenaj hão de sair às ruas distribuindo bordoadas nos infratores e brandindo o retrato do Aiatolá Lula.

## **Covardes de todo o mundo, uni-vos!**

Alergia a gergelim é um mal solitário, quase uma esquisitice, uma idiossincrasia do sistema imunológico. A reação à censura é uma causa coletiva, que diz respeito a todos

*Por Reinaldo Azevedo*

Sob certo ponto de vista, sou um homem só. E também um covarde. Sou alérgico a gergelim. Não conheço mais ninguém neste vasto mundo que padeça do mesmo mal. Assim, pobre de mim!, fico só, sem poder trocar impressões com outras pessoas. Todos os portadores de alguma necessidade especial ou de algum mal que os distinguem da maioria têm companheiros. Forma-se uma subcultura ou, melhor ainda, uma cultura específica que une essas pessoas numa espécie de resistência. Sei lá: trocam receitas alimentares, conjuram os inimigos que não reconhecem a grandeza de sua causa, mobilizam-se pelo reconhecimento de seus direitos. Longe de se tornarem seres solitários, fazem-se de companhia. Eu, não!

E o gergelim, descobri, é um inimigo insidioso. Espalha-se pelas cozinhas, derrubando as cercas de credos, culturas, gostos culinários. Alergia severa, daquelas que provocam edema de glote, o que me levou ao hospital diversas vezes, antes que conhecesse o nome do meu inimigo. Certa vez, fui atingido por um pato com amoras. Imaginem só. O que fazia o óleo de gergelim ali? Dá brilho especial à carne, descobri depois. Ah, triste sina esta a de descobrir que o que nos mata pode fazer um outro feliz! Já não era, então, só solidão, mas luta, como em Gonçalves Dias: “Viver é luta renhida!”.

Eu, como diria o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, via-me, definitivamente, um homem sem uma classe, um pequeno-burguês rejeitado dos homens na guerra e na paz. Comida chinesa (eu, que há tempos quero destruir a China...), nem pensar. Cheguei a andar por aí com kit antialérgico: seringa, adrenalina e uma receita médica. Imaginem só ter de explicar à polícia: “Sabe o que é, essa seringa...”.

Assim, fui-me tornando também um covarde, tomando todos os cuidados preventivos, cercando as margens de erro. Na pizzaria, na churrascaria, no restaurante francês, no boteco da esquina, enfrento o olhar incrédulo de garçons e atendentes, mas pergunto, voz algo constrangida pela vergonha: “Pode me dizer se vocês usam óleo de gergelim aqui?”. Alguns não entendem a pergunta. Outros sorriem incrédulos, pondo-me na cota dos malucos do dia: “Aparece cada um...”.

Há pouco mais de um mês, no restaurante de um resort no Nordeste, em companhia da mulher e das filhas, lá fui eu todo pimpão, camiseta, bermuda, sandália de dedo, a descontração praiana pesando-me sobre os ombros brancos com o peso de uma condenação antibuarquiana — “Vai se divertir, vagabundo!” —, para a pergunta fatal: “Sabe me dizer se vocês usam óleo de gergelim?”. Claro que não! Só soja e azeite. Não era bem verdade. O talharim tinha uma aparência inusual, os fios muito desapegados uns dos outros, numa vistosa independência. Era óleo de gergelim, descobri mais tarde. Recuperado depois de uma dose cavalgar de anti-histamínico, protestei, exigi meus direitos de minoria desassistida: o direito à correta informação. “Pô, não precisa mentir. Bastava me dizer que havia gergelim no macarrão, e eu não comeria.” A explicação do chefe da cozinha deu conta da dificuldade da minha luta: “Sabe o que é, senhor? Não é que a gente use óleo de gergelim; a gente só usa um pouco”. Por isso sou um covarde da prevenção. Para um alérgico, um pouco de veneno não é remédio, mas veneno inteiro. Sei bem o que me mata.

### **Parábola**

Sim, é certo: a maioria dos leitores já deve ter percebido que falo por meio de parábola. Há substâncias que são incompatíveis com certos organismos, que os levam a uma síndrome, fazendo-os vítimas de um conjunto de sintomas que desorganizam o sistema, de modo que o saber estabelecido já não pode responder aos impasses. Síndromes pedem, quase sempre, uma variante do tratamento de choque. Escolhi a minha particularíssima alergia a gergelim de propósito. Afinal de contas, se não posso consumir o produto, só me resta uma saída: não consumi-lo. É um problema individual. E exigir que sempre me digam a verdade: na parte, em um pouco, estão

resumidas as características do todo. Eis a minha pregação individualmente iluminista aos chefes de cozinha. E também usar em minha defesa a minha covardia, o meu medo de ser colhido pela reação alérgica. Não quero acatar o desafio de enfrentar o que sei que me tira de combate. Isso não aprendi nos desvãos da dialética nem nos labirintos da ontologia, mas com o Super-Homem e a kriptonita.

O presidente Lula, com seu particular senso de humor, com o seu desassombro em aparentemente dizer (ele tem método!) o que lhe dá na telha, em afetar um ambiente de camaradagem entre o chefe do Poder Executivo e os representantes do tal “Quarto Poder” (que deve ser independente dos outros três, ao menos enquanto houver três), acusou os jornalistas de “covardia” por não defenderem o Conselho Federal de Jornalismo. É impressionante que um projeto de lei que o próprio Lula diz não ser seu, mas da categoria (o que é falso, claro), tanto mobilize o chefe da nação. Se covardia fosse, como Lula sugeriu, qual seria o “gergelim” do caso? Lula e os leitores, de maneira geral, não sabem: mas é falsa a suposição de que impere um clima de terror nas redações ou coisa semelhante.

A substância, presidente, que provoca medo na maioria dos jornalistas e os faz reagir de maneira preventiva, essa a que o senhor chama “covardia”, não é a indisposição de chefes e patrões com o projeto de lei, mas a introdução do elemento insidioso em nosso trabalho, do corpo estranho que pretende mudar o código genético da profissão. Se a alergia a gergelim é não mais do que um problema individual, a alergia a formas veladas ou explícitas de censura é um problema coletivo, que diz respeito a toda a sociedade, que opõe, de fato, a maioria dos profissionais de imprensa a uma meia-dúzia de “coleguinhas” (que estão longe de representar o conjunto) que se arvoram a defender o texto porque se consideram imunes a qualquer forma de pressão.

E o que garante essa imunidade? A sua especial aptidão para interpretar os caminhos da ética e responder a seus desafios? Não! O que os torna imunes é seu alinhamento ideológico com o poder de ocasião, é a sua militância histórica em favor de um partido político (no caso, presidente, o seu!), é o seu distanciamento, no mais das vezes, da própria realidade da profissão, já que, não raro, estão afastados das redações, estão longe do, se me permitem a metáfora que faz todo sentido nesse caso, “chão da fábrica” do jornalismo. Permitir que esta proposta do Conselho Federal de Jornalismo prospere corresponde a acatar uma lei da evolução às avessas, em que só sobreviveriam os menos aptos — menos aptos para o jornalismo, porém aptos o bastante para cumprir o papel de base do trabalho de agitação e propaganda, o *agitprop*, enquanto o *apparatchik* sindical se encarregaria do, vamos dizer, contato institucional com o poder.

A “classe” jornalística, como a chamou Lula — o termo é impróprio sob qualquer critério que se queira —, não precisa entrar em contato com a substância da censura para saber que ela faz mal, que ela provocará uma síndrome, que ela levará todas as substâncias de defesa do organismo ao caos, à reação desordenada. Segundo Lula, muito antes que alguns repórteres que o entrevistavam nascessem, a reivindicação de um CFJ já existia. É certamente um exagero, mas digamos que fosse verdade. O Departamento de Informação e Propaganda (DIP), do Estado Novo, também existiu antes do nascimento de Lula, que é de 1945, ano que põe fim à ditadura de Getúlio.

O presidente, aqui e ali, não esconde certo viés antiintelectualista. Por alguma razão, acredita que a história do país nasce com o sindicalismo de São Bernardo, o que é uma bobagem. Quando o presidente tinha um ano, fez-se a Constituinte de 1946, que representou um importante avanço para o país. Lula pode não acreditar, mas o Brasil já existia antes de ele surgir na cena nacional. A alergia à censura, o medo (que, então, não é covardia), não é ditada pela pauta dos patrões ou dos chefes, mas pela tentação autoritária dos governos. Alergia a gergelim é um mal solitário, quase uma esquisitice, uma idiossincrasia do sistema imunológico. A reação à censura é uma causa coletiva, que diz respeito a todos.

Covardes de todo o mundo, uni-vos!

P.S.: Noto, não sem certo espanto, que alguns colegas parecem questionar as credenciais democráticas de algumas personalidades (por conta de seu passado) que hoje criticam os arreganhos autoritários do governo Lula. É uma forma de ver o mundo. No que me diz respeito, se Alfredo Busaid levantar da tumba e atacar o CFJ, pouco se me dá. Só me negaria a fazer qualquer acordo com o espectro. Até porque, não é?, não me cumpre mitigar o peso de autoritarismos presentes e ativos por conta de autoritarismos passados. Ademais, nada impede que se possa contar a história como ela deve ser contada. Desde que o passado não sirva de cortina de fumaça para o presente. Desde que os crimes de um Nicolau não sirvam para justificar os crimes de um Stálin.

## ARTIGO DOS DIRETORES DA FENAJ PUBLICADO NA FOLHA

A ética jornalística precisa de um conselho

Sérgio Murillo de Carvalho

e Aloísio Lopes

O massacre a que foi submetida a proposta de lei que cria o Conselho Federal de Jornalismo é mais uma demonstração de que o exercício da profissão de jornalista deve se pautar pela ética e pela responsabilidade social. Estabelece nosso Código de Ética que o jornalista deve sempre ouvir o contraditório. E, mais, diz a experiência profissional que, quando o assunto é polêmico, deve-se ter o cuidado de dar o mesmo espaço para as divergências. E isso não aconteceu na maioria das matérias veiculadas na primeira semana de debates.

O primeiro esclarecimento ao leitor é o de que o projeto apresentado pelo governo é a proposta da Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas), aprovada em dois congressos nacionais da categoria (anos 2000 e 2002). O fato de o Executivo tê-la apresentado, e não um parlamentar, deve-se à criação de autarquias (como é o caso dos conselhos profissionais) ser de competência exclusiva do Executivo. Essa interpretação foi dada pelo STJ no julgamento do artigo 58 da lei 9.649. Foi, aliás, por isso que o projeto de lei 058/ 98, do deputado Celso Russomano, que criava o Conselho Federal de Jornalismo, foi vetado na Comissão do Trabalho.

Cabe esclarecer também que, antes de aprovar, no ano de 2000, um anteprojeto de lei que cria o Conselho Federal de Jornalismo, tentamos transferir esse papel fiscalizador da profissão às próprias entidades sindicais. O projeto, do então deputado Carlos Bezerra, foi aprovado na Câmara e no Senado, mas vetado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. O veto se deveu justamente à inconstitucionalidade, já que o Executivo não pode delegar a terceiros a fiscalização da lei.

Hoje o registro profissional dos jornalistas é feito pelo governo, através do Ministério do Trabalho. O que se quer é justamente tirar o controle do governo sobre esse processo, entregando-o a um órgão independente, formado pelos próprios jornalistas e dirigido por uma diretoria eleita democraticamente.

Muitos jornalistas e parlamentares não se deram ao trabalho de ler o projeto de lei enviado ao Legislativo. Lá não consta nenhum artigo que limite a liberdade de imprensa ou institua a censura. Ao contrário, propugna-se a garantia da liberdade de imprensa e de expressão. E não poderia ser diferente, pois as entidades sindicais de jornalistas, desde sua criação, têm se mantido à frente das lutas democráticas no país. E lá se vão 60 anos.

A oposição parlamentar ao governo se aproveitou dos conflitos com o Executivo, pegou carona em nosso projeto e politizou a polêmica. Desinforma a opinião pública, ao fazer discursos demagógicos.

A proposta de criar o Conselho Federal de Jornalismo é exclusivamente para fiscalizar a profissão de jornalista, cuja atividade tem uma interferência direta na vida das pessoas, na cultura e na política. Não pretende o CFJ fiscalizar as empresas (para isso já existe legislação própria) tampouco interferir na linha editorial dos veículos de comunicação. Entendemos a grita de alguns segmentos patronais -afinal, acostumaram-se a fazer o que querem com o direito da sociedade à informação. Constroem e destroem imagens a seu bel-prazer, de acordo com conveniências políticas e financeiras.

O cumprimento do Código de Ética do Jornalista, que será objeto de fiscalização do futuro conselho, é uma proteção para o próprio jornalista contra posturas inadequadas dos donos da mídia. Com ele, o jornalista poderá se negar a cumprir pautas que atentem contra a ética profissional e contra o interesse público, algo semelhante à cláusula de consciência existente em muitos países da Europa.

E não propomos uma fiscalização da ética jornalística por uma "panelinha". Queremos a participação da sociedade nos tribunais ou comissões de ética a serem formados nos conselhos regionais de jornalismo.

Por fim, cabe ressaltar que ao projeto de lei que cria o Conselho Federal de Jornalismo foi apensado o projeto do deputado Celso Russomano (PP-SP), de 2002, que propõe a criação da Ordem dos Jornalistas Brasileiros e que tem muitos pontos em comum com o projeto da Fenaj. São assuntos polêmicos, temos a clareza disso, e o projeto deverá ser aperfeiçoado no Legislativo. Aliás, está lá para isso.

A participação da sociedade nessa discussão é fundamental. Nesse sentido, a realização de audiências públicas pela Câmara dos Deputados em todos os Estados será uma grande contribuição para a democracia brasileira. Vamos ao debate!

**Sérgio Murillo de Carvalho**, 42, é presidente da Fenaj. **Aloísio Lopes**, 38, é primeiro-secretário da Fenaj e presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais

**ANEXO VII**  
**Artigos publicados sobre o Conselho Federal de Jornalismo no site No Mínimo**  
**(<http://www.nominimo.com.br>)**

Watergate, a Fenaj e o Conselho de Jornalismo (Ricardo Setti)

19.08.2004 | Dias atrás – 8 de agosto – completaram-se 30 anos da renúncia do 37º presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon. Envolvido num dos maiores escândalos políticos da história americana, o chamado caso Watergate, o presidente renunciou depois de dois anos e dois meses de uma crise torturante iniciada com o que parecia ser um episódio policial banal: a invasão, a 17 de junho de 1972, dos escritórios do Comitê Nacional do Partido Democrata, no complexo de edifícios Watergate, em Washington, por um grupo de malfeitores que reviraram arquivos, levaram documentos e plantaram microfones.

Já faz parte da história da imprensa moderna, mas não custa lembrar: a invasão só se transformou naquilo que se sabe por obra e graça de dois jovens repórteres da editoria de cidades do jornal “The Washington Post”, Bob Woodward e Carl Bernstein. Indo fundo na investigação do arrombamento, eles começaram lenta mas inexoravelmente a levantar um fio da meada que terminou conduzindo à própria Casa Branca. Aos poucos, revelaram uma trama que se desdobrava por outros escândalos e atos criminosos, e expuseram a face negra do “homem mais poderoso do mundo”: Nixon tentou acobertar as ilegalidades, mentiu para o país e, pior de tudo, começou a agir como se o fato de ser o presidente da República o isentasse de cumprir as leis e a Constituição. Acuado pela opinião pública, pela Justiça e pelo Congresso, no qual já haviam começado os procedimentos para seu “impeachment”, o presidente espetacularmente reeleito em 1972, quando esmigalhou o candidato democrata George McGovern vencendo na capital, o Distrito de Colúmbia, e em 49 dos 50 Estados, com 60% dos votos contra 37%, não teve outra saída senão renunciar.

O que teria acontecido se os autores daquelas primeiras reportagens sobre Watergate, Woodward e Bernstein, não tivessem uma imagem de profissionalmente isentos? O que teria acontecido se, digamos, os dois tivessem se integrado nas fileiras de militantes de todo tipo – democratas tradicionais, liberais, esquerdistas, hippies, feministas, partidários do amor livre, defensores estridentes de minorias – que marcharam pela candidatura do ultraliberal McGovern contra o conservador Nixon? Será que as reportagens seriam recebidas com a devida credibilidade?

Aqui damos um salto de 30 anos na história, mudamos dos Estados Unidos dos anos 70 para o Brasil de hoje, saímos de Watergate e ingressamos no acidentado terreno da criação do tal Conselho Federal de Jornalismo, proposto pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), encampado pelo governo Lula e enviado, como projeto, ao Congresso, com o objetivo principal de “orientar, disciplinar e fiscalizar” o exercício da profissão e a atividade do jornalismo.

Pois a Fenaj, conforme se constata em reportagens da revista “Veja” e da “Folha de S. Paulo”, é uma entidade dirigida, quase sem exceção, por jornalistas que, além de estarem há tempos afastados das redações ou de jamais terem pisado em uma, podem ser considerados tudo, menos politicamente isentos, uma vez que são militantes de um partido político, o PT. Isso não é de hoje: a Fenaj diz representar “os jornalistas” – embora sua diretoria tenha sido eleita por 5% dos estimados 150 mil jornalistas brasileiros –, mas na verdade trabalhou desde sempre como uma correia de transmissão do PT, e preocupada muito mais em fazer política do que em representar os verdadeiros interesses dos jornalistas. “Uma associação de assessores de imprensa de empresas estatais que se fazem passar por jornalistas”, chegou a afirmar “Veja”.

O interessante da reportagem de Lílian Christofoletti, da “Folha”, é que nenhum dos dirigentes petistas consultados parece ver o menor embaraço no fato de serem militantes. “Não acredito que venha ao caso saber a filiação partidária de cada um de nós”, diz, por exemplo, Fred Ghedini, vice-presidente da Fenaj. “É um desvirtuamento da discussão”, opina Antonio Pereira Filho, vice-presidente.

Desvirtuamento da discussão? Não vem ao caso a filiação partidária? Será mesmo? Na verdade, a filiação partidária toca num aspecto central em qualquer debate sobre a profissão e a missão do jornalista.

Toda a eficácia e a utilidade do trabalho de um jornalista baseia-se em sua credibilidade. Um veículo – jornal, revista, emissora de rádio e TV, site na internet – tem a credibilidade dos jornalistas que nele trabalham. E esta depende fundamentalmente da isenção e da objetividade do repórter – a possível isenção e a possível objetividade numa profissão na qual se lida permanentemente com o subjetivo, com emoções, com versões de fatos, com interesses conflitantes.

“Não existe objetividade em jornalismo”, reconhece acertadamente, a respeito, o “Novo Manual de Redação” da

“Folha de S. Paulo”, um dos conjuntos de normas do gênero que trata da questão, no Brasil. “Ao escolher um assunto, redigir um texto e editá-lo, o jornalista toma decisões em larga medida subjetivas, influenciadas por suas posições pessoais, hábitos e emoções”. Mas aí vem a ressalva: “Isso não o exime, porém, da obrigação de ser o mais objetivo possível. Para relatar um fato com fidelidade, reproduzir a forma, as circunstâncias e as repercussões, o jornalista precisa encarar o fato com distanciamento e frieza, o que não significa apatia nem desinteresse”.

É bom lembrar que isenção e objetividade são conceitos relativos, mas que encerram vertentes objetivas: os vínculos dos jornalistas com o mundo externo à profissão e os conflitos de interesse daí advindos. Seria considerada isenta, por exemplo, a hipotética cobertura do impacto ambiental de uma rodovia feita por um repórter filiado ao Greenpeace? Ou – como aconteceu em Brasília por décadas – a cobertura política feita por um jornalista que fosse também funcionário da Câmara ou do Senado? Em países como os Estados Unidos e o Reino Unido, os cuidados para evitar esse tipo de vulnerabilidade incluem obrigar repórteres titulares de ações de empresas a se desfazerem delas, ou colocá-las sob administração independente, se forem cobrir o mercado financeiro.

Aliás, sobre esse tema da profissão, como sobre tantos outros, vale recorrer ao velho, bom e sólido jornalismo ainda praticado no Reino Unido e nos Estados Unidos – qualidades que a guerra ao Iraque, o combate ao terrorismo e a paranóia que os acompanha quase conseguiram solapar, até que o vigor e a independência editorial seculares dos grandes veículos voltou, gradualmente, a dar o ar de sua graça.

Foi no Reino Unido e na sua ex-colônia que o jornalismo profissional, tal como existe hoje, lançou seus fundamentos, a partir da primeira metade do século XIX. Enquanto no Brasil nossos jornais e revistas, com raríssimas exceções, praticavam um jornalismo primário e beletrista, em que prevalecia a crônica piegas, a reportagem era um ente desconhecido e a imprensa, um luxo da pequena elite, milhões de americanos já haviam incorporado a leitura de jornais a seus hábitos diários. Seu jornalismo tinha vigor suficiente para que nada menos de 500 repórteres dessem suor e sangue na cobertura da Guerra Civil (1861-1865).

A essa altura, na Grã-Bretanha, “The Times”, quase centenário, se transformara numa instituição nacional, e uma revista do nível de “The Economist” existia há duas décadas. Hoje só a paixão ideológica negaria que é na grande imprensa americana e na *quality press* britânica que se exerce o jornalismo mais rigoroso, e onde a ética jornalística está mais enraizada sob a forma de práticas, códigos e, quando necessário, punições e expiações públicas de jornalistas, como ocorreu em recentes episódios envolvendo, entre outros, “The New York Times” e o “USA Today”.

Pois bem, fazendo-se uma colagem de uma dúzia de códigos de ética de diferentes veículos americanos e britânicos percorridos pelo signatário, teríamos sobre o tema em linhas gerais o que se segue, entre aspas: “A precisão e a objetividade absolutas, assim como a verdade pura, não são metas do jornalismo. A meta do jornalismo é informar o público da melhor forma possível. Para veicular informações de boa qualidade, no entanto, os jornalistas têm o dever de perseguir a precisão, a objetividade e a verdade.”

“Tal qual a precisão e a objetividade absolutas, a neutralidade jornalística também é impossível. O jornalismo que se pretende neutro supõe-se, arrogante ou ingenuamente, acima de todos os conflitos e da própria condição humana. Quando invocada dessa maneira, a neutralidade jornalística esconde uma falácia contra o consumidor/leitor/telespectador/ouvinte/internauta.”

“O jornalismo, em lugar de ser neutro, deve procurar o equilíbrio e a imparcialidade. Por equilíbrio, entende-se o cuidado de apurar os aspectos mais importantes de um mesmo fato, e de ouvir os principais envolvidos, antes de relatá-lo. Por imparcialidade, entende-se a qualidade de reportar um acontecimento sem tomar partido prévio por um de seus lados.”

“O papel do jornalismo na sociedade não é o de dar o veredicto irrecorrível sobre cada evento de interesse público, ou sobre cada manifestação de idéias ou opiniões que porventura sejam notícia.”

“O jornalismo deve prover seus leitores não de julgamentos acabados, mas de informações que dêem a cada cidadão as condições para formar seu próprio juízo. Por isso, o equilíbrio e a imparcialidade são requisitos indispensáveis. Dessa forma, o jornalista deve evitar o alinhamento público com um dos lados de qualquer questão que ele cobre como profissional.”

Tendo em vista tais considerações, cabe a pergunta: como é possível exibir essas características – e, portanto, ser portador de credibilidade – se o jornalista tem um parti-pris público e notório num terreno de tanta relevância como o político? Ah, vai-se dizer no caso da Fenaj, mas se trata de uma entidade sindical. Pois muito bem, mas qual é o cabimento de uma entidade sindical de jornalistas – portanto, de profissionais com a obrigação de manter um mínimo de isenção como postura profissional, sobretudo diante dos governos – ser dirigida por gente manifestamente adepta do partido do governo, militante desse partido, filiada a ele? E que, agora, proponha a esse governo, de quem é partidária e por cuja eleição propugnou, um projeto de tutela e controle sobre a mídia e



os jornalistas?

Se dependesse da Fenaj, não haveria Woodwards e Bernsteins entre nós.

Ancinav e CFJ: palpite infeliz (Sérgio Bermudes)

18.08.2004 | Ocupam destacadamente a ordem do dia os projetos de criação da Ancinav e do CFJ, duas siglas representativas de um retrocesso, tanto mais chocante quanto a instituição desses órgãos ocorre, não sob o guante de uma ditadura, mas no estado de direito democrático para o qual os brasileiros lutamos, muitos de nós imolando suas vidas à liberdade.

Não votei em Lula. Contudo, sempre admirei nele o culto a valores democráticos, entre os quais a liberdade de manifestação do pensamento, da criação, da expressão e da informação, garantida no art. 220 da Constituição Federal.

Passei os olhos pelo projeto de criação da tal Ancinav, sigla da Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual. Lembrei-me que, ainda na faculdade, assisti ao nascimento do Instituto Nacional do Cinema. Esse INC, produto da ditadura, foi instituído por um decreto, que, como lembrou Miguel Seabra Fagundes, no seu discurso de posse na presidência do Instituto dos Advogados Brasileiros, declarava da competência do órgão outorgar nacionalidade brasileira aos filmes estrangeiros — uma estranha figura de naturalização de coisa.

Volto, contudo, à agência que, conforme o §2º do art. 13 do projeto de lei, terá a natureza de autarquia especial, caracterizada “por autonomia administrativa e financeira, ausência de subordinação, mandato fixo e estabilidade dos seus dirigentes”. O art. 20 do projeto declara que à Ancinav compete “adotar as medidas necessárias para o atendimento do interesse público e para o desenvolvimento do cinema e audiovisual brasileiro”. No art. 37, o projeto define atividade cinematográfica e audiovisual como “o conjunto de ações e atividades que compõem a oferta de obras cinematográficas e de outros conteúdos audiovisuais a usuário ou grupo de usuários”.

Tomem-se duas das atribuições da Ancinav, exatamente as previstas nos incisos IV e XV do art. 20 do projeto, no qual se define a competência do órgão. Conforme o item IV, caberá à autarquia “regular as atividades cinematográficas e audiovisuais, expedindo normas sobre a sua exploração, fiscalizando e aplicando sanções”. Conforme o item XV, a agência apreciará, no âmbito das suas atribuições, “os comportamentos suscetíveis de configurar violação das normas aplicáveis à exploração de atividades cinematográficas e visuais”. Isso, completa aquele inciso, inclui a produção, a programação, a distribuição, a exibição, a veiculação e a operação de conteúdos audiovisuais.

Não vou interpretar os dispositivos referidos. Sirvo-me deles para lembrar que a elasticidade dessas normas e de outras de semelhante conteúdo pode despertar tendências onipotentes, diante do princípio de que cada pessoa ou entidade procura dar o maior alcance possível às leis que lhes estabelecem os poderes. Se a Ancinav for instituída e pretender tornar-se um órgão de controle das atividades cinematográficas e audiovisuais, só a resistência das pessoas dedicadas a elas poderá deter os abusos da autarquia. Os conflitos serão inevitáveis. Terminarão desaguando no Judiciário, em demandas longas, de desfecho controvertido. Travar-se-á, necessariamente, o debate em torno da Constituição. O art. 220 da lei fundamental, por exemplo, estabelece, no §2º, o primeiro dos princípios da comunicação social: “é vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística”. Não constituirá a Ancinav, no exercício de alguns dos seus poderes, infelizmente, instrumento de censura, ou de alguma sorte de restrição, igualmente proibida no *caput* do artigo?

Não duvido da conveniência de transformar o Brasil “num grande canteiro de fábrica de imagens”, “de importância planetária”, seja lá que diabos isto for. Também não se discorda de que seja necessário encontrar, para o setor cinematográfico e audiovisual, uma “porta de entrada para o século XXI”, para repetir opiniões de cineastas, prosélitos da idéia de criar-se a autarquia. Indago, entretanto, se, para atingir essas metas, haverá necessidade de criar uma entidade com poderes de controle da produção cinematográfica e audiovisual. O Brasil passa pela idade do agencialismo, embalado pela crença de que melhor se desenvolverão as atividades públicas, se confiadas a uma autarquia. Conhecem-se as vantagens das autarquias, descentralizadas, autônomas, especializadas. Essas instituições constituem exceção. O governo governa através dos órgãos da administração direta. Se se trata de dinamizar a produção cinematográfica e audiovisual, por que não fazer isso através dos ministérios, como o da Cultura, “órgão executivo responsável pelo desenvolvimento e aplicação da política nacional do cinema e do audiovisual”, de acordo com o art. 11 do projeto de lei; ou através do Ministério da Educação; ou, se não for heresia, do Ministério das Comunicações? A agência esbanjará, lastimavelmente, o dinheiro dos contribuintes, o que deve ser evitado. Tentará controlar o setor para cuja administração foi concebida, o que é proibido.

Os sonsos autores do projeto do Conselho Federal de Jornalismo fingem ignorar o tratamento constitucional da atividade jornalística, assentada, entre outros, neste princípio, enunciado no §1º do mesmo art. 220 da

Constituição: “nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV”. Esses incisos, dos quais já falei aqui, asseguram a livre manifestação do pensamento, o direito de resposta, a indenização por dano material, moral ou à imagem, o respeito à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem, a liberdade de trabalho e o acesso de todos à informação. Para conjugar essas prerrogativas com a “plena liberdade de informação jornalística”, não sujeita a censura prévia, a Constituição impõe à imprensa em geral e aos jornalistas em particular a sanção da indenização posterior à ofensa. Como tem decidido o Superior Tribunal de Justiça, não apenas o dono do órgão de imprensa é responsável pelo que nele se publica, como o próprio jornalista responde, pessoalmente, pelos seus textos. O dever de indenizar é uma das formas de impedir e reprimir os abusos da imprensa.

O direito, como sistema de equilíbrio da vida social, conjuga valores, fazendo alguns avantajarem outros. O valor dado à imprensa, como elemento essencial do estado democrático, leva a Constituição e as leis a refugarem o controle prévio da atividade jornalística, ainda quando parecesse conveniente. Adotam a sanção posterior ao ato lesivo, sacrificando, então, interesses individuais, inquestionavelmente merecedores de proteção, a um valor maior e mais alto: a liberdade de imprensa de que o maior beneficiário é o próprio cidadão.

Não se pense, contudo, que o sistema constitucional de plena liberdade de imprensa, com a posterior punição dos abusos cometidos, seja a única espécie de controle a que a imprensa se subordina. Sábado, dia 7 de agosto, num artigo imperdível, “Adeus, Lênin”, na sua coluna econômica e política de “O Globo”, Míriam Leitão lembrava que a imprensa já se encontra submetida a mecanismos de controle suficientes. Tem razão. O Judiciário controla a imprensa, impondo-lhe sanções proporcionais às ofensas, as quais se devem tornar mais severas, se os abusos se repetirem. Outra sanção é o descrédito de órgãos da imprensa e de jornalistas, logo repudiados pelo público, quando ele verifica que se tornaram vendilhões dos seus espaços, ou conspurcam a sua liberdade, usando a prerrogativa constitucional para fins subalternos. A realidade dos meios de comunicação de vários países mostra isso. A punição da imprensa pela própria imprensa, mediante o que se pode chamar a “condenação do silêncio”, é outro meio eficaz de repudiar a conduta ilícita: a matéria falsa e repugnante não encontra, na mídia, a repercussão que teria se procedesse de fonte respeitável.

Diante do modelo constitucional de imprensa, adotado pelas leis, o controle da atividade jornalística pelo projetado Conselho Federal de Jornalismo é escancaradamente inconstitucional. Além disso, visivelmente desnecessário, pois já existem outros meios eficazes de prevenir e castigar a ilicitude. Não se usem argumentos terroristas, em favor do controle do tal CFJ. A jurisprudência americana registra a punição daquela pessoa que bradou “fogo”, no curso de um espetáculo teatral, e depois invocou a liberdade de manifestação do pensamento. A Constituição e as leis do Brasil entregam ao Judiciário meios de impedir situações de calamidade, como aconteceria se um jornal circulasse com a notícia do envenenamento dos cursos d’água que abastecem uma comunidade. Não cabe legislar nem argumentar invocando exceções. Dir-se-á que o jornalismo criminoso pode causar lesões irreparáveis às vítimas. Sem dúvida. Isso constitui um custo social sem solução do direito, que não é, nem consegue ser um sistema perfeito de disciplina da vida na sociedade. Diante da notícia falsa e ofensiva, haverá pessoas indiferentes, pessoas perplexas, pessoas incrédulas. Haverá também leitores sinceramente crédulos. E ainda existirão aqueles que querem acreditar. Para que isso não aconteça, não basta o direito, nem chega a criação de sufocantes órgãos de controle: seria necessário reconstruir os homens, o que é outra história.

Saudades do Lourival (Villas-Bôas Corrêa)

11.08.2004 | Toda essa conversa dissimulada, marota e calhorda sobre a proposta do governo encaminhada ao Congresso, de criação do Conselho Federal de Jornalismo, com funções definidas em três verbos – “orientar, disciplinar e fiscalizar” – em marcha batida na cadência da ditadura, despojada dos seus adereços e arrancada a máscara transparente, pretende simplesmente instituir a censura à imprensa.

Há algum tempo, nos trambolhões dos desacertos dos primeiros meses de aprendizado do presidente e da equipe, jejunos da indispensável experiência administrativa, aqui e acolá os sinais de irritação com as críticas mais ásperas de jornais e revistas e das picadas de marimbondo de emissoras de rádio e televisão insinuam, nas entrelinhas, a necessidade de um severo esquema de vigilância dos abusos e a punição exemplar, para escarmento da categoria, dos atrevidos que não fazem justiça, com as loas que acariciam a alma, ao esforço sincero do presidente e dos que recrutou, com a generosidade do consolo aos derrotados, para compor o maior ministério de todos os tempos.

A indignação, remoída nos desabafos palacianos, soltou-se das algemas do constrangimento com a denúncia dos escândalos farejados em vários cantos e envolvendo os intocáveis da equipe econômica, que seguram a inflação e comemoram os sinais alentadores da retomada do desenvolvimento, escorada em índices, embora modestos,

mas de significação indiscutível.

E é aí que a encruzilhada em cima do mata-burro obriga a escolha entre a trilha apertada das convicções democráticas e a tentação da estrada pavimentada pelas facilidades do arbítrio. A perdição acena com engambelos da feitiçaria convincente. Desfila as justas queixas pela leviandade das acusações jamais comprovadas e que expõem as pobrezinhas das vítimas à execração pública; aponta a ligeireza com que repórteres desprezam o sigilo protegido por lei e invadem a privacidade de cidadãos dignos. Contas bancárias, conversas telefônicas, cartas, documentos, recibos, gravações clandestinas alimentam a gana do *denuncismo* que zomba da lei, na segurança da impunidade.

A argumentação realmente impressiona com a lista de exemplos incontestáveis.

Mas a impunidade que grassa como erva daninha em terreno abandonado é um privilégio exclusivo dos jornalistas ou é a regra na bagunça da legislação caduca, corroída pela traça que abre os buracos da infinidade dos recursos, das apelações, das instâncias superpostas da caminhada sem fim dos processos que se arrastam na morosidade dos prazos da Justiça manietada, cúmplice compulsória das manobras de advogados, e impotente para deter a fuga pela brecha das prescrições?

Paralisada pela indiferença oficial que acode às prioridades do seu interesse, a reforma judiciária não anda um passo na madraçaria parlamentar da semana brasileira de dois, três dias úteis, com o desconto dos recessos, das férias e das campanhas eleitorais.

Entra pelos olhos que uma faxina para valer no Poder Judiciário não interessa ao governo e sequer roça pela insensibilidade do Congresso. A impunidade complementa a imunidade parlamentar e protege as elites. Pobre mofa na cadeia, não tem dinheiro para as despesas com a sua defesa.

A lei penal enquadra os jornalistas que a infringem nos crimes de calúnia e injúria. Se é raridade de museu a condenação que trancafie o réu no xilindró, a responsabilidade pela preguiça da Justiça não é da imprensa. Vamos, por uma vez, dar uma folga à hipocrisia e enfrentar a evidência dos fatos. O governo petista, na escalada da contradição, está se despedindo dos embaraços das culpas que castigam a consciência.

Nos meus 55 anos de militância na cobertura política passei pelo vexame de reincidentes períodos de censura. Nas suas diferentes modalidades, ditadas pelo maior ou menor caradurismo dos ditadores. Espasmos passageiros, como ataques de loucura em insanos cíclicos, nas várias crises que derrubaram presidentes e despacharam vices no exercício ilusório do poder, de Café Filho a Carlos Luz em lances do mesmo transe.

O Estado Novo não corou as bochechas no vexame da ditadura ostensiva: oficializou a censura, criando o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) confiado à docilidade de seu primeiro diretor, Lourival Fontes, que temperava o purgante ao gosto do freguês, distribuindo gorjetas aos que espichavam a mão no gesto de pedinte.

Fardada e cínica, a ditadura militar não suportou a liberdade vigiada da imprensa por muito tempo, mergulhando de cabeça na censura que rimava com tortura, na dupla que calava os gritos dos submetidos ao tratamento do Doi-Codi.

Nova temporada no carnaval petista passa de todos os limites. Com escusas pelo arremate pessoal, confesso o meu nojo pela impostura do Conselho Federal de Jornalismo, apelido descarado de novo modelito de censura, com as responsabilidades diluídas entre os que se prestarem ao papel de conselheiros da calhordice.

Não acredito que o governo emplaque mais esta no Congresso. Com ou sem retoques. Afinal, os parlamentares devem à imprensa que cobre as suas atividades e emudece nas gazetas semanais a boa vontade de um noticiário benevolente com a orgia das mordomias.

No que me diz respeito, não voltarei ao assunto. A esta altura da vida, não tomarei conhecimento da censura ao jeito do olhar de Capitu, se ela vingar no lodo dos acertos suspeitos.

Será como se não existisse.

**ANEXO VIII**  
**Matérias publicadas em outros sites sobre o CFJ**

[www.cinform.com.br](http://www.cinform.com.br)

**Tarso Genro defende Conselho Federal de Jornalismo**

24-08-2004 07:15

*O ministro da Educação, Tarso Genro, acredita que o conselho vai proteger o livre exercício da profissão fiscalizar os profissionais com base no que já está previsto na Constituição*

Genro defendeu ontem a criação do CFJ. “Há um grande equívoco nessa discussão”, avaliou o ministro. “É como se o Conselho fosse uma forma de enquadrar a imprensa. Nada disso. Em primeiro lugar, a imprensa é 'inenquadrável'. Em segundo, se houvesse algum dispositivo nesse sentido de enquadramento, ele seria totalmente inconstitucional.”

O projeto que cria o Conselho Federal de Jornalismo foi enviado pelo governo ao Congresso Nacional no dia 05 de agosto. Na semana passada, Federação Nacional dos Jornalistas - Fenaj - foi informada oficialmente que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva só vai retirar o projeto do Congresso caso a entidade faça uma solicitação pública.

A Fenaj disse que não vai retirar o projeto, mas incorporaria as sugestões que surgissem nos debates do Congresso.

**OAB debate Conselho Federal de Jornalismo em Brasília**

27-08-2004 09:48

*O debate será realizado às 14h do próximo dia 14, no Plenário do Conselho Federal da OAB – Ordem Advogados do Brasil -, em Brasília*

Segundo informações divulgadas pela OAB, o presidente nacional da Ordem, Roberto Busato, convidou ontem o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, o presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, e o presidente do Senado Federal, José Sarney, para participar do debate sobre o projeto de criação do Conselho Federal de Jornalismo - CFJ.

Além destes convidados, participarão do debate as diretorias da Federação Nacional dos Jornalistas, presidida por Sérgio Murillo, da Associação Brasileira de Imprensa, que tem Maurício Azêdo como presidente, e membros da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, Associação Nacional de Jornais, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comunicação e Publicidade e de sindicatos estaduais de Jornalismo. A decisão de convidar as partes envolvidas para discutir a polêmica matéria foi tomada na última reunião do Conselho Pleno da OAB, realizada no dia 17. A criação do CFJ foi debatida pelos 81 conselheiros federais e membros honorários vitalícios da entidade. Na ocasião, o secretário-geral da OAB, Cezar Britto, defendeu a criação do Conselho, desde que não haja cerceamento da liberdade de expressão ou influência por parte do governo ou dos donos de empresas de comunicação na profissão. Em plenário, ele manifestou a importância de se criar uma legislação específica para a categoria e de se impor critérios mais rígidos de fiscalização e estímulo ao exercício da profissão. Também serão convidados para participar do debate na OAB o presidente da Frente Parlamentar dos Advogados da Câmara, Luiz Piauhyllino (PTB-PE), e o deputado federal e jornalista Celso Russomano, entre outros parlamentares (PPB-SP). Este último é o autor do projeto de lei nº 6817/02, que dispõe sobre a criação da Ordem dos Jornalistas do Brasil (OJB) e sobre o exercício da profissão de jornalista.

[www.jornaldamidia.com.br](http://www.jornaldamidia.com.br)

Brasília - A organização Repórteres sem Fronteiras divulgou nota afirmando que o projeto de lei que cria o Conselho Federal de Jornalismo (CFJ) e os Conselhos Regionais de Jornalismo, encaminhando pelo governo ao Congresso Nacional, "coloca em risco a liberdade de imprensa". A organização informa ainda que já pediu ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que retire o projeto do Legislativo.

O secretário geral da Repórteres sem Fronteiras, Robert Ménard, explicou que a associação condena o projeto porque institui, para o exercício da profissão, a inscrição obrigatória dos jornalistas junto aos Conselhos. Este dispositivo, se ele, é contrário à Declaração de Princípios sobre a Liberdade de Expressão, adotada em outubro de 2000 pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Outra crítica da organização diz respeito à ética da imprensa. Para Ménard, não cabe ao Estado garantir o respeito da imprensa. "Esse tipo de prerrogativa poderia servir de instrumento para fazer pressão sobre as mídias que exercem uma função de contra-poder nas sociedades democráticas". E defende que naturalmente os jornalistas devem responder pelo que escrevem, mas, para isso, já existem leis sobre a difamação. "Não há necessidade de novas leis", concluiu o secretário-geral da organização.

[www.oglobo.com.br](http://www.oglobo.com.br)

**"Governo compra nova briga com Larry Rohter", copyright *O Globo*, 7/09/04**

Luiza Damé

"O governo brasileiro comprou nova briga com o correspondente do 'New York Times' no Brasil, Larry Rohter, jornalista que em maio escreveu reportagem sobre o suposto hábito do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de consumir bebida alcoólica. Em carta dirigida ao jornal, ontem, o secretário de Imprensa e Divulgação da Presidência da República, Ricardo Kotscho, rebate nova reportagem de Rohter, desta vez sobre o projeto de criação do Conselho Federal de Jornalismo (CFJ) e a proposta de limitar as entrevistas de servidores públicos a respeito de investigações do governo.

Secretário diz que Rohter não ouviu ninguém

Na carta, Kotscho diz que Rohter 'parece não ter ouvido ninguém' para escrever a reportagem sobre o Conselho, 'como é habitual em seus despachos', numa referência a trabalhos anteriores do correspondente do tradicional jornal americano.

Segundo a carta, o jornalista limitou-se a reproduzir declarações de pessoas que se opõem ao projeto, já publicadas anteriormente pela imprensa brasileira. O secretário de Imprensa afirma ainda que o projeto do Conselho de Jornalismo não é um plano do presidente Lula, como afirmou Rohter na reportagem, mas um projeto de lei elaborado pelo Ministério do Trabalho a pedido da Federação Nacional de Jornalistas (Fenaj) e encaminhado ao Congresso pelo governo por exigências legais.

O jornalista, segundo afirma a nota do Planalto, omite o fato de que o pedido formal para criação do Conselho de Jornalismo foi feito em audiência pública da Fenaj com Lula, em abril deste ano. Na carta, o governo reclama que Rohter não citou a Fenaj nem ouviu dirigentes da entidade.

A criação da autarquia provocou reações contrárias de setores da imprensa brasileira, de entidades da sociedade civil, como a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e do Congresso, que consideraram a proposta uma ameaça à liberdade de informação.

Na reportagem Rohter também fala da proposta do governo de limitar as entrevistas de servidores públicos sobre investigações em curso, proibindo-os de falar com repórteres. Diz a carta do Planalto que as propostas relativas ao aprimoramento do combate à lavagem de dinheiro ainda estão em discussão no governo federal, sem que haja uma posição final ou proposta para o Congresso.

Rohter quase foi expulso do país em maio

A carta ao 'New York Times' - traduzida para o inglês - foi divulgada ontem pela Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência. Em maio deste ano, ao reagir à reportagem de Rohter sobre suposto problema de Lula com bebidas alcoólicas, o governo brasileiro chegou a cancelar o visto do jornalista, impedindo-o de permanecer no país. O jornalista não foi expulso porque estava fora do país e só retornou depois que o governo recuou da decisão ao receber carta de Rohter. Na carta o jornalista pediu reconsideração do cancelamento do

visto, argumentando que não tivera a intenção de ofender o presidente brasileiro. Mas o jornalista não pediu explicitamente desculpas ao governo brasileiro."

[www.abi.org.br](http://www.abi.org.br)

ABI reafirma posição contra o Conselho

16/9/2004

"O jornalismo trabalha no campo imaterial das idéias e não pode, como outras profissões, ser objeto de regulação, disciplina e fiscalização, como previsto no projeto" – disse o presidente da ABI, jornalista Maurício Azêdo, que reafirmou a posição "radicalmente contrária" da entidade ao estabelecimento do Conselho Federal de Jornalismo. A possível ameaça à liberdade de expressão foi a base da argumentação de Maurício Azêdo, para quem o projeto concede "poderes imperiais" ao CFJ.

A ABI participou quarta-feira (15/9) de uma audiência pública sobre o assunto promovida pela Comissão de Educação do Senado Federal, juntamente com representantes da Associação Nacional dos Editores de Revistas, da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, da Federação Nacional dos Jornalistas e da Ordem dos Advogados do Brasil. Na ocasião, foi ventilada a hipótese de o atual projeto de criação do conselho ser substituído por um texto que incorpore sugestões de entidades ligadas ao setor.

O vice-presidente da Associação Nacional dos Editores de Revistas (Aneer), Murillo de Aragão, considerou a proposta do projeto original "confusa e inoportuna", uma vez que, em breve, começará a ser discutida a reformulação da legislação sindical, o que poderá ter efeitos sobre as normas que regem os conselhos profissionais. Já o presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), José Inácio Pizani, criticou o fato de projeto dar ao futuro conselho a atribuição de orientar e fiscalizar o exercício da profissão, sem antes enumerar os princípios, direitos e deveres desses profissionais. Para ele, possíveis abusos dos jornalistas deveriam ser examinados pelo Poder Judiciário.

"Um substitutivo é importante e viável, mas queremos que o Legislativo não nos negue o direito a ter um conselho profissional", disse o presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais, Aloísio Lopes, que também é primeiro-secretário da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). Segundo ele, o novo texto poderia excluir expressões que pudessem dar margem à interpretação de que a proposta limitaria a liberdade de imprensa. O que a categoria pretende, disse, é criar um órgão autônomo, desvinculado do governo, e retirar do Ministério do Trabalho a atribuição de registrar os profissionais habilitados, além de transformar o atual Código de Ética em norma legal.

A perspectiva de se chegar a um texto de entendimento também foi mencionada pelo representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Herman Assis Baeta. Ele falou sobre a possibilidade de se corrigirem expressões contidas no texto, mas observou que a criação do conselho não constituiria "nenhum absurdo" e nem poderia ser considerada inconstitucional.

O presidente da Fenaj, Sérgio Murillo de Andrade, reafirmou que a proposta de criação do CFJ é dos jornalistas e resultou de anos de debates em encontros da categoria. Ele afirmou que entre os objetivos do projeto estão a fiscalização do exercício da profissão e a definição de regras de acesso à atividade, "uma vez que muitos atualmente trabalhariam sem a habilitação adequada". O conteúdo produzido pelos jornalistas não está em questão, segundo ele: "Se existe cerceamento à liberdade de imprensa, é por parte desse modelo absurdo concentrador de propriedade dos meios de comunicação, onde uma empresa absorve 80% de todas as verbas de publicidade" - afirmou.

**ANEXO IX**  
**Reportagens da revista Veja sobre o Conselho Federal de Jornalismo e sobre o caso**  
**Larry Rohter**

18 de agosto de 2004

Governo

### **O fantasma do autoritarismo**

Lula se deixa enganar por uma associação de assessores de imprensa de empresas estatais que se fazem passar por jornalistas e manda para o Congresso um projeto de lei que representa o mais sério ataque à liberdade de expressão no Brasil desde o regime militar

Malu Gaspar

Ao entrar em seu vigésimo mês de governo, o PT tem trunfos importantes para comemorar. A economia finalmente começou a dar sinais de recuperação, com a inflação sob controle e o desemprego em queda. Lá fora, o risco-país permanece baixo e os investidores estrangeiros mantêm sua atenção no Brasil. O presidente Lula, que segue como um dirigente prestigiado no exterior, acaba de recuperar 10 pontos em sua popularidade, voltando a ter 38% de aprovação do eleitorado brasileiro. A dois meses do primeiro teste do governo petista nas urnas, sua principal candidata, a prefeita Marta Suplicy, aparece pela primeira vez na liderança das pesquisas. Nesse cenário, tudo parecia sob controle e bem encaminhado, com o país entrando num sereno período de prosperidade – mas o governo resolveu disparar um tiro de bazuca no próprio pé ao revelar um incontrolável tique autoritário. Primeiro, divulgou um projeto de controle ditatorial da produção de cinema e televisão, que incluía até intromissão na linha editorial da programação. Em seguida, despachou ao Congresso uma proposta que, em resumo, consiste no mais severo ataque à liberdade de imprensa no país desde o regime militar (1964-1985).

#### *O "CACO" DA CASA CIVIL*

*José Dirceu: sua assessoria na Casa Civil incluiu o artigo que tornou o projeto ainda mais liberticida*

#### *A ÚLTIMA DO "CHINA"*

*Na Alemanha nazista, ser judeu não era uma questão absoluta. Goebbels decidia quem era judeu. Gushiken disse que a liberdade de imprensa também não é absoluta*

O Palácio do Planalto não esperava que as duas propostas gerassem uma reação tão profundamente indignada da sociedade – no Brasil e no exterior. O projeto que cria a agência nacional de cinema e audiovisual, batizada de Ancinav, já sofreu modificações, com a exclusão das interferências na linha editorial, e o ministro da Cultura, Gilberto Gil, anunciou que "tudo o que possa ser interpretado como autoritário será reescrito ou eliminado". Porém, a proposta de criação do Conselho Federal de Jornalismo, cuja missão é "orientar, disciplinar e fiscalizar" o exercício da profissão de jornalista, está integralmente mantida, apesar da flagrante tentativa de cercear a liberdade de imprensa, pensamento e expressão. "Não poderíamos ter escolhido um momento pior para lançar esse projeto", diz um ministro com gabinete no Palácio do Planalto, ao referir-se à onda de denúncias contra o presidente do Banco Central e o do Banco do Brasil. "Passou a clara impressão de uma tentativa de ameaçar a imprensa, que não é a intenção do governo. Por que razão fomos meter a mão nessa cumbuca?", lamenta-se o ministro. Talvez porque no DNA de alguns petistas do primeiro time esteja ainda inscrita a palavra de ordem dos bolcheviques russos: "Todo o poder aos *soviets*". Para quem não sabe, *soviet*, em russo, significa conselho. Pela proposta remetida ao Congresso, o Conselho Federal de Jornalismo seria composto de dez membros, com a missão de zelar pelo comportamento ético dos jornalistas e – aí é que mora o perigo – pelas "atividades jornalísticas", o que não passa de um velado cerceamento da liberdade de imprensa. Em sua defesa, o governo alega que não é autor do projeto nem pretende baixar controle algum sobre a imprensa. "O governo não terá nenhuma ingerência nesse assunto: trata-se de uma iniciativa dos próprios jornalistas, que indicarão livremente os integrantes do conselho", escreveu o assessor de imprensa do Palácio do Planalto, o jornalista Ricardo Kotscho, em artigo publicado no jornal *Folha de S.Paulo*. Da Espanha, Frei Betto, assessor especial do presidente Lula, disse que os grandes meios de comunicação "fazem um terrorismo psicológico porque não querem perder o monopólio da palavra" e, por isso, são contra o conselho. "Há tempos que os jornalistas, e eu

me incluo como profissional do jornalismo, querem um conselho próprio para a regulamentação da ética profissional." Desconhecem-se as razões pelas quais Frei Betto possa saber o que querem os jornalistas brasileiros. Mas talvez tenha razão, pois, mutante como é, ora se comporta como jornalista, ora como assessor de Lula, ora como padre, dependendo do que mais lhe convém em cada momento.

#### *SACERDOTE DE SI PRÓPRIO*

*O projeto agradou apenas a figuras cavilosas como Frei Betto, que é padre quando lhe convém, jornalista quando lhe convém e assessor especial do presidente quando lhe convém*

"Por que uma democracia que elegeu presidentes quatro vezes – e que teve papel fundamental num processo de impeachment – delegaria a cinco pessoas o controle de sua imprensa? Além de criar códigos de conduta e estabelecer normas de processo disciplinar, o conselho ainda reserva para si a prerrogativa de resolver "os casos omissos na lei" – com punições que podem chegar à cassação do registro profissional. O sujeito punido deve procurar trabalho em outra atividade. Isso é ou não é intimidador? Qualquer órgão que represente ameaça à liberdade de informação, tenha o nome que tiver, a origem que tiver, precisa ser rejeitado enfaticamente pela sociedade e por seus representantes democráticos."

**WILLIAM BONNER**, editor-chefe e apresentador do *Jornal Nacional*

Nem parece o mesmo governo cujo chefe disse em dezembro passado, em seu balanço de fim de ano, que "notícia é tudo aquilo que nós não queremos que seja publicado, o resto é publicidade". Pois o mesmo governo, o do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mandou ao Congresso na semana passada o projeto de lei que cria o Conselho Federal de Jornalismo, que, em sua essência, transforma jornalistas em propagandistas de governos. No processo de explicação das iniciativas, os comissários petistas acabaram revelando uma preocupante ligação com um passado totalitário que se achava sepultado pela prática democrática. O mais enfático viajante desse túnel do tempo ideológico foi Luiz Gushiken, secretário de Comunicação e Gestão Estratégica, que tem sala no Palácio do Planalto, para quem "nada é absoluto, nem a liberdade de imprensa".

A liberdade de imprensa é não apenas um bem absoluto da sociedade como está estabelecida na Constituição brasileira. Nenhuma atividade está livre de maus profissionais e de cometer abusos. A imprensa muito menos. Por sua natureza e pela particularidade de seu exercício, a imprensa está entre as que mais cometem erros e fazem julgamentos precipitados. Ela precisa mesmo estar sob constante vigilância. Ocorre que está, sempre. Cada vez que chega às bancas, os jornais e as revistas estão se submetendo a julgamento popular instantâneo. Para as reparações mais específicas, a Constituição prevê que os abusos da imprensa devem ser corrigidos por meio da Justiça, sem que exista necessidade de algum órgão superior para estabelecer limites à liberdade de expressão. É assim que as coisas funcionam nos países democráticos. Mas não nos arraiais do PT, como se observa neste trecho do artigo de Ricardo Kotscho: "O objetivo central da criação do CFJ – a exemplo do que há muito ocorre com advogados, médicos, economistas e outras categorias – é exatamente defender a dignidade e a ética exigidas no exercício da profissão, para garantir à sociedade a plenitude da liberdade de imprensa, e não a liberdade para alguns profissionais e algumas empresas divulgarem o que bem entendem a serviço dos seus interesses".

"Há duas tentações que nenhum governante pode sentir: impedir a impressão de notícias e autorizar a impressão de moedas. Por isso, defendo a liberdade de imprensa e a autonomia do Banco Central. E esse projeto do conselho cria uma tentação autoritária. O autoritarismo raramente se instala de uma vez. Ele chega sempre aos poucos, sem que as pessoas percebam. E, às vezes, vem disfarçado de boas intenções."

**CRISTOVAM BUARQUE**, senador (PT-DF) e ex-ministro da Educação

Nada mais revelador. Em todas as profissões citadas pelo secretário de imprensa do PT, inclusive a de jornalistas, o que garante a qualidade do serviço prestado à comunidade é justamente o arbítrio individual dos profissionais e dos dirigentes das empresas onde eles trabalham. Os conselhos profissionais têm efeito secundário e muitas vezes nulo no comportamento ético e na prática cotidiana dos advogados, médicos, economistas e outras categorias profissionais. "Não existe ética coletiva. A ética é uma instância individual", ensinava o sociólogo alemão Max Weber (1864-1920). Não é preciso filosofar em alemão para saber isso. O próprio Lula construiu sua carreira fazendo opções éticas individuais que mudaram sua vida e, com sua eleição a presidente, a do Brasil. Quando o Partido Comunista quis recrutar Lula para seus quadros nos anos 70, o jovem e idealista líder metalúrgico mandou os enviados de Moscou às favas. Lula achou as propostas e os métodos dos comunistas "imprestáveis para quem queria fazer política de modo transparente e às claras", como ele lembraria



mais tarde. Os assessores de Lula teriam poupado o governo de constrangimentos e desgastes desnecessários com o projeto estapafúrdio caso tivessem informado corretamente o presidente. Aparentemente não o fizeram.

"Este governo parece ter na cabeça o modelo chinês, de combinar abertura na economia com alguma possibilidade de controle na política e na cultura. É claro que os chineses são um caso mais radical. Sempre, em todos os governos, acalentou-se essa idéia de controlar a mídia e a cultura. Mas essa possibilidade chegou num momento em que os meios técnicos tornam isso impossível, graças às centenas de possibilidades de comunicação. É um momento não só de liberdade de expressão como de democratização da expressão."

**FERNANDO GABEIRA**, deputado federal (sem partido/RJ) e jornalista

Lula tem uma boa imagem da imprensa, como atestam suas declarações, em especial uma de fevereiro passado. "Eu acho que a imprensa joga um papel muito importante quando levanta as dúvidas, agindo cada vez mais com seriedade", disse o presidente Lula. É de supor que o presidente foi levado a acreditar que a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), patrona do projeto, é um órgão composto de jornalistas no pleno exercício da profissão e empenhados no dia-a-dia de levantar dúvidas e fazer jornais e revistas com seriedade. Não é. Do ponto de vista legal, a Fenaj tem a aparência de um órgão legítimo, que representa os 100.000 jornalistas brasileiros. Como menos de 30% dos jornalistas são sindicalizados, pode-se afirmar que a Fenaj representa uma minoria. Eleita no mês passado, a diretoria atual da entidade não é uma expressão de jornalistas que trabalham em jornais, revistas e emissoras de rádio e televisão. A maior parte está afastada das redações e presta serviços de assessoria de imprensa, em geral a empresas estatais e políticos. A atual diretoria é composta de sete jornalistas, dos quais apenas dois não são filiados ao PT. E, dos dois não filiados, um é franca e publicamente simpático ao partido. Confira:

- Sérgio Murillo de Andrade, presidente da Fenaj, está afastado das redações há catorze anos. Catarinense, 42 anos, foi assessor do primeiro vereador do PT eleito em Florianópolis, em 1992, e trabalhou na prefeitura na gestão do vice-prefeito Afrânio Boppré, do PT. É um petista de primeira hora, filiado ao PT desde 1982.
- Frederico Barbosa Ghedini, 51 anos, é vice-presidente da entidade e trabalha numa editora especializada em publicações sobre tecnologia da informação e telecomunicação desde 1988. Atualmente, está licenciado da empresa. É sócio-fundador do PT em São Paulo.
- Antônio Pereira Filho, segundo-vice-presidente, filiou-se ao PT em dezembro do ano passado. Aos 36 anos, integra a direção do partido em Alagoas e trabalha como assessor de imprensa de um sindicato.
- Celso Schroeder, secretário-geral, é professor universitário, trabalha como chargista desde 1986 e está filiado ao PT há mais de quinze anos. Em 1994, candidatou-se sem sucesso a deputado federal pelo partido.
- Aloísio Soares Lopes, primeiro-secretário, 38 anos, mineiro. Há cinco anos trabalha como assessor de imprensa. É filiado ao PT desde 1992.
- Maria José Braga, 40 anos, tesoureira, não tem filiação partidária. Trabalha como repórter de jornal. É simpatizante do PT. Na última eleição, assinou um manifesto de apoio à candidata petista ao governo de Goiás.
- Carmem Lúcia Souza da Silva, segunda-tesoureira, 32 anos, preside o Sindicato dos Jornalistas do Pará. Em dez anos de profissão, foi repórter, assessora de imprensa e professora universitária. Não tem filiação partidária. Pelo projeto enviado ao Congresso, caberá a esses sete jornalistas indicar a primeira diretoria do Conselho Federal de Jornalismo. É exagero supor que os conselheiros serão simpáticos ao PT nas suas escolhas? Nos últimos dias, várias autoridades do governo, incluindo o próprio presidente da República, vieram a público reclamar do "denuncismo" da imprensa, que estaria agindo de forma irresponsável ao enxovalhar a honra alheia sem apresentar provas. A imprensa – no Brasil e no mundo – comete erros e exageros, é claro. Alcení Guerra, ministro da Saúde do governo Fernando Collor, foi massacrado pela imprensa, inclusive por VEJA, sob a suspeita de que teria promovido um festival de irregularidades em sua gestão, mas mais tarde a suspeita se comprovou infundada. Eduardo Jorge Caldas Pereira, ex-secretário-geral da Presidência da República no governo de Fernando Henrique, foi sistematicamente acusado de fazer tráfico de influência quando estava no cargo. Hoje, quatro anos depois, não se comprovou nada de irregular durante sua passagem pelo Palácio do Planalto. Na semana passada, o ex-jornalista Luís Costa Pinto, que trabalhou em VEJA no início dos anos 90, publicou um depoimento na revista *IstoÉ* relatando sua participação em uma reportagem de capa de VEJA de 1993. A matéria, sobre o então deputado Ibsen Pinheiro, continha números errados a respeito do dinheiro movimentado pelo político, que acabou cassado pela CPI dos Anões do Orçamento. A imprensa erra, mas os erros acabam aparecendo quando não são corrigidos logo em seguida pela apuração correta dos fatos. VEJA lamenta os enganos que cometeu nos casos de Alcení, Eduardo Jorge e Ibsen Pinheiro.

O curioso é que, nos últimos anos, talvez não haja denúncia publicada neste país sem a participação oculta de petistas, que são mestres graduados em fuçar dados sigilosos para fustigar adversários. Os parlamentares do PT também se especializaram em fazer eco a denúncias sem provas e fomentar o denunciismo que agora parece tanto incomodá-los. A própria carreira política do presidente Lula, e de boa parte dos petistas mais estrelados, beneficiou-se largamente da prática denunciista do PT, ajudando a construir a imagem de lisura ética e de combatividade oposicionista do partido. Uma das táticas mais usadas pelo PT era colocar militantes em postos estratégicos do Estado, onde teriam acesso a informações relevantes, e fazer com que vazassem à imprensa. Agora, o governo do PT faz o contrário. Na semana passada, divulgou o rascunho de um decreto pelo qual os servidores são proibidos de falar à imprensa, prerrogativa que ficaria exclusiva a ministros, assessores especiais e chefes de autarquia. É tão autoritário que até o presidente do PT, José Genoíno, se mostrou contra a proposta. "O servidor público, diante de questões que sinta que são irregulares e ferem a Constituição, não pode ser proibido de falar", diz Genoíno ao defender que os servidores se rebelam contra a medida, caso entre em vigor. "Temos de democratizar ao máximo a sociedade e a relação do Estado com a sociedade", acrescenta Genoíno. O governo parece querer controlar a imprensa pelas portas de entrada e saída, regulando o acesso dos jornalistas às fontes e examinando o que se publica. É uma atitude perfeitamente totalitária e revela a inclinação do governo em querer controlar tudo. Se o Palácio do Planalto quer ampliar o acesso ao sigilo fiscal por parte de órgãos públicos de investigação, como o governo também propôs na semana passada, cabe discutir, pois, nesse caso, o governo está lidando com um dado que está sob sua responsabilidade – os dados fiscais de cada declarante. A imprensa, porém, não faz parte do aparato estatal nas democracias. A imprensa não está sob a esfera de controle ou responsabilidade do Estado. A imprensa não é nem complementar ao Estado. Ela é livre, independente e, em seus melhores momentos, antagônica ao Estado.

Não há democracia que controle a imprensa. Nas ditaduras, no entanto, o lema do "todo o poder aos *soviets*" está em alta. No Gabão, o ditador Omar Bongo, com o qual o presidente Lula desfilou em carro aberto pelas ruas de Libreville semanas atrás, criou um conselho, integrado por membros indicados pelo governo, cuja missão é punir jornalistas e órgãos de comunicação que publicam artigos caluniosos ou incorretos, segundo critérios dos governistas. Em 2002, dois jornais semanais foram acusados de "minar a confiança no Estado e a dignidade de autoridades governamentais". No Quênia, existe censura prévia: todas as matérias devem ser enviadas à análise das autoridades antes de ser publicadas. A infração à norma rende multa de 13.000 dólares e prisão de até três anos. Em ditaduras mais estáveis, como Cuba e China, a imprensa é um mero e desprezível apêndice do poder. Em Cuba, um departamento vinculado ao comitê central do Partido Comunista escolhe, revisa e corrige as reportagens veiculadas pelos órgãos de comunicação oficiais.

Nas democracias mais sólidas do mundo, a imprensa livre faz parte da ordem natural das coisas. Não por acaso, esses países têm, simultaneamente, a melhor e a pior imprensa. Na Inglaterra, onde não há lei específica para a imprensa, ficando os veículos de comunicação e seus profissionais sujeitos à lei ordinária, existem publicações de primeiríssima qualidade e, também, os célebres tablóides sensacionalistas, que não relutam em invadir a vida privada de quem quer que seja em busca de uma notícia. Em 1993, uma comissão parlamentar inglesa, numa tentativa de controlar o sensacionalismo, propôs a criação de um conselho com poder de punir os tablóides. Não deu certo. Tanto os trabalhistas quanto os conservadores se negaram a aprovar leis que limitassem a liberdade de imprensa. Nos Estados Unidos, graças à Primeira Emenda da Constituição, não há um único mecanismo legal de cerceamento da imprensa. De acordo com Josh Friedman, diretor da Faculdade de Jornalismo da Universidade Colúmbia, em Nova York, a criação de um conselho regulatório da imprensa que visa fiscalizar e penalizar veículos e jornalistas é uma ameaça à democracia. "Isso é um absurdo. Trata-se de uma forma de o governo proteger a si mesmo e evitar que a população do país tenha acesso a informações para tirar as próprias conclusões. Fiscalização e censura são comuns em ditaduras, não em governos democráticos", disse a VEJA. Além da escalada de medidas autoritárias da semana passada, o governo petista já deu sinais dessa inclinação quando abordou outros assuntos. O mais surpreendente foi constatar a vontade do governo de aprovar a chamada Lei da Mordça, que pretende punir os integrantes do Ministério Público que repassarem à imprensa informações sobre investigações ainda em curso. É surpreendente porque, quando estava na oposição, o PT não apenas estimulou essa prática como fez ataques cerrados à idéia da Lei da Mordça, proposta pelo governo tucano. Agora, ficou a favor. O dado mais perigoso é que o governo dá a impressão de que tem vontade de controlar tudo. Como o próprio nome diz, totalitarismo é a doutrina que não se satisfaz em controlar os processos sob a competência do Estado. O totalitarismo almeja controlar todos os processos, mesmo aqueles nos quais a interferência estatal deveria ser meramente marginal – como a vida em família, a pesquisa científica, a produção artística.

A Alemanha nazista produziu os mais completos manuais de submissão da imprensa, do cinema, do teatro, das artes plásticas, da literatura, da educação. Na ex-União Soviética, durante o reinado de Josef Stalin, os livros

escolares de história foram reescritos, jornais velhos foram reeditados e inimigos políticos eram eliminados das fotografias. No Camboja de Pol Pot, ter uma emissora de rádio, ainda que rudimentar, era considerado crime capital. Na Itália fascista, o ministro da Educação, Giovanni Gentile, um dos nomes mais influentes do governo de Mussolini, dizia o seguinte: "Tudo para o Estado, nada contra o Estado, ninguém fora do Estado". No Brasil de Lula, obviamente, não existe nada parecido com isso. O governo do PT está apenas confuso. É liberal na economia e autoritário na política. "O governo do PT tem o emblema de Janus, o deus bifronte da mitologia", diz o antropólogo Roberto DaMatta, da PUC do Rio de Janeiro. "Há um lado liberal e outro reacionário, hierárquico e autoritário, que quer cada macaco em seu galho vigiado constantemente por um gorila. Quer reviver a tática gorilista da ditadura." Parece tolo. É um perigo.

### A melhor e a pior imprensa

Em quase 200 anos de existência, o jornal inglês *The Guardian* adquiriu uma reputação inabalável de seriedade e independência. Nas bancas de seu país, ele divide espaço com o tablóide *The Sun* – que, fundado em 1964, se tornou sinônimo de jornalismo sensacionalista. A aplicação incondicional do princípio da liberdade de imprensa na Inglaterra, uma das democracias mais vigorosas do planeta, tem nesse fenômeno um de seus corolários: os melhores jornais do mundo convivendo com os piores. Os dois únicos "controles" sobre essas publicações vêm do mercado e da Justiça, e o *The Sun* exemplifica de maneira exuberante o funcionamento do sistema: com tiragem de 3,5 milhões de exemplares, é o jornal de língua inglesa com a maior circulação internacional e também dono de uma extensa lista de processos, impetrados por personalidades que se sentiram atingidas por suas manchetes.

Um caso para o CFJ

#### *ZECA DIRCEU*

*Em Cruzeiro do Oeste, um editorial do jornal da cidade teve como título o slogan de campanha do filho de José Dirceu. Nem o CFJ agüentaria*

*Cynara Menezes, de Cruzeiro do Oeste*

Candidato a prefeito pelo PT em Cruzeiro do Oeste, no Paraná, José Carlos Becker de Oliveira, 26 anos, filho do ministro José Dirceu, construiu em sua cidade o que parece ser a república dos sonhos de integrantes do governo federal: aquela em que a imprensa só publica notícias que lhes são favoráveis. No início do ano, a *Folha de S. Paulo* noticiou que Zeca Dirceu, como prefere ser chamado agora que está em campanha, vinha usando da influência paterna para interceder, junto ao governo federal, pela liberação de recursos para a sua região. Desde então o filho do ministro-chefe da Casa Civil decidiu não só que não mais falaria à imprensa nacional como proibiu todos os integrantes de sua coligação, que reúne doze partidos, de fazê-lo. Entrevistas do candidato, afirma sua assessoria de imprensa, só para o único jornal de Cruzeiro, o *Tribuna do Oeste*. Para entender tal deferência, basta dizer que, na semana passada, o título de um dos editoriais do semanário reproduzia, letra por letra, o slogan da campanha de Zeca: "Cruzeiro tem futuro". E, para o caso de alguém ainda ter dúvidas sobre o entusiasmo com que a *Tribuna* encara a candidatura do petista, seu proprietário, Fernando Amaral, faz questão de deixar bem claro: "Meu jornal é a favor do Zeca. Credencial de filho de ministro vale muito mais do que a de deputado federal", diz. Dos outros três candidatos à prefeitura de Cruzeiro do Oeste, com 19.000 habitantes, só um tem espaço na *Tribuna*: o atual prefeito, Yukio Tominaga, do PPS – que o jornal, em letras garrafais, costuma chamar de "lelé da cuca". Ah, sim: a assessoria de Zeca esclarece que o candidato também fala "ocasionalmente" com o *Umuarama Ilustrado* (diário que circula na cidade vizinha e que, no início de agosto, publicou duas manchetes consecutivas informando que o ministro Dirceu visitava a região para lançar a candidatura do filho) e concede entrevistas à rádio local. Não por coincidência, a Rádio Difusora de Cruzeiro do Oeste tem como sócio Valter Rocha, candidato a vice-prefeito na chapa de Zeca, e seus estúdios funcionam como uma espécie de subsele do comitê de campanha: o programa de rádio do candidato a ser levado ao ar no horário gratuito, por exemplo, será gravado lá. Desse jeito, nem a Fenaj agüenta. Pressão sobre o Supremo

#### *CONVERSAS DE PRESIDENTES*

*Jobim e Lula estão em sintonia e se falam sempre*

Às vésperas de uma votação que pode trazer prejuízo financeiro e político ao governo, o Palácio do Planalto lançou uma ofensiva para aumentar sua influência sobre os ministros do Supremo Tribunal Federal. Não há nada de ilegal nessa investida, mas ela certamente representa uma tentativa de subordinar um poder independente, o Judiciário, às necessidades de outro, o Executivo. O que está em jogo é a contribuição previdenciária dos servidores públicos inativos, cuja legalidade será julgada pelo tribunal na quarta-feira 18. Principal ponto da reforma da Previdência, aprovada em 2003 pelo Congresso, a taxa de inativos pode gerar arrecadação de 1,9 bilhão de reais ao ano e é contestada por sindicatos de servidores. A votação foi interrompida em maio, com 2 votos contra o governo e 1 a favor.

O próprio presidente Lula é ator nessa campanha de aproximação entre Executivo e Judiciário. Um flerte com Nelson Jobim, presidente do Supremo, teve início no fim de junho, em um jantar na casa do presidente da Câmara, João Paulo Cunha. Desde então, Lula e Jobim tornaram-se interlocutores freqüentes. Novo jantar deve ocorrer até o fim de agosto, desta vez com o presidente do Supremo como anfitrião. Outros personagens promovem a aproximação de Jobim com o Planalto. O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, telefona-lhe diariamente, além de encontrá-lo ao menos uma vez por semana. Henrique Meirelles, presidente do Banco Central, aproveitou-se de um encontro institucional para tratar do tema com ele. E até o ministro da Previdência, Amir Lando, já procurou o presidente do STF. A estratégia parece dar frutos. Em conversas reservadas, Jobim tem dito que não aceita que o Supremo seja palco de revanches da oposição por causa de derrotas que ela tenha sofrido no Congresso. Um linguajar que agrada ao Planalto.

Mas a pressão do governo não se restringe a um ministro. Márcio Thomaz Bastos não se descuida dos quatro juízes indicados ao Supremo já no mandato de Lula: Joaquim Barbosa, Cezar Peluso, Eros Grau e Ayres Britto. O ministro da Justiça não conseguiu impedir um voto contrário de Britto no caso dos inativos e faz marcação cerrada para que isso não se repita. Ele conta com auxílios. Até o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, tem encontrado tempo para doutrinar os ministros do Supremo. Finalmente, o advogado-geral da União, Álvaro Ribeiro Costa, empenha-se na tarefa de convencimento como se disso dependesse seu cargo. E talvez seja mesmo esse o caso. Incompatibilizado com José Dirceu e criticado por boa parte do governo, Costa está em situação difícil. Um bom trabalho junto ao STF seria um trunfo para ele. Costa tem comparecido a todas as sessões do Supremo. Nos intervalos, vai à sala de café do tribunal e aborda os ministros. "É uma situação desagradável, uma tentativa de convencimento explícita na casa de um poder independente", reclama um dos magistrados. Apesar de toda a agitação, ninguém arrisca um palpite público sobre a votação. O placar deverá ser de 6 a 5. Para que lado, ninguém sabe.

#### **Vladimir Illyitch Lenin**

"POR QUE DEVERÍAMOS ACEITAR A LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DE IMPRENSA? POR QUE DEVERIA UM GOVERNO, QUE ESTA FAZENDO O QUE ACREDITA ESTAR CERTO, PERMITIR QUE O CRITIQUEM? ELE NÃO ACEITARIA A OPOSIÇÃO DE ARMAS LETAIS. MAS IDÉIAS SÃO MUITO MAIS FATAIS QUE ARMAS."

#### **Thomas Jefferson**

"UMA VEZ QUE A BASE DE NOSSO GOVERNO É A OPINIÃO DO POVO, NOSSO PRIMEIRO OBJETIVO DEVERIA SER MANTÊ-LA INTACTA. E, SE COUBESSE A MIM DECIDIR SE PRECISAMOS DE UM GOVERNO SEM IMPRENSA OU DE UMA IMPRENSA SEM GOVERNO, EU NÃO HESITARIA UM MOMENTO EM ESCOLHER A SEGUNDA SITUAÇÃO."

Thomas Jefferson (1743-1826) e Vladimir Lenin (1870-1924) foram líderes de revoluções que formularam regras básicas das sociedades que ajudaram a criar – os Estados Unidos e a União Soviética, respectivamente. As frases acima registram o pensamento de ambos sobre a liberdade de expressão. O ideário de Lenin resultou num regime em que a censura foi férrea e o silenciamento dos dissidentes, sistemático. As crenças de Jefferson, radicalmente opostas, traduzem-se ainda hoje nos editoriais dos grandes jornais americanos ou em libelos satíricos como *Fahrenheit 11 de Setembro*, do documentarista Michael Moore. Ou seja, num sistema em que sagrado não é o governo, mas o direito de criticá-lo. Também por isso os Estados Unidos são o que são. Pela razão inversa, a União Soviética morreu.

CHRISTIANE TORLONI, atriz

“Está se criando um sistema de controle que pode interferir em tudo aquilo que conquistamos a duras penas. Trata-se, na minha opinião, de um dirigismo pesado.”

SATURNINO BRAGA, senador (PT-RJ)

“Parece realmente que estão em curso iniciativas que muito facilmente dão ensejo a abusos de poder e por isso mesmo devem ser evitadas”

FAUSTO SILVA, apresentador de TV

“Quem sempre foi estilingue não se acostuma a virar vidraça. O risco, a meu ver, é essa esquerda acabar fortalecendo a direita radical”.

RENATO MEZAN, psicanalista

“O conselho me parece uma estupidez. Eu defendo o princípio da Primeira Emenda americana: a imprensa é livre e ponto. Essa idéia de que tudo deve ser regulamentado é fascista.”

LUIZ CARLOS MENDONÇA DE BARROS, ex-ministro das comunicações

“Já sofri nas mãos da imprensa, mas prefiro esse problema a outro muito maior, que é uma sociedade com controle de informações.”

LUIZ FRANCISCO DE SOUZA, procurador da república

“A liberdade de imprensa, a liberdade cultural e a liberdade do Ministério Público são essenciais e devem ser ampliadas. Cercear a imprensa e o Ministério Público é caminhar para o autoritarismo.”

ALBERTO GOLDMAN, deputado federal (PSDB-SP)

“Quando eu era de esquerda achava que o mundo era dividido entre os bons e os maus. Eu aprendi que não é assim, mas o PT continua com essa mentalidade.”

EDUARDO JORGE, ex-secretário-geral da presidência

“O controle sobre o MP é imprescindível. Já o Conselho de Jornalismo seria um órgão político. No projeto do audiovisual prevaleceu a mania do PT de achar que só ele sabe como a sociedade deve agir.”

EMERSON KAPAZ, empresário

“O governo sofre da síndrome da incoerência. Quando oposição, aproveitou-se das denúncias do Ministério Público e capitalizou-as na imprensa. Agora, quer controlar a ambos.”

PAULO SKAF, empresário

“Jornalismo é exercício de informação, mas também de opinião. E opinião não se tutela.”

JOSÉ CARLOS ALELUIA, deputado federal (PFL-BA)

“A lógica que rege o PT é a de que quem venceu a eleição tem todo o poder. Não é assim na democracia. A quem venceu a eleição, todo o poder previsto na Constituição e nas leis.”

ROSEANA SARNEY, senadora (PFL-BA)

“A imprensa tem deficiências, como todas as áreas, mas não é com um projeto do governo que isso será resolvido. É o mesmo que defender o fechamento do Congresso porque há deputados incompetentes.”

ROBERTO DAMATTA, antropólogo

“O governo do PT tem o emblema de Janus, o deus bifronte da mitologia. Há um lado liberal e outro autoritário, que quer cada macaco em seu galho vigiado por um gorila. Revive a tática gorilista da ditadura.”

ROBERTO ROMANO, filósofo

“É o governo de um partido dominado por stalinistas que consideram a imprensa, a sociedade e a instituição meios de poder. Quem é stalinista por cinquenta anos não vira democrata ao chegar ao governo.”

SERGIO BERMUDEZ, advogado

“Essa agência é stalinista e esse conselho submete os jornalistas a uma espécie de censura prévia”.

DENIS ROSENFELD, professor de filosofia

“O governo continua preso aos fantasmas da doutrina revolucionária no campo ideológico. Suas últimas iniciativas equivalem às experiências chinesa, soviética e albanesa”.

EDUARDO SUPLICY, senador (PT-SP)

“A liberdade de imprensa é um princípio constitucional, e na Constituição não está escrito que ela é um princípio relativo”.

IVES GANDRA MARTINS, jurista

“O projeto do Conselho de Jornalismo é absurdo e inconstitucional. A liberdade de imprensa é garantida pela Constituição. Os pulmões de uma sociedade democrática são uma Justiça e uma imprensa livres”.

LUIZ FLÁVIO B. D'URSO, presidente da OAB/SP

“O Conselho Federal de Jornalismo traz um risco de censura prévia. A legislação atual, bem ou mal, regulamenta a atividade jornalística. Não há necessidade de criar um organismo para ordenar o setor.”

FRANCISCO DE OLIVEIRA, sociólogo

“Disseminam-se no mundo formas autoritárias de controlar a informação. Não cabe a governos controlar a opinião pública, ainda que usando uma iniciativa supostamente tomada por uma entidade.”

WALTER CENEVIVA, advogado constitucionalista

“Enquanto o ‘denuncismo’ foi um mecanismo para o PT chegar ao poder, estava tudo bem. Agora que o partido se tornou ‘vidraça’, resolveram criar uma autarquia que limita a atividade do jornalismo.”

ABRAM SZAJMAN, empresário

“Qualquer medida que tente controlar a imprensa e a cultura é autoritária. Não podemos admitir que se criem mecanismos de censura, ainda mais baseados em critérios tão subjetivos.”

DAVID FLEISCHER, presidente de ONG

“Quando vivia em lua-de-mel com a imprensa, o governo não cogitava mexer com a mídia. Agora que está sofrendo com denúncias, faz uma tentativa de cercear a imprensa.”

JOÃO UBALDO RIBEIRO, escritor

“Sou contra a opção ditatorial que emoldura projetos desse tipo. Não havia ‘denuncismo’ quando Lula disse que havia 300 picaretas no Congresso. Se não houvesse o que denunciar, não haveria denúncias”.

MOACYR SCLiar, escritor

“Sou de uma geração muito marcada pela questão da liberdade. Creio que uma opinião pública bem informada, aliada a meios jurídicos pertinentes, ainda é o melhor antídoto para qualquer excesso da mídia.”

JOSÉ BONIFÁCIO DE OLIVEIRA SOBRINHO, empresário de televisão

“Toda tutela leva ao pior caminho. É absurdo criar uma burocracia encarregada de julgar o que é permitido ou proibido no campo das idéias.”

ZÉLIA DUNCAN, cantora

“Aquilo que é preciso de verdade, desesperadamente, é cuidar da educação da população, para que ela tenha discernimento para separar a informação ruim daquela que realmente interessa.”

BENEDITO RUY BARBOSA, autor de novelas e minisséries

“Cada vez que se fala em conselho para disciplinar atividades de expressão tenho urticária. Quem passou por 64 e pela censura, e tinha de conversar com meia dúzia de analfabetos, sabe do que falo”.

MARIA ADELAIDE AMARAL, autora de novelas e minisséries

“É uma atitude de coação. Sou totalmente contra isso, é a volta da censura que nós nos empenhamos em banir deste país.”

MIGUEL FALABELLA, ator e dramaturgo

“Se alguém se sente incomodado com aquilo que a imprensa disse dele pode recorrer à Justiça. E é assim que deve ser. Nenhum conselho tem o direito de julgar e controlar o que se diz, se escreve ou se pensa”.

**19 de maio de 2004**

**Governo**

## **Afasta de mim esse cálice**

**Impulsividade de Lula e assessores tresloucados transformam uma questão prosaica criada por reportagem do *New York Times* em uma grande crise**

Leandra Peres

Na semana passada, o governo conseguiu provar que é capaz de transformar até seus melhores momentos em crises de grandes proporções. Isso requer um certo esforço. Depois que o jornal *The New York Times*, o diário mais influente dos Estados Unidos, publicou reportagem de meia página, em sua edição de domingo 9, dizendo que o consumo de bebida alcoólica pelo presidente Lula virara "preocupação nacional", o governo viveu um raro momento de unanimidade. Até os adversários se levantaram em defesa do presidente. "Conheço o Lula há trinta anos e não vejo nenhuma razão para o jornal fazer tal suposição", afirmou o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que classificou a reportagem de "leviana". "O presidente tem nossa total solidariedade. A reportagem é injusta e maldosa", disse o governador de São Paulo, o tucano Geraldo Alckmin. Na terça-feira, quando o interesse pelo assunto já estava minguando e quase ninguém mais parecia interessado no mexerico, o Palácio do Planalto anunciou a decisão de expulsar do país o autor da reportagem, o jornalista Larry Rohter, 54 anos, que trabalha no Brasil desde os anos 70.

Com a reação autoritária e exagerada, o governo virou o jogo contra si de forma espetacular. Até os aliados reagiram mal. "Não foi a melhor resposta", disse o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante, que, junto com outros senadores, formou uma comitiva para apelar ao presidente para que retrocedesse. Em vão. Numa cena que só a esquizofrenia petista parece capaz de exibir, até o assessor de imprensa de Lula, o jornalista Ricardo Kotscho, deu entrevista dizendo que, por disciplina, acatava a decisão do governo, mas confessou abertamente que não concordava com ela. Os principais jornais do mundo ignoraram a peça de Rohter e não comentaram os hábitos etílicos do presidente. Por obra e graça da reação descabida do governo, o assunto acabou ganhando dimensão planetária. Na terça-feira, segundo um levantamento preparado pelo próprio Planalto, o assunto saíra sem muito destaque em apenas sete jornais, a maioria da América do Sul. Na quarta, após a decisão de expulsar o jornalista, a notícia estava em 26 jornais. Até no *Khaleej Times*, dos Emirados Árabes Unidos. No dia seguinte, aparecia em 38 títulos, inclusive na Xinhua, a agência de notícias da China, para onde Lula embarcará nos próximos dias. Em todas as reportagens estrangeiras ouvia-se o eco de uma indagação constrangedora – e ela não tinha nada a ver com a questão de quanto e com que frequência Lula bebe. A indagação era bem pior: será que o Brasil retrocedera ao estágio de uma república latino-americana dirigida por um ditadorzinho caprichoso e impulsivo?

### **O PORTA-DISPARATE**

*Singer, o porta-voz que defendeu o arreganho autoritário do governo: ele enxerga miragens*

Sintomaticamente, nenhum ministro veio a público defender o governo. José Dirceu, que fala até do que não deve, silenciou. Antonio Palocci ficou calado com receio de trair em público sua convicção de que a medida foi absurda. O ministro Luiz Gushiken foi o mais

empolgado defensor da expulsão por ver, delirantemente, na reportagem de Rohter a peça de uma vasta conspiração da Casa Branca contra o Brasil e Lula. A análise de Gushiken não é apenas lisérgica. Ela embute uma visão de mundo em que não parece existir lugar para a imprensa livre e independente. O *New York Times* seria o último jornal americano a fazer algum tipo de dobradinha com o governo de George Bush. O jornal faz oposição sistemática e declarada ao ocupante da Casa Branca. Nos últimos meses, em reportagens e artigos de seus colunistas, entre outros adjetivos pejorativos, descreveu George W. Bush como "iletrado", "desorientado", "maria-vai-com-as-outras", "bélico" e "o maior responsável pela onda de antiamericanismo que se espalha pelo mundo". Gushiken insistia na quarta-feira: "No Japão, se um jornalista ofendesse o imperador também seria expulso". Outro defensor da expulsão do jornalista foi o porta-voz da Presidência André Singer. Na quinta-feira, em artigo publicado pelo jornal *Folha de S.Paulo*, Singer teceu uma antologia de disparates e, como quem acredita em miragem, disse que o governo tinha de restaurar um "ambiente de responsabilidade" no país.

O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, em viagem à Suíça, deu entrevista dizendo que só falaria do caso quando voltasse ao Brasil e tomasse pé dos detalhes. Era puro disfarce. Na verdade, desde o primeiro momento, o ministro empenhou-se nos bastidores em negociar uma saída honrosa para ambos os lados. Ao saber que o escritório de advocacia Pinheiro Neto fora contratado pelo *New York Times* para tratar do assunto, Thomaz Bastos entrou em ação. De Berna, na Suíça, ligou para seus velhos colegas do Pinheiro Neto e começou uma negociação que duraria três dias. De início, combinou-se que os advogados escreveriam uma petição ao Ministério da Justiça solicitando a reconsideração do cancelamento do visto do jornalista americano. A petição foi escrita em São Paulo, submetida aos advogados do jornal em Nova York e ao ministro em Berna. Nada menos que seis versões percorreram o circuito São Paulo–Nova York–Berna. Na última versão, o ponto que interessava ao governo era o item 7.

### **O JAPÃO NÃO É AQUI**

***Gushiken, o ministro que já deu lições à imprensa e defendeu a expulsão do jornalista: ele acha que estamos todos no Japão***

Nesse trecho, o jornalista Larry Rohter diz que "jamais teve a intenção de ofender a honra" do presidente e reafirma seu "profundo respeito pelas instituições democráticas brasileiras, incluindo a Presidência da República". Em seguida, a carta afirma que Rohter limitou-se a "veicular comentários" e não fez "nenhum juízo de valor" sobre os hábitos de Lula. Lamenta que a repercussão da reportagem tenha causado constrangimento ao presidente e, como costuma acontecer nesses entreveros internacionais, joga a culpa nos tradutores ao dizer que, na sua opinião, a versão do texto para o português não foi fidedigna – "o que pode ter causado a ampliação do mal-entendido". Na noite de sexta-feira, Lula decidiu aceitar a carta do jornalista, concordou em rever sua decisão e deu o assunto como encerrado. O desfecho do episódio mostra que, felizmente, Lula não tem apenas assessores tresloucados a aconselhá-lo. Márcio Thomaz Bastos esforçou-se com sucesso para não manchar sua biografia de jurista e democrata com a nódoa do banimento de um jornalista. O último caso parecido ocorreu em 1970, no auge da ditadura, quando o general Emílio Garrastazu Médici expulsou um correspondente da agência de notícias France Presse que publicara no exterior a lista dos presos políticos que um grupo guerrilheiro queria libertar em troca da soltura do embaixador suíço seqüestrado. Até a semana passada, nunca um governo democrático no Brasil expulsara um jornalista.

A decisão de Lula de considerar o assunto página virada esvaziou o lado agudo da crise. Outras facetas do episódio, porém, permanecem inalteradas. A principal é a de que claramente os mecanismos de decisão do governo Lula têm vários parafusos soltos. O



governo conseguiu armar uma tempestade em copo d'água a partir de uma questão que poderia ter sido resolvida com elegância e até um pouco de humor. Que tal terem convidado Rohrer para tomar uns drinques na Granja do Torto? Se fosse o caso de ser ferino, os assessores do presidente poderiam ter dito ao correspondente americano que um de seus ex-colegas, o notório Jayson Blair, também seria bem-vindo. Como se sabe, Blair é o jornalista que durante anos publicou matérias fantasiosas e inteiramente inventadas no *New York Times*, o que o levou a ser demitido e o jornal à maior crise de credibilidade da sua história. O Planalto, porém, agiu como se a reportagem tivesse pinçado um nervo exposto ao sugerir que a bebida interfere no discernimento do presidente Lula e que isso é uma preocupação nacional. Que não é preocupação nacional é fato. Os brasileiros de maneira geral davam a esse tema o mesmo grau de preocupação que destinam à diminuição do tamanho dos biquínis nas praias. Na elite, entre políticos e empresários, o assunto sempre foi comentado em tom de mexerico, sem que aparecessem histórias factuais que sustentassem essa versão. Também não existe nenhuma evidência de que a bebida consumida por Lula interfira na sua atuação como presidente.

Lula chegou ao topo da carreira política sendo em todas as fases uma pessoa que os brasileiros definem como "bom de copo". Para uma imensa parcela da população brasileira, isso equivale a um elogio tão formidável quanto "bom de cama". Como presidente, Lula tem bebido menos do que sua média histórica, que, como todos os seus companheiros e amigos sabem, ultrapassa sensivelmente o que se convencionou chamar de "beber socialmente". Além de beber bem menos agora, o presidente se preocupa com sua imagem. "Não sou nenhum alcoólatra, todos sabem que bebo prazerosamente. Bebo e fumo", comentou Lula na quinta-feira, ao receber a comissão de senadores que lhe pediu para voltar atrás na vendeta contra o jornalista americano. Em seguida, Lula tocou no ponto central: "Ninguém pode dizer que tomei uma decisão de governo porque bebi ou não bebi".

### **SOBRIEDADE? ONDE?**

*Bush filho, tal como o pai, fez guerra no Iraque: ele venceu o alcoolismo, mas até parece que bebe umas*

O álcool se transforma em vício quando a pessoa não consegue parar de beber no momento em que deseja. Quando quer, Lula passa meses sem beber. Em outras ocasiões, bebe com mais frequência e intensidade. Há três meses, durante um jantar na casa do presidente da Câmara, o deputado João Paulo, onde foram comemorados o 24º aniversário do PT e a posse da nova liderança do partido, Lula bebeu com gosto diversas doses de uísque com gelo. "O presidente não estava ali para falar de política, e sim para tomar cachaça e brincar", dizia o deputado Anselmo Abreu a quem perguntava se o presidente se excedeu na bebida. Na saída da festa, Lula foi fotografado dentro do Omega presidencial, já entregue ao sono, antes mesmo que o carro partisse rumo à residência oficial.

Um dos sintomas de que Lula "está dando um tempo" na bebida, como ele próprio diz, é seu apego aos exercícios físicos, especialmente à esteira. Quando deixa de se exercitar, é sinal de que passou a beber um pouco mais que o habitual. Na longa viagem que fez a diversos países da Europa no ano passado, Lula passou quase todo o tempo sem beber. Nem vinho ele aceitava nas recepções oficiais. Em todas as escalas mandou colocar uma esteira no quarto. Levantava cedo para fazer suas corridas. A dois dias do término da viagem, na última escala, na Espanha, o presidente abandonou a esteira. Bebeu vinho e uísque e chegou a reclamar de ressaca. Um senador do Nordeste conta que, durante a campanha presidencial, viu Lula beber alegremente antes dos comícios. Em um deles, excedeu-se na bebida e no entusiasmo. Sempre que se aproximava demais da beirada do palanque, um dos seguranças o detinha pela parte de trás do cinto, de modo que ele não corresse o risco de cair. Diversas vezes, na campanha de 2002, depois de recepções

noturnas na casa de correligionários, Lula voltava ao hotel alterado pela bebida. Em uma dessas ocasiões, ele tirou os sapatos e se deitou em um sofá no hall do hotel. "Hoje, o Lula bebe muito menos do que bebeu em toda a sua vida adulta. Mas não precisa de ninguém para vigiá-lo ou para lhe dizer que não se exceda nas doses. Ele tem autocontrole", garante um dos mais antigos auxiliares do presidente.

A bebida nunca foi estranha à vida de Lula. Sua avó materna, dona Otília, tomava porres homéricos. Ficava quatro ou cinco meses sem colocar uma gota de álcool na boca, mas, de repente, punha-se a beber até cair. "Quantas vezes meus irmãos tiveram de pegar ela dormindo no meio do mato, na estrada, na beira do asfalto... Coitadinha. Não sei por que razão ela bebia. Mas bebia muito, muito", contou Lula em depoimento à jornalista Denise Paraná, autora do livro *Lula – O Filho do Brasil*, um retrato magistral da trajetória política, pessoal e familiar do presidente. O pai de Lula, Aristides, era abstinente enquanto vivia no sertão nordestino, mas depois que migrou para São Paulo passou a beber de forma descontrolada. Batia nos filhos quando estava alcoolizado. Em *Lula – O Filho do Brasil*, um irmão do presidente, Genival Inácio da Silva, o Vavá, diz o seguinte: "Meu pai bebia sempre. Tomava pinga. Depois passou para o conhaque, que era melhor. Depois passou para a cerveja, que era melhor. Se ele pudesse beber cinquenta pingas, ele bebia. Ele não tinha controle. Chegava em casa de fogo". Jaime, outro irmão de Lula, também teve problemas com alcoolismo.

Em sua militância em São Bernardo do Campo, como o próprio Lula já contou, a bebida também aparecia com frequência. No sindicato dos metalúrgicos, costumava receber os amigos com "um cafezinho" ou "uma cachacinha". De tanto se falar em cachaça ou pinga, produziu-se o equívoco de que Lula gosta de aguardente. Não é verdade. Assim como o presidente Jacques Chirac, um francês que não gosta de vinho, Lula é um brasileiro que não é muito dado à cachaça. Prefere uísque. Da marca Logan. Por coincidência, a predileta do ex-presidente Fernando Collor. Quase todos os dias, quando chega ao Palácio da Alvorada depois do trabalho, Lula descarrega as tensões com uma ou duas doses de uísque. Nas ocasiões em que bebe um pouco mais que o habitual, o presidente fica mais emotivo do que em seu estado natural. Raramente, porém, se deixa vencer pela bebida. "Não fui eleito para santo", disse, ao tomar café-da-manhã na quarta-feira com líderes da base aliada na Câmara. À noite, em jantar com políticos do PL, partido do vice-presidente José Alencar, bebericou uísque, mas não passou da primeira dose.

Não é de esperar que Lula tenha com a bebida a mesma conturbada relação que teve com a garrafa seu colega americano. George W. Bush foi alcoólatra. Recuperado, não belisca um copo há vinte anos. "Se tivesse continuado a beber, a essa hora estaria não aqui com vocês, no Salão Oval da Casa Branca, mas em algum bar do Texas sem saber o que fazer depois", disse Bush a um grupo de deputados que o visitou no fim do ano passado. Lula teve mais sorte que Bush. Nunca foi alcoólatra e chegou ao Palácio do Planalto sem ter de se tornar abstinente. O mais certo é que termine o mandato sem se ver forçado a abandonar suas doses de uísque e suas cigarrilhas holandesas que tanto conforto lhe dão. Que continue fazendo bom proveito.

#### **"Minhas fontes foram *Folha*, *Estado* e *Globo*"**

*O governo me chamou de "fonte sem confiabilidade". Foi o maior elogio que já recebi. Vou emoldurar e pendurar na parede. Imagine se eu fosse considerado um "homem de confiança" do governo. Eu mudaria de profissão. O único problema é que não sou uma fonte do New York Times. O correspondente do jornal não falou comigo. Apenas citou um artigo que publiquei em VEJA cerca de dois meses atrás.*

*Nesse artigo, eu mencionava algumas ocasiões públicas em que Lula apareceu com um copo de bebida na mão. Colhi as informações nas páginas de *Folha*, *Estado* e *Globo*. Esses jornais foram minhas fontes. Conseqüentemente, foram também as fontes do New York Times.*

*Além de pouco confiável, fui retratado como agitador a soldo dos americanos. O Jornal Nacional mostrou vinhetas de Chico Caruso em que apareço na redação carioca do New York Times fabricando notícias contra Lula para acobertar as torturas de Bush dos prisioneiros no Iraque. Quando meus protetores americanos conquistarem o país, minha primeira providência será expulsar Chico Caruso.*

**Diogo Mainardi**

### **Eles também expulsaram jornalistas**

"A imprensa é a vista da nação. Por ela é que a nação acompanha o que lhe passa ao perto e ao longe, enxerga o que lhe malfazem, devassa o que lhe ocultam e tramam, colhe o que sonegam ou roubam, percebe onde lhe alvejam ou nodoam, mede o que lhe cerceiam ou destroem, vela pelo que lhe interessa, e se acautela do que a ameaça." A frase de Rui Barbosa explica por que faz parte do manual básico dos ditadores cercear a liberdade de expressão e de imprensa – é dessa forma que eles tentam tapar os olhos dos cidadãos. E, quando não basta calar os jornalistas de seu próprio país, os tiranos expulsam correspondentes estrangeiros que reportam lá fora o que não lhes interessa que o mundo saiba. Em 1970, por exemplo, no governo do general Emílio Garrastazu Médici, o jornalista francês François Pelou, que chefiava a sucursal da agência France Presse no Rio de Janeiro, viu-se obrigado a sair do Brasil por ter noticiado as condições impostas pelos seqüestradores esquerdistas do embaixador suíço Giovanni Bucher. Médici figura ao lado do chileno Augusto Pinochet e do aiatolá iraniano Khomeini, entre as mais de duas dezenas de personalidades sinistras que expulsaram jornalistas estrangeiros do território de seu país nos últimos 35 anos.

Ditadores também podem lançar mão de outros métodos para livrar-se de correspondentes. É o caso do cubano Fidel Castro, que costuma infernizar a vida dos repórteres forasteiros que ousam incomodá-lo além da conta. Em todas as ditaduras, não importam a latitude ou a coloração política, o argumento para expelir jornalistas estrangeiros é sempre o mesmo: o profissional foi "irresponsável" ao dar esta ou aquela notícia ou promoveu "um ataque à soberania do país" ao descrever de maneira pouco agradável o ditador em questão. Infelizmente, as semelhanças com as palavras dos comissários de Lula, para justificar a cassação do visto do correspondente americano Larry Rohter, são mais do que uma coincidência. Revelam um viés autoritário de um governo eleito de forma democrática – viés que causou uma nódoa incancelável, independentemente do desfecho do episódio.

### **Quando o presidente falava sobre cachaça sem preocupação...**

**"Companheiros, não fiquem bebendo assim, senão os jornalistas vão dizer que petista é cachaceiro."**

Durante o voo para Cuba, dirigindo-se a um grupo de petistas que tomavam uma garrafa de uísque (VEJA, dezembro de 2000)

**O Pasquim:** "Mas você enquanto isso está ascendendo socialmente. Tá bebendo uísque muito bem, sô! E antes, o que você bebia?"

**Lula:** "Olha, se você tivesse colocado aqui uma garrafa de 51 eu tomaria o dobro desse uísque. Bebo o que tiver, né, mas na minha sala do sindicato a gente abre garrafa de 51."

(O Pasquim, março de 1978)

**"Lula garante que a abstinência só vai até 15 de novembro. 'Estou só dando um tempo. Com essa quantidade de pinga que tenho aí, não vou deixar tudo para os outros.' "**

(Jornal do Brasil, agosto de 1986)

**"Na Europa, conversei tanto com um ministro alemão que me conhecia das divergências de 79, quando ele era diretor da Volkswagen na Alemanha e a**

**gente começou a fazer a greve na Volkswagen, quanto com um dirigente sindical francês que cansou de tomar cachaça comigo em São Bernardo e hoje é ministro de Mitterrand."**

*(IstoÉ, abril de 1989)*

**"Há muitos dias longe de uísque, cerveja e caipirinha – ele só se permite um licor depois do jantar e dois charutos cubanos marca Cohiba diários –, o deputado Luiz Inácio Lula da Silva (PT) exhibe nova silhueta, esculpida com o auxílio de passeios de bicicleta. E ainda filosofa: 'Sem álcool, a vida é mais bem aproveitada.' "**

*(O Estado de S. Paulo, dezembro de 1990)*

**"Gosto de ficar no fogão tomando minha cachacinha. É chato político falar que toma cachaça, porque se criou a idéia no Brasil de que político tem que ser santo. Eu gosto de tomar minha cachacinha. Faz parte da vida. Respeito quem não gosta."**

*(O Globo, novembro de 2001)*

**"Só eu vou beber? Jornalistas não bebem?"**

Servindo-se da primeira de duas doses de uísque que tomou no encontro com jornalistas que cobrem o Planalto.

*(VEJA, fevereiro de 2004)*

**...E quando falar sobre bebida e presidentes não causava comoção**

**O presidente Lula deixa a casa do deputado João Paulo Cunha no fim da festa de aniversário do PT: sinais exteriores da farra**

**"O presidente não estava ali para falar de política, e sim para tomar cachaça e brincar."**

Resumiu o deputado Anselmo Abreu. Lula deixou a festa depois de todos os seus ministros.

**"Assim esse governo não vai pra frente. A essa hora já não tem mais nenhum ministro aqui!"**

*(Aniversário do PT, VEJA, fevereiro de 2004)*

**"...ele está aí à nossa frente faz quase duas horas, devorando com o melhor dos apetites um succulento tucunaré, entremeado por fortes goladas de pinga de alambique com cerveja gelada. Mas não se abala nem um pouquinho com o efeito da bebida, a não ser pelos olhos que ficam cada vez mais brilhantes e atentos."**

*(Correio Braziliense, abril de 1987)*

**"Em Caruaru, a 130 quilômetros do Recife: bebeu cachaça com o povo nas barracas armadas na praça, tomou uísque no gargalo de garrafinhas de dose individual, em cima do palanque."**

*(Jornal do Brasil, agosto de 1987)*

**"Sobre o Lula, não se pode dizer in vino veritas. O mais apropriado é dizer in cachaça veritas."**

*(Brizola, em dezembro de 1985, citado em VEJA, junho 1998)*

**"Nas reuniões, Lula não abria mão da cachaça 51 ou do conhaque Domecq. Naquela noite do sermão, ficou na água."**

*(O Estado de S. Paulo, outubro de 2002)*

**"Num churrasco de costela de ripa, com uísque e cerveja servidos à vontade, o presidente Fernando Henrique Cardoso e seu sucessor, Luiz Inácio Lula da Silva, conversaram por quase quatro horas anteontem à noite, na Granja do Torto."**

*(O Estado de S. Paulo, dezembro de 2002)*

**"Já em sua primeira função pública, a de diretor jurídico do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, recebia associados com amabilidade, oferecendo cachaça."**

*(O Estado de S. Paulo, janeiro de 2003)*

**"Foi uma coisa assim, de amigo para amigo, na definição de Carlos Massa, o Ratinho. A entrevista-churrasco concedida pelo presidente Lula ao apresentador, e exibida no SBT na última sexta-feira, teve viola, cantoria, cachaça e muita piada de gaúcho."**

(VEJA, maio de 2004)

**"A verdade é o seguinte: política é como uma boa cachaça: você toma a primeira dose e não tem mais como parar, só quando termina a garrafa."**

(Lula, no livro *Lula, o Filho do Brasil*, de Denise Paraná)

### **O lance final de uma semana agitada**

Depois que Larry Rohter obteve um salvo-conduto do Superior Tribunal de Justiça, o governo resolveu rever a decisão de expulsar o jornalista do país. Para tanto, arranjou-se um jeitinho, com a ajuda dos advogados contratados pelo *New York Times*: Rohter escreveu uma cartinha ao Ministério da Justiça, na qual declarou que jamais teve a intenção de ofender o "Exmo. presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a que já entrevistou em algumas ocasiões" e afirmou "seu grande afeto pelo Brasil e seu profundo respeito às instituições democráticas brasileiras, incluindo a Presidência da República". Terminou, assim, a fase mais aguda dessa crise. Mas permanece a impressão de que faltam parafusos nos processos decisórios do governo Lula.

#### **11 DE AGOSTO DE 2004**

Censores, uni-vos!!

Em meio às acusações de que a imprensa tem sido irresponsável na divulgação de denúncias sobre o presidente do Banco Central, o governo mandou um projeto ao Congresso Nacional propondo a criação de um Conselho Federal de Jornalismo. Pela proposta, a entidade ficaria encarregada de "orientar, disciplinar e fiscalizar" a imprensa. Apresentado assim, o projeto até parece corriqueiro e bem-intencionado, mas analisado com um pouco mais de atenção descobre-se que se trata de uma idéia duplamente espantosa. Primeiro, porque é autoritária, pois um conselho de jornalismo não terá outra função a não ser cercear a liberdade de imprensa. "Isso pode ser uma violação da ordem democrática definida pela Constituição Federal", analisa Maurício Azêdo, presidente da Associação Brasileira de Imprensa. Segundo, porque é uma idéia cubana, já que reafirma a impressão de que o governo acha que deve – e pode – comandar todos os processos da sociedade, sem entender que o próprio mercado consumidor se encarrega de eliminar as publicações ruins e prestigiar as boas.

Em Cuba, o ditador Fidel Castro mandou fechar todos os jornais. Deixou circular apenas um, o *Granma*, órgão oficial do Partido Comunista. Seguindo-se seu pensamento rupestre, a decisão até que faz sentido. Fidel achava um desperdício de papel manter vários jornais para divulgar um mesmo fato. Ou seja: na cabeça do ditador cubano, não existem matizes, nuances, enfoques distintos, abordagens diversas, muito menos opiniões divergentes. É uma decisão lógica, portanto, deixar que circule apenas um jornal. Talvez o governo ganhasse em tempo, e sobretudo em transparência, se a proposta enviada ao Congresso decretasse o seguinte: de agora em diante, o Brasil se bastará com a leitura do *Em Questão*, informativo eletrônico distribuído pelo governo federal cujo conteúdo é tão eletrizante que ganhou o apelido de *Pravda*.

#### **25 de agosto de 2004**

##### **"QUANTOÉ"**

A capa da edição da revista *IstoÉ* que chegou às bancas no dia 24 de julho, intitulada "Rio trabalhador", trouxe evidências de que a publicação entrega a seus leitores material publicitário disfarçado de reportagem. O informe publicitário com 21 páginas de elogios

ao desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro chamou a atenção de dois jornalistas de veículos diferentes: Milton Coelho da Graça, do site *Comunique-se*, e os responsáveis pela coluna de Monica Bergamo, na *Folha de S.Paulo*. O primeiro, em artigo veiculado no dia 26 de julho, pergunta: "Como uma revista pode ter credibilidade em suas reportagens investigativas enfiando no meio delas matérias pagas desse tipo?". Uma semana depois, a coluna de Monica Bergamo informou que a "reportagem" de *IstoÉ* teria sido paga pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan). Em carta a VEJA, a Firjan explica o episódio, mas não melhora em nada a situação de *IstoÉ*. Fica claro que a revista usa métodos heterodoxos: a redação faz e o comercial cobra pelas reportagens. A Firjan diz que um repórter de *IstoÉ* solicitou entrevista com seu presidente, Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, para uma "reportagem especial sobre o Rio de Janeiro" e que, "depois da entrevista, o comercial da *IstoÉ* procurou a área de marketing da Firjan oferecendo espaço publicitário para apoiar a publicação". O "jornalismo" praticado por *IstoÉ* já rendeu à revista, em círculos bem informados, o apelido de "QuantoÉ". Os esquemas de *IstoÉ* já haviam sido denunciados pelo jornalista Fernando Rodrigues, da *Folha de S.Paulo*, no ano passado. Em reportagem que lhe rendeu o Prêmio Esso de melhor contribuição à imprensa em 2003, Rodrigues investigou o uso de dinheiro público por parte do governo do Paraná, em 2002, na compra de matérias jornalísticas favoráveis à gestão de Jaime Lerner, à época seu titular. Rodrigues registrou que o único veículo de circulação nacional pago para elogiar Lerner fora a *IstoÉ Gente*, também da Editora Três. Nota fiscal obtida pelo repórter mostrou que, para publicar "reportagens" elogiando as atrações turísticas do Estado, a revista cobrou 500 000 reais.

**ANEXO X**  
**Declaração de Chapultepec**

Uma imprensa livre é condição fundamental para que as sociedades resolvam seus conflitos, promovam o bem-estar e protejam sua liberdade. Não deve existir nenhuma lei ou ato de poder que restrinja a liberdade de expressão ou de imprensa, seja qual for o meio de comunicação. Porque temos consciência dessa realidade e a sentimos com profunda convicção, firmemente comprometidos com a liberdade, subscrevemos esta declaração com os seguintes princípios:

I – Não há pessoas nem sociedades livres sem liberdade de expressão e de imprensa. O exercício dessa não é uma concessão das autoridades, é um direito inalienável do povo.

II – Toda pessoa tem o direito de buscar e receber informação, expressar opiniões e divulgá-las livremente. Ninguém pode restringir ou negar esses direitos.

III – As autoridades devem estar legalmente obrigadas a pôr à disposição dos cidadãos, de forma oportuna e equitativa, a informação gerada pelo setor público. Nenhum jornalista poderá ser compelido a revelar suas fontes de informação.

IV – O assassinato, o terrorismo, o seqüestro, as pressões, a intimidação, a prisão injusta dos jornalistas, a destruição material dos meios de comunicação, qualquer tipo de violência e impunidade dos agressores, afetam seriamente a liberdade de expressão e de imprensa. Esses atos devem ser investigados com presteza e punidos severamente.

V – A censura prévia, as restrições à circulação dos meios ou à divulgação de suas mensagens, a imposição arbitrária de informação, a criação de obstáculos ao livre fluxo informativo e as limitações ao livre exercício e movimentação dos jornalistas se opõem diretamente à liberdade de imprensa.

VI – Os meios de comunicação e os jornalistas não devem ser objeto de discriminações ou favores em função do que escrevam ou digam.

VII – As políticas tarifárias e cambiais, as licenças de importação de papel ou equipamento jornalístico, a concessão de frequências de rádio e televisão e a veiculação ou supressão da publicidade estatal não devem ser utilizadas para premiar ou castigar os meios de comunicação ou os jornalistas.

VIII – A incorporação de jornalistas a associações profissionais ou sindicais e a filiação de meios de comunicação a câmaras empresariais devem ser estritamente voluntárias.

IX – A credibilidade da imprensa está ligada ao compromisso com a verdade, à busca de precisão, imparcialidade e equidade e à clara diferenciação entre as mensagens jornalísticas e as comerciais. A conquista desses fins e a observância desses valores éticos e profissionais não devem ser impostos. São responsabilidades exclusivas dos jornalistas e dos meios de comunicação. Em uma sociedade livre, a opinião pública premia ou castiga.

X – Nenhum meio de comunicação ou jornalista deve ser sancionado por difundir a verdade, criticar ou fazer denúncias contra o poder público.

**ANEXO XI**  
**Projeto de lei que prevê a criação do Conselho Federal de Jornalismo, antes das**  
**modificações impostas pela Casa Civil**

PROJETO DE LEI Nº DE DE 2004

Cria o Conselho Federal de Jornalismo e os Conselhos Regionais de Jornalismo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam criados o Conselho Federal de Jornalismo – CFJ e os Conselhos Regionais de Jornalismo – CRJ, com sede nas capitais dos Estados e do Distrito Federal, dotados de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, com a atribuição de orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de jornalista, e zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe em todo o território nacional.

§ 1º Além do disposto neste artigo, o Conselho Federal de Jornalismo – CFJ, tem por atribuição pugnar pelo direito à livre informação plural e pelo aperfeiçoamento do jornalismo.

§ 2º A organização, estrutura e funcionamento do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais, bem como as condições para a inscrição, cancelamento e suspensão da inscrição dos jornalistas ou revisão dos registros existentes e, ainda, a instituição do Código de Ética e Disciplina e as normas complementares de processo, serão disciplinados em seu estatuto e regimento, mediante decisão do plenário do Conselho Federal, podendo ocorrer por decisão do conselho provisoriamente composto nos termos desta Lei.

§ 3º Os Conselhos Regionais poderão criar seções nas condições previstas no estatuto e regimento.

Art. 2º. Compete ao Conselho Federal:

I - zelar pela dignidade, independência, prerrogativas e valorização do jornalista;

II - representar em juízo ou fora dele, os interesses coletivos ou individuais relativos às prerrogativas da função dos jornalistas, ressalvadas as competências privativas dos Sindicatos representativos da categoria;

III - editar e alterar o Regulamento Geral, o Código de Ética e Disciplina, as Resoluções e os Provimentos que julgar necessários;

IV - supervisionar a fiscalização do exercício profissional em todo o território nacional;

V - colaborar com o aperfeiçoamento dos cursos de jornalismo e comunicação social, habilitação em jornalismo.

VI - elaborar, ouvido os Conselhos Regionais, a FENAJ e os Sindicatos, as listas de nomes previstas para o preenchimento de cargos em quaisquer órgãos relativos à Comunicação Social, em que haja a participação de jornalistas, de âmbito nacional ou regional, vedada a participação de membros do Conselho e das Diretorias da FENAJ e dos Sindicatos;

VII - autorizar, pela maioria absoluta dos Conselheiros, a oneração de bens imóveis;

VIII - promover diligências, inquéritos ou verificações sobre o funcionamento dos Conselhos Regionais em todo o território nacional e adotar medidas para ampliar a sua eficiência e regularidade;

IX - intervir nos Conselhos Regionais em que constate grave violação a esta lei ou às suas resoluções;

X - cassar ou modificar, de ofício ou mediante representação, qualquer ato de órgão ou autoridade do CFJ contrário a esta lei, ao Regulamento Geral, ao Código de Ética e Disciplina e às Resoluções e aos Provimentos, ouvida a autoridade ou órgão em causa;

XI - reexaminar em grau de recurso, as decisões dos Conselhos Regionais, nos casos previstos no Regulamento Geral;

XII – definir e instituir os símbolos privativos dos jornalistas;

XIII - emitir a carteira de jornalista, válida em todo o território nacional como prova de identidade, para todos os fins legais;

XIV - resolver os casos omissos nesta lei e demais normas pertinentes ao CFJ e ao exercício da profissão de jornalista.

XV - fixar e cobrar de seus inscritos as contribuições e os preços por serviços.

XVI – fixar normas sobre a obrigatoriedade de indicação do jornalista responsável pelo material de conteúdo jornalístico publicado ou veiculado em qualquer meio de comunicação.

Parágrafo único. A intervenção de que trata o inciso VIII deste artigo depende de prévia aprovação de dois terços dos conselheiros federais, garantido o amplo direito de defesa ao Conselho respectivo, nomeando-se diretoria provisória para o prazo que se fixar.

Art. 3º. Os conselhos regionais exercerão, nas respectivas jurisdições, as competências e funções atribuídas ao Conselho Federal, no que lhes couber, observando-se as normas gerais estabelecidas nesta lei e nas Resoluções e nos Provimentos por ele baixados.



Parágrafo único. Compete privativamente aos Conselhos Regionais, dentre outras a eles atribuídas:

I - editar seu Regimento Interno e Resoluções;

II - criar e regular o funcionamento das seções;

III - reexaminar, em grau de recurso, as decisões dos respectivos presidentes.

IV - fiscalizar a aplicação da receita, deliberar sobre o balanço e as contas de suas diretorias e das seções;

V - fixar tabelas de honorários válidas nas respectivas bases territoriais;

VI - deliberar sobre os pedidos de inscrições no quadro de jornalistas;

VII - manter cadastro de jornalistas inscritos;

Art. 4º Todo jornalista, para exercício da profissão, deverá inscrever-se no Conselho Regional de sua área de ação, atendendo as condições estabelecidas pelo sistema.

Parágrafo único. Aceita a inscrição, ser-lhe-á expedida pelo Conselho Regional a Carteira de Identidade Profissional, onde serão feitas anotações relativas à atividade do portador.

Art. 5º Constituem patrimônio dos Conselhos as doações, legados, rendas patrimoniais ou eventuais, bens adquiridos, taxas, anuidades, multas e outras contribuições.

Parágrafo único. Constitui título executivo extrajudicial a certidão passada pela diretoria do Conselho Regional competente, relativa a crédito previsto neste artigo.

Art. 6º No exercício de sua profissão o jornalista deve pautar sua conduta pelos parâmetros éticos definidos no Código de Ética e Disciplina a ser editado por Resolução do Conselho Federal, mantendo independência em qualquer circunstância, sem receio de desagradar a quem quer que seja.

Parágrafo único. O Código de Ética e Disciplina deverá regular também os deveres do jornalista para com a comunidade, a relação com os demais profissionais e, ainda, o dever geral de urbanidade e os respectivos procedimentos disciplinares, observado o disposto na presente lei.

Art. 7º Constituem infrações disciplinares, além de outras definidas pelo Código de Ética e Disciplina:

I - Transgredir preceito do Código de Ética Profissional;

II - Exercer a profissão quando impedido de fazê-lo, ou facilitar, por qualquer meio, o seu exercício aos não inscritos ou impedidos;

III - Solicitar ou receber de cliente qualquer favor em troca de concessões ilícitas;

IV - Praticar, no exercício da atividade profissional, ato que a lei defina como crime ou contravenção;

V - Não cumprir no prazo estabelecido, determinação emanada do órgão ou autoridade dos Conselhos, em matéria da competência destes, depois de regularmente notificado;

VI - Deixar de pagar aos Conselhos, pontualmente, as contribuições a que esteja obrigado.

Art. 8º As penas aplicáveis por infrações disciplinares são as seguintes:

I - Advertência;

II - Multa;

III - Censura;

IV - Suspensão do exercício profissional, até 30 (trinta) dias;

V - Cassação do exercício profissional, *ad referendum* do Conselho Federal.

Art. 9º O poder de punir disciplinarmente os inscritos no CFJ compete exclusivamente ao Conselho Regional em cuja base territorial tenha ocorrido a infração, com recurso para instância superior.

Art. 10. O processo disciplinar pode ser instaurado de ofício ou mediante representação de qualquer autoridade, pessoa interessada ou entidade de classe dos jornalistas.

§ 1º O processo disciplinar tramitará em sigilo, só tendo acesso às informações e documentos nele contidos as partes, seus defensores e a autoridade judiciária competente, respeitado o disposto nesta lei.

§ 2º Ao representado será assegurado amplo direito de defesa, podendo acompanhar o processo em todos os termos, pessoalmente ou por procurador.

§ 3º Após a defesa prévia, caso se convença do seu incabimento, o relator poderá requerer fundamentadamente o indeferimento da representação e conseqüente arquivamento, o que deverá ser decidido pelo Presidente do Conselho Regional.

Art. 11. Caberá recurso ao Conselho Federal de todas as decisões definitivas proferidas pelo Conselho Regional, quando não tenham sido unânimes ou sendo unânimes, contrariem esta Lei, decisão do Conselho Federal ou de Conselho Regional e, ainda, o Regulamento Geral, o Código de Ética e Disciplina e as Resoluções dos Conselhos Federal e Regionais.

Parágrafo único. Além dos interessados, o Presidente do Conselho Regional é legitimado a interpor o recurso referido neste artigo.

Art. 12. Todos os recursos têm efeito suspensivo, exceto quando tratarem de eleições, de suspensão preventiva acerca do cancelamento de inscrição obtida com falsa prova.

Art. 13. Os servidores dos Conselhos Federal e Regional de Jornalismo serão regidos pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 14. Até noventa dias após a posse da primeira diretoria do Conselho Federal de Jornalismo, a competência para a emissão da carteira de identidade profissional, prevista na Lei 7084, de 21 de dezembro de 1982, permanecerá como a Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais – FENAJ.

Art. 15. A primeira composição do Conselho Federal de Jornalismo será provisória e contará com dez jornalistas profissionais efetivos e dez suplentes, indicados pelo Conselho de Representantes da Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais, e tomará posse no máximo em sessenta dias após a publicação desta Lei.

Parágrafo único. O mandato dos conselheiros provisórios a que refere este artigo terá duração máxima necessária para organizar a eleição de cinco Conselhos Regionais e, caso ultrapasse dois anos, o Conselho de Representantes da Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais indicará nova diretoria provisória, nos moldes do *caput*, para ultimar a eleição dos cinco Conselhos Regionais.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2004; 183º da Independência e 116º da República.

## **ANEXO XII**

### **Relatório sobre Liberdade de Imprensa (2003) da Associação Nacional de Jornais**

#### ***I – Considerações gerais***

##### **Liberdade de imprensa e acesso à informação**

Não prospera uma democracia sem liberdade de imprensa. Por isso, cada vez que a atividade jornalística sofre ameaça, restrição ou qualquer tipo de censura, a sociedade brasileira é atingida e se torna a principal vítima. Uma Nação só pode avançar se for bem informada e, desse modo, capacitar-se para fazer escolhas adequadas, interagir com o seu ambiente social e decidir o seu futuro com maturidade.

No último ano, a liberdade de imprensa no país sofreu sério abalo diante de sucessivas tentativas de bloquear, dificultar ou impedir o acesso de todos à informação e de intimidar a livre publicação. De todas as formas e por todos os meios, pela via judicial, pelo recurso legal ou pelo império do crime, não foram poucos os esforços para tentar cercear a liberdade de imprensa, um bem que pertence à Nação antes de ser interesse de uma categoria profissional. A expansão dessa consciência fez com que os jornais brasileiros estabelecessem o compromisso de apurar e publicar a verdade dos fatos de interesse público, não admitindo que sobre eles prevaleçam quaisquer interesses que não sejam os do cidadão.

A **Associação Nacional de Jornais** defende a livre expressão do pensamento, com a pluralidade que caracteriza o debate público, mas rejeita todas as formas de violência, mesmo que se trate de manifestar idéias, pois acredita que os processos de negociação e explicitação de pontos de vista podem ser feitos, sempre, de forma pacífica numa democracia.

O processo de amadurecimento político inclui a livre escolha dos governantes e a esses cabe o permanente compromisso com a transparência de suas ações. Em 2002, a disputa político-eleitoral foi marcada pela tensão e pela defesa de objetivos particulares em detrimento do que realmente interessa ao futuro do país. O período antecedente às eleições levou ao Poder Judiciário inúmeras ações que caracterizaram a tentativa de obstruir o trabalho da imprensa e, com isso, impedir o exercício do direito de acesso à informação. O recurso judicial das medidas liminares foi amplamente utilizado para vetar informações de interesse público antes que chegassem aos leitores e eleitores.

Muitos julgamentos em primeira instância desconheciram que a imprensa livre deve exercer a crítica e que alegações de dano à moral que visam tão-somente impedir o exercício da liberdade de expressão não podem ter amparo em juízo.

Apesar disso, o Poder Judiciário acolheu reclamações contra a livre atividade da imprensa, resultando em censura prévia e na apreensão de jornais, que se somaram aos casos de ameaças e agressões a profissionais durante o exercício profissional.

Apesar disso, nada detém o compromisso da imprensa de prestar informação à sociedade. Nem mesmo quando a censura invade a Redação de um jornal ou quando a violência se impõe e mata quem faz notícia. Em um ano, a imprensa brasileira teve perdas que não há como reparar ou avaliar: três vidas foram roubadas quando estavam no auge da carreira profissional, na fase intelectual mais madura e produtiva e no pleno exercício de sua atividade.

Tim Lopes, 51 anos, jornalista investigativo da Rede Globo de Televisão. Sávio Brandão, 40 anos, proprietário da **Folha do Estado**, de Cuiabá. Luiz Antônio da Costa, 36 anos, repórter-fotográfico, a serviço da revista Época. Três vértices da notícia foram feridos de morte: quem narra o fato, quem cuida do negócio e quem faz a imagem. Três segmentos da informação foram atingidos: a televisão, o jornal e a revista.

A guerra que o país trava hoje contra o narcotráfico, o crime organizado e a violência banal deve ser reforçada com o livre fluxo de informações. A falta de transparência por parte da administração pública acaba sempre por beneficiar os criminosos e por cercear o exercício livre da cidadania. Essa é uma guerra que a Nação brasileira pode vencer, não com discurso fácil, mas com medidas efetivas que possam resguardar a prática do jornalismo livre em qualquer circunstância. Precisamos somar esforços e obter colaboração de todos os segmentos da sociedade para que o trabalho dos jornalistas seja respeitado e exercido com liberdade, desde o primeiro de todos os direitos: à vida.

O Brasil precisa efetuar uma mobilização nacional pela liberdade de imprensa, peça fundamental para a existência da democracia, para que os brasileiros possam exercer o direito de acesso à informação pública e exigir a transparência máxima das ações em todos os níveis de poder.

Quando jornalistas e empresas jornalísticas defendem a liberdade de imprensa não o fazem somente em razão de seus objetivos específicos. Defendem o direito de a sociedade ser informada e ser mantida esclarecida. Isso é mais do que uma luta da imprensa. A luta é por um direito que precede a todos, o do cidadão. Juntos, precisamos bloquear a escalada da violação à liberdade de imprensa. Isso é vital para a sociedade e essencial ao jornalismo.

## II. Ocorrências

### 1. Agressões

**28 de agosto de 2002** - O fotógrafo Márcio Fernandes, do jornal **O Estado de S.Paulo**, registrou queixa na polícia contra seguranças que trabalhavam no palanque armado para um comício do PSDB na cidade Tupã (SP). Márcio Fernandes disse que foi algemado por volta das 22h30min por um segurança quando tentava subir no palanque onde discursava a deputada Rita Camata (PMDB-ES), candidata a vice-presidente da República. O fotógrafo denunciou que, além de impedir que subisse no palanque, o segurança o algemou num poste. Márcio afirmou que ficou com os pulsos feridos e que, por isso, decidiu registrar queixa na polícia.

**11 de setembro de 2002** - Ana Carolina Fernandes, repórter-fotográfica da **Folha de S.Paulo**, foi agredida quando fazia a cobertura da rebelião no presídio de segurança máxima Bangu I (RJ). Ela fotografava a ação de policiais militares para retirar da frente do presídio pessoas que buscavam informações sobre seus familiares presos quando foi atacada por duas mulheres, que se identificaram como parentes do traficante Uê, assassinado por membros da quadrilha de Fernandinho Beira-Mar. Depois de ser agredida pelas mulheres, um homem, aparentando 20 anos e dizendo ser filho de Uê, exigiu que Ana Carolina entregasse o filme que usou para registrar as imagens. Diante da recusa, cinco pessoas, a maioria mulheres, deram socos e empurrões na fotógrafa.

**15 de setembro de 2002** - O jornalista Dida Sampaio, do jornal **O Estado de S.Paulo**, foi agredido no exercício da profissão quando registrava comício dos candidatos à presidência e ao governo do Distrito Federal. O profissional foi agredido por agentes de segurança dos políticos que, a socos e pontapés, quebraram o flash de sua máquina fotográfica na tentativa de levar o filme do registro. O repórter-fotográfico sofreu escoriações e fez exame de corpo de delito no IML-DF, antes de registrar a ocorrência policial.

**26 de janeiro de 2003** - O repórter-fotográfico Gilberto Marques e o repórter Ciro Bonilha, do jornal **Agora São Paulo**, foram agredidos e roubados por um grupo de pessoas que participavam do enterro do rapper Mauro Mateus dos Santos, o Sabotage, no Cemitério Campo Grande, zona sul de São Paulo.

Quando a equipe de reportagem chegou ao cemitério, pessoas que se diziam amigas do rapper ameaçaram Bonilha e Marques dizendo que estavam proibidas fotos do enterro. Diante disso, o fotógrafo guardou o equipamento. A família já havia solicitado à direção do cemitério para que não fosse permitida a entrada da imprensa. O fotógrafo foi até o lado de fora do cemitério para fazer imagens das pessoas que assistiam ao enterro.

Instantes depois, Marques foi abordado por um homem que exigiu os filmes dele. O fotógrafo explicou que não havia feito fotos dentro do cemitério, como a família pedira, e se negou a entregar o material. Em seguida, os repórteres decidiram deixar o local e, quando o carro da reportagem preparava-se para sair, cerca de 10 homens abriram as portas do veículo gritando "Dêem a fita". Eles puxaram, já com as portas abertas, a bolsa com o material de Marques, que ainda levou socos e pontapés. Outro integrante do grupo agressor dirigiu-se a Bonilha, levantou a camisa e exibiu uma arma presa à cintura. Em seguida, tomou a bolsa do repórter, na qual havia documentos pessoais, talão de cheques, cartões bancários e o crachá de identificação. Quando os guardas chegaram armados, o grupo se espalhou e todos os agressores conseguiram fugir. Marques sofreu escoriações no rosto e nos braços, além de ficar com um hematoma na cabeça. O caso foi registrado no 27º DP (Campo Belo), mas a investigação foi designada para o 99º DP (Congonhas).

**27 de maio de 2003** - Dois jornalistas do jornal **O Globo** - a repórter Gabriela Temer e o fotógrafo Marco Antonio Cavalcanti - foram agredidos pelo soldado Cláudio Santos de Oliveira, do 31º BPM (Recreio, Rio de Janeiro/RJ), quando faziam reportagem sobre violência na Barra da Tijuca. Depois de ofendê-los verbalmente, o militar imobilizou com uma gravata os dois profissionais, que flagraram um polígono de segurança — onde Santos deveria estar — vazio. O soldado Santos acusou os jornalistas de tentarem desmoralizar a PM. Xingando os repórteres, obrigou Gabriela e Cavalcanti, identificados com crachás, a entrarem no carro da PM. Ele aplicou uma gravata na repórter e tentou tomar a máquina do fotógrafo, que teve o braço torcido. Os jornalistas foram levados para a 16ª DP sob a acusação de desacato a autoridade. Com hematomas nos braços, a repórter fez exame de corpo de delito no Instituto Médico Legal. A **ANJ** divulgou nota manifestando repúdio à agressão praticada contra dois jornalistas de **O Globo**, classificando o fato como grave,

que “revela a violência de elementos da Polícia Militar não somente contra dois jornalistas, que estavam identificados com crachás e exercendo suas funções profissionais, mas contra a sociedade que tem na imprensa livre o exercício do seu direito à informação”.

O presidente Francisco Mesquita Neto e o vice-presidente Jaime Câmara Júnior, responsável pelo Comitê de Liberdade de Expressão, reivindicaram a punição dos agressores “que, com essa postura, envergonham e desonram a instituição militar a que pertencem”.

## 2. Ameaça

**30 de agosto de 2002** – Os jornalistas Saulo Borges e Joana Queiroz, do jornal **A Crítica**, de Manaus (AM), foram vítimas de ameaças desde que começaram a investigar e a publicar reportagens que envolviam homicídios praticados por um grupo de extermínio. A **Associação Nacional de Jornais – ANJ** pediu providências ao governo do Estado para garantir a segurança e a integridade física dos repórteres ameaçados em razão da sua atividade profissional. Uma correspondência assinada pelo presidente da **ANJ**, Francisco Mesquita Neto, e pelo vice-presidente Mário Gusmão, responsável à época pelo Comitê de Liberdade de Expressão, manifestou “extrema preocupação” com as ameaças que os repórteres estavam sofrendo, solicitando uma apuração rigorosa e urgente da autoria das ameaças, “claras tentativas de intimidar o jornalismo investigativo”.

## 3. Censura

**23 de outubro de 2002** - O **Correio Braziliense** (DF) sofreu censura prévia praticada sob a proteção judicial. Mandado de busca e apreensão assinado pelo desembargador Jirair Meguerian determinou, no dia, que o oficial de Justiça Ricardo Yoshida, acompanhado do advogado Adolfo Marques da Costa, da Coligação Frente Brasília Solidária, entrassem na Redação do jornal para censurar qualquer reportagem que transcrevesse trechos de uma gravação realizada pela Polícia Federal, com autorização judicial, e que relacionasse o governador Roriz com os irmãos Pedro e Márcio Passos, empresários acusados de parcelamento irregular do solo em Brasília. O oficial de Justiça e o advogado de Roriz fiscalizaram cada setor da empresa envolvido com a produção de notícias, da Redação do jornal à gráfica, e vistoriaram todas as páginas do jornal.

O desembargador Jirair Meguerian determinou a “busca e apreensão, com arrombamento ou entrada compulsória, na sede, se houver necessidade (...) de todos os exemplares do jornal **Correio Braziliense**, edição de 24.10.2002, desde que publique trechos ou a íntegra de conteúdo das fitas de gravação das conversas telefônicas interceptadas por ordem judicial”.

Para a **ANJ**, a sociedade foi agredida no seu direito de ser informada. “A presença física do censor numa Redação de jornal pertence a um passado não muito distante que nenhum democrata deseja ver renascido no país. Entristece profundamente a **ANJ** - que certamente não está sozinha nessa atitude - ver a Justiça prestando-se ao papel de censora”, disse a Diretoria em nota que denunciou a censura prévia imposta ao **Correio Braziliense** para entidades internacionais que defendem a liberdade de imprensa.

O **Jornal de Brasília** (DF) também foi censurado por meio de liminar concedida pelo desembargador Nívio Gonçalves, vice-presidente e corregedor do Tribunal Regional Eleitoral, a pedido do candidato Geraldo Magela e da Coligação Frente Brasília Esperança, que apoiava a sua candidatura ao governo do Distrito Federal. A censura foi motivada pela publicação de reportagem, no dia 14 de outubro de 2002, que mostrava recebimento de dinheiro para regularização de condomínios.

**24 de outubro de 2002** – O desembargador Jirair Meguerian expediu mais um mandado de busca e apreensão contra empresa jornalística, desta vez o **Jornal da Comunidade** (Brasília/DF) que traria denúncias contra o candidato ao governo do Distrito Federal pelo Partido dos Trabalhadores, Geraldo Magela. O TRE agiu, nesse caso, a pedido da campanha do Partido dos Trabalhadores.

**4 de fevereiro de 2003** - A revista *Você S/A*, da Editora Abril, sofreu censura prévia pela Justiça paulista, que concedeu liminar favorável à empresa Dow Right Consultoria em Recursos Humanos, para condicionar a publicação de uma reportagem ao direito de resposta na mesma edição. A reportagem seria sobre a indústria de recolocação profissional no mercado. De acordo com a decisão do juiz da 2ª Vara Cível do Fórum de Pinheiros, Antônio Dimas Cruz Carneiro, a notícia somente pode ser divulgada se for incluída a “resposta da autora em seguida a cada fato negativo que lhe for atribuído, observando-se rigorosamente a igualdade de espaço e destaque entre as imputações e as defesas”.

De acordo com Carneiro, “exercido *a posteriori* nem sempre o direito de resposta é eficaz para o cumprimento do objetivo legal, pois nem sempre as pessoas que lêem as imputações lêem também as respectivas explicações do destinatário das acusações e assim a melhor forma de se garantir o exercício do direito de

resposta é fazendo com que esta conste com igual destaque na própria matéria que contém os fatos negativos noticiados”.

Para se cumprir esse entendimento do juiz, a revista precisaria mostrar a reportagem para, assim, a empresa responder na mesma edição em que a matéria fosse publicada. Ou seja, teria de submeter o conteúdo editorial ao conhecimento prévio da empresa citada, o que configura censura prévia. A revista *Você S/A*, que chegou às bancas no dia 5 de fevereiro, informou o fato aos leitores sem citar o nome da empresa.

A **ANJ** manifestou publicamente a sua inconformidade com a censura prévia à revista, dizendo em nota à imprensa que “ao conceder liminar para a empresa Dow Right Consultoria em Recursos Humanos, condicionando a publicação da reportagem ao direito de resposta, o juiz Antônio Dimas Cruz Carneiro, da 2ª Vara Cível do Fórum de Pinheiros, de São Paulo (SP), praticou censura prévia. Esse procedimento preocupa a **ANJ** porque revela mais um passo na escalada de ameaças à liberdade de imprensa”. No dia 20 de março de 2003, o Tribunal de Justiça de São Paulo cassou a liminar concedida pelo juiz da 2ª Vara Cível do Fórum de Pinheiros, Antônio Dimas Cruz Carneiro, a pedido da empresa Dow Right Consultoria em Recursos Humanos, que condicionava a revista *Você S/A* a publicar direito de resposta na mesma edição da reportagem a respeito de empresas de recolocação profissional no mercado. A votação favorável à revista foi unânime.

**11 de março de 2003** - O chefe de Polícia Civil do Rio de Janeiro, Álvaro Lins, resolveu reeditar no Boletim Interno da instituição a antiga “Lei da Mordaca”, proibindo que delegados e inspetores dêem entrevistas. As informações só podem ser transmitidas por meio do setor de comunicação social da Polícia Civil. A nova determinação é uma cópia exata de um ato publicado em julho de 1999, assinado pelo então e atual secretário de Segurança, Josias Quintal. Álvaro Lins justifica sua medida dizendo que “em virtude de entrevistas (...) contendo visões parciais, equivocadas e dados estatísticos imprecisos que, embora de boa fé, muitas vezes contribuem para gerar e aumentar a sensação de insegurança no conjunto da população (...) está proibida qualquer entrevista de policiais aos veículos de imprensa”.

A decisão de Álvaro Lins foi tomada durante reunião com delegados, realizada em 11 de março de 2003, no Museu da Polícia, na qual o chefe de Polícia Civil cobrou melhor desempenho na apuração dos crimes como forma de conter a violência. Na reunião, Lins citou o exemplo de que muitos delegados, para se eximirem de culpa numa determinada situação crítica, costumam transferir a responsabilidade para a Polícia Militar, dizendo que há falhas no policiamento ostensivo. Em ofício à governadora Rosinha Matheus, Francisco Mesquita Neto, presidente da **ANJ**, e o vice-presidente Jaime Câmara Júnior, responsável pelo Comitê de Liberdade de Expressão, transmitiram a preocupação da associação com as restrições impostas pelo chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro, Álvaro Lins.

A **ANJ** consideraram que o procedimento decorreu de uma orientação equivocada da autoridade e pediu providências para que a medida não fosse efetivada, por ferir, o acesso à informação, e por afrontar a liberdade de imprensa no país, garantida constitucionalmente.

#### 4. Processos

**27 de outubro de 2002** - A juíza Érika Soares de Azevedo Mascarenhas, da 6ª Vara Criminal de São Paulo, determinou detenção de três meses, podendo ser substituída por prestação de serviços à comunidade, e multa de dez salários mínimos ao jornalista Luís Nassif. A condenação ao jornalista foi pelo que a juíza chamou de “intenção inequívoca” de difamar a empreiteira Mendes Júnior: a informação de que a ação da empresa contra a Chesf era “uma das mais atrevidas aventuras contra os cofres públicos”. Na decisão, a juíza disse que as críticas do jornalista à construtora são “difamatórias” e que “a expressão aventura, da forma como colocada por mais de uma vez na matéria, por si só, revela a intenção difamatória e ofensiva, e torna o dolo manifesto”.

**21 de novembro de 2002** - Ricardo Sérgio de Oliveira, ex-diretor do Banco do Brasil, processou Josias de Souza, diretor da Sucursal da **Folha de S.Paulo** em Brasília. Julgando-se ofendido por artigos do jornalista, ele pediu, em duas ações judiciais, indenizações que somam R\$ 500 mil. Os textos que Ricardo Sérgio considerou ofensivos à sua honra foram publicados na coluna dominical “No Planalto”, assinada por Josias de Souza. São artigos baseados em documentos produzidos em investigações oficiais realizadas pelo Ministério Público, pela Receita Federal, pelo Banco Central e pela Polícia Federal.

Todas as apurações têm Ricardo Sérgio como personagem central e tratam de sua atuação em megaprivatizações, de sua gestão na diretoria do Banco do Brasil e de sua participação na coleta de recursos supostamente ilegais para o comitê eleitoral do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. O ex-diretor do BB foi mencionado em cinco textos, editados entre março e julho de 2002, mas as ações judiciais, protocoladas na 23ª e na 36ª Varas Cíveis de São Paulo, mencionavam apenas três artigos sobre inconsistências apontadas pelo

Fisco em declarações de rendimentos e de irregularidades detectadas pelo Banco Central no setor de câmbio do Banco do Brasil, então sob a responsabilidade de Ricardo Sérgio.

**21 de novembro de 2002** - A **Folha de S.Paulo** foi condenada a pagar indenização de 200 salários mínimos para Nicéa Camargo, ex-mulher de Celso Pitta, que foi prefeito de São Paulo. A decisão que condenou o jornal é da juíza da 40ª Vara Cível da Comarca de São Paulo, Fátima Vilas Boas Cruz. A ação foi impetrada por causa de notícia sobre uso de notas fiscais falsificadas para justificar gastos. Nicéa disse que se sentiu ofendida com a reportagem publicada em agosto de 1998. A **Folha** alegou que não praticou calúnia, difamação ou injúria, limitando-se a informar que as notas utilizadas eram irregulares e jamais afirmou que a falsificação tinha sido feita por Nicéa, que pediu indenização por danos morais de R\$ 50 mil. A juíza acatou parcialmente o pedido depois de uma tentativa de conciliação.

**3 de dezembro de 2002** – O processo contra o diretor de Redação do jornal **Zero Hora**, Marcelo Rech, e o colunista José Barrionuevo, movido pelo então governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra (PT), foi arquivado pela 6ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado (TJE). O pedido de extinção da ação foi feito pelo Ministério Público, que se baseou na prescrição do crime e na inexistência de intenção de ofensa ao governador. Os jornalistas chegaram a ser condenados a cinco meses de detenção, convertidos em pagamento de cinco salários mínimos, por terem afirmado que Dutra fora conivente com a destruição do Relógio 500 Anos, provocada por conflitos ocorridos em Porto Alegre durante a comemoração do Descobrimento do Brasil, em abril de 2000. Os conflitos foram duramente criticados por matérias e artigos publicados no jornal **Zero Hora** e comentários na Rádio Gaúcha, ambos do grupo RBS. Rech e Barrionuevo criticaram a postura do governador, que, na época, disse respeitar as manifestações. Dutra sentiu-se difamado pelos jornalistas e requereu à Procuradoria Geral de Justiça abertura de inquérito contra Rech, em função de um editorial intitulado “O direito de depredar” e contra os comentários de Barrionuevo na emissora.

**12 de março de 2003** - A Rede Globo foi condenada, em primeira instância, a indenizar o ex-senador Luiz Estevão e a divulgar a sentença da Justiça em horário nobre. Isso porque a juíza Maria de Fátima Rafael de Aguiar Ramos entendeu que alguns comentários de Arnaldo Jabor sobre Estevão teriam sido ofensivos. A ação por danos morais foi impetrada em 2002, depois que Jabor comentou a alteração na dimensão das traves do campo do Bezerrão para o jogo entre o Brasiliense e o Atlético Mineiro. A alteração na largura das traves foi atribuída, à época, ao ex-senador, dono do time de Brasília.

A Globo alegou que a divulgação dos fatos foi lícita e que não há danos morais e materiais, mas a juíza não aceitou o argumento e fixou o valor da indenização em R\$ 5 mil.

**13 de março de 2003** - O jornalista Xico Sá foi condenado em São Paulo a quatro meses de detenção por causa de um título de texto que desagradou o comando da Polícia Militar. A condenação data de novembro do ano passado, mas só em 13 de março de 2003 foi comunicada ao jornalista.

O artigo, publicado no **Diário Popular** (hoje, **Diário de S.Paulo**), em novembro de 2000, versava sobre a repressão a integrantes do MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Por terem invadido a sede do Incra, em São Paulo, os militantes foram surrados por policiais militares, tiveram a cabeça raspada e, despidos, foram presos no Carandiru. O juiz da 12ª Vara Criminal de São Paulo, Ruy Alberto Leme Cavalheiro, considerou o texto contra os policiais forte demais e aceitou o argumento de que a crítica aos policiais militares que participaram da ação abalou toda a corporação. Leme Cavalheiro condenou o jornalista por crime de injúria, mesmo contra a jurisprudência dominante do Tribunal de Alçada Criminal que não admite essa figura quando a “vítima” é pessoa jurídica.

## **5. Assassinatos**

Um jornalista investigativo, Tim Lopes. Um proprietário de jornal, Sávio Brandão. Um repórter-fotográfico, La Costa. Três assassinatos praticados contra profissionais da imprensa ocorreram no Brasil no último ano. Todos os crimes guardam relação direta com a atividade profissional das vítimas.

### **Tim Lopes:**

No dia 2 de junho de 2002, Tim Lopes, 51 anos, jornalista investigativo da Rede Globo de Televisão, foi assassinado por narcotraficantes, na cidade do Rio de Janeiro (RJ). O crime registra o primeiro praticado no Brasil por traficantes de drogas em represália à atividade profissional de um jornalista. A morte de Tim Lopes teve requintes de crueldade. Ele sofreu tortura, foi golpeado no tórax com uma espada, teve as pernas cortadas e foi queimado, ainda vivo, dentro de pneus e os ossos supostamente enterrados num cemitério clandestino no morro da favela Vila Cruzeiro, na Penha, bairro da Zona Norte do Rio de Janeiro.

Tim Lopes havia feito uma reportagem sobre a feira de drogas que lhe valeu um Prêmio Esso em 2001. Ele conseguiu mostrar traficantes vendendo drogas nas ruas da favela da Rocinha. Quando foi capturado para ser morto, o repórter buscava informações sobre um baile funk que, segundo denúncia dos moradores, era uma festa

patrocinada por traficantes de drogas, local de exploração sexual de menores e de livre consumo de drogas. Durante as investigações, a governadora Benedita da Silva pediu a exoneração do delegado Sérgio Rogério Costa Falante, da 22ª DP (Penha), encarregado do caso.

A decisão foi tomada após a divulgação do relatório de investigação do inspetor Daniel Gomes de Lima Freire, anexado ao inquérito enviado à Justiça, acusando o jornalista assassinado de pôr a própria vida em risco ao fazer reportagem sobre o tráfico no Complexo do Alemão. Foram indiciadas nove pessoas, dentre elas, o traficante Elias Pereira da Silva, conhecido como Elias Maluco, acusado de ser o mandante do crime, preso em 19 de setembro de 2002. Um dos indiciados morreu em confronto com a Polícia, outro teria se suicidado e os demais estão presos. O julgamento dos acusados deverá ocorrer até o final deste ano, segundo o Tribunal de Justiça do Rio.

#### **Sávio Brandão:**

No dia 30 de setembro de 2002, foi assassinado Domingos Sávio Brandão de Lima Júnior, 40 anos, advogado, empresário, proprietário e diretor-presidente da **Folha do Estado**, da Rádio Cidade e da SB Construções e Planejamento, empresas de Cuiabá (MT). O empresário foi executado com seis tiros, disparados no centro da cidade, às 15h, no horário local (16h de Brasília). Ele mostrava a fachada da obra da nova sede do jornal a um amigo do ramo da construção quando duas pessoas se aproximaram em uma motocicleta, atiraram na sua direção e fugiram em seguida. Nenhum tiro errou o alvo, e Sávio Brandão morreu na hora. O exame de balística revelou que o primeiro tiro quebrou a clavícula; o segundo, pelas costas, atingiu o coração. Quando estava agonizando, foi atingido com mais quatro tiros na cabeça, na região do ouvido direito. Uma execução sumária relacionada às denúncias da **Folha** sobre o jogo do bicho e o crime organizado no Mato Grosso. O delegado Luciano Inácio da Silva, titular do Grupo de Combate ao Crime Organizado (GCCO), vai concluir e apresentar até o final de agosto de 2003 o inquérito que apura o assassinato de Sávio Brandão, apontando no relatório os nomes dos possíveis mandantes, além dos executores. O ex-cabo da Polícia Militar Hércules Araújo Agostinho e o ex-soldado da Polícia Militar Célio de Souza são investigados pelo crime e foram presos dois dias após o assassinato.

Hércules está foragido desde 1º de maio de 2003, e Célio está no Presídio Pascoal Ramos. Contra Hércules, a prova da Polícia é o confronto balístico que relacionou o material encontrado na casa dele, logo após a prisão, com os arrecadados no local onde Sávio foi morto. Na casa dele, a Polícia encontrou e apreendeu 275 estojos de calibre 9mm, como as balas que mataram o empresário. Hércules é acusado de praticar dezenas de homicídios em Mato Grosso a mando do crime organizado, chefiado pelo bicheiro João Arcanjo Ribeiro, o “Comendador”. Ele foi condenado a sete anos de prisão em regime fechado por porte ilegal de arma, além de receptação de armamento. A sentença é do juiz Julier Sebastião da Silva, da 1ª Vara do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no Mato Grosso. Essa é a primeira condenação contra Arcanjo Ribeiro, que foi preso no Uruguai e responde a inquéritos por assassinatos e lavagem de dinheiro.

#### **Luiz Antônio da Costa:**

O repórter-fotográfico Luiz Antônio da Costa, 36 anos, foi assassinado a tiros no dia 23 de julho de 2003, em frente ao acampamento dos sem-teto no terreno da Volkswagen, em São Bernardo do Campo, no ABC paulista. O jornalista, que estava a serviço da revista Época, recebeu um tiro no peito à queima-roupa. Minutos antes do homicídio, os assassinos de La Costa assaltaram um posto de gasolina a 100 metros do local. A quadrilha foi identificada nas fotos feitas por André Porto, do jornal **Agora São Paulo**, e reconhecida por testemunhas. No dia 30 de julho, o delegado Marco Antônio de Paula, da Delegacia Seccional de São Bernardo do Campo, confirmou a prisão de dois homens que confessaram a participação no crime. No depoimento, os assassinos revelaram o motivo do crime: eles pensaram que a vítima os havia fotografado após assalto a um posto de gasolina localizado próximo ao terreno da Volkswagen ocupado por cerca de 7.000 sem-teto ligados ao MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto). Marco Antônio de Paula afirmou que Renato dos Santos Lyra, o “Bahia”, de 23 anos, e Alexandre Aparecido Silvério, o “Nego Xéu”, de 25, foram presos em Diadema e em São Bernardo do Campo. Os dois e mais um rapaz identificado apenas como R.N., de 16 anos, foram flagrados pelo fotógrafo André Porto, da Folha Imagem, segundos após La Costa ser baleado com um tiro no peito. Os dois homens foram presos com revólveres calibre 38. Segundo a polícia, Renato confessou ter sido ele quem atirou, mas disse que o disparo foi acidental, na tentativa de tirar a máquina de La Costa. A polícia acredita que o tiro foi proposital. Renato não tem antecedentes criminais. Alexandre havia fugido de um presídio semi-aberto um dia antes do assassinato do fotógrafo.



## **ANEXO XIII**

### **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**

Votado em Congresso Nacional dos Jornalistas, o código está em vigor desde 1987: O Código de Ética do Jornalista fixa as normas a que deverá subordinar-se a atuação do profissional, nas suas relações com a comunidade, com as fontes de informação, e entre jornalistas.

#### **I - Do direito à informação**

Art. 1o - O acesso à informação pública é um direito inerente à condição de vida em sociedade, que não pode ser impedido por nenhum tipo de interesse.

Art. 2o - A divulgação de informação, precisa e correta, é dever dos meios de comunicação pública, independente da natureza de sua propriedade.

Art. 3o - A informação divulgada pelos meios de comunicação pública se pautará pela real ocorrência dos fatos e terá por finalidade o interesse social e coletivo.

Art. 4o - A prestação de informações pelas instituições públicas, privadas e particulares, cujas atividades produzam efeito na vida em sociedade, é uma obrigação social.

Art. 5o - A obstrução direta ou indireta à livre divulgação da informação e a aplicação de censura ou autocensura são um delito contra a sociedade.

#### **II - Da conduta profissional do jornalista**

Art. 6o - O exercício da profissão de jornalista é uma atividade de natureza social e de finalidade pública, subordinado ao presente Código de Ética.

Art. 7o - O compromisso fundamental do jornalista é com a verdade dos fatos, e seu trabalho se pauta pela precisa apuração dos acontecimentos e sua correta divulgação.

Art. 8o - Sempre que considerar correto e necessário, o jornalista resguardará a origem e identidade das suas fontes de informação.

Art. 9o - É dever do jornalista:

- a) Divulgar todos os fatos que sejam de interesse público.
- b) Lutar pela liberdade de pensamento e expressão.
- c) Defender o livre exercício da profissão.
- d) Valorizar, honrar e dignificar a profissão.
- e) Opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos do Homem.
- f) Combater e denunciar todas as formas de corrupção, em especial quando exercida com o objetivo de controlar a informação.
- g) Respeitar o direito à privacidade do cidadão.
- h) Prestigiar as entidades representativas e democráticas da categoria.

Art. 10. O jornalista não pode:

- a) Aceitar oferta de trabalho remunerado em desacordo com o piso salarial da categoria ou com a tabela fixada por sua entidade de classe.
- b) Submeter-se a diretrizes contrárias à divulgação correta da informação.
- c) Frustrar a manifestação de opiniões divergentes ou impedir o livre debate.
- d) Concorde com a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, políticos, religiosos, raciais, de sexo e de orientação sexual.
- e) Exercer cobertura jornalística pelo órgão em que trabalha, em instituições públicas e privadas, onde seja funcionário, assessor ou empregado.

#### **III - Da responsabilidade profissional do jornalista**

Art. 11 - O jornalista é responsável por toda a informação que divulga, desde que seu trabalho não tenha sido alterado por terceiros.

Art. 12 - Em todos os seus direitos e responsabilidades o jornalista terá apoio e respaldo das entidades representativas da categoria.

Art. 13 - O jornalista deve evitar a divulgação de fatos:

- a) Com interesse de favorecimento pessoal ou vantagens econômicas.
- b) De caráter mórbido e contrários aos valores humanos.

Art. 14. O jornalista deve:

a) Ouvir sempre, antes da divulgação dos fatos, todas as pessoas objeto de acusações não comprovadas, feitas por terceiros e não suficientemente demonstradas ou verificadas.

b) Tratar com respeito a todas as pessoas mencionadas nas informações que divulgar.

Art. 15 - O jornalista deve permitir o direito de resposta às pessoas envolvidas ou mencionadas em sua matéria, quando ficar demonstrada a existência de equívocos ou incorreções.

Art. 16. O jornalista deve pugnar pelo exercício da soberania nacional, em seus aspectos político, econômico e social, e pela prevalência da vontade da maioria da sociedade, respeitados os direitos das minorias.

Art. 17 - O jornalista deve preservar a língua e a cultura nacionais.

#### IV - Aplicação do Código de Ética

Art. 18 - As transgressões ao presente Código de Ética serão apuradas e apreciadas pela Comissão de Ética.

Parágrafo 1o - A Comissão de Ética será eleita em Assembléia Geral da categoria, por voto secreto, especialmente convocada para este fim.

Parágrafo 2o - A Comissão de Ética terá cinco membros com mandato coincidente com o da diretoria do Sindicato.

Art. 19 - Os jornalistas que descumprirem o presente Código de Ética ficam sujeitos gradativamente às seguintes penalidades, a serem aplicadas pela Comissão de Ética:

a) Aos associados do Sindicato, de observação, advertência, suspensão e exclusão do quadro social do Sindicato;

b) Aos não associados, de observação, advertência pública, impedimento temporário e impedimento definitivo de ingresso no quadro social do Sindicato;

Parágrafo único - As penas máximas (exclusão do quadro social, para os sindicalizados, e impedimento definitivo de ingresso no quadro social, para os não sindicalizados) só poderão ser aplicadas após prévio referendo da Assembléia Geral especialmente convocada para este fim.

Art. 20 - Por iniciativa de cidadão, jornalista ou não, ou instituição atingidos, poderá ser dirigida à Comissão de Ética para que seja apurada a existência de transgressão cometida por jornalista.

Art. 21 - Recebida a representação, a Comissão de Ética decidirá sua aceitação fundamental ou, se notadamente incabível, determinará seu arquivamento, tornando pública a decisão, se necessário.

Art. 22 - A publicação de penalidade deve ser precedida de prévia audiência do jornalista, objeto de representação, sob pena de nulidade.

Parágrafo 1o - A audiência deve ser convocada por escrito pela Comissão de Ética, mediante sistema que comprove o recebimento da respectiva notificação, e realizar-se-á no prazo de 10 dias a contar da data do vencimento do mesmo.

Parágrafo 2o - O jornalista poderá apresentar resposta escrita no prazo do parágrafo anterior, ou apresentar suas razões oralmente, no ato da audiência.

Parágrafo 3o - A não observância pelo jornalista dos prazos previstos neste artigo, implica a aceitação dos termos da representação.

Art. 23 - Havendo ou não resposta, a Comissão de Ética encaminhará sua decisão às partes envolvidas no prazo máximo de 10 dias, contados da data marcada para a audiência.

Art. 24 - Os jornalistas atingidos pelas penas de advertência e suspensão podem recorrer à Assembléia Geral no prazo máximo de 10 dias corridos a contar do recebimento da notificação.

Parágrafo único - Fica assegurado ao autor da representação o direito de recorrer à Assembléia Geral, no prazo máximo de 10 dias a contar do recebimento a notificação, caso não concorde com a decisão da Comissão de Ética.

Art. 25 - A notória intenção de prejudicar o jornalista, manifesta em caso de representação sem o necessário fundamento, será objeto de censura pública contra o seu autor.

Art. 26 - O presente Código de Ética entrará em vigor após a homologação em Assembléia Geral de Jornalistas, especialmente convocada para este fim.

Art. 27 - Qualquer modificação neste Código somente poderá ser feita em Congresso Nacional de Jornalistas mediante proposição subscrita no mínimo por 10 delegações representantes do Sindicato de Jornalistas.

**ANEXO XIV**  
**Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966**  
**Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e**  
**dá outras providências**

O Presidente da República  
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:  
O Congresso Nacional decreta:

**TÍTULO I**  
**Do Exercício Profissional da Engenharia,**  
**da Arquitetura e da Agronomia**  
**CAPÍTULO I**  
**Das Atividades Profissionais**  
**Seção I**  
**Caracterização e Exercício das Profissões**

Art. 1º - As profissões de engenheiro, arquiteto e engenheiro-agrônomo são caracterizadas pelas realizações de interesse social e humano que importem na realização dos seguintes empreendimentos:

- a) aproveitamento e utilização de recursos naturais;
- b) meios de locomoção e comunicações;
- c) edificações, serviços e equipamentos urbanos, rurais e regionais, nos seus aspectos técnicos e artísticos;
- d) instalações e meios de acesso a costas, cursos, e massas de água e extensões terrestres;
- e) desenvolvimento industrial e agropecuário.

Art. 2º - O exercício, no País, da profissão de engenheiro, arquiteto ou engenheiro-agrônomo, observadas as condições de capacidade e demais exigências legais, é assegurado:

- a) aos que possuam, devidamente registrado, diploma de faculdade ou escola superior de Engenharia, Arquitetura ou Agronomia, oficiais ou reconhecidas, existentes no País;
- b) aos que possuam, devidamente revalidado e registrado no País, diploma de faculdade ou escola estrangeira de ensino superior de Engenharia, Arquitetura ou Agronomia, bem como os que tenham esse exercício amparado por convênios internacionais de intercâmbio;
- c) aos estrangeiros contratados que, a critério dos Conselhos Federal e Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, considerados a escassez de profissionais de determinada especialidade e o interesse nacional, tenham seus títulos registrados temporariamente.

Parágrafo único - O exercício das atividades de engenheiro, arquiteto e engenheiro-agrônomo é garantido, obedecidos os limites das respectivas licenças e excluídas as expedidas, a título precário, até a publicação desta Lei, aos que, nesta data, estejam registrados nos Conselhos Regionais.

**Seção II**  
**Do uso do Título Profissional**

Art. 3º - São reservadas exclusivamente aos profissionais referidos nesta Lei as denominações de engenheiro, arquiteto ou engenheiro-agrônomo, acrescidas, obrigatoriamente, das características de sua formação básica.

Parágrafo único - As qualificações de que trata este Artigo poderão ser acompanhadas de designações outras referentes a cursos de especialização, aperfeiçoamento e pós-graduação.

Art. 4º - As qualificações de engenheiro, arquiteto ou engenheiro-agrônomo só podem ser acrescidas à denominação de pessoa jurídica composta exclusivamente de profissionais que possuam tais títulos.

Art. 5º - Só poderá ter em sua denominação as palavras engenharia, arquitetura ou agronomia a firma comercial ou industrial cuja diretoria for composta, em sua maioria, de profissionais registrados nos Conselhos Regionais.

**Seção III**  
**Do exercício ilegal da Profissão**

Art. 6º - Exerce ilegalmente a profissão de engenheiro, arquiteto ou engenheiro-agrônomo:

- a) a pessoa física ou jurídica que realizar atos ou prestar serviços, públicos ou privados, reservados aos profissionais de que trata esta Lei e que não possua registro nos Conselhos Regionais;
- b) o profissional que se incumbir de atividades estranhas às atribuições discriminadas em seu registro;
- c) o profissional que emprestar seu nome a pessoas, firmas, organizações ou empresas executoras de obras e serviços sem sua real participação nos trabalhos delas;
- d) o profissional que, suspenso de seu exercício, continue em atividade;
- e) a firma, organização ou sociedade que, na qualidade de pessoa jurídica, exercer atribuições reservadas aos profissionais da Engenharia, da Arquitetura e da Agronomia, com infringência do disposto no parágrafo único do Art. 8º desta Lei.

#### **Seção IV** **Atribuições profissionais e** **coordenação de suas atividades**

Art. 7º - As atividades e atribuições profissionais do engenheiro, do arquiteto e do engenheiro-agrônomo consistem em:

- a) desempenho de cargos, funções e comissões em entidades estatais, paraestatais, autárquicas e de economia mista e privada;
- b) planejamento ou projeto, em geral, de regiões, zonas, cidades, obras, estruturas, transportes, explorações de recursos naturais e desenvolvimento da produção industrial e agropecuária;
- c) estudos, projetos, análises, avaliações, vistorias, perícias, pareceres e divulgação técnica;
- d) ensino, pesquisa, experimentação e ensaios;
- e) fiscalização de obras e serviços técnicos;
- f) direção de obras e serviços técnicos;
- g) execução de obras e serviços técnicos;
- h) produção técnica especializada, industrial ou agropecuária.

Parágrafo único - Os engenheiros, arquitetos e engenheiros-agrônomos poderão exercer qualquer outra atividade que, por sua natureza, se inclua no âmbito de suas profissões.

Art. 8º - As atividades e atribuições enunciadas nas alíneas "a", "b", "c", "d", "e" e "f" do artigo anterior são da competência de pessoas físicas, para tanto legalmente habilitadas.

Parágrafo único - As pessoas jurídicas e organizações estatais só poderão exercer as atividades discriminadas no Art. 7º, com exceção das contidas na alínea "a", com a participação efetiva e autoria declarada de profissional legalmente habilitado e registrado pelo Conselho Regional, assegurados os direitos que esta Lei lhe confere.

Art. 9º - As atividades enunciadas nas alíneas "g" e "h" do Art. 7º, observados os preceitos desta Lei, poderão ser exercidas, indistintamente, por profissionais ou por pessoas jurídicas.

Art. 10 - Cabe às Congregações das escolas e faculdades de Engenharia, Arquitetura e Agronomia indicar ao Conselho Federal, em função dos títulos apreciados através da formação profissional, em termos genéricos, as características dos profissionais por elas diplomados.

Art. 11 - O Conselho Federal organizará e manterá atualizada a relação dos títulos concedidos pelas escolas e faculdades, bem como seus cursos e currículos, com a indicação das suas características.

Art. 12 - Na União, nos Estados e nos Municípios, nas entidades autárquicas, paraestatais e de economia mista, os cargos e funções que exijam conhecimentos de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, relacionados conforme o disposto na alínea "g" do Art. 27, somente poderão ser exercidos por profissionais habilitados de acordo com esta Lei.

Art. 13 - Os estudos, plantas, projetos, laudos e qualquer outro trabalho de Engenharia, de Arquitetura e de Agronomia, quer público, quer particular, somente poderão ser submetidos ao julgamento das autoridades competentes e só terão valor jurídico quando seus autores forem profissionais habilitados de acordo com esta Lei.

Art. 14 - Nos trabalhos gráficos, especificações, orçamentos, pareceres, laudos e atos judiciais ou administrativos, é obrigatória, além da assinatura, precedida do nome da empresa, sociedade, instituição ou firma a que interessarem, a menção explícita do título do profissional que os subscrever e do número da carteira referida no Art. 56.

Art. 15 - São nulos de pleno direito os contratos referentes a qualquer ramo da Engenharia, Arquitetura ou da Agronomia, inclusive a elaboração de projeto, direção ou execução de obras, quando firmados

por entidade pública ou particular com pessoa física ou jurídica não legalmente habilitada a praticar a atividade nos termos desta Lei.

Art. 16 - Enquanto durar a execução de obras, instalações e serviços de qualquer natureza, é obrigatória a colocação e manutenção de placas visíveis e legíveis ao público, contendo o nome do autor e co-autores do projeto, em todos os seus aspectos técnicos e artísticos, assim como os dos responsáveis pela execução dos trabalhos.

## **CAPÍTULO II**

### **Da Responsabilidade e Autoria**

Art. 17 - Os direitos de autoria de um plano ou projeto de Engenharia, Arquitetura ou Agronomia, respeitadas as relações contratuais expressas entre o autor e outros interessados, são do profissional que os elaborar.

Parágrafo único - Cabem ao profissional que os tenha elaborado os prêmios ou distinções honoríficas concedidas a projetos, planos, obras ou serviços técnicos.

Art. 18 - As alterações do projeto ou plano original só poderão ser feitas pelo profissional que o tenha elaborado.

Parágrafo único - Estando impedido ou recusando-se o autor do projeto ou plano original a prestar sua colaboração profissional, comprovada a solicitação, as alterações ou modificações deles poderão ser feitas por outro profissional habilitado, a quem caberá a responsabilidade pelo projeto ou plano modificado.

Art. 19 - Quando a concepção geral que caracteriza um plano ou projeto for elaborada em conjunto por profissionais legalmente habilitados, todos serão considerados co-autores do projeto, com os direitos e deveres correspondentes.

Art. 20 - Os profissionais ou organizações de técnicos especializados que colaborarem numa parte do projeto deverão ser mencionados explicitamente como autores da parte que lhes tiver sido confiada, tornando-se mister que todos os documentos, como plantas, desenhos, cálculos, pareceres, relatórios, análises, normas, especificações e outros documentos relativos ao projeto sejam por eles assinados.

Parágrafo único - A responsabilidade técnica pela ampliação, prosseguimento ou conclusão de qualquer empreendimento de engenharia, arquitetura ou agronomia caberá ao profissional ou entidade registrada que aceitar esse encargo, sendo-lhe, também, atribuída a responsabilidade das obras, devendo o Conselho Federal adotar resolução quanto às responsabilidades das partes já executadas ou concluídas por outros profissionais.

Art. 21 - Sempre que o autor do projeto convocar, para o desempenho do seu encargo, o concurso de profissionais da organização de profissionais especializados e legalmente habilitados, serão estes havidos como co-responsáveis na parte que lhes diga respeito.

Art. 22 - Ao autor do projeto ou aos seus prepostos é assegurado o direito de acompanhar a execução da obra, de modo a garantir a sua realização, de acordo com as condições, especificações e demais pormenores técnicos nele estabelecidos.

Parágrafo único - Terão o direito assegurado neste Artigo, o autor do projeto, na parte que lhe diga respeito, os profissionais especializados que participarem, como co-responsáveis, na sua elaboração.

Art. 23 - Os Conselhos Regionais criarão registros de autoria de planos e projetos, para salvaguarda dos direitos autorais dos profissionais que o desejarem.

## **TÍTULO II**

### **Da Fiscalização do Exercício das Profissões**

## **CAPÍTULO I**

### **Dos Órgãos Fiscalizadores**

Art. 24 - A aplicação do que dispõe esta Lei, a verificação e a fiscalização do exercício e atividades das profissões nela reguladas serão exercidas por um Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA), e Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), organizados de forma a assegurarem unidade de ação.

Art. 25 - Mantidos os já existentes, o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia promoverá a instalação, nos Estados, Distrito Federal e Territórios Federais, dos Conselhos Regionais necessários à execução desta Lei, podendo a ação de qualquer deles estender-se a mais de um Estado.

§ 1º - A proposta de criação de novos Conselhos Regionais será feita pela maioria das entidades de classe e escolas ou faculdades com sede na nova Região, cabendo aos Conselhos atingidos pela iniciativa opinar e encaminhar a proposta à aprovação do Conselho Federal.

§ 2º - Cada unidade da Federação só poderá ficar na jurisdição de um Conselho Regional.

§ 3º - A sede dos Conselhos Regionais será no Distrito Federal, em capital de Estado ou de Território Federal.

## **CAPÍTULO II**

### **Do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia**

#### **Seção I**

##### **Da Instituição do Conselho e suas Atribuições**

Art. 26 - O Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, (CONFEA), é a instância superior da fiscalização do exercício profissional da Engenharia, da Arquitetura e da Agronomia.

Art. 27 - São atribuições do Conselho Federal:

- a) organizar o seu regimento interno e estabelecer normas gerais para os regimentos dos Conselhos Regionais;
- b) homologar os regimentos internos organizados pelos Conselhos Regionais;
- c) examinar e decidir em última instância os assuntos relativos ao exercício das profissões de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, podendo anular qualquer ato que não estiver de acordo com a presente Lei;
- d) tomar conhecimento e dirimir quaisquer dúvidas suscitadas nos Conselhos Regionais;
- e) julgar em última instância os recursos sobre registros, decisões e penalidades impostas pelos Conselhos Regionais;
- f) baixar e fazer publicar as resoluções previstas para regulamentação e execução da presente Lei, e, ouvidos os Conselhos Regionais, resolver os casos omissos;
- g) relacionar os cargos e funções dos serviços estatais, paraestatais, autárquicos e de economia mista, para cujo exercício seja necessário o título de engenheiro, arquiteto ou engenheiro-agrônomo;
- h) incorporar ao seu balancete de receita e despesa os dos Conselhos Regionais;
- i) enviar aos Conselhos Regionais cópia do expediente encaminhado ao Tribunal de Contas, até 30 (trinta) dias após a remessa;
- j) publicar anualmente a relação de títulos, cursos e escolas de ensino superior, assim como, periodicamente, relação de profissionais habilitados;
- k) fixar, ouvido o respectivo Conselho Regional, as condições para que as entidades de classe da região tenham nele direito à representação;
- l) promover, pelo menos uma vez por ano, as reuniões de representantes dos Conselhos Federal e Regionais previstas no Art. 53 desta Lei;
- m) examinar e aprovar a proporção das representações dos grupos profissionais nos Conselhos Regionais;
- n) julgar, em grau de recurso, as infrações do Código de Ética Profissional do engenheiro, arquiteto e engenheiro-agrônomo, elaborados pelas entidades de classe;
- o) aprovar ou não as propostas de criação de novos Conselhos Regionais;
- p) fixar e alterar as anuidades, emolumentos e taxas a pagar pelos profissionais e pessoas jurídicas referidos no Art. 63.
- q) autorizar o presidente a adquirir, onerar ou, mediante licitação, alienar bens imóveis. <sup>(1)</sup>

Parágrafo único - Nas questões relativas a atribuições profissionais, a decisão do Conselho Federal só será tomada com o mínimo de 12 (doze) votos favoráveis.

Art. 28 - Constituem renda do Conselho Federal:

- I - quinze por cento do produto da arrecadação prevista nos itens I a V do Art. 35;
- II - doações, legados, juros e receitas patrimoniais;
- III - subvenções;
- IV - outros rendimentos eventuais. (1)

#### **Seção II**

---

<sup>(1)</sup> Redação dada pela Lei nº 6.619/78

## **Da Composição e Organização**

Art. 29 - O Conselho Federal será constituído por 18 (dezoito) membros, brasileiros, diplomados em Engenharia, Arquitetura ou Agronomia, habilitados de acordo com esta Lei, obedecida a seguinte composição:

a) 15 (quinze) representantes de grupos profissionais, sendo 9 (nove) engenheiros representantes de modalidades de engenharia estabelecidas em termos genéricos pelo Conselho Federal, no mínimo de 3(três) modalidades, de maneira a corresponderem às formações técnicas constantes dos registros nele existentes; 3 (três) arquitetos e 3 (três) engenheiros-agrônomos;

b) 1 (um) representante das escolas de engenharia, 1 (um) representante das escolas de arquitetura e 1 (um) representante das escolas de agronomia.

§ 1º - Cada membro do Conselho Federal terá 1 (um) suplente.

§ 2º - O presidente do Conselho Federal será eleito, por maioria absoluta, dentre os seus membros. <sup>(2)</sup>

§ 3º - A vaga do representante nomeado presidente do Conselho será preenchida por seu suplente. <sup>(3)</sup>

Art. 30 - Os representantes dos grupos profissionais referidos na alínea "a" do Art. 29 e seus suplentes serão eleitos pelas respectivas entidades de classe registradas nas regiões, em assembleias especialmente convocadas para este fim pelos Conselhos Regionais, cabendo a cada região indicar, em forma de rodízio, um membro do Conselho Federal.

Parágrafo único - Os representantes das entidades de classe nas assembleias referidas neste artigo serão por elas eleitos, na forma dos respectivos estatutos.

Art. 31 - Os representantes das escolas ou faculdades e seus suplentes serão eleitos por maioria absoluta de votos em assembleia dos delegados de cada grupo profissional, designados pelas respectivas Congregações.

Art. 32 - Os mandatos dos membros do Conselho Federal e do Presidente serão de 3 (três) anos.

Parágrafo único - O Conselho Federal se renovará anualmente pelo terço de seus membros.

## **CAPÍTULO III**

### **Dos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia**

#### **Seção I**

##### **Da Instituição dos Conselhos Regionais e suas Atribuições**

Art. 33 - Os Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) são órgãos de fiscalização do exercício de profissões de engenharia, arquitetura e agronomia, em suas regiões.

Art. 34 - São atribuições dos Conselhos Regionais:

- a) elaborar e alterar seu regimento interno, submetendo-o à homologação do Conselho Federal;
- b) criar as Câmaras especializadas atendendo às condições de maior eficiência da fiscalização estabelecida na presente Lei;
- c) examinar reclamações e representações acerca de registros;
- d) julgar e decidir, em grau de recurso, os processos de infração da presente Lei e do Código de Ética, enviados pelas Câmaras Especializadas;
- e) julgar, em grau de recurso, os processos de imposição de penalidades e multas;
- f) organizar o sistema de fiscalização do exercício das profissões reguladas pela presente Lei;
- g) publicar relatórios de seus trabalhos e relações dos profissionais e firmas registrados;
- h) examinar os requerimentos e processos de registro em geral, expedindo as carteiras profissionais ou documentos de registro;
- i) sugerir ao Conselho Federal medidas necessárias à regularidade dos serviços e à fiscalização do exercício das profissões reguladas nesta Lei;
- j) agir, com a colaboração das sociedades de classe e das escolas ou faculdades de engenharia, arquitetura e agronomia, nos assuntos relacionados com a presente Lei;
- k) cumprir e fazer cumprir a presente Lei, as resoluções baixadas pelo Conselho Federal, bem como expedir atos que para isso julguem necessários;
- l) criar inspetorias e nomear inspetores especiais para maior eficiência da fiscalização;

<sup>(2)</sup> Lei nº 8.195/91 altera o parágrafo 2º do artigo 29

<sup>(3)</sup> Derrogado pela Lei nº 8.195/91

- m) deliberar sobre assuntos de interesse geral e administrativos e sobre os casos comuns a duas ou mais especializações profissionais;
- n) julgar, decidir ou dirimir as questões da atribuição ou competência das Câmaras Especializadas referidas no artigo 45, quando não possuir o Conselho Regional número suficiente de profissionais do mesmo grupo para constituir a respectiva Câmara, como estabelece o artigo 48;
- o) organizar, disciplinar e manter atualizado o registro dos profissionais e pessoas jurídicas que, nos termos desta Lei, se inscrevam para exercer atividades de engenharia, arquitetura ou agronomia, na Região;
- p) organizar e manter atualizado o registro das entidades de classe referidas no artigo 62 e das escolas e faculdades que, de acordo com esta Lei, devam participar da eleição de representantes destinada a compor o Conselho Regional e o Conselho Federal;
- q) organizar, regulamentar e manter o registro de projetos e planos a que se refere o artigo 23;
- r) registrar as tabelas básicas de honorários profissionais elaboradas pelos órgãos de classe;
- s) autorizar o presidente a adquirir, onerar ou, mediante licitação, alienar bens imóveis.<sup>(1)</sup>

" Art. 35 -Constituem rendas dos Conselhos Regionais:

- I - anuidades cobradas de profissionais e pessoas jurídicas;
- II - taxas de expedição de carteiras profissionais e documentos diversos;
- III - emolumentos sobre registros, vistos e outros procedimentos;
- IV - quatro quintos da arrecadação da taxa instituída pela Lei nº 6.496, de 7 DEZ 1977;
- V - multas aplicadas de conformidade com esta Lei e com a Lei nº 6.496, de
- VI - doações, legados, juros e receitas patrimoniais;
- VII - subvenções;
- VIII - outros rendimentos eventuais"<sup>(2)</sup>.

Art. 36 - Os Conselhos Regionais recolherão ao Conselho Federal, até o dia trinta do mês subsequente ao da arrecadação, a quota de participação estabelecida no item I do Art. 28.

Parágrafo único - Os Conselhos Regionais poderão destinar parte de sua renda líquida, proveniente da arrecadação das multas, a medidas que objetivem o aperfeiçoamento técnico e cultural do Engenheiro, do Arquiteto e do Engenheiro-Agrônomo.<sup>(3)</sup>

## **Seção II**

### **Da Composição e Organização**

Art. 37 - Os Conselhos Regionais serão constituídos de brasileiros diplomados em curso superior, legalmente habilitados de acordo com a presente Lei, obedecida a seguinte composição:

- a) um presidente, eleito por maioria absoluta pelos membros do Conselho, com mandato de 3(três) anos;<sup>(4)</sup>
- b) um representante de cada escola ou faculdade de Engenharia, Arquitetura e Agronomia com sede na Região;
- c) representantes diretos das entidades de classe de engenheiro, arquiteto e engenheiro-agrônomo, registradas na Região, de conformidade com o artigo 62.

Parágrafo único - Cada membro do Conselho terá um suplente.

Art. 38 - Os representantes das escolas e faculdades e seus respectivos suplentes serão indicados por suas congregações.

Art. 39 - Os representantes das entidades de classe e respectivos suplentes serão eleitos por aquelas entidades na forma de seus Estatutos.

Art. 40 - O número de conselheiros representativos das entidades de classe será fixado nos respectivos Conselhos Regionais, assegurados o mínimo de 1 (um) representante por entidade de classe e a proporcionalidade entre os representantes das diferentes categorias profissionais.

Art. 41 - A proporcionalidade dos representantes de cada categoria profissional será estabelecida em face dos números totais dos registros no Conselho Regional, de engenheiros das modalidades genéricas previstas na alínea "a" do Art. 29, de arquitetos e de engenheiros-agrônomo que houver em cada região, cabendo a cada entidade de classe registrada no Conselho Regional o número de representantes proporcional à quantidade de seus associados, assegurando o mínimo de 1 (um) representante por entidade.

(1) Redação da Lei nº 6.619/78 - D.O.U. - 19 DEZ 1978

(2) Ibidem

(3) Ibidem

(4) Redação dada pela Lei nº 8.195/91 - D.O.U - 27 JAN 91



Parágrafo único - A proporcionalidade de que trata este Artigo será submetida à prévia aprovação do Conselho Federal.

Art. 42 - Os Conselhos Regionais funcionarão em pleno e para os assuntos específicos, organizados em Câmaras Especializadas correspondentes às seguintes categorias profissionais: engenharia nas modalidades correspondentes às formações técnicas referidas na alínea "a" do Art. 29, arquitetura e agronomia.

Art. 43 - O mandato dos Conselheiros Regionais será de 3 (três) anos e se renovará anualmente pelo terço de seus membros.

Art. 44 - Cada Conselho Regional terá inspetorias, para fins de fiscalização nas cidades ou zonas onde se fizerem necessárias.

## **CAPÍTULO IV**

### **Das câmaras especializadas**

#### **Seção I**

##### **Da instituição das câmaras e suas atribuições**

Art. 45 - As Câmaras Especializadas são os órgãos dos Conselhos Regionais encarregados de julgar e decidir sobre os assuntos de fiscalização pertinentes às respectivas especializações profissionais e infrações do Código de Ética.

Art. 46 - São atribuições das Câmaras Especializadas:

- a) julgar os casos de infração da presente Lei, no âmbito de sua competência profissional específica;
- b) julgar as infrações do Código de Ética;
- c) aplicar as penalidades e multas previstas;
- d) apreciar e julgar os pedidos de registro de profissionais, das firmas, das entidades de direito público, das entidades de classe e das escolas ou faculdades na Região;
- e) elaborar as normas para a fiscalização das respectivas especializações profissionais;
- f) opinar sobre os assuntos de interesse comum de duas ou mais especializações profissionais, encaminhando-os ao Conselho Regional.

#### **Seção II**

##### **Da composição e organização**

Art. 47 - As Câmaras Especializadas serão constituídas pelos conselheiros regionais.

Parágrafo único - Em cada Câmara Especializada haverá um membro, eleito pelo Conselho Regional, representando as demais categorias profissionais.

Art. 48 - Será constituída Câmara Especializada desde que entre os conselheiros regionais haja um mínimo de 3 (três) do mesmo grupo profissional.

## **CAPÍTULO V**

### **Generalidades**

Art. 49 - Aos Presidentes dos Conselhos Federal e Regionais compete, além da direção do respectivo Conselho, sua representação em juízo.

Art. 50 - O conselheiro federal ou regional que durante 1 (um) ano faltar, sem licença prévia, a 6 (seis) sessões, consecutivas ou não, perderá automaticamente o mandato, passando este a ser exercido, em caráter efetivo, pelo respectivo suplente.

Art. 51 - O mandato dos presidentes e dos conselheiros será honorífico.

Art. 52 - O exercício da função de membro dos Conselhos por espaço de tempo não inferior a dois terços do respectivo mandato será considerado serviço relevante prestado à Nação.

§ 1º - O Conselho Federal concederá aos que se acharem nas condições deste Artigo o certificado de serviço relevante, independentemente de requerimento do interessado, dentro de 12 (doze) meses contados a partir da comunicação dos Conselhos.

§ 2º - Será considerado como serviço público efetivo, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, o tempo de serviço como Presidente ou Conselheiro, vedada, porém, a contagem cumulativa com o tempo exercido em cargo público. <sup>(1)</sup>

Art. 53 - Os representantes dos Conselhos Federal e Regionais reunir-se-ão pelo menos uma vez por ano para, conjuntamente, estudar e estabelecer providências que assegurem ou aperfeiçoem a aplicação da presente Lei, devendo o Conselho Federal remeter aos Conselhos Regionais, com a devida antecedência, o temário respectivo.

Art. 54 - Aos Conselhos Regionais é cometido o encargo de dirimir qualquer dúvida ou omissão sobre a aplicação desta Lei, com recurso "ex-offício", de efeito suspensivo, para o Conselho Federal, ao qual compete decidir, em última instância, em caráter geral.

### **TÍTULO III**

#### **Do registro e fiscalização profissional**

#### **CAPÍTULO I**

##### **Do registro dos profissionais**

Art. 55 - Os profissionais habilitados na forma estabelecida nesta Lei só poderão exercer a profissão após o registro no Conselho Regional sob cuja jurisdição se achar o local de sua atividade.

Art. 56 - Aos profissionais registrados de acordo com esta Lei será fornecida carteira profissional, conforme modelo adotado pelo Conselho Federal, contendo o número do registro, a natureza do título, especializações e todos os elementos necessários à sua identificação.

§ 1º - A expedição da carteira a que se refere o presente artigo fica sujeita a taxa que for arbitrada pelo Conselho Federal.

§ 2º - A carteira profissional, para os efeitos desta Lei, substituirá o diploma, valerá como documento de identidade e terá fé pública.

§ 3º - Para emissão da carteira profissional, os Conselhos Regionais deverão exigir do interessado a prova de habilitação profissional e de identidade, bem como outros elementos julgados convenientes, de acordo com instruções baixadas pelo Conselho Federal.

Art. 57 - Os diplomados por escolas ou faculdades de Engenharia, Arquitetura ou Agronomia, oficiais ou reconhecidas, cujos diplomas não tenham sido registrados, mas estejam em processamento na repartição federal competente, poderão exercer as respectivas profissões mediante registro provisório no Conselho Regional.

Art. 58 - Se o profissional, firma ou organização, registrado em qualquer Conselho Regional, exercer atividade em outra Região, ficará obrigado a visar, nela, o seu registro.

#### **CAPÍTULO II**

##### **Do registro de firmas e entidades**

Art. 59 - As firmas, sociedades, associações, companhias, cooperativas e empresas em geral, que se organizem para executar obras ou serviços relacionados na forma estabelecida nesta Lei, só poderão iniciar suas atividades depois de promoverem o competente registro nos Conselhos Regionais, bem como o dos profissionais do seu quadro técnico.

§ 1º - O registro de firmas, sociedades, associações, companhias, cooperativas e empresas em geral só será concedido se sua denominação for realmente condizente com sua finalidade e qualificação de seus componentes.

§ 2º - As entidades estatais, paraestatais, autárquicas e de economia mista que tenham atividade na engenharia, na arquitetura ou na agronomia, ou se utilizem dos trabalhos de profissionais dessas categorias, são obrigadas, sem qualquer ônus, a fornecer aos Conselhos Regionais todos os elementos necessários à verificação e fiscalização da presente Lei.

§ 3º - O Conselho Federal estabelecerá, em resoluções, os requisitos que as firmas ou demais organizações previstas neste Artigo deverão preencher para o seu registro.

---

<sup>(1)</sup> Vetado pelo Senhor Presidente da República e mantido pelo Congresso Nacional (D.O.U. de 24 ABR 1967.)

Art. 60 - Toda e qualquer firma ou organização que, embora não enquadrada no artigo anterior, tenha alguma seção ligada ao exercício profissional da Engenharia, Arquitetura e Agronomia, na forma estabelecida nesta Lei, é obrigada a requerer o seu registro e a anotação dos profissionais, legalmente habilitados, delas encarregados.

Art. 61 - Quando os serviços forem executados em lugares distantes da sede, da entidade, deverá esta manter junto a cada um dos serviços um profissional devidamente habilitado naquela jurisdição.

Art. 62 - Os membros dos Conselhos Regionais só poderão ser eleitos pelas entidades de classe que estiverem previamente registradas no Conselho em cuja jurisdição tenham sede.

§ 1º - Para obterem registro, as entidades referidas neste artigo deverão estar legalizadas, ter objetivo definido permanente, contar no mínimo trinta associados engenheiros, arquitetos ou engenheiros-agrônomo e satisfazer as exigências que forem estabelecidas pelo Conselho Regional.

§ 2º - Quando a entidade reunir associados engenheiros, arquitetos e engenheiros-agrônomo, em conjunto, o limite mínimo referido no parágrafo anterior deverá ser de sessenta.

### **CAPÍTULO III**

#### **Das anuidades, emolumentos e taxas**

Art. 63 - Os profissionais e pessoas jurídicas registrados de conformidade com o que preceitua a presente Lei são obrigados ao pagamento de uma anuidade ao Conselho Regional a cuja jurisdição pertencerem.

§ 1º - A anuidade a que se refere este artigo será devida a partir de 1º de janeiro de cada ano.<sup>(1)</sup>

§ 2º - O pagamento da anuidade após 31 de março terá o acréscimo de vinte por cento, a título de mora, quando efetuado no mesmo exercício.<sup>(2)</sup>

§ 3º - A anuidade paga após o exercício respectivo terá o seu valor atualizado para o vigente à época do pagamento, acrescido de vinte por cento, a título de mora.<sup>(3)</sup>

Art. 64 - Será automaticamente cancelado o registro do profissional ou da pessoa jurídica que deixar de efetuar o pagamento da anuidade, a que estiver sujeito, durante 2(dois) anos consecutivos sem prejuízo da obrigatoriedade do pagamento da dívida.

Parágrafo único - O profissional ou pessoa jurídica que tiver seu registro cancelado nos termos deste Artigo, se desenvolver qualquer atividade regulada nesta Lei, estará exercendo ilegalmente a profissão, podendo reabilitar-se mediante novo registro, satisfeitas, além das anuidades em débito, as multas que lhe tenham sido impostas e os demais emolumentos e taxas regulamentares.

Art. 65 - Toda vez que o profissional diplomado apresentar a um Conselho Regional sua carteira para o competente "visto" e registro, deverá fazer prova de ter pago a sua anuidade na Região de origem ou naquela onde passar a residir.

Art. 66 - O pagamento da anuidade devida por profissional ou pessoa jurídica somente será aceito após verificada a ausência de quaisquer débitos concernentes a multas, emolumentos, taxas ou anuidades de exercícios anteriores.

Art. 67 - Embora legalmente registrado, só será considerado no legítimo exercício da profissão e atividades de que trata a presente Lei o profissional ou pessoa jurídica que esteja em dia com o pagamento da respectiva anuidade.

Art. 68 - As autoridades administrativas e judiciárias, as repartições estatais, paraestatais, autárquicas ou de economia mista não receberão estudos, projetos, laudos, perícias, arbitramentos e quaisquer outros trabalhos, sem que os autores, profissionais ou pessoas jurídicas façam prova de estar em dia com o pagamento da respectiva anuidade.

Art. 69 - Só poderão ser admitidos nas concorrências públicas para obras ou serviços técnicos e para concursos de projetos, profissionais e pessoas jurídicas que apresentarem prova de quitação de débito ou visto do Conselho Regional da jurisdição onde a obra, o serviço técnico ou projeto deva ser executado.

Art. 70 - O Conselho Federal baixará resoluções estabelecendo o Regimento de Custas e, periodicamente, quando julgar oportuno, promoverá sua revisão.

---

(1) Nova redação da Lei 6.619/78 - D.O.U., 19 DEZ 1978

(2) Ibidem

(3) Ibidem

## **TÍTULO IV**

### **Das penalidades**

Art. 71 - As penalidades aplicáveis por infração da presente Lei são as seguintes, de acordo com a gravidade da falta:

- a) advertência reservada;
- b) censura pública;
- c) multa;
- d) suspensão temporária do exercício profissional;
- e) cancelamento definitivo do registro.

Parágrafo único - As penalidades para cada grupo profissional serão impostas pelas respectivas Câmaras Especializadas ou, na falta destas, pelos Conselhos Regionais.

Art. 72 - As penas de advertência reservada e de censura pública são aplicáveis aos profissionais que deixarem de cumprir disposições do Código de Ética, tendo em vista a gravidade da falta e os casos de reincidência, a critério das respectivas Câmaras Especializadas.

Art. 73 - As multas são estipuladas em função do maior valor de referência fixada pelo Poder Executivo e terão os seguintes valores, desprezadas as frações de um cruzeiro:

- a) de um a três décimos do valor de referência, aos infratores dos arts. 17 e 58 e das disposições para as quais não haja indicação expressa de penalidade;
- b) de três a seis décimos do valor de referência, às pessoas físicas, por infração da alínea "b" do Art. 6º, dos arts. 13, 14 e 55 ou do parágrafo único do Art. 64;
- c) de meio a um valor de referência, às pessoas jurídicas, por infração dos arts. 13, 14, 59 e 60 e parágrafo único do Art. 64;
- d) de meio a um valor de referência, às pessoas físicas, por infração das alíneas "a", "c" e "d" do Art. 6º;
- e) de meio a três valores de referência, às pessoas jurídicas, por infração do Art. 6º <sup>(1)</sup>.

Parágrafo único - As multas referidas neste artigo serão aplicadas em dobro nos casos de reincidência.

Art. 74 - Nos casos de nova reincidência das infrações previstas no artigo anterior, alíneas "c", "d" e "e", será imposta, a critério das Câmaras Especializadas, suspensão temporária do exercício profissional, por prazos variáveis de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos e, pelos Conselhos Regionais em pleno, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos.

Art. 75 - O cancelamento do registro será efetuado por má conduta pública e escândalos praticados pelo profissional ou sua condenação definitiva por crime considerado infamante.

Art. 76 - As pessoas não habilitadas que exercerem as profissões reguladas nesta Lei, independentemente da multa estabelecida, estão sujeitas às penalidades previstas na Lei de Contravenções Penais.

Art. 77 - São competentes para lavrar autos de infração das disposições a que se refere a presente Lei os funcionários designados para esse fim pelos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia nas respectivas Regiões.

Art. 78 - Das penalidades impostas pelas Câmaras Especializadas, poderá o interessado, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da notificação, interpor recurso que terá efeito suspensivo, para o Conselho Regional e, no mesmo prazo, deste para o Conselho Federal.

§ 1º - Não se efetuando o pagamento das multas, amigavelmente, estas serão cobradas por via executiva.

§ 2º - Os autos de infração, depois de julgados definitivamente contra o infrator, constituem títulos de dívida líquida e certa.

Art. 79 - O profissional punido por falta de registro não poderá obter a carteira profissional, sem antes efetuar o pagamento das multas em que houver incorrido.

## **TÍTULO V**

### **Das disposições gerais**

Art. 80 - Os Conselhos Federal e Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, autarquias dotadas de personalidade jurídica de direito público, constituem serviço público federal, gozando os

---

<sup>(1)</sup> Nova redação da Lei 6.619/78 - D.O.U., 19 DEZ 1978

seus bens, rendas e serviços de imunidade tributária total (Art. 31, inciso V, alínea "a" da Constituição Federal) e franquia postal e telegráfica.

Art. 81 - Nenhum profissional poderá exercer funções eletivas em Conselhos por mais de dois períodos sucessivos.

Art. 82 - As remunerações iniciais dos engenheiros, arquitetos e engenheiros-agrônomos, qualquer que seja a fonte pagadora, não poderão ser inferiores a 6 (seis) vezes o salário mínimo da respectiva região (Ver também Lei 4.950-A, de 22 ABR 1966). (VETADO, no que se refere aos servidores públicos regidos pelo RJU.) <sup>(1)</sup>

Art. 83 - Os trabalhos profissionais relativos a projetos não poderão ser sujeitos a concorrência de preço, devendo, quando for o caso, ser objeto de concurso. <sup>(192)</sup>

Art. 84 - O graduado por estabelecimento de ensino agrícola ou industrial de grau médio, oficial ou reconhecido, cujo diploma ou certificado esteja registrado nas repartições competentes, só poderá exercer suas funções ou atividades após registro nos Conselhos Regionais.

Parágrafo único - As atribuições do graduado referido neste Artigo serão regulamentadas pelo Conselho Federal, tendo em vista seus currículos e graus de escolaridade.

Art. 85 - As entidades que contratarem profissionais nos termos da alínea "c" do artigo 2º são obrigadas a manter, junto a eles, um assistente brasileiro do ramo profissional respectivo.

## **TÍTULO VI**

### **Das disposições transitórias**

Art. 86 - São assegurados aos atuais profissionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia e aos que se encontrem matriculados nas escolas respectivas, na data da publicação desta Lei, os direitos até então usufruídos e que venham de qualquer forma a ser atingidos por suas disposições.

Parágrafo único - Fica estabelecido o prazo de 12 (doze) meses, a contar da publicação desta Lei, para os interessados promoverem a devida anotação nos registros dos Conselhos Regionais.

Art. 87 - Os membros atuais dos Conselhos Federal e Regionais completarão os mandatos para os quais foram eleitos.

Parágrafo único - Os atuais presidentes dos Conselhos Federal e Regionais completarão seus mandatos, ficando o presidente do primeiro desses Conselhos com o caráter de membro do mesmo.

Art. 88 - O Conselho Federal baixará resoluções, dentro de 60 (sessenta) dias a partir da data da presente Lei, destinadas a completar a composição dos Conselhos Federal e Regionais.

Art. 89 - Na constituição do primeiro Conselho Federal após a publicação desta Lei serão escolhidos por meio de sorteio as Regiões e os grupos profissionais que as representarão.

Art. 90 - Os Conselhos Federal e Regionais, completados na forma desta Lei, terão o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, após a posse, para elaborar seus regimentos internos, vigorando, até a expiração deste prazo, os regulamentos e resoluções vigentes no que não colidam com os dispositivos da presente Lei.

Art. 91 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 92 - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 24 DEZ 1966; 145º da Independência e 78º da República.

**H. CASTELO BRANCO**

**L. G. do Nascimento e Silva**

Publicada no D.O.U. de 27 DEZ 1966.

---

(1) Vetado, em parte, pelo Senhor Presidente da República e mantido pelo Congresso Nacional (D.O.U. de 24 ABR 1967). (\*)

(\*) O Supremo Tribunal Federal, "in" Diário de Justiça de 13 MAR 1968, na Representação nº 745-DF, declarou não se aplicar o dispositivo ao pessoal regido pelo Estatuto dos Funcionários Públicos, por ser inconstitucional. A iniciativa da Lei era do Presidente da República e isso não ocorreu.

<sup>(192)</sup> Revogado pela Lei nº 8.666/93

## **ANEXO XV**

### **Anteprojeto de Lei. Ementa: Cria o Conselho Federal de Jornalismo-CFJ, institui o Código de Ética e altera a legislação sobre o exercício da profissão de jornalista**

#### **TÍTULO I**

#### **DO JORNALISMO**

##### **CAPÍTULO I**

##### **DO EXERCÍCIO DO JORNALISMO**

Art. 1º. A profissão de jornalista é de natureza social e finalidade pública.

Art. 2º. O jornalista é indispensável à livre circulação de informações na sociedade e suas fontes de informação, bem como seus arquivos e local de trabalho, são invioláveis no exercício da profissão, nos limites desta Lei.

Art. 3º. O exercício da atividade jornalística no território brasileiro e a denominação jornalista são privativos dos inscritos nos Conselhos Regionais de Jornalismo (CRJs):

§ 1º - Exercem atividade jornalística para todos os efeitos legais, os assessores de imprensa, bem como os ocupantes de cargos cujas funções sejam privativas de jornalistas, na administração pública ou na iniciativa privada, independentemente da denominação pela qual foram contratados ou nomeados.

§ 2º - O estagiário de jornalismo deve se inscrever no CRJ, de acordo com o disposto no art. 9º.

§ 3º - São também privativas da profissão de jornalista as novas funções, criadas sob outras denominações, em novos meios de comunicação de conteúdo jornalístico que exerçam quaisquer das atividades previstas no art. 4º, ou em virtude de promoção por mérito em funções existentes.

§ 4º - O Conselho Federal de Jornalismo (CFJ), em conjunto com os CRJs e os Sindicatos da categoria, decidirá sobre toda e qualquer dúvida relativa à nomenclatura de funções e atividades relacionadas aos jornalistas em qualquer meio de comunicação.

Art. 4º - São atividades privativas de jornalista em qualquer meio de comunicação, independente da natureza da empresa, órgão, veículo ou meio utilizado para a elaboração ou a divulgação de conteúdo jornalístico:

I - direção, coordenação e edição de material de conteúdo jornalístico;

II - comentário, narração, análise ou crônica;

III - redação, condensação, titulação, interpretação, correção ou coordenação de texto a ser divulgado, que contenha ou não comentário;

IV - entrevista, investigação jornalística, reportagem, comentário ou colunismo;

V - planejamento, organização, direção e eventual execução de serviços técnicos de jornalismo, incluindo os de arquivo, pesquisa, ilustração ou distribuição gráfica de texto a ser divulgado;

VI - administração, consultoria e planejamento em assessoria de imprensa na administração pública ou na iniciativa privada, incluindo as entidades do denominado terceiro setor;

VII - ensino, em qualquer nível, de disciplinas teóricas ou práticas de jornalismo;

VIII - revisão de originais de matéria jornalística com vista à correção redacional e à adequação da linguagem jornalística, destinados à divulgação;

IX - organização e conservação de arquivo jornalístico e pesquisa dos respectivos dados para a elaboração de notícias, comentários ou documentários;

X - execução de distribuição gráfica e processamento de textos, edição de imagem, fotografias ou ilustrações de caráter jornalístico;

XI - execução de desenhos artísticos ou técnicos de caráter jornalístico;

XII - coleta de notícias, informações jornalísticas ou imagens e seu preparo para divulgação;

XIII - elaboração de texto informativo ou noticioso para transmissão;

XIV - assessoramento e/ ou consultoria na área de jornalismo;

Parágrafo único. Não constitui atividade jornalística a colaboração para quaisquer meios de comunicação que, mediante remuneração ou não, e sem relação de emprego, produza trabalho de opinião ou de natureza técnica, científica ou cultural, relacionado a uma especialização profissional, o qual será divulgado, obrigatoriamente, com o nome e qualificação do autor.

Art. 5º - As funções desempenhadas pelos jornalistas serão assim classificadas:

I - Editor Geral, Editor-Chefe ou Editor-Executivo: o responsável pela edição de jornais, revistas, periódicos de qualquer natureza, por agências de notícias e serviços de notícias, reportagens, comentários, debates e entrevistas em empresas de radiodifusão e outras onde sejam exercidas atividades jornalísticas;

II - Editor de Jornalismo ou Secretário de Redação: o jornalista incumbido de coordenar e eventualmente executar, de forma geral, os serviços de redação e os de natureza técnica;

III - Subeditor de Jornalismo, Editor-assistente, Editor-adjunto ou Subsecretário de Redação: o jornalista incumbido de auxiliar, eventualmente executar ou substituir o Editor de Jornalismo;

IV - Coordenador de Reportagem: o jornalista incumbido de coordenar os serviços externos de reportagem;

V - Coordenador de Pauta: o jornalista incumbido da coordenação geral do serviço de pauta;

VI - Pauteiro: o jornalista encarregado de elaborar e organizar, junto com a coordenação de reportagem, a pauta de orientação dos repórteres, realizando os contatos auxiliares à execução da tarefa;

VII - Produtor Jornalístico: o que apura as notícias, agenda entrevistas e elabora textos jornalísticos de apoio ao trabalho da reportagem;

VIII - Coordenador de Revisão: o jornalista incumbido da coordenação geral dos serviços de revisão, eventualmente desempenhando também a tarefa do revisor;

IX - Coordenador de Imagens: o jornalista incumbido de coordenar os serviços relacionados com imagem fotográfica, cinematográfica, videográfica, gráfica e o planejamento gráfico, inclusive pelo processo informatizado ou assemelhado;

X - Editor: o jornalista incumbido de coordenar e eventualmente executar a edição de matéria ou programa jornalístico, e também o responsável por setores ou seções específicas de edição de texto, arte, fotos, tapes, filmes ou programas jornalísticos;

XI - Coordenador de Pesquisa: o encarregado de coordenar a organização da matéria jornalística, sustentada por bancos de dados ou de arquivos de texto e imagens;

XII - Redator: aquele que tem a incumbência de redigir texto de caráter informativo e de redigir editoriais, colunas, notas opinativas, crônicas ou comentários;

XIII - Repórter: o que cumpre a determinação de colher notícias ou informações, preparando-as para divulgação, e ao qual cabe a narração ou difusão de acontecimentos ou entrevistas por rádio, televisão, internet ou quaisquer outras mídias, no instante ou no local em que ocorram, ou executam a mesma atribuição para posterior edição e divulgação;

XIV - Comentarista: o que realiza avaliação, comentário ou crônica dentro de sua especialidade em qualquer meio de comunicação;

XV - Editor de Opinião: aquele que formula, organiza, edita ou executa texto ou desenho opinativo (charge) destinado à divulgação jornalística;

XVI - Arquivista-pesquisador: o jornalista incumbido da organização técnica da memória jornalística, banco de dados ou arquivo redatorial, fotográfico, de som e de imagens, em quaisquer mídias, realizando a pesquisa dos respectivos dados para a elaboração de notícias, memórias ou programas jornalísticos;

XVII - Revisor: o jornalista incumbido da revisão, por meio de processos tradicionais ou eletrônicos de matéria jornalística, tendo em vista a correção redacional e adequação à linguagem jornalística;

XVIII - Repórter-fotográfico: aquele a quem cabe registrar ou documentar fotograficamente quaisquer fatos ou assuntos de interesse jornalístico;

XIX - Repórter-cinematográfico: aquele a quem cabe registrar ou documentar, por quaisquer meio audiovisuais, fatos ou assuntos de interesse jornalístico;

XX - Diagramador: o encarregado do planejamento e execução gráfica, por meio de processos tradicionais, eletrônicos ou informatizados, de matérias ou textos, fotografias ou ilustrações de caráter jornalístico, para fins de publicação;

XXI - Processador de Texto: o encarregado da elaboração de texto ou informação jornalística por meios eletrônicos de impressão, ou assemelhados, e por mídias informatizadas, quer para pesquisa em arquivos eletrônicos, quer para a divulgação por quaisquer meios;

XXII - Assessor de Imprensa: o encarregado do planejamento estratégico de ações de comunicação, da redação ou divulgação de informações destinadas à publicação jornalística e que presta assessoria ou consultoria técnica na área jornalística e de comunicação a pessoas físicas ou jurídicas, de direito privado ou público, incluindo a preparação de textos de apoio, sinopses, súmulas, fornecimento de dados e informações destinadas a veículos de comunicação, edição de periódicos internos e externos e de outros produtos jornalísticos;

XXIII - Professor de Jornalismo: o jornalista incumbido de lecionar em curso de nível superior as disciplinas de jornalismo;

XXIV - Ilustrador: o encarregado de criar ou executar desenhos técnicos, infográficos, charges ou ilustrações de qualquer natureza para matéria ou programa jornalístico;

XXV - Editor de Conteúdo: o encarregado de coordenar e eventualmente editar informações destinadas a publicação por meios eletrônicos, impressos ou assemelhados e por mídias informatizadas quer para pesquisa a arquivos eletrônicos, quer na divulgação por qualquer meio de comunicação, difusão ou divulgação.

Parágrafo único. As funções de confiança tais como coordenador, chefe, gerente ou denominações equivalentes e

desde que pertinentes às atividades descritas neste artigo também são privativas de jornalista.

Art. 6º. É vedada a prestação de serviço profissional gratuito, ou sob pagamento simbólico, a pretexto de bolsa de estudo, complementação salarial, colaboração ou qualquer outra modalidade, em desrespeito ao que fixa esta Lei e seu regulamento.

Parágrafo único. É lícita a prestação de serviço voluntário em instituições sem fins lucrativos e de caráter comunitário, desde que comunicado pelo jornalista ao Conselho Regional.

## **CAPÍTULO II**

### **DOS DIREITOS DO JORNALISTA**

Art. 7º. São direitos do jornalista:

I - exercer livremente a sua profissão em todo o território nacional;

II - recusar-se a realizar trabalho que afronte a lei, a ética profissional ou as suas convicções pessoais;

III - o livre acesso e a obtenção de informações junto a repartições públicas, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, podendo examinar, requerer cópias ou tomar apontamentos sobre documentos e autos de processos judiciais, findos ou em curso, desde que não estejam sob regime de segredo de justiça, e de processos administrativos findos ou em curso.

IV - examinar em qualquer repartição policial autos de prisão em flagrante, de inquérito, diligência ou sindicância, findos ou em andamento, podendo obter cópias ou tomar apontamentos;

V - ingressar livremente, para colher informações, em qualquer recinto ou edifício em que funcione repartição pública, inclusive autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista e em sala de sessões públicas dos três Poderes da República;

VI - permanecer ou retirar-se, independentemente de licença prévia, de quaisquer dos locais mencionados nos incisos anteriores;

VII - dirigir-se às autoridades públicas em suas salas ou gabinetes de trabalho, independentemente de horário ou audiência previamente marcados, observada a ordem de chegada, podendo ser atendido em grupo de jornalistas, simultaneamente;

VIII - ser tratado com dignidade por autoridades e servidores da administração pública de qualquer dos poderes e unidades da Federação;

IX - a inviolabilidade do escritório ou local de trabalho e de seus arquivos de dados, em nome da liberdade de informação e do sigilo profissional;

X - se preso em flagrante no exercício da atividade profissional, ter o acompanhamento de representante do respectivo Conselho Regional na lavratura do auto respectivo, sob pena de nulidade;

XI - somente ser preso em flagrante, por motivo do exercício da profissão, em caso de crime inafiançável, respeitado o item anterior;

XII - ser publicamente desagravado pelo Conselho Regional competente quando ofendido no exercício da profissão, ou em razão dela, sem prejuízo da responsabilidade penal e civil em que incorrer o infrator;

XIII - adotar os símbolos privativos da profissão de jornalista;

XIV - recusar-se a depor, como testemunha, sobre fato que constitua sigilo profissional.

## **CAPÍTULO III**

### **DA INSCRIÇÃO**

Art. 8º. Para inscrição como jornalista junto ao Conselho Regional é necessário:

I - capacidade civil

II - diploma de curso de graduação em jornalismo ou de comunicação social, habilitação jornalismo, fornecido por Instituição de Ensino Superior reconhecida na forma da lei;

III - ter sido aprovado em procedimento instituído pelo CFJ que afixa a sua capacidade técnica profissional;

IV - idoneidade moral;

V - não exercer atividade que, nos termos desta Lei, seja incompatível com o exercício do jornalismo;

VI - prestar compromisso e juramento ético, perante o respectivo Conselho Regional.

§ 1º - O estrangeiro ou brasileiro, quando não graduado no Brasil em jornalismo ou comunicação social, habilitação jornalismo, deve fazer prova do título de graduação, obtido em instituição estrangeira, devidamente revalidado, além de atender aos demais requisitos previstos neste artigo.

§ 2º - A inidoneidade moral, suscitada por qualquer pessoa, será declarada mediante decisão que obtenha dois terços dos membros do Conselho Regional competente, em procedimento que siga os termos do processo disciplinar.

§ 3º - Não atende ao requisito de idoneidade moral aquele que tiver sido condenado por crime infamante, salvo reabilitação judicial.

Art. 9º. Para inscrição como estagiário é necessário ter sido admitido em estágio acadêmico de jornalismo:



§ 1º - O estágio de jornalismo é facultado exclusivamente a alunos do curso de jornalismo ou de comunicação social, habilitação jornalismo, que tenha conhecimento desta Lei e do Código de Ética e Disciplina do Jornalista;

§ 2º - O estágio será concedido por órgão de imprensa, empresa jornalística ou instituição credenciada pelo Conselho Regional;

§ 3º - O estágio será efetivado mediante assinatura de convênio específico firmado entre a Instituição de Ensino Superior onde o aluno esteja regularmente matriculado, a empresa jornalística onde exercerá a atividade e o Conselho Regional com jurisdição na área onde será realizado.

§ 4º - A inscrição de estagiário será feita no Conselho Regional em cujo território se localize o seu curso de jornalismo.

Art. 10. A inscrição do jornalista deve ser feita no Conselho Regional com jurisdição na área na qual pretende estabelecer seu domicílio profissional, na forma desta Lei e do Regulamento Geral.

§ 1º - No caso de mudança de domicílio profissional, o jornalista deve requerer a transferência de sua inscrição para o Conselho Regional correspondente, sob pena de incorrer em infração disciplinar.

§ 2º - No caso de atuação profissional simultânea em mais de uma jurisdição, o profissional deverá solicitar inscrição secundária no Conselho Regional correspondente, mantendo vínculo e obrigações pecuniárias com o Conselho Regional originário.

§ 3º - O Conselho competente deve indeferir o pedido de transferência ao verificar a existência de vício na inscrição originária, representando o fato ao Conselho Federal.

§ 4º - Presume-se como domicílio profissional o da pessoa física do jornalista.

Art. 11. Cancela-se a inscrição do jornalista que:

I - assim o requerer;

II - sofrer penalidade de exclusão;

III - falecer;

IV - passar a exercer, em caráter definitivo, atividade incompatível com o exercício do jornalismo;

V - perder qualquer dos requisitos necessários à inscrição profissional.

§ 1º Ocorrendo uma das hipóteses dos incisos II, III e IV, o cancelamento deve ser promovido de ofício, pelo Conselho competente ou em virtude de comunicação de qualquer pessoa.

§ 2º Na hipótese de novo pedido de inscrição - que não restaura o número de inscrição anterior - deve o interessado fazer prova dos requisitos dos incisos I, IV, V e VI do art. 8º.

§ 3º - Na hipótese do inciso II deste artigo, o novo pedido de inscrição também deve ser acompanhado de provas de reabilitação.

Art. 12. Licencia-se o profissional que:

I - assim o requerer, por motivo justificado;

II - passar a exercer, em caráter temporário, atividade incompatível com o exercício do jornalismo.

Art. 13. O documento de identidade profissional, na forma prevista no Regulamento Geral, é de uso obrigatório para o jornalista, e constitui prova de identidade civil para todos os fins de direito.

Art. 14. É obrigatória a indicação do jornalista responsável pelo material de conteúdo jornalístico publicado ou veiculado em qualquer meio de comunicação.

Parágrafo único. É vedado anunciar ou divulgar qualquer atividade relacionada ao exercício do jornalismo sem indicação expressa do nome e do número de inscrição dos jornalistas que integram a entidade, ou o número de registro da sociedade de jornalistas ou empresa jornalística junto ao Conselho Regional.

#### **CAPÍTULO IV**

#### **DAS EMPRESAS JORNALÍSTICAS E SOCIEDADE DE JORNALISTAS**

Art. 15. Os jornalistas podem reunir-se em sociedade de trabalho, na forma disciplinada nesta Lei e no seu Regulamento Geral.

§ 1º - As sociedades de jornalistas adquirem personalidade jurídica com o registro aprovado dos seus atos constitutivos no Conselho Regional em cuja base territorial tiver sede.

§ 2º - As sociedades previstas neste artigo cujo faturamento se enquadrarem nas definições de micro, pequenas e médias empresas poderão fazer jus aos benefícios legais criados para estas pessoas jurídicas.

Art. 16. Consideram-se empresas jornalísticas aquelas que têm a seu cargo a edição de jornais, boletins, revistas e periódicos ou a distribuição de noticiários, e, ainda, a radiodifusão (rádio e TV), os meios eletrônicos (internet) em suas seções ou departamentos de radiojornalismo e telejornalismo e as agências de notícias ou de imagem, assessorias de imprensa e comunicação ou qualquer outra instituição responsável pela criação e/ou pela difusão de material de conteúdo jornalístico.

§ 1º - Para poderem exercer atividades jornalísticas as empresas referidas neste artigo terão que obter o registro no Conselho Regional em cuja base territorial tiver sua sede.

§ 2º - Não serão admitidas a registro, nem poderão funcionar, as empresas jornalísticas, ou a que elas se equipararem, que não tiverem jornalistas responsáveis.

§ 3º - As empresas jornalísticas ou a elas assemelhadas terão prazo de 180 dias após a regulamentação desta Lei para se registrarem no respectivo Conselho Regional.

§ 4º - O registro de empresa jornalística junto ao conselho competente poderá ser provisoriamente suspenso ou definitivamente cancelado na hipótese de se constatar o emprego de mão-de-obra não habilitada para o exercício profissional do jornalismo.

§ 5º - A pessoa jurídica, pública ou privada, que utilizar mão-de-obra não habilitada em funções jornalísticas será passível de notificação, autuação e multa e, permanecendo ou reincidindo a conduta, de interdição da produção e distribuição do material jornalístico que estiver sendo elaborado.

Art. 17. Aplica-se, no que couber, o Código de Ética e Disciplina às empresas jornalísticas ou a quem a elas se equipararem bem como às sociedades de jornalistas.

Art. 18. Além da sociedade, o sócio responde subsidiária e ilimitadamente pelos danos causados ao público, por ação ou omissão no exercício do jornalismo, sem prejuízo da responsabilidade disciplinar em que possa incorrer.

## **CAPÍTULO V**

### **DO JORNALISTA EMPREGADO**

Art. 19. A relação de emprego público ou privado, na qualidade de jornalista, não retira nem reduz a independência e a isenção técnica e profissional inerente ao jornalismo.

Art. 20. O salário normativo do jornalista empregado será fixado mediante lei ou sentença normativa, salvo se ajustado em acordo ou convenção coletiva de trabalho.

Art. 21. As relações de trabalho para o jornalista empregado, contratado sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho, serão as mesmas fixadas em sentença normativa ou convencionadas em acordo ou convenção coletiva.

Art. 22. As empresas ou quem a elas se equipararem e as sociedades de jornalistas que possuírem casos comprovados de exercício ilegal da profissão de jornalismo deverão ser interditadas até a necessária regularização, mediante comprovação junto ao Conselho Regional responsável pela jurisdição territorial onde estejam localizadas as suas sedes.

## **CAPÍTULO VI**

### **DOS JORNALISTAS AUTÔNOMOS**

Art. 23. Exerce o jornalismo autônomo o jornalista devidamente registrado no Conselho Regional de sua base territorial, que trabalhe sem relação de emprego, e que desempenhe em caráter não eventual, as atividades descritas no art. 4º.

Art. 24. O jornalista autônomo tem direito aos honorários convencionados, que não poderão ser inferiores aos do referencial de honorários jornalísticos organizados pelo Conselho Regional em conjunto com os Sindicatos de Jornalistas existentes na jurisdição do respectivo Conselho Regional.

## **CAPÍTULO VII**

### **DAS INCOMPATIBILIDADES**

Art. 25. O exercício do Jornalismo é incompatível com as seguintes atividades:

- I - chefe de Poder Executivo e membros de Mesa Diretora de Poder Legislativo e seus substitutos legais;
- II - membros do Poder Judiciário, do Ministério Público, dos Tribunais e Conselhos de Contas, da Justiça de Paz, bem como todos que exerçam função de julgamento em órgãos da Administração Pública direta ou indireta;
- III - ocupantes de cargos ou funções que tenham competência de lançamento, arrecadação ou fiscalização de tributos e contribuições fiscais ou parafiscais;
- IV - delegado, escrivão e agente de polícia.

## **CAPÍTULO VIII**

### **DA ÉTICA DO JORNALISTA**

Art. 26. O jornalista deve proceder de forma ética que o torne merecedor de respeito e que contribua para o prestígio da classe e do jornalismo:

§ 1º - O jornalista, no exercício da profissão, deve manter independência em qualquer circunstância;

§ 2º - Nenhum receio de desagradar a quem quer que seja deve inibir o jornalista no exercício da sua profissão.

Art. 27. O jornalista é responsável pelos atos que, no exercício profissional, pratique com dolo ou culpa.

Art. 28. O jornalista obriga-se a cumprir, rigorosamente, os deveres consignados no Código de Ética e Disciplina.

Parágrafo único. O Código de Ética e Disciplina regula os deveres do jornalista para com a comunidade, o direito à informação, a relação com outro profissional e, ainda, o dever geral de urbanidade e os respectivos procedimentos disciplinares.

## **CAPÍTULO IX**

### **DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES DISCIPLINARES**

Art. 29. São infrações disciplinares;

I - exercer a profissão, quando impedido de fazê-lo, ou facilitar, por qualquer meio, o seu exercício a não inscritos, proibidos ou impedidos;

II - manter sociedade profissional fora das normas e preceitos estabelecidos nesta Lei;

III - assinar matéria ou apresentar-se como responsável por publicação, jornal falado ou televisionado, sem ser o seu verdadeiro autor ou sem ter dado a sua contribuição efetiva e profissional;

IV - violar, sem justa causa, segredo profissional;

V - solicitar ou receber vantagem para divulgar ou deixar de divulgar informações de interesse público;

VI - obstruir, direta ou indiretamente, a livre divulgação de informação ou aplicar censura ou autocensura;

VII - divulgar fatos inverídicos, deixando de apurar com precisão os acontecimentos;

VIII - aceitar oferta de trabalho remunerado em desacordo com o piso salarial da categoria ou com os valores mínimos de honorários fixados pelo respectivo Conselho Regional;

IX - submeter-se a diretrizes contrárias à divulgação correta da informação;

X - frustrar a manifestação de opiniões divergentes ou impedir o livre debate;

XI - concordar ou contribuir, profissionalmente, para a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, políticos, religiosos, raciais, de sexo e de orientação sexual;

XII - exercer cobertura jornalística pelo veículo em que trabalhe, junto a instituições públicas e privadas, onde seja funcionário, assessor ou empregado;

XIII - deixar de pagar as contribuições, multas e preços de serviços devidos ao Conselho Regional, depois de regularmente notificado a fazê-lo;

XIV - incidir em erros reiterados que evidenciem inépcia profissional;

XV - manter conduta incompatível com o jornalismo, de acordo com as definições constantes do Código de Ética;

XVI - fazer falsa prova de qualquer dos requisitos para inscrição no respectivo Conselho Regional;

XVII - tornar-se moralmente inidôneo para o exercício do jornalismo;

XVIII - praticar crime infamante ou hediondo;

Art. 30. As sanções disciplinares consistem em :

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão;

IV - exclusão.

Parágrafo único. As sanções devem constar dos assentamentos do jornalista inscrito, após o trânsito em julgado da decisão.

Art. 31. A advertência é aplicável nos caso de;

I - infrações definidas nos incisos, I, II, III, IV, V, VI, e VIII do art. 29;

II - violação a preceito do Código de Ética e Disciplina;

III - violação a preceito desta Lei, quando para a infração não se tenha estabelecido sanção mais grave.

Parágrafo único. A advertência pode ser aplicada por meio de ofício reservado, sem registro nos assentamentos do inscrito, quando apresente circunstância atenuante.

Art. 32. A multa, variável entre o mínimo correspondente ao valor de uma anuidade e o máximo de seu décuplo, é aplicável cumulativamente, com a censura ou suspensão, em havendo circunstâncias agravantes.

Art. 33. A suspensão é aplicável nos caso de;

I - infrações definidas nos incisos IX, X, XII, XIII, XIV, XV e XVI do art. 29.

II - reincidência em infração disciplinar;

§ 1º - A suspensão acarreta ao infrator a interdição do exercício profissional, em todo o território nacional, pelo prazo de trinta dias a doze meses, de acordo com os critérios de individualização previstos neste capítulo;

§ 2º - Na hipótese do inciso XIII, do art. 29, a suspensão perdura até que satisfaça integralmente a dívida.

§ 3º - Na hipótese do inciso XVI, do art. 29, a suspensão perdura até que o jornalista preste novas provas de habilitação.

Art. 34. A exclusão é aplicável nos casos de:

I - aplicação, por três vezes, de suspensão;

II - infrações definidas nos incisos VII, XI, XVII e XVIII do art. 29.

Parágrafo único. Para a aplicação da sanção disciplinar de exclusão é necessária a manifestação favorável de dois terços dos membros do Conselho Regional competente.

Art. 35. Na aplicação das sanções disciplinares são consideradas, para fins de atenuação, as seguintes circunstância, entre outras;

I - falta cometida na defesa de prerrogativa profissional;

II - ausência de punição disciplinar anterior;

III - exercício assíduo e proficiente de mandato ou cargo em qualquer órgão de representação profissional ou sindical da categoria;

IV - prestação de relevantes serviços ao jornalismo ou à causa pública.

Parágrafo único. Os antecedentes profissionais do inscrito, as atenuantes, o grau de culpa por ele revelada, as circunstâncias e as conseqüências da infração são considerados para o fim de decidir:

I - sobre a conveniência da aplicação cumulativa da multa e de outra sanção disciplinar;

II - sobre o tempo de suspensão e o valor da multa aplicáveis.

Art. 36. É permitido aos que tenham sofrido qualquer sanção disciplinar requerer, um ano após seu cumprimento, a reabilitação, em face de provas de bom comportamento.

Parágrafo único. Quando a sanção disciplinar resultar da prática de crime, o pedido de reabilitação depende também da correspondente reabilitação criminal.

Art. 37. Fica impedido de exercer qualquer mandato de representação em entidade profissional ou sindical o jornalista que estiver sob sanções disciplinares de suspensão ou exclusão.

Art. 38. A pretensão à punibilidade das infrações disciplinares prescreve em cinco anos, contados da data da constatação oficial do fato.

§ 1º - Aplica-se a prescrição a todo processo disciplinar paralisado por mais de três anos, pendente de despacho ou julgamento, devendo ser arquivado de ofício, ou a requerimento da parte interessada, sem prejuízo de serem apuradas as responsabilidades pela paralisação.

§ 2º - A prescrição interrompe-se:

I - pela instauração de processo disciplinar, pela notificação válida feita pelo Conselho Regional diretamente ao representado;

II - pela decisão condenatória recorrível de qualquer órgão julgador do Conselho Federal.

## **TÍTULO II**

### **DO CONSELHO FEDERAL DE JORNALISMO**

#### **CAPÍTULO I**

##### **DOS FINS E DA ORGANIZAÇÃO**

Art. 39. Ficam criados o Conselho Federal de Jornalismo (CFJ) e os Conselhos Regionais de Jornalismo (CRJs), dotados de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, constituindo, em seu conjunto, uma autarquia, destinados a orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de Jornalista, e zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe.

Parágrafo único. Além do disposto neste artigo, o CFJ tem por atribuição pugnar pelo direito à informação livre e plural e pelo aperfeiçoamento do jornalismo.

Art. 40. O uso da Sigla CFJ é privativo do Conselho Federal de Jornalismo, assim como a sigla CRJ é de uso exclusivo dos Conselhos Regionais de Jornalismo.

Art. 41. São órgãos do CFJ:

I - o Conselho Federal (CFJ);

II - os Conselhos Regionais ( CRJs); e

III - as Seções.

Parágrafo único. O Conselho Federal, com sede e foro no Distrito Federal, dotado de personalidade jurídica própria e jurisdição em todo o território nacional é o órgão supremo de fiscalização do jornalismo e de seu exercício em todo o território Nacional.

Art. 42. Compete ao CFJ fixar e cobrar de seus inscritos contribuições, preços por serviços e multas.

§ 1º - Constituem também rendas do CFJ doações, legados, rendas patrimoniais ou eventuais.

§ 2º - Constitui título executivo extrajudicial a certidão passada pela diretoria do Conselho Regional competente, relativa à crédito previsto neste artigo.

#### **CAPÍTULO II**

##### **DO CONSELHO FEDERAL**

Art. 43. O Conselho Federal compõe-se da plenária de Conselheiros Federais integrantes de cada Conselho Regional.

Parágrafo único. Perde o mandato, automaticamente, o Conselheiro que faltar a três reuniões consecutivas, sem motivo justificado, não podendo ser reconduzido na mesma gestão.

Art. 44. O Conselho Federal tem sua estrutura e funcionamento definidos nesta Lei e no Regulamento Geral.

Parágrafo único. O presidente do Conselho tem apenas o voto de qualidade nas deliberações do Conselho.

Art. 45. Compete ao Conselho Federal;

I - Velar pela dignidade, independência, prerrogativas e valorização do jornalista;

II - representar em juízo ou fora dele, os interesses coletivos ou individuais relativos às prerrogativas da função dos jornalistas, ressalvadas as competências privativas dos Sindicatos representativos da categoria;

III - representar os jornalistas brasileiros nos órgãos e eventos internacionais de Jornalismo, exceto naqueles de natureza sindical;

IV - editar e alterar o Regulamento Geral, o Código de Ética e Disciplina, as Resoluções e os Provimentos que julgar necessários;

V - supervisionar a fiscalização do exercício profissional em todo o território nacional;

VI - colaborar com o aperfeiçoamento dos cursos de jornalismo e comunicação social, habilitação em jornalismo, opinando previamente nos pedidos apresentados aos órgãos competentes, para criação, reconhecimento ou credenciamento, antes de sua análise pelo Ministério da Educação e do Desporto.

VII - elaborar, em conjunto com os Conselhos Regionais, a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) e os Sindicatos, as listas legalmente previstas para o preenchimento de cargos em quaisquer órgãos relativos à Comunicação Social, em que esteja prevista a participação de jornalistas, de âmbito nacional ou regional, vedada a participação de membros do Conselho e das Diretorias da FENAJ e dos Sindicatos;

VIII - autorizar, pela maioria absoluta dos Conselheiros, a oneração de bens imóveis;

IX - promover diligências, inquéritos ou verificações sobre o funcionamento dos Conselhos Regionais em todo o território Nacional e adotar medidas para ampliar a sua eficiência e regularidade;

X - intervir nos Conselhos Regionais em que constate grave violação a esta lei ou ao Regulamento Geral;

XI - cassar ou modificar, de ofício ou mediante representação, qualquer ato de órgão ou autoridade do CFJ contrário a esta lei, ao Regulamento Geral, ao Código de Ética e Disciplina e às Resoluções e aos Provimentos, ouvida a autoridade ou órgão em causa;

XII - reexaminar em grau de recurso, as decisões dos Conselhos Regionais, nos casos previstos nesta Lei e no Regulamento Geral;

XIII - instituir e emitir a carteira de jornalista, válida em todo o território nacional como prova de identidade, para todos os fins legais, bem como os respectivos símbolos privativos dos jornalistas;

XIV - resolver os casos omissos nesta Lei e demais normas pertinentes ao CFJ e ao exercício da profissão de jornalista.

XV - instituir e regulamentar procedimento que confira a capacidade técnica dos jornalistas profissionais, como condição para a obtenção do registro profissional.

Parágrafo único. A intervenção referida no inciso X deste artigo depende de prévia aprovação de dois terços dos conselheiros federais, garantido o amplo direito de defesa ao Conselho Regional respectivo, nomeando-se diretoria provisória para o prazo que se fixar.

Art. 46. O Conselho Federal será integrado por um representante e um suplente de cada Conselho Regional de jornalismo, eleitos juntamente com a chapa do Conselho Regional.

§ 1º - O plenário do Conselho Federal elegerá entre seus integrantes uma Diretoria constituída por um presidente, um vice-presidente, um primeiro secretário, um segundo secretário e um tesoureiro e seus respectivos suplentes, composição a ser obedecida nas diretorias dos Conselhos Regionais e suas eventuais seções.

§ 2º - O presidente exercerá a representação nacional e internacional do Conselho Federal de Jornalismo, competindo-lhe convocar, presidir e representar o CFJ, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, além de promover a administração patrimonial e de pessoal, e assegurar a execução das decisões do Conselho Federal.

§ 3º - O Regulamento Geral definirá as atribuições dos membros da Diretoria e a ordem de substituição em caso de vacância, licença, falta ou impedimento.

### **CAPÍTULO III**

#### **DOS CONSELHOS REGIONAIS**

Art. 47. Os Conselhos Regionais compõem-se dos:

I - conselheiros regionais em número de cinco efetivos e cinco suplentes;

II - dois delegados - um efetivo e um suplente - junto ao Conselho Federal;

Art. 48. Os atos de constituição dos Conselhos Regionais, expedidos pelo Conselho Federal, definirão suas áreas territoriais de atuação.

Art. 49. Os Conselhos Regionais exercerão, nas respectivas jurisdições, as competências e funções atribuídas ao Conselho Federal, no que lhes couber, observando-se as normas gerais estabelecidas nesta Lei, no Regulamento Geral, no Código de Ética e Disciplina, nas Resoluções e nos Provimentos.

§ 1º - Compete privativamente aos Conselhos Regionais:

- I - editar seu Regimento Interno e Resoluções;
- II - criar e regular o funcionamento das seções;
- III - reexaminar, em grau de recurso, as decisões dos respectivos presidentes, Tribunal de Ética e Disciplina e das Seções;
- IV - fiscalizar a aplicação da receita, deliberar sobre o balanço e as contas de suas diretorias e das seções;
- V - fixar tabelas de honorários válidas nas respectivas bases territoriais ouvidos os Sindicatos de suas respectivas áreas de jurisdição;
- VI - deliberar sobre os pedidos de inscrições no quadro de jornalistas;
- VII - manter cadastro de jornalistas inscritos;
- VIII - fixar, alterar e receber contribuições obrigatórias, preços de serviços e multas;
- IX - participar da elaboração dos concursos públicos para a carreira de jornalista, nos casos legalmente previstos, no âmbito da respectiva jurisdição;
- X - desempenhar outras atividades previstas no Regulamento Geral.

§ 2º - Os órgãos do poder público deverão remeter aos respectivos Conselhos Regionais, imediatamente após a publicação, cópia dos editais de concurso público ou quaisquer outros processos de seleção para a contratação de jornalistas.

§ 3º - Compete, ainda aos Conselhos Regionais notificar e autuar os cidadãos que estiverem exercendo sem habilitação legal funções jornalísticas.

#### **CAPÍTULO IV**

##### **DAS SEÇÕES**

Art. 50. As Seções poderão ser criadas pelos respectivos Conselhos Regionais, abrangendo Regiões, Municípios ou frações destes, conforme os critérios estabelecidos na regulamentação desta lei.

§ 1º - As Seções serão administradas por um coletivo de cinco membros, com atribuições equivalentes às da Diretoria dos Conselhos Regionais.

§ 2º - As Seções exercerão as atribuições que lhes forem investidas pelo Conselho Regional aos quais se vinculem.

#### **CAPÍTULO V**

##### **DOS TRIBUNAIS DE ÉTICA E DISCIPLINA**

Art. 51. Junto ao Conselho Federal e aos Conselhos Regionais funcionará um Tribunal de Ética e Disciplina, eleito pelos jornalistas a cada três anos e composto de sete conselheiros, sendo quatro jornalistas com exercício profissional igual ou superior a quinze anos e três representantes da sociedade civil, de ilibada conduta moral, indicados por suas respectivas entidades de classe, conforme previsto na regulamentação da presente Lei.

§ 1º - Os três membros do Tribunal de Ética e Disciplina representantes da sociedade civil, serão indicados em lista tríplice por entidades representativas de suas respectivas categorias e escolhidas pelos jornalistas, conforme previsto na regulamentação da presente Lei;

§ 2º - O Tribunal de Ética e Disciplina funcionará também como órgão consultivo da classe em questões deontológicas;

§ 3º - Cabe ao Tribunal de Ética e Disciplina, do Conselho Regional competente, julgar os processos disciplinares, instruídos pelas Seções ou por relatores do próprio Conselho, garantido amplo direito de defesa ao acusado;

§ 4º - A decisão condenatória deve ser imediatamente comunicada ao Conselho Regional onde o representado tenha inscrição principal, para constar dos respectivos assentamentos;

§ 5º - O Tribunal de Ética e Disciplina do Conselho Regional onde o acusado tenha inscrição principal pode suspendê-lo previamente, em caso de repercussão prejudicial à dignidade do jornalismo, depois de ouvi-lo em sessão especial para o qual deve ser notificado a comparecer, salvo se não atender à notificação;

§ 6º No caso do parágrafo anterior, o processo disciplinar deve ser concluído no prazo máximo de noventa dias.

#### **CAPÍTULO VI**

##### **DAS ELEIÇÕES E DOS MANDATOS**

Art. 52. A eleição dos membros de todos os órgãos dos Conselhos Federal e Regionais realizar-se-á ao final de cada mandato, no mesmo dia fixado pelo Conselho Federal, mediante cédula única e votação direta e secreta dos jornalistas regularmente inscritos e quites com suas obrigações financeiras.

§ 1º - É obrigatório o voto de todos os jornalistas inscritos no CFJ, na forma e segundo critérios estabelecidos no Regulamento Geral.

§ 2º - Os candidatos devem atender as seguintes condições:

- I - comprovar situação regular perante o Conselho Regional, inclusive com o pagamento de anuidades;
- II - demonstrar que não ocupam cargo demissível ad nutum, na forma do regulamento;

III - não podem ter sido condenados por infração disciplinar, salvo reabilitação;

IV - exercer efetivamente a profissão há mais de cinco anos.

Art. 53. Consideram-se vencedoras das eleições para o Conselho Federal, para os Conselhos Regionais e para as Seções as chapas que obtiverem a maioria simples dos votos válidos.

§ 1º - As chapas para os Conselhos Regionais devem ser compostas com candidatos à Diretoria e a conselheiros regionais, representantes efetivos e suplentes ao Conselho Federal;

§ 2º - O Conselho Federal será automaticamente composto pelo conjunto dos representantes e suplentes eleitos juntamente com as Diretorias e os conselheiros dos Conselhos Regionais.

Art. 54. O prazo do mandato em qualquer órgão do CFJ, dos CRJs e das Seções é de três anos.

### **TÍTULO III**

#### **DO PROCESSO NO CFJ**

##### **CAPÍTULO I**

##### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 55. Salvo disposições em contrário, aplicam-se subsidiariamente ao processo disciplinar as regras da legislação processual penal comum e, aos demais processos, as regras gerais do procedimento administrativo comum e da legislação processual civil, nessa ordem.

Art. 56. Todos os prazos necessários à manifestação de jornalistas, estagiários e terceiros, nos processos em geral do CFJ, são de quinze dias, inclusive para interposição de recursos.

§ 1º - Nos casos de comunicação por ofício reservado, ou notificação pessoal, o prazo se conta a partir do dia útil imediato ao da notificação do recebimento.

§ 2º - Nos casos de publicação na imprensa oficial do ato ou da decisão, o prazo inicia-se no primeiro dia útil seguinte ao da publicação.

##### **CAPÍTULO II**

##### **DO PROCESSO DISCIPLINAR**

Art. 57. O poder de punir disciplinarmente os inscritos no CFJ compete exclusivamente ao Conselho Regional em cuja base territorial tenha ocorrido a infração.

Art. 58. A jurisdição disciplinar não exclui a comum e, quando o fato constituir crime ou contravenção, deve ser comunicado às autoridades competentes pelo respectivo Conselho Regional, respondendo administrativamente os seus membros por eventual omissão.

Art. 59. O processo disciplinar pode ser instaurado de ofício ou mediante representação de qualquer autoridade, pessoa interessada, da Federação Nacional dos Jornalistas ou dos Sindicatos a ela filiados, nos termos do art. 74 desta lei.

§ 1º O processo disciplinar tramitará em sigilo, só tendo acesso às informações e documentos nele contidos as partes, seus defensores e a autoridade judiciária competente, respeitado o art. 7º desta lei.

§ 2º Recebida a representação, o Presidente deve designar relator, a quem competirá presidir a instrução do processo e oferecer um parecer preliminar a ser submetido ao Tribunal de Ética e Disciplina.

§ 3º Ao representado será assegurado amplo direito de defesa, podendo acompanhar o processo em todos os termos, pessoalmente ou por procurador, oferecendo defesa prévia após ser notificado, razões finais após a instrução e defesa oral perante o Tribunal de Ética e Disciplina, por ocasião do julgamento, se o desejar.

§ 4º Após a defesa prévia, caso se convença do seu incabimento, o relator poderá requerer fundamentadamente o indeferimento da representação e conseqüente arquivamento, o que deverá ser decidido pelo Presidente do Conselho Regional.

§ 5º - O prazo para defesa prévia poderá ser prorrogado, uma única vez e pelo mesmo período, por motivo relevante, a juízo do relator.

§ 6º - Se o representado não for encontrado, ou for revel, o Presidente do Conselho ou da Seção deve designar-lhe defensor dativo.

§ 7º - É também permitida a revisão do processo disciplinar, por erro de julgamento ou por condenação baseada em falsa prova.

Art. 60 - O Código de Ética e Disciplina estabelecerá os critérios de admissibilidade da representação e os procedimentos disciplinares.

Art. 61. O Conselho Regional adotará as medidas administrativas e judiciais pertinentes, objetivando a que o jornalista suspenso ou excluído devolva os documentos de identificação que o identifica como profissional.

##### **CAPÍTULO III**

##### **DOS RECURSOS**

Art. 62. Caberá recurso ao Conselho Federal de todas as decisões definitivas proferidas pelo Conselho Regional, quando não tenham sido unânimes ou sendo unânimes, contrariem esta Lei, decisão do Conselho Federal ou de

Conselho Regional e, ainda, o Regulamento Geral, o Código de Ética e Disciplina e as Resoluções dos Conselhos Federal e Regionais.

Parágrafo único. Além dos interessados, o Presidente do Conselho Regional é legitimado a interpor o recurso referido neste artigo.

Art. 63. Cabe recurso ao Conselho Regional de todas as decisões proferidas por seu Presidente, pelo Tribunal de Ética e Disciplina, ou pela diretoria da Seção.

Art. 64. Todos os recursos têm efeito suspensivo, exceto quando tratarem de eleições, de suspensão preventiva decidida pelo Tribunal de Ética e Disciplina, e de cancelamento de inscrição obtida com falsa prova.

Parágrafo único. O Regulamento Geral disciplinará o cabimento de recursos específicos, no âmbito de cada órgão julgador.

#### **TÍTULO IV**

#### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 65. A composição do primeiro Conselho Federal de Jornalismo contará com dez jornalistas profissionais efetivos e dez suplentes, bem como um representante do Ministério de Trabalho e Emprego.

§ 1º. O mandato do primeiro Conselho Federal de Jornalismo terá a duração mínima de um e máxima de dois anos, ou o tempo necessário para eleger um mínimo de cinco Conselhos Regionais, caso este seja inferior;

§ 2º. Os jornalistas integrantes do primeiro Conselho Federal deverão estar exercendo a profissão há cinco anos ou mais, na data da sua posse, e serão escolhidos em reunião do Conselho de Representantes da Federação Nacional dos Jornalistas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a promulgação desta Lei.

Art. 66. O Conselho Federal de Jornalismo, por deliberação de pelo menos dois terços dos conselheiros federais, editará o Regulamento Geral, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação da regulamentação desta Lei, devendo, dentre outras, explicitar, em conjunto com a Federação Nacional dos Jornalistas, as regras para o exercício do estágio previsto no art. 9º.

Art. 67. Aos servidores dos Conselhos Federal e Regionais, aplica-se o regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 68. Os Conselhos Federal e Regionais devem promover, trienalmente, as respectivas Conferências Nacional e Regionais, em data não coincidente entre si e nem com o ano eleitoral e, periodicamente, reunião do colégio de presidentes a eles vinculados, com finalidade consultiva.

Art. 69. A primeira inscrição nos Conselhos Regionais dos jornalistas dos inscritos no Ministério do Trabalho na data da publicação desta Lei será confirmada após a realização de uma revisão de todos os registros existentes na data da publicação da presente Lei, a ser realizada por Comissão de oito membros instituída pelo Conselho Federal com pelo menos 50% de seus integrantes indicados pela FENAJ.

§ 1º. A revisão prevista neste artigo considerará exclusivamente a legislação em vigor até a data de entrada em vigor da presente Lei.

§ 2º. O prazo para a realização da revisão prevista neste artigo é de 180 (cento e oitenta), podendo haver uma prorrogação pelo próprio Conselho.

§ 3º. Até 180 dias após a revisão prevista neste artigo, os Conselhos Regionais convocarão, por edital, os jornalistas oficialmente inscritos para prestarem compromisso e juramento ético.

§ 4º. Os registros atualmente existentes dos jornalistas para cujas funções não se exige a graduação em curso superior, serão mantidos, após a revisão dos registros, nas condições em que foram deferidos.

Art. 70. Enquanto não for editado o Código de Ética e Disciplina, remanescerá em vigor, no que for compatível com a presente Lei, o atual Código de Ética e Disciplina do Jornalista, conforme Anexo Único.

Art. 71. A FENAJ e os Sindicatos a ela filiados têm legitimidade para fiscalizar e promover, perante o CFJ e os CRJs, o que julgarem de interesse dos jornalistas.

Art. 72. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 73. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto - Lei nº 972 de 17 de outubro de 1969 o Decreto nº 83.284, de 13 de março de 1979 a Lei nº 7.084, de 21 de dezembro de 1982, a Lei nº 7.360, de 10 de setembro de 1985 e o Decreto nº 91.902, de 11 de novembro de 1985.

#### **ANEXO ÚNICO**

#### **CÓDIGO DE ÉTICA DO JORNALISTA<sup>193</sup>**

---

<sup>193</sup> Já se encontra no Anexo XIII



## **ANEXO XVI**

### **Excertos do site do PCC (Press Complaints Commission)**

What is the PCC?

The Press Complaints Commission is an independent body which deals with complaints from members of the public about the editorial content of newspapers and magazines. Our service to the public is free, quick and easy. We aim to deal with most complaints in just 32 working days - and there is absolutely no cost to the people complaining.

The PCC received 3,649 complaints in 2003. Of the complaints that were specified under the terms of the Code of Practice approximately four out of ten were about accuracy in reporting and approximately one in three related to intrusion into privacy of some sort. All complaints are investigated under the editors' Code of Practice, which binds all national and regional newspapers and magazines. The Code - drawn up by editors themselves - covers the way in which news is gathered and reported. It also provides special protection to particularly vulnerable groups of people such as children, hospital patients and those at risk of discrimination. Our main aim with any complaint which raises a possible breach of the Code of Practice is always to resolve it as quickly as possible. Because of our success in this, the Commission had to adjudicate on only 23 complaints in 2003 - the lowest ever number. That is a sign not of the weakness of self regulation - but its strength. All those which were critical of a newspaper were published in full and with due prominence by the publication concerned.

As well as dealing with complaints, the PCC deals with a substantial number of calls from members of the public about our service and about the Code. In 2003 we dealt with approximately 8,550 enquiries by telephone, fax and email. This is an encouraging sign of the accessibility of the Commission to members of the public. The success of the PCC continues to underline the strength of effective and independent self regulation over any form of legal or statutory control. Legal controls would be useless to those members of the public who could not afford legal action - and would mean protracted delays before complainants received redress. In our system of self regulation, effective redress is free and quick.

## **Introduction to the Code of Practice**

The foundation stone of the successful self-regulatory system which the Press Complaints Commission administers is the Code of Practice.

The Code performs a dual function: it gives the industry a firm set of principles to guide it; and it gives the Commission a clear and consistent framework within which it can address complaints from members of the public. The Code is, crucially, the industry's own Code. Although it must be ratified by the independent PCC to take effect, it is the fact that the Code is drafted by the industry that ensures the unswerving commitment of all sectors of the newspaper and magazine publishing sector to self-regulation and to the PCC. In addition, the incorporation of the Code into editors' and journalists' contracts of employment provides self-regulation with a powerful sanction.

The Code is reviewed periodically by a special committee of editors (the Code of Practice Committee). It takes account of public and Parliamentary comment as well as of reports from the Press Complaints Commission itself. The Code is therefore constantly developing and responding quickly to changing practices and technology in the industry and to the concerns of readers.

The Code of Practice Committee is made up of editors from across the newspaper and magazine industries. The members of the Code Committee are appointed by the PCC's independent Appointments Commission on the basis of nominations from the five publishers' associations of the press in the United Kingdom (the Newspaper Society, the Newspaper Publishers Association, the Scottish Newspapers Publishers' Association, the Scottish Daily Newspaper Society and the Periodical Publishers Association).

The Press Complaints Commission takes the final responsibility for the Code of Practice and ratifies any changes to it.

In February 1996 the PCC established a special sub-committee to consider matters relating to the Code on behalf of the PCC. Its main role is to consider how PCC judgements might be applied to the development of the Code. The Chairman and the Director of the PCC also attend meetings of the Code of Practice Committee in an ex-official capacity.

Please note that the revised Code of Practice takes effect from 1st June 2004. If you wish to raise a complaint about an article published before that date, please refer to the previous version of the Code of Practice ([click here](#))

Versions of the Code in other languages are available, click here.

The Press Complaints Commission is charged with enforcing the following Code of Practice which was framed by the newspaper and periodical industry and was ratified by the PCC on 28 April 2004. It takes effect from 1 June 2004.

## THE CODE

All members of the press have a duty to maintain the highest professional standards. This Code sets the benchmark for those ethical standards, protecting both the rights of the individual and the public's right to know. It is the cornerstone of the system of self-regulation to which the industry has made a binding commitment. It is essential that an agreed code be honoured not only to the letter but in the full spirit. It should not be interpreted so narrowly as to compromise its commitment to respect the rights of the individual, nor so broadly that it constitutes an unnecessary interference with freedom of expression or prevents publication in the public interest.

It is the responsibility of editors and publishers to implement the Code and they should take care to ensure it is observed rigorously by all editorial staff and external contributors, including non-journalists, in printed and online versions of publications.

Editors should co-operate swiftly with the PCC in the resolution of complaints. Any publication judged to have breached the Code must print the adjudication in full and with due prominence, including headline reference to the PCC.

### 1 **Accuracy**

- i) The Press must take care not to publish inaccurate, misleading or distorted information, including pictures.
- ii) A significant inaccuracy, mis-leading statement or distortion once recognised must be corrected, promptly and with due prominence, and - where appropriate - an apology published.
- iii) The Press, whilst free to be partisan, must distinguish clearly between comment, conjecture and fact.
- iv) A publication must report fairly and accurately the outcome of an action for defamation to which it has been party, unless an agreed settlement states otherwise, or an agreed statement is published.

### 2 **Opportunity to reply**

A fair opportunity for reply to inaccuracies must be given when reasonably called for.

### 3 **\*Privacy**

- i) Everyone is entitled to respect for his or her private and family life, home, health and correspondence, including digital communications. Editors will be expected to justify intrusions into any individual's private life without consent.
  - ii) It is unacceptable to photograph individuals in private places without their consent.
- Note - Private places are public or private property where there is a reasonable expectation of privacy.

### 4 **\*Harassment**

- i) Journalists must not engage in intimidation, harassment or persistent pursuit.
- ii) They must not persist in questioning, telephoning, pursuing or photographing individuals once asked to desist nor remain on their property when asked to leave and must not follow them.
- iii) Editors must ensure these principles are observed by those working for them and take care not to use non-compliant material from other sources.

### 5 **Intrusion into grief or shock**

In cases involving personal grief or shock, enquiries and approaches must be made with sympathy and discretion and publication handled sensitively. This should not restrict the right to report legal proceedings, such as inquests.

### 6 **\*Children**

- i) Young people should be free to complete their time at school without unnecessary intrusion.
- ii) A child under 16 must not be interviewed or photographed on issues involving their own or another child's welfare unless a custodial parent or similarly responsible adult consents.
- iii) Pupils must not be approached or photographed at school without the permission of the school authorities.
- iv) Minors must not be paid for material involving children's welfare, nor parents or guardians for material about their children or wards, unless it is clearly in the child's interest.
- v) Editors must not use the fame, notoriety or position of a parent or guardian as sole justification for publishing details of a child's private life.

### 7 **\*Children in sex cases**

- 1. The press must not, even if legally free to do so, identify children under 16 who are victims or witnesses in cases involving sex offences.
- 2. In any press report of a case involving a sexual offence against a child -
  - i) The child must not be identified.

- ii) The adult may be identified.
- iii) The word "incest" must not be used where a child victim might be identified.
- iv) Care must be taken that nothing in the report implies the relationship between the accused and the child.
- 8 **\*Hospitals**
  - i) Journalists must identify them-selves and obtain permission from a responsible executive before entering no public areas of hospitals or similar institutions to pursue enquiries.
  - ii) The restrictions on intruding into privacy are particularly relevant to enquiries about individuals in hospitals similar institutions.
- 9 **\*Reporting of Crime**
  - (i) Relatives or friends of persons convicted or accused of crime should not generally be identified without the consent, unless they are genuinely relevant to the story.
  - (ii) Particular regard should be paid to the potentially vulnerable position of children who witness, or are victim crime. This should not restrict the right to report legal proceedings.
- 10 **\*Clandestine devices and subterfuge**
  - i) The press must not seek to obtain or publish material acquired by using hidden cameras or clandestine listen devices; or by intercepting private or mobile telephone calls, messages or emails; or by the unauthorised removal documents or photographs.
  - ii) Engaging in misrepresentation or subterfuge, can generally be justified only in the public interest and then only when the material cannot be obtained by other means.
- 11 **Victims of sexual assault**

The press must not identify victims of sexual assault or publish material likely to contribute to such identification unless there is adequate justification and they are legally free to do so.
- 12 **Discrimination**
  - i) The press must avoid prejudicial or pejorative reference to an individual's race, colour, religion, sex, sexual orientation or to any physical or mental illness or disability.
  - ii) Details of an individual's race, colour, religion, sexual orientation, physical or mental illness or disability must be avoided unless genuinely relevant to the story.
- 13 **Financial journalism**
  - i) Even where the law does not prohibit it, journalists must not use for their own profit financial information that they receive in advance of its general publication, nor should they pass such information to others.
  - ii) They must not write about shares or securities in whose performance they know that they or their close family have a significant financial interest without disclosing the interest to the editor or financial editor.
  - iii) They must not buy or sell, either directly or through nominees or agents, shares or securities about which they have written recently or about which they intend to write in the near future.
- 14 **Confidential sources**

Journalists have a moral obligation to protect confidential sources of information.
- 15 **Witness payments in criminal trials**
  - i) No payment or offer of payment to a witness - or any person who may reasonably be expected to be called as a witness - should be made in any case once proceedings are active as defined by the Contempt of Court Act 1981. This prohibition lasts until the suspect has been freed unconditionally by police without charge or bail or the proceedings are otherwise discontinued; or has entered a guilty plea to the court; or, in the event of a not guilty verdict, the court has announced its verdict.
  - \*ii) Where proceedings are not yet active but are likely and foreseeable, editors must not make or offer payment to any person who may reasonably be expected to be called as a witness, unless the information concerned is of such demonstrable public interest and there is an over-riding need to make or promise payment for this to be done; and all reasonable steps have been taken to ensure no financial dealings influence the evidence witnesses give. In no circumstances should such payment be conditional on the outcome of a trial.
  - \*iii) Any payment or offer of payment made to a person later cited to give evidence in proceedings must be disclosed to the prosecution and defence. The witness must be advised of this requirement.
- 16 **\*Payment to criminals**
  - i) Payment or offers of payment for stories, pictures or information, which seek to exploit a particular crime or glorify or glamorise crime in general, must not be made directly or via agents to convicted or confessed criminals or to their associates – who may include family, friends and colleagues.
  - ii) Editors invoking the public interest to justify payment or offers would need to demonstrate that there was good reason to believe the public interest would be served. If, despite payment, no public interest emerged, then the material should not be published.

### **The public interest**

There may be exceptions to the clauses marked \* where they can be demonstrated to be in the public interest.

1. The public interest includes, but is not confined to:
  - i) Detecting or exposing crime or serious impropriety.
  - ii) Protecting public health and safety.
  - iii) Preventing the public from being misled by an action or statement of an individual or organisation.
2. There is a public interest in freedom of expression itself.
3. Whenever the public interest is invoked, the PCC will require editors to demonstrate fully how the public interest was served.
4. The PCC will consider the extent to which material is already in the public domain, or will become.
5. In cases involving children under 16, editors must demonstrate an exceptional public interest to override the normally paramount interest of the child.

## **ANEXO XVII**

### **Código Brasileiro de Auto-Regulamentação Publicitária**

#### **CAPÍTULO I- INTRODUÇÃO**

Considerando:

- as diretrizes da legislação publicitária do País, especialmente capituladas na Lei nº 4.680, de 18 de junho de 1965, e no Decreto nº 57.690, de 1º de fevereiro de 1966;
- as recomendações das Câmaras de Comércio Internacionais (ICC - International Chamber of Commerce) e as diretrizes do Código Internacional da Prática Publicitária, editado originalmente em 1937 e revisto em 1949, 1955 e 1966 e, finalmente, em 1973 durante o Congresso realizado no Rio de Janeiro e cujos termos foram adotados pelo Brasil e 250 entidades de mais de 40 países; - as diretrizes da Associação Internacional de Propaganda (IAA - International Advertising Association) e seus Congressos Mundiais, especialmente as que constam de seu estudo "Effective Advertising Self Regulation", publicado em 1974, e as recomendações do XXV Congresso Mundial de Propaganda realizado em Buenos Aires em 1976;
- as diretrizes do I Congresso Brasileiro de Propaganda (Rio de Janeiro, outubro de 1957), e as normas consubstanciadas no Código de Ética dos Profissionais de Propaganda então aprovadas;
- os termos da instrução nº 1 da Febrasp, assinada em 23 de abril de 1968, recomendando a criação de Comissões de Ética nas entidades publicitárias;
- as recomendações do II Congresso Brasileiro de Propaganda (São Paulo, fevereiro de 1969), especialmente no que toca ao autopolicimento das agências e anunciantes;
- as recomendações do I Encontro Nacional de Anunciantes, promovido pela ABA - Associação Brasileira de Anunciantes (São Paulo, dezembro de 1974);
- as recomendações feitas na I Conferência Internacional de Anunciantes (Rio de Janeiro, maio de 1975);
- as recomendações do simpósio realizado pela Comissão de Comunicações da Câmara dos Deputados (Brasília, junho/julho 75); - os caminhos apontados pelas lideranças do setor publicitário e pelas autoridades nos debates do II Encontro Brasileiro de Mídia, realizado em São Paulo em setembro de 1976; e
- as sugestões do I Seminário Brasileiro de Propaganda (Gramado, outubro de 1976);

Considerando que a publicidade deve ser confiável no conteúdo e honesta na apresentação, pois é da confiança pública que depende o seu êxito;

Considerando, ainda, que as peças de publicidade e, de forma geral, a atividade publicitária se acham naturalmente subordinadas ao império da lei e devem reger-se pelo princípio da legalidade;

Considerando, finalmente, que as repercussões sociais da atividade publicitária reclamam a espontânea adoção de normas éticas mais específicas, as entidades abaixo assinadas, representativas do mercado brasileiro de publicidade, instituem pelo presente instrumento, este Código Brasileiro de Auto-Regulamentação Publicitária. São Paulo, 05 de maio de 1980.

**ABAP** - Associação Brasileira das Agências de Propaganda. (a) Petrônio Cunha Corrêa.

**ABA** - Associação Brasileira de Anunciantes. (a) Luiz Fernando Furquim de Campos.

**ANJ** - Associação Nacional de Jornais. (a) Roberto Marinho.

**ABERT** - Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão. (a) Carlos Cordeiro de Mello.

**ANER** - Associação Nacional de Editores de Revistas. (a) Pedro Jack Kapeller.

Central de Outdoor. (a) Carlos Alberto Nanô.

Desde então, várias outras associações representativas de novos veículos de comunicação publicitária, tais como emissoras de TV por assinatura, internet e marketing direto, aderiram ao Código Brasileiro de Auto-Regulamentação Publicitária.

#### **SEÇÃO 1 – Preâmbulo**

**Artigo 1º** Todo anúncio deve ser respeitador e conformar-se às leis do país; deve, ainda, ser honesto e verdadeiro.

**Artigo 2º** Todo anúncio deve ser preparado com o devido senso de responsabilidade social, evitando acentuar, de forma depreciativa, diferenciações sociais decorrentes do maior ou menor poder aquisitivo dos grupos a que se destina ou que possa eventualmente atingir.

**Artigo 3º** Todo anúncio deve ter presente a responsabilidade do Anunciante, da Agência de Publicidade e do Veículo Divulgação junto ao Consumidor.

**Artigo 4º** Todo anúncio deve respeitar os princípios de leal concorrência geralmente aceitos no mundo dos negócios.

**Artigo 5º** Nenhum anúncio deve denegrir a atividade publicitária ou desmerecer a confiança do público nos serviços.

a publicidade presta à economia como um todo e ao público em particular.

**Artigo 6º** Toda publicidade deve estar em consonância com os objetivos do desenvolvimento econômico, da educação e da cultura nacionais.

**Artigo 7º** De vez que a publicidade exerce forte influência de ordem cultural sobre grandes massas da população, este Código recomenda que os anúncios sejam criados e produzidos por Agências e Profissionais sediados no país - salvo impossibilidade devidamente comprovada e, ainda, que toda publicidade seja agenciada por empresa aqui estabelecida.

## **SEÇÃO 2 - Objetivos**

**Artigo 8º** O principal objetivo deste Código é a regulamentação das normas éticas aplicáveis à publicidade comercial, assim entendida como toda atividade destinada a estimular o consumo de bens e serviços, bem como promover instituições, conceitos ou idéias.

**Artigo 9º** A atividade publicitária de que trata este Código será sempre ostensiva, com indicação clara da marca, da origem ou da entidade patrocinadora de qualquer anúncio ou campanha.

**Parágrafo único** Ficam excetuadas do preceito acima as campanhas em fase de "teaser" (mensagens que visam criar expectativa ou curiosidade, sobretudo em torno de produtos a serem lançados).

**Artigo 10º** Não são capituladas neste Código as atividades de Relações Públicas e "Publicity" - que são distintas da publicidade comercial -, porém todas as normas aqui contidas regulam também o que hoje se convencionou chamar de "merchandising" através da Televisão.

**Artigo 11º** A propaganda política não é, igualmente, capitulada neste Código, nem deve competir às empresas a que destinam as presentes normas, salvo quando promovida ostensivamente e sob direta responsabilidade de partido político devidamente reconhecido.

**Artigo 12º** A publicidade governamental, bem como a de empresas subsidiárias, autarquias, empresas públicas, departamentos, entidades paraestatais, sociedades de economia mista e agentes oficiais da União, dos Estados, dos Territórios, dos Municípios e do Distrito Federal, salvo proibição legal, deve se conformar a este Código da mesma forma que a publicidade realizada pela iniciativa privada.

**Artigo 13º** A publicidade de causas, instituições sociais, fundações ou de quaisquer outras atividades ou entidades sem fins lucrativos também será regida por este Código, em tudo que lhe couber.

## **SEÇÃO 3 - Interpretação**

**Artigo 14º** Este Código deve ser aplicado no espírito tanto quanto na letra.

**Artigo 15º** Os padrões éticos de conduta estabelecidos neste Código devem ser respeitados por quantos estão envolvidos na atividade publicitária, sejam Anunciantes, Agências de Publicidade, Veículos de Divulgação, sejam Publicitários, Jornalistas e outros Profissionais de Comunicação participantes do processo publicitário.

**Artigo 16º** Embora concebido essencialmente como instrumento de autodisciplina da atividade publicitária, este Código é também destinado ao uso das autoridades e Tribunais como documento de referência e fonte subsidiária no contexto da legislação da propaganda e de outras leis, decretos, portarias, normas ou instruções que direta ou indiretamente afetem sejam afetadas pelo anúncio.

**Artigo 17º** Ao aferir a conformidade de uma campanha ou anúncio aos termos deste Código, o teste primordial deve ser o impacto provável do anúncio, como um todo, sobre aqueles que irão vê-lo ou ouvi-lo. A partir dessa análise global é que se examinará detalhadamente cada parte do conteúdo visual, verbal ou oral do anúncio, bem como a natureza do meio utilizado para sua veiculação.

**Artigo 18º** Para os efeitos deste Código: a. a palavra anúncio é aplicada em seu sentido lato, abrangendo qualquer meio de publicidade, seja qual for o meio que a veicule. Embalagens, rótulos, folhetos e material de ponto-de-venda são, por esse efeito, formas de publicidade. A palavra anúncio só abrange, todavia, a publicidade realizada em espaço ou tempo pagos pelo Anunciante; b. a palavra produto inclui bens, serviços, facilidades, instituições, conceitos ou idéias que são promovidos pela publicidade; c. a palavra consumidor refere-se a toda pessoa que possa ser atingida pelo anúncio, seja como consumidor final, público intermediário ou usuário.

## **CAPÍTULO II - PRINCÍPIOS GERAIS**

### **SEÇÃO 1 - Respeitabilidade**

**Artigo 19º** Toda atividade publicitária deve caracterizar-se pelo respeito à dignidade da pessoa humana, à intimidade, ao interesse social, às instituições e símbolos nacionais, às autoridades constituídas e ao núcleo familiar.

**Artigo 20º** Nenhum anúncio deve favorecer ou estimular qualquer espécie de ofensa ou discriminação racial, social, política, religiosa ou de nacionalidade.

**Artigo 21º** Os anúncios não devem conter nada que possa induzir a atividades criminosas ou ilegais - ou que pareça favorecer, enaltecer ou estimular tais atividades.

### **SEÇÃO 2 - Decência**

**Artigo 22º** Os anúncios não devem conter afirmações ou apresentações visuais ou auditivas que ofendam os padrões

decência que prevaleçam entre aqueles que a publicidade poderá atingir.

### **SEÇÃO 3 - Honestidade**

**Artigo 23º** Os anúncios devem ser realizados de forma a não abusar da confiança do consumidor, não explorar sua falta de experiência ou de conhecimento e não se beneficiar de sua credulidade.

### **SEÇÃO 4 - Medo, Superstição, Violência**

**Artigo 24º** Os anúncios não devem apoiar-se no medo sem que haja motivo socialmente relevante ou razão plausível.

**Artigo 25º** Os anúncios não devem explorar qualquer espécie de superstição.

**Artigo 26º** Os anúncios não devem conter nada que possa conduzir à violência.

### **SEÇÃO 5 - Apresentação Verdadeira**

**Artigo 27º** O anúncio deve conter uma apresentação verdadeira do produto oferecido, conforme disposto nos artigos seguintes desta Seção, onde estão enumerados alguns aspectos que merecem especial atenção.

**§ 1º - Descrições** No anúncio, todas as descrições, alegações e comparações que se relacionem com fatos ou dados objetivos devem ser comprobatórias, cabendo aos Anunciantes e Agências fornecer as comprovações, quando solicitadas.

**§ 2º - Alegações** O anúncio não deverá conter informação de texto ou apresentação visual que direta ou indiretamente por implicação, omissão, exagero ou ambigüidade, leve o Consumidor a engano quanto ao produto anunciado, quando o Anunciante ou seus concorrentes, nem tampouco quanto à:

- a. natureza do produto (natural ou artificial);
- b. procedência (nacional ou estrangeira);
- c. composição;
- d. finalidade.

**§ 3º - Valor, Preço, Condições** O anúncio deverá ser claro quanto a:

- a. valor ou preço total a ser pago pelo produto, evitando comparações irrealistas ou exageradas com outros produtos e outros preços: alegada a sua redução, o Anunciante deverá poder comprová-la mediante anúncio ou documento que evidencie o preço anterior;
- b. entrada, prestações, peculiaridades do crédito, taxas ou despesas previstas nas operações a prazo;
- c. condições de entrega, troca ou eventual reposição do produto;
- d. condições e limitações da garantia oferecida.

**§ 4º - Uso da Palavra "Grátis"**

- a. O uso da palavra "grátis" ou expressão de idêntico significado só será admitido no anúncio quando não houver realmente nenhum custo para o Consumidor com relação ao prometido gratuitamente;
- b. nos casos que envolverem pagamento de qualquer quantia ou despesas postais, de frete ou de entrega ou, ainda, a imposto, é indispensável que o Consumidor seja esclarecido.

**§ 5º - Uso de Expressões Vendedoras** O uso de expressões como "direto do fabricante", "preço de atacado", "sem entrada" e outras de igual teor não devem levar o consumidor a engano e só serão admitidas quando o Anunciante ou a Agência puderem comprovar a alegação.

**§ 6º - Nomenclatura, Linguagem, "Clima"**

- a. O anúncio adotará o vernáculo gramaticalmente correto, limitando o uso de gíria e de palavras e expressões estrangeiras, salvo quando absolutamente necessárias para transmitir a informação ou o "clima" pretendido. Todavia, a recomendação não invalida certos conceitos universalmente adotados na criação dos anúncios e campanhas. O primeiro é que a publicidade não se faz apenas com fatos e idéias, mas também com palavras e imagens; logo, as liberdades semânticas da criação publicitária são fundamentais. O segundo é que a publicidade, para se comunicar com o público, tem que fazer uso daquela linguagem que o poeta já qualificou como "Língua errada do povo / Língua certa do povo". Porque ele é que fala gostoso / O português no Brasil";
- b. na publicidade veiculada pelo Rádio e pela Televisão, devem os Anunciantes, Agências e Veículos zelar pela boa pronúncia da língua portuguesa, evitando agravar os vícios de prosódia que tanto já estão contribuindo para desfigurar o legado que recebemos de nossos antepassados;
- c. todo anúncio deve ser criado em função do contexto sociocultural brasileiro, limitando-se o mais possível a utilização ou transposição de contextos culturais estrangeiros;
- d. o anúncio não utilizará o calão;
- e. nas descrições técnicas do produto, o anúncio adotará a nomenclatura oficial do setor respectivo e, sempre que possível, seguirá os preceitos e as diretrizes da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO.

**§ 7º - Pesquisas e Estatísticas**

- a. o anúncio não se referirá a pesquisa ou estatística que não tenha fonte identificável e responsável;
- b. o uso de dados parciais de pesquisa ou estatística não deve levar a conclusões distorcidas ou opostas àquelas a que chegaria pelo exame do total da referência.

**§ 8º - Informação Científica** O anúncio só utilizará informação científica pertinente e defensável, expressa de forma até para leigos.

**§ 9º - Testemunhais**

- a. O anúncio abrigará apenas depoimentos personalizados e genuínos, ligados à experiência passada ou presente de quem presta o depoimento, ou daquele a quem o depoente personificar;
- b. o testemunho utilizado deve ser sempre comprovável;
- c. quando se usam modelos sem personalização, permite-se o depoimento como "licença publicitária" que, em nenhuma hipótese, se procurará confundir com um testemunhal;
- d. o uso de modelos trajados com uniformes, fardas ou vestimentas características de uma profissão não deverá induzir o Consumidor a erro e será sempre limitado pelas normas éticas da profissão retratada;
- e. o uso de sócias depende de autorização da pessoa retratada ou imitada e não deverá induzir a confusão.

#### **SEÇÃO 6 - Identificação Publicitária**

**Artigo 28º** O anúncio deve ser claramente distinguido como tal, seja qual for a sua forma ou meio de veiculação.

**Artigo 29º** O Anunciante será sempre facilmente identificável, seja pela marca do produto, seja pelo nome do fabricante, fornecedor ou distribuidor, exceção feita ao previsto no parágrafo único do Artigo 9º. É recomendado, também, que as Agências se identifiquem nos anúncios impressos veiculados sob sua responsabilidade.

**Artigo 30º** A peça jornalística sob a forma de reportagem, artigo, nota, texto-legenda ou qualquer outra que se veicule mediante pagamento, deve ser apropriadamente identificada para que se distinga das matérias editoriais e não confunda o Consumidor.

**Artigo 31º** Este Código condena os proveitos publicitários indevidos e ilegítimos, obtidos por meio de "carona" e/ou "emboscada", mediante invasão do espaço editorial ou comercial de veículo de comunicação.

**Parágrafo único** Consideram-se indevidos e ilegítimos os proveitos publicitários obtidos:

- a. mediante o emprego de qualquer artifício ou ardil;
- b. sem amparo em contrato regular celebrado entre partes legítimas, dispondo sobre objeto lícito;
- c. sem a prévia concordância do Veículo de comunicação e dos demais titulares dos direitos envolvidos.

#### **SEÇÃO 7 - Propaganda Comparativa**

**Artigo 32º** Tendo em vista as modernas tendências mundiais - e atendidas as normas pertinentes do Código da Propriedade Industrial, a publicidade comparativa será aceita, contanto que respeite os seguintes princípios e limites:

- a. seu objetivo maior seja o esclarecimento, se não mesmo a defesa do consumidor;
- b. tenha por princípio básico a objetividade na comparação, posto que dados subjetivos, de fundo psicológico ou emocional, não constituem uma base válida de comparação perante o Consumidor;
- c. a comparação alegada ou realizada seja passível de comprovação;
- d. em se tratando de bens de consumo a comparação seja feita com modelos fabricados no mesmo ano, sendo condenável o confronto entre produtos de épocas diferentes, a menos que se trate de referência para demonstrar evolução, o que, nesse caso, deve ser caracterizado;
- e. não se estabeleça confusão entre produtos e marcas concorrentes;
- f. não se caracterize concorrência desleal, denegrimiento à imagem do produto ou à marca de outra empresa;
- g. não se utilize injustificadamente a imagem corporativa ou o prestígio de terceiros;
- h. quando se fizer uma comparação entre produtos cujo preço não é de igual nível, tal circunstância deve ser claramente indicada pelo anúncio.

#### **SEÇÃO 8 - Segurança e Acidentes**

**Artigo 33º** Este Código condena os anúncios que:

- a. manifestem descaso pela segurança, sobretudo quando neles figurarem jovens e crianças ou quando a estes for endereçada a mensagem;
- b. estimulem o uso perigoso do produto oferecido;
- c. deixem de mencionar cuidados especiais para a prevenção de acidentes, quando tais cuidados forem essenciais ao uso do produto;
- d. deixem de mencionar a responsabilidade de terceiros, quando tal menção for essencial;
- e. deixem de especificar cuidados especiais no tocante ao uso do produto por crianças, velhos e pessoas doentes, caso tais cuidados sejam essenciais.

#### **SEÇÃO 9 - Proteção da Intimidade**



**Artigo 34º** Este Código condena a publicidade que:

- a. faça uso de imagens ou citações de pessoas vivas, a menos que tenha sido obtida a sua prévia e expressa autorização;
- b. ofenda as convicções religiosas e outras suscetibilidades daqueles que descendam ou sejam de qualquer outra forma relacionados com pessoas já falecidas cuja imagem ou referência figure no anúncio;
- c. revele desrespeito à dignidade da pessoa humana e à instituição da família;
- d. desrespeite a propriedade privada e seus limites.

**Artigo 35º** As normas acima não se aplicam:

- a. a fotografias de grandes grupos ou multidões em que os indivíduos possam ser reconhecidos mas não envolvam um contexto difamatório, ofensivo ou humilhante;
- b. à propaganda de livros, filmes, programas de Rádio e Televisão e atividades semelhantes em que as pessoas retratadas sejam autores ou participantes.

## **SEÇÃO 10 - Poluição e Ecologia**

**Artigo 36º** Não podendo a publicidade ficar alheia às atuais e prementes preocupações de toda a humanidade com os problemas relacionados com qualidade de vida e a proteção do meio ambiente, serão vigorosamente combatidos os anúncios que direta ou indiretamente estimulem:

- a. a poluição do ar, das águas, das matas e dos demais recursos naturais;
- b. a poluição do ambiente urbano;
- c. a depredação da fauna, da flora e dos demais recursos naturais;
- d. a poluição visual dos campos e da cidade;
- e. a poluição sonora;
- f. o desperdício de recursos naturais.

## **SEÇÃO 11 - Crianças e Jovens**

**Artigo 37º** No anúncio dirigido à criança e ao jovem:

- a. dar-se-á sempre atenção especial às características psicológicas da audiência-alvo;
- b. respeitar-se-á especialmente a ingenuidade e a credulidade, a inexperiência e o sentimento de lealdade dos menores;
- c. não se ofenderá moralmente o menor;
- d. não se admitirá que o anúncio torne implícita uma inferioridade do menor, caso este não consuma o produto oferecido;
- e. não se permitirá que a influência do menor, estimulada pelo anúncio, leve-o a constranger seus responsáveis ou importunar terceiros ou o arraste a uma posição socialmente condenável;
- f. o uso de menores em anúncios obedecerá sempre a cuidados especiais que evitem distorções psicológicas nos modelos e impeçam a promoção de comportamentos socialmente condenáveis;
- g. qualquer situação publicitária que envolva a presença de menores deve ter a segurança como primeira preocupação e as boas maneiras como segunda preocupação.

## **SEÇÃO 12 - Direito Autoral e Plágio**

**Artigo 38º** Em toda a atividade publicitária serão respeitados os direitos autorais nela envolvidos, inclusive os dos intérpretes e os de reprodução.

**Artigo 39º** O anúncio não utilizará música de fundo, "vinhetas", ou trechos de composições de autores nacionais ou estrangeiros sem o devido respeito aos respectivos direitos autorais, a não ser no caso de músicas que sejam ou se tenham tornado de domínio público, de acordo com a legislação específica, respeitados os direitos de gravação.

**Artigo 40º** É condenado o uso desrespeitoso da música folclórica, dos folguedos e temas populares que constituem parte integrante do patrimônio cultural do país.

**Artigo 41º** Este Código protege a criatividade e a originalidade e condena o anúncio que tenha por base o plágio ou imitação, ressalvados os casos em que a imitação é comprovadamente um deliberado e evidente artifício criativo.

**Artigo 42º** Será igualmente condenado o anúncio que configure uma confusão proposital com qualquer peça de criação anterior.

**Artigo 43º** O anúncio não poderá infringir as marcas, apelos, conceitos e direitos de terceiros, mesmo aqueles empregados fora do país, reconhecidamente relacionados ou associados a outro Anunciante.

**Parágrafo único** Este Código condena a publicidade que faça uso do símbolo oficial e do nome do Conselho

Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária - CONAR, exceto em anúncios da própria entidade.

### **CAPÍTULO III - CATEGORIAS ESPECIAIS DE ANÚNCIOS**

#### **Artigo 44º**

Pela sua importância econômica ou social, pelo seu volume, pelas suas repercussões no indivíduo ou na sociedade, determinadas categorias de anúncios devem estar sujeitas a cuidados especiais e regras específicas, além das normas gerais previstas neste Código. Essas regras específicas figuram mais adiante como "Anexos" a este Código e, alguns casos, resultaram de valiosa colaboração de Associações de Classe que prontamente se identificaram com o espírito do presente Código. São eles, pela ordem:

Anexo A - Bebidas Alcoólicas;

Anexo B - Educação, Cursos, Ensino;

Anexo C - Empregos e Oportunidades;

Anexo D - Imóveis: Venda e Aluguel;

Anexo E - Investimentos, Empréstimos e Mercado de Capitais;

Anexo F - Lojas e Varejo;

Anexo G - Médicos, Dentistas, Veterinários, Parteiras, Massagistas, Enfermeiros, Serviços Hospitalares, Paramédicos, Para-hospitalares, Produtos Protéticos e Tratamentos;

Anexo H - Produtos Alimentícios;

Anexo I - Produtos Farmacêuticos Isentos de Prescrição;

Anexo J - Produtos de Fumo;

Anexo K - Produtos Inibidores de Fumo;

Anexo L - Profissionais Liberais;

Anexo M - Reembolso Postal ou Vendas pelo Correio;

Anexo N - Turismo, Viagens, Excursões, Hotelaria;

Anexo O - Veículos Motorizados;

Anexo P - Vinhos e Cervejas;

Anexo Q - Testemunhais, Atestados, Endossos;

Anexo R - Defensivos Agrícolas;

Anexo S - Armas de Fogo.

ANEXO "T" - Ices e Bebidas Assemelhadas

**Parágrafo único** - Pretendendo ser este Código um instrumento dinâmico e permanentemente atualizado, essas categorias especiais poderão ser ampliadas mediante o acréscimo de novos Anexos.

### **CAPÍTULO IV - AS RESPONSABILIDADES**

**Artigo 45º** - A responsabilidade pela observância das normas de conduta estabelecidas neste Código cabe ao Anunciante e a sua Agência, bem como ao Veículo, ressalvadas no caso deste último as circunstâncias específicas que serão abordadas mais adiante, neste Artigo:

- a. o Anunciante assumirá responsabilidade total por sua publicidade;
- b. a Agência deve ter o máximo cuidado na elaboração do anúncio, de modo a habilitar o Cliente Anunciante a cumprir sua responsabilidade, com ele respondendo solidariamente pela obediência aos preceitos deste Código;
- c. este Código recomenda aos Veículos que, como medida preventiva, estabeleçam um sistema de controle na recepção de anúncios.

Poderá o veículo:

- c.1) recusar o anúncio, independentemente de decisão do Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária - CONAR, quando entender que o seu conteúdo fere, flagrantemente, princípios deste Código, devendo, nesta hipótese, comunicar sua decisão ao Conselho Superior do CONAR que, se for o caso, determinará a instauração de processo ético;
- c.2) recusar anúncio que fira a sua linha editorial, jornalística ou de programação;
- c.3) recusar anúncio sem identificação do patrocinador, salvo o caso de campanha que se enquadre no parágrafo único do Artigo 9º ("teaser");
- c.4) recusar anúncio de polêmica ou denúncia sem expressa autorização de fonte conhecida que responda pela autoria da peça;
- d. o controle na recepção de anúncios, preconizado na letra "c" deste artigo, deverá adotar maiores precauções em relação à peça apresentada sem a intermediação de Agência, que por ignorância ou má-fé do Anunciante, poderá transgredir princípios deste Código;
- e. a responsabilidade do Veículo será equiparada à do Anunciante sempre que a veiculação do anúncio contrariar

os termos de recomendação que lhe tenha sido comunicada oficialmente pelo Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária - CONAR.

**Artigo 46º** - Os diretores e qualquer pessoa empregada numa firma, companhia ou instituição que tomem parte no planejamento, criação, execução e veiculação de um anúncio, respondem, perante as normas deste Código, na medida de seus respectivos poderes decisórios.

**Artigo 47º** - A responsabilidade na observância das normas deste Código abrange o anúncio no seu conteúdo e forma totais, inclusive testemunhos e declarações ou apresentações visuais que tenham origem em outras fontes. O fato de o conteúdo ou forma serem originários, no todo ou em parte, de outras fontes, não desobriga da observância deste Código.

**Artigo 48º** - Um anúncio enganador não pode ser defendido com base no fato de o Anunciante, ou alguém agindo por ele, ter posteriormente fornecido ao Consumidor as informações corretas. O Anunciante terá, entretanto, "a priori", o crédito de boa-fé.

**Artigo 49º** - Nenhum Anunciante, Agência, Editor, proprietário ou agente de um veículo publicitário deve promover a publicação de qualquer anúncio que tenha sido reprovado pelo Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária - CONAR, criado para o funcionamento deste Código.

## **CAPÍTULO V - INFRAÇÕES E PENALIDADES**

**Artigo 50º** - Os infratores das normas estabelecidas neste Código e seus anexos estarão sujeitos às seguintes penalidades:

- a. advertência;
- b. recomendação de alteração ou correção do Anúncio;
- c. recomendação aos Veículos no sentido de que sustentem a divulgação do anúncio;
- d. divulgação da posição do CONAR com relação ao Anunciante, à Agência e ao Veículo, através de Veículos de comunicação, em face do não acatamento das medidas e providências preconizadas.

**§ 1º** - Compete privativamente ao Conselho de Ética do CONAR apreciar e julgar as infrações aos dispositivos deste Código e seus Anexos e, ao Conselho Superior do CONAR, cumprir e fazer cumprir as decisões emanadas do Conselho de Ética em processo regular.

**§ 2º** - Compete privativamente ao Conselho Superior do CONAR alterar as disposições deste Código, bem como alterar, suprimir e acrescentar-lhe Anexos.

## **ANEXO XVIII**

### **Código de Ética da Unión de los Periodistas de Cuba**

#### **Código de Ética de la Unión de Periodistas de Cuba**

##### **Capítulo 1**

##### **Deberes y Derechos**

**Artículo 1.** El periodista tiene el deber de impulsar, consolidar y defender el contenido de los Estatutos de la Unión de Periodistas de Cuba.

**Artículo 2.** El periodista tiene el deber de informar y expresar sus criterios con veracidad, agilidad y precisión.

**Artículo 3.** El periodista tiene derecho a obtener toda aquella información de utilidad pública, así como a realizar las acciones necesarias a ese fin.

**Artículo 4.** El periodista debe enfrentarse a aquellos actos de entidades o personas que obstaculicen el acceso a la información de utilidad pública o constituyan presiones que limiten en cualquier forma el cumplimiento de su deber profesional y social. En caso de diferendo, para defender su derecho puede apoyarse en la dirección del órgano de prensa, en la Unión de Periodistas de Cuba, o dirigirse a cualquier instancia política, estatal o de la administración pública. También podrá denunciar tales actos en su órgano de prensa si la dirección del medio estuviese de acuerdo.

**Artículo 5.** El periodista no puede hacer uso de los medios de comunicación en función de intereses personales, familiares o particulares de cualquier especie, ni para desacreditar o difamar a personas e instituciones. Tampoco para exaltar desmerecidamente a personas naturales o jurídicas. No es ética en el ejercicio de la profesión el triunfalismo, el hipercriticismo y otras tendencias deformantes.

**Artículo 6.** El periodista debe mantener una conducta laboral, social y moral consecuente con los principios y normas de nuestra sociedad.

**Artículo 7.** El periodista contribuye con su trabajo a promover los mejores valores nacionales, el cabal conocimiento de las leyes y el perfeccionamiento constante de nuestra sociedad socialista.

**Artículo 8.** El periodista defiende los principios de la Unión de Periodistas de Cuba en sus Estatutos y el presente Código de Ética, y exige que se promuevan de manera democrática las opiniones e inquietudes sobre la organización en sus asambleas de periodistas, plenos nacionales y congresos.

**Artículo 9.** El periodista debe fomentar y cuidar las relaciones fraternales y de respeto mutuo entre colegas y entre los órganos de prensa, así como abstenerse de expresiones públicas que las denigren o menoscaben.

**Artículo 10.** El periodista tiene el derecho de exigir a la dirección del órgano de prensa respeto hacia su labor, en particular reclamar explicación cuando por aquella se retenga o decida no publicar un trabajo y, además, exigir que no se modifique sin su consentimiento el sentido de su trabajo.

**Artículo 11.** El periodista debe rectificar públicamente los errores difundidos que así lo requieran y sean imputables a su trabajo. La dirección del órgano de prensa tiene derecho a decidir si procede o no la rectificación pública en qué forma realizarla.

**Artículo 12.** El periodista tiene el deber de cumplir la línea editorial y política informativa del órgano de prensa en que trabaja y, a su vez, el derecho a participar en la elaboración, ejecución y evaluación de ambas.

**Artículo 13.** El periodista debe acudir a más de una fuente con el fin de lograr una información veraz y lo más completa posible.

**Artículo 14.** El periodista no podrá publicar directamente declaraciones o datos proporcionados por las fuentes con la advertencia explícita de que sirvan de antecedentes para la labor periodística y no para su publicación.

**Artículo 15.** El periodista se abstendrá de divulgar en todo o en parte cualquier documento o material de trabajo clasificado expresamente con un grado de reserva, según la legislación sobre el Secreto Estatal vigente en Cuba.

**Artículo 16.** El periodista tiene la obligación de no revelar la identidad de las fuentes que hayan solicitado permanecer anónimas.

**Artículo 17.** El periodista no puede utilizar las relaciones profesionales como medio de lucro o para obtener prebendas en beneficio propio o de otras personas.

**Artículo 18.** El periodista debe superarse cultural y profesionalmente, y aquellos afiliados con responsabilidades de dirección deben propiciar la superación de sus subordinados.

#### **Código de Ética de la Unión de Periodistas de Cuba**

##### **Capítulo 2**

##### **Sobre las relaciones profesionales, laborales y sociales**

**Artículo 19.** El periodista incurre en acto de plagio si suscribe como propios aquellos trabajos periodísticos que en todo o en parte hayan sido tomados de otros colegas o autores.

**Artículo 20.** El periodista debe utilizar los espacios de los órganos de prensa de forma tal que no resulte lastimada la moral o la dignidad personal de otros periodistas, o que se denigre o rebaje la autoridad pública de cualquier órgano de prensa del país.

**Artículo 21.** El periodista, en caso de debates, críticas o polémicas, debe abstenerse en su trabajo profesional de emplear un lenguaje o tono irrespetuoso y ofensivo.

**Artículo 22.** El periodista en cargo de dirección debe tomar en cuenta las inquietudes, críticas e iniciativas que contribuyan a mejorar la calidad y el nivel informativo de los medios y no puede valerse de sus atribuciones para ejercer acciones arbitrarias que perjudiquen moral o materialmente a sus colegas subordinados.

**Artículo 23.** El periodista puede ejercer el derecho de réplica sobre alusiones a su trabajo o persona publicadas en la prensa. Tiene, además, el derecho de publicar la respuesta en el mismo órgano de prensa donde se origina la polémica o, de lo contrario, en cualquier otro medio de comunicación del país.

**Artículo 24.** El periodista no debe hacer publicidad, promoción o propaganda comercial en los medios de comunicación. Para evitar interpretaciones erróneas o confusiones entre lectores, oyentes o televidentes, el periodista utilizando su firma o seudónimos no debe publicar textos, fotografías u otro material gráfico y audiovisual con un carácter publicitario que no especifique claramente su naturaleza, es decir, haga una distinción formal y rigurosa entre información y publicidad. Se exceptúan de estos principios aquellas publicaciones especializadas y espacios en la prensa radial, escrita, televisada o cinematográfica que tengan un perfil promocional.

## **Código de Ética de la Unión de Periodistas de Cuba**

### **REGLAMENTO DEL CÓDIGO DE ÉTICA DEL PERIODISTA**

#### **Capítulo I**

##### **De las medidas disciplinarias y las comisiones de ética**

**Artículo 1.** La violación de las normas éticas establecidas anteriormente pueden dar lugar, en dependencia de la gravedad de los hechos y sin perjuicio de las sanciones de orden laboral, administrativo o penal que corresponda, a la aplicación de una o algunas de las medidas siguientes:

- a) Amonestación privada.
- b) Amonestación pública ante la delegación de la UPEC de su órgano de prensa.
- c) Suspensión de derechos para ocupar cargos en la Unión de Periodistas de Cuba por un período de uno a tres años.
- d) Proposición a la dirección del órgano de prensa que el infractor sea suspendido de tres meses a un año en el derecho de firma o aparición pública en los medios de comunicación.
- e) Separación de las filas por un período de uno a tres años.
- f) Separación indefinida.
- g) Expulsión.

**Artículo 2.** Se establecen como medidas accesorias las siguientes:

- a) En los casos comprendidos en los incisos a, b, c y d del artículo anterior, se puede disponer, además, la invalidación de uno a tres años para integrar los jurados o participar en los concursos periodísticos que auspicia la UPEC, así como para ser propuesto (a) como candidato (a) al Premio Nacional de Periodismo José Martí o al Premio anual Juan Gualberto Gómez.
- b) En los casos comprendidos en los incisos e) y f) del artículo anterior, se puede solicitar además, a la Presidencia de la Unión de Periodistas de Cuba que al infractor, si la tuviera, le sea retirada la condecoración que otorga la organización.
- c) En los casos del inciso g), le será retirada la condecoración, si la tuviera.

**Artículo 3.** Se consideran FALTAS LEVES (amonestación privada o pública) las siguientes:

- a) Incurrir en expresiones u otros actos irrespetuosos, o emplear formas no éticas hacia otros colegas, órganos de prensa o personas e instituciones en general.
- b) Negligencias que conduzcan a inexactitudes periodísticas, sin implicaciones serias.

**Artículo 4.** Se consideran FALTAS MENOS GRAVES (suspensión de derechos para ocupar cargos en la Unión de Periodistas de Cuba por un período de uno a tres años) las siguientes:

- a) Faltas en el ejercicio de la profesión que impliquen errores y consecuencias de cierta gravedad.
- b) Manifestaciones irrespetuosas u ofensivas que denigren la dignidad y rebajen la autoridad de personas naturales o jurídicas.
- c) Violaciones de la ética profesional que den lugar a inexactitudes periodísticas de mayor entidad.
- d) Reincidencia en faltas leves.

**Artículo 5.** Se consideran FALTAS GRAVES (propuesta de suspensión de derecho de firma o aparición pública en los medios de comunicación de tres meses a un año) las siguientes:

- a) Violación de las disposiciones legales relacionadas con la publicación de datos considerados Secreto Estatal por la legislación vigente.
- b) Violaciones de la ética profesional que conduzcan a errores periodísticos de serias implicaciones y consecuencias sociales.
- c) Plagio periodístico.
- d) Utilizar los espacios de la prensa contra la integridad moral, la dignidad y la autoridad de colegas, órganos de prensa y otras personas naturales o jurídicas.
- e) Ejercicio reiterado de un periodismo triunfalista o hipercrítico.
- f) Ejercer acciones arbitrarias con el ánimo de perjudicar a periodistas subordinados.
- g) Mala actitud ante la superación cultural y profesional.
- h) Exaltar inmerecidamente a personas naturales o jurídicas.
- i) Reincidencia en faltas menos graves.

**Artículo 6.** Se consideran FALTAS MUY GRAVES (suspensión temporal, indefinida o expulsión de las filas de la Unión de Periodistas de Cuba) las siguientes:

- a) Reincidencia en faltas éticas de carácter grave.
- b) Manipular, ocultar, mentir o distorsionar informaciones con el propósito deliberado de causar perjuicio a personas o instituciones.
- c) Utilizar las relaciones profesionales como medio de lucro o para obtener prebendas.
- d) Faltar al deber profesional mediante ejercicio solapado de la publicidad.
- e) Conducta laboral, social o moral que atente gravemente contra los principios y normas de nuestra sociedad.

**Artículo 7.** En la práctica de la actividad periodística pueden aparecer otros casos particulares y figuras que el Código no prevé específicamente. En estos casos, corresponderá a las Comisiones de Ética valor de modo comparativo a qué escala de gravedad se asocian y cuál debe ser en consecuencia la medida que se debe aplicar.

**Artículo 8.** Las Comisiones de Ética en dependencia del análisis concreto que realicen, podrán:

- a) Imponer una sola de las medidas principales previstas en este Reglamento del Código.
- b) Combinar la aplicación de más de una de ellas.
- c) Complementar esta o estas con las medidas accesorias que resulten adecuadas.

**Artículo 9.** Las Comisiones de Ética no sólo valorarán la entidad de la falta cometida, sino también las circunstancias concurrentes, las condiciones personales del afiliado su conducta y trayectoria profesional, laboral, social y moral, así como la repercusión e implicaciones sociales que acarree el hecho en cuestión.

**Artículo 10.** Para juzgar las violaciones del presente Código se crearán Comisiones de Ética:

- a) A nivel de base, en delegaciones con veinte o más afiliados.
- b) A nivel provincial para atender reclamaciones hechas en las delegaciones de base con menos de veinte afiliados.
- c) La Comisión Nacional de Ética.

**Artículo 11.** La Comisión de Ética provincial y de base estará integrada por cinco afiliados de reconocido prestigio con cinco años de experiencia en el periodismo como mínimo.

**Artículo 12.** Esta comisión será elegida por la asamblea de periodistas para un período de dos años y medio, y funcionará como órgano colegiado. Sus integrantes nominarán a un Presidente y a un Secretario de Actas.

**Artículo 13.** La comisión provincial sólo evaluará las violaciones ocurridas en los órganos de prensa asentados en el territorio que no cuenten con comisión de base.

**Artículo 14.** La Comisión Nacional de Ética estará integrada por siete afiliados de reconocido prestigio con no menos de diez años de experiencia en el periodismo, y será elegida por el Comité Nacional de la UPEC para un mandato de cinco años. Si hubiese necesidad de sustituciones u ocupar vacantes, se faculta al Pleno del Comité Nacional para hacerlo. La Comisión Nacional de Ética funcionará como órgano colegiado y entre sus miembros será nominado el Presidente y el Secretario de Actas.

**Artículo 15.** La Comisión Nacional de Ética velará porque tanto en las provincias como en las bases se constituyan comisiones de ética a esos niveles, así como actuará como orientadora en la aplicación de este Código. También asumirá cualquier caso en que no haya podido constituirse comisión de ética en las bases de subordinación nacional.

## **Código de Ética de la Unión de Periodistas de Cuba REGLAMENTO DEL CÓDIGO DE ÉTICA DEL PERIODISTA**

### **Capítulo II**

## **De los procedimientos**

**Artículo 16.** Las Comisiones de Ética para constituirse deberán reunir como mínimo tres miembros de sus integrantes.

**Artículo 17.** Las Comisiones de Ética de base o provincial conocerán en primera instancia cualquier denuncia de persona natural o jurídica sobre presunta violación de la ética profesional.

**Artículo 18.** Denunciado un hecho que pudiera ser constitutivo de una falta de ética profesional, las Comisiones de base o provincial procederán a iniciar el expediente correspondiente y, en consecuencia, investigarán los hechos, recogerán los elementos que estimen necesarios y realizarán cuantas diligencias consideren pertinentes, de manera que se escuche a todas las partes involucradas.

**Artículo 19.** Las Comisiones de base o provincial dispondrán de treinta días laborables para dictar su fallo, a partir del momento en que reciban las denuncias.

**Artículo 20.** Las Comisiones de base o provincial podrán determinar y aplicar las medidas de amonestación privada y amonestación pública. Estas se cumplirán dentro de los diez días laborables siguientes al fallo y tendrán carácter inapelable. La Comisión de base o provincial debe informar previamente sobre el fallo al ejecutivo de la delegación de base de la UPEC a la que pertenezca él o los afiliados involucrados. La Comisión de base y provincial también tiene la obligación de informar por escrito a la Comisión Nacional de Ética sobre la esencia de cada caso expuesto ante ellas y sus conclusiones.

**Artículo 21.** En cuanto a todas las demás medidas disciplinarias, la Comisión de Ética de base o provincial tomarán acuerdo y lo someterán, en forma de recomendación, según el caso a los siguientes órganos de la UPEC: a) A la Presidencia provincial de la UPEC, previo conocimiento del ejecutivo de la delegación de base.

**Artículo 22.** La Presidencia provincial de la UPEC y el ejecutivo de la UPEC en las delegaciones de base de subordinación nacional, según corresponda, conocerán y podrán ratificar y hacer efectivas, o bien rectificar, las medidas de recomendación, de suspensión del derecho de firma o aparición pública en los medios, y la suspensión temporal de derechos para ocupar cargos en la UPEC, así como las medidas accesorias previstas en estos casos.

**Artículo 23.** Las anteriores medidas serán apelables ante la Comisión Nacional de Ética, la cual dispondrá de sesenta días laborables para dictar su fallo, a partir del momento en que reciba el expediente y la apelación.

**Artículo 24.** La Presidencia provincial de la UPEC o el ejecutivo de la UPEC en las delegaciones de base, según corresponda, someterá a la Comisión Nacional de Ética los casos en que la propuesta de sanción, resultante del análisis de la recomendación acordada por la Comisión de Ética de base o provincial, sea la separación temporal, indefinida o expulsión de las filas de la organización. A este fin, deberá dirigirse el expediente a la Comisión Nacional de Ética en los cinco días laborables siguientes a la adopción de la referida proposición.

**Artículo 25.** La Comisión Nacional de Ética, a partir del momento en que reciba la documentación, dispondrá de sesenta días laborables para oír a las partes, practicar las demás diligencias que considere necesarias y someter su propuesta a la Presidencia Nacional de la UPEC, la que se pronunciará al respecto en su reunión ordinaria inmediata.

**Artículo 26.** En todos los casos, las decisiones a que arribe la Comisión Nacional, una vez ratificadas o rectificadas por la Presidencia Nacional de la UPEC, serán notificadas a los interesados mediante escrito.

**Artículo 27.** La delegación de base de la UPEC quedará responsabilizada con la aplicación de las medidas impuestas o las recomendaciones que sobre el caso en cuestión formule la Comisión Nacional.

**Artículo 28.** Contra el fallo de la Comisión Nacional de Ética y su ratificación por la Presidencia, el interesado tendrá derecho a apelar al Congreso. El apelante deberá fundamentar por escrito los motivos de su desacuerdo con la medida impuesta, y podrá aportar cuantos elementos a su favor estime pertinentes, así como solicitar se realicen las investigaciones que considere pueden avalar su recomendación.

**Artículo 29.** Las decisiones que se adopten por el Congreso son inapelables y de obligatorio cumplimiento por todas las instancias.

## **ANEXO XIX**

### **Projeto de lei do deputado Celso Russomano, que dispõe sobre a criação da Ordem dos Jornalistas do Brasil (OJB), sobre o exercício da profissão e dá outras providências**

#### **TÍTULO I**

#### **DA ORDEM DOS JORNALISTAS DO BRASIL**

##### **CAPÍTULO I**

##### **DA CRIAÇÃO, DOS FINS E DA ORGANIZAÇÃO**

Art. 1º. Fica criada a Ordem dos Jornalistas do Brasil (OJB).

Art. 2º. A OJB é serviço público não governamental, dotada de personalidade jurídica e forma federativa.

Art. 3º. A OJB não está subordinada a qualquer dos poderes estatais constituídos.

Art. 4º. A OJB é órgão de seleção, representação, disciplina e defesa dos jornalistas, em toda a República Federativa do Brasil.

Art. 5º. O uso da sigla OJB é privativo da Ordem dos Jornalistas do Brasil.

Art. 6º. Além das mencionadas no artigo 4º, a OJB tem por finalidade pugnar pelo direito à livre informação plural e pelo aperfeiçoamento da Imprensa.

Art. 7º. São órgãos da OJB:

I - Conselho Federal;

II- Conselhos Regionais;

III- Conselhos Estaduais;

IV- Seções.

Parágrafo único. O Conselho Federal, com sede e foro no Distrito Federal, dotado de personalidade jurídica própria e jurisdição em todo o território nacional, é o órgão supremo da OJB.

Art. 8º. A OJB, por constituir serviço público, goza de imunidade tributária total, em relação a seus bens, rendas e serviços.

Art. 9º. Compete à OJB fixar e cobrar de seus inscritos contribuições, preços por serviços prestados e multas.

Parágrafo único. Constituem também rendas da OJB doações e legados e rendas patrimoniais ou eventuais.

##### **CAPÍTULO II**

##### **DO CONSELHO FEDERAL**

Art. 10. O Conselho Federal compõe-se dos:

I - membros de sua diretoria;

II- conselheiros federais, integrantes de cada conselho regional ou estadual;

III- seus ex-presidentes, na qualidade de membros honorários vitalícios.

§ 1º Cada delegação é formada por três conselheiros federais.

§ 2º Os ex-presidentes têm direito apenas à voz nas sessões.

§ 3º Perde o mandato automaticamente o Conselheiro que faltar a três reuniões sucessivas, sem motivo justificado, não podendo ser reconduzido na mesma gestão.

Art. 11. Os presidentes dos Conselhos Regionais e Estaduais, nas sessões do Conselho Federal, têm lugar reservado junto à delegação respectiva e direito somente a voz.

Art. 12. O Conselho Federal tem sua estrutura e funcionamento definidos no Regulamento Geral da OJB.

Parágrafo único. O presidente, nas deliberações do Conselho, tem apenas o voto de qualidade.

Art. 13. Compete ao Conselho Federal:

I- velar pela dignidade, independência, prerrogativas e valorização do Jornalismo;

II- representar em juízo ou fora dele, os interesses coletivos ou individuais dos jornalistas, ressalvadas as competências privativas dos Sindicatos representativos da categoria;

III- representar com exclusividade os jornalistas brasileiros nos órgãos e eventos internacionais de jornalismo;

IV- editar e alterar o Regulamento Geral, o Código de Ética e Disciplina e os Provimentos que julgar necessários;

V- supervisionar a fiscalização do exercício profissional em todo o território nacional;

VI- colaborar com o aperfeiçoamento dos cursos de jornalismo, opinando previamente nos pedidos apresentados aos órgãos competentes, para criação, reconhecimento ou credenciamento;



VII- elaborar as listas legalmente previstas para o preenchimento de cargos em quaisquer órgãos relativos à Comunicação Social, em que esteja prevista a participação de jornalistas, de âmbito nacional ou regional, vedada a participação de membros do Conselho;

VIII- autorizar, pela maioria absoluta das delegações, a oneração de bens imóveis;

IX- promover diligências, inquéritos ou verificações sobre o funcionamento da OJB em todo o território nacional, e adotar medidas para sua eficiência e regularidade;

X- intervir nos conselhos regionais e estaduais, onde constatar grave violação desta lei ou do Regulamento Geral;

XI- cassar ou modificar, de ofício ou mediante representação, qualquer ato de órgão ou autoridade da OJB, contrário a esta lei, ao Regulamento Geral, ao Código de Ética e Disciplina e aos Provimentos, ouvida a autoridade ou órgão em causa;

XII- reexaminar, em grau de recurso, as decisões dos Conselhos Regionais ou Estaduais, nos casos previstos no Regulamento Geral;

XIII- instituir o modelo de documento de identidade profissional que valerá como documento de identidade para todos os fins legais e terá fé pública, e os respectivos símbolos privativos.

XIV- resolver os casos omissos nesta lei e demais normas pertinentes à OJB e ao exercício da profissão.

Parágrafo único. A intervenção referida no inciso X deste artigo depende de prévia aprovação por dois terços das delegações, garantido o amplo direito de defesa do Conselho respectivo, nomeando-se diretoria provisória para o prazo que se fixar.

Art. 14. A diretoria do Conselho Federal é composta de um Presidente, de um Vice-Presidente, de um Secretário Geral, de um Secretário Adjunto e de um Tesoureiro.

§ 1º O Presidente exerce a representação nacional e internacional da OJB, competindo-lhe convocar, presidir e representar o Conselho Federal, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, promover a administração patrimonial e pessoal e dar execução às decisões deste.

§ 2º O Regulamento Geral define as atribuições dos membros da Diretoria e a ordem de substituição em caso de vacância, licença, falta ou impedimento.

### **CAPÍTULO III**

#### **DOS CONSELHOS REGIONAIS E ESTADUAIS**

Art. 15. Os Conselhos Regionais e Estaduais compõem-se de um número proporcional ao de inscritos, segundo critérios estabelecidos no Regulamento Geral, e dos membros de sua diretoria.

§ 1º São membros honorários vitalícios os seus ex-presidentes, somente com direito à voz nas sessões.

§ 2º A área territorial do Conselho Regional abrange mais de um Estado, nos casos em que não sejam preenchidos os requisitos básicos para criação de Conselho Estadual, inclusive o número mínimo de jornalistas domiciliados na área territorial que deve por ele ser jurisdicionada.

Art. 16 O Conselho Estadual tem por base a área territorial do Estado onde terá jurisdição.

Art. 17. Os atos de constituição dos Conselhos Regionais e Estaduais, expedidos pelo Conselho Federal, definem a área territorial daqueles.

Art. 18. Os Conselhos Regionais e Estaduais exercem nos respectivos territórios, as competências e funções atribuídas ao Conselho Federal, no que couber, e observam as normas gerais estabelecidas nesta lei, no Regulamento Geral, no Código de Ética e Disciplina e nos Provimentos.

Parágrafo único. Compete privativamente aos Conselhos Regionais e Estaduais:

I- editar seus regimentos internos e resoluções, nos das respectivas competências material e territorial;

II- criar e regular o funcionamento das Seções;

III- reexaminar, em grau de recurso, as decisões dos respectivos Presidentes, Diretorias, Tribunal de Ética e Disciplina e Diretorias de Seções;

IV- fiscalizar a aplicação da receita, deliberar sobre o balanço e as contas de suas diretorias e das seções;

V- fixar tabelas de honorários válidas nas respectivas bases territoriais;

VI- realizar o exame de ordem;

VII- decidir os pedidos de inscrição no quadro de jorna-listas;

VIII- manter cadastro de seus inscritos;

IX- fixar, alterar e receber contribuições obrigatórias, preços de serviços e multas;

X - participar da elaboração dos concursos públicos para a carreira de Jornalista, nos casos legalmente previstos, no âmbito dos respectivos territórios;

XI - determinar, com exclusividade, critérios para o traje dos jornalistas, no exercício profissional;

XII- desempenhar outras atribuições previstas no Regulamento Geral.

Art. 19. As diretorias dos Conselhos Regionais e Estaduais têm composição idêntica e atribuições equivalentes às do Conselho Federal, na forma do Regimento Interno daqueles.

Art. 20. O Tribunal de Ética e Disciplina é órgão dos Conselhos Regionais e Estaduais, competindo-lhe julgar os processos disciplinares instruídos pelos Conselhos a que se vinculam ou por comissões disciplinares criadas no âmbito destes, e orientar sobre ética profissional

## **CAPÍTULO IV**

### **DA SEÇÃO**

Art. 21. A seção pode ser criada pelo Conselho Regional ou Estadual, conforme o caso, em Estado, Município ou parte destes que contem com um mínimo de jornalistas profissionalmente domiciliados, desde que, no caso dos Estados, não se preencha os requisitos para criação de Conselho Estadual.

§ 1º A Seção exerce as atribuições que lhe forem cometidas pelos Conselhos a que se vinculem.

§ 2º A Seção é administrada por Diretoria composta de cinco membros, com atribuições equivalentes às da diretoria dos Conselhos.

Art. 22. Junto ao Conselho Federal e aos Conselhos Estaduais e Regionais, funcionará um Tribunal de Ética e Disciplina, eleito pelo respectivo Conselho, de dois em dois anos, e composto de cinco conselheiros, devendo a eleição recair em jornalistas com exercício profissional igual ou superior a quinze anos.

§ 1º O Tribunal de Ética e Disciplina funcionará, também, como órgão consultivo da classe em questões ético-profissionais.

## **CAPÍTULO V**

### **DAS ELEIÇÕES E DOS MANDATOS**

Art. 23. A eleição dos membros de todos os órgãos da OJB realiza-se no final do último mandato, no mesmo dia fixado pelo Conselho Federal, mediante cédula única e votação direta dos jornalistas regularmente inscritos.

§ 1º A eleição, na forma e segundo os critérios e procedimentos estabelecidos no Regulamento Geral, é de comparecimento obrigatório para todos os jornalistas inscritos.

§ 2º O candidato deve comprovar situação regular junto à OJB, não ocupar cargo demissível “ad nutum”, não ter sido condenado por infração disciplinar, salvo reabilitação, e exercer efetivamente a profissão há mais de cinco anos;

§ 3º Cada Conselho Regional ou Estadual poderá apresentar somente uma chapa;

§ 4º O resultado majoritário obtido em cada unidade federativa corresponde a um voto, considerando-se eleita a chapa que obtiver maior número de votos.

Art. 24. Consideram-se vencedoras para os Conselhos Regionais, Estaduais e Seções, as chapas que obtiverem a maioria dos votos válidos.

Parágrafo único. A chapa para os Conselhos Regionais e Estaduais devem ser compostas com candidatos às respectivas diretorias e à delegação do Conselho Federal, para eleição conjunta.

Art. 25. O prazo do mandato em qualquer órgão da OJB é de três anos, com início em primeiro de janeiro do ano seguinte ao da eleição.

Parágrafo único. É vedada a reeleição para o mesmo cargo de diretoria.

## **CAPÍTULO VI**

### **DO PROCESSO DISCIPLINAR**

Art. 26. O processo disciplinar é regido pelo Código de Ética e Disciplina.

Art. 27. A jurisdição disciplinar não exclui a comum e, quando o fato constituir crime ou contravenção, deve ser comunicado às autoridades competentes.

## **CAPÍTULO VII**

### **DOS RECURSOS**

Art. 28. Cabe recurso ao Conselho Federal de todas as decisões definitivas preferidas pelos Conselhos Regionais e Estaduais, quando não tenham sido unânimes e, sendo unânimes, contrariem esta lei, decisão do Conselho Federal ou de outro Conselho Regional ou Estadual e, ainda, o Regulamento Geral, o Código de Ética e Disciplina e os Provimentos.

Parágrafo único. Os Presidentes dos Conselhos Regionais e Estaduais são legitimados para o recurso referido neste artigo.

Art. 29. Cabem recursos aos Conselhos Regionais e Estaduais de todas as decisões proferidas por seus Presidentes pelos respectivos Tribunais de Ética e Disciplina ou pela Diretoria de Seção.

Art. 30. Todos os recursos têm efeito suspensivo, exceto quando tratarem de matéria eleitoral ou atacarem suspensão liminar decidida pelo Tribunal de Ética e Disciplina.

Parágrafo único. O Regulamento Geral disciplina o cabimento de recursos específicos no âmbito de cada órgão julgador.

## **TÍTULO II DO JORNALISMO**

### **CAPÍTULO I DO EXERCÍCIO DO JORNALISMO**

Art. 31. A inscrição na OJB é requisito indispensável para o exercício da profissão de jornalista.

Art. 32. O exercício da atividade de jornalismo e a denominação de jornalista são privativos dos inscritos na OJB.

Art. 33. Todo aquele que, sem estar inscrito na OJB exercer ou se propuser ao exercício do jornalismo, mediante anúncios, placas, cartões ou outros meios quaisquer, fica sujeito às penalidades previstas para o exercício ilegal de profissão.

Art. 34. No seu ministério privado, o jornalista exerce função social e presta serviço público.

Art. 35. O jornalista é indispensável à livre circulação de informações na sociedade e inviolável por seus atos, no exercício da profissão, nos limites desta lei.

Art. 36. Exercem atividades de jornalistas, sujeitando-se pois ao regime desta lei, além do regime próprio a que se subordinem, os assessores de imprensa e/ou comunicação social de órgãos da Administração Pública, inclusive dos Poderes Legislativo e Judiciário, bem como Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

Art. 37. O efetivo exercício do jornalismo é comprovado mediante cópias autênticas de documentos profissionais e de matérias assinadas pelo interessado.

Art. 38. São atividades privativas de jornalista:

I- redação, condensação, titulação, interpretação, correção ou coordenação de matéria a ser divulgada, contenha ou não comentário;

II- entrevista, inquérito ou reportagem, escrita ou falada;

III- comentário ou crônica, pelo rádio ou pela televisão;

IV- planejamento, organização, direção e eventual execução de serviços técnicos de Jornalismo, como os de arquivo, ilustração ou distribuição gráfica de matéria a ser divulgada;

V- planejamento, organização e administração técnica dos serviços de que trata o inciso I;

VI- ensino, em qualquer nível, de técnicas de jornalismo;

VII- coleta de notícias ou informações e seu preparo para divulgação;

VIII - revisão de originais de matéria jornalística com vistas à correção redacional e à adequação da linguagem;

IX - organização e conservação de arquivo jornalístico e pesquisa dos respectivos dados para a elaboração de notícias;

X - execução da distribuição gráfica do texto, fotografia ou ilustração de caráter jornalístico, para fins de divulgação;

XI- execução de desenhos artísticos ou técnicos de caráter jornalístico;

XII- assessoria de imprensa ou comunicação social em entidades públicas ou privadas;

XIII- reportagem fotográfica.

### **CAPÍTULO II DA INSCRIÇÃO**

Art. 39. Para inscrição na OJB, como jornalista, é necessário:

I - capacidade civil;

II- diploma ou certidão, de graduação ou pós-graduação em jornalismo, expedidos por instituição de ensino superior oficial ou reconhecida ou, em se tratando de curso realizado no exterior, documento de revalidação nos órgãos competentes;

III- Idoneidade moral;

IV- não exercer atividade que, nos termos desta lei, seja incompatível com a profissão de jornalista.

V- aprovação em exame de ordem a ser regulamentado em provimento do Conselho Federal;  
VI- realização de estágio profissional, a ser regulamentado em provimento do Conselho Federal;  
VII- prestar compromisso perante o Conselho.

Parágrafo único. A idoneidade moral, suscitada por qualquer pessoa, será declarada mediante decisão que obtenha no mínimo dois terços dos votos de todos os membros do Conselho competente, em procedimento que segue os termos do processo disciplinar.

Art. 40. A inscrição do jornalista deve ser feita no Conselho com jurisdição na área em que pretende estabelecer seu domicílio profissional, na forma do Regulamento Geral.

§ 1º. No caso de mudança de domicílio profissional, deve o jornalista requerer a transferência de sua inscrição para o Conselho Estadual ou Regional correspondente, sob pena de incorrer em infração disciplinar.

§ 2º. O Conselho competente deve indeferir o pedido de transferência ao verificar a existência de vício na inscrição originária, representando ao Conselho Federal.

§ 3º. Presume-se como domicílio profissional o da pessoa física do jornalista.

Art. 41. Cancela-se a inscrição do profissional que:

I - requerer cancelamento;

II- sofrer penalidade de exclusão;

III- falecer;

IV- passar a exercer, em caráter definitivo, atividade incompatível com o jornalismo;

V - perder qualquer dos requisitos necessários para a inscrição;

Art. 42. Licencia-se o profissional que:

I- requerer licenciamento;

II- passar a exercer, em caráter temporário, atividade incompatível com o exercício do jornalismo;

Art. 43. O documento de identidade profissional, na forma prevista no Regulamento Geral, é de uso obrigatório no exercício da atividade de jornalista e constitui prova de identidade pessoal para todos os fins legais.

Art. 44. É vedado anunciar ou divulgar qualquer atividade relacionada com o exercício do jornalismo sem indicação expressa do nome e do número de inscrição dos jornalistas que integram a entidade, ou o número de registro da sociedade de jornalistas na OJB.

Parágrafo único. A inscrição será automática, desde que requerida no prazo de 180 dias, para aqueles que, quando da entrada em vigor desta lei, estiverem exercendo legalmente a profissão.

### **CAPÍTULO III**

#### **DAS SOCIEDADES DE JORNALISTAS**

Art. 45. Os jornalistas podem reunir-se em sociedade de trabalho, na forma disciplinada nesta lei e no Regulamento Geral.

§ 1º A sociedade de jornalistas adquire personalidade jurídica com o registro dos seus atos constitutivos no Conselho em cuja base territorial tiver sede.

§ 2º Aplicam-se à sociedade de jornalistas as regras previstas no Código de Ética e Disciplina.

Art. 46. Não se admite registro, nem funcionamento das sociedades de jornalistas que realizem atividades estranhas ao jornalismo ou que incluam sócio não inscrito como jornalista.

§ 1º É proibido o registro, nos cartórios de registro civil de pessoas jurídicas e nas juntas comerciais, de sociedade que inclua, entre outras finalidades, a atividade de jornalismo.

Art. 47. Além da sociedade, cada sócio responde subsidiariamente e ilimitadamente pelos danos causados a clientes, por ação ou omissão, no exercício do jornalismo, sem prejuízo da responsabilidade disciplinar em que possa incorrer.

### **CAPÍTULO IV**

#### **DO JORNALISTA EMPREGADO**

Art. 48. A relação de emprego público ou privado, na qualidade de jornalista, não retira nem reduz a independência e a isenção técnica e profissional inerente ao Jornalismo.

Art. 49. Além dos reajustes convencionados e dos aumentos gerais dos salários, o jornalista empregado, no setor público ou privado, faz jus ao adicional de produtividade e aos aumentos reais de salário-profissional, estipulados em lei, convenção ou acordo coletivo, ou em acordo ou decisão normativa.

Art. 50. A jornada de trabalho do jornalista empregado, no setor público ou privado, não poderá exceder a duração de 8 horas diárias e de 40 horas na semana, salvo ajuste expresso entre as partes ou em caso de dedicação exclusiva.

§ 1º Para efeito deste artigo, considera-se como período de trabalho diário ou semanal, o tempo que o jornalista permanecer à disposição do empregador.

§ 2º As horas trabalhadas que excederem a jornada normal são remuneradas por um adicional não inferior a cem por cento sobre o valor da hora normal.

## **CAPÍTULO V**

### **DOS JORNALISTAS AUTÔNOMOS**

Art. 51. Os jornalistas autônomos têm direito aos honorários convencionados, que não poderão ser inferiores aos da tabela organizada pelo Conselho Estadual ou Regional da OJB.

Art. 52. Prescreve em cinco anos a ação de cobrança de honorários, contando o prazo do vencimento do contrato.

## **CAPÍTULO VI**

### **DA ÉTICA E DA DISCIPLINA**

Art. 53. O jornalista deve considerar-se defensor do direito à livre informação plural e do aperfeiçoamento da Imprensa e do direito a ser digno da honra e das responsabilidades que lhe são inerentes.

§ 1º O jornalista, no exercício da profissão, deve manter independência em qualquer circunstância.

§ 2º Nenhum receio de desagradar quem quer que seja deve deter o jornalista no exercício da profissão.

Art. 54. Cabe ao Código de Ética e Disciplina, elaborado pelo Conselho Federal da OJB, definir os deveres ético-profissionais do jornalista, as infrações disciplinares, as respectivas sanções e estabelecer o processo para sua aplicação e execução.

Parágrafo único. A violação ao preceito desta lei constitui infração disciplinar, sujeitando o infrator às sanções do Código de Ética e Disciplina.

## **CAPÍTULO VII**

### **DOS DIREITOS DOS JORNALISTAS**

Art. 55. São direitos dos jornalistas:

I - exercer com liberdade a profissão em todo o território nacional;

II- recusar-se a realizar trabalho que afronte a lei, a ética profissional ou, ainda, suas convicções pessoais;

III- ter liberdade de acesso e obtenção de informações junto a repartições públicas, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, podendo examinar, obter cópias ou tomar apontamentos de documentos e autos de processos judiciais, findos ou em curso, desde que não estejam sob o regime de segredo de justiça, e de processos administrativos findos ou em curso;

IV- examinar em qualquer repartição policial autos de prisão em flagrante, de inquérito, diligência ou sindicância, findos ou em andamento, mesmo que estejam sob decreto de sigilo, podendo obter cópias ou tomar apontamentos;

V- ingressar livremente, para colher informações, em qualquer recinto ou edifício em que funcione repartição pública, inclusive autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, e sala de sessões dos três Poderes da República;

VI- dirigir-se às autoridades públicas nas salas e gabinetes de trabalho, independentemente de horário ou audiência previamente marcados, observando-se a ordem de chegada;

VII- permanecer sentado ou em pé e retirar-se independentemente de licença, de quaisquer dos locais mencionados no inciso V;

VIII- ser tratado de forma compatível com a dignidade do Jornalismo e condições adequadas ao seu desempenho, por autoridades e servidores, de qualquer poder, nível, órgão ou entidade, estatal ou para-estatal;

IX- ter respeitada, em nome da liberdade de informação e do sigilo profissional, a inviolabilidade de seu escritório ou local de trabalho, de seus arquivos e dados, de sua correspondência e de suas comunicações, inclusive telefônicas, de-vendo qualquer busca ou apreensão ser autorizada por magistrado e acompanhado por representantes da OJB;

X- ter a presença de representante da OJB, quando preso em flagrante, para lavratura do auto respectivo, sob pena de nulidade;

XI- somente ser preso em flagrante por motivo do exercício da profissão, em caso de crime inafiançável;

XII- ser publicamente desagravado pelo Conselho competente da OJB, quando ofendido no exercício da profissão ou em razão dela, ou, ainda, de cargo ou função de órgão da OJB, sem prejuízo da responsabilidade penal e civil em que incorre o infrator.

XIII- Usar os símbolos privativos da profissão de jornalista;

XIV- recusar-se a depor como testemunha sobre fato que constitua sigilo profissional;

### **TÍTULO III**

#### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 56. Aos servidores da OJB aplica-se o regime tra-balhista comum.

Art. 57. Os Conselhos federal, regionais e estaduais deverão promover, trienalmente, em data não coincidente com o ano eleitoral, e, periodicamente, reunião do colégio de presidentes a eles vinculados, com finalidade consultiva.

Art. 58. O primeiro Conselho Federal da OJB será instalado dentro de noventa dias a contar da vigência desta lei.

Parágrafo único. O primeiro Conselho Federal a que se refere este artigo será eleito por uma assembleia constituída por delegados indicados pelos Sindicatos representativos da categoria dos jornalistas, devidamente habilitados para o exercício da profissão, inscritos nas respectivas entidades e no pleno gozo de seus direitos, obedecendo a proporcionalidade de um delegado para cada 500 filiados ao sindicato:

Art. 59. Os membros dos primeiros Conselhos Regionais, Estaduais e Seções serão designados pelo Conselho Federal, em caráter provisório, dentre os indicados pelos Sindicatos re-presentativos dos jornalistas e devem retomar a seu cargo a instalação em definitivo desses órgãos da OJB.

Art. 60. Cabe ao Conselho Federal da OJB, por deliberação de pelo menos dois terços das delegações, editar o Regulamento Geral e o Código de Ética e Disciplina, no prazo de seis meses, contados da sua instalação.

Art. 61. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em de maio de 2002

Deputado Celso Russomanno